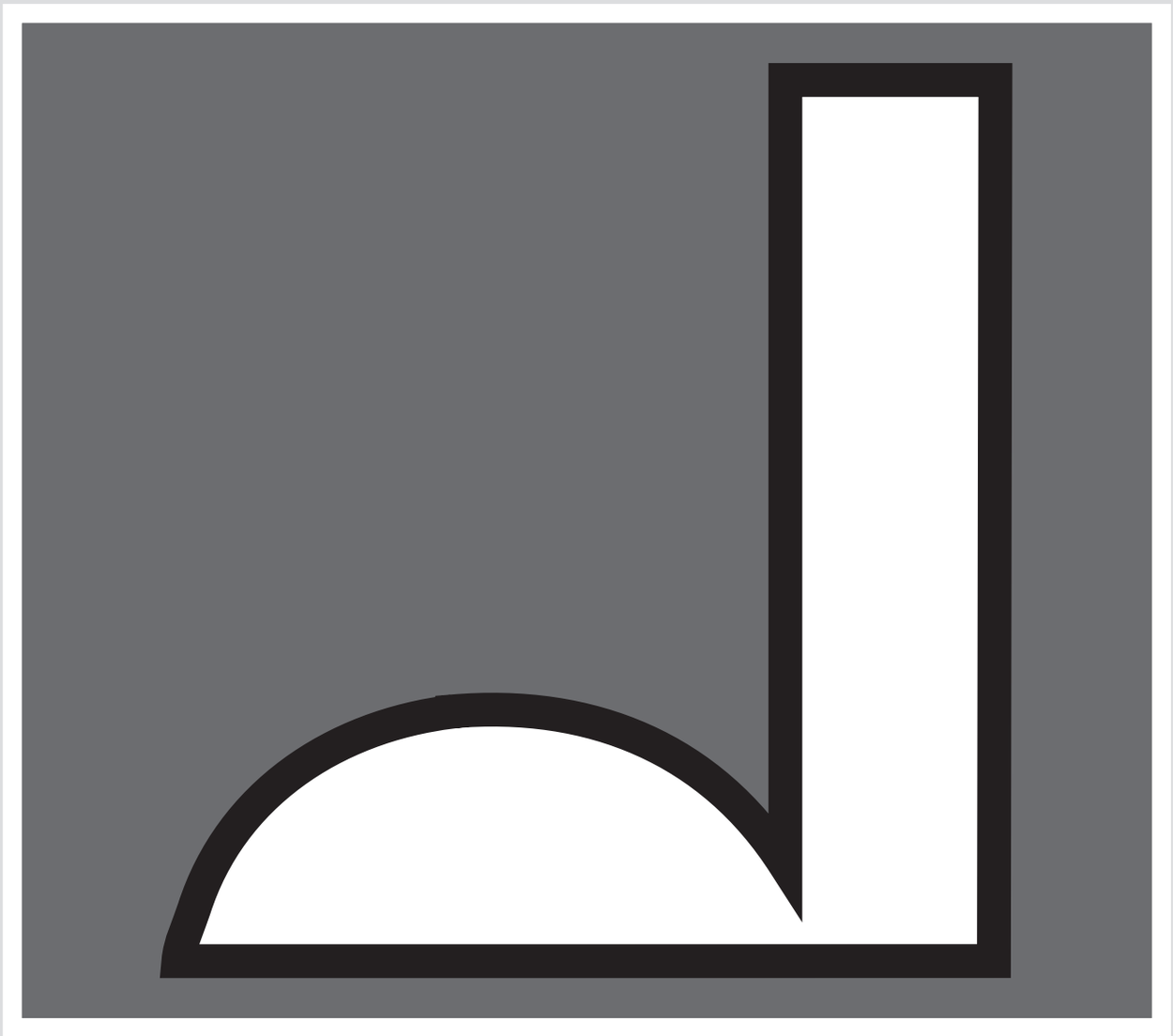
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 114 - SÁBADO, 09 DE JULHO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 14
Humberto Costa

Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann (11)
João Pedro
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PR - 5
Magno Malta

Vice-Líder do PR
Clésio Andrade

Líder do PDT - 4
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1
Sérgio Petecão

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - PSDB (8)

Vice-Líderes
Jayme Campos (5)
Ataídes Oliveira
Maria do Carmo Alves
Cyro Miranda

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (9)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
João Pedro
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS
1.1 – DECRETOS LEGISLATIVOS
Nº 156 a 158, de 2011. 28263
1.2 – RESOLUÇÃO
Nº 8, de 2011. 28264
2 – ATA DA 118ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE JULHO DE 2011
2.1 – ABERTURA
2.2 – EXPEDIENTE
2.2.1 – Pareceres
Nº 668, de 2011, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011..... 28266
Nºs 669 e 670, de 2011, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011..... 28272
Nº 671, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011..... 28283
Nº 672, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011..... 28289
Nº 673, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011..... 28294
Nº 674, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011..... 28298
2.2.2 – Comunicações da Presidência
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei da Câmara nºs 17 e 27, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. **(Ofícios nºs 75 e 76/2011, da Comissão de Assuntos Sociais) .....** 28301
Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 34, 36 e 38, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 28301
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2010.....
2.2.3 – Leitura de requerimento
Nº 838, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso e louvor ao Dr. José Graziano da Silva. ... 28302
2.2.4 – Comunicação
Da Liderança do Governo no Congresso Nacional, de indicação de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional. **(Ofício nº 47/2011, de 7 de abril último)**..... 28305
2.2.5 – Discursos do Expediente
SENADOR *VITAL DO RÊGO* – Homenagem ao Nordeste, sua cultura, religiosidade, força, empenho e a capacidade de ser uma terra feliz, destacando a festa de São João de Campina Grande; e outros assuntos. 28305
SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Registro da reunião realizada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, através da subcomissão presidida por S. Exª, para discutir os temas que deverão ser debatidos na reunião dos chefes de Estado e de governo em junho de 2012. 28311
SENADOR *PAULO PAIM* – Valorização dos profissionais da Casa que produziram o trabalho *O Congresso faz parte da sua história*, o qual retrata o trabalho desenvolvido pelos parlamentares nos últimos anos; e outros assuntos. 28315
SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Homenagem pelo transcurso, hoje, dos 121 anos da cidade de Boa Vista, Roraima, na condição de município, traçando a cronologia de sua história... 28322
2.2.6 – Discursos encaminhados à publicação
SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da entrevista com o filósofo Denis Lerrer Rosenfield intitulada “O estado não pode tudo”, publicada pela revista **Veja**, edição de 11 de maio último. 28346
SENADOR *ATAÍDES OLIVEIRA* – Registro da entrevista com o Senador Aécio Neves intitulada “Paramos de olhar o umbigo ou perdemos o bonde”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 5 de junho último..... 28348
SENADOR *MÁRIO COUTO* – Registro das matérias veiculadas pela mídia nacional sobre o ex-

-Ministro Chefe da Casa Civil Antônio Palocci, publicadas entre 23 de maio e 08 de junho de 2011. .. 28350

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Preocupação com o avanço do tráfico de drogas em todos os Estados brasileiros e seus efeitos danosos na sociedade. 28428

SENADORA *MARIA DO CARMO ALVES* – Homenagem pelo transcurso, hoje, do dia da independência política de Sergipe em relação à Bahia..... 28429

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 88ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 1º de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 88**, do dia subsequente. 28430

Ata da 91ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 6 de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 91**, do dia subsequente. 28526

Ata da 93ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 7 de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 92**, do dia subsequente. 28530

Ata da 99ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 14 de junho de 2011, e publicada no **Diário do Senado Federal nº 97**, do dia subsequente. 28549

4 – EMENDAS

Nºs 1 a 12, apresentadas à Medida Provisória nº 538, de 2011 28551

5 – ATOS ADMINISTRATIVOS

5.1 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 142 a 145, de 2011 28566

6 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

6.1 – DESPACHO

Referente ao requerimento administrativo formulado pelo Sr. Carlos Augusto Coelho Furtado, com o objetivo de ser reintegrado ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. 28567

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 2011(*)

Aprova o texto do Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, assinado em Madri, em 25 de junho de 2007.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade, assinado em Madri, em 25 de junho de 2007.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Convênio, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de julho de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Convênio acima citado está publicado no **DSF** de 1-5-2010.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Windhoek, em 1º de junho de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, celebrado em Windhoek, em 1º de junho de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de julho de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 29-4-2011.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, DE 2011(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, assinado em Bruxelas, em 4 de outubro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de julho de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 10-5-2011.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2011

Autoriza o Município de Paranaguá, no Estado do Paraná, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 16.649.600,00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Paranaguá, no Estado do Paraná, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 16.649.600,00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação destinam-se ao financiamento do "Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Paranaguá – Paranaguá Rumo Certo", no âmbito do Programa Procidades.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º será realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Município de Paranaguá, no Estado do Paraná;

II – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US$ 16.649.600,00 (dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos);

V – *modalidade*: empréstimo do mecanismo unimonetário, com taxa de juros baseada na taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor);

VI – *prazo de desembolso*: 5 (cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato;

VII – *opções de conversão*: o mutuário poderá exercer a opção de conversão dos desembolsos de moeda e/ou a opção de conversão de moeda dos saldos devedores;

VIII – *amortização do saldo devedor em dólares norte-americanos*: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas em 15 de abril e em 15 de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira 5 (cinco) anos após a data de assinatura do contrato e a última, até 25 (vinte e cinco) anos depois dessa mesma data;

IX – *amortização do saldo devedor em reais*: será fixada para cada desembolso convertido para reais, sendo que as condições oferecidas pelo BID ao mutuário são as constantes da "Carta de Cotação Indicativa da Conversão de Desembolso ao Mutuário" e da "Carta de Notificação da Conversão de Desembolso";

X – *juros aplicáveis para saldo devedor em dólares norte-americanos*: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa Libor trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na Libor, e mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

XI – *juros aplicáveis para saldo devedor em reais*: no caso da conversão de moeda, o BID indicará, por meio da Carta de Notificação, a taxa de juros base, que significa a taxa de juros equivalente no mercado de reais (BRL), à soma: (i) da taxa USD Libor (Libor para dólar norte-americano) para 3 (três) meses, mais (ii) 10 pbs (dez pontos-base). A taxa de juros base será determinada para cada conversão em função (i) da taxa fixa de juros aplicada a um montante nominal corrigido pela inflação; (ii) do cronograma de pagamentos; (iii) da data da conversão; e (iv) do montante nominal de cada conversão;

XII – *opção de fixação da taxa de juros*: o mutuário poderá, com o consentimento do garantidor, solicitar ao BID a conversão para uma taxa de juros fixa de parte ou da totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na taxa Libor e uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do Empréstimo calculados a uma taxa de juros fixa para a taxa de juros baseada na Libor, sendo que os prazos e montantes mínimos requeridos para as conversões estão estabelecidos no contrato de empréstimo e os custos decorrentes da realização das opções de conversão serão repassados pelo BID ao mutuário;

XIII – *comissão de compromisso*: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, não podendo exceder a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

XIV – *despesa com inspeção e supervisão geral*: não poderá, em um semestre determinado, ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Paranaguá, no Estado do Paraná, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a:

I – que o Município de Paranaguá, no Estado do Paraná, celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156, consoante o art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais;

II – que seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

III – que seja verificada a adimplência do ente garantido junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 8 de julho de 2011. – Senador **José Sarney,** Presidente do Senado Federal.

Ata da 118ª Sessão, Não Deliberativa em 8 de julho de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 14 minutos e encerra-se às 11 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 668, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011 (nº 4.495/2008, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier.

RELATOR: Senador **Romero Jucá**

RELATORA "AD HOC": Senadora **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 17, de 2011, que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de Sommelier.

O projeto contém a definição do profissional, dispõe sobre a habilitação necessária para o exercício da profissão e enumera suas atividades específicas. Na Casa de Origem foi apensado ao PL nº 4.520, de 2008, de iniciativa do nobre Deputado Onyx Lorenzoni, dispondo de forma quase idêntica ao PL principal sobre a atividade profissional do "sommelier".

Ao justificar sua iniciativa, o autor, Deputado Eduardo Cunha, argumenta:

> A regulamentação da profissão de "Sommelier", a meu ver, se enquadra entre aquelas iniciativas destinadas a melhorar a imagem de nossas indústrias vinícola e turística. Esses profissionais são mediadores entre as vinícolas, restaurantes e turistas. Divulgam os vinhos e atuam para que os esforços de qualificação desse produto nacional encontrem resposta no mercado internacional, com a ampliação das exportações.

Até o momento, ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Na redação final adotada na Casa de origem, não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo texto constitucional. Também entendemos que houve observância das normas de técnica legislativa apropriadas à hipótese.

A matéria, regulamentação de profissões, está no âmbito de competência desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já que explicitamente relacionada entre os temas constantes do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, no qual se inserem as relações de trabalho, a organização do sistema nacional de emprego e as condições para o exercício de profissões.

Consideramos plenamente válidos e dotados de mérito os argumentos que o autor apresenta. Com efeito, o Sommelier vem alcançando o reconhecimento de sua especialização, dada a competente formação técnica a que se submetem e o respeito que angariaram de seus empregadores ou contratadores.

Num mundo globalizado, onde a qualidade e a excelência de bens e serviços vem se sofisticando cada vez mais, o Sommelier, como em qualquer parte do mundo, deve ter habilitação especializada. Ele é o profissional que deve conhecer os vinhos, bem como os assuntos a ele relacionados, pois é o encarregado pela compra, armazenamento, rotação de adegas e elaboração das cartas de vinho em restaurantes.

Os brasileiros, hoje, estão se transformando em bons consumidores de vinho. Assim, o crescimento e valorização da profissão no mercado de consumo brasileiro apontam que esse especialista é visto com bons olhos pelas empresas do segmento alimentício, como restaurantes, hotéis, exportadoras e adegas.

O Brasil já conta, atualmente, com milhares desses profissionais, sendo centenas deles habilitados pela Associação Brasileira de Sommeliers – ABS, que vem qualificando-os com ênfase em conhecimentos de vinhos e restauração.

Além dos possuidores de formação específica, o projeto não desconhece a existência daqueles que já possuem experiência no setor. Por isso, está previsto o reconhecimento dos que se dediquem, há pelo menos três anos, ao exercício da profissão de Sommelier.

Com isso, abrange-se toda a gama de Sommeliers, sem discriminar, à época da aprovação da lei, qualquer um que exerça, efetivamente, na profissão.

Ademais, a regulamentação dessa profissão vem dirimir os pontos polêmicos acaso existentes entre os profissionais das áreas afins, especialmente os enólogos.

Ao par desses aspectos, enfatize-se que a regulamentação legal de determinadas profissões integra a tradição de nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Com a regulamentação dessa profissão cria-se uma identidade, exigindo-se do Sommelier a ética profissional e dá-se-lhe condições para exercer sua profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 07 /2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: "Ad hoc": Senadora Marta Suplicy

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT) Relatora Ad hoc
HUMBERTO COSTA (PT)	3- JOÃO PEDRO (PT)
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMELIA (~~PP~~)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
VAGO	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM) Presidente	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

Atualizada em 27/06/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT) Relatora ad hoc	X			
HUMBERTO COSTA (PT)	X				3- JOÃO PEDRO (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)	X			
VICENTINHO ALVES (PR)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)	X				6- CLÉSIO ANDRADE (PR)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				8- LÍDICE DA MATA (PSB)	X			
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)					2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)					4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)	X				6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)				
VAGO					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	Presidente				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				1- ARMANDO MONTEIRO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				2- GIM ARGELLO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 06 / 07 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 27/06/2011

LEGISLAÇAO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ofício nº 75/2011 _ PRES/CAS

Brasília, Brasília, 6 de julho de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011, que *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier*, de autoria do Deputado Eduardo Cunha.

Cordialmente,

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECERES
Nºs 669 E 670, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011 (nº 3.232/2004, do Deputado Confúcio Moura), que regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

PARECER Nº 669, DE 2011
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2011, do Deputado Confúcio Moura, visa à regulamentação da profissão de taxista.

Em sua parte substancial, a proposição prevê:

a) como atividade privativa do taxista, a utilização de veículo automotor para o transporte público individual remunerado de passageiros;

b) os requisitos para o exercício da atividade de taxista: habilitação para conduzir o veículo; frequentar cursos de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos; dirigir veículo aprovado pelas autoridades de trânsito; possuir certificação para exercer o ofício de taxista, emitida pelo órgão competente da localidade da prestação do serviço; ser segurado do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e ser possuidor de Carteira de Trabalho e Previdência Social;

c) a classificação dos profissionais taxistas como: autônomo, empregado, auxiliar de condutor autônomo e locatário;

d) os deveres do taxista: entre outros, o de atender os clientes com presteza e polidez; manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene; e obedecer as normas constantes do Código de Trânsito Brasileiro;

e) os direitos do taxista empregado: piso salarial ajustado entre os sindicatos da categoria e aplicação, no que couber, das normas presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Regime Geral de Previdência Social;

f) modificações na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define a atividade de auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, para determinar que:

aa) o recolhimento da contribuição previdenciária dos auxiliares de condutores autônomos será feita pelo autorizatário do veículo;

bb) o contrato que rege as relações entre o autônomo e os auxiliares é de natureza civil;

cc) no contrato entre o condutor autônomo de veículo rodoviário e os auxiliares de condutores autônomos de veículos rodoviários deverão constar as condições e requisitos para a prestação de serviços; prazo de validade; as obrigações e as responsabilidades das partes contratantes, data de pagamento e remuneração;

g) o uso de taxímetro nos municípios com mais de 50.000 habitantes;

h) a transferência da autorização do condutor titular para outro condutor titular;

i) em caso de morte do titular, a autorização será transmitida para o cônjuge, os herdeiros necessários, a companheira ou o companheiro, que passam a ter os mesmo direitos e deveres do titular;

j) a autorização não poderá ser objeto de penhora ou leilão;

k) a competência do órgão municipal para apreensão de veículo que transporte passageiros sem a devida autorização legal.

Ao justificar sua iniciativa, o autor argumenta que *causa estranheza o fato de a profissão de taxista não ser ainda regulamentada. A categoria dos taxistas tem desempenhado, ao longo dos anos, um papel de grande importância para a população brasileira e a regulamentação desta profissão, objeto deste projeto de lei, é uma antiga aspiração desse segmento profissional, um anseio da sociedade brasileira e um direito longamente aguardado.*

De acordo com o despacho do Presidente do Senado Federal, a proposição ainda será submetida à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANALISE

Nos termos do inciso I do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

Sem nos aprofundarmos demoradamente sobre o mérito da matéria, que será objeto de exame, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais, entendemos serem plenamente convincentes os argumentos que o autor apresenta para regulamentar a profissão de taxista. Com efeito, os serviços por ele prestados têm o reconhecimento inequívoco de toda a sociedade brasileira e, por isso, estão a merecer o reconhecimento legal de sua profissão.

Por outro lado, tendo em vista que a qualidade e a excelência de bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, o profissional taxista, como em qualquer parte do mundo, deve ter habilitação especializada. Ele é o profissional que, além de transportar passageiros, é o gande prestador de serviços, como o de ir às compras em supermercado, buscar remédios na farmácia, levar nossos filhos à escola, dentre outras tarefas importantes.

Ao par desses aspectos, enfatize-se que a regulamentação legal de determinadas profissões integra a tradição de nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Teve seu início na década de trinta do século passado, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de bens e serviços.

Com a regulamentação dessa profissão cria-se uma identidade, exigindo-se do profissional taxista a ética profissional e são oferecidas as condições para exercer sua profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros não qualificados tecnicamente e sem formação para o seu exercício.

Assim, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I e XVI, da CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. E também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

III – VOTO

De todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011, no que tange ao mérito e à juridicidade, constitucionalidade e regimentalidade da matéria.

Sala da comissão, 15 de junho de 2011.

Senador Francisco Dornelles, Presidente em exercício

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 27 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15 / 06 / 2011 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: em exercício: Senador Francisco Dornelles	
RELATOR: Senador Ruricio Oliveira	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

PARECER Nº 670, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 27, de 2011, do Deputado Confúcio Moura, que *regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências*

O Projeto, ao regulamentar a profissão, dispõe ser atividade privativa do taxista a utilização de veículo automotor para o transporte público individual remunerado de passageiros, com capacidade para, no máximo, 7 (sete) pessoas (arts. 1º e 2º). Em seguida, relaciona os requisitos para o exercício da atividade (art. 3º) e os deveres dos profissionais taxistas (art. 5º).

A proposição estabelece, ainda, a classificação dos profissionais taxistas (art. 4º), em:

I – *autônomo*: motorista que detém autorização, emitida pelo órgão competente, para prestar, por conta própria, serviço de transporte público individual remunerado de passageiros;

II *empregado*: motorista que trabalha, com subordinação, em veículo de propriedade de empresa autorizada pelo órgão competente a prestar serviço de transporte público individual remunerado de passageiros;

III - *auxiliar de condutor autônomo*: motorista que possui certificação para exercer a atividade profissional, em consonância com as disposições estabelecidas na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;

IV - *locatário*: motorista que aluga veículo de propriedade de pessoa jurídica titular de autorização, regido por contrato de locação, nos moldes do Código Civil.

São previstos como direitos do taxista empregado (art. 6º): o piso remuneratório ajustado entre os sindicatos da categoria; e a aplicação, no que couber, da legislação que regula o direito trabalhista e das normas do regime geral da previdência social.

O Projeto, em seu art. 7º, promove modificação na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define a atividade de auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, para determinar que: o recolhimento da contribuição previdenciária dos auxiliares de condutores autônomos será feito pelo autorizatário do veículo; o contrato que rege as relações entre o autônomo e os auxiliares é de natureza civil; esse contrato deverá conter cláusulas que disponham sobre as condições e requisitos para a prestação de serviços, prazo de validade, as obrigações e as responsabilidades das partes contratantes, data de pagamento e remuneração.

Fica, ainda, determinada a obrigatoriedade do uso de taxímetro, anualmente auferido, nos municípios com mais de cinquenta mil habitantes (art. 8º).

Com relação à autorização para o serviço, o Projeto dispõe que:

a) o certificado emitido pelo órgão competente terá validade de 12 (doze) meses e será renovada mediante a comprovação do recolhimento dos encargos previdenciários durante o período (art. 10);

b) fica assegurada sua transferência, desde que preenchidos os requisitos exigidos pelo órgão competente (art. 11);

c) em caso de morte do titular, será transmitida para o cônjuge, os herdeiros necessários, a companheira ou o companheiro, que passarão a ter os mesmos direitos e deveres do titular (art. 12);

d) não poderá ser objeto de penhora ou de leilão.

O art. 9º prevê que os profissionais taxistas poderão constituir entidades nacionais, estaduais ou municipais que os representem. Entre os deveres dessas entidades, estão: manter programas de capacitação e qualificação profissional para seus associados; e fornecer assistência jurídica e social aos associados e familiares.

Finalmente, a proposição confere ao órgão municipal competente a atribuição de apreender os veículos que transportem passageiros sem a devida autorização legal (art. 14º).

Na justificação, o autor lembra que *a categoria dos taxistas tem desempenhado, ao longo dos anos, um papel de grande importância para a população brasileira e a regulamentação desta profissão, objeto deste projeto de lei, é uma antiga aspiração desse segmento profissional, um anseio da sociedade brasileira e um direito longamente aguardado.*

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas. A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na reunião de 15 de junho do corrente ano.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que digam respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões, seguridade e previdência social.

A matéria objeto do Projeto insere-se na competência legislativa da União (art. 22, I e XVI, da CF), de modo que cabe ao Congresso Nacional sobre ela dispor (art. 48, *caput*, da CF). A CCJ já afirmou não haver óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto.

Quanto ao mérito, tal como já nos referimos naquela ocasião, entendemos que os taxistas prestam serviço de inequívoca importância para toda a sociedade brasileira e estão a merecer o reconhecimento legal de sua profissão. Além disso, a qualidade e a excelência dos bens e serviços vêm se sofisticando cada vez mais, de modo que esse profissional deve ter habilitação especializada.

Nesse sentido, é oportuna e conveniente a proposição, na medida em que fixa os requisitos e condições para o exercício da atividade de taxista, assim como os deveres desse profissional, entre os quais estão itens fundamentais, como a presteza e a polidez no atendimento, a regularidade da documentação e a manutenção do veículo em boas condições de funcionamento. Essas são questões fundamentais, para quem carrega e zela pela vida de seus passageiros, com a responsabilidade e a dedicação que caracterizam os profissionais taxistas das mais diversas cidades brasileiras. Por isso, o reconhecimento da profissão não só é necessária, mas também é muito merecida.

De tudo isso, pode-se verificar que a regulamentação da profissão não irá beneficiar apenas os taxistas, mas contribuirá também para trazer maior segurança e confiabilidade aos próprios usuários do serviço, ou seja, à população brasileira, que dele depende rotineiramente para se locomover e assim realizar suas atividades pessoais, profissionais ou de lazer.

Desse modo, acolhemos integralmente os termos do Projeto, para que os taxistas passem a fazer parte do rol de profissões regulamentadas no País, seguindo essa relevante e significativa tradição do nosso direito trabalhista, mantida desde a década de trinta do século passado.

III – VOTO

De todo o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2011.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator
Senador Cyro Miranda

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 07 / 2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: Senador Eunício Oliveira

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- JOÃO PEDRO (PT)
WELLINGTON DIAS (PT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMÉLIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
VAGO	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM)	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

Atualizada em 27/06/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT,PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)				
ÂNGELA PORTELA (PT)					2- MARTA SUPLICY (PT)	X			
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOÃO PEDRO (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)	X			
VICENTINHO ALVES (PR)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)	X				6- CLÉSIO ANDRADE (PR)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					8- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)	X				1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) Relator	X			
PAULO DAVIM (PV)					2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
VAGO					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	Presidente				4- MARIA DO CARMO ALVES(DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				1- ARMANDO MONTEIRO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				2- GIM ARGELLO				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 6 / 07 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Atualizada em 27/06/2011

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

LEI Nº 6.094, DE 30 DE AGOSTO DE 1974

Define, para fins de Previdência Social, a atividade de Auxiliar de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

.....

SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ofício nº 76/2011 _ PRES/CAS

Brasília, 6 de julho de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011, que *Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências,* de autoria do Deputado Confúcio Moura.

Cordialmente,

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER Nº 671, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011 (nº 7.625/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências.

RELATOR: Senador HUMBERTO COSTA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 21, de 2011 (nº 7.625, de 2010, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja ementa é transcrita acima.

O projeto tem por objetivo alterar a composição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, dos atuais dezoito para dezenove juizes.

Ademais, são criadas, na jurisdição do TRT da 6ª Região, nove Varas do Trabalho, localizadas nas cidades de Carpina, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Nazaré da Mata, Palmares, Petrolina, Ribeirão e São Lourenço da Mata, que deverão ser implantadas pelo Tribunal na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários.

Com o objetivo de permitir essa expansão, são criados doze cargos de Juiz, sendo um de Juiz de Tribunal, nove de Juiz do Trabalho e dois de Juiz do Trabalho Substituto, além de cento e vinte cargos efetivos, dos quais noventa e seis de Analista Judiciário de vinte e quatro de Técnico Judiciário e onze cargos em comissão, nível CJ-03, sendo dois de Assessor de Juiz e nove de Diretor de Secretaria.

Estabelece a proposição que a criação desses cargos fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

O Colendo Tribunal autor do projeto justifica a proposição lembrando que *a constatação do aumento das demandas trabalhistas, inclusive em razão das novas competências atribuídas aos Tribunais do Trabalho estabelecidas na Emenda Constitucional nº 45, bem como o fato de não ter o TRT da 6ª Região crescido o quanto era de se esperar, passou a exigir providências no sentido de dotar o citado Tribunal dos meios efetivos para o desempenho pleno dos serviços judiciais aos jurisdicionados, até mesmo como forma de viabilizar a razoável duração do processo, preconizada no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal.*

Em obediência ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Conselho Nacional de Justiça examinou o projeto em tela, aprovando, na 107ª Sessão Ordinária do Colegiado, ocorrida em 14 de junho de 2010, o Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 0002627-55.2010.2.00.0000.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão desta Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo PLC nº 34, de 2011, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, *b*), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, verifica-se que a proposição se justifica pelo crescente aumento do número de demandas trabalhistas no Estado de Pernambuco.

Esse aumento da demanda tem se ampliado a partir da edição da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a chamada "Reforma do Judiciário", que produziu importantes alterações na competência da Justiça do Trabalho, que recebeu, da Justiça Federal e da dos Estados, importantes atribuições, como o julgamento das ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores; das ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; e das ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

É importante registrar, ainda, que a proposição busca ampliar o atendimento da Justiça do Trabalho em nove importantes cidades-polo do Estado, na busca da descentralização e interiorização desse ramo especializado do Poder Judiciário.

Trata-se de providência da maior importância, que acompanha a expansão da formalização das relações de trabalho e que representa, mesmo, importante passo no sentido da garantia da cidadania que vem do cumprimento das obrigações trabalhistas.

Quanto à exigência contida no art. 80, IV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela acima referida decisão daquele colegiado no Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 0002627-55.2010.2.00.0000.

O citado Parecer, de autoria do Conselheiro WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR, vale ressaltar, é exaustivo e promove detalhado exame de todos os aspectos da proposição, buscando compatibilizá-la, de forma precisa, tanto com as necessidades reais do TRT da 6ª Região, quanto com as possibilidades orçamentárias daquela Corte.

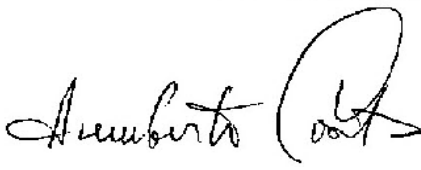
Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária do PLC nº 21, de 2011, cabe registrar que a Lei Orçamentária para 2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, prevê, de forma expressa, em seu Anexo V.I, item 2.6.19, autorização para a criação dos cargos de que trata a proposição e para provimento de trinta e seis deles no presente exercício.

III – VOTO

Destarte, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2011.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 34 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 07 / 11 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Senador Humberto Costa	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

.....

Art. 96. Compete privativamente:

.....

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169

.....

~~b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;~~

~~b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV,~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Seção II
DOS ORÇAMENTOS

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, a que se refere o art. 77, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:

.....

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV do **caput** aos projetos de lei referentes ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos à sua entrada em vigor.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à transformação de cargos que implique aumento de despesa.

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

PARECER Nº 672, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011 (nº 7.574/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 36, de 2011 (nº 7.674, de 2010, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cuja ementa é transcrita acima.

O projeto visa a alterar a composição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, que passa a contar com mais um juiz, passando a ser integrados por catorze magistrados.

São também criadas, na jurisdição do TRT da 18ª Região, doze Varas do Trabalho, sendo cinco na capital e sete nas cidades de Goianésia, Goiatuba, Inhumas, Itumbiara, Pires do Rio, Quirinópolis e Rio Verde.

As novas Varas deverão ser implantadas pelo Tribunal na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários.

Em decorrência dessas alterações, a proposição cria vinte e cinco cargos de Juiz, sendo um de Juiz de Tribunal, doze de Juiz do Trabalho e doze de Juiz do Trabalho Substituto, além de vinte e dois cargos efetivos de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Execução de Mandados e doze cargos em comissão, nível CJ-03.

A criação desses cargos, conforme o estabelece o projeto, fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

O Tribunal Superior do Trabalho justifica a proposição em razão do *aumento da ... movimentação processual* [no TRT da 18ª Região], *tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição, em consequência da ampliação da competência material da Justiça do Trabalho, levada a efeito pela Emenda Constitucional nº 45/2004, além do significativo crescimento econômico que vem sendo experimentado pelo Estado de Goiás há mais de uma década.*

Em obediência ao que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Conselho Nacional de Justiça examinou o projeto em tela, aprovando, na 107ª Sessão Ordinária do Colegiado, ocorrida em 14 de junho de 2010, o Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 0002619-78.2010.2.00.0000.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados e vem ao exame do Senado Federal.

II – ANÁLISE

Do ponto de vista da constitucionalidade formal, nada há reparos a fazer, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, *b*), não havendo, também, qualquer problema no que diz respeito à constitucionalidade material e à juridicidade.

No tocante ao mérito, trata-se de buscar a adequação da estrutura da justiça trabalhista de Goiás à realidade vivida pelo Estado.

Efetivamente, há vários anos que o Estado de Goiás vem crescendo a altas taxas, aumentando a sua participação no produto interno bruto do Brasil. Esse fato tem reflexo no mercado de trabalho, e, consequentemente, gera a ampliação de demandas na Justiça do Trabalho.

Além disso, soma-se a esse crescimento, os efeitos da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a chamada "Reforma do Judiciário", que alterou a competência da Justiça do Trabalho, que transferindo, para esse ramo especializado do Poder Judiciário, atribuições da Justiça Federal e da Justiça Estadual, como o julgamento das ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores; das ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho; e das ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

Quanto à exigência contida no art. 80, IV, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, de que a presente proposição seja instruída por parecer do Conselho Nacional de Justiça, ela foi suprida pela acima referida decisão daquele colegiado no Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei nº 0002619-78.2010.2.00.0000.

Finalmente, no tocante à adequação financeira e orçamentária do PLC nº 36, de 2011, cabe registrar que a Lei Orçamentária para 2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, prevê, de forma expressa, em seu Anexo V.I, item 2.6.11, autorização para a criação dos cargos de que trata a proposição e para provimento de quinze deles no presente exercício.

III – VOTO

Destarte, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2011.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 36 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/07/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Senador Demóstenes Torres	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais
CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

.....

Art. 96. Compete privativamente:

.....

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....

~~b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;~~

~~b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV;~~ (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Seção II
DOS ORÇAMENTOS

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelec dos em lei complementar.

§ 1° A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, a que se refere o art. 77, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:

.....

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV do **caput** aos projetos de lei referentes ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 2º Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos à sua entrada em vigor.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se à transformação de cargos que implique aumento de despesa.

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

PARECER
Nº 673, DE 2011

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011 (nº 7.576/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de Varas do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências.

RELATOR: Senador **EDUARDO AMORIM**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 38, de 2011 (nº 7.576, de 2010, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, tem o objetivo de criar Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 20ª Região, que tem jurisdição no Estado de Sergipe.

São criadas, nos termos da proposição, três novas Varas do Trabalho, sediadas na capital do Estado, Aracaju. Para atender as novas Varas, a proposição acrescenta ao quadro do Tribunal seis cargos de Juiz do Trabalho, sendo três deles para juízes titulares e três para juízes substitutos. O projeto cria, ainda, no quadro de pessoal do TRT da 20ª Região, vinte e nove cargos efetivos e três em comissão.

A justificativa do projeto destaca os efeitos da aprovação da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, na ampliação da competência jurisdicional da Justiça do Trabalho. Nesse sentido, esclarece que a criação das novas Varas visa recompor a capacidade de processamento e julgamento dos feitos atualmente existentes e dotar a jurisdição trabalhista de Sergipe de condição de equilíbrio e estabilidade para fazer frente ao considerável volume das novas demandas processuais.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) tem a atribuição de avaliar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. Na avaliação do projeto em tela, impõe-se também a necessidade de que a Comissão se pronuncie sobre o seu mérito, como determina o art. 101, II, *p*, do RISF, visto tratar-se de matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal.

O mencionado dispositivo da Lei Maior atribui aos Tribunais Superiores competência privativa para iniciar o processo legislativo dos projetos que alterem sua organização e divisão judiciárias, ou disponham sobre a criação de cargos dos juízos que lhes forem vinculados. O PLC nº 38, de 2011, proposto pelo Tribunal Superior do Trabalho, observa essa norma de restrição da competência legislativa.

A proposição respeita, ademais, o § 1º do art. 169 da Constituição Federal, que condiciona a criação de cargos públicos à existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, e também de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. A dotação orçamentária para atender as despesas decorrentes do projeto em exame é indicada, de forma expressa, no item 2.6.13 do Anexo V da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011). A autorização na lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010), por sua vez, encontra-se na disposição do art. 81 desse diploma legal.

A lei de diretrizes orçamentárias de 2011 demanda, em seu art. 80, IV, que as proposições relacionadas a aumento de gastos com pessoal sejam instruídas por parecer que, no caso do projeto em lume, deve ser expedido pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa exigência foi suprida pela decisão tomada por aquele Colegiado em sua Reunião Ordinária de 14 de junho de 2010, que acolheu o Parecer de Mérito sobre o Anteprojeto de Lei em questão, como consta dos autos.

Resta evidenciada a juridicidade do PLC nº 38, de 2011, em vista da ausência de conflito entre suas disposições e outros preceitos e normas do ordenamento jurídico brasileiro. De igual maneira, atestamos a regimentalidade da proposição, cuja tramitação mostra-se livre de qualquer embaraço.

Quanto ao mérito do projeto, devemos louvar a sua apresentação. Desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a demanda processual da Justiça do Trabalho ampliou-se consideravelmente em todo o País. Esse crescimento foi registrado também em Sergipe, cuja capital conta atualmente com apenas seis Varas da Justiça do Trabalho, que trabalham no limite de sua capacidade para atender a sua população. Acreditamos que a aprovação do PLC nº 38, de 2011, contribuirá para melhorar a prestação jurisdicional do TRT da 20ª Região, em benefício do povo sergipano.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011, e no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 6 de julho de 2011.

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 38 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/07/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA	
RELATOR: Senador Eduardo Amorim	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY
MARTA SUPLICY	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUCÁ	3. EDUARDO BRAGA
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA
SÉRGIO PETECÃO	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1. CIRO NOGUEIRA
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 27/05/2011

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 96. Compete privativamente:

.....

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI Nº 12.309, DE 9 DE AGOSTO DE 2010.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011 e dá outras providências.

.....

Art. 80. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, a que se refere o art. 77, § 2º, desta Lei, deverão ser acompanhados de:

.....

IV - parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que trata o art. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do MPU.

.....

Art. 81. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações a qualquer título, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de Anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2011, cujos valores deverão constar da programação orçamentária e ser compatíveis com os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000

.....

LEI Nº 12.381, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2011.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

.....

PARECER Nº 674, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011 (nº 2.548/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Libéria, celebrado em Monróvia, em 29 de maio de 2009.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

RELATORA "AD HOC": Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011, que aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 912, de 11 de novembro de 2009, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, autora do Projeto de Decreto Legislativo que o aprova, tendo passado pelo exame da Comissão de Constituição e Justiça. Aprovado pelo Plenário em 14 de abril de 2011, o projeto foi enviado ao exame desta Casa.

Distribuída a matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 26 de abril de 2011, veio a este Relator após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

O Acordo em exame, conforme assinala a Exposição de Motivos nº 295 ABC/DAI/DAF/MRE-PAIN-BRAS-LIBE, datada de 6 de agosto de 2009, do Ministro das Relações Exteriores, visa a desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo e consideradas prioritárias, de modo a estimular e aperfeiçoar o desenvolvimento social e econômico dos respectivos países.

Composto de onze artigos, o ato internacional em epígrafe pretende desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico nos Estados Partes, particularmente nas áreas consideradas prioritárias por cada um dos signatários.

O Artigo II do Acordo em tela prevê o uso, pelas Partes Contratantes, de mecanismos trilaterais de cooperação, mediante as parcerias triangulares com outros países, organizações internacionais e agências regionais.

É interessante assinalar, no mesmo sentido, o dispositivo contido no inciso 3 do Artigo III do presente Acordo, que prevê a participação de instituições dos setores público e privado, assim como organizações não-governamentais e organismos internacionais nos programas, projetos e atividades a serem desenvolvidas.

Os programas serão implementados por meio de contribuições das Partes Contratantes, que poderão buscar financiamento de organizações internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e de outros doadores.

Segundo o Artigo IV, serão realizadas reuniões entre representantes das Partes para tratar de assuntos pertinentes aos programas e projetos da cooperação técnica, tais como avaliar e definir áreas comuns prioritárias, examinar e aprovar planos de trabalho e avaliar os resultados dos programas e projetos implementados.

Nos termos do Artigo VII, cada Parte concederá ao pessoal designado pela outra Parte para exercer funções no seu território: vistos, conforme a regra de cada Parte; isenção de taxas aduaneiras e de impostos incidentes sobre a importação de objetos pessoais, durante os seis primeiros meses de estada; isenção de impostos sobre a renda, quanto a salários a cargo de instituições da Parte que os enviou; e imunidade jurisdicional, no que concerne aos atos de ofício praticados no âmbito do acordo.

Estipula-se que os bens, equipamentos e outros itens fornecidos por uma Parte Contratante à outra para a execução dos programas e projetos, serão isentos de taxas, impostos e demais gravames de importação e de exportação, com exceção daqueles relativos a despesas de armazenagem, transporte e outros serviços conexos.

O Acordo poderá ser emendado e entrará em vigor a partir da data de recebimento da segunda das notificações de ratificação. Terá vigência por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das Partes (Artigo X).

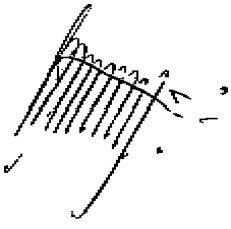
A cooperação com países do continente africano é parte das recentes diretrizes da política externa brasileira. No caso em apreço, a iniciativa reveste-se de importância especial, porquanto poderá contribuir para a superação de difíceis desafios enfrentados pela população da Libéria na busca do desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Para o Brasil, tal iniciativa contribuirá para aprofundar os laços de amizade que unem os dois países.

III – VOTO

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer opinando pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2011.

Sala da Comissão, 7 de julho de 2011.

SENADOR FERNANDO COLLOR, Presidente



, Relator

Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 122, DE 2011**
ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 07/07/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
RELATOR(A) *AD HOC*: SENADORA ANA AMÉLIA	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VAGO	3 – LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 75 e 76, de 2011**, do Presidente da Comissão Assuntos Sociais, que comunicam a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei da Câmara nºs 17 e 27, de 2011**, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

OFÍCIO Nº 75/2011-PRES/CAS

Brasília, 6 de julho de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2011, que *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Sommelier,* de autoria do Deputado Eduardo Cunha.

Cordialmente, Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

OFÍCIO Nº 76/2011-PRES/CAS

Brasília, 6 de julho de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2011, que *Regulamenta a profissão de taxista; altera a Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974;* e dá outras providências, de autoria do Deputado Confúcio Moura.

Cordialmente, Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com referência aos **Ofícios nºs 75 e 76, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 671 a 673, de 2011**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2011** (nº 7.625/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE), cria Varas do Trabalho com sua jurisdição e dá outras providências;*

– **Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2011** (nº 7.574/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO), cria Varas do Trabalho em sua jurisdição e dá outras providências*; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2011** (nº 7.576/2011, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) e dá outras providências.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2010** (nº 3.594/2008, na Casa de origem, do Deputado Luiz Carlos Heinze), que *denomina Rodovia General Adalberto Pereira dos Santos o trecho da rodovia BR-158 entre as cidades de Santa Maria e Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 838, DE 2011
(REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011 – CRE)

Requer **voto de aplauso e de louvor** ao Dr. JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, por haver sido eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.

Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos, **voto de aplauso e de louvor** ao Dr. JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, ex-Ministro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, por haver sido eleito, no último dia 26, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO.

JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno do Senado Federal prevê o voto de aplauso, de louvor ou semelhantes para ***acontecimento de alta significação nacional ou internacional***.

Evidentemente, este é o caso da eleição do Dr. JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, ocorrida no último domingo, dia 26, na cidade de Roma, Itália, para exercer, no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de julho de 2015, **o expressivo cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO**.

À frente da FAO, o Dr. JOSÉ GRAZIANO certamente poderá colocar a serviço das Nações Unidas sua vasta experiência profissional, cujo ápice foi a titularidade do Ministério da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, exercida entre 2003 e 2004, quando coordenou a elaboração do programa "Fome Zero" e deu início à sua implementação.

Além disso, deve-se assinalar que a escolha do Dr. JOSE GRAZIANO, primeiro latino-americano **a ocupar esse elevado posto**, representa um **reconhecimento internacional às políticas econômicas e sociais que vêm sendo implementadas no Brasil** com o propósito especial de atender as necessidades da população mais carente e reduzir, entre nós, os níveis de miséria e de pobreza.

Por fim, não se pode deixar de mencionar a excelência do trabalho desempenhado pelo Ministério das Relações Exteriores e de seu titular, Ministro ANTÔNIO PATRIOTA, imprescindível para viabilizar a escolha do Dr. JOSÉ GRAZIANO para a direção geral da FAO.

Sala da Comissão, de junho de 2011.

Senador **FERNANDO COLLOR**

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

REQUERIMENTO Nº 23 , DE 2011 - CRE

ASSINAM O REQUERIMENTO, NA REUNIÃO DE 07/07/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VAGO	3 – LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

FRAGMENTOS DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NAC IONAL, REALIZADA EM 07/07/2011, ÀS 10H.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) - Declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL)

Item 8.
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CRE

Com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos voto de aplauso e de louvor ao Dr. JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, ex-Ministro da Segurança Alimentar e do Combate à Fome, por haver sido eleito, no último dia 16, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO.
Autoria: Senador Fernando Collor.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado o Requerimento nº 29, de 2011, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O requerimento lido vai à publicação e será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 047, de 2011**, do Deputado Mendes Ribeiro Filho, Líder do Governo no Congresso Nacional, indicando, nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, a Deputada Manuela D'Ávila e os Deputados Nelson Pellegrino e Gilmar Machado, para as funções de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Ofício GLC nº 47/2011

Brasília, 7 de abril de 2011

Assunto: **Indicação Vice-Líderes.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 4º do Regimento Comum, alterado pela Resolução nº 1, de 1995-CN, indico os parlamentares para os cargos de Vice-Líderes do Governo no Congresso Nacional:

- Deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS)
- Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA)
- Deputado Gilmar Machado (PT/MG)

Agradeço a Vossa Excelência e manifesto minha estima e consideração.

Respeitosamente, – Deputado **Mendes Ribeiro Filho**, PMDB/RS, Líder do Governo no Congresso

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, queridíssimo Senador Paulo Paim, senhoras e senhores, trago hoje um assunto muito leve, não menos alegre, festivo, para mim, depois de um mês inteiro de festejos juninos no Nordeste, aos santos reverenciados pela Igreja Católica – Santo Antonio, São João e São Pedro – que marcam, efetivamente, a religiosidade do povo nordestino, a cultura, o folclore de uma terra tão brava. Acostumada a conviver com intempéries climáticas, com secas causticantes, ela consegue vencer com alegria.

E, hoje, eu dedico este pronunciamento a falar do Nordeste, a falar da nossa cultura, da nossa religiosidade, da força, do empenho, da capacidade de, mesmo sofrendo, conseguir ser uma terra alegre.

Antes, porém, quero fazer menção a Municípios da Paraíba que estão com suas emancipações sendo comemoradas: o Município de Curral Velho, que quero saudar na pessoa do Prefeito Luis Alves Barbosa, do seu Vice-Prefeito José Estrela Diniz; o Município de Cubati, na pessoa do Prefeito Dimas Pereira, do Vice-Prefeito João Batista, do meu queridíssimo amigo Dudu – Eduardo –, líder extraordinário do Município de Cubati; a Prefeitura Municipal de Sousa, que se emancipa agora, dia 10/07– um abraço ao Prefeito Fábio Ttrone e a sua Vice-Prefeita Johanna Abrantes, um abraço carinhoso; cumprimentos fraternais ao Deputado André Gadelha; e a Prefeitura Municipal de Araruna, na pessoa da minha queridíssima Prefeita Wilma Maranhão.

A esses quatro Municípios que estão com suas emancipações sendo comemoradas durante os dias de ontem, hoje e amanhã, eu reitero o meu desejo, como Senador da República, de continuar ativamente integrando o nosso mandato à cidade que carinhosamente nos acolheu.

Mas, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar sobre o maior São João do mundo, a maior festa popular do Brasil, patrimônio cultural e imaterial da Paraíba. Campina Grande realizou nos últimos 30 dias, do dia 3 de junho ao dia 3 de julho, a maior festa, repito, popular do Brasil.

Não digo pessoalmente – e poderia – com imodéstia falar do São João, mas falo em nome do Ministério do Turismo, que contratou a Fundação Getúlio Vargas para aferir a grandiosidade dos 50 maiores eventos do Brasil.

E, no final da semana passada, a Fundação Getúlio Vargas divulgou que, entre os 50 maiores eventos do Brasil, quatro se notabilizavam pela força e pela grandiosidade – pela força da mobilização popular e pela grandiosidade do evento: o carnaval de Olinda e Recife, uma festa de fortes raízes culturais; o carnaval de Salvador, que é um misto de grandes culturas, do povo baiano com a força do axé, com a capacidade de arregimentação de milhares de pessoas; o carnaval secular, o carnaval carioca; e o São João de Campina Grande.

O São João de Campina Grande ficou, entre as festas juninas do Nordeste, entre as quatro de maior envergadura no País. Por isso, ela está inserida no calendário da Embratur. O evento está colocado, repito, ao lado dos carnavais do Rio de Janeiro, de Salvador e de Olinda, uma festa que tem um custo operacional de mais de R$6 milhões.

Durante 31 dias ininterruptos, o espaço dedicado à festa atrai pelo menos 2,5 milhões de brasileiros, que se espalham em áreas geográficas importantís-

simas, como a área do Parque do Povo, em que há 50 mil metros quadrados dedicados às nossas raízes, ao nosso folclore, à força da nossa gente. É uma festa que atrai 150 mil pessoas por dia, tem 11 polos de diversão, com a apresentação de mais 90 artistas e 500 atrações até o final do evento. São quadrilhas juninas que representam quase 200 se apresentando diariamente na festa. São 350 apresentações folclóricas ao longo do mês. São gerados, Senador Paim, mais de 10 mil empregos diretos e indiretos, com pleno comércio formal, e informal, de bares, restaurantes, com a força da circulação de riquezas, atraindo comerciantes dos mais diversos tipos à cidade. Taxistas, mototaxistas, doceiras, artesãos, empresas de comunicação se revezam diariamente nessa festa.

E ela teve um caráter especialíssimo neste ano, dentro dos sete anos da gestão do Prefeito Veneziano Vital do Rêgo, Senador Mozarildo: pela primeira vez, ela foi transmitida ao vivo para 157 países. A Record News e a Record News Internacional promoveram essa divulgação, e nós conseguimos internacionalizar agora a festa, já nos preparando para receber os grandes eventos globais que o Brasil vai sediar, tanto a Copa de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016, principalmente a Copa de 2014, que acontece exatamente no meio do nosso São João. O período coincidente da Copa do Mundo é dedicado aos festejos juninos na região Nordeste.

Nós temos duas cidades que são sede da Copa do Mundo, a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, e a cidade de Recife, em Pernambuco. Essas cidades estão distribuídas geograficamente a menos de 200 quilômetros de Campina Grande. Por isso, neste ano, dentro do planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de Campina Grande, a internacionalização do evento faz parte de uma plataforma para receber os turistas que vêm ao Brasil e vão assistir, além da Copa do Mundo, aos nossos festejos de São João, Santo Antônio e São Pedro.

É, sem dúvida alguma, um período muito importante, muito vivo da nossa economia. Mais de R$100 milhões, num investimento de R$6 milhões, são devolvidos ao Estado. São R$100 milhões circulando na economia do Estado ao longo desses 30 dias, em que toda a lotação hoteleira da cidade e dos nossos vizinhos – como a capital do Estado, João Pessoa e a capital de Pernambuco – é dedicada à festa. É um evento impressionante, um crescimento sustentável do nosso potencial econômico.

Eu me sinto muito feliz em poder ter participado com emendas ao Orçamento, com propostas para trazer esta festa para o lugar que merece. Agradeço muito aos organizadores da festa, agradeço ao Ministério do Turismo, agradeço a todos os patrocinadores, tanto estatais, como paraestatais e privados, que ofereceram ao Brasil uma festa inigualável.

Mas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu não poderia deixar de falar sobre nosso calendário final da Comissão Mista de Orçamento, que me honra presidir, em que estamos nos preparando para apreciar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, talvez o documento fiscal, orçamentário, econômico – diria até – mais importante deste primeiro semestre.

Um ano que começa com a Presidenta Dilma assumindo os destinos a Nação e em que não há, por conseguinte, um Plano Plurianual de Investimentos. Este ano nós vamos votá-lo concomitante à Lei Orçamentária anual.

Por não haver o PPA, reveste-se de importância vital, fundamental a LDO. E a LDO, Senador Paim, está sendo construída pelas mãos de um extraordinário homem público, de quem quero ressaltar o seu engajamento, o seu empenho e sua dedicação a essa obra tão difícil: o Deputado Márcio Reinaldo. Ele vem desenvolvendo, ao longo desses últimos meses, um papel fundamental na apreciação dessas matérias.

Eu imagino que todas as atenções esta semana no Congresso Nacional, já que nós estamos com pauta trancada tanto na Câmara dos Deputados quanto nesta Casa, estejam realmente voltadas à Comissão Mista de Orçamento. A LDO é um marco, digamos, regulatório do nosso Orçamento, é a porta de entrada do nosso Orçamento, e eu espero que a gente possa votá-la, efetivamente, na terça-feira. Por isso, faço um apelo desta tribuna aos meus companheiros, aos nove Senadores que compõem a Comissão Mista de Orçamento, representando o Senado Federal, e aos trinta companheiros titulares e outros suplentes que compõem a Câmara dos Deputados, para que façamos um esforço concentrado na terça-feira e votemos uma lei que será fundamental para o início do Governo da Presidenta Dilma.

Posso garantir, senhoras e senhores, Sr. Senador Paulo Paim, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, que o esforço desta Presidência e do Sr. Relator não foi em vão. Nós temos um diploma que é, sem dúvida alguma, o mais avançado, em termos de Orçamento, Mozarildo, dos últimos cinco anos. Posso dizer assim porque privo da honra de estar no Congresso Nacional há cinco anos. Acompanho cinco edições orçamentárias e, pela primeira vez, vejo uma lei garantindo, por exemplo, a execução de emendas parlamentares, garantindo, de certa forma, um Orçamento que não esteja tão distante da nossa realidade, um Orçamento dentro de um ano fiscal enxuto, apertado, como este que a Presidenta Dilma está enfrentando e enfrentando com muita

objetividade e com eficácia, mas um Orçamento que resguarda as prerrogativas do Congresso Nacional.

Sinto-me muito feliz em poder presidir esta Comissão.

Nós estamos tendo profundas dificuldades, ao longo dos últimos dias, em virtude das tensões políticas que se agudizam a cada semana e que refletem efetivamente numa Comissão nervosa, viva, dinâmica como é a Comissão de Orçamento. Quem já esteve por lá sabe que é realmente a caixa de ressonância, por ser única, que envolve Câmara e Senado, os dois Poderes da República. Ainda assim, nós vamos entregar o nosso trabalho a tempo de iniciarmos o necessário recesso constitucional de meio de ano.

Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Senador Paim, ouço V. Exª antes de concluir meu pronunciamento. Eu o considero um dos mais invejáveis homens públicos deste País. Tenho uma admiração muito franca, muito sincera pelo seu trabalho, identificado com setores fundamentais e importantes. Eu não me canso de dizer que tenho a honra de ombrear-me a V. Exª nas causas que defende, principalmente quando trata de direitos humanos e defesa dos trabalhadores. Ouço com muito orgulho e com muita vaidade V. Exª.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Vital do Rêgo, eu não me perdoaria se não o aparteasse, ouvindo o seu pronunciamento acerca da importância das festas regionais para todos os Estados, não só para o seu – V. Exª destaca isso. Seu Estado lembra Campina Grande, lembra as festas juninas, enfim, milhões de turistas que estão participando desses eventos. Aí eu me lembro também do meu Rio Grande, do quanto são importantes as festas regionais que temos lá, seja da uva, do vinho, eu ia dizer do champanhe, mas do *prosecco*, não se pode mais falar champanhe –, da pecuária, enfim, de todas as áreas, todos os grandes parques industriais. Quero cumprimentá-lo por fazer um relato brilhante dessa atividade na região. Eu não estive lá ainda, mas irei, eu me comprometo com V. Exª, porque isso já é contado e cantado em verso e prosa não só no Brasil, mas também no exterior. Eu não estive em Campina Grande participando dos eventos, mas estarei lá com V. Exª, se Deus quiser, no ano que vem. Estou me convidando para acompanhá-lo. A segunda coisa que gostaria de falar é da importância da Comissão que V. Exª preside. Alguém já disse que essa talvez seja a principal Comissão, a Comissão Mista do Orçamento, que agora está tratando da LDO. Nós não estamos tratando do Orçamento de Campina Grande, da minha Canoas, da minha Porto Alegre, mas do Brasil. V. Exª é o Presidente dessa Comissão. Eu confesso a V. Exª que ontem estive com o Deputado Márcio Reinaldo e assino embaixo do que V. Exª diz em relação ao trabalho que ele está fazendo. Recebeu-me com o dirigente dos aposentados de forma muito gentil, com muita diplomacia e muito carinho. Falou das dificuldades dele como relator, mas ao mesmo tempo me falou da importância de dialogar com V. Exª, Presidente da Comissão, de dialogar com os líderes. O que for possível, desde que haja um grande entendimento para viabilizar a proposta, será feito para que a gente consiga colocar, na LDO, alguma diretriz que aponte que os aposentados e pensionistas, os milhões e milhões de brasileiros que deram a sua vida construindo este País, possam olhar para 1º de janeiro do ano que vem – a decisão no fundo acaba sendo agora – sabendo que não só o salário mínimo terá o reajuste da inflação e do PIB, mas que eles também tenham o reajuste da inflação e um percentual, como foi assegurado, no ano passado, por exemplo, pelo Presidente Lula, a inflação e 80% do PIB. É claro que a emenda que encaminhei não poderia ser diferente, porque acho que esta é uma Casa de negociação. Eu coloquei na LDO a inflação mais o PIB dos últimos doze meses, como forma de construir uma linha de entendimento. Mas muito mais do que falar das emendas que apresentamos nessa área, quero cumprimentar o trabalho de V. Exª. Interessante que o que V. Exª falou aqui do Deputado Márcio Reinaldo foi na mesma linha do que ele falou de V. Exª. Ele elogiou muito V. Exª e falou do orgulho de estar praticamente sob sua orientação, V. Exª como Presidente e ele como relator, fazendo esse trabalho conjunto para nossa peça orçamentária. O objetivo é este: discutir como vai ficar o nosso Orçamento, que votaremos até o fim do ano, e a LDO, que votaremos, provavelmente, na terça-feira ou na quarta-feira. Se depender da vontade de todos nós, será na terça-feira. Então, o meu aparte é para cumprimentar V. Exª, um Senador que orgulha não só o seu Estado, mas o Senado da República, como Presidente dessa importante Comissão. Esperamos dialogar. Vamos torcer para que a gente consiga, como disse um amigo meu, uma grande consertação em cima da LDO, que garanta também para o aposentado olhar para o horizonte e saber que nos lembramos da situação deles, que é de fato delicada. Enfim, esse aparte é muito mais para cumprimentar V. Exª. Eu tenho muito orgulho de V. Exª, como também do Senador Mozarildo Cavalcanti. Vamos estar também no Parlasul, Senador Mozarildo. É bom ter os senhores aqui como parceiros de atuação na construção de um mundo melhor para todos. Parabéns! V. Exª é um orgulho para o Senado da República, bem como o Senador Mozarildo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Senador Paulo Paim. Seu aparte me chama algumas responsabilidades, responsabilidades afetivas,

sentimentos comuns e, quando V. Exª falava do Rio Grande, nossas histórias são convergentes.

A Paraíba, no que pese a distância geográfica de Porto Alegre ou do Rio Grande, na sua história há uma forte presença do espírito gaúcho, do espírito de Vargas, da luta dos trabalhadores. E a Paraíba tem, na sua bandeira, o marco dessa luta. E temas comuns nos unem.

Fico impressionado, Senador Paulo Paim – e aí me permita a digressão – com a força, a vontade, o espírito patriótico do povo gaúcho.

Fico impressionado, Senador Paulo Paim, quando vejo o Rio Grande cantar seus hinos com a voz cheia de amor e de fidelidade na sua gente. É essa cultura do Rio Grande que a gente tem como espelho na Paraíba. E quando vocês se vestem com a característica típica da marca do homem, da luta gaúcha, a gente se veste com a roupa do vaqueiro representando a luta do nordestino, a luta da Paraíba, a luta de um povo que teima em ser grande pela própria natureza.

Por isso que estas relações, Senador Mozarildo, do Rio Grande com a Paraíba são muito fortes. E, quando ouço V. Exª, vejo o cantar de um povo gaúcho, vivo, forte, austero, feliz e bravo.

Quero lhe dizer que a proposta que V. Exª apresenta à LDO me traz e me convoca a uma responsabilidade histórica. Não posso dizer a V. Exª que sou favorável a todos os seus embates históricos, como digo aqui a cada vez que assumo a tribuna e sou aparteado por V. Exª, sem, na prática, fazer isso, sem, na prática, recolher a emenda de V. Exª, que traduz a luta de milhares de cidadãos aposentados e pensionistas por aquilo que lhe é devido e por aquilo que lhe é de direito: ser tratado como cidadão brasileiro, trabalhador e que agora goza de uma merecida aposentadoria após um cotidiano de trabalho. Para mim, o aposentado continua trabalhador.

Eu não tenho como imaginar que a luta de 30 anos, de 35 anos possa ser esquecida pelo Estado! Agora, eles pertencem a uma nova categoria de homens e mulheres, como se tivessem nascido agora. Ninguém nasce aposentado. Ninguém nasce aposentado! A aposentadoria é o resultado de uma vida de dedicação ao trabalho. Então, eles continuam trabalhadores.

Eu, certamente, Senador Paim, para ter a continuidade da admiração de V. Exª, para continuar gozando dessa amizade tão fraterna, de irmãos e cidadãos paraibanos como somos, eu e V. Exª, para intimá-lo a ir, por exemplo, ao São João de Campina – não convidá-lo, mas intimá-lo –, tenho que lutar com Márcio Reinaldo pela emenda de V. Exª.

Ninguém melhor do que V. Exª para saber que temos um caminho pela frente, de convencimento econômico e financeiro da nossa proposta. Mas conte comigo, conte publicamente comigo! Eu, falando a V. Exª, falo aos milhares de homens e mulheres, cidadãos brasileiros que admiram o trabalho de V. Exª. V. Exª não deixa um momento... Eu estava até – e vou ouvir o meu professor Cristovam Buarque – estranhando V. Exª não vir a mim com relação à demanda de aposentados da LDO. Eu estava até estranhando, porque sei que V. Exª não perde uma oportunidade para encaixar, para registrar, para carimbar a demanda dos aposentados. Por isso, eu me orgulho muito de ser parceiro, amigo de V. Exª.

Ouço...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Permita-me apenas dizer-lhe obrigado, Presidente da nossa comissão mais importante do Congresso Nacional.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Presidente.

Ouço outra referência deste Parlamento, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. Quero apenas dizer duas coisas sobre o seu discurso: uma é sobre essa parte de aposentadoria; outra, sobre o Orçamento. Creio, Senador Paim, que a gente deveria mudar o nome da rubrica "aposentadoria" e colocar na rubrica "dívida". A aposentadoria é uma dívida. Nós temos a dívida com os bancos, que emprestaram dinheiro, e temos a aposentadoria dos velhos, que emprestaram a vida para a gente. Há uma dívida. Com uma diferença: eles pagaram a contribuição todos os meses, durante 30, 35 anos, e querem recebê-la de volta. É uma dívida que a sociedade tem. Nós nos acostumamos que dívida com banco ninguém discute. Não precisa de um Paim aqui para convencer a colocar no orçamento dinheiro da dívida com os bancos, mas a gente precisa do Paim para convencer a colocar dinheiro para pagar a dívida com os idosos, com os que trabalharam. Isso é uma coisa. É óbvio que me preocupa muito o fato de que no Brasil 70% dos recursos da União vão para as dívidas, seja para a dívida com os idosos, seja para a dívida com os bancos. A gente vai ter que resolver esse problema, mas tem que cumprir a dívida com eles. Sobre o orçamento, eu queria aproveitar, de certa maneira, para fazer publicidade dessa ideia de que a gente vai ter que, um dia, mudar a concepção da responsabilidade da educação – União, Estados e Municípios – para, com isso, mudar o orçamento da educação. Eu continuo acreditando que é impossível ter uma boa educação se deixarmos nas costas dos pobres dos prefeitos o pagamento do salário dos professores. Um desses dias, vi professores, em greve, pedindo 13% de aumento. O salário ali era pouco mais de R$700,00. Eu disse:

"Gente, se vocês querem melhor educação, têm que pedir 1.000%! Agora, o prefeito não é capaz de pagar nem os 13% que vocês estão pedindo. Essa greve não vai adiantar, porque o prefeito não pode pagar 13%." Agora, 13% não muda a realidade da educação. Só a União poderia assumir isso. Um programa de federalização da educação no Brasil custaria, a mais do que a União gasta hoje, 3% do PIB. Hoje gasta 3,2% e passaria a gastar 6,4%. Dobraria. Aí dizem "dobrar?" Mas não é tanto. Se a gente descontar disso o que a União já transfere pelo Fundeb, e que não precisaria transferir mais, vai ficar muito menos. Aí dizem: "Mas a Constituição diz que o ensino fundamental é do Município". Mas alguém aí recusa colocar um Colégio Pedro II na sua cidade? O Rio de Janeiro tem o Colégio Pedro II, federal. Alguém recusa uma escola técnica? Quem recusa uma escola técnica? Alguém recusa uma universidade federal? Ninguém! Quem vai recusar uma escola do ensino fundamental? Isso libera o prefeito dos gastos e, ao mesmo tempo, deixa o poder do prefeito na gestão. Não dá para gerir duzentas mil escolas de Brasília. Como as universidades, que são federais, mas o controle é do reitor.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É o mesmo modelo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É o mesmo modelo! Agora o salário iria direto para o professor. E olha que, quando digo 3,4%, veja bem, quem me está assistindo vai achar que eu estou sonhando: 3,4% do PIB a mais, na verdade, custa 6,4% e hoje gasta-se 3,2%. Então, dobraria, elevando o custo do aluno, de R$1.600,00 R$1.700,00 para R$9.000,00 por ano, e elevando o salário do professor para R$9.000,00. Hoje está também em R$1.500,00 R$1.600,00. É interessante, faça as contas: o custo de um aluno por ano é o mesmo valor do custo de um professor por mês. É uma coincidência muito interessante, graças ao número de alunos por sala de aula, que está padronizado entre 30 e 40. Veja bem, quando a gente subir o salário do professor – isso não se faz hoje, isso leva 20 anos para se fazer no Brasil inteiro. Mas se pode começar por cidades: escolhem-se 100 cidades, 200 cidades; no outro ano, já se pegou experiência, mais 300 cidades, depois mais 500. Em 20 anos, a gente chegaria. É como se pegasse o Colégio Pedro II e o espalhasse para todo o País. E esse custo se dá melhorando muito as escolas atuais, subindo o salário dos professores atuais de R$1.500,00 para R$4.000,00. E esses novos professores, selecionados em concurso federal, com novas exigências, já entrariam com R$9.000,00, o que ainda é a metade do que recebe um delegado da Polícia Federal, ainda muito menos do que recebem os que entram na Justiça. Isso vai implicar mudar o orçamento, mas nem muito o aumento, é simplesmente mudar a distribuição. Em vez de continuar mandando recurso para o prefeito fazê-lo chegar à escola, já manda direto para o professor. Facilita para o pobre do prefeito. Quando eu converso com os prefeitos em geral, eles acham que educação é um problema, em vez de ser a solução, porque, de fato, para eles é um problema. A coleta de lixo é um problema. Criança na escola é um problema. Não pode ser a mesma coisa, um problema: criança na escola é solução. Lixo é um problema. Saúde é um problema. Educação é solução. Mas eles, coitados, não têm como melhorar nada, sem falar da desigualdade na nossa Paraíba, em Pernambuco, para uma cidade que tiver, por exemplo, *royalty,* que tem muito mais dinheiro, e não o estão usando para a educação. Então, fica essa minha sugestão, não do que fazer, mas do que debater, do que aprofundar. E, finalmente, o problema dos *royalties*. *Royalties* têm que ser concentrados para financiar a educação das crianças. Só assim a gente vai fazer do petróleo, que é provisório, uma riqueza permanente, que é o cérebro do nosso povo. Parabéns pela sua fala! Fica aqui o meu desejo de pegar carona com um aparte ao seu discurso.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Cristovam –vou terminar, Mozarildo, mas não posso deixar de fazer um registro –, eu estava ouvindo V. Exª, acabei de ouvir o Senador Paim, e comecei a viajar: viajar no tempo, viajar nas minhas memórias, viajar na minha saudade.

No final da vida de meu pai – meu pai era um visionário, um parlamentarista convicto, um homem que esteve neste Congresso durante 30, 40 anos –, já bastante doente, vivendo e purgando os problemas sequenciais de um processo doloroso –, ele me dizia: "Meu filho, você vai, com a graça de Deus, para uma escola. Você já está em uma Casa em que se aprende muito, mas você vai para a Casa dos sábios." Ele tinha este Senado como o Senado de outrora, o Senado que eu vejo em muitos por aqui. E eu estava me lembrando dele quando dizia-me com quem eu iria me encontrar: com o Senador Paim, com o Senador Buarque, que são visionários, que são sonhadores, que são emocionais, mas que usam toda essa emocionalidade nas causas em que acreditam. Quero citar também um ausente: o Eduardo Matarazzo Suplicy; outro desses homens seletos, Pedro Simon. Cito alguns que são referências de minha adolescência, de minha vida de jovem médico

e advogado. Vez por outra, lia os discursos de V. Exªs. V. Exªs, realmente, são figuras inigualáveis.

E, Senador Cristovam, em nenhum momento de sua vida o senhor se apartou desta obsessão santa, desta determinação forte, desta convicção apaixonada, que é lutar por educação. V. Exª disse duas pérolas no discurso-aparte que fez há pouco a este modesto pronunciamento para abrilhantá-lo: a história da dívida para com o aposentado. É dívida mesmo! É dívida mesmo, tenho certeza! Olha, nos últimos tempos, eu estou levando muita fé no sentimento, na convicção social da Presidenta Dilma Rousseff. Eu penso que ela pensa assim também. E que a distância entre o pensar e o agir é, efetivamente, uma distância longa, que terá de passar por etapas de convencimento e de opções. E de opções! Opções do que devemos fazer neste País, que tem que decolar. Tem que decolar. Não podemos mais ser promessa. Ou continua-se economizando para o superávit, para fazer a farra daqueles que se contentam com esse modelo econômico que aí está, ou faz-se uma opção pela educação, ou faz-se uma opção pelo social, para pagar dívidas com a pessoa, e não com o banco.

Acho, Senador Cristovam, que a proposta de federalização da educação no Brasil é uma opção. É uma opção. O Governo tem que fazer essa opção. Mais cedo ou mais tarde, nós vamos ter que fazer essa opção, como o exemplo dos Tigres Asiáticos, que fizeram essa opção 50 anos atrás e que, hoje, estão lucrando com essa opção.

Nós temos a saída. Deus é tão bom que nos deu, a 200 quilômetros da costa, a nossa saída, que é a riqueza do pré-sal. É inimaginável, Sr. Senador Paim, Sr. Senador Cristovam, o lucro, a riqueza que este País vai receber com o pré-sal, mas nós temos que saber partilhar e saber eleger prioridades.

Graças também a esse bom Deus, sou Relator dos projetos do pré-sal que estão caminhando no Senado. Eu acho que, com esse primeiro passo, sem machucar ninguém, Senador Cristovam, sem tirar de ninguém para a educação, nós poderemos criar vinculações, Senador Presidente Mozarildo, para conseguir financiar a educação neste Brasil, porque bem disse – e para concluir – o Senador Cristovam: o petróleo é finito. Que transformemos a riqueza do petróleo na riqueza da nossa gente; que transformemos os poços de petróleo que perfuramos em terra ou no mar na produção de cérebros dessa criançada, para a riqueza do Brasil de amanhã. Eu tenho certeza de que essa riqueza é muito maior do que o pré-sal.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Vital do Rêgo, embora a Presidência não deva e não possa fazer aparte, quero fazer um comentário ao pronunciamento de V. Exª.

Na verdade, V. Exª falou da ligação Paraíba/Rio Grande do Sul. Portanto, a relação da Paraíba com o Brasil vai do extremo Norte, no Monte Caburaí, até o extremo Sul, no Chuí, do Senador Paim. Sou neto de paraibano, como V. Exª sabe.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – E tenho uma dívida comigo mesmo de conhecer, primeiro, Bananeiras, que foi de onde meus avós vieram, e também Campina Grande, que é uma referência nacional e até internacional.

V. Exª debateu também dois outros aspectos fundamentais: um deles foi a questão do orçamento. O Parlamento, no mundo, foi criado para justamente limitar o poder do rei de usar, como queira, o que arrecadar. O Parlamento tinha como objetivo principal fazer o orçamento e dizer em que podia ser gasto e no que devia ser gasto. Ao longo do tempo, pelo menos aqui, no Brasil, isso vem se deteriorando, e o orçamento é uma peça meramente autorizativa, e não impositiva. Então, a concentração da decisão e do poder no Executivo é muito grande e tem que ser mudada.

V. Exª está fazendo um trabalho magnífico. Estou acompanhando.

Quanto a essa questão do aposentado, realmente, foi muito bem colocada. O aposentado devia ser uma pessoa que não fosse olhada como uma carga pesada para a Nação; pelo contrário, devia ser uma pessoa premiada pela Nação pelo trabalho que prestou.

Portanto, parabéns a V. Exª em todos os aspectos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Mozarildo.

V. Exª sabe que, além do respeito e da admiração, há muita fraterna comunhão de temas e de propostas nossas. Tenho a honra de poder estar ao lado de V. Exª nos grandes assuntos que movem o seu mandato. Sinto-me muito feliz em estar convivendo com V. Exª. Além de neto de paraibano, V. Exª tem uma sensibilidade e um carinho muito grande com o meu Estado. Estejamos juntos nessa luta, que é de todos nós.

Muito obrigado a todos.

Tenham um bom-dia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Parabéns, Senador.

Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Cristovam Buarque, do PDT, do Distrito Federal.

Porém, antes de o Senador Cristovam começar o seu pronunciamento, quero registrar a presença, na tribuna de honra do Senado, do meu amigo Ubirajara Riz Rodrigues. Coincidentemente, amanhã, a nossa cidade, Boa Vista, Senador Paim, faz 121 anos, e ele foi eleito para a primeira Câmara de Vereadores de Boa Vista; não há 121 anos, mas em 1969.

É um amigo, um irmão maçom, que, amanhã, estará aniversariando junto com a nossa cidade, Boa Vista. Portanto, seja bem-vindo à Casa.

Senador Cristovam, com muito prazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mozarildo, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ontem, Senador Mozarildo, fizemos mais uma reunião do ciclo da Comissão de Relações Exteriores, através da sua subcomissão específica, que presido, para discutir os temas que deverão ser debatidos na reunião dos chefes de Estado e de governo em junho de 2012.

Ontem, Senador Paim, debatemos o assunto do que é economia verde, já que temos uma crise muito forte do atual modelo econômico. E aí ficou claro que a economia verde é a saída inteligente para a crise ambiental. A economia verde é aquela que, em vez de usar petróleo, que vai esgotar-se, usa o sol para produzir energia. O dia em que o sol esgotar-se, a Terra acabou. Então, temos aí pelo menos alguns bilhões de anos. Use-se a agricultura para produzir energia, como fez o Brasil, inteligentemente, com o Proálcool, décadas atrás. Usamos o vento para produzir energia, que se chama alternativa eólica, que é uma alternativa permanente. Só vai acabar vento se houver um cataclismo tão grande no processo climático que deixe de haver vento no tamanho de ser possível usar; porque, sem vento não existe energia eólica, mas, com tempestades grandes demais, pode não existir também.

Então, a economia verde é a economia inteligente, é a economia lógica, é a economia permanente. Veja, por exemplo: gastam-se bilhões de reais em pesquisas da Petrobras, que é um exemplo de avanço tecnológico brasileiro. Mas, mais dia menos dia, toda essa pesquisa relacionada a petróleo vai morrer, vai ficar obsoleta no dia em que acabar o petróleo. Não precisa nem acabar, quando ficar raro. Ou até antes, se, de repente, descobre-se que esse dióxido de carbono que a gente respira e que está perturbando o clima vai ter que ser parado; não se vai poder usar mais. Ou seja, é uma inteligência de curto prazo. É uma inteligência com tempo determinado para virar burrice.

A economia verde tenta evitar isso. Tenta fazer com que o que a gente, hoje, utiliza da natureza seja permanente. Mas, a economia verde tem uma porção de problemas. O primeiro problema é dentro dela mesma, o chamado "efeito culatra", como no revólver – quando você dá um tiro e bate em você, atrás –, o "efeito rebote". Por exemplo, estamos diante de uma crise climática. Com a ideia de que o álcool substitui o petróleo, tem gente dizendo: "Então vamos encher o planeta de automóveis." Quando fizermos isso, vai-se precisar de mais álcool. Para isso, vai-se precisar destruir florestas. É o efeito rebote da energia com base no verde. Ela gera soluções, mas ela gera um otimismo que obscurece a crise, e, ao obscurecer a crise, ela traz um problema tão grande quanto aquele problema que ela evita.

Por isso, a economia verde não basta. E aí, Senador Mozarildo, o que eu vim repartir aqui entre nós, debater em conjunto foi o que surgiu na reunião de ontem: as cores da economia. Quais são as cores da economia? A atual se chamou ali de uma economia marrom. Essa economia que depreda, essa economia que desemprega, essa economia que endivida as pessoas para vender os produtos. Essa a gente não quer. A verde todos nós queremos, mas sabemos que ela não é suficiente para resolver. E aí surgiram mais quatro cores, Senador Mozarildo. A primeira, depois da verde, é a cor vermelha. A economia tem que ser vermelha no sentido dos efeitos sociais. Não basta ter uma economia que proteja o meio ambiente; é preciso uma economia que erradique a pobreza, que reduza distribuição de renda. Se protegermos o ambiente de maneira maravilhosa, com equilíbrio ecológico através da economia verde, apenas para poucos, essa economia não é boa. A economia, para ser boa, tem que ser para todos. Essa é a economia vermelha ao lado da verde, uma economia cujo produto é distributivo, porque tem produtos que impedem a distribuição, dificultam a distribuição. Os produtos muito caros que uma economia produz, a economia com esses produtos dificulta a distribuição, porque, se distribuir, ninguém compra, pois produtos muito, muito caros só compram poucos, e esses poucos se beneficiaram da concentração de renda em algum momento.

Então, nossa economia tem que ser vermelha. Ela tem que carregar o vetor da distribuição. Ela tem que ser distributiva. Ela tem que ser uma economia que, para dar certo, tem que ter renda distribuída.

A economia vermelha é a economia que investe recursos na educação e na saúde. Aí é o vermelho da ética, porque é ética uma sociedade que distribui

desigualmente a roupa, que distribui desigualmente o tamanho da casa, que distribui desigualmente o carro e o transporte; mas não é ética a economia que distribui desigualmente a saúde e a educação.

Essas duas coisas não são desiguais no Brasil, elas são imorais. A palavra desigualdade não serve para mostrar que alguns conseguem viver mais e outros viver menos por causa da conta bancária que têm. Quando uma pessoa vive mais que outra por causa do dinheiro que tem, isso chama-se imoralidade, não se chama desigualdade.

O mesmo vale para a educação. Uma pessoa ter uma educação boa e a outra, ruim, por causa da quantidade de dinheiro do pai, por causa do dinheiro da mãe, por causa do dinheiro da família, não é desigual, é imoral; isso não é uma questão social, não é uma questão econômica, isso é uma questão de ética.

Por isso, nós descobrimos ontem, Senador Mozarildo, que a economia, além de verde, tem de ser vermelha, mas não bastam, ainda, essas duas cores.

A economia do futuro tem de ser branca, branca da paz. Não é possível que a gente continue dinamizando a economia e comemorando a quantidade de caças aéreos que são produzidos, a quantidade de tanques de guerra que são produzidos, a quantidade de bombas que são produzidas, a quantidade de metralhadoras que são produzidas. Não faz sentido!

Uma espécie animal como o ser humano, inteligente, não poderia colocar no Produto Interno Bruto as armas que são produzidas. Elas são necessárias? São, mas, então, coloquem-nas em outro departamento, não no departamento da economia.

A economia do futuro terá de ser uma economia branca, do ponto de vista do compromisso com a paz.

Tenho certeza de que muitos dos seus irmãos maçons devem comungar com essas ideias, porque converso com eles e sinto isso, e o senhor sabe desse diálogo.

Então, tem de ser verde, sim, tem de ser, mas não basta. Tem de ser vermelha também, mas não basta. Tem de ser branca também, tem de considerar como seu produto aquilo que aumenta a riqueza e não aquilo que distribui a riqueza, que é um tanque de guerra, que é um avião de bombardeio, que são as armas.

Por isso, vejo três cores, mas vejo duas mais, Senador.

Acho que a economia do futuro tem de ser amarela. Eu uso o amarelo porque os psicólogos e os psiquiatras dizem que é a cor da inteligência.

A economia do futuro tem de ser baseada no aumento da produção de bens de alta tecnologia.

Nesta semana, tivemos um bom debate, aqui, sobre competitividade empresarial, industrial, e falei que existem dois tipos, Senador Paim, de competitividade. Existe aquela competitividade que baixa os custos e aquela competitividade que inventa novos produtos. A economia do futuro é a economia dos novos produtos.

Não é economia do futuro essa que diz: "A gente demite mil trabalhadores, baixa o custo e fica mais eficiente." Isso não é eficiência plena; isso é a eficiência do século XIX até o século XX. No século XXI, a eficiência não pode ser ganha pelo número de trabalhadores que a gente desemprega para reduzir custos e, sim, pelo número de trabalhadores que a gente emprega como criadores, inventores de novos produtos.

Por isso, eu acho que a economia tem de ser – para usar uma metáfora com a cor amarela – a economia da inovação, mas da inovação de criação de novos produtos, e, aí, é o ponto, talvez, entre outros, mais fraco da economia brasileira. Nós, os agentes econômicos, temos uma aversão à inovação; nós só acreditamos nos produtos que a gente importa, a gente não cria produtos novos. Todos os automóveis brasileiros são produtos inventados fora. Todos os celulares que a gente usa, mesmo montados em Campinas, são desenhados fora. Nós nem nos lembramos da competitividade da inovação, só nos lembramos da competitividade da administração para baixar custo. Não basta isso, isso é secundário na economia do futuro. A economia do futuro tem de ser uma economia cuja competitividade venha da criação de novos produtos.

Vejam bem, a Finlândia tem uma economia próxima daquela que a gente deseja para o século XXI. Até 30 anos atrás, Senador Paim, a Nokia, essa indústria de telefone que a gente usa, era exportadora de papel higiênico, pouca gente sabe disso. Foi o avanço tecnológico que fez com que aquela empresa de papel higiênico, que aumentava a competitividade baixando o custo, passasse a ser uma empresa de novos produtos, graças à ciência e à tecnologia, que vieram das universidades boas, que vieram da boa educação de base.

A qualidade de um profissional não nasce na universidade.

Nesta semana, tivemos o escândalo do exame da OAB, que reprovou 90% dos bacharéis. Todo mundo ficou revoltado com as faculdades, com razão, porque não ensinaram bem; outros, revoltados com a OAB, até com razão, porque exige muito. Não ouvi ninguém reclamar da pré-escola. Aqueles que foram reprovados no exame da OAB, muito provavelmente, não tiveram boa carga de leitura na sua educação de

base. O problema está lá atrás. É muito, muito, muito raro você fazer um bom advogado que, quando criança, quando adolescente, não leu muito, que, quando jovem, não escreveu muito.

A faculdade apenas complementa isso.

Então, a economia tem de ser, sim, verde, mas tem de ser vermelha, tem de ser branca, tem de ser amarela, da inteligência, mas tem mais uma cor, e aí lhe passo a palavra, Senador Paim, até porque quero agradecer, porque o senhor cedeu a sua vez para eu falar.

A quinta eu chamo de azul. A economia tem de ser azul. Azul de quê? Azul do bem-estar, azul da felicidade, diferente da economia de hoje, que não busca o bem-estar, não busca a felicidade, mas, sim, o aumento da renda. Qual é mais azul: a economia que enche as nossas ruas de carros ou a economia que faz um bom transporte público para todos? É claro que é a economia azul do bem-estar! A economia azul é aquela que oferece bem-estar – e eu vou dizer a palavra que muitos criticam, porque eu a usei aqui, numa emenda constitucional –, que traz felicidade!

Alguém perguntou, Senador Mozarido, sobre isso, a felicidade. Primeiro, eu não estou propondo que a Constituição diga que todo mundo tem direito à felicidade. Eu não sou tão louco assim! Eu apenas disse que felicidade é uma condição necessária para se realizarem os objetivos sociais... Ao contrário, os objetivos sociais são uma condição para se realizar a felicidade.

Eu falei, recentemente, num encontro no Rio, que, quando eu fui chamado para, de professor da UnB, ser candidato a governador, eu me perguntei: "Para que eu vou querer fazer isso?" A ideia de que eu me lembro, Senador Paim, é que eu pensei: "Para ajudar a erradicar, eliminar os entulhos que atrapalham a felicidade das pessoas."

Um governante não dá felicidade a ninguém. Ele pode dar infelicidade. Hitler deu muita infelicidade com aquelas maluquices. Um político bom não dá felicidade, mas tira os entulhos da infelicidade. A infelicidade de estar num trânsito engarrafado – um bom político, governando a cidade, diminui isso. A infelicidade do risco de que a criança ou o jovem, chegando tarde, possa ser assaltado na rua – um bom político tira o entulho da violência; tira o entulho de você ficar numa fila para ser atendido porque tem o dente doendo. Mas essa felicidade não aparece na economia. O bem-estar não aparece na economia.

E, aí, vou concluir falando da parte mais radical do que nós falamos ontem, e que vai ser tema de mais um debate: talvez, o caminho para se fazer essa economia colorida, essa economia do arco-íris seja decrescer a produção da economia, aumentando a felicidade.

Decrescer não significa que todos os países vão baixar a sua produção. A África tem uma renda *per capita* de US$300.00 por ano; não dá para baixar, mas os países ricos, sim. Eu acho que eles podem aumentar a felicidade reduzindo o número de produtos de consumo privado que fazem e aumentando a produção de bens públicos; reduzindo a produção de bens materiais e aumentando a produção de bens imateriais, como a cultura.

Por isso, eu concluo, e passo a palavra ao Senador Paim, até porque estou falando no lugar dele, dizendo que ontem, nesse debate sobre o que é economia verde, chegamos à conclusão de que ela é necessária, mas não é suficiente. As cores da economia do futuro deverão ser: verde, da permanência, da natureza, do equilíbrio ecológico; vermelha, de servir a sociedade, atendendo às cidades mais pobres; amarela, inovativa, criadora de novos produtos; e também azul, do bem-estar. A economia deve, também, ser capaz de fazer com que todos tenham acesso àquilo de que precisam, e que não produza armas, ou, se produzi-las, não as contabilizar como coisa positiva. Armas são necessárias para se manter como está, mas não para incrementar.

Aí, ponho, também, o setor de segurança num País como o nosso. Os gastos com segurança entram como um produto. Eles não são um produto, eles são o necessário para evitar perdas das pessoas, por isso tem de ter gasto com segurança. As armas são necessárias para garantir a defesa nacional, mas não para melhorar a economia.

Essas são as cores, Senador Paim.

Concluo, dizendo que pelo menos de uma coisa o senhor vai gostar: a África do Sul, pela qual o senhor tanto zela, é chamada de o país do arco-íris. De repente, o que eu estou propondo é que a economia do futuro tenha as cores do arco-íris, amplas, permanentes, para todos.

É isso que estamos discutindo nesses encontros, toda semana, tentando ajudar a provocar a reunião do Rio+20, do Rio no ano 2012, 20 anos depois da grande reunião de 1992. Naquela, se levantou o assunto ecológico; nessa, a gente tem de levantar o assunto do futuro, em todas as suas dimensões e não só na sua dimensão ecológica.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha para falar, mas, antes de terminar, quero oferecer o aparte que o Senador Paim me pediu.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, meu aparte será muito rápido.

Quero só cumprimentar V. Exª. O Senador Vital do Rêgo lembrava, aqui, a importância de seus pronunciamentos, tanto por sua capacidade intelectual, como também, além da construção dessa sua capacidade, por ser objetivo e com propostas. E é o que V. Exª tem feito na tribuna nesses anos todos em que nós nos encontramos aqui no Senado – posso dizer que são quase 9 anos que estamos caminhando juntos aqui na Casa. Mas eu queria aproveitar o seu pronunciamento para, primeiro, dizer que V. Exª, nessa verdadeira aquarela, nesse jogo de cores, pinta um Brasil – que eu diria, como foi dito antes – dos nossos sonhos. E como é bom! Estamos aqui para isso: sonhar, apontar caminhos e avançar numa construção coletiva. V. Exª falou aí da UnB. Eu ouvi inúmeras críticas, nessa semana que passou, à UnB. V. Exª lembra a UnB. E eu lembro, para destacar aqui, uma matéria que vi no jornal de hoje. Essa UnB que tantos criticam, porque teve a ousadia, junto com o apoio que V. Exª deu, de instalar a política de cotas, nesse concurso da OAB, enquanto inúmeras universidades do Brasil – eu diria grande parte das universidades do Brasil: quase 90% – foram muito mal e uma quantidade enorme não teve um aluno que passasse nas provas, teve em torno de – estou arredondando – 80% de aprovação. Oitenta por cento dos alunos da UnB que fizeram as provas da OAB foram aprovados. Então, tem alguma coisa que não estou entendendo. Essa UnB que foi tão criticada parece que está dando certo, porque, se o teste da OAB é considerado um dos mais difíceis, conforme me dizem inclusive aqueles que vêm aqui me visitar pedindo para que se altere a lei, a fim de que o teste não seja feito dessa forma... O aluno se forma e não recebe a carteirinha porque não passa no teste da OAB. Pois a nossa UnB, da qual V. Exª foi reitor... Ontem, a Comissão de Direitos Humanos, por iniciativa da Senadora Ana Rita, encaminhou uma carta, que eu transformei em moção, de apoio ao reitor da UnB, que fez com que 80% de seus alunos fossem aprovados. Cumprimento V. Exª por isso e quero ir um pouquinho mais além, nesse jogo bonito de cores, prazeroso para quem estava ouvindo, não só aqui como nas suas casas, pela TV Senado. V. Exª lembra – aqui não vou me lembrar de todas – a importância do verde. Eu vi ontem a nossa querida amiga, ex-Senadora e candidata à Presidência da República, Marina Silva, que está saindo do PV. Perguntaram o que ela iria fazer. Ela destacou a luta pela economia verde, a economia sustentável, de que o verde é a simbologia. V. Exª não discorda, pelo que percebi, dessa posição, mas vai mais além do verde: lembra o branco da paz, lembra o vermelho da distribuição de renda no seu conjunto, lembra, enfim, o azul, lembra cores que apontam o caminho não só da igualdade dita – como a gente pode falar –, mas de uma efetiva distribuição de renda. Eu diria que V. Exª, nesse jogo de cores, traz para o debate a política dos direitos humanos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E direitos humanos, uma vez V. Exª me disse que talvez fosse a principal comissão do Congresso. Eu hoje falei aqui do orçamento como a principal comissão. Mas, em resumo, só quero cumprimentar V. Exª e dizer que é sempre uma alegria estar aqui, ou mesmo quando estou em outros locais, e ouvir um pronunciamento de V. Exª pelo conteúdo, pela profundidade e pela qualidade do pronunciamento. V. Exª sabe, porque já lhe disse isso em outras oportunidades, mas, faço questão de reafirmar neste momento. Parabéns a V. Exª, inclusive quando levantou aqui a dívida que este País tem com os idosos e outros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Para concluir, falou de UNB não posso deixar de aproveitar o gancho. Quero dizer que toda vez que falam em educação aqui olham para mim e toda vez que falam em aposentado, trabalhador e salário mínimo olham para o senhor. E, de fato, a economia tem que ser vermelha para cumprir suas obrigações com os nossos aposentados, os velhos que construíram essa economia no passado.

Quanto à UNB, eu não teria a menor condição de falar essas coisas que falo aqui se não tivesse passado esses anos e se não continuasse sendo professor da UNB. Isso é resultado das minhas discussões, das minhas conversas com os alunos. É uma instituição que tem um mérito tão grande de permitir que todo mundo debata tudo. E aí, claro, como disse ontem nos debates, surgem vaias. Mas vaia não é prova de intolerância, vaia é prova de má educação, de grosseria. Você já imaginou um estudante que, de vez em quando, não vaia? Prefiro estudante que vaia a estudante acomodado. O estudante que vaia tem uma posição. O Presidente Lula foi vaiado na UnB. Se eu for falar lá, com tanta afinidade que tenho, serei vaiado se disser certas coisas. O reitor já foi vaiado. Faz parte do jogo. E aí, sim, vaiaram pessoas que são contra cotas, que tiveram espaço para falar e estão lembrando apenas que foram vaiados. Como não vão permitir que jovens vaiem? Tem que acontecer isso.

Quero concluir dizendo que continuo defensor das cotas. As cotas são uma forma de pagar uma dívida de 500 anos que a gente tem e uma vergonha que a gente sente quando lá fora perguntam: não há negros no Brasil? Nunca vi um embaixador negro. Não há negros no Brasil? Não se vê médicos negros.

O correto não é cota, o correto mesmo é uma boa educação de base igual para todos – brancos e negros. Mas, isso, se a gente começar agora, vai levar uns vinte anos para chegar.

Até lá tem que haver essa saída, esse jeitinho até, que outros países tanto usam, de trazer negros para dentro da universidade, não para beneficiar o jovem negro que vai – não é ele –, mas para beneficiar a dignidade nacional e mostrar lá fora que aqui não temos exclusão de negros. Eles fazem parte.

Eu fui a um médico negro, pela primeira vez – não por preconceito –, quando eu tinha 60 anos e estava em Angola. Nunca tinha ido no Brasil. Foi aí que eu descobri que nunca tinha ido: quando eu vi um médico, com muita competência, negro. Isso não pode continuar. Por isso, tem que haver as cotas. E aqueles que são contra venham à UnB, que vão poder falar. Agora, preparem-se, porque, possivelmente, alguns vão vaiar, como deve haver gente que vaia quem é a favor das cotas também. Isso faz parte.

Concluo, dizendo – ontem não falei, mas lembrei depois – que a UnB, se não tivesse feito nada, já teria feito muito porque inventou a Bolsa Escola, esse projeto que está mudando o Brasil, sob o nome de Bolsa Família, e que está mudando tantos países. O Marrocos agora começou e com um nome lindo – nome são sempre os outros que escolhem melhor –, um nome árabe que quer dizer "abrir a porta". Bolsa Escola lá é "abrir a porta", porque é o que ela faz por meio da educação. Isso foi inventado na UnB, que tantos criticam.

Finalmente, fiquei curioso para saber quantos desses jovens que orgulharam a UnB passando na OAB entraram ali pelas cotas. Vá olhar; certamente, há alguns que são cotistas, como se diz lá.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Obrigado, Senador Paim, que não só me cedeu o tempo como fez um aparte. Muito obrigado pelo tempo que me dedicou.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Cristovam, quero apenas dizer tudo que o Senador Paim disse e acrescentar o seguinte: realmente, a participação de V. Exª na tribuna é sempre uma aula e, ao mesmo tempo, um chamado à reflexão e à ação. V. Exª não fica só no campo, como alguns dizem, da filosofia, mas fica, na verdade, na dedicação prática de medidas simples, como investir pesado na educação fundamental.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo, Senador Cristovam, Senadores e Senadoras, aqueles que assistem à nossa querida TV Senado.

Permitam-me dizer, primeiro, Senador Cristovam, que assisti ao seu pronunciamento no dia de ontem em defesa da UnB. Assisti ao pronunciamento do senhor no dia de ontem, um belo pronunciamento defendendo a Universidade em uma visão democrática e que permite espaço para todos. Eu diria parabéns pelo de ontem e pelo de hoje.

Quero assinar embaixo de uma frase que V. Exª disse ali: "Pobre da nossa juventude se ela não tivesse um mínimo de rebeldia." Essa rebeldia, como eu diria, é inerente, é natural da juventude. Quem de nós não foi rebelde na sua juventude? Na sua rebeldia, ela expressa a posição, a opinião que tem naquele momento, que, ao longo de nossas vidas, pode ou não melhorar ou pode ser confirmada.

Concordo com V. Exª: as quotas, para mim, é uma questão de momento. No meu entendimento, também são transitórias. Não é o objetivo fim. É meio para atingirmos o fim, que é garantir que a nossa juventude negra, branca, pobre, índia tenha acesso á universidade.

Tenho um dado, Senador Cristovam – e aqui termino porque sei que V. Exª tem um compromisso hoje com um médico. Li há poucos dias um trabalho feito pelo Ipea, e me impressionou o percentual: quem chega ao nível superior ganha 255% – não é 2%, não é 10%, não é 100% – a mais do que quem estuda, mas não chega ao nível superior. É uma pesquisa nacional.

Falei aqueles dados naquele dia e fiz aqui o destaque, em uma linha de incentivo a nossa juventude, a nossa criançada, a nossa moçada, de que têm que estudar mesmo. É a bandeira nº 1 de V. Exª, não é? Conclua todo o ciclo e tenha um diploma universitário. Eu não tenho e confesso que torço... Hoje, todos os meus filhos têm, porque apontei isto: tem que fazer a universidade. Graças a Deus, todos eles... Os que não são formados concluem o curso entre este ano e o ano que vem.

Então, é mais uma vez uma homenagem a V. Exª, que tem a educação como eixo, eu diria, nº 1 da sua vida, sem deixar de olhar para outros temas. Quero

dizer que tenho orgulho de dizer que, naquela noite, aqui, quando discutíamos o pré-sal, V. Exª apresentou a emenda de que 50% de todos os *royalties* deveriam ir para a educação. Foram cinco Senadores naquele momento da emenda, e tive a alegria de estar ao seu lado. Por isso está lá no meu currículo que assinei, com o Senador Cristovam, que 50% dessa bela descoberta do pré-sal devem ir para a educação. Parabéns a V. Exª, Senador!

Sr. Presidente, quero rapidamente, aqui na minha fala, valorizar o trabalho dos profissionais da Casa. Recebi no meu gabinete: *O Congresso faz parte da sua história*, material muito bom, construído pelo Senado da República, que está sendo divulgado pela Rádio, pelo **Jornal do Senado** e pela TV Senado.

Aqui está a primeira página, Sr. Presidente. Menciono isso, não porque eu tenha participado como alguém que apresentou o projeto, mas porque nós... V. Exª nos ajudou muito, assim como o Cristovam. Refiro-me à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, para combater todo tipo de preconceito. E o que diz esse material, que todos estão recebendo e que está indo ao ar pela TV Senado? "O Estatuto é referência importante para a população negra prosseguir nas suas lutas." e "O Estatuto mostra que algo tem impedido a população negra de ter os mesmos direitos que outros brasileiros". Dois exemplos da importância do Estatuto.

Mas não vou falar só do Estatuto da Igualdade Racial. Vou falar aqui da Proteção à Criança, produção do Congresso Nacional, da CPI da Pedofilia. Diz o consultor do Senado:

> Até a instauração da CPI da Pedofilia, os crimes não eram, em sua grande maioria, investigados ou mesmo levados ao conhecimento das autoridades públicas. A CPI da Pedofilia, portanto, tornou efetivamente o problema conhecido [e enfrentado].

Leis foram aprovadas no Congresso Nacional, a partir dessa CPI.

Pena que o Senador Cristovam agora saiu. Educação, criança na escola.

> Quando as crianças estiverem saindo do ensino fundamental e do ensino médio, conquistando o seu lugar no mercado de trabalho é que veremos o benefício dessas leis.

Ou seja, deve-se incentivar a criança, como eu dizia, a estudar, a cumprir todas as etapas e a cursar a universidade. Todas as vezes em que aqui nós aprovamos algo no campo da educação... Quando digo "nós", refiro-me não ao Senador Paim, mas a todos os Senadores que atuam nessa área.

Licença-Maternidade. Ela, no fundo, é parte importantíssima da educação infantil. "[...] começa aí [...]", disse o Dr. Dioclécio, que é pediatra e que ajudou a elaborar a lei. E aqui lembro a nossa Senadora Patrícia Sabóia Gomes, que foi quem apresentou esse projeto, que hoje é lei. Tive a alegria de ser convidado por ela para ser o relator.

Maria Amélia, que é jornalista – inclusive há uma foto dela na 40ª semana de gestação de Marina –, diz: "A licença-maternidade de 180 dias significa mais tranquilidade, mais tempo para a mãe ficar com o bebê".

Vamos a outro projeto. Fontes de petróleo do pré-sal. Audiência pública. Falamos disso, há pouco tempo, aqui.

> Os recursos, colocados em um fundo social, serão aplicados em desenvolvimento, ciência e tecnologia, sustentabilidade ambiental, educação, cultura e ações de combate à pobreza.

Também, um projeto aprovado por esta Casa. Nele, eu havia destinado 5% para a Previdência, mas parece-me que, lá na frente, isso foi mudado. Mas repito: esta Casa aprovou.

Segurança no trânsito.

> "O Congresso Nacional tem aprovado leis que melhoram a segurança de trânsito." Davi é professor da UnB, doutor em Segurança no Trânsito e presidente do Instituto de Segurança no Trânsito.

Todos nós sabemos que, infelizmente, mais morrem no mundo pessoas em acidente de trânsito do que nas guerras".

Política Nacional de resíduos sólidos: "A partir do momento que nós, catadores, temos essa lei, podemos cobrar dos governantes." e "A questão principal dentro da sustentabilidade é a mudança do comportamento". César é administrador especializado em permacultura e Clarisse é educadora ambiental.

Sr. Presidente, quero ainda destacar nesse trabalho o Estatuto do Torcedor. Diz Jesseir, juiz que conduziu julgamentos de crimes motivados pela rivalidade das torcidas:

> Se você analisar o Estatuto do Torcedor, ele pode ser considerado como um gol de placa. O Brasil merecia uma legislação adiantada como essa, que a gente pode verificar que é de país de primeiro mundo.

Ainda, Sr. Presidente, política de adoção, a Lei de Adoção.

"Essa lei veio para dar uma oportunidade para que crianças como o Thiago tenham um futuro melhor." São palavras de Gertrudes, que é servidora pública e que adotou o Thiago.

É um belo trabalho, Sr. Presidente.

Quero elogiar a Casa por essa construção, que é um orgulho para todos nós. Além de impresso, está também em DVD. Enfim, um belíssimo trabalho.

Faço questão de citar nomes aqui. Quem fala do Estatuto da Igualdade Racial é a Íris e a Maria Angélica; quem fala da licença-maternidade é o Dr. Dioclécio e a Maria Amélia; quem fala de educação e criança na escola é a Rosane; Quem fala do pré-sal é o Mauro Henrique; dos resíduos sólidos, a Sônia e, ainda, o César e a Clarissa; da Lei da Adoção, a Gertrudes, com seu filho Thiago; da CPI da Pedofilia, Rogério; do Estatuto do Torcedor, Jesseir; do trânsito, o David. Eu cumprimento todos por esse trabalho.

Por uma questão de justiça, quero também cumprimentar os meios de comunicação do nosso Senado. A Rádio Senado, que fez um belíssimo trabalho sobre o povo cigano. Como disse a representante dos ciganos, parece que eles são invisíveis, não existem.

Levei o DVD para casa, ouvi-o com muito carinho e só posso dizer parabéns à Rádio Senado – Comunicação para a cidadania, que recebeu um prêmio nacional pelo belíssimo trabalho que fez.

Nós realizamos três audiências públicas, e eles foram visitar os ciganos, que estão numa situação de invisibilidade ainda, se olharmos o contexto nacional. Parabéns por esse trabalho, que orgulha a todos nós.

Quero destacar, ainda, Sr. Presidente – ontem falei tanto aqui de Pelotas e dos seus 200 anos –, que os companheiros lá de Bagé me lembram que, no próximo dia 12 de julho, terça-feira, às 10 horas, haverá na Câmara – e me mandaram o convite – uma sessão de homenagem aos 200 anos da cidade de Bagé.

Ficam aqui os meus cumprimentos. Vamos acompanhar. Assumi o compromisso com eles de fazer também aqui, no Senado, uma sessão de homenagem pelos 200 anos da nossa querida cidade de Bajé, onde estive por tantas e tantas vezes. Ela é administrada pelo PT, há praticamente doze anos, e estamos fazendo um belíssimo trabalho. Voltarei. Quero informar que já pedi o selo e também o carimbo à nossa companhia de Correios e Telégrafos sobre os 200 anos da querida cidade de Bagé. Farei um pronunciamento, na semana que vem, sobre esse tema, os 200 anos de Bagé.

Sr. Presidente, falo de tantas coisas, porque coloquei-me à disposição da população, para que entrasse no meu *e-mail*, no meu Twitter, no Facebook – em todos os instrumentos que minha assessoria montou para a minha interação – e sugerisse os temas que eu deveria falar aqui, na tribuna. Por isso, às vezes, venho à tribuna com seis, sete discursos e procuro falar de seis, sete temas, atendendo a uma demanda do nosso povo, da nossa gente.

Com a aprovação, Sr. Presidente, do Estatuto do Taxista, como sou autor do Estatuto do Idoso, como tenho projetos que regulamentam a profissão de motorista, de taxista, enfim, como apresentei o Estatuto do Motorista, do Idoso, da Igualdade Racial, as pessoas perguntam: "Paim, mas esse projeto não é de sua autoria?". Não, ele não é de minha autoria.

Então, vim aqui por uma questão de justiça. Esse projeto é do Deputado Federal Confúcio Moura. Aqui, no Senado, o relator foi o Senador Eunício Oliveira. É um belo projeto. Por isso, nós todos, Senadores, aqui o defendemos e estamos defendendo a sua sanção pela Presidenta da República.

Eles perguntam também o que diz o projeto. Então, rapidamente, baseado nas informações do autor – repito –, Deputado Confúcio Moura, e também do relator, Senador Eunício Oliveira, vou apontar as principais partes, conforme o próprio relatório apresentado.

Em sua parte substancial, a proposição prevê:

a) como atividade privativa do taxista, a utilização de veículo automotor para o transporte público individual remunerado de passageiros.

b) os requisitos para o exercício da atividade de taxista: habilitação para conduzir o veículo; frequentar curso de relações humanas, direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos; dirigir veículo aprovado pelas autoridades de trânsito; possuir certificação para exercer o ofício de taxista, emitida pelo órgão competente da localidade da prestação de serviço; ser segurado do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; e ser possuidor [naturalmente] de Carteira de Trabalho e Previdência Social.

c) a classificação dos profissionais taxistas como: autônomo, empregado, auxiliar de condutor autônomo e locatário:

d) os deveres do taxista: entre outros, o de atender os clientes com presteza e polidez [naturalmente, educação]: manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene; e obedecer às normas constantes do Código de Trânsito Brasileiro.

e) os direitos do taxista empregado: [que é a principal pergunta que me fizeram]: piso salarial ajustado entre os sindicatos da categoria e aplicação, no que couber, das normas presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Regime Geral da Previdência Social.

Ou seja, o empregado passa a ser celetista, passa a contribuir, efetivamente, para a Previdência e com isso tem direito à aposentadoria.

Perguntaram-me: "Terá direito à especial – porque o senhor tem dito?" Eu tenho dito mesmo que o serviço de taxista é penoso, insalubre e é periculoso. Ninguém tem dúvida do risco de vida que eles correm. Não está nesse projeto, mas num outro projeto, de minha autoria, que está tramitando na Casa; a Senadora Marta Suplicy assumiu agora a relatoria, vai completar esse, porque lá eu coloco aposentadoria especial para o taxista. Como coloco no Estatuto do Motorista para todo o profissional do volante, seja caminhão, seja ônibus, seja van, seja táxi, enfim, todos terão o direito à aposentadoria especial. Por isso, para ter direito à especial, tem que pagar a Previdência, como está muito bem colocado aqui no projeto.

Ainda, continuando:

f) modificações na Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, que define a atividade de auxiliar de condutor autônomo de veículo rodoviário, para determinar que:

aa) – o recolhimento da contribuição previdenciária dos auxiliares de condutores autônomos será feito pelo autorizatário do veículo;

bb) – o contrato que rege as relações entre o autônomo e os auxiliares é de natureza civil;

cc) no contrato entre o condutor autônomo de veículo rodoviário e os auxiliares de condutores autônomos de veículos rodoviários deverão constar as condições e requisitos para a prestação de serviços; prazo de validade; as obrigações e as, responsabilidades das partes contratantes, data de pagamento e remuneração;

g) o uso de taxímetro nos Municípios com mais de 50.000 habitantes;

h) a transferência da autorização do condutor titular para outro condutor titular;

i) em caso de morte [pergunta que foi feita] do titular, a autorização será transmitida para o cônjuge, os herdeiros necessários, a companheira ou o companheiro, que passam a ter os mesmos direitos e deveres do titular;

j) a autorização não poderá ser objeto de penhora ou leilão;

k) a competência do órgão municipal para apreensão de veículo que transporte passageiros sem a devida autorização legal.

Enfim, Sr. Presidente, faço esse esclarecimento, respondendo ao que me foi solicitado e dizendo que o Estatuto do Motorista continua em debate. Nós já fizemos doze audiências: fizemos em São Paulo, vamos fazer agora no Rio de Janeiro, foi feita em Cuiabá, foi feita em Goiás, vamos fazer em Minas Gerais. Enfim, a intenção nossa é passar por todas as regiões do País debatendo o Estatuto do Motorista. A última agora – o Senador Pedro Taques inclusive nos representou, representou o Senado; o Senador Ferraço é relator; eu sou autor – teve um grande encontro na Câmara, quando foi feito um belo debate sobre o tema.

Estamos avançando. Acredito que vamos construir um grande entendimento em cima do Estatuto do Motorista, de uma vez por todas, garantindo o direito a todos aqueles que operam no transporte terrestre.

É importante dizer que nós estamos dialogando com os empreendedores, com os empregadores, com os líderes dos trabalhadores, com aqueles que são autônomos, com os que são celetistas, com os que são empreendedores do seu próprio negócio de forma individual, todos estão sendo contemplados nesse debate que acho possível – e o Senador Ricardo Ferraço tem nos ajudado a construir um grande entendimento, fazendo com que o Estatuto do Motorista seja, como a gente fala, um guarda-chuva que atenda toda a demanda do setor.

E vamos levar esse debate também, Senador Mozarildo – V. Exª vai ser meu parceiro –, ao Mercosul, fomos indicados pelos nossos partidos, para que esse debate vá também para o Mercosul, porque como é que fica a situação do motorista quando ele atravessa a fronteira? Quando está levando uma carga para a Argentina, para o Paraguai, para o Uruguai, para a Bolívia, para a Venezuela como fica, já que a gente fala numa integração de toda a América do Sul? E avançamos aqui, inclusive, com a votação recente da Usasul, União das Nações Sul-Americanas.

E queremos, por dentro do Mercosul, fazer esse debate, que ultrapassa não só as fronteiras do Brasil, como também as fronteiras daqueles países membros hoje do Mercosul. Já há um entendimento, tanto dos empresários quanto dos trabalhadores que, além de fazermos esse debate sobre o transporte terrestre dentro do país, faremos no Mercosul, levaremos para a

Unasul e também para toda aquela proposta da Frente Parlamentar, que tenho a alegria de coordenar no Senado, e a Jandira Feghali coordena na Câmara, a Deputada do PC do B do Rio de Janeiro, que é a integração da América do Sul.

Por fim, Sr. Presidente, quero ainda fazer dois registros. Primeiro, dizer que o comentário que fiz sobre os trabalhos dos nossos profissionais da Casa, "O Congresso faz parte da sua história", aqui eu comentei, eu gostaria de fazer, rapidamente, uma ilustração.

A minha intenção, quando falei há pouco da campanha "O Congresso faz parte da sua história", realizada pela equipe de criação de marketing da Secretaria de Comunicação Social desta Casa, trata de valorizar o trabalho dos Senadores e, naturalmente, Deputados, numa campanha informativa que retrata os resultados do trabalho desenvolvido por nós – não por mim; vejam bem o que estou dizendo, não é por mim, é por nós, Senadores – aqui nos últimos anos.

As peças que aqui mostrei trazem o testemunho da população beneficiada por leis que tiveram algum envolvimento, de uma forma ou de outra, nas suas vidas, fruto da atividade legislativa. São abordados temas como educação, segurança, meio ambiente, aposentadoria – o Estatuto do Idoso, no caso – entre outros. Quero destacar as peças que tratam da ampliação da licença maternidade, tema que, como já disse, tive a alegria de ser o relator. O vídeo traz o depoimento de pessoas que caminharam conosco. Lembro aqui com justiça a ex-senadora Patrícia Saboya Gomes.

Espero que o Estatuto da Igualdade Racial seja regulamentado com rapidez por parte do Executivo. Cumprimento aqueles que já passaram a adotar essas políticas, como foi o caso do Governador do Rio de Janeiro, ex-senador Sérgio Cabral, como foi também da prefeitura de Nova Iguaçu. Quero aqui também fortalecer o que foi dito pela Íris Cary, que integra a Comissão dos Jornalistas pela Igualdade, onde diz que o Estatuto é referência doravante. Quem tiver o interesse de conhecer é só entrar nas páginas do Senado, pois lá está todo esse belíssimo trabalho construído pelos nossos profissionais.

O projeto foi inteiramente realizado por servidores da Casa, com recursos disponíveis daqui do Senado.

Concluindo, quero cumprimentar a equipe que fez esse trabalho. A história de um povo só se concretiza com a apropriação dos avanços nacionais alcançados mediante aquilo que foi construído de forma individual ou coletiva. Esse é o trabalho nosso aqui no Congresso Nacional.

Por fim, Sr. Presidente, quero agradecer muito à Associação de Aposentados e Pensionistas de Jundiaí e Região, que fez questão de reproduzir no seu *Jornal dos Aposentados e pensionistas* um artigo que escrevi, que levou como título: "Aprendendo com Thiago de Mello" – V. Exª esteve lá; nós fizemos uma sessão de homenagem ao grande poeta sem fronteira, Thiago de Mello. Eu escrevi um artigo sobre a vida dele, o que representou para todo o povo brasileiro, enfim, eu diria isso para todos os habitantes deste planeta, já que eu entendo que Thiago de Mello é um poeta sem fronteira. Reproduziram na íntegra o artigo e aqui também fizeram destaque de outra matéria que eu havia comentado: "1ª parcela do 13º sairá em agosto".

Mas, Sr. Presidente, agora que vou concluir o meu pronunciamento, pois vou presidir para que V. Exª faça o seu pronunciamento.

Quero falar, como eu dizia antes, pela solicitação que me foi feita pelo Twitter. Pediram que eu falasse como está essa questão da banda larga no Brasil. Nós falamos da nova tecnologia, dos avanços da Internet, dessas redes sociais que se montaram e que são instrumento de fiscalização – e tem que fiscalizar mesmo, fiscalizar o Judiciário, o Executivo e o Legislativo em todas suas instâncias, combater a corrupção – mas também que a banda larga fosse cada vez mais colocada à disposição gratuitamente. É possível, sim, isso é construído para o povo brasileiro. Por isso falo um pouco hoje sobre esse tema, mediante as provocações que recebi para que eu avançasse num tema tão importante para toda nossa gente.

Enfim, Sr. Presidente, falo hoje de forma sucinta da tribuna do Senado, onde faço uma reflexão sobre a qualidade e a importância do serviço de banda larga no Brasil.

Estamos vivendo uma revolução digital. O mundo atual passa por um desenvolvimento tecnológico tão avançado que – permita-me dizer aqui – a sociedade da informação, na qual nos encontramos, necessita de uma banda larga como direito fundamental, já que por ela transitam serviços que vão da educação, da fiscalização dos nossos trabalhos, ao lazer.

A Finlândia, terra da Nokia, é o primeiro país do mundo em que a Internet, com excelente qualidade de conexão e velocidade, é direito garantido por lei a todo cidadão. Ou seja, na Finlândia, o acesso à Internet com banda larga é um direito garantido por lei. É isso que o povo brasileiro, pelos contatos que fizeram com o meu gabinete, enfim, pelos próprios meios das redes sociais, está solicitando.

Atualmente não se pode pensar em desenvolvimento de um povo sem desenvolvimento das telecomunicações, sem infraestrutura pública, para que haja esse crescimento, esse desenvolvimento, já que a demanda e o consumo da Internet é crescente, é

constante e, eu diria aqui, é veloz. Não se pode esperar. Torna-se impossível pensar a nossa sociedade sem um bom serviço de banda larga, e isso a torna essencial, fundamental. Não se pode esperar.

O Brasil hoje, segundo os dados da F/Nazca, tem 81,3 milhões de internautas – 81,3 milhões de internautas! – a partir dos doze anos. Já para o Ibope/Nielsen, somos 74,9 milhões a partir dos dezesseis anos. Enfim, eu diria, arredondando, que nos estamos aproximando quase que dos 100 milhões de internautas, devido à data em que foi feita a pesquisa.

O principal local de acesso, 31%, são as chamadas **lan houses**. Elas são cerca de 90 mil no Brasil. Logo a seguir, vem a própria casa, 27%; e a casa de parentes e amigos, 25%.

Em tempo de horas em uso de Internet, o Brasil está, na maioria das vezes, na liderança mundial. Vejam bem esse dado que me passaram os próprios internautas. "Senador, nós somos o número um, o número um em número de horas em uso na Internet".

Em julho de 2009, o tempo foi de 48 horas e 26 minutos conectados semanalmente, considerando apenas a navegação em *sites*. O tempo sobe para 71 horas e 30 minutos se considerarmos o tempo e o uso de aplicativos *on-line* – MSN, Emule, Torrent, Skype – enfim, aí vai toda aquela rede enorme que poderíamos ficar minutos e mais minutos citando.

Essa explosão de acessos se deve ao fato de os computadores estarem ficando cada vez mais baratos. Que bom! Nós já temos celulares gratuitos. Chegaremos a um momento em que para os mais pobres deveria ser assegurada a gratuidade de computadores, e já estão chegando de graça nas escolas. Isso é verdadeiro. Temos que reconhecer isso.

Atualmente, com a explosão das redes sociais e com a oferta maior de empresas provedoras de Internet, são vendidos mais computadores no Brasil do que televisores. Até um tempo atrás, a gente se lembra, que casa não tinha televisão? Era mais fácil não ter frigideira, às vezes até fogão, mas tinha televisão. Agora temos informações de que as lojas estão vendendo mais computadores do que televisores.

Segundo o Ibope, 85,6% dos internautas brasileiros acessaram, de casa ou do trabalho, ao menos uma vez, alguma rede social durante o mês de março. Desse total, 45% são da classe C, 10% das classes D e E. Esses acessos, em 37%, são feitos fora de casa. O instituto de pesquisa superestima que 80% dos internautas brasileiros são dessa nova e tão falada classe média, que gerou até debate político; ou seja, 80% dos novos internautas brasileiros são da nova classe média. Isso demonstra que o brasileiro está interessado na evolução digital e que os meios de acesso hoje estão ainda muito longe do ideal. Eles querem ter acesso às chamadas redes sociais.

A banda larga não é apenas uma via de acesso. Ela deve prover velocidade e qualidade crescente, e faz-se necessário pensar em criar um serviço de telecomunicação fomentado em três pilares fortes, segundo me dizem eles, os internautas: a convergência entre voz, vídeo, dados e mobilidade; a separação de funções dos agentes econômicos e os que proveem o acesso e a transformação da rede em serviço a ser prestado em regime público, ou seja, gratuito, como é a televisão e o rádio. Caminharemos, sim, nesse sentido.

Devemos pensar no papel do Estado nesse processo para ultrapassar a questão regulatória, com seu poder de compra, de investimento, de financiamento e de soluções. E por que não em uma diminuição, nem que fosse o primeiro passo, de tributos nesse serviço? Tudo isso com o desejo de tornar a banda larga – repito aqui – gratuita para a população brasileira.

Não temos, Sr. Presidente, como pensar em inclusão digital sem democratizar a Internet. Atualmente, a exclusão digital no Brasil ainda é grande, principalmente nos Estados do Norte e Nordeste.

Em estudo recente do Inmetro, ficou demonstrado que a qualidade do serviço de banda larga ainda é precária e é a principal reclamação da nossa população junto aos órgãos de defesa do consumidor. São reclamações campeãs a constante interrupção do serviço, a perda de pacotes, a baixa velocidade oferecida.

E dizem mais: um grande problema foi encontrado nos contratos de serviços de banda larga. Muitas operadoras vendem, por exemplo, um *link* de 2 megabit, mas se comprometem a garantir apenas 10% dessa velocidade. Não adianta vender uma coisa e depois garantir somente 10%. Por isso, se enveredarmos, com a participação do Estado brasileiro, pela gratuidade da banda larga, não teremos esse tipo de exploração de venderem um pacote com 100 e fornecerem só 10: "Não, mas pela forma que você pagou, só são 10%".

A média mundial oferecida é de 3 mb com comprometimento de 75%, e no Brasil é de 2 megabit. Por isso, o Brasil ocupa, no **ranking** mundial de velocidade de Internet, o 37º lugar, à frente apenas da Venezuela, China e Índia; e também em função do alto preço cobrado em comparação ao Chile, Argentina e Estados Unidos, e tantos outros.

Em Hong Kong, por exemplo, é possível acessar a Internet com uma velocidade de 1024 megabits pagando apenas cerca de R$45,00, ou seja, uma excelente velocidade por R$ 45,00.

A realidade brasileira é bem diferente da de outros países também na Internet móvel. Na Áustria, por exemplo, com R$44,00 mensais você tem uma conexão de 21 megabits com um pacote de dados garantido.

A Presidenta Dilma mostrou já interesse em acelerar a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, para levar acesso à Internet a todas as escolas públicas. Isso mostra uma grande iniciativa do nosso Governo quando quer garantir a banda larga livre e gratuita, e assim garantir o acesso à Internet, a todas as escolas públicas, como também, para que, no médio e longo prazo, a população pobre possa ter Internet em sua casa gratuitamente, ou pelo menos a um preço que possa pagar.

A competência do PNBL é do Ministério das Comunicações, que deve discutir a promoção de crescimento de capacidade de infraestrutura e naturalmente de telecomunicação, bem como a massificação de oferta de acessos a banda larga até 2014. Seu objetivo é garantir à população pobre a banda larga no Brasil e levar a Internet a preços acessíveis a 50% dos domicílios urbanos brasileiros até 2014.

Faz-se necessário também revisar o Plano Geral de Metas da Universalização para avançar nessas metas, que temos certeza, pela previsão a partir do processo iniciado em 2008, rapidamente vai atender a ampla maioria dos Municípios brasileiros.

Devemos avançar também e por que não usar redes de fibra ótica, já existentes no Brasil e que não estão sendo utilizadas?

E diz mais: por que não fazer parcerias com os Municípios, como forma de se modernizar e de se criarem as chamadas cidades digitais?

E por que não fomentar a Anatel a ir além de adotar medidas necessárias ao excelente atendimento do interesse público, mas também cobrar maior qualidade por parte das operadoras?

Diz mais: um passo foi dado, sim, no dia 30 de junho. O Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que foi Deputado Federal conosco e foi Ministro do Planejamento, anunciou um acordo com as operadoras Oi e Telefônica, que possuem redes fixa e móvel, para que essas empresas ofereçam banda larga, garantindo, 1 megabit por segundo, a R$35,00 por mês, no âmbito do Plano Nacional da Banda Larga. É um avanço, porque baixaria para R$35,00 reais por mês, possibilitando que esse número suba para cinco megabits por segundo em 2004.

A Presidenta Dilma cobrou da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a aprovação, até 31 de outubro, dos regulamentos que vão garantir maiores velocidades ao usuário de telefonia fixa e móvel. A Presidente quer que as operadoras assumam a obrigação de garantir, no mínimo, 40% da velocidade contratada e 70% de velocidade média até 2014, como apontávamos antes.

Diante do exposto, tenho certeza, Senador Mozarildo – e aí vou para o final – de que o Estado vai pensar com mais carinho sobre a importância da modernização e que investimentos para o futuro digital têm que ser crescentes. Queremos para o nosso povo uma Internet gratuita e de ótima qualidade. E esses foram todos os argumentos que aqui falei, de forma rápida, porque é longo o pronunciamento, e fui tentando resumir, Sr. Presidente. E entendemos que é possível alcançarmos esse objetivo.

Para encerrar, Sr. Presidente, este pronunciamento, não vou ler, mas quero muito deixar registrada, nos Anais da Casa, uma música do nosso amigo Gilberto Gil, "Pela Internet", em que ele fala da importância deste momento, fala do *site*, faz uma homenagem às páginas, fala de uma jangada, de "um barco que veleja.../ Que veleje nesse informar/ Que aproveite a vazante da infomaré/ Que leve [...] [a todos o nosso] orixá".

Apenas resumi. Fala de disquete, fala de um micro. Enfim, ele conseguiu, nessa poesia, falar da importância da Internet, da banda larga, de todos os instrumentos de alcance das redes sociais, como forma de fazer com que nosso povo avance cada vez mais.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª a tolerância e digo que nosso pronunciamento hoje, no encerramento, foi na linha daquilo que acredito que é possível: assegurarmos a banda larga, democracia total via Internet, gratuitamente a todo povo brasileiro.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Se V. Exª me permitir, gostaria de assumir a Presidência para ouvir o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Paim, é uma honra ser sucedido por V. Exª, aqui, na Presidência da Mesa. Quero cumprimentá-lo pelos sempre brilhantes pronunciamentos que faz.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra neste momento ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima, que presidiu, como sempre, com muita competência, esta sessão das 9 horas até as 11 horas e 4 minutos.

V. Exª dispõe do tempo que for necessário para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside a sessão, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da TV Senado, quero me dirigir hoje, Senador Paim, é lógico, a todo Brasil, mas muito especialmente ao meu Estado e mais especificamente à capital do Estado, a cidade de Boa Vista, onde nasci, onde nasceram minha esposa, meus três filhos e da qual tenho muita honra de ser filho.

Hoje, Boa Vista completa 121 anos na condição de Município. Já fiz da Presidência, mas quero repetir, no início do meu pronunciamento, um cumprimento especial ao meu conterrâneo e também boavistense Ubirajara Reis Rodrigues, que foi eleito na 1ª Câmara de Vereadores do então território de Roraima, em 1969. Como disse, amanhã, ele também completa anos, aniversaria, juntamente, coincidentemente, com o aniversário de Boa Vista, que amanhã completa 121 anos como cidade, como Município.

Quero cumprimentar também aqui nossa conterrânea Zilá Neves, uma das secretárias da nossa Mesa, que é roraimense e boavistense. Muitas vezes, Senador Paim, quando vou a um evento fora do meu Estado e até no meu Estado, as pessoas perguntam: "De onde você é?" Eu digo: "Sou de Roraima e de Boa Vista". Nasci lá e tive oportunidade realmente de cursar, àquela época, o equivalente ao Ensino Fundamental, porque era só o que havia lá. Não havia Ensino Médio. Então, tive que sair. Estudei o 1º ano em Fortaleza, depois fui para Manaus. Concluí o então 2º grau, hoje Ensino Médio, em Belém.

Formei-me em Medicina e voltei para a minha terra, onde trabalhei durante 14 anos, como médico, até quando decidi, ainda na época do território, entrar para a política, fazer uma opção entre cuidar das pessoas, dos pacientes e cuidar de um grande doente social que, no meu entender, era o meu Estado, aquela figura de território federal em que os governadores eram nomeados, bem como os prefeitos de Boa Vista. Isso realmente era uma figura não democrática. O povo ficava à margem da escolha do governador, do prefeito, embora, obviamente, quem foi prefeito àquela época não tenha nenhuma culpa disso. Era o modelo que existia. Meu pai foi prefeito nessa situação duas vezes. O bisavô e o avô da minha esposa foram prefeitos também de Boa Vista, na época em que prefeito era nomeado.

E eu me elegi Deputado justamente com a intenção nº 1, entre outras bandeiras, de transformar Roraima de território para Estado, porque entendi que, naquele modelo, nós éramos cidadãos e cidadãs de terceira categoria. Nós tínhamos na Câmara a metade da representação dos Estados. Isso quando já havia avançado, porque inicialmente era um só Deputado que representava o território de Roraima. Não tínhamos representação no Senado, pois o território federal – até então, não havia nenhuma norma nova – era uma espécie de Distrito Federal. Hoje o Distrito Federal elege Governador, Senadores, Deputados Federais, também fruto da mudança que só foi conseguida na época da Constituinte, quando também eu havia sido já reeleito Deputado Federal e Constituinte.

Mas quero hoje me dirigir ao meu querido povo de Boa Vista, às pessoas, às crianças, aos jovens, aos homens e às mulheres daquela terra, ou que nasceram lá, ou que a adotaram como sua terra, como é o caso do meu pai. Meu pai foi do Ceará para lá em 1943, antes, portanto, de Roraima ser Território Federal, quando ainda era Município do Amazonas. Quando Boa Vista foi criada, em 1890, éramos um Município do Estado do Amazonas. E sempre dou o exemplo de como as redivisões territoriais são importantes para o País e para as pessoas que vivem naquelas regiões remotas.

Em 1943, Getúlio Vargas teve a visão de estadista de criar os Territórios Federais nas fronteiras para, não só desenvolvê-las, que era o objetivo número um, mas ocupá-las e, realmente, dar àquelas pessoas uma situação melhor do que quando Municípios fronteiriços. Falo isso porque, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, tenho estudado muito esta questão de como os Municípios em faixa de fronteira são abandonados, até em Estados desenvolvidos como o Pará. A fronteira do Pará com o Suriname e com a Guiana realmente é completamente despovoada, completamente desguarnecida, e é lamentável que isso ainda ocorra hoje.

Mas, voltando à minha querida Boa Vista, eu quero ler, Sr. Presidente, uma parte do histórico da minha cidade.

Boa Vista foi o primeiro povoado caracteristicamente urbano de Roraima.

No século XIX, quando inúmeras fazendas estabeleceram-se ao longo dos rios que compõem a bacia do rio Branco, teve início a formação de um pequeno povoado que se chamou Freguesia de Nossa Senhora do Carmo.

Em 09 de julho de 1890, por meio do Decreto Estadual nº 49, do Estado do Amazonas, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo foi elevada à categoria de Município, denominado Boa Vista do Rio Branco –

portanto, ainda pertencíamos ao Estado do Amazonas; passamos a Município em 1890 –, decreto assinado pelo Governador do Amazonas, Augusto Ximeno de Villeroy – embora se pronuncie "vilerroá", porque francesa, lá dizemos "vilerroi", inclusive tem uma avenida importante com este nome. Então, a instalação do Município foi feita, em nome do Governador, pelo Capitão Fábio Barreto Leite, em 25 de julho do mesmo ano.

O primeiro Prefeito de Boa Vista foi o Coronel João Capistrano da Silva Mota, bisavô da minha esposa.

Os primeiros vereadores, denominados de intendentes na época do Município do Amazonas, foram José Francisco Coelho e José Gonzaga de Souza Junior.

Na década de 30, uma fazenda do Império, que deu origem a um pequeno núcleo populacional formado nas terras ao seu redor, passou a chamar-se Boa Vista – portanto, em 1930 – e deu nome definitivo ao lugar.

Pelo Decreto nº 5.812, de 13 de dezembro de 1943, o Município de Boa Vista se desmembrou do Estado do Amazonas e passou a ser o Território Federal do Rio Branco. À época esse era o nome que, depois, foi mudado para Roraima, para não se fazer confusão entre Rio Branco Território Federal e Rio Branco capital do Estado do Acre. E hoje se confunde Roraima com Rondônia, porque realmente a nossa Amazônia é muito pouco conhecida dos brasileiros.

Esse decreto, como eu já disse, foi assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, com muita honra o fundador do partido a que hoje pertenço, o PTB.

O primeiro governador foi o Capitão Ene Garcez dos Reis. A cidade tornou-se capital do Território Federal em 1944, quando foi instalado o território federal criado no ano anterior.

Em 1962, houve a mudança do nome do território para Roraima, como eu já disse, pela Lei nº 4.182, de 13 de dezembro, aprovada pelo Congresso Nacional, que alterou o nome para Território Federal de Roraima.

Nessa condição de Território Federal, Senador Paim, nós vivemos 45 anos. Como eu disse, era um modelo que não dava para entender, não dava para aceitar, porque era uma escolha do ministro que o mais próximo se chamava Ministro do Interior, inicialmente uma escolha política. Os governadores eram nomeados por um critério político. E foi escolhido, para indicar os governadores de Roraima, um Senador do Maranhão, Vitorino Freire. Ele indicava os governadores e o Presidente nomeava-os.

No regime militar, esse critério mudou: passou a ser uma questão mais ou menos geopolítica entre as três Forças Armadas. Para Rondônia, quem indicava os governadores era o Exército; para o Amapá, a Marinha, talvez porque, dos três Territórios, é o único que tem mar, que está no litoral. E Roraima, talvez por ser no extremo norte e ter como único acesso o avião, ficou com a Aeronáutica.

Durante todo o regime militar, os governadores eram nomeados por esse critério. Eram militares brilhantes que recebiam, como eles mesmos diziam, a missão de governar um território. Então, éramos uma espécie de departamento.

Por isso, Senador Paim, como eu disse, eu lutei. Como Deputado Federal, apresentei um projeto que não logrou êxito, porque ficou adormecido na burocracia do Parlamento. Na Constituinte, tivemos um movimento forte dos Deputados de Roraima – que, na época, éramos eu, o Brigadeiro Ottomar, que foi Governador do Estado por várias vezes, Deputado Federal à época, e a esposa dele, a Deputada Federal Marluce Pinto – e também do Deputado Chagas Duarte, filho do Prefeito de Boa Vista Aquilino da Mota Duarte.

A capital está localizada à margem direita do rio Branco. O clima é quente e úmido, com duas estações climáticas bem definidas: a estação das chuvas, de abril a setembro – neste ano, tivemos uma temporada de chuvas muito forte, ao ponto de, só há 35 anos, ter-se visto uma enchente tamanha, não só em Boa Vista, na capital, mas também em todos os municípios do Estado –, e o verão, que é o período que não chove e que chamamos de verão, vai de outubro a março. A temperatura varia de 20º a 38º, sendo a média em torno de 27ºC.

A arquitetura das áreas mais antigas, próximas ao rio, realça o estilo da virada do século XIX para o século XX: o neoclássico, que tentou reerguer, com certo romantismo, as formas romanas e gregas da Antiguidade. Os traços neoclássicos podem ser facilmente identificados nos contornos umbrais da cidade.

A cidade é plana. Aqui, é interessante. Quem não conhece a Amazônia tem a ideia de que a Amazônia é só floresta, como se todo o bioma da Amazônia fosse só floresta. Lá, onde está situada a capital, Boa Vista, é uma região que chamamos de lavrados, que equivale, mais ou menos, Senador Paim, aos pampas do Rio Grande do Sul com um pouco do cerrado do Centro-Oeste. A região nem é tão descampada quanto os pampas, nem tem tantas árvores quanto o cerrado aqui. Nós chamamos lá de lavrado, e Boa Vista fica plantada justamente no meio dessa área, que não tem floresta nenhuma.

As avenidas largas convergem para o centro, em um leque urbano planejado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson que lembra a antiga Paris.

Realmente, Boa vista é uma das poucas cidades planejadas neste País, tirando Brasília, Belo Horizonte e talvez umas poucas. Temos Boa Vista, lá no extremo Norte, Senador Eurípedes, planejada. E todo mundo que chega lá – inclusive o Senador Eurípedes teve a oportunidade de ir lá – admira-se justamente do descampado, da cidade plana e bem planejada. Pena que, nos últimos anos, como em todas as cidades do Brasil, a explosão populacional, considerado o tamanho de Boa Vista, mudou esse planejamento inicial.

Boa Vista está a uma altitude de 90 metros acima do nível do mar, e a 2°49'17" de latitude norte e 60°39'50" de longitude ocidental. E possui uma área de aproximadamente 5.711Km². Quanto ao fuso horário, Boa Vista está a uma hora a menos do que o horário de Brasília.

Está situada no Hemisfério Norte, é bom que se frise aqui. Fala-se muito em extremo norte e se diz sempre "do Oiapoque ao Chuí", porque antes a nossa geografia registrava como ponto extremo o Oiapoque. Mas não é, Senador Paim: é o monte Caburaí. Isso foi cientificamente comprovado, geográfica e geodesicamente falando, há 13 anos. Mas, ainda hoje, nós vemos grandes emissoras de televisão falando "do Oiapoque ao Chuí", um erro geográfico que não ensina a nossa geração atual e não chama a atenção das gerações do meu tempo para o fato de que a geografia está corrigida pelos métodos modernos. Comprovadamente, o ponto extremo norte é lá em Roraima. E Boa Vista é a capital que está acima do Equador; portanto, no Hemisfério Norte.

É muito importante que nós tenhamos essa visão, que o Brasil tenha essa visão de que, realmente, a capital do Brasil acima do Equador é Boa Vista. Nós estamos, portanto, no Hemisfério Norte, com uma realidade completamente diferente, do ponto de vista climatológico e de bioma, da de muitas cidades da própria Amazônia.

Repito: o normal é chegarmos, por exemplo, a cidades importantes como Belém, Manaus, Rio Branco, que estão situadas no meio da floresta; ao redor delas só há florestas. Não é o caso de Boa Vista.

Então, quero aqui, Senador Paim, deixar, além deste material que li, outra publicação que tem roteiros do Brasil – Roteiro: Monte Roraima. E outra coisa: o Estado, o Território, digamos assim, apoderou-se do nome do monte Roraima, um dos pontos extremos do Brasil que faz fronteira com a Venezuela e com a Guiana.

Aqui há, então, todos os dados que quero deixar nos Anais do Senado, para que aqueles que se interessam em pesquisar possam ter o registro histórico dessa realidade. Assim como o material que li peço seja transcrito, na íntegra, como parte do meu pronunciamento, também a relação dos prefeitos, desde a época do Amazonas, quando foi criado em 1890, até os dias atuais.

Quero frisar, só para ilustrar, que tivemos 62 prefeitos durante a fase de Município do Estado do Amazonas e Território Federal, e tivemos nove prefeitos eleitos a partir da criação do Estado. Por exemplo, o Sr. José Maria Carneiro, que assumiu em outubro de 1988 – coincidentemente no mês em que foi promulgada a Constituição –, era o Presidente da Câmara de Vereadores, que assumiu em virtude da cassação do titular Sílvio Leite.

De lá para cá, então tivemos prefeitos eleitos e hoje estamos com o Prefeito Iradilson Sampaio, que assumiu a metade do mandato, em um primeiro momento, e foi reeleito em 2008, o qual está fazendo uma gestão muito importante. Também vou pedir que seja anexada ao meu pronunciamento uma lista com todas as obras importantes que tem feito o Prefeito Iradilson, apesar de ter recebido, como gostava muito de dizer o Presidente Lula, uma herança maldita da sua antecessora. Sou testemunha disso, porque a gente coloca emenda para o Município e tem dificuldade de liberá-la porque o Município está inadimplente, por causa de um convênio anterior ao mandato do atual Prefeito, e não pode liberá-la.

Então, muita gente não está atenta a isso. E eu quero chamar a atenção para que, no dia de amanhã, quando Boa Vista completa 121 anos, o atual Prefeito está pagando o pato por uma administração anterior malfeita. Ele, inclusive, se fosse uma pessoa mais rígida, já teria entrado na Justiça contra todos esses convênios cujas obras não foram realizadas adequadamente e que são objeto, inclusive, de investigação e até de condenação pelo Tribunal de Contas da União.

Então, quero encerrar minhas palavras, Senador Paim, reiterando o pedido que fiz de transcrição das matérias e também me dirigindo a todo o povo de Boa Vista, dando um abraço, parabenizando-o por esse dia de amanhã, dia 9, quando o Município completará 121 anos; e dizer que temos de nos orgulhar muito de sermos cidadãos e cidadãs de Boa Vista, a capital do extremo Norte do País.

Muito obrigado, Senador Paim.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Roteiros do Brasil
Roteiro: Monte Roraima
HISTÓRIA DA CIDADE

O município de Boa Vista formou o primeiro povoamento caracteristicamente urbano da região do atual estado de Roraima.

O Forte São Joaquim (localizado a 32 quilômetros da capital), fundado em 1775, deu considerável importância à região.

Foi fundada no século XIX, em 1830, pelo capitão Inácio Lopes de Magalhães. Originou-se de uma das inúmeras fazendas de gado situadas ao longo dos rios que compõem a bacia do rio Branco pertencente à então província São José do Rio Negro, atual Amazonas.

Em 1858 a povoação foi elevada a categoria de vila, com o nome de freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco e em 9 de julho de 1890 a freguesia foi elevada à categoria de sede de um novo município denominado Boa Vista do Rio Branco (criado pelo então governador amazonense, Augusto Villeroy), que passou a presenciar um maior e mais veloz crescimento graças à construção da tão desejada BR-174 ligando-o à Manaus, a capital provincial (embora o seu crescimento exponencial só tenha se iniciado em meados de 1970). O município de Boa Vista pertencia ao extinto município amazonense de Moura, que desapareceu em 1943 quando da criação do território do Rio Branco.

Significado do Nome
Aniversário da Cidade
09 de Julho
CARACTERÍSTICAS
Município situado na fronteira com a República da Venezuela, única Capital situada no Hemisfério Norte, Boa Vista é uma cidade moderna, planejada por Oscar Niemeyer, com a mais baixa densidade demográfica do País. Banhada pelo Rio Branco, possui a forma de leque aberto, com ruas largas, bem iluminadas, e com as principais avenidas seguindo para o Centro Cívico. Encontra-se com 1 h a menos em relação ao horário oficial brasileiro.

Clima
Quente e úmido, com duas estações bem definidas, inverno (estação das chuvas) e verão (estação da seca).
Temperatura Média
36,6º C

TURISMO

Principais Pontos Turísticos

Aeroporto

O Aeroporto Internacional de Boa Vista possui uma ótima infra-estrutura para receber turistas do mundo inteiro, com estilo e muito bom gosto. Endereço: Avenida Getúlio Vargas, 39 - Bairro: Centro - Tel: (95) 224-7677

Aldeia Indígena

Os índios de Roraima expandiram suas fronteiras. Hoje, têm acesso à escola desde a primeira série, fazem faculdade e até chegam a se formar doutores. Isso tudo, é claro, preservando antigas tradições. Em termos percentuais, o Estado de Roraima é o que tem mais áreas indígenas do Brasil. Os índios da região ocupam cerca de 54% da terra do Estado e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) pretende aumentar este percentual para 73%. Há áreas indígenas que chegam a ser maiores do que a França, o maior país da Europa. Bairro: Centro.

Berço Histórico

São muitos os atrativos turísticos que Boa Vista oferece a seus visitantes. No Centro Histórico da cidade, encontra-se uma boa parte destes pontos de turismo: Porto das Lavadeiras, Depósito de Sal, Igreja, Prefeitura, Aldeia, entre outros. A cidade de Boa Vista foi crescendo ao redor deste Centro Histórico, na Praça Barreto Leite.

Cachoeira do Rio Contigo

Rio de cânion que tem sua nascente no Monte Roraima, dentro do município de Normandia. No município de Pacaraima, faz junção com outro rio e segue para formar o rio Tacutú. Bairro: Centro

Fonte Luminosa do Coreto

A Fonte Luminosa e o Coreto do Centro Cívico são uma grande atração turística de Boa Vista. Passar uma tarde apreciando-os é garantia de tranqüilidade e paz. Bairro: Centro.

Monte Roraima

No seu cume, encontra-se o marco da tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana, assentado pelo importante membro da História Brasileira, Marechal Rondon. O Monte Roraima tem 2.875 metros de altitude e para chegar a ele, o turista enfrentará desafios como rios e rochas no início da escalada, ventos de até 100 km/h e variação de temperatura entre 5ºC e 35ºC. É um local inóspito, de natureza

surpreendente. A flora da região é muito rica, com mais de 400 espécies de bromélias e duas mil samambaias. Na subida, você vai se encantar com os platôs, chamados Vale dos Cristais, onde ocorrem formações de pequenas esculturas pontiagudas de cristais. Em média, são seis dias para subir e descer o monte, um esforço que vale a pena. Bairro: Centro

Monumento aos Garimpeiros

Localizado na praça do Centro Cívico de Boa Vista, o Monumento ao Garimpeiro representa um homem garimpando, exaltando a época áurea do milagre do ouro descoberto na região. Bairro: Centro

Monumento aos Pioneiros

Na praça Barreto Leite, se localiza o Monumento aos Pioneiros do Estado. A obra é do artista plástico em memória, Luís Canará, que deixou um precioso e fiel registro do que foi a formação cultural de Roraima. Bairro: Centro

Palácio da Cultura

O Palácio da Cultura, com arquitetura moderna e futurista, se localiza ao lado do Centro Cívico de Boa Vista. Abriga a maior biblioteca pública do Estado, com espaço para oficinas de teatro e artesanato, além de ser palco de exposições artísticas, fotografia, cerâmica e artes plásticas. Atrás do prédio, há uma pracinha, lugar ideal para um bom passeio. Bairro: Centro

Palácio Hélio Campos

É na praça do Centro Cívico que se localiza o Palácio Senador Hélio Campos, sede do Governo Estadual. Para se conhecer o centro de Boa Vista, é aqui que começa o city tour. Bairro: Centro

Portal do Milênio

Boa Vista não deixou por menos e se preparou para comemorar com estilo a chegada do ano 2000. Na praça do Centro Cívico, a população foi presenteada, na noite de reveillon, com o monumento que marcou a passagem do ano de 1999 para o tão esperado ano 2000, o Portal do Milênio. Bairro: Centro

Praça das Águas

Diversos chafarizes e fontes de água proporcionam um charme a mais à cidade de Boa Vista. Um exemplo é a Praça das Águas, com sua beleza sedutora, trazendo tranqüilidade para todos os seus visitantes. Bairro: Centro

Ruas ajardinadas

Boa Vista é a capital de Roraima que surgiu no século XIX, com o aparecimento de inúmeras fazendas às margens do rio Branco. O que era apenas um povoado, hoje possui formas de uma cidade moderna, com largas e arborizadas ruas que ligam o centro da cidade a todos os seus pólos. O sol abençoa todos os dias a região de Boa Vista, um perfeito convite para um refrescante mergulho. A cidade é cercada por lindas praias naturais que, em período de seca, de outubro a março, formam um anel de areia fina em torno da cidade. Realmente uma paisagem encantadora. São muitos os atrativos turísticos que Boa Vista oferece a seus visitantes. Tudo com um toque bem original da região. Vale a pena conferir! Bairro: Centro

Teatro Carlos Gomes

O Teatro Carlos Gomes é o único de Boa Vista. Moderno e bem estruturado, todos os tipos de arte musical, peças locais e nacionais são apresentados ao público aqui. Bairro: Centro

Conheça Boa Vista

Dados sobre a região,
aspectos populacionais e geo-políticos

Dados sobre a região, aspectos populacionais e geo-políticos

Boa Vista foi o primeiro povoado caracteristicamente urbano de Roraima. No século XIX, quando inúmeras fazendas estabeleceram-se ao longo dos rios que compõe a bacia do Rio Branco, teve início a formação de um pequeno povoado que se chamou Freguesia de Nossa Senhora do Carmo.

Em 9 de julho de 1890, pelo Decreto estadual n° 49, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo foi elevada à categoria de Município de Boa Vista do Rio Branco, pelo governador do Amazonas Augusto Ximeno de Villeroy. A instalação do município foi feita, em nome do Governador, pelo Capitão Fábio Barreto Leite, em 25 de Julho do mesmo ano.

O primeiro prefeito de Boa Vista foi o Coronel João Capistrano da Silva Mota. Os primeiros vereadores, denominados na época de intendentes, foram José Francisco Coelho e José Gonzaga de Souza Junior.

Na década de 1930, uma fazenda do Império, que deu origem a um pequeno núcleo populacional formado nas terras ao redor, passou a chamar-se Boa Vista, e deu nome definitivo ao lugar.

Pelo decreto 5.812 de 13 de setembro de 1943, o município de Boa Vista se desmembrou do estado do Amazonas e passou a ser Território Federal do Rio Branco, no mandato do presidente Getúlio Vargas. O primeiro governador foi o Capitão Ene Garcez dos Reis. A cidade tornou-se capital do Território Federal em 1944.

Em 1962 houve a mudança de nome do território para Roraima, pela lei nº 4.182, de 13 de dezembro, promulgada pelo Congresso Nacional Em 1988 foi criado o Estado de Roraima.

A capital está localizada à margem direita do Rio Branco. O clima é quente e úmido, com duas estações climáticas bem definidas: a estação das chuvas, de abril a setembro, e o verão, de outubro a março. A temperatura varia de 20° a 38°C, sendo a média anual em torno de 27,4° C.

A arquitetura das áreas mais antigas, próximas ao rio, realça o estilo da virada do século XIX e XX: o neoclássico, que tentou reerguer com certo romantismo as formas romanas e gregas da antiguidade. Os traços neoclássicos podem ser facilmente identificados nos contornos umbrais da cidade.

A cidade é plana, quem vê do alto pela primeira vez fica impressionado com o traçado urbano moderno e pela sua arborização. As avenidas largas convergem para o Centro, num leque urbano planejado pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Dereneusson, que lembra a antiga Paris.

Boa Vista está a uma altitude de 90m acima do nível do mar, a 2° 49' 17" de latitude norte e 60° 39° 50° de longitude ocidental e possui uma área de, aproximadamente, 5.711,9 km². Quanto ao fuso horário, Boa Vista está 1 hora a menos que Brasília.

Situada no Hemisfério Norte, a cidade limita-se ao Norte com os municípios de Normandia, Pacaraima e Amajari; ao Sul, com os municípios de Mucajaí e Alto Alegre; a Leste, com os municípios de Bonfim, Cantá e Normandia e a Oeste com o município de Alto Alegre.

A imigração em massa para Boa Vista começou em 1980, com a descoberta do garimpo. Em 1950 a população era de 5.132 habitantes. Segundo o IBGE, esse número hoje chega a 234.000 habitantes.

Distância rodoviária de Boa Vista para outros municípios

Alto Alegre - 89 Km

Amajari - 154 Km

Bonfim - 120 Km

Cantá - 30 Km

Caracaraí - 155 Km

Caroebe - 358 Km

Iracema - 93 Km

Mucajaí - 55 Km

Normandia - 190 Km

Pacaraima - 220 Km

Rorainópolis - 298 Km

São João da Baliza - 320 Km

São Luís do Anauá - 336 Km

Uiramutã - 306 Km

Outras Localidades:

Boa Vista – Manaus (Amazonas) 758 Km

Boa Vista – Santa Elena do Uairén (Venezuela) 230 Km

Boa Vista – Caracas (Venezuela) 1.582 Km

Boa Vista – Georgetown (República da Guiana) 641 Km

Boa Vista – Lethem (República da Guiana) 125 Km

Como chegar em Boa Vista?

Via rodovia:

BR-174 – Pela Venezuela ou Amazonas

BR 401 – Pela República Cooperativa da Guiana.

Via aérea:

Manaus – Varig, Gol ou Meta

Georgetown (República Cooperativa da Guiana) – Meta

Área territorial – 5.117,9 quilômetros quadrados, o equivalente a 2,26% do total do Estado.

Clima tropical quente úmido.

Temperatura média varia de 21 a 36° C

Hotéis:

Uiramutam Palace – Avenida Capitão Ene Garcez, 427 – Centro

Telefone: (95) 3624 - 4700

Site: www.uiramutam.com.br

E-mail: reservas@uiramutam.com.br

Hotel Euzébios – Rua Cecília Brasil, 1517 – Centro

Telefone: (95) 3623-0300

E-mail: hoteleuzebios@uol.com.br

Aipana Plaza Hotel – Praça do Centro Cívico, 53 – Centro

Telefone: (95) 3224-4800

Site: www.aipanaplaza.com.br

E-mail: reservas@aipanaplaza.com.br

Hotel Barrudada – Rua Araújo Filho, 228 – Centro

Telefone: (95) 3623-1378 / 3623-1710

Itamaraty Palace Hotel – Av. Nossa Senhora da Consolata, 1957 – São Vicente

Telefone: (95) 3224-9113 / 3224-9257

Site: www.hotelitamaraty.com.br

E-mail: hotelitamaraty@uol.com.br

Hotel Ideal – Rua Araújo Filho, 533 – Centro

Telefone: (95) 3224-6342

Hotel Almada – Rua Amajari, 875 – São Vicente

Telefone: (95) 3224-0820

E-mail: almada@uze.com.br

Hotel Farroupilha – Av. das Guianas, 1542 – São Vicente

Telefone: (95) 3624-4226

Hotel Três Nações – Av. Ville Roy, 8537 – São Vicente

Telefone: (95) 3224-3439

Agências de viagens:

Meta Mesquita Táxi Aéreo

Telefone: (95) 3224-7780 / 3224-7490

Site: www.voemeta.com

E-mail: metaplan@technet.com.br

Varig Central de Reservas

Telefone: (95) 4003-7000

Site: www.varig.com.br

Eucatur União Cascavel

Telefone: (95) 3624-1322

E-mail: age_boavista@eucatur.com.br

Anaconda Turismo

Telefone: (95) 3224- 4132

E-mail: anaconda@uze.com.br

Amatur Amazônia Turismo

Telefone: (95) 3626-7153 / 3626-7258
E-mail: amatur@uol.com.br

Monte Roraima Turismo

Telefone: (95) 3623-0850 / 3623-9252

E-mail: mrtur@uze.com.br

Timbó Viagens

Telefone: (95) 3224-4077 / 3623-0545

E-mail: timbotur@osite.com.br / queiroz.timbo@hotmail.com

Lene Tur Viagens

Telefone: (95) 3623-3378

E-mail: lenetur@technet.com.br

Águia Viagens e Turismo

Telefone: (95) 3624-4212 / 3624-1516

E-mail: afonsoaguia@osite.com.br

Megatur Viagens

Telefone: (95) 3623-1800

E-mail: megaviagens@hotmail.com

Conexão Turismo

Telefone: (95) 3623-3309 / 3623-3284

E-mail: conexaoturismo@bol.com.br

Enesa Turismo

Telefone: (95) 3224-9292

E-mail: enesatur@technet.com.br

Transeme Turismo
Telefone: (95) 3224-6849 / 3224-6271

E-mail: ricardo@transeme.com.br

Boa Vista hoje é composta de 50 Bairros, são eles:

13 DE SETEMBRO

31 DE MARÇO

AEROPORTO

ALVORADA

ASA BRANCA

BELA VISTA

BURITIS

CAÇARI

CAIMBÉ

CALUNGÁ

CAMBARÁ

CANARINHO

CARANÃ

CAUMÉ

CENTENÁRIO

CENTRO

CIDADE SATÉLITE

CINTURÃO VERDE

DISTRITO INDUSTRIAL GOVERNADOR AQUILINO MOTA DURTE

BAIRRO DOS ESTADOS

DOUTOR SILVIO BOTELHO

DOUTOR SILVIO LEITE

EQUATORTIAL

JARDIM CARANÃ

JARDIM FLORESTA

JARDIM PRIMAVERA

JARDIM TROPICAL

JOQUEI CLUBE

LIBERDADE

MARECHAL RODON

MECEJANA

NOSSA SENHORA DA APARECIDA

NOVA CANAÃ

NOVA CIDADE

OLÍMPIO

OPERÁRIO

PARAVIANA

PINTOLANDIA

PISCICULTURA

PRICUMÃ

PROFESSORA ARACELI SOUTO MAIOR

RAIAR DO SOL

SANTA LUZIA

SANTA TEREZA

SÃO FRANCISCO

SÃO PEDRO

SÃO VICENTE

SENADOR HELIO CAMPOS

TANCREDO NEVES

UNIÃO

O Brasão, O Hino e A Bandeira de Boa Vista

Cultura e Artesanato Indígena

Roraima é um dos Estados brasileiros que ainda conta com a maior população de índios no Brasil, entre os quais se destacam os Yanomami.

Esta tribo é constituída de diversos grupos e subgrupos que falam línguas ainda não classificadas. Vivem nas florestas da Serra do Pacaraima e altos rios Mucajaí, Uraricoera e Catrimani.

Além desta tribo, que se destaca pela luta para manter o seu patrimônio cultural, habitam no Estado de Roraima os povos:

• Macuxis – É a maior tribo de Roraima. Esses índios falam uma mesma língua; vivem nas áreas de lavrado e na região das serras; têm o hábito de se comunicarem entre si pelo termo: parente; são excelentes vaqueiros e em muitas malocas criam gado de forma comunitária, para suprir às necessidades de carne, uma vez que,principalmente no lavrado, não há mais caça e a pesca também está muito difícil.

• **Taurepangs** - Ocupam área no alto rio Surumú; tem como malocas mais importantes a Boca da Mata, Sorocaima e Bananal, que podem ser vistas por todos que se dirigem, de carro, à cidade de Pacaraima e têm um conceito de comércio mais desenvolvido.

• **Ingarikós** – São índios que vivem mais isolados que os Macuxis e os Taurepangs e por isso são considerados brabos; falam a língua Karib e ocupam uma pequena área geográfica de Roraima atravessada pelo rio Cotingo ao norte e na fronteira do Brasil com Venezuela e Guiana, mais precisamente na Serra do Sol.

• **Wapixanas** – É a segunda maior tribo de Roraima; ocupam a região do Surumú, Cotingo e a região do Taiano.

• **Uaimiris / Atroaris** – habitam o sul do Estado de Roraima e são aproximadamente 1.600 pessoas, conforme dado levantado em 1992 pela FUNAI

• **Maiongongs** – Habitam as margens do rio Auarís, na Serra do Parima, vivem em Roraima nas malocas Auarís e Uaicás, no noroeste do Estado e são aproximadamente 280 indivíduos.

Sendo habitado por uma população miscigenada, Roraima é um Estado possuidor de um artesanato riquíssimo, com fortes características indígenas.

Os índios confeccionam peças artesanais com grande perfeição, criatividade e uma riqueza de detalhes surpreendente, tornando-as verdadeiras obras de arte.

A cerâmica fabricada pelos índios Macuxis; os cintos de sementes de imbaúba, do povo Wai-wai; as peneiras de arumã, da tribo yanomami; os trabalhos em madeira, palha e fibra e as esculturas em pedra sabão, são alguns exemplos de peças que marcam a predominância da arte indígena no Estado.

Também são comumente usadas no artesanato indígena: o cipó, a jacitara, escada de jabuti (tipo de cipó), o bambu, a fibra de buriti, a fibra de abacate e açaí , o mulugu e o junco.

Em seguida podemos conhecer um pouco mais sobre os materiais mais utilizados na confecção dessas obras.

• Colares e Pulseiras de Sementes - Para confecciona-los são utilizados fios de algodão cru, sementes de Imbaúba-braba tingidas com urucum, mangarataia, salva do campo, crajirú ou jenipapo e adornadas com penas de pássaros (arara, mutum, galinha-d`água, garça, gavião, etc).

• Prendedores de cabelo - Utiliza-se pau-rainha polido com folha de caimbé, fios de algodão cru, sementes de Imbaúba-braba tingida com urucum, mangarataia, salva do campo, crajirú ou jenipapo e adornado com penas de pássaros (arara, mutum, galinha-d`água, garça, gavião, etc).

• Tiaras - Utiliza-se cipó titica, fios de algodão cru e penas de pássaros (arara, mutum, galinha-dágua, garça, gavião, etc).

• Colar de fibra - Feitas com fibra verde da palha do buritizeiro e as tingem com crajirú, urucum, jenipapo, salva do campo ou mangarataia.

Folclore

Podemos situar o folclore como ciência da cultura tradicional que estuda os aspectos da cultura popular expresso em crenças, costumes, mitos, lendas, música, poesia, provérbios, enfim, a sabedoria popular e anônima.

As manifestações folclóricas habitualmente nascem no seio de uma comunidade ou são oriundas de outras plagas que, circulando no meio do povo são por este aceitas, adaptadas e assimiladas como sua, tornando-se imemoriais.

Lendas

O imaginário popular da Amazônia consagra a Cobra Grande como uma das entidades mais presentes e fortes na mitologia regional. Sua origem é ultramarina, mas o réptil ganha inúmeras formas encantatórias que envolvem o visível e o invisível,nos inúmeros relatos recolhidos das populações ribeirinhas.

Gastronomia

Roraima é fruto de uma miscigenação de várias raças e costumes, o que faz de sua gastronomia uma mistura de sabores nos cardápios. No entanto, é fácil perceber a predominância da culinária indígena no Estado, que além de muito apreciada pelos turistas, desperta o paladar dos curiosos graças ao seu exuberante tempero.

Feriados Municipais

20/01 - São Sebastião - Lei 104 de 06.09.84

29/06 - São Pedro - Lei 104 de 06.09.84

9/07 - Aniversário de Boa Vista - Lei 227 de 06.07.90

15/10 - Feriado para os comerciários - Lei 380 de 05.12.95

08/12 - Nossa Senhora do Carmo - Lei 104 de 06.09.84

http://www.boavista.rr.gov.br/conheca.php

Relação de Prefeitos de Boa Vista

Prefeitos no período em que Boa Vista pertencia ao Estado do Amazonas

1- João Capistrano da Silva Mota – Cel. Mota - Julho 1890/Julho 1891

2- Alfredo Venâncio de Souza Cruz - Agosto 1891/Julho 1892

3- José Maria Medeiros - Agosto 1892/Julho 1893

4- Joaquim Rodrigues de Araújo - Agosto 1893/Agosto 1896

5- Raimundo N. Rodrigues - Setembro1896/Set. 1898

6- Antônio Gomes Pereira Batista - Outubro 1898/Out 1899

7- Raimundo Ferreira Catanhede - Nov.1899/Dezembro 1900

8- Cel. Theodoro Bento F.Marques Brasil - Jan. 1901/Dezembro 1903

9- João Capistrano da S. Mota. Cel. Mota - Jan 1804/ Dezembro 1904

10- Souza Junior - Jan 1905/Dezembro 1907

11- Manoel Lopes de Magalhães - Jan 1908/Dezembro 1911

12- Artur José Araújo - Jan 1912/ Dezembro 1915

13- Luiz Gomes do Vale Quadros - Jan 1916/Junho 1916

14- Vitor da Silva Mota - Julho 1916/Dezembro 1918

15- João Capistrano da Silva Mota - Jan 1919/Dezembro 1922

16- João Santos - Jan 1923/Dezembro1924

17- Jaime Ferreira Marques Brasil - Jan 1925/Nov.1928

18- Ataliba Barroso - Jan 1929/Julho 1929

19- Alves de Souza - Agosto 1929/Dez.1929

20- Sérgio Pessoa - Janeiro 1930/Julho 1930

21- João Capistrano da Silva Mota - Agosto 1930/Dez. 1930

22- Manoel Corrêa - Janeiro 1931/Julho 1931

23- Edson Castro de Araújo - Agosto 1931/Julho 1932

24- Aloísio Ferreira Marques Brasil - Agosto 1932/Dez.1935

25- Adolpho Ferreira Marques Brasil - Janeiro 1936/Dez. 1940

26- Cap. Júlio Bezerra - Janeiro 1941/Dez.1941

27- Cap. Trigueiro - Janeiro 1942/Dez. 1943

Prefeitos no período de Território Federal de Roraima

28- Mario Homem de Melo - Janeiro 1944/Junho 1944

29- Cândido Pena da Rocha - Julho 1944/Dez.1944

30- Pandiá Batista Pires - Janeiro 1945/Dez.1945

31- Antonio Augusto Martins - Janeiro 1946/Dez.1946

32- Antonio Lutgards Moura - Janeiro 1947/Dez.1948

33- Joaquim Pinto Souto Maior - Janeiro 1949/Dez. 1949

34) Mozart Cavalcante - Janeiro 1950/Dez. 1950

35- Estácio Pereira de Melo - Janeiro 1951/ Dez.1952

36- Orlando Mota de Oliveira - Janeiro 1953/ julho 1953

37- Newton Tavares - Agosto 1953/Dez. 1953

38- Aquilino Mota Duarte - Janeiro 1954/Dez. 1954

39- Armênio Santos - Janeiro 1955/Dez. 1956

40- Carlos Palma Lima - Janeiro 1957/Dez. 1958

41- Bernardino Dias de S. Cruz (Gaúcho Dias) - Janeiro 1959/Junho 1959

42- Francisco de Assis Andrade - Agosto 1959/Dez.1959

43- Raimundo Marques - Janeiro 1960/Dez. 1960

44- Olavo Brasil - Janeiro 1961/Dez. 1963

45) Mozart Cavalcante - 2º mandato - Janeiro 1964/Dez. 1964

46- Aristóteles de Lima Carneiro - Janeiro 1965/Dez. 1966

47- Antonio Maciel da Silveira - Janeiro 1967/Dez.1967

48- Aristóteles de Lima Carneiro - Janeiro 1968/Dez. 1968

49- Francisco Zangerolane - Janeiro 1969/Junho 1969

50- Jorge de Assis Aragão - Julho 1969/Dez.1969

51- Danilo Souto Maior Nogueira - Janeiro 1970/Abril 1971

52- Major Rufino Rodrigues Carneiro - Maio 1971/ março 1974

53- Júlio Augusto Martins - Abril 1974/Agosto 1978

54- Luiz Aimberê Soares de Freitas - Setembro 1978/Jan. 1979

55- Danilo Souto Maior Nogueira - Fevereiro de 1979

56. Cel. Rodolfo Abraim - Março 1979/Dez. 1979

57- Major Alcides Rodrigues dos Santos - Janeiro 1980/Jan. 1983

58- Brig. Miguel Guerra Balvé - Fevereiro 1983/Jan. 1984

59- Danilo Souto Maior Nogueira - Fevereiro 1984

60- José Hamilton Gondim - Março 1984/Jan. 1985

61- Luiz Renato Maciel de Melo - Fevereiro 1985

62- Almir Queiroz - Março 1985/Dez. 1985

63 - Silvio Leite - Janeiro1986/Out1987

64 - Robério Araújo - Nov. 1987/Set.1988

65 - José Maria Gomes Carneiro - Outubro 1988/Dez. 1988

66 - Barac da Silva Bento - Janeiro 1989/1992

67 - Teresa Surtia Jucá - Janeiro 1993/Dez. 1996

68 - Ottomar de Souza Pinto - Janeiro 1997/Dez. 2000

69 - Teresa Surita Jucá - Janeiro 2001/Dez. 2004 (2005/2006)

70- Iradilson Sampaio - Janeiro 2007/Dez.2008

71- Iradilson Sampaio - Janeiro 2009/Dez. 1012

RELATÓRIO GERAL DE AÇÕES

PRINCIPAIS TÓPICOS:

Educação – Nove escolas em construção. Pela primeira vez 100% dos professores já têm nível superior, uma conquista inédita alcançada em 2010. Merenda escolar de qualidade.

Saúde – Garantir médicos e remédios nas unidades de saúde. É preciso parceria para compartilhar os custos do Hospital da Criança, que atende pacientes de todos os municípios do Estado, da Guiana e da Venezuela, atendendo casos de média e alta complexidade (atribuições do Estado).

Limpeza – Manter a cidade limpa com três coletas semanais do lixo domiciliar. Continuidade da Operação Cidade Limpa e recolhimento de entulhos e galhadas. A população precisa ajudar respeitando o calendário de visitas aos bairros. Quem desobedecer será multado.

Lançamento do projeto **Prefeitura nos Bairros**, reunindo semanalmente um conjunto de ações da Prefeitura de acordo com o cronograma de limpeza da Operação Cidade Limpa. O trabalho é coordenado pela Emhur.

Iluminação – Troca de lâmpadas da iluminação pública em até 48 horas. É uma meta inédita que dá mais conforto e segurança aos munícipes. Agora, toda a sociedade deve preservar o patrimônio público e coibir a ação de vândalos que têm destruído e furtado cabos de energia.

Obras – A Prefeitura começou 2011 com dezenas de obras espalhadas pela cidade. A Prefeitura vai investir em drenagem e pavimentação de ruas, recapeamento das principais ruas e avenidas.

Habitação – Já entregamos 600 casas populares de 2010 a 2011 e este ano vamos entregar mais mil. Nunca a Prefeitura de Boa Vista investiu tanto em habitação. A casa própria é um sonho de muitas famílias e trabalhamos para que muita gente possa viver com mais conforto e dignidade. Somente de 2010 para 2011, cerca de 400 famílias passaram a viver em moradias dignas, sendo transferidas das áreas de alagamento.

PRINCIPAIS OBRAS:

- 113 km de drenagem em diversos bairros (2006-2011)
- 125 km de recapeamento (2006-2011)
- 263,43 km de asfalto (2006-2011)
- Substituição de pontes de madeira por pontes de concreto nos bairros CinturãoVerde/Pricumã e Raiar do Sol

- Uubanização do bairro Cidade Satélite
- Entrega de 600 casas populares em diversos bairros (Cidade Satélite, Caetano Filho, PAC Santa Luzia e Pérolas do Rio Branco)
- Duplicação da BR – 174 na entrada da cidade, entre a rotatória do bairro Caranã e a Base Aérea
- Asfaltamento de 18 ruas no bairro Caranã
- Uubanização nos bairros Centro, Culungá e São Vicente
- Construção do Abatedouro e da Ceasa
- Construção do Teatro Municipal
- Construção do Centro de Referência em Saúde da Mulher
- Restauração da Igreja Catedral
- Construção do novo bloco do Hospital da Criança
- Urbanização das avenidas Armando Nogueira, São Mateus e Getúlio Vargas
- Construção de 2 unidades de saúde nos bairros Senador Hélio Campos e Conjunto Cidadão
- Avanço nas obras do Contorno Oeste
- Recapeamento de 33 ruas e avenidas (9 já concluídas)
- Construção de mais 9 escolas
- Reforma de 38 escolas municipais
- Continuidade das obras do PC Santa Luzia, que inclui ainda os bairros Equatorial, Alvorada e Senador Hélio Campos
- Construção de 1.000 casas do programa Minha Casa, Minha Vida, com asfalto, praça e escola
- Construção de praças nos bairros São Bento, Caçari, Equatorial, Jóquei Clube e Centenário

INAUGURAÇÕES:

- 12/03/10: Largo da **Igreja Matriz** Nossa Senhora do Carmo e do Calçadão dos Pioneiros
- 19/03/10: **Centro de Referência** e Assistência Social (Cras) do bairro Nova Cidade
- 05/04/10: Nova estrutura do **Centro Comercial Caxambu**
- 09/05/10: Reforma de dois **centros cirúrgicos do Hospital da Criança** Santo Antônio (HCSA), com capacidade para oferecer 10 cirurgias eletivas por dia
- 11/06/10: Sede da **Secretaria Municipal de Gestão Ambiental** e Assuntos Indígenas (SMGA)
- 01/07/10: Nova **Galeria de Prefeitos** no Palácio 9 de Julho
- 03/07/10: **Escola Vovô Jandico da Silva**, na comunidade indígena Serra da Moça
- 04/07/10: **Escola Ioládio Batista da Silva,** no bairro São Bento
- 07/07/10: **Unidade de Saúde Aygara Motta Pereira** e inauguração da **Praça Poliesportiva** Edécio Marques de Souza (Seu Naninho)
- 31/07/10: **Parque das Piscinas** John Wesley Timóteo, na Vila Olímpica Roberto Marinho
- 03/09/10: **Escola Dukuzzy Sebastião**, na comunidade Lago Grande
- 19/10/10: **Telecentro Boa Vista** na sede da Associação Luta pela Vida (ALV)
- 10/12/10: **NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA UFRR**
- 14/04/2011: Prédio da Intendência, na Orla Taumanan
- 27/05/2010: Quadra poliesportiva Alamir José Casarim, na Vila Olímpica

AÇÕES GERAIS:

- O projeto de criação da **Zona de Processamento de Exportação (ZPE)** de Boa Vista foi aprovado pelo Conselho Nacional das ZPEs
- Boa Vista é uma das **oito capitais modelos na gestão do Programa Bolsa Família** e Cadastro Único. Além disso, é pioneira na implantação do Bolsa Família
- **Mais de 23 mil famílias** atendidas com o programa Bolsa Família

- Mais de **40 mil pessoas atendidas** com programas sociais ***(inclui o Bolsa Família)***

- **PRÊMIO ODM BRASIL:** Dois projetos da Prefeitura de Boa Vista estão entre os 20 vencedores do prêmio ODM Brasil (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio), realizado pela Presidência da República

- A Operação Cidade Limpa recolheu no primeiro semestre de 2011, cerca de 100 mil toneladas de entulho e galhadas

- **Renovação de 50% da frota de ônibus**

- Substituição de **três rotatórias por semáforos**

- **Mais de 3 mil crianças, jovens e adultos atendidos com programas esportivos pelo Boa Vista Olímpica**

- A Corrida Internacional 9 de Julho deverá ser homologada pela segunda vez **pela Confederação Brasileira de Atletismo (CBAT)** e teve o percurso alterado

EDUCAÇÃO:

- **100% dos professores** possuem graduação em nível superior, uma conquista inédita em boa vista

- Criação de **4 mil** novas vagas só em 2011

- Na gestão do prefeito Iradilson Sampaio, **o número de vagas aumentou 135%**

- Construção de 3 a 4 escolas por ano

- Boa Vista alcançou em 2010 a média de 4.7 do Ideb, ficando a frente dos demais municípios de Roraima (4.3) e do índice nacional (4.6)

- Nove escolas em construção, sendo quatro em comunidades indígenas e uma em área rural.

SAÚDE:

- Média mensal de **40 cirurgias emergenciais e 120 eletivas** no Hospital Santo Antônio

- Média mensal de **6.500 atendimentos no Pronto Socorro** do Hospital Santo Antônio
- Média mensal de **5 mil atendimentos no ambulatório** do Hospital Santo Antônio

- Média mensal de **430 internações** no Hospital Santo Antônio
- Média mensal de **800 atendimentos mensais** com o **Expresso Saúde**
- Média mensal de **1.500 atendimentos oftalmológicos** para os estudantes de escolas municipais com o Expresso Oftalmo
- Média mensal de **500 atendimentos** com as unidades móveis no **PA Nova Amazônia**
- Média mensal de **340 atendimentos** com o Programa de **Saúde Indígena**
- Média mensal de **11.430 atendimentos** com as Equipes de **Saúde da Família**
- Média mensal de **1.400 atendimentos** no Centro de Recuperação Nutricional Infantil **(Cernutri)**
- Média mensal de **1.000 atendimentos** no **Centro de Especialidades Odontológicas**
- Média mensal de **13 mil atendimentos** nas **unidades de saúde** do Município
- **SAÚDE DO IDOSO:** Acompanhamento a cerca de **12 mil idosos** de Boa Vista
- Cirurgias de **Lábio Leporino** e **Hemangiomas** no Hospital Santo Antônio
- Mais de duas mil pessoas atendidas mensalmente na **Farmácia Popular**
- Lançamento do **Centro de Apoio ao Paciente Oncológico Infantil** (CAPO Kids)
- Lançamento do programa Remédio em Casa, que beneficia idosos, hipertensos e diabéticos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Mozarildo Cavalcanti que, como sempre, defende o interesse do seu Estado, do povo de Roraima e, naturalmente, de todo o povo brasileiro. Mozarildo, é um dos principais Líderes do PTB, Partido do meu amigo e colega, Senador Zambiasi, que continua sendo Senador. Ele não está no Senado, mas está lá no seu Estado fazendo um trabalho social, comprometido e, inclusive, contribuindo para dar sustentação ao Governo do Tarso e da Dilma, que é um trabalho que ele faz muito bem. Então, V. Exª e ele estão dando uma grande parcela de contribuição para o fortalecimento da democracia e para o bem, eu diria, de todo o povo brasileiro.

Parabéns, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, Mário Couto, Cyro Miranda e a Srª Senadora Maria do Carmo Alves enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da entrevista com o filósofo, Denis Lerrer Rosenfield, intitulada, "O estado não pode tudo", publicada pela revista *Veja*, em sua edição de 11 de maio de 2011.

Segundo o filósofo Denis Lerrer Rosenfield, que é uma das vozes mais potentes em defesa da liberdade individual, a intromissão do governo na vida privada é uma afronta aos brasileiros e uma ameaça à democracia.

Sr Presidente, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

"O ESTADO NÃO PODE TUDO".

Entrevista *Denis Lerrer Rosenfield*
Gabriella Carelli – **Veja** – 9-5-2011

Esta reportagem está na revista **Veja**:

Uma das vozes mais potentes em defesa da liberdade individual, o filósofo diz que a intromissão do governo na vida privada é uma afronta aos brasileiros e uma ameaça à democracia.

Poucos intelectuais se dedicam com tanto afinco à defesa da liberdade individual quanto o filósofo gaúcho Denis Lerrer Rosenfield, de 60 anos. Também se contam nos dedos os que conseguem reverberar suas ideias de forma tão contundente. Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com doutorado pela Universidade de Paris, e autor de quinze livros, Rosenfield alcançou o grande público com suas colunas quinzenais nos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, nas quais mantém feroz vigilância sobre os impulsos autoritários do governo. Nos últimos tempos, o filósofo direcionou sua verve ácida contra a interferência cada vez mais frequente do estado na vida pessoal dos cidadãos por meio de decisões de órgãos governamentais – como a recente tentativa da Anvisa de proibir a venda de remédios para emagrecer. "Essas medidas arbitrárias mostram como o PT, apesar de estar amadurecendo como partido, ainda atrai esquizofrênicos com mentalidade retrógrada e perigosa para a sociedade", diz. De Porto Alegre, ele concedeu a seguinte entrevista a **Veja**.

Por que o senhor considera o excesso de atos regulatórios por parte do governo uma afronta ao cidadão e ao país? Por duas razões. Primeiro, porque atos desse tipo maculam a essência do indivíduo. Considero uma agressão abster uma pessoa de seu livre arbítrio, de sua capacidade de decisão, de sua individualidade, seja no que diz respeito ao uso de medicamentos, ao fumo ou ao consumo de comidas gordurosas. Essa decisão pertence à subjetividade, à alma de cada um. O filósofo inglês John Locke, no século XVII, já dizia que nenhuma pessoa pode ser forçada a ser rica ou saudável contra a sua vontade. Os homens devem ser entregues à própria consciência. Segundo, porque, ao tentar disciplinar a vida dos cidadãos, o governo começa a impor a sua noção de bem. Se alguém decide fumar ou beber, isso um problema exclusivamente dessa pessoa, não é um problema do estado. Quando o estado se apodera do monopólio da virtude, inicia um flerte inadmissível com o autoritarismo, danoso para qualquer sociedade.

Muitos brasileiros aprovam medidas governamentais como a restrição ao fumo em locais fechados. A que se deve isso? Acredito que os brasileiros têm muito pouca consciência sobre o que está acontecendo. Vistos de forma isolada, os atos regulatórios parecem inofensivos. Quem não fuma agradece a resolução que proíbe totalmente o cigarro em locais fechados, pois se livra da fumaça incômoda da mesa vizinha num restaurante. O problema é que, por trás dessa onda politicamente correta, há uma intenção velada de impor um padrão de conduta às pessoas. No ano passado houve dezenas de resoluções da Anvisa com

o espírito de faça isso, não faça aquilo. Esse órgão se tornou o caso exemplar nesse aspecto. Ele se autoconsagrou o grande tutor do cidadão brasileiro, aquele que sabe tudo e a quem devemos obediência cega. A intromissão da Anvisa na vida dos brasileiros é coisa de esquizofrênicos.

O que o senhor quer dizer com esquizofrênicos? Boa parte da administração petista está impregnada de ranço ideológico ultrapassado, mas nenhum órgão do governo se iguala à Anvisa. Posso dizer com quase absoluta certeza que seus funcionários vão muito além do que o partido e o governo querem no que diz respeito às liberdades individuais. Na verdade, a Anvisa é o exemplo máximo do que o PT atrai de pior: gente com mentalidade do século passado. O PT caminha para se firmar corno um partido social-democrata. Aos poucos, está abandonando as ideias de revolução. Arrisco dizer que o PT está amadurecendo, mas tem vergonha de virar gente grande e abandonar os rompantes adolescentes. Isso causa a esquizofrenia que há no partido e nos órgãos estatais.

A intromissão do estado se dá apenas na área da saúde? De jeito nenhum. Nos últimos anos, o governo se intrometeu em quase tudo. Recentemente, quis policiar um pretenso consumismo infantil e chegou ao cúmulo de discutir a tal Lei da Palmada, que pretende disciplinar a relação entre pais e filhos. Trata-se de uma intromissão descarada na vida familiar. É o que chamo de sequestro das liberdades. Quem ainda não condena o governo por todo esse excesso de regulamentações, decretos, normas e leis que dizem respeito à vida de cada um não percebeu que sua liberdade de escolha está ameaçada.

Como se identifica essa ameaça? Um critério para medir o grau de liberdade de uma sociedade é o exercício da liberdade de escolha pelos seus cidadãos. Nas sociedades desenvolvidas economicamente e onde existe justiça social há o que chamo de consolidação das liberdades: liberdade de ir e vir, de pensamento e expressão, de imprensa e religiosa. Essas sociedades foram erguidas e mantidas a partir dos direitos de propriedade dos direitos individuais e do livre-arbítrio. Todas as sociedades que desrespeitaram as liberdades resultaram nas democracias totalitárias, nas quais as leis aprovadas pelos representantes do povo pesam menos do que as decisões do Executivo. Na Venezuela, Hugo Chávez só legisla por decretos. Ali é uma democracia? A única liberdade que o povo tem é o direito ao voto. Mas só o voto não garante uma democracia.

Ainda estamos longe de virar uma Venezuela… Sim, o Brasil ainda está longe de ser uma Venezuela ou uma Bolívia. Há muita arbitrariedade por trás desse manto de moralização, mas o Legislativo e o Judiciário continuam a exercer suas funções. É preciso, no entanto, perceber que o processo regulatório em curso no Brasil já atinge vários setores da administração. Na imensa maioria dos casos, a legislação que cerceia a liberdade de escolha do cidadão não passa pelo legislador eleito pelo povo. Nossos deputados e senadores estão sendo, aos poucos, usurpados de sua função de legislar. Eles estão se tornando servos de uma legislação administrativa, criada por órgãos estatais e não via projeto de lei. Também é preciso prestar atenção às afrontas cada vez mais recorrentes à liberdade de imprensa. A Anvisa tentou proibir a publicidade de cigarro, de bebida e de alimentos. Parece inofensivo, mas sem publicidade a imprensa se toma dependente do governo, o que compromete a liberdade de expressão. Isso sem falar no direito de propriedade, cada vez mais fragilizado.

O senhor está se referindo às desapropriações relacionadas com os sem-terra? A esse e a outros disparates. No Brasil, existe uma violação sistemática ao direito de propriedade. O direito de propriedade é o fundamento de toda sociedade civilizada, a garantia dos contratos sociais e a base da liberdade individual. Mas no Brasil o direito à propriedade é relativizado pela função social, pela função indígena, pela função racial e pela função ambiental da terra. O que acontece é um descalabro. Um exemplo trágico é a proliferação dos tais quilombolas pelo país. Isso não tem mais limite. Por um decreto de 2003, basta uma pessoa se declarar negra e se autoatribuir uma terra para conseguir a desapropriação da área. Até uma escola de samba pode se denominar quilombola e ganhar o direito sobre uma propriedade, não importa se ela está localizada no interior da Bahia ou na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. A palavra quilombo ganhou outro significado com o único intuito de tirar a terra de seu dono para atender aos interesses de movimentos sociais esquerdistas. Houve o uso político da palavra.

Existe um ponto de equilíbrio, uma medida certa para delimitar a intervenção do estado na vida do cidadão? Imagine que estamos dentro de um jogo. Cabe ao governo respeitar as regras, sem inventar novas condições à medida que o jogo avança. O estado deve preservar as regras e deixar as pessoas jogarem. Deve agir como um juiz. Não cabe ao estado tirar de uns para dar aos outros, por exemplo. A desigualdade faz parte do processo de organização social. O estado deve dar as mesmas condições para todos sobressaírem e, assim, conquistarem o seu espaço.

Qual o limite do estado no que diz respeito às leis? O estado deve zelar para que as leis obedeçam a critérios de universalidade e não desrespeitem os direitos individuais. Leis justas são as que não estão res-

tritas a costumes locais nem privilegiam determinados grupos. Há uma diferença entre eticidade e moralidade que deve ser levada em conta em toda essa discussão. A moralidade é do domínio da liberdade subjetiva, da consciência do indivíduo. Do ponto de vista moral, é quase impossível duas pessoas dividirem a mesma opinião sobre o que consideram "bem" ou "mal" para si mesmas. O fator ético é a liberdade dos indivíduos concretizada por meio das instituições. A legislação deve se embasar no conceito de ético, no que é universalmente aceito como bem ou mal.

Em seu último livro, o senhor escreve que a crise econômica dos últimos anos teve repercussões ideológicas e políticas. Quais são elas? Alguns setores atrasados da sociedade brasileira interpretaram a crise econômica como o fim do capitalismo. Trata-se de uma conclusão equivocada. As crises do capitalismo fazem parte de seu processo de renovação, são periódicas. Essa interpretação abriu espaço para vozes discordantes de uma economia de mercado e do direito de propriedade. Chegamos ao cúmulo de escutar críticas que propunham uma separação entre capitalismo e democracia. Para quem não sabe, a democracia moderna é um regime político que envolve relações sociais e econômicas baseadas no direito de propriedade. A liberdade de escolha não se resume ao processo de eleger um presidente. Também se refere à escolha de bens materiais, de consumo, de compra e venda de um imóvel, incluindo o livre exercício de pensamento. Não se podem dissociar o capitalismo, a propriedade, a livre escolha e o estado democrático. É impossível achar na história uma sociedade livre que tenha sobrevivido à abolição do direito de propriedade. O direito de propriedade é um poderoso estímulo à coesão social e não pode ser relativizado.

Como o direito de propriedade estimula a coesão social? Se mais de 60% de uma população é dona de seus imóveis, essas pessoas podem se unir com força contra qualquer ameaça à propriedade. Se menos de 30% forem proprietários, abre-se espaço para a aplicação de ideologias que comprometem esse direito.

O excesso regulatório no Brasil é resultante de um processo histórico e cultural ou está relacionado ao governo petista? O lado cultural é muito forte. No Brasil, sempre houve uma pressão da população para que o governo equacione problemas que não são estatais. Muitas medidas do governo Lula já eram adotadas pelo seu antecessor. O que Lula fez foi radicalizar processos já existentes no governo de Fernando Henrique Cardoso, que também era simpático aos movimentos sociais. Em seu segundo mandato, Lula se excedeu. O presidente deu muito poder a esses movimentos e limitou cada vez mais os direitos de propriedade. Foi exorbitante. Lula abriu a porteira. O mesmo aconteceu com relação à imprensa. No governo anterior, as tentativas de cercear a liberdade de expressão ultrapassaram o limite do aceitável.

O senhor diz que a situação é preocupante, mas dificilmente o Brasil vai se tornar uma Venezuela. Por quê? No Brasil, o processo notório de enfraquecimento do direito de propriedade por meio da desapropriação de terras está sendo combalido por uma reação da sociedade contra os movimentos de orientação esquerdista, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra. A sociedade brasileira é muito complexa, e parte dela, uma minoria, ainda, está se insurgindo contra isso. O Judiciário tem sido acionado e os meios de comunicação vêm se manifestando com veemência contra muitas arbitrariedades. Esse é o primeiro motivo. O segundo diz respeito ao estágio de desenvolvimento do país.

O senhor foi de esquerda e trabalhou para o PT. Como se define hoje politicamente? Sou liberal, mas aceito práticas da social-democracia em situações de miséria extrema. Tanto é que sou a favor do programa Bolsa Família, desde que se crie igualdade de oportunidades para que todos os brasileiros possam prover seu próprio sustento. Não vejo problema nenhum em ser chamado de direitista. Se direita no Brasil significa a defesa da liberdade pessoal, do estado e do direito de propriedade, sou de direita, sim, com muito orgulho.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da entrevista com o Senador Aécio Neves, intitulada: "Paramos de olhar o umbigo ou perdemos o bonde", publicada pelo jornal **O Globo***,* de 05 de junho de 2011.

Segundo o senador Aécio Neves, está na hora de os tucanos pararem de olhar para o próprio umbigo e de brigar internamente para não perderem o bonde da história. O senador defende que o partido amplie seu leque de aliança junto a partidos hoje governistas, como o PSB e setores do PMDB, sem perder de vista, porém, que seu adversário principal é e continuará sendo o PT.

Sr. Presidente, requeiro que entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ATAÍDES DE OLIVEIRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

'PARAMOS DE OLHAR O UMBIGO OU PERDEMOS O BONDE DA HISTÓRIA'

O Globo – 5-6-2011
Entrevista : *Aécio Neves*

Senador defende que PSDB amplie leque de alianças e que não antecipe candidato; ele aponta contradições de adversários

Usando toda a mineirice que deixou de lado durante o embate travado na semana retrasada com o ex-governador José Serra pelo comando do PSDB, o senador Aécio Neves (MG) hesita em cantar vitória. Diz que está na hora de os tucanos pararem de olhar para o próprio umbigo e de brigar internamente para não perderem o bonde da História. Para começar, defende que o partido amplie seu leque de alianças junto a partidos hoje governistas, como o PSB e setores do PMDB, sem perder de vista, porém, que seu adversário principal é e continuará sendo o PT. Mesmo admitindo que não fará uma oposição como a que os petistas fizeram contra o PSDB, Aécio mostra a língua afiada ao apontar as contradições de seus adversários, como o recente anúncio das privatizações de aeroportos. Identificado hoje como um dos nomes fortes para a disputa presidencial de 2014, Aécio não quer ainda assumir abertamente sua condição de pré-candidato à sucessão da presidente Dilma Rousseff. E resiste também a mudar seu estilo "bon vivant", que o levou recentemente a ter a carteira de habilitação suspensa, após se recusar a fazer o teste do bafômetro numa blitz no Rio.

Adriana Vasconcelos

O senhor se sente vitorioso na disputa travada com o ex-governador José Serra antes da convenção do PSDB?

AÉCIO NEVES: De forma alguma. O PSDB é que saiu vitorioso. Há uma tendência de se achar que vivo em conflito permanente com Serra. Nós somos parceiros de um grande projeto de Brasil. O que prevaleceu foi a seguinte compreensão: ou nós paramos de olhar para os nossos umbigos e passamos a compreender o Brasil com as mudanças que vêm ocorrendo ou perderemos o bonde da História.

Quando os tucanos vão escolher seu candidato para 2014?

AÉCIO: É um equívoco grande antecipar essa discussão. Para chegar em 2014, como uma alternativa viável, temos de passar por 2011, que é o momento da nossa reorganização interna e do resgate das nossas bandeiras. E, em 2012, temos de disputar com força as eleições municipais.

Dizem que a fila no PSDB andou e que agora é sua vez. Concorda?

AÉCIO: Seria um grande equívoco partidário e, no meu caso, pessoal anteciparmos essa decisão. O PSDB tem quadros que vão ser analisados no momento certo. Incluo, além do Serra, os governadores Geraldo Alckmin, Beto Richa, Marconi Perillo. Ficou claro nesta convenção que o candidato do PSDB será aquele que tiver as melhores condições de interpretar esse sentimento difuso da sociedade, agregar outras forças políticas.

Seus aliados elogiam sua capacidade de aglutinação de forças de fora da oposição, mas alguns se preocupam com seu estilo "bon-vivant". Abriria mão disso para chegar ao poder?

AÉCIO: Eu sou um homem do meu tempo e optei desde o início de minha trajetória pública em não adotar a hipocrisia daqueles que têm duas vidas: uma que é real e outra para oferecer à opinião pública. Como qualquer ser humano, cometo erros e acertos. Mas jamais transigi no essencial: na correção e seriedade de minha vida pública.

Em 2010, o PSDB evitou as prévias, e o racha ocorreu mesmo assim. Isso pode se repetir?

AÉCIO: Sempre defendi e continuo defendendo as prévias. Além de democratizarem as indicações dos candidatos, servem para mobilizar o partido. Se tivermos mais de um postulante, as prévias devem ser assimiladas com naturalidade.

Que alianças o PSDB priorizará nas próximas eleições?

AÉCIO: Nossas alianças preferenciais serão com PPS e DEM, mas, sabendo que lá adiante o grande adversário é o PT, será muito natural que o PSDB construa alianças com partidos que hoje estão na base de sustentação do governo do PT, como PSB e com parcelas do PMDB.

O PSDB deve investir mesmo na nova classe média como sugeriu o ex-presidente Fernando Henrique?

AÉCIO: Há hoje uma movimentação de classe que precisa ser compreendida por nós com agilidade e rapidez. Na minha avaliação, o PSDB é hoje o partido da modernidade, enquanto o PT se caracteriza como o partido do atraso, do patrimonialismo e do aparelhamento da máquina pública. Isso dá espaço para que o PSDB seja intérprete dessa nova classe média, crítica em relação à ineficiência e refratária aos desvios éticos do governo.

Como fazer isso?

AÉCIO: Vamos entrar fortemente nas mídias sociais, dialogar com setores não organizados da sociedade, porque é aí que está a oposição real do Brasil hoje. O partidos políticos não têm sido mais os representantes do sentimento de indignação ou de frustração das pessoas.

O senhor concorda que o PSDB deva fazer uma oposição mais dura ao governo do PT?

AÉCIO: Jamais faremos a oposição que o PT fez em relação ao nosso governo. Vamos cobrar, apontar a ineficiência, o aparelhamento da máquina pública e os desvios éticos, mas devemos também apontar caminhos e alternativas ao que está aí.

Qual sua avaliação do governo da presidente Dilma e da crise Palocci?

AÉCIO: O governo construiu base ampla não em torno de um projeto de país, mas em torno da distribuição de espaços. Assim, no primeiro momento de fragilidade do governo, como o atual, a pressão da base cresce.

Que bandeiras o PSDB pretende levantar?

AÉCIO: Nós precisamos resgatar a federação. Grande parte das crises que estamos vivendo deve-se exatamente à concentração de poder financeiro e político do governo federal.

Na última semana, a oposição aprovou a convocação de Palocci na Câmara e derrubou duas MPs no Senado. É o primeiro sinal de reação da minoria?

AÉCIO: Estamos reorganizando nossa tropa e demos demonstração da nossa capacidade de mobilização e de articulação.

Com viu a interferência do ex-presidente Lula na articulação do governo Dilma?

AÉCIO: Todos sabem das relações pessoais que tenho com o presidente Lula. Mas vou ser sincero: acho que a forma como o Lula participou talvez tenha trazido mais danos à presidente Dilma do que o próprio episódio envolvendo Palocci.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srsªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro das matérias veiculadas pela mídia nacional sobre o ex-ministro chefe da Casa Civil Antônio Palocci, publicadas de 23 de maio a 8 de junho de 2011.

As matérias destacam o aumento, em vinte vezes, do patrimônio do ex-ministro chefe da Casa Civil Antônio Palocci e sua queda do ministério em razão da falta de explicações sobre seu enriquecimento relâmpago. O ex-ministro não soube dizer se o crescimento do seu patrimônio foi conseqüência do tráfico de influência no governo ou desvio de dinheiro de campanha.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SEM MAIS DELONGAS

Dora Kramer

O Estado de S.Paulo – 7-6-2011

Na primeira semana cobraram-se explicações, na segunda discutiu-se a demissão e agora, na terceira semana desde a descoberta de que o ministro da Casa Civil enriqueceu ao ponto de pagar R$ 6,5 milhões por um apartamento só "para investir", o que se tem é uma presidente à frente de um governo refém das circunstâncias e das pressões.

Ora espera a chegada de Lula a Brasília, ora aguarda a manifestação do procurador-geral, ora tenta pesar e medir se há alguma chance de o caso esfriar. Fato é que a presidente Dilma Rousseff vai perdendo a chance de chamar a si a decisão sobre o destino de Palocci e, com isso, prolonga a crise.

Daqui em diante a cada dia aumenta o risco de o caso deixar de ser uma questão pessoal para dar margem a questionamentos mais gerais.

Até agora a boa-fé geral tomou como verdadeira a justificativa de que o enriquecimento, notadamente o faturamento de R$ 10 milhões nos dois meses que antecederam ao encerramento das atividades de consultoria da empresa Projeto, deveu-se à prestação de serviços de aconselhamento empresarial.

Não demora essa hesitação toda dará margem à dúvida sobre a origem do dinheiro: terá sido mesmo de consultorias? Antonio Palocci não quer revelar a lista de clientes. Prefere cair a fazê-lo.

Considerando a incompatibilidade existente entre a confidencialidade de contratos privados e a transparência exigida ao agente público, Palocci deveria ter tomado a iniciativa de sair no momento em que escolheu preservar a clientela.

A menos que essa clientela simplesmente não exista, que esse argumento da confidencialidade esteja escondendo uma impossibilidade de explicação maior ainda e que o dinheiro tenha outra origem. Sobras de campanha, por exemplo, como registram algumas suspeitas vocalizadas por oposicionistas.

Aí o problema não seria mais de natureza pessoal. Diria respeito à coletividade envolvida no projeto político que propiciou a arrecadação. É só uma hipótese, como várias outras que proliferam no pantanoso terreno das incertezas.

Primeiro foi Palocci quem alimentou as dúvidas ao demorar a se manifestar e agora é a própria pre-

sidente quem dá ensejo a toda sorte de versões ao titubear na tomada de uma decisão que, em tese, é intransferível.

Sua autoridade já havia sido seriamente abalada quando o ex-presidente Lula desembarcou em Brasília para tentar organizar a confusão resultante do silêncio do ministro-chefe da Casa Civil somada à desordem nas relações do Planalto com o Congresso.

Ao se deixar pautar pela volta de Lula à capital e pelo parecer do Ministério Público, Dilma Rousseff torna um pouco mais inconsistente o capital de credibilidade que vinha conseguindo amealhar nesses meses desde a posse.

Abre mão da chance de retomar o comando de seu governo, justamente no momento em que perde seu principal anteparo. Não cabe, ou pelo menos não deveria caber, a Lula essa decisão.

Tampouco uma resolução que diz respeito ao funcionamento do governo pode ser transferida ao procurador-geral, Roberto Gurgel. Ele decidirá sobre a abertura ou não de investigações no âmbito do Ministério Público.

Quem está apta a deliberar sobre a permanência ou não de um ministro é a presidente, baseada em critérios próprios de julgamento a respeito das condições que esse mesmo ministro reúne para prosseguir na posse de suas atribuições.

Ela é o árbitro dessa questão. Com todos os ônus e bônus daí decorrentes. Se não é capaz de pesar e medir levando em conta as balizas da lógica, da política, da ética e daquilo que espera dela a sociedade, não será capaz de levar a bom termo a Presidência da República.

O segundo desembarque de Lula em Brasília só confirmará as piores expectativas de que Dilma seria uma presidente de direito tutelada pelo ex-presidente que exerceria por intermédio dela um terceiro mandato de fato.

Aos navegantes. Margareth Palocci manda avisar a quem interessa: seu marido espera do PT e do governo o mesmo tratamento que tiveram José Dirceu, Delúbio e companhia.

No MP, Decisão é Recebida com Surpresa e Indignação

Fausto Macedo, de **O Estado de S. Paulo**

A decisão do procurador-geral causou perplexidade e até indignação entre promotores de Justiça e procuradores da República. Eles avaliam que o chefe do Ministério Público Federal poderia, a par de seu argumento central – a lei penal não tipifica como crime a incompatibilidade entre o patrimônio e a renda declarada -, ter adotado medidas preliminares, sem que isso violasse o status dignitatis do indivíduo, no caso Antonio Palocci.

Afinal, argumentam, não é assim que o Ministério Público age, rotineiramente? Um procurador, de Brasília, foi taxativo. "Qualquer João da Silva já teria seus registros devassados pela Receita, Banco Central e Polícia Federal, a requerimento do procurador." Ele observa que a simples abertura de investigação não significa denúncia criminal.

Tecnicamente, os procuradores consideram que Roberto Gurgel deveria ter mandado verificar o rol de empresas às quais Palocci diz ter prestado consultorias e se tiveram ou têm algum tipo de relação com o governo. "Para abrir investigação, não precisa de provas, mas indícios", anota um promotor de São Paulo, que investiga corrupção. "Um indício é a multiplicação do patrimônio (do ministro). Ninguém está dizendo que é crime. O membro do Ministério Público não pode esperar que as representações já venham acompanhadas de documentos comprobatórios. Fosse assim, para que serve o Ministério Público?"

Um procurador invocou a Castelo de Areia, operação da PF que em 2009 apontou suposto esquema de evasão de divisas, mandou para a prisão executivos da Construtora Camargo Corrêa e pôs sob suspeita grande elenco de políticos de partidos diversos. A investigação teve início com base em denúncia anônima e delação premiada de um doleiro com alentada folha corrida. O Superior Tribunal de Justiça mandou trancar o caso. Um Roberto Gurgel diligente entrou em ação: imediatamente anunciou que iria recorrer e afirmou que as provas do esquema não são ilegais.

Aliados Desembarcam da Defesa de Ministro

PC do B e Força Sindical, ligada ao PDT, partidos que tiveram embates com Palocci, querem saída de petista ou mudança na articulação do governo

7 de junho de 2011 | 0h 00
– **O Estado de S.Paulo**

Depois de sentir cobranças do PT e do PMDB, o ministro Antonio Palocci passa a ser cobrado publicamente por mais dois aliados do governo federal recentemente derrotados em negociações políticas da base: o PC do B e o PDT.

Reunidos no fim de semana, dirigentes do PC do B aprovaram resolução em que pedem uma solução imediata para a crise e pregam a "descentralização" das decisões políticas do governo, hoje concentradas nas mãos de Palocci. A Força Sindical, maior central de trabalhadores do País e ligada ao PDT, quer a "saída imediata" de Palocci.

Os dois aliados se envolveram em batalhas duras e recentes com o Planalto e foram por ele derrotados com o apoio decisivo de Palocci. Desde o início da crise, o governo temia a exploração da situação delicada de seu principal articulador para tirá-lo do cargo e pressionar a presidente.

A Força Sindical, comandada pelo deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), foi derrotada na votação do atual valor do salário mínimo (R$ 545). O PC do B queria controlar o importante posto da Autoridade Pública Olímpica (APO), responsável pela organização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio, mas foi vetado por Dilma e Palocci, que escolheram Henrique Meirelles, filiado ao PMDB, para o cargo.

Outro ponto de descontentamento do PC do B é a votação do Código Florestal semana retrasada na Câmara. O deputado Aldo Rebelo era o relator e, junto com o governo, saiu derrotado. "O partido (PC do B) opina que a crise na qual está envolto o ministro Antonio Palocci exige uma solução que fortaleça a autoridade da presidente Dilma na condução política do governo. Essa resposta corresponde aos anseios da base aliada e da maioria da Nação", diz a resolução.

Saída. A Força Sindical foi mais direta: "O imediato afastamento do ministro só trará benefícios para o País, que vive um bom momento econômico, com pleno emprego e sinais de controle inflacionário, mas começa a sentir a paralisia política do governo devido às incertezas que cercam o atual ocupante da Casa Civil do Palácio do Planalto".

Palocci foi à TV na sexta-feira dar uma explicação para o fato de seu patrimônio ter crescido 20 vezes de 2006 a 2010, mas não esclareceu a maior parte dos questionamentos, como nomes de clientes e serviços prestados. Além disso, a revista Veja publicou reportagem no sábado afirmando que o luxuoso apartamento onde mora a família Palocci em São Paulo está no nome de um "laranja".

Conselho Critica Omissão da EBC no caso Palocci

Câmara de Jornalismo afirma que TV Brasil, emissora controlada pelo governo, demorou a veicular notícias sobre o enriquecimento do ministro

6 de junho de 2011 | 23h 00
João Domingos, de **O Estado de S. Paulo**

BRASÍLIA – A Câmara de Jornalismo do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) recomendou à TV Brasil que passe a noticiar as denúncias que envolvem o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, em suspeita de tráfico de influência.

A Câmara de Jornalismo do conselho curador é a instância máxima da EBC. De acordo com levantamento feito por essa Câmara, do dia 16 a 20 de maio a TV Brasil deixou de veicular as notícias sobre o suposto enriquecimento ilícito de Palocci. A notícia com as informações de que o patrimônio de Palocci havia aumentado 20 vezes em quatro anos foi publicada pelo jornal Folha de S.Paulo no dia 15, mas só foi citada na TV Brasil pela primeira vez no dia 20.

No dia 31 os integrantes da Câmara de Jornalismo convocaram reunião do Conselho Curador da EBC e decidiram que, a partir de agora, "as informações em caráter de denúncia, com temas de natureza política e institucional, que se relacionem direta ou indiretamente com instituições e/ou pessoas físicas vinculadas ao Poder Público Federal", serão "objetos de cobertura jornalística dos veículos públicos da EBC." As recomendações foram enviadas à diretoria da EBC no dia 1º.

A EBC custa aos cofres públicas cerca de R$ 450 milhões por ano. Foi criada em 2008 pelo ex-presidente Lula com a promessa de que seria pública, desvinculada de interesses políticos.

A recomendação feita pela Câmara de Jornalismo – que leva o número 01/2011/CCE/CC – argumenta que "o interesse público desta informação, a oficialização de investigação da denúncia por autoridade competente, a defesa dos acusados, a mobilização por parte da sociedade civil e/ou de partidos políticos em relação ao tema, bem como as reflexões de interesse público suscitadas pela informação original, devem compor e orientar a cobertura jornalística da EBC".

A Câmara de Jornalismo também orienta para que informações envolvendo o governo federal "sejam tratadas de forma editorialmente unificada por todos os veículos públicos da EBC, evitando coberturas díspares e desconexas". Por fim, determina que as "informações sejam tratadas de forma a apresentar à sociedade elementos, perspectivas e pontos de vista que contribuam para a compreensão ampla dos fatos e suas implicações, colaborando para que os usuários tenham condições de refletir sobre as diferentes variáveis envolvidas".

A diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, reconheceu que a TV Brasil demorou a entrar no assunto Palocci. Isto, segundo ela, porque a TV tem por obrigação ouvir o outro lado. "A denúncia saiu no dia 15 e nos dias seguintes o outro lado não se manifestou. Mas quando o assunto começou a ferver no Congresso, com pedido de CPI e entrada do procurador da República no caso, nós passamos a noticiar."

O Globo:

Dono do Apartamento Alugado é Filiado ao PT

CRISE NO GOVERNO

Palocci reafirma não conhecer advogado, que dissera não ter assinado ficha de filiação do partido: "sou apartidário"

Germano Oliveira

SÃO PAULO. O advogado Gesmo Siqueira dos Santos, proprietário do apartamento alugado pelo ministro Antonio Palocci, é filiado ao PT de Mauá, no ABC paulista, há 23 anos, segundo informou ontem ao GLOBO o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). Por e-mail, o TRE informou diz que "sua situação é regular no PT com data de filiação de 16 de abril de 1988".

– O ministro reafirma que não conhece Gesmo Siqueira dos Santos. Nunca esteve com ele, nunca o viu no PT ou em qualquer outro lugar. O ministro não pode ser responsável pelos atos de Gesmo – disse Thomaz Traumann, assessor especial de Palocci, ao ser informado sobre a filiação.

O presidente do PT de Mauá, Leandro Dias confirmou, por meio de sua assessoria, que Gesmo já foi filiado ao partido, mas informou que a inscrição foi cancelada. Leandro não informou a data do cancelamento. Mas, segundo o TRE, a filiação de Gesmo ao PT "é regular".

Leandro é filho do prefeito petista de Mauá, Oswaldo Dias. Ontem, a assessoria do prefeito e do presidente municipal do PT, que é a mesma, disse que a administração petista da cidade do ABC não tem qualquer envolvimento com Gesmo ou com seu sobrinho, Dayvini Costa Nunes.

Laranja teria trabalhado na prefeitura de Mauá

Em entrevista à revista "**Veja**", Dayvini disse ser laranja no caso do aluguel do apartamento a Palocci. Afirmou que morava num casebre e que chegou a trabalhar na prefeitura de Mauá.

A assessoria do prefeito e do presidente do PT confirmou que Dayvini trabalhou na prefeitura – de 7 de julho de 2008, na administração de Leonel Damo, adversário do PT, até 5 de janeiro de 2009, quando foi exonerado da chefia de uma unidade de saúde. Dayvini, segundo a assessoria, foi demitido pelo prefeito Oswaldo Dias.

Gesmo disse ontem não se lembrar de ter se filiado ao PT.

– Não tenho nada com o PT. Sou apartidário. Nunca atuei no partido. Não me lembro de ter assinado a ficha de filiação – disse Gesmo, que responde a 35 processos por falsificação de documentos e adulteração de combustíveis em postos de gasolina de sua propriedade.

Gesmo só fala por celular. Todos os endereços fornecidos em documentos oficiais por ele são frios e suas empresas são de fachada. Até o endereço dado por ele à OAB, seção de São Paulo, é frio. Nesse endereço, em Moema, funciona uma clínica veterinária; o veterinário não conhece Gesmo.

O advogado disse que não pode aparecer para não sofrer ações e retaliações de seus credores, razão pela qual também passou seus bens para os filhos e sobrinhos. Disse que não conhece Palocci e que, ao firmar os contratos de aluguel do apartamento, o fazia por meio de motoboys, que levavam os contratos até os escritórios de Palocci e sua mulher Margarete, que os devolviam aos motoboys, após assinados.

COLABOROU *Lino Rodrigues*

De Automóveis a Colchões

Imobiliária muda de ramo duas vezes e usa endereço falso

Leila Suwwan e *Lino Rodrigues*

SÃO PAULO. Nos últimos três meses, a empresa Morumbi Administração de Imóveis, da qual o ministro Antonio Palocci aluga um apartamento em Moema, mudou duas vezes de ramo e de nome comercial. Primeiro, se transformou numa revendedora de automóveis Asia Motors. Atualmente, funciona com o nome de Home Ortobel, que atua, no papel, no ramo de venda de móveis e colchões. Em ambos os casos, o endereço fornecido, no Centro de Santo André, no ABC paulista, são falsos.

De acordo com informações registradas na Junta Comercial de São Paulo, o único sócio e administrador da empresa é Filipe Garcia dos Santos, de 17 anos, filho emancipado do verdadeiro dono, Gesmo Siqueira dos Santos. As mudanças na sociedade e objeto da empresa são indicativos da tentativa de esconder bens, que ficariam blindados contra execuções judiciais. Gesmo é réu em dezenas de processos.

Ao GLOBO, Gesmo reconheceu que o contrato atual com Palocci pode ser inválido, já que a Home Ortobel não pode atuar no setor imobiliário:

– Para acabar com esse tormento, vamos ter que procurar outra imobiliária para administrar o imóvel. Não tenho má-fé. Não tenho nada com o Palocci – disse Gesmo, que afirmou não se lembrar das alterações na sociedade.

– Antes de mais nada, preciso ter acesso à documentação.

O endereço oficial da Home Ortobel não existe há décadas. A Avenida Santos Dumont, 155, no Centro de Santo André, foi transformada na Travessa Jussiape, uma vila com 23 casas. Moradores mais antigos brin-

cam que o 155 é poste de luz na calçada, em frente à fachada lateral da primeira casa.

Por dois meses, Gesmo transformou a empresa na Asia Motors Veículos Ltda, em alusão ao nome da montadora de veículos sul-coreana. Novamente, o endereço, na mesma avenida, não existe. Nas proximidades, funcionam uma loja de colchões de outra marca e uma oficina de pneus.

A cronologia do caso

1. O advogado Gesmo Siqueira dos Santos comprou o apartamento de número 6, no 6º andar do Edifício Tom Arthur, em Moema, em 6 de agosto de 2007, com escritura registrada no 29º Tabelionato de Notas de São Paulo

2. Em 1º de setembro de 2007, o apartamento foi alugado a Palocci, por "indicação da imobiliária Plazza Brasil, contratada para este fim", segundo nota distribuída sábado pela Casa Civil. Em nota divulgada ontem, a Plazza Brasil reafirma "não ter conhecimento de contrato de aluguel firmado com o ministro Antonio Palocci

3. O contrato de aluguel foi firmado entre Palocci e Gesmo Siqueira dos Santos e sua então mulher, Elizabete Costa Garcia, junto à Morumbi Administradora de Imóveis (a empresa pertencia ao filho de Gesmo, Henrique Garcia Santos)

4. A empresa foi criada em 15 de maio de 2007, alguns meses antes de Gesmo comprar o apartamento. A empresa foi aberta em nome de Rosailde Laranjeira da Silva, uma empregada doméstica. Tem como endereço a Rua Lidia Simões Cabral 43, em São Paulo. Nesse endereço, mora um professor de inglês

5. Em 1º de fevereiro de 2010, Palocci renovou o contrato de aluguel com a Morumbi Administradora de Bens, sucessora da Morumbi Administração de Imóveis. Palocci paga R$ 13.500 mensais de aluguel. O contrato vence em 2 de agosto de 2012

6. A empresa Morumbi Administração de Imóveis Ltda, que assina contrato de aluguel com Palocci, sofreu sucessivas mudanças societárias e de finalidade nos últimos quatro anos. De administradora de imóveis, hoje se transformou em "comércio varejista de artigos de colchoaria, comércio varejista de móveis, artigos de iluminação e outros artigos para residência". Essa última alteração na Junta Comercial de São Paulo (Jucesp) foi registrada no último dia 6 de maio. O endereço fornecido é Avenida Santos Dumont 155, Vila Vilma, em Santo André. O GLOBO esteve ontem lá. O endereço é falso. Só há um poste de iluminação

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA NOME ORTOBEL FRANQUIA E PARTICIPACOES LTDA.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS,ARTIGOS DE ILUMINACAO E OUTROS ARTIGOS PARA RESIDENCIA, COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA SANTOS DUMONT, 155, VILA VILMA, SANTO ANDRE - SP, CEP 09015-320.

7. Em 17 de setembro de 2008, Gesmo Siqueira dos Santos e sua então mulher, Elizabete da Costa Garcia Santos, foram ao 29º Tabelionato de Notas de São Paulo e fizeram a doação do apartamento à Lion Administração de Bens Ltda. O endereço na Junta Comercial consta como sede na cidade de Salto, interior de São Paulo. O GLOBO esteve no local ontem. Lá funciona um buffet de festas infantis

8. A Lion Administração de Bens Ltda, dona do apartamento alugado por Palocci, foi criada em 15 de abril de 2008, depois que o ministro alugou o imóvel. A empresa tinha como sócios Henrique Garcia Santos, filho de Gesmo, e Rosailde Laranjeira da Silva, empregada doméstica de Gesmo

9. Em 29 de dezembro do ano passado, a empresa mudou o nome para Lion Franquia e Participações Ltda, e Rosailde deixou a sociedade. Nessa data, a empresa passou a ser de propriedade de Dayvini Costa Nunes e de Filipe Garcia Santos, respectivamente sobrinho e filho de Gesmo Siqueira Santos. Consta como endereço da sede da empresa a Rua Prudente de Moraes 262, em Salto, no interior de São Paulo. O endereço é falso

Imobiliária Nega ter Feito Contrato

Autor(es): agência **O Globo**: *Marcelle Ribeiro*
O Globo – 7-6-2011

Plazza Brasil Imóveis, citada por ministro, diz que analisará mais dados

SÃO PAULO. A empresa Plazza Brasil Imóveis disse, em nota divulgada ontem, que não tem conhecimento de contrato de aluguel do apartamento que em que vive o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, em São Paulo. Porém, a imobiliária afirmou que ainda faz levantamentos sobre o assunto.

O petista afirmou, em nota divulgada no sábado, que foi por intermédio e indicação da Plazza Brasil que alugou o apartamento em que mora com a família, em Moema, Zona Sul de São Paulo, desde 1º de setembro de 2007. Esse primeiro contrato de aluguel, segundo Palocci, foi "firmado em bases regulares de mercado" entre ele, e os proprietários Gesmo Siqueira dos Santos, sua mulher, Elisabeth Costa Garcia, e a Morumbi Administradora de Imóveis.

De acordo com o ministro, o aluguel foi renovado em 1º de fevereiro de 2010, em contrato assinado entre ele e a Morumbi Administradora de Bens, empresa que teria sucedido a Morumbi Administradora de Imóveis.

A Plazza Brasil disse que ainda busca em seus arquivos se foi realizado algum contrato com Palocci antes de dezembro de 2008, ano em que a imobiliária mudou de dono. Porém, a empresa afirma que, após a alteração no quadro societário, não foi feito acordo com Palocci para renovar o aluguel.

A Plazza afirma que deixou de atuar no ramo de locação, passando a dedicar-se apenas à comercialização de imóveis recém-lançados.

"Pode haver algum contrato firmado antes da nossa aquisição, já que a empresa fazia centenas de contratos de locação por mês. No momento da aquisição, não haveria motivo para dar destaque a nenhum contrato que foi firmado anteriormente. Estamos empenhados em esclarecer todos os fotos", disse a dona da Plazza, Valéria Correa, em nota à imprensa.

Aluguel de Palocci custa R$13.500 por mês

A Plazza Brasil Imóveis fica numa rua nobre de São Paulo, a Avenida República do Líbano, Ibirapuera, e tem cerca de 250 corretores. A menos de 50 metros da imobiliária fica o escritório de consultoria do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

O apartamento em que Palocci vive com a família tem cerca de 600 metros quadrados, quatro vagas de garagem, e foi alugado por R$13.500. Considerando o condomínio e o IPTU, ele gasta cerca de R$20 mil por mês com o imóvel.

Senadora da Base Aliada vai Assinar CPI

PCdoB, também da base governista, cobra solução rápida para a crise; Força Sindical pede saída do ministro

SENADORA ANA Amélia, da base governista, assinou a favor da investigação de Palocci no Congresso

Adriana Vasconcelos, Cristiane Jungblut
e *Silvia Amorim*

BRASÍLIA, SÃO PAULO e FORTALEZA. No Congresso, ontem, partiram dos aliados as cobranças por uma definição pública da presidente Dilma Rousseff a respeito do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. No Senado, a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) anunciou que assinará a CPI pedida pela oposição. Entre os aliados, além do PDT do presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (SP), o PCdoB cobrou uma solução sobre o que chamou de "crise Palocci". Em seu site oficial, o partido publicou ontem editorial considerando que Palocci não deu explicações satisfatórias à sociedade.

Com a assinatura da senadora Ana Amélia – a terceira da base governista a dar seu aval para a investigação contra Palocci no Congresso – ficam faltando apenas sete assinaturas para que o Senado atinja as 27 necessárias para a instalação de uma CPI na Casa. Outros aliados, como o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), e integrantes do chamado G-8 do PMDB, sinalizaram ontem que poderão seguir os passos da colega, caso não haja uma definição do Planalto sobre o futuro de Palocci.

– A demora do procurador em se pronunciar e as entrevistas pouco convincentes dadas pelo ministro na última sexta-feira me fizeram a tomar essa decisão – disse a senadora Ana Amélia, à tarde, antes de o procurador Roberto Gurgel decidir pelo arquivamento da representação contra Palocci. – Não tenho nenhum cargo no governo. Minha relação com o governo é republicana. Sou independente.

Já o chamado G-8 do PMDB, formado por oito senadores independentes do partido, deverá voltar a se reunir esta semana para analisar a proposta de criação da CPI.

Em nota no seu site, o PCdoB, tradicional aliado do PT, cobrou uma solução rápida para crise Palocci, com a alegação de que o governo"encontra-se paralisado e sob uma saraivada de ataques". Embora o partido não peça o afastamento do ministro, o PCdoB expressa sua desconfiança: "As denúncias de enriquecimento ilícito e tráfico de influência, não explicadas nem satisfatoriamente respondidas por Palocci, abriram uma séria crise política e de governo".

O partido cobra ainda que a presidente Dilma assuma o controle político de seu governo. O site do PCdoB publica carta do presidente nacional, Renato Rabelo, na qual diz que "o Partido opina que a crise na qual está envolto o ministro Antonio Palocci exige uma solução que fortaleça a autoridade da presidente Dilma na condução política do governo. Esta resposta corresponde aos anseios da base aliada e da maioria da Nação".

Na carta divulgada ontem, a Força Sindical pede o afastamento imediato de Palocci. A central, cujo relacionamento com governo anda estremecido desde a votação do salário mínimo, assume discurso de oposição.

"O imediato afastamento do ministro só trará benefícios para o país, que vive um bom momento econômico, com pleno emprego e sinais de controle inflacionário, mas começa a sentir a paralisia política do governo", diz o texto, assinado pelo presidente da entidade, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

No Ceará, a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, presidente estadual do PT do Ceará, cobrou explicações públicas do ministro. Mesmo dizendo que é cedo para condenar, a petista acha que Palocci deve pedir para sair se não conseguir explicar o crescimento do patrimônio:

– Acho que se for necessário (para) que o governo tenha estabilidade, acho que ele deve ter o discernimento de deixar o cargo se achar que não conseguirá explicar esse enriquecimento, supostamente, na proporção que foi.

Na Câmara, o presidente da Casa, deputado Marco Maia (PT-RS), prometeu decidir hoje sobre a questão da convocação de Palocci pela Comissão de Agricultura. Maia decidiu anular a convocação, mas reclamou com aliados que estava incomodado em ter que assumir esse desgaste.

Enquanto Palocci resiste no cargo, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), promete empenho para evitar a CPI e a convocação de Palocci:

– A orientação será pela derrubada do requerimento. Não vejo necessidade da convocação do ministro e de CPI. O ministro já deu explicações em entrevistas e forneceu as informações aos órgãos técnicos.

COLABOROU: *Isabela Martin*

Aliados do Governo Pedem Afastamento Imediato de Palocci

OS Negócios DO MINISTRO Para Força Sindical, ligada ao PDT, situação do ministro está se deteriorando PC do B cobra solução para crise No Congresso, oposição conquistou 20 das 27 assinaturas necessárias para instalar CPI no Senado sobre petista DE BRASíLIA DE SãO PAULO Em uma semana decisiva para seu futuro no governo, o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, enfrenta críticas crescentes de aliados do Planalto e vê aumentar seu isolamento. A Força Sindical, o PC do B e políticos governistas elevaram o tom das cobranças ao ministro, que há três semanas está no centro de uma crise após a revelação, feita pela Folha, da multiplicação de seu patrimônio. Ligada ao governista PDT, a Força Sindical pediu o afastamento imediato do titular da Casa Civil. Na nota divulgada ontem, a central sindical, presidida pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva SP, afirma que a credibilidade do ministro está se deteriorando. Diz ainda que a sociedade vê com ceticismo as explicações do titular da Casa Civil, mesmo depois de entrevistas na última sexta-feira à Folha e ao Jornal Nacional, na TV Globo. Palocci não revelou quem foram seus clientes nem quais serviços prestou a essas empresas. O PDT participa do governo Dilma no Ministério do Trabalho, ocupado pelo presidente licenciado da legenda, Carlos Lupi. Outro partido com assento na Esplanada, o PC do B, em texto divulgado em seu site, exige que o governo saia da paralisia e resolva a crise. Sem pedir a saída de Palocci, a legenda afirma que o ministro não explicou satisfatoriamente as acusações de enriquecimento. A prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins PT, disse que Palocci deve ter discernimento de deixar o cargo se não conseguir se explicar. O afastamento do ministro também foi pedido pelo presidente do PT gaúcho, Raul Pont, na semana passada.

CHANCE DE CPI.

No Congresso, a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) proposta pela oposição ganhou força ontem com a assinatura da senadora Ana Amélia Lemos PP-RS. Ela integra a base aliada do governo Dilma. A senadora disse que não ficou satisfeita com as explicações de Palocci e afirmou que a Procuradoria está demorando muito para se posicionar sobre o caso. Com ela, os oposicionistas reuniram 20 das 27 assinaturas para que a comissão seja instalada no Senado. Os senadores Cristovam Buarque DF e Pedro Taques MT, do PDT, disseram que vão a CPI caso Palocci não vá ao Senado falar sobre seus negócios como consultor.

Fernando de Barros e Silva

A Crise e a Sombra

SÃO PAULO – O procurador-geral arquivou o caso Palocci. É uma decisão que diz mais sobre Roberto Gurgel do que sobre os negócios do ministro. Ou alguém acredita que agora está tudo explicado?

Não se sabe que uso Dilma fará dessa decisão, de resto previsível. Não parece que ela altere o ambiente políto. É possível que Dilma ainda não tenha

demitido Palocci porque não sabe quem pôr no lugar nem como redesenhar o governo.

Uma figura como o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, o leva e traz, não chega a ser nem mesmo decorativa. Alguém assim só pode funcionar (ou deixar de fazê-lo sem causar problemas) ao lado de um ministro como Palocci, que ocupava os espaços.

Entre as opções disponíveis para a Casa Civil, Paulo Bernardo é o que, em tese, teria mais chances de ser um "Palocci cover", uma versão em aquarela do nosso consultor número 1. Petista convertido ao mercado, tarefeiro, tipão pragmático e responsável, Paulo Bernardo, no entanto, dificilmente faria a função de elo entre Lula e Dilma, desempenhada por Palocci. Ele não é da cota de "confiança pessoal" do ex.

Gilberto Carvalho, pelo contrário, é uma espécie de fantoche de Lula. Sua eventual ida para a Casa Civil seria uma renúncia branca.

Restariam, ainda, as apostas um tanto improváveis em Miriam Belchior (Planejamento) ou Maria da Graça Foster, a técnica da Petrobras amiga da presidente. Nos dois casos, Dilma estaria moldando a Casa Civil à sua imagem, esvaziando-a de sua dimensão política e transferindo o problema hoje mal resolvido para outra esfera do governo.

Com Palocci morto-vivo e nenhuma opção óbvia para substitui-lo, há uma grande interrogação sobre a capacidade de operação política deste governo. Dilma parecia ter afastado de si a imagem de que era tutelada por Lula. No último mês, as evidências de que isso não era verdade foram muito fortes. Veremos como a "presidenta" vai se virar com a crise e com a sombra.

Eliane Cantanhêde

Solidão

BRASÍLIA – A crise e o enriquecimento súbito de Antonio Palocci não atingem a imagem do próprio Palocci, que não é primário desde a história das malas de dinheiro e da quebra do sigilo do Francenildo.

Também não pioram a corrosão da imagem do PT desde a chegada ao poder, com mensalão, aloprados, dossiês, cuecões.

E, enfim, também não agravam a deterioração da Casa Civil da Presidência depois de Waldomiro Diniz achacando bicheiro; seu chefe Zé Dirceu despencando sob o peso do mensalão; Erenice Guerra abrindo as portas para a família.

Quem mais perde com o escândalo, pois, é Dilma Rousseff. Na campanha, houve um acordo velado para descolá-la de Erenice, seu braço direito tanto no Minas e Energia como na Casa Civil. Já no governo, tentam afastá-la das labaredas que consomem Palocci. Mas como não sair chamuscada?

A crise remete às fragilidades de Dilma que Lula tratou de minimizar e a oposição não soube explorar na eleição: inexperiência, falta de gosto político, de intimidade com o PT e de autoridade sobre o PMDB. Afinal, nunca fora eleita para nada. Mas a principal fragilidade da presidente é outra: solidão.

Dilma engoliu uma equipe de campanha com a qual não tinha proximidade, convivência, confiança. Ficou na mão dela, particularmente de Palocci, e montou um governo que não é seu. Está só.

PT e PMDB esfregam as mãos. Ela vai ter de reconstruir sua coordenação política, peça por peça, a partir das mesmas deficiências: a falta de equipe técnica, que fez emergir Erenice, e de liderança política, que desembocou na força de Palocci. Ou escolhe Miriam Belchior e Maria da Graça Foster, que entendem de política tanto quanto ela própria, ou cai novamente nas mãos de um espertalhão.

Força Sindical, PC do B e senadora do PP pulam do barco, enquanto a PGR joga uma boia furada para Palocci, e Chávez sopra: "Fuerza, fuerza". Glub, glub, glub.

Garçom de Bandeja Vazia

Folha de S.Paulo – 7-6-2011

Conhecido por só anotar pedidos, ministro figura em listas de demissões em eventual reforma na coordenação política

Eliane Cantanhêde
Colunista da **Folha**
Natuza Nery
De Brasília

Quanto mais forte era o chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, mais fraco ficava o articulador político oficial do governo, o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, que ganhou no Congresso o indelével apelido de "garçom" – é o que "só anota os pedidos".

Antes da posse, Luiz Sérgio já dava mostras de que ficaria longe da cozinha do poder, mesmo tendo uma sala no Planalto. Foi o último ministro escolhido, depois de uma disputa infernal no PT.

Vem daí uma charge que Luiz Sérgio exibe na parede do gabinete: Dilma e todos os ministros fazendo pose para a foto oficial da posse, com ele correndo, esbaforido: "Esperem por mim!"

A primeira gafe foi já na primeira reunião da coordenação política. Em entrevista aos jornalistas, Luiz Sérgio chamou a presidente de "ministra" não apenas uma, mas três vezes.

Resultado: a assessoria de Dilma o encaminhou para um treinamento com a jornalista Olga Curado,

dona de uma técnica heterodoxa de relaxamento que inclui cambalhotas e gritos.

Luiz Sérgio não tinha -como não tem até hoje– a menor proximidade com a chefe. Até porque, na prática, seu chefe é Palocci, que abre a porta do gabinete presidencial e fala direto com Dilma, enquanto ele tem de pedir, marcar, aguardar hora.

Nas primeiras vezes que foi, aliás, levou uma bronca. O desafio era aprovar o salário mínimo. E o que fez? Marcou a primeira reunião com... a oposição. Ao saber, Dilma reagiu: "Ficou maluco?"

O argumento dele foi até bem razoável: afinal, a base aliada tem obrigação de votar com o governo, o importante era conquistar votos no terreno adversário. "Se eu conseguir um voto da oposição, eu já me dou por satisfeito", disse.

Mas Dilma não se convenceu, e a rotina de broncas nem surpreende mais. Daí porque Luiz Sérgio frequenta todas as listas de demissões na hipótese de Palocci sair e abrir uma reforma na coordenação política.

Na lista de apostas como novo ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, atualmente na Saúde, é tido como pule de dez.

MISSÃO

Luiz Sérgio construiu sua carreira política como líder metalúrgico, mas mantendo um estilo discreto, desses que jamais levanta a voz.

A esse traço "low profile" junte-se o histórico da pasta que ocupa. A média de permanência dos seus cinco antecessores é de apenas um ano. Ou seja: o cargo é o menos longevo da Esplanada.

Para ele, sua missão era basicamente fazer com que o primeiro mandato de Dilma fosse tão tranquilo como o segundo mandato de Lula na seara política. Aparentemente, nem isso está dando certo.

Na prática, este primeiro semestre está sendo marcado pela crise Palocci, a derrota da votação do Código Florestal na Câmara, o avanço das mudanças nas regras das medidas provisórias no Senado e, enfim, a crise do PMDB com o governo e o PT.

Palocci nunca quis dividir espaço, e o Congresso sabe muito bem distinguir, a olho nu, quem manda e quem obedece. Ou melhor: quem influencia Dilma e o que sai no "Diário Oficial". E não é Luiz Sérgio.

Quando a Folha revelou que Palocci multiplicara seu patrimônio por 20 em quatro anos, ele telefonou para o deputado Pepe Vargas (PT-RS) na liderança do PT na Câmara: "Não estou vendo nenhuma matéria no nosso site defendendo o Palocci". Ficou por isso mesmo. A cobrança não foi atendida.

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), seu aliado na disputa contra o grupo do líder do PT, Paulo Teixeira (SP), lamenta: "Infelizmente, existe um movimento em setores do PT para queimá-lo". Ao que tudo indica, eles estão conseguindo.

Dilma após Palocci (Editorial)

Presidente demorou demais para pôr um ponto final na crise aberta pelo ministro e agora precisa recompor a autoridade comprometida

Folha de S. Paulo

O desfecho do caso Antonio Palocci se deu como quase todos esperavam: sai o ministro que teve seu patrimônio multiplicado por 20 em quatro anos como deputado e, depois, coordenador da campanha de Dilma Rousseff. O que ninguém contava era que causasse tanto prejuízo, em tão pouco tempo, à autoridade da presidente.

Transcorreram 24 dias entre a publicação da reportagem sobre os bens do ministro, nesta Folha, e sua demissão. No breve período, Dilma cometeu pelo menos dois erros graves.

O primeiro deles foi a demora em tomar a decisão. Não se admite, de um ponto de vista moral, que o ministro mais poderoso da República carregue para o coração do Planalto tamanha brecha de vulnerabilidade e oculte da presidente -para não falar do público– a extensão e a natureza dos negócios de sua firma.

Palocci, afinal, já passara por constrangimento ético comparável ao participar da quebra de sigilo de um caseiro quando era ministro da Fazenda do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Foi, na época, sacrificado a contragosto pelo presidente, que viria a reabilitá-lo como homem forte do governo de sua sucessora.

O segundo deslize de Dilma foi a aceitação passiva, se não a busca ansiosa, dessa tutela. O mentor não é personagem desprovido de argúcia a ponto de deixar passar em branco oportunidade de voltar tão cedo à cena política.

O desembarque de Lula em Brasília, na semana retrasada, foi o ponto mais baixo até aqui da Presidência Dilma Rousseff, por patentear a disposição de partilhar a autoridade de que havia sido investida pelo voto popular.

O que nas primeiras semanas era motivo para elogios – um estilo mais discreto de governar, com atenção para os detalhes da coordenação gerencial não raro negligenciados por Lula, e certa firmeza no trato com demandas fisiológicas do próprio PT e de sócios na base de apoio parlamentar – revelou-se uma fraqueza. Antes mesmo de inteirar cinco meses em palácio, a presidente colheu a derrota estrondosa do Código Florestal.

As tentativas de manter Palocci no cargo só faziam aumentar a fragilidade de Dilma. Após orquestrar

o revés na Câmara dos Deputados, o PMDB – partido do vice-presidente, Michel Temer – credenciou-se como "garantia da governabilidade". Poucos grupos são tão exímios no manuseio da chantagem como arma política.

Dilma acertou em não utilizar o novo pretexto para prolongar a crise oferecido pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que espera ser confirmado no cargo e não viu justificativa para investigar Palocci, divergindo de tantos. Tardiamente, mas acertou.

Agora, sobra-lhe a tarefa nada trivial de provar-se mais independente de Lula do que dá mostra o desfavorável balanço do episódio.

A SEGUNDA QUEDA

Dilma demite Palocci e muda governo após cinco meses

★ MINISTRO CAI SEM EXPLICAR ENRIQUECIMENTO ★ SENADORA NOVATA VAI PARA CASA CIVIL ★ PRESIDENTE REORGANIZA AÇÃO POLÍTICA

DE BRASÍLIA

Cinco meses e sete dias após o início do governo, a presidente Dilma Rousseff demitiu ontem o principal operador político do seu governo, Antonio Palocci, 50. Ele será substituído na chefia da Casa Civil pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), 45. Palocci teve sua credibilidade corroída depois que a Folha revelou que ele enriqueceu nos últimos anos trabalhando como consultor para bancos e empresas privadas. O silêncio de Palocci, que demorou a explicar seus negócios e se negou a identificar os clientes, alimentou uma crise que paralisa o governo há três semanas. Indicado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para chefiar a campanha de Dilma e depois auxiliá-la no governo, Palocci será trocado por uma escolha pessoal da presidente. Novata na política, Gleisi foi uma das primeiras pessoas no PT a sugerir que Palocci se demitisse.

A QUEDA EM 23 DIAS A crise que derrubou Palocci



Demissão foi Acertada após Petista, sem Apoio, Sucumbir

Em conversa de 50 minutos na manhã de ontem com a presidente Palocci decidiu deixar o cargo; ele disse que não decifrou ''esfinge Dilma"

8 de junho de 2011 | 0h 00

João Domingos e Tânia Monteiro / BRASÍLIA – **O Estado de S.Paulo**

Vinte e três dias depois de provocar a maior crise política no governo de Dilma Rousseff por causa das suspeitas de enriquecimento ilícito e tráfico de influência a partir da revelação de um significativo aumento patrimonial nos últimos quatro anos, Antonio Palocci pediu ontem demissão da Casa Civil. Ele será substituído pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), que toma posse hoje, às 17 horas, no Palácio do Planalto.

Técnica especializada em orçamento e política, Gleisi é um antigo quadro do PT. Apesar de a crise envolvendo Palocci ter exposto a fragilidade da articulação política do governo, a senadora do PT deve exercer no governo um papel gerencial, semelhante ao que a presidente teve no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – uma espécie de "Dilma da Dilma". Numa entrevista na noite de ontem, logo depois de ter sido escolhida, Gleisi Hoffmann disse que Dilma a considera com um perfil para o que quer na Casa Civil: trabalho de gestão e de acompanhamento de projetos (leia na página 8).

Desintegração. Mesmo obtendo um "nada consta" na segunda-feira do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que mandou arquivar todas as acusações que lhe foram feitas pelos partidos de oposição, Palocci não resistiu ao processo de desintegração de seu capital político diante do cerco de aliados.

O destino de Palocci foi selado ontem pela manhã, no gabinete de Dilma Rousseff, no terceiro andar do Palácio do Planalto. Numa conversa de 50 minutos, que começou às 10h55, os dois acertaram a saída. A conversa acabou por atrasar o início da cerimônia Rio+20, que Dilma iria presidir. Os dois chegaram juntos à solenidade. Palocci já estava fora, mas esbanjou sorrisos. Ele ainda participou da um almoço com a presidente e os senadores do PTB, no Palácio da Alvorada.

Despedida. No final da tarde de ontem Palocci, o mais poderoso ministro do governo de Dilma Rousseff, entregou a carta de demissão. Disse que considerou "robusta" a manifestação do procurador-geral da República o que, segundo ele, confirmou a "retidão de suas atividades profissionais no período recente, bem como a inexistência de qualquer fundamento, ainda que mínimo, nas alegações apresentadas sobre sua conduta".

No final da curta nota, Palocci disse que preferiu solicitar o afastamento por considerar que "a continuidade do embate político poderia prejudicar suas atribuições no governo". A nota de demissão foi protocolar, destas que costumam ser escritas quando um importante ministro sai.

Sem mandato de deputado federal, Antonio Palocci deverá ficará longe da cena política por algum tempo, a exemplo do que fez antes da eleição de 2006.

Dilma, a esfinge. Palocci ficou desprestigiado nos últimos dias. Logo depois do parecer do procurador-geral, que o inocentou, ele esperava uma afirmação de apoio por parte da presidente. Mas esta não veio. Palocci disse a parlamentares com os quais esteve durante o dia de ontem que não conseguiu desvendar a "esfinge" que é Dilma.

Em nenhum momento a presidente deixou claro se queria que ele continuasse no cargo ou saísse. Entendeu que era para sair.

Na segunda-feira à noite, logo depois do parecer do procurador, os líderes do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), e do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), reuniram-se com Palocci. Este disse a eles que estava disposto a ir ao Congresso dar explicações sobre o aumento de seu patrimônio em 20 vezes em quatro anos, fortuna que teria vindo do trabalho de consultoria feito de 2006 a 2010 para cerca de 25 empresas, e que lhe teria rendido R$ 20 milhões.

Vaccarezza e Henrique Alves levaram a proposta de Palocci à Câmara e começaram a negociá-las em seus partidos e a sondar como a oposição reagiria. Quando a notícia da saída de Palocci chegou à Câmara, eles estavam negociando a ida do agora ex-ministro ao Congresso, para prestar esclarecimentos. Mas muito antes de todas essas negociações Palocci já havia se afastado.

Enquanto Palocci tentava ganhar fôlego na base aliada na esperança de se manter no cargo, o Planalto, ontem cedo, já emitia sinais para a senadora Gleisi Hoffmann ficar de sobreaviso.

Distante. Dilma também divulgou nota para anunciar a saída de Palocci. Disse que recebeu dele uma carta com o pedido de demissão, que a aceitou e que lamentou "a perda de tão importante colaborador". Destacou a "valiosa participação" de Palocci no governo e agradeceu aos "inestimáveis serviços que prestou ao governo e ao País." Foi uma nota sem emoção, distante.

Entre os parlamentares do PT que defendiam Palocci e que anunciavam agora a disposição de defendê-lo, ficava sempre uma pergunta: como explicar para a sociedade que alguém tenha acumulado em quatro anos uma fortuna de mais R$ 20 milhões e tenha comprado um apartamento avaliado em R$ 6,6 milhões?

Aos jornalistas que faziam plantão no Palácio do Alvorada acompanhando os rumores do dia, o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria da Presidência) deu uma resposta: "A permanência dele (Palocci) depende da presidente". E Dilma preferiu mudar.

A NOTA DE PALOCCI

"O ministro Antonio Palocci entregou, nesta tarde, carta à presidenta Dilma Rousseff solicitando o seu afastamento do governo. O ministro considera que a robusta manifestação do Procurador-Geral da República confirma a legalidade e a retidão de suas atividades profissionais no período recente, bem como a inexistência de qualquer fundamento, ainda que mínimo, nas alegações apresentadas sobre sua conduta.

Considera, entretanto, que a continuidade do embate político poderia prejudicar suas atribuições no governo. Diante disso, preferiu solicitar seu afastamento."

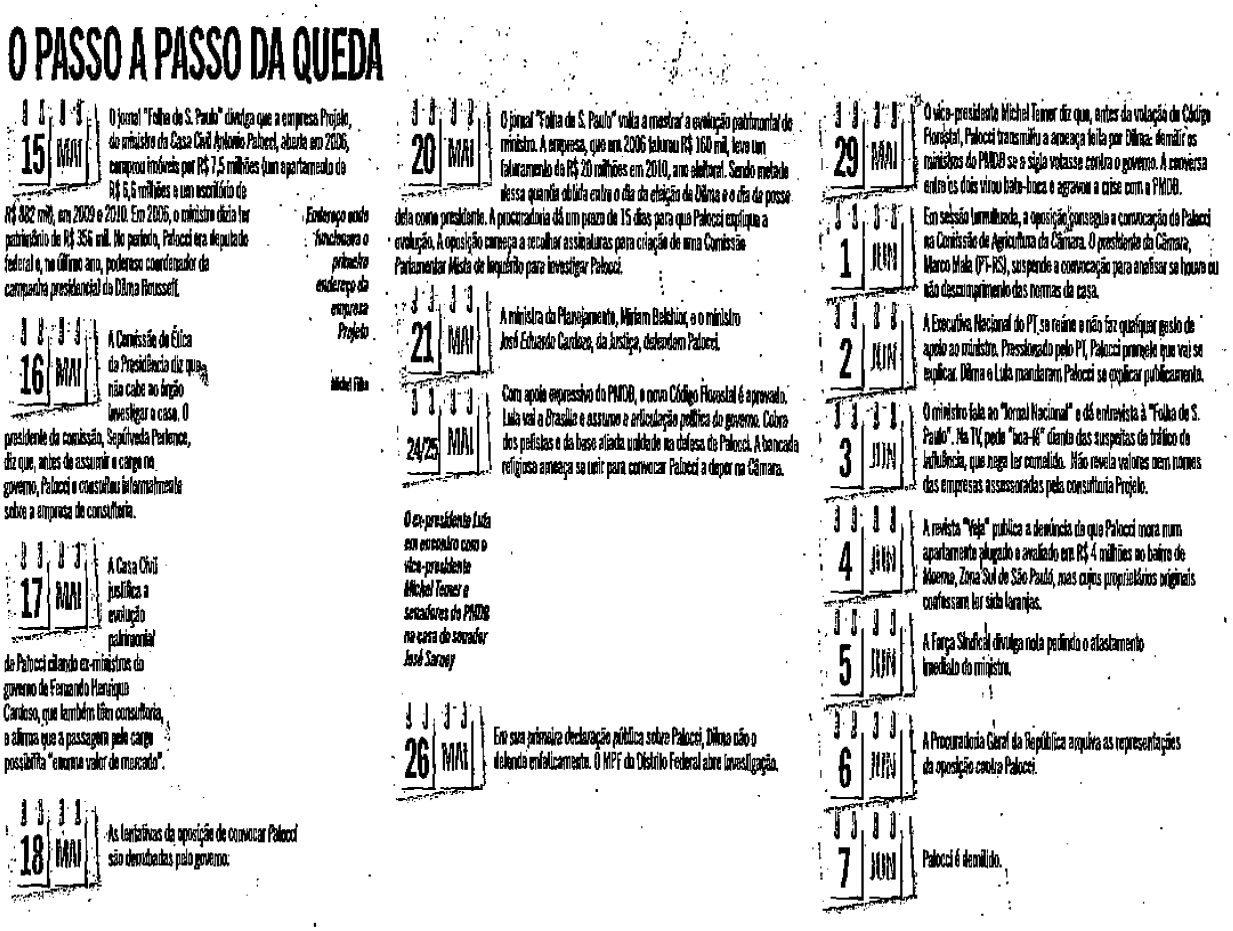
Palocci cai, senadora assume e fala em 'gestão' na Casa Civil. O pivô da maior crise do governo será substituído por Gleisi Hoffman (PT-PR). Ministro estava disposto a se explicar ao Congresso e esperava o apoio de Dilma, que não veio. Sucessora diz que fará 'acopmpanhamento de projetos'

Crise Derruba Palocci e obriga Dilma a Mudar Governo

Todo Poderoso em 2 Governos, Palocci cai pela Segunda Vez

Palocci cai e Enfraquece Dilma com Apenas 5 Meses de Governo

Crise fortalece PMDB do vice Michel Temer; Palácio procura articulador político



APERTO EM BRASÍLIA, ESPAÇO EM SÃO PAULO

Procuradores investigam Antonio Palocci, cujo endereço paulistano é um apartamento de 640 metros quadrados

O Ministério Público Federal começou a investigar a origem dos recursos recebidos pela Projeto Administração de Imóveis, a empresa do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. Na última quinta-feira, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviou uma série de questões ao ministro. Médico sanitarista de formação, ex-ministro da Fazenda do governo anterior, Palocci entregou a Gurgel na sexta-feira explicações sobre os serviços de consultoria financeira que lhe renderam 20 milhões de reais em 2010 — metade dos quais paga nos dois meses que sucederam à eleição presidencial. Outros procuradores exigiram que o ministro apresente um relatório sobre os trabalhos que entregou à sua clientela. Se fornecer esses esclarecimentos, Palocci poderá calar as acusações de que teria praticado tráfico de influência. O Ministério Público também notificou a Receita Federal para que entregue as declarações de renda da Projeto.

Até agora, todas as informações sobre as atividades comerciais de Palocci são mantidas em sigilo. Só três empresas assumiram ter recorrido aos seus serviços: o banco Santander, a operadora de saúde Amil e a empreiteira WTorre. O dono dessa última, Walter Torre Júnior, deu, ao jornal *O Estado de S. Paulo*, declarações desastrosas ao tentar explicar por que contratou Palocci: "Ele é uma pessoa extremamente influente, com alto grau de conhecimento do mercado financeiro, ex-ministro da Fazenda". Em vez de informar os serviços que Palocci lhe prestou, Torre Júnior pareceu corroborar a acusação de tráfico de influência. A empreiteira tem negócios com a Petrobras. Construiu e aluga um prédio para a estatal no Rio e ganhou uma licitação para fazer um dique no Rio Grande do Sul. Na semana passada, o deputado Fernando Francischini (PSDB-PR) chamou atenção para uma coincidência de datas entre a solução de uma pendência fiscal da empreiteira e uma contribuição feita pela WTorre à campanha presidencial de Dilma Rousseff. A doação, de 1 milhão de reais, foi efetuada em 24 de agosto de 2010. No mesmo dia, a WTorre obteve na Justiça uma liminar que obrigava a Receita Federal a analisar se havia lhe cobrado impostos excessivos. Quarenta e três dias depois, prazo considerado exíguo, a WTorre recebeu 9,2 milhões de reais do Fisco.

PERTO DO IBIRAPUERA

O aluguel, o condomínio e o IPTU de um imóvel como o de Palocci custam 21 900 reais

O inferno de Palocci começou quando se descobriu que, em 2010, ele comprou um apartamento de 500 metros quadrados nos Jardins, bairro nobre de São Paulo. O imóvel custou 6,6 milhões de reais. Um ano antes, ele adquirira uma sala comercial por 882 000 reais. Trata-se de uma evolução patrimonial surpreendente para quem havia declarado, em 2006, ter apenas 295 000 reais. Ao se defender, Palocci alegou não viver no imóvel. Verdade. O apartamento no qual ele mora tem 640 metros quadrados e fica perto do Parque do Ibirapuera. É cercado por varandas e conta com três salas e quatro suítes — duas com closets e banheira. O condomínio alcança 4 600 reais e o IPTU, 2 300 reais mensais. Por meio de sua assessoria, Palocci informou que paga aluguel. Imobiliárias que administram apartamentos no mesmo edifício dizem que o valor médio da locação é de 15 000 reais. Custo total: 21 900 reais, o equivalente a 83% do salário de ministro. ■

LEONARDO COUTINHO E ANDRÉ ELER

Simon vai pedir a Dilma que Palocci seja afastado

DE BRASÍLIA

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) vai aproveitar um almoço com a presidente Dilma Rousseff depois de amanhã para pedir que ela afaste o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) enquanto ele estiver sob suspeita de enriquecimento ilícito.

A ideia é usar o encontro da bancada do PMDB no Senado com a presidente para abordar o assunto. Simon é o segundo senador da base aliada a defender o afastamento do ministro. A primeira foi Ana Amélia (PP-RS).

Da ala dissidente do PMDB, ele disse que de nada irá adiantar uma CPI para investigar Palocci, porque o governo vai repetir a estratégia de esvaziar os trabalhos.

"A única pessoa que pode esclarecer esses fatos é o procurador-geral da República."

O procurador Roberto Gurgel analisa se abre investigação contra Palocci.

O ministro se recusa a informar quem eram seus clientes sob o argumento de que os contratos têm cláusula de confidencialidade.

DISCURSOS

Conhecido pela contundência dos seus discursos, Simon já provocou a demissão do então ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, no governo FHC, após falar no plenário.

Mendonça de Barros teve seu nome envolvido em um escândalo de grampos no BNDES, na época das privatizações, mas foi absolvido.

Simon também promete aconselhar, em discurso amanhã, Palocci a deixar o cargo. "É ridículo ele se recusar a depor no Congresso. Como assim ele não quer falar?"

Também do PMDB, o senador Roberto Requião (PR) voltou a criticar a blindagem.

"Essa complacência com a corrupção compromete todo um projeto de nação. Continuo acreditando no governo da Dilma, mas eu não sou complacente com o que está acontecendo no país", disse ele em seu site. (ANDREZA MATAIS E GABRIELA GUERREIRO)

Empresa contrata amigo de Palocci e ganho dispara

Celso Fonseca, que administra a ex-consultoria do ministro, tem ligações com 2 fornecedores do governo, um dos quais viu faturamento aumentar 30 vezes

Leandro Colon / BRASÍLIA

Um personagem até então desconhecido publicamente surgiu na crise envolvendo o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. É Celso dos Santos Fonseca, nomeado por ele para administrar a Projeto Consultoria Econômica e Financeira entre julho e dezembro de 2010, período em que a empresa faturou pelo menos R$ 10 milhões e o ministro comprou o apartamento de R$ 6,6 milhões em São Paulo. Homem de confiança de Palocci, Fonseca tem ligações com duas empresas que, juntas, já receberam cerca R$ 5 milhões do governo federal comandado pelo PT. Uma delas aumentou em 30 vezes o faturamento após contratar o amigo do ministro.

Entre abril de 2008 e janeiro de 2011, Fonseca foi superintendente comercial da editora e distribuidora de livros SBS Special Book Services, que vende obras didáticas, científicas e de idiomas. Ele deixou o cargo nessa empresa e a administração da consultoria de Palocci para assumir em fevereiro a chefia de gabinete do presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia –, Glauco Arbix, um amigo de Palocci dos tempos em que militaram no movimento estudantil Liberdade e Luta (Libelu). Arbix esteve, aliás, na cerimônia de posse de Palocci como ministro da Casa Civil em janeiro.

Em 2007, segundo dados do Portal da Transparência, a SBS recebeu R$ 36 mil do governo, apenas R$ 10 mil a mais do que 2006. No ano seguinte, com Celso Fonseca na função de diretor comercial, a SBS faturou pelo menos R$ 1,1 milhão, segundo os dados publicados no portal do governo. Mais cerca de R$ 1,3 milhão foi pago 2009. Em 2010, ano em que Fonseca assumiu a função de administrador da consultoria de Palocci, a SBS também vendeu R$ 1,3 milhão em livros para o governo.

Entre seus clientes estão os Ministérios da Educação, Fazenda, Agricultura, Transportes, Defesa, Cultura, Saúde, Relações Exteriores, e Ciência e Tecnologia. O amigo do ministro da Casa Civil ainda é sócio majoritário da MF Academic Book Services Comércio Importação de Livros, empresa que faturou R$ 295 mil no primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando Palocci era ministro da Fazenda.

● Toque de Midas

R$ 36 mil
é o total que a SBS recebeu do governo federal em 2007

R$ 1,1 milhão
foi o faturamento em 2008, após Fonseca, amigo de Palocci, assumir cargo na empresa

R$ 10 mi
é o valor que a consultoria de Palocci teria faturado no final de 2010, sob a gestão de Fonseca

R$ 6,6 mi
é o valor do apartamento comprado pelo ministro em 2010

Projeto. Em 5 de julho de 2010, Fonseca foi nomeado "administrador" da consultoria de Palocci, que havia sido convidado para coordenar a campanha da então candidata a presidente Dilma Rousseff. O petista renunciou ao cargo de administrador sem mudar o quadro societário da Projeto. Celso Fonseca, que nunca foi sócio dela, deixou o cargo no dia 29 de dezembro, mesmo dia em que a Projeto alterou a razão e o objeto social para atuar no ramo de administração de imóveis. Desde então, a empresa estaria apenas cuidando do apartamento de R$ 6,6 milhões e do escritório de R$ 882 mil, comprados entre 2009 e 2010 em São Paulo. No lugar de Fonseca, assumiu Rita de Cássia. A reportagem procurou Fonseca para se manifestar, mas ele tem se negado a dar entrevistas sobre o assunto.

A Projeto foi aberta por Palocci em 2006 e funcionou até o ano passado como uma empresa de consultoria. No período, ele era deputado pelo PT. O ministro tem se negado a revelar para quais clientes trabalhou. Alega cláusula de confidencialidade. Pelo menos três empresas já admitiram ter contratado os serviços da Projeto: Banco Santander, Construtora WTorre e a operadora de saúde Amil.

'Trabalho explica crescimento, diz dono da SBS

BRASÍLIA

O dono da SBS Special Book Services, José Vicente, admitiu saber das ligações de Celso dos Santos da Fonseca com o ministro Antonio Palocci (Casa Civil), mas negou qualquer influência no crescimento de vendas dentro do governo desde 2008. "Ele é amigo do Palocci há mais de 30 anos", disse.

"O crescimento é consequência do trabalho da SBS desde 2007, com investimentos na nossa rede de varejo em todo o País. Para viabilizar o nosso investimento decidimos ampliar as vendas dos livros de idiomas, onde somos líderes de mercado, e também passamos a atuar na área de livros universitários e de pesquisa, nacionais e importados", disse Vicente. "O Celso não ajudou porque as licitações são pelo computador pelo melhor preço. Parte das compras desse setor ocorre através de pregões eletrônicos do governo federal para suprir as bibliotecas das universidades federais brasileiras, sendo que a maioria das vendas que realizamos acontecem no canal de distribuição (*vendas para outras livrarias*) e através da nossa rede de livrarias."

Antes de ir para o Finep, trabalhar na SBS e administrar a empresa Projeto, Fonseca foi diretor no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no primeiro governo Lula, quando Glauco Arbix presidia o órgão. Ambos estudaram juntos nos anos 70. Formado em Filosofia na USP, Fonseca foi presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Segundo o dono da SBS, ele foi contratado em 2008 pela experiência na área de livros relacionados à área de ciência e tecnologia. / L.C.

● Explicações

JOSÉ VICENTE
DONO DA SBS
"O crescimento é consequência do trabalho da SBS desde 2007"

"O Celso não ajudou porque as licitações são pelo computador"

Palocci não entrega lista de clientes a procurador

Ministério Público do Distrito Federal abriu investigação sobre suspeita de enriquecimento ilícito contra o ministro

Luiza Damé e Catarina Alencastro

• BRASÍLIA. O ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, encaminhou ontem à Procuradoria Geral da República (PGR) ofício dando explicações sobre sua evolução patrimonial. Mas Palocci não forneceu a lista das empresas que contrataram a Projeto, empresa de consultoria que ele criou em 2006. O ministro tem alegado que assinou contratos com cláusula de confidencialidade e que, por isso, não pode revelar os nomes, nem os detalhes dos serviços que prestou para as empresas.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, enviou ofício ao ministro pedindo esclarecimentos sobre as denúncias. Em anexo, encaminhou representação dos partidos de oposição que solicitavam a lista dos clientes da consultoria. A defesa do ministro, porém, preferiu dar resposta genérica ao procurador-geral e ignorou os ofícios dos partidos de oposição que também lhe foram repassados por Gurgel.

O ministro tinha 15 dias para enviar a resposta ao requerimento do procurador-geral. O prazo venceria apenas na próxima semana. Mas Palocci se antecipou diante da pressão até de aliados para que tentasse esclarecer as denúncias sobre sua empresa Projeto. Ontem, o advogado do ministro, José Roberto Batochio, evitou dar detalhes sobre o conteúdo do documento.

— Preparamos uma informação bem detalhada, mas vou pedir desculpa por não responder a sua pergunta. Seria uma descortesia com o procurador, — disse Batochio.

Roberto Gurgel vai analisar a resposta de Palocci para decidir se pede abertura de inquérito penal. Mas o procurador da República Paulo José Rocha Júnior, que atua na primeira instância da Justiça Federal, preferiu não esperar. Antes mesmo de o ministro enviar sua resposta à PGR, o procurador já abriu uma investigação para apurar as suspeitas de enriquecimento ilícito. Além de cobrar os documentos contábeis da Projeto, o procurador enviou ofício à Receita Federal pedindo as declarações da empresa de Palocci desde sua criação em 2006. O Ministério Público deu prazo de 15 dias para o envio das informações.

O procurador pediu à Projeto que informe a lista de clientes. Ele também solicitou que sejam apresentados documentos que possam comprovar a prestação de serviço de consultoria pela empresa. "Embora a imprensa tenha notificado expressivo crescimento patrimonial do representado (Palocci), não foram apresentadas publicamente justificativas que permitam aferir a compatibilidade dos serviços prestados (pela empresa Projeto) com os vultosos valores recebidos", justifica o Ministério Público Federal na portaria de instauração da investigação.

Segundo o MPF, não há necessidade de autorização judicial para que a Receita repasse os dados fiscais da Projeto. Em outros procedimentos, o Fisco repassou sem qualquer contestação dados fiscais de empresas sob investigação. O procurador instaurou um "procedimento preparatório", que é uma fase preliminar à eventual apresentação de ação de improbidade. No entendimento do MPF, esse tipo de ação pode ser aberto na Justiça Federal de primeira instância mesmo contra ministros de Estado, que, em ações penais, só podem ser processados no Supremo Tribunal Federal. O caso também está em análise na Procuradoria Geral da República. A diferença é que, ali, o desdobramento eventual é uma ação penal no STF.

Palocci montou em 2006 empresa de consultoria que teria faturado cerca de R$ 20 milhões só no ano passado, segundo o jornal "Folha de S.Paulo". Naquele ano, Palocci era deputado e coordenador da campanha da hoje presidente Dilma Rousseff. A empresa deixou de fazer consultorias quando ele virou ministro, este ano. Palocci adquiriu no final do ano passado um apartamento de R$ 6,6 milhões em São Paulo. O imóvel de 500 metros quadrados foi registrado em nome da empresa Projeto. ■

Palocci contesta investigação

Procuradoria quer apurar se houve improbidade na evolução de patrimônio do ministro; defesa acha iniciativa 'tecnicamente inaceitável'

Leandro Colon / BRASÍLIA
Fausto Macedo

Após a Procuradoria da República do Distrito Federal abrir investigação sobre a evolução patrimonial do ministro Antonio Palocci (Casa Civil), a defesa dele sinalizou ontem que deve contestar a iniciativa, tomada terça-feira pelo procurador Paulo José Rocha Júnior.

Portaria assinada por ele informa que o ministro será investigado no âmbito cível, por possível prática de improbidade, pelas suspeitas envolvendo a Projeto Consultoria Econômica e Financeira, empresa de Palocci. "Não foram apresentadas publicamente justificativas que permitam aferir a compatibilidade dos serviços prestados com os vultosos valores recebidos", diz documento assinado pelo procurador como "procedimento preparatório", fase preliminar de um possível inquérito.

O advogado de Palocci no caso será o criminalista José Roberto Batocchio. Ontem, o advogado disse ao Estado que há "ilegalidades" na investigação da Procuradoria do DF. "A portaria é tecnicamente inepta e inaceitável porque se baseia em recortes de jornal e internet, sem apontar um fato concreto", justificou.

"Para nós esse procedimento não tem forma nem figura de direito", ressaltou o advogado, que defendeu Palocci no Supremo Tribunal Federal (STF) no episódio, em 2006, da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Batocchio também já livrou Palocci de outra acusação de grande impacto político, o caso da máfia do lixo, em Ribeirão Preto.

Por ser ministro de Estado, Palocci só pode responder criminalmente perante o Supremo em eventual investigação conduzida pela Procuradoria-Geral da República, que ainda não decidiu se abrirá inquérito para apurar a evolução patrimonial do petista. Mas Palocci pode ser investigado na área cível em primeira instância, como faz a Procuradoria da República no DF.

O procurador pediu à Receita Federal cópia da declaração do Imposto de Renda da Projeto. Em ofício à própria empresa, ele solicitou contratos de prestação de serviços e comprovantes de prestação dos serviços, entre outros documentos.

O advogado de Palocci questionou o que, para ele, pode configurar quebra de sigilo fiscal por parte do procurador Rocha Júnior. "Ele quer quebrar o sigilo fiscal da Projeto? Quem quebra sigilo telefônico fiscal é o Poder Judiciário", disse. "No Brasil, nenhum ato escapa ao controle de legalidade do Poder Judiciário. O MP pode muito, mas não tudo. E o que ele não pode é violar o sigilo fiscal e bancário sem passar pelo crivo do Judiciário."

Ao solicitar os dados fiscais, o procurador se respalda num parecer da Advocacia-Geral da União e no artigo 8.º da Lei Complementar 75/93, que permite ao Ministério Público, entre outras coisas, "requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da administração pública direta ou indireta" desde que o sigilo seja mantido. Caso encontre resistências por parte da Receita, a Procuradoria do DF pode recorrer diretamente à Justiça.

O advogado de Palocci ainda destaca o fato de a sede da empresa Projeto ser de São Paulo – o que impediria um procurador de Brasília de investigar o caso.

"O promotor natural é do local do suposto enriquecimento ilícito", disse. Para o MP do DF, não haveria esse impedimento porque Palocci é ministro em Brasília. Caso haja conflito de competência, os dados da investigação poderão ser transferidos para algum procurador paulista.

● Defesa

JOSÉ ROBERTO BATOCCHIO
ADVOGADO DE PALOCCI
"O Ministério Público pode muito, mas não tudo. E o que ele não pode é violar o sigilo fiscal e bancário sem passar pelo crivo do Judiciário"

Palocci faturou mais quando teve acesso a dados reservados

Aumento dos ganhos de consultoria do ministro coincide com período em que ele participou de equipe de transição

Na função, petista teve acesso a informações reservadas e planos de investimentos de órgãos do governo federal

JOSÉ ERNESTO CREDENDIO
FERNANDA ODILLA
MATHEUS LEITÃO
DE BRASÍLIA

O período em que a empresa de consultoria Projeto ganhou mais dinheiro, cerca de R$ 10 milhões, foi quando o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) tinha poder para acessar dados reservados e planos de investimentos do governo federal.

Como a **Folha** revelou, a Projeto faturou R$ 20 milhões em 2010. Metade desse valor foi contabilizado entre novembro e dezembro, meses em que Palocci acumulou a atividade empresarial com a função de coordenador da equipe de transição da presidente Dilma Rousseff.

Durante o tempo em que atuou como deputado e consultor, o ministro multiplicou seu patrimônio por 20 em quatro anos (2006-2010).

Em 29 de dezembro de 2010, às vésperas de assumir a Casa Civil, sua empresa, a Projeto, deixou de ser uma consultoria e virou uma administradora de imóveis.

Um coordenador da transição tem o poder de solicitar qualquer informação e documento do governo.

Além disso, já no início de novembro, Palocci teve acesso a pastas com informações de obrigações financeiras, como contratos a cumprir, lista de projetos e programas pendentes do governo Lula.

Duas leis, de 2002 e 2007, obrigam os titulares dos órgãos a fornecer as informações solicitadas pelo coordenador da equipe de transição. Basta um ofício.

Segundo um servidor que participou de três equipes de transição —do governo José Sarney a FHC-Lula— e que pediu para não ser identificado, sempre foi possível requisitar todo tipo de dado do governo, entre eles os sigilosos.

OUTRO LADO

O advogado José Roberto Batochio, que defende Palocci, disse não haver problema em seu cliente ter feito parte da equipe de transição e, ao mesmo tempo, ser sócio da Projeto. Segundo Batochio, não há impedimento legal.

Ele disse que, quando Palocci foi para a campanha, alterou o contrato social da empresa, da qual ficou só como sócio. O ministro avaliou que permanecer na administração da firma poderia gerar questionamentos, afirmou.

Documento da Junta Comercial de São Paulo registra que Palocci renunciou ao cargo de administrador em 5 de julho de 2010. A Presidência não deu acesso ao material da transição.

IMÓVEIS
Em 2009, a Projeto comprou um escritório e, em 2010, um apartamento, ambos em região nobre de SP. No fim do ano passado, a empresa se tornou uma administradora de imóveis

Valores

Escritório
R$ 882 mil

Apartamento
R$ 6,6 milhões

Prédio em que a Projeto tem escritório

Ministro tem endereço de R$ 4 mi em São Paulo, relata revista

DE SÃO PAULO

A moradia do ministro Antonio Palocci (Casa Civil), em São Paulo, seria um apartamento avaliado em R$ 4 milhões, perto do parque Ibirapuera (zona sul), relatou a edição desta semana da revista "Veja".

Com quatro suítes, três salas, o imóvel teria 640 metros quadrados e o condomínio chegaria a R$ 4.600 mensais.

A revista o ministro informou que apenas paga o aluguel. O valor médio de locação no edifício, segundo imobiliárias consultadas pela revista, é de R$ 15 mil. Com o condomínio, as despesas do ministro com o imóvel chegariam a 80% do seu salário.

A **Folha** revelou que Palocci comprou um outro apartamento, no valor de R$ 6,6 milhões, em São Paulo, com área privativa de 502,3 metros quadrados.

A assessoria de imprensa do ministro na Casa Civil, afirmou que ele não irá comentar o assunto. "O que a gente sempre informou é que ele vive num apartamento alugado em São Paulo."

Faturamento de Palocci surpreende, diz petista

Governador da BA afirma que ministro tumultuou ambiente político no país

Baiano criticou demora de chefe da Casa Civil a dar explicações, mas ponderou que tem de estar 'solidário' a ele

GRACILIANO ROCHA
DE SALVADOR

Quatro dias após os governadores petistas se reunirem para declarar apoio ao ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), disse ontem que o crescimento patrimonial do ministro "chama a atenção" e "tumultuou o ambiente político" no país.

Em entrevista à Rádio Metrópole, de Salvador, Wagner disse ter se surpreendido com os R$ 20 milhões faturados pela empresa de consultoria de Palocci em 2010.

Conforme a **Folha** revelou há duas semanas, o ministro multiplicou seu patrimônio por 20 nos em quatro anos e comprou um apartamento de R$ 6,6 milhões e um escritório de R$ 882 mil em bairro nobre de São Paulo.

"Se foi ganho dentro de um trabalho normal, é mérito dele, mas chama a atenção, em um ano de consultoria, ganhar R$ 20 milhões. Todo mundo se surpreende, porque é um rendimento muito grande. Chama a atenção, como chamou a atenção o apartamento dele", disse o governador à rádio.

Wagner fez a ressalva de que Palocci, como ex-ministro da Fazenda do governo Lula, tem "formação privilegiada" e que a renda milionária foi obtida enquanto ele estava fora do governo.

Ainda segundo ele, a oposição tenta criar um "ambiente de confusão" em torno do caso.

CAMINHO CURTO

O governador também criticou a demora do ministro em dar explicações sobre sua evolução patrimonial. Wagner disse que, quando há suspeitas, o "melhor caminho é o mais curto".

"Quanto mais demora, [há] mais gente levantando lebre, [há] mais questionamento sendo feito, não é bom para ninguém. Espero que ele rapidamente possa fazê-lo e aí pacifica essas coisas", disse o governador.

Na entrevista concedida à rádio, Wagner afirmou ainda que já viu muita gente ser "enxovalhada e [depois] não ser nada provado". Disse também que, "até prova em contrário", tem de estar "solidário" com Palocci.

> **"Todo mundo se surpreende, porque é um rendimento muito grande. Chama a atenção"**
>
> JAQUES WAGNER
> governador da Bahia, sobre Palocci

Ministro usou servidor para cuidar de consultoria

Branislav Kontic é hoje assessor do ministro

BRENO COSTA
MATHEUS LEITÃO
JOSÉ ERNESTO CREDENDIO
DE BRASÍLIA

O ministro Antonio Palocci usou, quando deputado, seu chefe de gabinete na Câmara para, segundo a Casa Civil, "compatibilizar" sua agenda de consultor pela Projeto e a de parlamentar.

Branislav Kontic, hoje o principal assessor de Palocci na Casa Civil, assinou como testemunha, junto com um motorista da empresa, a última alteração contratual da Projeto, em dezembro, quando ainda era funcionário comissionado do Legislativo.

A **Folha** apurou que Branislav viajou 30 vezes de Brasília para São Paulo, com dinheiro da Câmara, ao longo de 2010 —média de uma viagem a cada 12 dias. Duas em dezembro, quando assinou o documento da Projeto.

Segundo a Casa Civil, as viagens tiveram o objetivo de "cuidar do escritório político e das atividades partidárias do deputado em sua base".

O número de viagens de Brani, como é conhecido no governo, foge dos padrões se comparado à frequência de viagens de assessores de outros deputados e líderes partidários no mesmo período.

Apesar de dizer que Brani "compatibilizava" as duas agendas, a Casa Civil negou que ele tenha atuado para a Projeto. A Projeto afirma que a assinatura dele como testemunha ocorreu "apenas porque estava presente na ocasião". Kontic "nunca teve função alguma na Projeto", diz a empresa.

Depois de novo pedido de esclarecimento, Kontic, hoje chefe da assessoria especial de Palocci, afirmou, por meio da Casa Civil, que "uma das tarefas da assessoria consistia em evitar que outras agendas interferissem nos compromissos parlamentares do deputado".

CONSULTOR

Kontic também é sócio de duas empresas de consultoria. Numa delas, a Epoke Consultoria em Mídia, ele é sócio de Luís Favre, que foi casado com a senadora Marta Suplicy (PT-SP).

A empresa está registrada no endereço residencial da senadora. Marta é uma das principais defensoras de Palocci no Congresso. Kontic, sociólogo, foi assessor especial no gabinete de Marta quando ela era prefeita de São Paulo (2001-2004).

A outra empresa, a Anagrama Consultoria e Assessoria Ltda., não possui sede. Na Junta Comercial, o endereço registrado como sede é de um escritório de contabilidade no centro de São Paulo.

Segundo a Casa Civil, Kontic prestava serviços de consultoria no campo da sociologia. Ainda segundo o órgão, Kontic informou que interrompeu suas atividades nas empresas desde a posse na Casa Civil, em fevereiro.

Disse também que informou à Comissão de Ética Pública da Presidência a existência das empresas.

OS NEGÓCIOS DO MINISTRO

Advogado de Palocci diz que investigação é 'ilegal'

Ministro responde a pedido de explicações sobre negócios como consultor

Representante do chefe da Casa Civil diz que procurador de Brasília não tem autoridade para entrar no caso

DE BRASÍLIA

O advogado José Roberto Batochio, que defende o chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, qualificou ontem de "ilegal" a decisão da Procuradoria da República no Distrito Federal de abrir investigação sobre o enriquecimento do ministro e as atividades de sua consultoria, a Projeto.

O procurador Paulo José Rocha Júnior quer averiguar se de fato a Projeto prestou serviços que justifiquem o enriquecimento do ministro.

Em outra frente no Ministério Público, Palocci encaminhou ontem à Procuradoria-Geral da República respostas a um pedido de explicações feito pelo procurador-geral Roberto Gurgel. O conteúdo do documento não foi revelado à imprensa.

Enquanto Gurgel se limitou a pedir explicações, a Procuradoria do DF entendeu haver indícios suficientes para abrir uma investigação preliminar para averiguar suposta improbidade administrativa e solicitou vários documentos à Receita Federal e à consultoria.

A Folha revelou que o ministro multiplicou seu patrimônio por 20 entre 2006 e 2010, período em que atuou como consultor e exerceu o mandato de deputado federal. A Projeto faturou R$ 20 milhões no ano passado, quando Palocci também chefiou a campanha de Dilma Rousseff à Presidência.

Batochio viu "ilegalidade" em três aspectos do pedido dos procuradores do DF. A investigação foi aberta com base em reportagens de imprensa que o advogado classificou como "boatos", e a iniciativa foi tomada em Brasília, e não em São Paulo, onde fica a sede da Projeto.

Além disso, o advogado de Palocci aponta o fato de o procurador ter requisitado diretamente à Receita as cópias de declaração de Imposto de Renda da empresa.

"O procurador agiu com base em meros boatos", afirmou Batochio. "Não existe o menor indício de qualquer irregularidade." O advogado também investiu contra o procurador Rocha Júnior. "Ele gosta de temas políticos e polêmicos", disse.

Batochio afirmou ter orientado Palocci a não revelar os nomes dos seus clientes, argumentando que ele não pode violar a confidencialidade dos contratos.

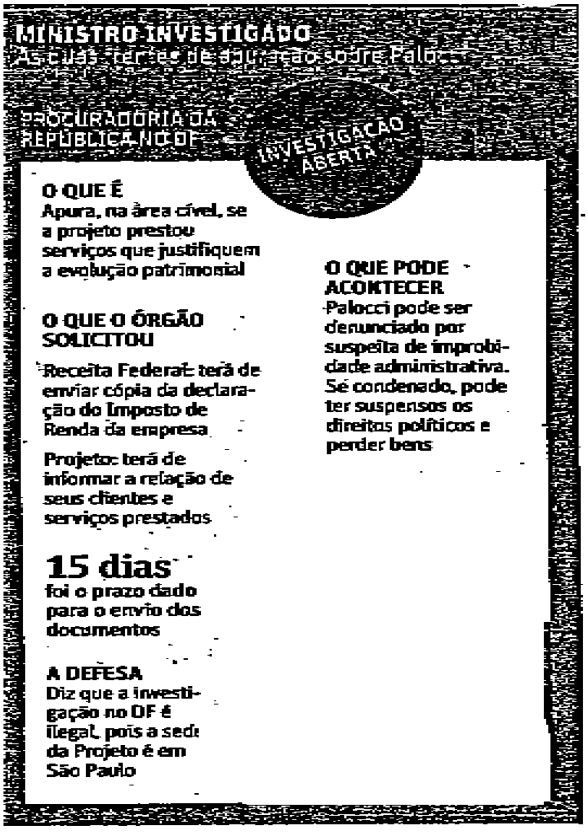
A Procuradoria da República no DF defendeu a legalidade da apuração. Citou que "inúmeras" investigações foram abertas com base em reportagens de jornal. E acrescentou que as notas divulgadas por Palocci nos últimos dias confirmaram seu enriquecimento e as atividades da consultoria.

Nota técnica da Receita Federal de 2008, citada pela Procuradoria, afirma que há "interpretação no sentido de que não há que se opor reserva de sigilo fiscal ao Ministério Público Federal".

A Procuradoria-Geral informou que os procuradores de primeira instância têm competência legal para fazer a investigação e que o pedido de dados à Receita é legal.

"Essa requisição é totalmente normal e recorrente do nosso poder investigatório", afirmou o presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), Alexandre Camanho. "Pedir informações para Receita é algo totalmente comum, legítimo e rotineiro."

(RUBENS VALENTE, ANDREZA MATAIS E MATHEUS LEITÃO)



Folha de São Paulo 28/05/2011

Estado de São Paulo ,27/05/2011

Palocci e o jogo do futuro

FERNANDO GABEIRA

A multiplicação do patrimônio do ministro Antônio Palocci por 20 inspirou um game na internet. Elementos para novos games existem no desenrolar do caso. Um deles poderia ser chamado de psicodrama nacional.

O governo decidiu blindar Palocci no Congresso, mobilizando os aliados para evitar investigações. O governo está acostumado a reagir com esse reflexo. Não parou para constatar que o tema agora é diferente. Perdeu algumas casas. Se há dúvida em torno da multiplicação do patrimônio, a única saída é uma explicação transparente. O movimento do governo e seus aliados fortaleceu a dúvida.

No livro sobre a China, Henry Kissinger cita um mestre oriental que dizia: a última palavra em excelência não é vencer as batalhas, mas derrotar o adversário sem luta. O governo colocou a oposição numa situação quase tão favorável ao nível de excelência proposto pelo sábio chinês. A oposição, neste caso particular, derrota o governo mesmo perdendo. Cada requerimento negado, cada CPI sepultada é um tijolo a mais no edifício da suspeita.

Quantas casas atrás não representa o apoio de José Sarney, Romero Jucá e Paulo Maluf, garantindo a integridade do ministro? A única saída no horizonte é contar com o esquecimento, resistir à pressão, esperar que outro escândalo se apresente na pipeline. Mas será que a fórmula de Sarney e Renan, ambos treinados a atravessar o vendaval, se aplica a este caso? Nenhum dos dois depende, nem eleitoralmente, da opinião pública.

Terá o escândalo das licitações fraudadas em Campinas o potencial de substituir o escândalo da multiplicação dos bens do ministro? Embora mencione amigo do ex-presidente Lula e tenha atraído José Dirceu para gerir a crise, o processo em Campinas tem potencial mais de agravar do que atenuar a pressão sobre Palocci.

O mundo vive momentos em que a indignação, com todas as suas limitações políticas, desempenha um grande papel. Esteve presente nos países árabes, na crise da Islândia e agora reaparece com força no M-15, movimento espanhol que encheu as praças de jovens no 15 de maio. Na Europa, a crise econômica e o modo conservador de superá-la são um pano de fundo para a inquietação. O índice de desemprego é de 21% na Espanha e quase dobra quando se avalia apenas a força de trabalho mais jovem. Nos países árabes, não só a luta pela democracia, mas os preços cada vez mais altos dos alimentos foram decisivos para encher as praças.

Cada requerimento negado ou CPI sepultada é um tijolo a mais no edifício da suspeita

A maioria desses fatores de frustração não está presente no Brasil. Isso dá certo fôlego à gestão dos escândalos. Mas a soma deles, entretanto, funciona como um detonador no futuro.

O movimento dos jovens espanhóis ao sair às ruas não apontava um caso específico, mas a falência dos partidos políticos e alto nível de corrupção. O Brasil já vive essa clima nas redes sociais, que são um instrumento novo de debate. Mas os fatores econômicos negativos estão ausentes.

Às vezes, temos tendência a subestimar a inteligência do governo e seus formuladores. Pode ser que nesta crise a margem de manobra seja tão pequena que o force a uma reação, aparentemente irracional. Nesse caso, a conclusão lógica é que os fatos revelados veriam uma consequência mais catastrófica do que a recusa à transparência.

Ainda que tenha gasto muitos milhões na campanha presidencial, Dilma Rousseff atraiu eleitores idealistas que ainda veem no governo do PT uma luta dos pobres contra os ricos, da esquerda contra a direita, do futuro contra o passado. Esses resíduos de idealismo devem ir pelos ares, confrontados com o vigoroso enriquecimento de Palocci e com as fraudes nas licitações em Campinas. Lá as fraudes se deram no setor de saneamento básico. O vice-prefeito Demétrio Vilagra (PT) teve sua prisão decretada. A coalizão que governa Campinas intitula-se um governo popular. Desviar dinheiro de saneamento básico desconstrói qualquer imagem de um governo popular.

Alguém terá de salvar Dilma do ímpulso de resistir, por reflexo, com a tática, até certo ponto vitoriosa, de Maluf, Sarney, Renan e Jucá. Não que o escândalo Palocci tenha o potencial de indignar a população a ponto de jogá-la em manifestações de rua. Esse processo, como já vimos, só acontece combinado com fatores econômicos. Mas é preciso salvar o governo dos próprios aliados. Se a manobra de preservação de Palocci for feita nos moldes tradicionais, o sinal para todos os outros escalões estará dado. Nada vai segurar a voracidade de quem está nisso para enriquecer.

Jornalistas amigos do governo poderão argumentar que faltava uma lei, que Palocci não pode ser culpado de uma lacuna na estrutura legal brasileira. Mas não faltam razões morais e legais para respeitar o dinheiro do saneamento. E o esquema de Campinas nem isso perdoou. Será preciso inventar outra desculpa. Essa está esgotada, como está esgotada a tendência a escapar da responsabilidade afirmando que outros fizeram a mesma coisa. Se esse argumento tivesse alguma validade, pobres das camareiras de Nova York e dos hotéis do mundo inteiro. Um precedente ilustre absolveria todos os outros.

Não basta ao governo o talento para vencer eleições consecutivas e compor uma ampla base de apoio. Quando chegar o momento e as condições necessárias forem dadas, um caror de rock, como na Islândia, pode acampar diante do Congresso e abrir seu microfone para o público. Aí começa, como na Islândia, uma profunda reforma, que alguns chamam de revolução, mas é apenas mudança radical no modo de fazer política no País.

Essas coisas não acontecem no Brasil – é uma frase que temos na ponta da língua para terremotos, desastres nucleares, tudo o queremos manter a distância. Mas em política as placas tectônicas são similares. Às vezes se acomodam ruidosamente. A solução para a crise da multiplicação do patrimônio e o escândalo das fraudes em saneamento terá papel decisivo no desenho do futuro político do País.

A longo prazo estaremos todos mortos. Mas, e se o prazo for mais curto do que prevemos?

Liberação de verba sobe após revelação de patrimônio do petista

Desde que estourou o escândalo, há dez dias, foram liberados R$ 45,3 mi em restos a pagar de emendas parlamentares

Eugênia Lopes / BRASÍLIA

No momento em que o governo enfrenta a insatisfação de partidos da base aliada e com o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, sob pressão, a presidente Dilma Rousseff aumentou, este mês, a liberação de "restos a pagar" de emendas propostas por parlamentares. Houve crescimento de 53% na liberação desse tipo de recurso até o dia 25 deste mês em relação a todo mês de abril. Enquanto em maio o governo liberou R$ 103,2 milhões em restos a pagar de 2008, 2009 e 2010, em abril foram pagos R$ 67,3 milhões.

Só nos últimos dez dias, desde que estourou o escândalo do ministro-chefe da Casa Civil, foram liberados R$ 45,3 milhões do total de R$ 103,2 milhões pagos até anteontem. Na base aliada, o PMDB é um dos maiores insatisfeitos com a demora no preenchimento dos cargos de segundo escalão e com o atraso na liberação de emendas de parlamentares.

Segundo levantamento feito no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) pela assessoria técnica do DEM, os R$ 103,2 milhões de restos a pagar de emendas específicas (para obras determinadas) propostas por deputados, senadores e bancadas são a segunda maior liberação nos quase cinco meses de governo Dilma Rousseff.

Na véspera da eleição das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, a presidente quitou R$ 148 milhões de restos a pagar até 31 de janeiro. Em fevereiro, a liberação foi de apenas R$ 46,6 milhões. Já em março, depois da aprovação do salário mínimo R$ 545 pela base aliada, Dilma autorizou R$ 66,5 milhões em restos a pagar.

Com uma bancada de 15 deputados e um senador, o PC do B obteve proporcionalmente, em maio, uma alta taxa de liberação de restos a pagar: foram R$ 2,3 milhões. O deputado comunista Aldo Rebelo (SP) foi o relator do Código Florestal, que acabou desagradando à presidente Dilma.

Os restos a pagar são recursos cujos gastos foram autorizados pelo governo no Orçamento, mas não efetivamente pagos. É por intermédio das emendas que os parlamentares beneficiam seus redutos eleitorais com obras. Por isso a liberação de emendas tem se transformado num instrumento de pressão ou barganha entre Legislativo e Executivo.

● Dinheiro solto

R$ 103,2 mi

em restos a pagar de 2008, 2009 e 2010 em emendas parlamentares foram quitados até 25 de maio

R$ 67,3 mi

foi o total pago pelo governo federal referente a essa despesa em todo o mês anterior

Contrato com banco dá munição a oposicionistas

Rosa Costa / *BRASÍLIA*

A revelação do **Estado** de que o Banco Santander contratou os serviços da Projeto, consultoria de Antonio Palocci, aumentou a pressão da oposição sobre o ministro-chefe da Casa Civil.

O presidente do DEM, senador José Agripino (RN), afirmou ontem que a resistência do ministro em comparecer ao Congresso para se explicar só aumentam as dúvidas quanto aos procedimentos que resultaram na multiplicação de seu patrimônio. "É esse tipo de suspeita que determina a absoluta, a imperiosa necessidade de Palocci vir se explicar para sabermos se estamos diante de coisas lícitas ou ilícitas", alega.

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) entende que a comprovação de mais um cliente, como revelou ontem o **Estado**, torna "insustentável" a situação do ministro, cuja permanência no governo, na sua opinião, além de "enfraquecer" a presidente Dilma Rousseff, deu um tom de final de mandato à sua gestão. "O governo está paralisado, se fosse no final ainda se entenderia. Mas Lula assumiu de fato a administração e a situação de Dilma só se complica, ficando refém da chantagem de seus aliados", afirma.

O senador vê Palocci como um político "que tem atração por coisas enroladas". "É uma atração que vem lá de trás", aponta, lembrando sua ligação com o grupo de Ribeirão Preto. E como Agripino, reitera que Palocci não pode continuar sem dar explicações concretas ao Congresso sobre o seu enriquecimento.

Ministério Público decide investigar ganhos de Palocci

Procuradoria do DF pede cópia da declaração do IR da empresa para a Receita; ainda é possível abertura de inquérito criminal

O Ministério Público Federal abriu investigação para apurar se a evolução patrimonial do ministro Antonio Palocci de 2006 a 2010 é compatível com os ganhos da sua empresa, a Projeto.

O chefe da Casa Civil multiplicou seu patrimônio por 20 quando acumulou as funções de deputado e consultor, revelou a **Folha**.

No ano passado, a empresa do ministro faturou R$ 20 milhões, mais da metade após a eleição da presidente Dilma Rousseff. Palocci coordenou a transição do governo e nessa época era cotado para a Casa Civil.

A procuradoria do DF pediu cópia da declaração do Imposto de Renda da Projeto para a Receita Federal.

Palocci se recusa a relatar receita e a revelar clientes, pois, segundo ele, há cláusula de confidencialidade.

Roberto Gurgel, procurador-geral da República, aguarda dados solicitados ao ministro para decidir se abre ou não outra investigação, na área criminal, para determinar se houve tráfico de influência. **Poder A4 e A8**

Ministro está se explicando, diz Dilma

Mesmo sem fazer defesa enfática do ministro da Casa Civil, a presidente Dilma Rousseff procurou mostrar ontem que seu principal auxiliar no governo conta com sua confiança —e aproveitou para atacar a oposição.

Um dia após Lula alertar sobre falhas na articulação política, a presidente participou de evento público, recebeu senadores do PT e comentou pela primeira vez a situação de Palocci em uma entrevista improvisada.

"Asseguro que o ministro está dando todas as explicações necessárias. Espero que esta questão não seja politizada", disse. **Poder A8**

ELIANE CANTANHÊDE Dilma não quer contaminação com crise que é "dele", não do governo. **Opinião A2**

Folha de São Paulo 27/05/2011

FERNANDO DE BARROS E SILVA

"Vazio político"

SÃO PAULO - A semana que vai terminando expôs, ou antes escancarou a erosão do capital político de Dilma Rousseff. Entre tantos sintomas disso, o mais acintoso e quase anedótico foi a perambulação de Lula pelas salas de Brasília, um exercício de presidência explícita.

Comandou uma reunião entre os líderes partidários, deu conselhos a Palocci, articulou um encontro entre Dilma e o PT, conseguiu que o MEC engavetasse o seu kit contra a homofobia para aplacar a ira da bancada evangélica. Fez ainda questão de confraternizar diante das câmeras com Sarney e companhia, como nos velhos tempos —ou como fazia até cinco meses atrás.

A derrota do Planalto para o PMDB na votação do novo Código Florestal, a hemorragia de Palocci, que não se explica, e a reclusão da própria presidente, convalescente de uma pneumonia mal esclarecida, jogaram fermento na sensação geral do "vazio político", que Lula percebeu e quis "preencher".

Sua intervenção, ao que parece, desanuviou o clima entre o Planalto e o Congresso. Mas seu efeito maior e duradouro será o de reforçar, na própria base aliada, o entendimento de que a presidente é politicamente incapaz e despreparada.

Dilma é, sim, uma mulher com convicções claras e pulso forte, mas, não obstante, foi submetida à tutela do padrinho. Falta a ela o que sobra a ele: maleabilidade de espírito e disposição para negociar.

Isso talvez signifique que o perfil "gerencial", "administrativista" e "mais racional" do governo Dilma —tão elogiado e comemorado até há pouco como uma vantagem em relação ao antecessor— já evidencia a sua fragilidade e seus limites diante das exigências da política.

O asco aparente de Dilma pela política como ela é —que Lula não tinha— não é capaz de conter a peemedebização precoce de seu governo. Mas quem pode ter desprezo pelo apetite do PMDB ou torcer o nariz para a fisiologia dos aliados quando se tem Palocci como guardião do governo e caseiro do Planalto?

ELIANE CANTANHÊDE

Se vire, Palocci!

BRASÍLIA - Repare a diferença.

Em 17 de março, o "Painel" da **Folha** publicou uma declaração da presidente Dilma defendendo Guido Mantega, então sob intenso "fogo amigo": "Eu tenho absoluta confiança no Mantega. Ele foi escolhido por mim para ser ministro da Fazenda. (...) Não vou aceitar nenhuma tentativa de diminuir a importância dele no meu governo".

Ontem, Dilma saiu do armário para dar sua versão sobre o recuo no kit anti-homofobia, tratar o escândalo do patrimônio destrambelhado de Antonio Palocci como "politização" e dizer que ele "dará todas as explicações para os órgãos de controle, inclusive para o Ministério Público, nos próximos dias".

Apesar de a declaração ter sido recebida em toda a blogosfera como "defesa", digamos que defender mesmo, no duro, Dilma defendeu o ministro da Fazenda. No caso do chefe da Casa Civil, ela foi protocolar, evasiva, cuidadosa.

A presidente não quis se contaminar com uma crise que tratou como "dele", não do governo e muito menos dela. Quer (se vai conseguir ou não, são outros 500) ficar à distância, aguardando o resultado das investigações e temendo eventuais novas surpresas desagradáveis.

Ou seja, Dilma não se compromete com o passado nem com o presente e muito menos com o futuro de Palocci. Apesar de ser presidente da República e responsável pela indicação dele, pela lisura do governo e pelo cumprimento das promessas de campanha.

Essa obediência cega de Dilma ao script traçado por Lula é uma faca de dois gumes: Lula é um animal político, tem faro, esperteza e assumiu o comando da reação, o que é bom para ela; mas Dilma pediu socorro ao "chefe" já no primeiro embate, demonstrando fraqueza. Em governos fracos, todo mundo se sente perversamente forte. Particularmente os "aliados".

Em tempo: o suspeito número um de torpedear Mantega no início do governo era... Palocci.

elianec@uol.com.br

Folha de São Paulo, 27/05/2011

OS NEGÓCIOS DO MINISTRO

Procuradoria abre investigação sobre os bens de Palocci

Ministério Público Federal quer saber como o ministro conseguiu multiplicar patrimônio por 20 em quatro anos

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

Candidato a deputado, em 2006, Palocci declarou patrimônio de R$ 356 mil

Duas semanas depois, abriu a consultoria Projeto, que faturou R$ 160 mil em seu primeiro ano

Em 2010, faturamento da Projeto atingiu R$ 20 milhões

Cópias das declarações de Imposto de Renda de Palocci foram pedidas à Receita; petista terá que dar nomes de clientes

ANDREZA MATAIS
FERNANDA ODILLA
DE BRASÍLIA

O Ministério Público Federal abriu investigação para apurar se o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) enriqueceu ilicitamente.

A **Folha** revelou que o ministro multiplicou seu patrimônio por 20 em quatro anos (2006-2010), período em que ele acumulou as funções de deputado e consultor.

Palocci comprou um apartamento de R$ 6,6 milhões e um escritório de R$ 882 mil.

No ano passado, a empresa do ministro, a Projeto, teve um faturamento bruto de R$ 20 milhões, mais da metade obtido após a eleição da presidente Dilma Rousseff, quando Palocci coordenava a transição do governo.

O foco da ação é apurar se a evolução patrimonial do ministro é compatível com os ganhos de sua empresa.

Caso contrário, Palocci pode responder por improbidade administrativa, o que significa "auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo" ocupado.

O Ministério Público do Distrito Federal pediu ontem à Receita Federal cópia da declaração do Imposto de Renda da empresa.

A Projeto terá que informar a relação de seus clientes e serviços prestados, como cópia de pareceres e registros de reuniões.

A Receita e a empresa têm 15 dias para se manifestar.

Palocci tem se recusado a informar qual foi o faturamento da Projeto e quem são seus clientes. O ministro alega que os contratos têm cláusula de confidencialidade.

O procurador da República José Rocha Júnior justifica a abertura da investigação dizendo que "não foram apresentados publicamente justificativas que permitam aferir a compatibilidade dos serviços prestados com os vultosos valores recebidos".

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, também pediu informações a Palocci para decidir se abre investigação contra o ministro na área criminal.

O procurador avalia, por exemplo, se houve tráfico de influência. Até ontem, Palocci não havia enviado explicações à Procuradoria-Geral.

Por ser ministro, Palocci tem foro privilegiado para responder ao Supremo Tribunal Federal na área criminal. Mas, pela lei, os procuradores de primeira instância (caso da Procuradoria do Distrito Federal) têm competência para investigar denúncias de improbidade, que se referem à área cível, mesmo que envolvam autoridades com foro privilegiado.

A Lei de Improbidade Administrativa prevê sanções como a demissão e a suspensão de direitos políticos e a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente.

LEIA MAIS na pág. A8

Ministro diz a senadores que recebia 'taxa de sucesso'

VERA MAGALHÃES
DE SÃO PAULO

O ministro Antonio Palocci (Casa Civil) disse ontem, em almoço com senadores do PT, que sua empresa de consultoria recebia taxa de sucesso nos negócios de clientes que ajudasse a viabilizar.

Palocci explicou que a Projeto tinha três nichos de atuação: palestras e seminários, análise econômica e de risco e, por fim, o aconselhamento em negócios como investimentos e fusões.

Era nessa terceira modalidade que a empresa recebia taxa de sucesso.

Palocci disse que, quando a Comissão de Ética Pública o orientou a transformar a empresa de consultoria em administração imobiliária, encerrou contratos que estavam em andamento, o que levou ao pagamento de pro rata —percentual pelo serviço realizado até ali.

Isso explicaria o aumento de faturamento no fim do ano eleitoral de 2010.

O ministro, segundo participantes, foi enfático ao afirmar que não revelará os clientes para os quais trabalhou, ainda que isso traga "consequências". Disse que a divulgação dos nomes tornaria as empresas vulneráveis a perseguição política.

O ministro afirmou ainda que nunca usou sua posição política para fazer lobby.

Numa demonstração de que não pretende deixar o governo, disse que vai cuidar da nomeação dos cargos de segundo escalão.

Colaborou a Sucursal de Brasília

ANÁLISE

Escândalo expõe fragilidade da base de apoio da presidente

CHRISTOPHER GARMAN
ESPECIAL PARA A FOLHA

É difícil antecipar como a crise em torno das finanças do ministro Antonio Palocci evoluirá. Em contraste com escândalos em que integrantes do governo são acusados de corrupção, ainda não há uma acusação específica de que Palocci tenha feito tráfico de influência ao trabalhar como consultor de empresas durante o exercício do mandato como deputado federal.

Mesmo assim, o escândalo serviu para expor com muita clareza a vulnerabilidade política do atual governo.

Com a oposição quase aniquilada no Congresso e a presidente Dilma Rousseff gozando de índices de aprovação elevados, não há como negar que ela iniciou seu governo com um estoque de capital político significativo.

Em vez de usar esse capital para defender uma agenda de reformas, ela optou por usá-lo para conter nomeações políticas, preenchendo os cargos no governo com pessoas de sua confiança com perfil mais tecnocrático.

O PMDB, que entrou na campanha eleitoral do ano passado com a expectativa de exercer grande influência no governo Dilma, viu ser reduzido seu peso na Esplanada dos Ministérios e no segundo escalão do governo.

O mesmo ocorreu com a ala do PT ligada ao sindicalismo, uma corrente política com a qual a presidente Dilma não tem ligação histórica.

O articulador dessa estratégia foi Palocci e a crise expôs os custos que ela carrega.

O grau de descontentamento dentro da base aliada é alto dentro e fora do PT, o que aumenta a dificuldade do governo para controlar votações difíceis no Congresso, como mostrou a votação do novo Código Florestal no início desta semana.

Não é por acaso que o ex-presidente Lula tenha entrado em campo nesses últimos dias para unir a base governista na defesa de Palocci.

Mas os riscos maiores para o governo se encontram entre o segundo semestre deste ano e o início de 2012.

A despeito da insatisfação na base, Dilma mantém uma posição muito forte no Congresso. Mas é provável que a combinação de um cenário de inflação mais alta e crescimento econômico menos vigoroso leve a uma lenta, mas contínua, queda nos índices de aprovação do governo.

Se esse cenário se confirmar, é provável que as dificuldades do governo de contornar uma agenda negativa no Congresso aumentem.

CHRISTOPHER GARMAN é diretor para América Latina da consultoria Eurasia Group.

O primeiro escritório da Projeto

Empresário emprestou sala para abrigar consultoria do hoje chefe da Casa Civil

Leila Suwwan

• SÃO PAULO. Foi com a ajuda do empresário paulista Ademir Scarpin que o ministro Antonio Palocci (Casa Civil) abriu suá empresa de consultoria em 2006, quatro meses após deixar o comando do Ministério da Fazenda do governo Lula, na esteira do escândalo da violação do sigilo fiscal do caseiro Francenildo. Por mais de um ano, o petista manteve seu negócio sob abrigo de Scarpin, que tem negócios ligados a grandes empresas do país. Em seguida, eleito deputado federal com uma campanha milionária, Palocci mudou o ramo da empresa para o setor financeiro e econômico e assumiu cargo na mesa da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Scarpin, consultor corporativo, financeiro e tributário, diz que foi procurado por Palocci em 2006 para montar a Projeto, que nasceu como empresa familiar com capital de R$ 2 mil, locada em eventos. Segundo ele, após a mudança de endereço da Projeto para outro bairro, não manteve mais contato com Palocci ou seus sócios.

Scarpin quis deixar claro que o uso da sala emprestada, dentro de seu escritório, era um "endereço provisório" até a Projeto se firmar.

"Em julho de 2006, atendi em meu escritório de auditoria e consultoria tributária e contábil o sr. Antonio Palocci Filho, que contratou meus serviços profissionais para a constituição de uma empresa. Atendendo à solicitação do cliente, subloquei, mediante contrato, uma das salas de meu escritório, de aproximadamente 20 m², até meados de 2007", informou Scarpin, por escrito, ao GLOBO.

"A sublocação da sala ocorreu nos primeiros meses da existência da empresa até a mudança para outro local. Desde então, não tive qualquer outro relacionamento com a empresa e seus sócios", completou. De acordo com o consultor, Palocci o procurou por indicação de cliente ou ex-cliente, mas não dá detalhes de seu portfólio.

À época em que Palocci se instalou na sala de Scarpin, em um prédio na esquina da Rua Iguatemi com a Avenida Faria Lima, funcionava no local a Alfa Assessoria em Esportes, parceria entre Scarpin com Dante Iacovone, que deixou a sociedade e assumiu uma diretoria na Rede Bahia em 2009. Até hoje o local abriga a STCA Assessoria, que atua nos segmentos de planejamento tributário, recuperação financeira, consultoria societária e de transações e auditorias, entre outros.

Scarpin se recusou a comentar quem eram os frequentadores — funcionários ou clientes — da sala emprestada. Segundo empresário ligado a Scarpin, Palocci não frequentava o local, que era mais um endereço quebra-galho, espécie de incubadora, prática frequente de contadores. À época, segundo o relato, o futuro de Palocci era incerto, dependia das eleições de 2006, para as quais sua campanha foi à base de "dobradinhas pagas" com candidatos a deputado estadual. Ao fim, arrecadou R$ 2,4 milhões, sendo que cerca de R$ 2 milhões doados por 24 empresas.

O Globo 27/05/2011

EDITORIAIS

editoriais@uol.com.br

Pelo interesse público

Na posse, Dilma Rousseff prometeu transparência e rigidez contra desvios, mas não é o que se pratica no tratamento do caso Palocci

Logo depois de eleita, em sua primeira entrevista, Dilma Rousseff disse que na escolha do seu ministério iria "exigir competência técnica, desempenho, um histórico de pessoas que não tenham problemas de nenhuma ordem".

Ao tomar posse, em seu primeiro discurso como presidente, foi além: "Afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo".

A retórica de ambas as frases, tão recentes, precisa ser confrontada com a suspeita que agora envolve o ministro-chefe da Casa Civil, Antônio Palocci. Estão em jogo, neste episódio, justamente os princípios da transparência e do interesse público. É em nome deles, e sobretudo do último, que se impõe a suspensão da confidencialidade dos contratos firmados entre a empresa de consultoria do ministro, a Projeto, e seus clientes, de 2006 até 2010.

Esta **Folha** revelou, num primeiro momento, que o patrimônio do ministro no período em que exercia o mandato de deputado federal havia sido multiplicado por 20. Por intermédio da Projeto, Antonio Palocci comprou um apartamento por R$ 6,6 milhões, no ano passado, e um escritório por R$ 882 mil, em 2009.

Na última sexta-feira, o jornal noticiou que a empresa de Palocci faturou R$ 20 milhões em 2010. Metade deles, nos últimos dois meses do ano, entre deixar função de coordenador da campanha de Dilma e ser nomeado ministro.

Trata-se, evidentemente, de uma trajetória empresarial atípica, suficiente para suscitar todo tipo de questionamento. O que se espera do ministro, já há duas semanas, é que venha finalmente a público para explicar em detalhes a lisura do empreendimento.

Palocci precisa demonstrar que não havia conflito de interesses ou incompatibilidade legal entre a sua atividade pública e a dos clientes pagantes. Só assim sua imagem não será injustamente comprometida, e ele poderá então ter tranquilidade para retomar sua importante função no governo.

O comportamento adotado por Palocci e pelo Planalto, no entanto, tem sido no mínimo frustrante e colabora para ampliar as dúvidas disseminadas na sociedade.

A Comissão de Ética Pública da Presidência decidiu, de forma bastante ligeira, que simplesmente não era o caso de investigar a evolução patrimonial do ministro. E o próprio Palocci, na única ocasião em que se dirigiu ao público, o fez por meio de uma nota canhestra, que chegou ao conhecimento do Congresso, na qual nada de substantivo se esclarecia.

Não é o caso, repita-se, de condenar antecipadamente Palocci. Mas o interesse público implicado nesse imbróglio exige que ele dê transparência a seus negócios.

Palocci e a hidra de duas cabeças

DEMÉTRIO MAGNOLI

Antônio Palocci não estará alheio à coincidência de que os lucros fabulosos de sua firma de consultoria tenham vindo à tona precisamente quando o governo Dilma Rousseff enfrenta uma encruzilhada crucial. De novo, mas numa conjuntura internacional diferente, eclode no núcleo do poder a disputa sobre o lugar do Estado na economia brasileira. Antes do "fogo amigo" contra o chefe da Casa Civil está o projeto de radicalização do pacto lulista esboçado após a queda de Palocci, em 2006.

No primeiro mandato de Lula, a dupla Palocci-Henrique Meirelles funcionou como âncora da ortodoxia herdada, expressa nos três mandamentos oriundos do Plano Real: metas de inflação, câmbio flutuante e equilíbrio fiscal. O escândalo do caseiro abriu a oportunidade para o avanço dos "desenvolvimentistas" e, no segundo mandato, sob o comando ambivalente de Guido Mantega e Meirelles, surgiram os traços de um desenho alternativo, que tendia a suprimir o equilíbrio fiscal do tripé de política econômica. A quebra do Lehman Brothers, em 2008, rompeu o dique de contenção do Banco Central, propiciando a articulação do pacto lulista destinado a eleger Dilma Rousseff. Os vagalhões do tsunami seriam reduzidos a uma "marolinha" pela ressurreição do "Estado provedor".

No princípio, era necessidade. À estiagem global de liquidez o governo Lula contrapôs uma torrente de crédito e investimento que, em menos de um ano, reativou o crescimento interno. Depois, a necessidade foi retraduzida como virtude: o frenesi de gastos públicos aqueceu a caldeira da demanda interna, produzindo a fogueira de 2010. No ano eleitoral, a economia entrou em desabalada carreira, à custa de contratação de dívida pública, apreciação cambial e deterioração das contas externas.

Economia é política concentrada. O pacto lulista aliou o governo à fração principal do grande empresariado por intermédio do BNDES, das estatais e dos fundos de pensão. A inflexão de política econômica alicerçou-se sobre a convergência de duas motivações. Lula, que não se importa com ideias, consolidava uma aliança de poder que tornaria viável a transição para um governo destituído de seu carisma. Os arautos do capitalismo de Estado, representantes de uma doutrina, visualizavam a oportunidade para destruir alguns pilares da ortodoxia vigente. Fruto da convergência, surgiu a hidra de duas cabeças: uma política econômica que almeja conciliar voluntarismo desenvolvimentista e controle da inflação na moldura restritiva do câmbio flutuante.

> **O dilema econômico subsiste, mas o campo de batalha foi modificado**

Dilma montou seu governo à luz de um desejo continuísta, revigorando o poder de Mantega na equipe econômica, mas, simultaneamente, traçando um limite para as aventuras desenvolvimentistas pela nomeação de Palocci para o cargo fantasmagórico de primeiro-ministro. A hidra bifronte deveria seguir sua marcha, espalhando inconsistências ao longo de uma vereda providencialmente aberta pelos elevados fluxos externos de investimentos no Brasil. O repique inflacionário atual, num cenário de apreciação da moeda rodeado por incertezas externas, assinala a encruzilhada: cedo ou tarde, será preciso cortar uma das cabeças da hidra.

Decepar a cabeça desenvolvimentista exige a recuperação do equilíbrio fiscal por meio da redução dos gastos públicos, que possibilitaria mais à frente uma queda sustentada da taxa de juros. No curto prazo, porém, a inflação precisaria ser contida por aumentos inclementes dos juros. Em vários cenários externos malignos, a combinação de aperto fiscais e monetários provocaria uma recessão doméstica. A hipótese é politicamente dolorosa, talvez intragável, pois uma presidente sem carisma estaria declarando nulo o pacto lulista que a conduziu ao Planalto.

A alternativa, acalentada por figuras influentes, dentro e fora do governo, é decepar a cabeça ortodoxa, renunciando ao câmbio flutuante e ao sistema de metas de inflação. Num ambiente de aumento de preços internos, o governo usaria sua artilharia pesada para promover um vasto programa de obras e financiar o grande empresariado associado ao Estado. O real seria desvalorizado e o câmbio, posto sob cabresto. Sob a égide de um protecionismo restaurado, o mercado interno se converteria no eixo de expansão econômica. A hipótese equivale a um passeio às cegas num campo minado pelo retorno da inflação e pela queda dos salários reais.

A presidente pode adiar o desenlace, decidindo nada decidir, numa aposta equilibrada sobre as vultosas reservas internacionais do País e as esperanças numa evolução benigna do cenário mundial. O Ministério da Fazenda atribui as ameaças inflacionárias à especulação internacional nos mercados de commodities, silenciando acerca da orgia fiscal promovida no ano eleitoral. Hoje, num seminário conjunto do governo brasileiro e do FMI, Mantega repetirá sua peça acusatória contra as políticas monetárias dos EUA e da China, a fim de atribuir a fatores externos o impasse brasileiro. Ele tem alguma razão, como costumam ter uma pitada de razão todos os que invocam o espectro do "inimigo estrangeiro" para ocultar insolúveis dilemas internos.

"Não importam os nomes, a responsabilidade pela economia é minha", assegurou Dilma ainda antes da posse. Na política real, feita por pessoas de carne e osso, não por abstrações sociológicas, os nomes importam, sim – como sabem as fontes últimas das suspeitas que cercam o primeiro-ministro. Tais fontes evidenciaram apenas a película pública da história da firma de consultoria (ou de lobby, como sugere Michel Temer?), pois não pretendiam derrubar seu proprietário, mas tomá-lo como refém, provocando uma incapacitação política. O serviço, que contou com o auxílio involuntário do próprio Palocci, já está feito. O dilema econômico subsiste, mas o campo de batalha foi modificado.

SOCIÓLOGO E DOUTOR EM GEOGRAFIA HUMANA PELA USP. E-MAIL: DEMETRIOMAGNOLI@TERRA.COM.BR

CEF diz que ministro vazou sigilo do caseiro

Dois anos após Palocci ter sido inocentado pelo STF, banco público transfere a responsabilidade do fato ao então titular da Fazenda

***Vannildo Mendes* / BRASÍLIA**

Condenada a pagar uma indenização de R$ 500 mil, a Caixa Econômica Federal (CEF) alegou à Justiça que a responsabilidade pelo vazamento do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, ocorrida em 2006, era do então ministro da Fazenda, Antônio Palocci (atual ministro chefe da Casa Civil) e do seu assessor de imprensa, Marcelo Netto. Ambos teriam vazado o material para a imprensa, conforme reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*.

Citando relatório da Polícia Federal sobre o caso, a Caixa assume que entregou os extratos da conta do caseiro ao ministro, mas afirma não haver dúvida de que Netto, a serviço de Palocci, foi o responsável pela divulgação da movimentação bancária do caseiro. Lembra ainda que "o domínio do fato (o sigilo da conta) pertencia ao ex-ministro da Fazenda, apontado como mentor intelectual e arquiteto do plano, sobre o qual a Caixa não possui qualquer poder de mando".

É a primeira vez que a Caixa diz textualmente que a responsabilidade pelo vazamento é do gabinete do ex-ministro. A acusação, contida na apelação apresentada pela estatal à 4ª Vara da Justiça Federal de Brasília, agrava a crise atual vivida por Palocci, acusado pela oposição de suspeita de enriquecimento ilícito e lavagem de dinheiro por ter engordado seu patrimônio pessoal 20 vezes em apenas quatro anos. A apelação contesta o valor da indenização e está conclusa para julgamento. Caso perca, a Caixa terá de desembolsar a quantia.

Ontem, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou que não existem fatos novos no caso. "Não há fato novo que altere o que já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal", disse Gurgel por meio de sua assessoria. De acordo com o procurador, o que a CEF diz agora já tinha sido afirmado pelo então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, quando o caso foi analisado pelo Supremo, em 2009.

Francenildo teve a vida virada ao avesso após acusar Palocci, em entrevista ao Estado, de frequentar uma mansão no Lago Sul ocupada por lobistas de Ribeirão Preto (SP). Em retaliação, dirigentes do alto escalão do governo quebraram o sigilo bancário da poupança do caseiro, cujo extrato foi publicado na revista *Época*. Palocci suspeitava que Francenildo havia recebido propina da oposição para fazer a denúncia, mas o saldo de R$ 30 mil era na verdade uma doação do pai do caseiro, que acabara de reconhecer a paternidade.

No processo criminal por violação de sigilo, que correu no Supremo Tribunal Federal (STF), Palocci foi inocentado por falta de provas, por 5 votos a 4. No caso da CEF, a votação terminou empatada em 5 x 5 e ele acabou inocentado porque, nesses casos, a dúvida favorece o réu. Na área cível, a CEF foi condenada a indenizar o caseiro, que inicialmente pediu R$ 17,5 milhões.

Na defesa, o banco diz que "a sentença peca ao manter o entendimento de que existe nexo de causalidade, no sentido de que somente a transferência do sigilo pela Caixa – e não as atitudes do então ministro da Fazenda (Palocci), de seu assessor de imprensa (Marcelo Netto) e, por fim da revista *Época*, lhe causaram os danos morais alegados".

Afirma ainda que "o Ministério (da Fazenda) poderia, e deveria, ter recebido as informações e apenas ter levado a cabo as investigações recomendáveis para o caso, não permitindo que seu assessor procurasse a imprensa". Alega, por conseguinte, "uma interrupção do nexo causal, de modo a isolar as condutas entre a Caixa e o repasse das informações à imprensa". Palocci informou que foi inocentado pelo STF no processo criminal e desconhece a ação civil porque não é parte dela. O PPS moveu representação na Procuradoria Geral da República pedindo a reabertura das investigações.

A4 | QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2011 O ESTADO DE S. PAULO

Nacional

Análise. Toledo: 'Palocci está anulado como articulador'
estadão.com.br/e/toledopalocci

Caso Palocci fragiliza Dilma e aumenta barganha na base

Primeira crise do governo mostra que **articulação política** inexiste sem o petista e que governo perdeu controle da base. Planalto é obrigado a **ceder** a interesses de aliados para evitar investigação de ministro

Com o núcleo político do governo centralizado na figura do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, a crise instalada após a revelação da significativa evolução patrimonial do petista nos últimos quatro anos já resulta em abalo na base aliada da presidente Dilma Rousseff – o primeiro em apenas cinco meses de governo.

Além da fragorosa derrota na votação do Código Florestal na noite de terça-feira, que evidenciou uma desastrada articulação do Planalto e a inapetência da presidente para assumir as rédeas do comando político de seu governo, o Executivo começa a ceder à pressão dos aliados e a alterar inclusive decisões administrativas.

Preocupada com a possibilidade de as bancadas evangélica e católica no Congresso abandonarem a defesa de seu ministro, Dilma telefonou para o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e informou a suspensão do kit anti-homofobia que estava sendo preparado pelo Ministério da Educação para ser distribuído nas escolas públicas (veja na página A6). O evidente vácuo na articulação política do governo deu munição para a base aliada criticar a atuação de Palocci em seu momento de maior fragilidade e obrigou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a entrar em campo.

Numa viagem de emergência a Brasília, Lula reuniu senadores do PT e recorreu aos dirigentes do PMDB – José Sarney e Renan Calheiros – que eram seus aliados de primeira hora no governo para barrar qualquer risco de instalação de uma CPI no Congresso para investigar o chefe da Casa Civil.

O papel de articulador político encarnado por Lula traz à tona o questionamento feito durante toda a campanha eleitoral: se Dilma Rousseff seria presidente de fato e de direito, ou se viveria os próximos quatro anos à sombra do antecessor.

Ainda que Palocci sobreviva à crise e permaneça na equipe, o desarranjo da base aliada obriga a presidente a repensar os rumos do comando político e a interlocução com o Congresso. O próprio Lula advertiu: é preciso remontar a articulação política do governo.

Governo evita de novo convocação de Palocci

Senadores de oposição dizem estar confiantes que conseguirão assinaturas para CPI

Adriana Vasconcelos e Isabel Braga

• BRASÍLIA. Embora até agora só tenha conseguido reunir 19 assinaturas de senadores em favor da criação da CPI Mista para investigar as suspeitas de tráfico de influência contra o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, a oposição está confiante em que conseguirá as 27 necessárias na Casa e, assim, garantir a abertura de uma investigação pelo menos no Senado. Além do apoio dos 11 senadores do PSDB, quatro do DEM, de dois do PSOL e do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o líder tucano, Álvaro Dias (PR), garantiu ontem a assinatura de mais um novo dissidente da base governista: o senador Clésio Andrade (PR-MG). Os deputados, com mais dificuldade na coleta de assinaturas, evitam divulgar quantas já conseguiram. Na Câmara, a oposição viveu mais um dia de tentativas frustradas de aprovar a convocação de Palocci.

"G-8" do PMDB pode ser nova dissidência entre aliados

Essa dissidência na base do governo poderá aumentar nos próximos dias. A oposição aguarda, por exemplo, o posicionamento do chamado grupo dos oito do PMDB, que anda insatisfeito com a hegemonia na bancada do trio composto pelos senadores José Sarney (AP), Renan Calheiros (AL) e Romero Jucá (RR) e ameaça se rebelar. Fazem parte do chamado G-8 os senadores Ricardo Ferraço (ES), Luiz Henrique (SC), Cassildo Maldaner (SC), Pedro Simon (RS), Roberto Requião (PR), Waldemir Moka (MS), Eunício Oliveira (CE) e Eduardo Braga (AM).

Eunício e Braga já anunciaram que não pretendem assinar o requerimento da oposição, mas nos bastidores estariam estimulando os colegas a apoiar a CPI. O grupo aguarda as explicações que o ministro Palocci deverá encaminhar ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para justificar o crescimento meteórico de seu patrimônio nos últimos quatro anos.

Estão na mesma situação mais dois senadores da base aliada: Pedro Taques (PDT-MT) e Ana Amélia (PP-RS). A senadora Kátia Abreu (TO), que trocou recentemente o DEM pelo PSD, também avalia a possibilidade de assinar o requerimento da oposição. Uma assinatura que era considerada certa é a do senador Itamar Franco (PPS-MG), que está de licença para tratamento de uma leucemia que acabou de ser diagnosticada.

Na Câmara, a tropa governista derrubou ontem cinco requerimentos de convocação do ministro Palocci. Mas mudou de tática e, em vez de esvaziar o quorum das sessões, escalou os aliados para comparecerem em peso às comissões.

O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), comandou pessoalmente a ação, permanecendo por um bom tempo nas comissões em que poderiam ser votados requerimentos de convocação de Palocci. Outro que compareceu a várias comissões foi o líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), checando pessoalmente a orientação a seus liderados de impedir a aprovação de qualquer requerimento.

Mas, se conseguiu rejeitar requerimentos, o governo não evitou debates acalorados sobre o caso Palocci.

— Só queremos explicações. Quando ele não faz isso, crescem as suspeitas de que esta empresa foi utilizada como lavanderia. Resta saber se para tráfico de influência ou para cobrir débitos de campanha de Dilma — disse o deputado ACM Neto (DEM-BA).

O líder do PT, Paulo Teixeira (SP), retrucou:

— São meras especulações que beiram a leviandade. ■

FOLHA DE S.PAULO

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@uol.com.br twitter.com/Folhadebate

Fale, Palocci

JOSÉ CARLOS DIAS

Incluo-me entre os que, não tendo votado na presidente Dilma, torcem por ela por torcer pelo Brasil.

Não quero, portanto, deixar de expressar minha inquietação quanto ao rumo que está tomando o caso Palocci e a falta de esclarecimento sobre o enriquecimento de seu patrimônio nos últimos anos.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, segundo esta **Folha** (24/5), disse não ver razão para que se duvide do ministro Antonio Palocci. Na véspera, afirmara que a Polícia Federal não iria investigar os fatos. Isto porque, hierarquicamente, a PF está subordinada ao Ministério da Justiça.

É extremamente preocupante ouvir de um constitucionalista, como é o ministro da Justiça, assim como outros políticos o fizeram, que nada há a ser explicado.

Não se está afirmando que Palocci teria praticado crime e deva ser punido, não se está a dizer que nódoas do passado devem estimular presunção de malversação criminosa de dinheiro. O que parece inquestionável é que um homem público deva prestar contas à opinião pública, para que não pairem dúvidas quanto à sua honorabilidade, quanto à origem legítima de seus haveres, para que a empresa Projeto, de propriedade do ministro, não possa vir a ser comparada à EPC, de PC Farias, que se apresentava como uma empresa de consultoria destinada a alimentar o esquema de corrupção do governo Collor.

Se a Projeto prestou serviços, claro está que deve ter declarado seus rendimentos à Receita Federal. Não há como alegar confidencialidade quando o interesse público prevalece. Se a atividade exercida por Palocci por meio de empresa de consultoria se revestiu de caráter ético ou não, se houve prática de lobby vedado, se houve quebra de princípio de natureza deontológica ou se a ilicitude alcançou tipicidade penal, são questões que precisam ser esclarecidas de forma cabal.

Nem se está a exigir que se esmiúce o que há de estritamente confidencial nos serviços que teriam sido prestados pela Projeto, mas que se esclareça para quais empresas prestou serviços e quais os proventos auferidos. Não se está pedindo a revelação de fatos que integram o universo da intimidade.

Palocci ocupa o mais importante cargo no governo Dilma. Segundo divulgado, o montante de R$ 20 milhões teria sido recebido quando era deputado, metade quando coordenava a campanha e a outra após a eleição presidencial, fatos que merecem investigação.

A presidente tem dado mostras de ser discreta e firme. Deve, pois, determinar que a nação seja esclarecida. É seu dever; perante a República não há segredos. Temos direito de saber, desconfiar, indagar.

Não se trata de lembrar o aforismo do benefício da dúvida favorecendo o réu. Palocci não é réu, pelo menos por ora. A dúvida é extremamente prejudicial ao próprio ministro porque suscita suspeitas, precipitações. Estamos, por enquanto e pelo menos, num processo político em que se espera do político transparência nos seus atos.

Tomara que tudo se esclareça o quanto antes. O tempo passa, as marolas vão crescendo e isso positivamente não é bom para ninguém.

No âmbito do Legislativo, do Ministério Público e da PF, não há porque eximir-se o Estado de descobrir o que está por trás do pano. Não se concebe que o ministro da Justiça exclua a PF do papel de investigar. Se é indiscutível que, no plano funcional, está hierarquicamente subordinada à Justiça, deve ser preservada sua função constitucional de apuração de delitos.

Se o ministro Palocci é honesto, e torcemos para que seja, tem que parecer ser honesto. Que mostre à nação que merece confiança. Que mostre as cartas, abra o jogo... Fale, Palocci. Torcemos para que o jogo seja limpo, porque todos nos beneficiaremos com isto.

JOSÉ CARLOS DIAS , advogado criminal, foi ministro da Justiça no governo FHC e secretário da Justiça no governo de André Franco Montoro, em São Paulo.

Parece inquestionável que um homem público deva prestar contas à opinião pública, para que não pairem dúvidas quanto à sua honorabilidade

Gabinete de Palocci violou sigilo de caseiro, diz Caixa

Em documento, estatal responsabiliza pela 1ª vez o ex-ministro por vazamento

Até então, banco não havia se pronunciado sobre responsabilidade do ex-ministro da Fazenda no episódio

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

A Caixa Econômica Federal informou à Justiça Federal que o responsável pela violação dos dados bancários do caseiro Francenildo dos Santos Costa foi o gabinete do então ministro da Fazenda e hoje ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, ao vazá-los para a imprensa.

É a primeira vez que o banco estatal responsabiliza o ex-ministro. Até então, dizia que apenas havia "transferido" os dados sob sigilo para o Ministério da Fazenda, sem acusar Palocci ou seu gabinete pelo vazamento.

Em setembro de 2010, a Caixa foi condenada pela Justiça a pagar indenização de R$ 500 mil ao caseiro pela quebra do sigilo e recorreu.

Na apelação, a estatal informou, a partir das conclusões de inquérito da Polícia Federal, que cabia a Palocci resguardar o sigilo dos dados que lhe foram entregues pelo então presidente da Caixa, Jorge Mattoso.

A quebra do sigilo e a divulgação, pela revista "Época", dos dados bancários de Francenildo —testemunha da CPI dos Bingos que havia desmentido afirmações de Palocci— levaram à queda do ministro em 2006.

Em 2009, por 5 votos a 4, os ministros do Supremo rejeitaram a abertura de processo contra Palocci, por falta de provas de seu envolvimento na violação.

PODERES

No recurso contra o pagamento da indenização, a Caixa diz, ao subscrever trecho do relatório da PF, que "o domínio do fato [o vazamento] pertencia ao ex-ministro da Fazenda, apontado como mentor intelectual e arquiteto do plano, sobre o qual a Caixa não possui qualquer poder de mando. Ao contrário: é o ministro que possui poderes sobre a Caixa".

Na apelação, a Caixa procura se eximir de qualquer culpa na divulgação dos dados protegidos pelo sigilo. Tomando por base o relatório da PF, o banco responsabiliza Palocci e seu então assessor de imprensa à época, o jornalista Marcelo Netto:

"O ministério poderia, e deveria, ter recebido as informações e apenas ter levado a cabo as investigações recomendáveis para o caso, não permitindo que seu assessor procurasse a imprensa".

Segundo a apelação, "quem mesmo a Polícia Federal tem dúvida de que o assessor [Netto] do Ministério da Fazenda foi o responsável pela entrega das informações bancárias do autor à imprensa, com consequente divulgação, a partir de quando houve a quebra do sigilo".

A Caixa aponta que Palocci era o responsável pela guarda dos dados sigilosos.

"Pretender-se concluir que à época dos fatos o ex-ministro Antonio Palocci Filho não representava o Ministério da Fazenda levar-nos-á à conclusão, inexorável, de que o ex-presidente Jorge Mattoso também não representava a Caixa. [...] Mas não é essa a realidade", afirmou a Caixa.

Para o advogado do caseiro, Wlicio Chaveiro Nascimento, na apelação a Caixa "enfim reconhece que houve um plano para desqualificar o caseiro".

Antonio Palocci voltou a ser o centro da discussões políticas depois que a Folha revelou, no último dia 15, que ele multiplicou por 20 seu patrimônio nos últimos quatro anos. Palocci tem 99,5% da empresa de consultoria Projeto que faturou R$ 20 milhões no ano passado.

A VOLTA DO CASEIRO
Em recurso à Justiça, Caixa Econômica responsabiliza gabinete de Palocci por vazamento de extrato bancário de Francenildo

1 CASA DO LOBBY
Alugada por um ex-assessor de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto, sediou encontros de empresários e lobistas para discutir negócios com o governo em Brasília

2 PRESENÇA DE PALOCCI
Em março de 2006, Francenildo Costa, caseiro do imóvel, disse em depoimento na CPI dos Bingos ter visto Palocci, então ministro da Fazenda, frequentar a casa

3 A QUEBRA
No dia seguinte, a revista "Época" divulgou o extrato da conta de Francenildo, mostrando depósito de R$ 25 mil. Governistas insinuaram que o depoimento foi vendido; o caseiro disse ter recebido o dinheiro do pai

4 NA JUSTIÇA
Em 2009, o STF rejeitou abertura de ação penal contra Palocci. Em 2010, a Caixa Econômica Federal foi condenada a pagar indenização de R$ 500 mil a Francenildo

5 REVIRAVOLTA
Em recurso em novembro, banco citou relatórios da PF usados para indiciar Palocci e afirmou que o responsável pelo vazamento dos dados foi o gabinete do ministro

OS PERSONAGENS

Antonio Palocci
Foi apontado como responsável por pedir a quebra do sigilo

Jorge Mattoso, presidente da Caixa
STF rejeitou abertura de ação penal por falta de provas

Jorge Mattoso
Administrador da Caixa em 2006, foi apontado como responsável por repassar o extrato a revista. Denúncia contra ele também foi rejeitada pelo STF

Marcelo Netto
Então assessor de imprensa de Palocci, foi apontado como responsável por ter repassado o extrato à revista. Denúncia contra ele também foi rejeitada pelo STF

› OUTRO LADO ‹

Ministro diz que desconhece ação por indenização

DE BRASÍLIA

O ministro da Casa Civil Antonio Palocci informou ontem, por meio de sua assessoria, que "desconhece" a ação judicial pela qual o caseiro Francenildo dos Santos Costa pede uma indenização por danos morais na Justiça Federal de Brasília.

Em sua defesa, Palocci fez referência à decisão favorável tomada em 2009 pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Na ocasião, o tribunal rejeitou a abertura de uma ação penal contra ele.

"Os fatos relacionados ao episódio foram analisados pelo Supremo Tribunal Federal, que rejeitou definitivamente a denúncia e encerrou o processo", disse o ministro.

O ex-assessor de imprensa de Palocci, Marcelo Netto, disse ontem por telefone que não gostaria de se manifestar a respeito do assunto.

Na mesma sessão do Supremo, em 2009, os ministros também rejeitaram pedido de investigação sobre ele.

O ex-presidente da Caixa Econômica Jorge Mattoso não foi localizado pela reportagem. Em outras ocasiões, Mattoso disse que não foi responsável pela divulgação dos dados do caseiro.

Em 2009, seu advogado, Alberto Zacharias Toron, disse que Mattoso "entregou os dados da pesquisa para Palocci". "Daí para a frente, não é responsabilidade dele."

Mattoso responde a processo em primeira instância na Justiça Federal. Ele foi o único envolvido no caso que teve a abertura de ação penal aceita pelo STF. (RV)

As explicações terão de vir



Enquanto, segundo o noticiário, o governo comemora a ausência de novidades na imprensa, no começo da semana, que agravassem ainda mais a situação do titular da Casa Civil – o "novo-milionário" Antonio Palocci –, a operação destinada a preservá-lo se concentra em esfriar a crise, lançando mão, alternadamente, de três justificativas. A primeira é que, ao ser convidado para integrar a equipe da presidente eleita Dilma Rousseff, o então deputado e o principal dos "três porquinhos" coordenadores da campanha da candidata petista apressou-se a informar a Comissão de Ética do Planalto que desde 2006, por intermédio de uma pessoa jurídica criada para esse fim, a Projeto, prestava serviços de consultoria a empresas – e disso dera conta ao Fisco. A comissão se limitou a aconselhá-lo a mudar a finalidade da firma, que passou a se intitular "administradora de imóveis".

A segunda justificativa dos governistas é que Palocci se explicará ainda ao Ministério Público, talvez antes mesmo de expirar o prazo de 15 dias fixado na última sexta-feira pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Isso o dispensaria de explicar ao Congresso como efetivamente conseguiu multiplicar o seu patrimônio por 20, considerado apenas o valor (perto de R$ 7,5 milhões) que a Projeto pagou por dois imóveis adquiridos em 2009 e 2010 – a revelação que detonou o escândalo. "O Congresso, com todo o respeito, a gente sabe o que é, uma casa política", diz o governador petista da Bahia, Jaques Wagner, um dos cinco do partido que se reuniram na segunda-feira com o presidente da sigla, Rui Falcão, em Brasília, para reforçar a blindagem do ministro. A terceira justificativa, enfim, é que "o enriquecimento com causa justificada não é crime", nas palavras do titular da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo.

De fato, não é. Mas a causa está longe de ter sido justificada pela singela versão de que a passagem de Palocci pelo Ministério da Fazenda proporcionou-lhe uma "experiência única", altamente valorizada pelo mercado, como se lê na já famosa nota em sua defesa, preparada para orientar os líderes da base parlamentar do Planalto e difundida por engano. Visto que Palocci desde o primeiro momento se recusou a revelar a natureza das consultorias prestadas e a identificar a sua clientela, invocando cláusulas contratuais de confidencialidade, permanecem no ar dúvidas legítimas sobre os seus serviços pagos a peso de ouro: apenas análises de conjuntura e projeção de tendências, ou, também, repasse de *inside information* e prática de advocacia administrativa?

As suspeitas se adensaram quando a *Folha de S.Paulo* informou que a Projeto faturou no ano passado R$ 20 milhões (ante nada mais do que R$ 160 mil em 2006), dos quais a metade em novembro e dezembro, ou seja, entre a eleição e a posse de Dilma Rousseff. A presidente eleita anunciou a nomeação de Palocci em 3 de dezembro. A revelação do jornal não foi contestada, mas mereceu uma estranha explicação. Ao saber que o futuro ministro deixara de dar consultorias e que a Projeto teria uma nova razão social, os seus clientes quitaram antecipadamente os seus débitos por serviços prestados. Nada que ver, portanto, com caixas 2 de campanha, relações promíscuas entre agentes públicos e privados e ilícitos do gênero. Só que, à falta das explicações fundamentadas que Palocci deve ao público sobre fatos graves demais para serem aceitos passivamente, o princípio da presunção de inocência, também mencionado pelo ministro da Justiça, compete em condições cada vez mais adversas com os indícios veementes de que a história oficial está muito mal contada.

Convencidos disso, anteontem, pela primeira vez, 3 senadores pediram em plenário o afastamento de Palocci até o esclarecimento dos seus atos e a eventual demonstração de sua inocência. Essa posição foi externada pelo tucano Alvaro Dias, o dissidente do PMDB Jarbas Vasconcelos e a senadora do PP, da base aliada, Ana Amélia Lemos. Ela citou o caso clássico de outro chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, no governo Itamar Franco. Posto o ministro sob suspeição, o presidente o tirou do cargo – para o qual voltou quando as acusações contra ele não se sustentaram.

O ESTADO DE S. PAULO

Oposição insiste em levar Palocci ao Congresso

Tática dos senadores será tirar e repetir pedidos de convocação de ministro em várias comissões

Eduardo Bresciani
Rosa Costa / BRASÍLIA

Em minoria e incapaz de atrair o apoio de dissidentes da base governista, a oposição optou ontem por um "recuo estratégico", a fim de manter em evidência as denúncias contra o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.

Com apoio de PSDB, DEM e PPS, o PSOL retirou o requerimento que pedia a convocação do petista na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado.

A derrota na votação – inevitável, no cálculo dos oposicionistas – levaria ao arquivamento de todos os pedidos de convocação. Pelo regimento, como o requerimento não foi rejeitado, novos pedidos podem ser feitos em outras comissões.

"Retirar não significa desistir de ouvir o ministro", disse a senadora Marinor Brito (PSOL-PA), autora do pedido de convocação que não chegou a ser votado. Duas horas depois, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), apresentou requerimento semelhante para ser votado hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Na Câmara, a oposição também insistirá na convocação de Palocci em diversas comissões.

CPI. Ao mesmo tempo, a oposição começou a colher assinaturas para uma CPI mista destinada a investigar as atividades de Palocci como consultor. Eles decidiram reforçar o pedido de investigação feito na semana passada ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, mostrando a "disparidade" dos ganhos da empresa de Palocci e o faturamento das maiores consultorias econômicas do País.

"O Brasil inteiro quer saber como o ministro ganhou tanto dinheiro em tão curto período", disse o líder do DEM, Demóstenes Torres (GO). Em defesa de Palocci, o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), afirmou que a questão está sendo alimentada "obsessivamente, pois não há nada a explicar".

Principal assessor de Palocci mantém consultoria privada

Branislav Kontic é sócio de empresa em SP; Casa Civil não vê conflito

• Um dos coordenadores da campanha de Antonio Palocci em 2006, assessor do petista durante os quatro anos de mandato como deputado (2007-2010) e hoje assessor especial da Casa Civil, Branislav Kontic é, como seu chefe, sócio de uma empresa de consultoria em São Paulo. Brani, como é conhecido, é sócio da Anagrama, aberta em 1997, e, de acordo com a Junta Comercial do Estado de São Paulo, ainda em atividade. Quando se tornou assessor de Palocci na Câmara, Brani se afastou da função de administrador da empresa, posto repassado a seu sócio Marco Antonio Campagnolli — que também tem cargo público, na prefeitura petista de Guarulhos, mas alega nem se lembrar da empresa. Antes disso, Brani sempre conciliou a administração da Anagrama com cargos públicos nas prefeituras de Guarulhos e São Paulo. O assessor de Palocci também é sócio minoritário da Epoke Consultoria em Mídia Ltda., do petista Luis Favre, ex-marido da senadora Marta Suplicy (PT). Brani negou trabalhar com consultoria e disse que, ao se tornar assessor parlamentar de Palocci, se afastou da administração e comunicou o fato à Comissão de Ética da Presidência. A Casa Civil não viu conflito de interesses no caso. Páginas 3 e 4

EDITORIAL

• Como também já ocorreu no passado, blindagens no Congresso de autoridades são inúteis se não há explicações convincentes para os supostos malfeitos. Página

Assessor de Palocci tem consultoria

Como o ministro, Branislav Kontic também disse que se afastou da administração da empresa

Leila Suwwan e Tatiana Farah

SÃO PAULO

Assim como o chefe, o braço-direito do ministro Antonio Palocci e hoje assessor especial da Casa Civil, Branislav Kontic, também é dono de uma consultoria de gestão empresarial em São Paulo, a Anagrama. A empresa foi criada em 1997 e continua ativa, segundo registros oficiais. Tem como endereço formal uma pequena sala no Centro de São Paulo e atua nos setores de consultoria em gestão empresarial, entre outros. Brani, como é conhecido, também é sócio minoritário de Luís Favre, ex-marido da senadora Marta Suplicy (PT), em outra empresa, a Época Consultoria, que atua no ramo de prestação de serviços de informação.

Brani afirma estar afastado do comando da Anagrama desde 2007, quando repassou a função oficial de administrador para o sócio minoritário, Marco Antonio Campagnolli, assessor da prefeitura petista de Guarulhos. Este, por sua vez, nega saber das atividades da consultoria. Brani assessorou Palocci durante o mandato do petista na Câmara dos Deputados (2007-2010), no mesmo período em que Palocci manteve sua consultoria, a Projeto, em São Paulo.

Ele esteve formalmente à frente dos negócios enquanto era secretário municipal de Desenvolvimento Urbano, em Guarulhos, e tem como sócio um ex-subordinado, Campagnolli, que trabalha na prefeitura desde a gestão de Elói Pietá, hoje secretário-geral do PT. Campagnolli nega saber sobre as atividades da empresa, apesar de ter sido nomeado administrador a partir de 2007, quando Brani tornou-se assessor parlamentar de Palocci na Câmara.

Ex-assessor de Marta em São Paulo

• A Anagrama, empresa de Brani, está ativa nos registros da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) e tem como objeto social, entre outros, "atividades de consultoria em gestão empresarial", o mesmo ramo da empresa Projeto, de Palocci, pela qual o ministro mantém patrimônio imobiliário de cerca de R$ 7,5 milhões. Mas, diferentemente do ministro, que mudou o objeto social da Projeto para "administração de imóveis próprios", Brani apenas saiu da administração da empresa, continuando sócio majoritário.

Nomeado em 28 de fevereiro para a Casa Civil, Brani tornou-se interlocutor da Presidência com diversos setores da sociedade, de empresários a trabalhadores. Foi escalado recentemente para negociações com empresários do setor de tabaco.

— Eu não sei se ele usa ela (a empresa) para alguma coisa. Não sei dizer, é só com ele — disse Campagnolli, que ainda trabalha na Secretaria de Desenvolvimento de Guarulhos.

Apesar de constar como administrador, Campagnolli disse que a empresa fica a cargo do outro sócio, cujo nome tentou proteger, e disse que sequer lembrava de sua participação exata. A última vez em que tratou do assunto com Brani teria sido em 2009.

— Que eu saiba, não (está funcionando). Só se ele fez, teve alguma coisa assim, de consultoria, para aproveitar nota fiscal, esse negócio todo. Mas eu mesmo não presto consultoria; eu trabalho só aqui na prefeitura, há cinco anos — completou Campagnolli.

No endereço oficial da Anagrama, na Avenida Ipiranga, Centro de São Paulo, funciona um pequeno escritório de contabilidade, sem placas ou identificação na portaria. Um atendente disse não poder prestar qualquer informação. Pelo telefone, outro atendente recebe recados em nome do "Dr. Brani". Esse funcionário recusou-se a esclarecer, ao GLOBO, se o endereço era emprestado ao escritório da Anagrama.

No mesmo período em que esteve à frente da consultoria, Brani teve diversos postos públicos. Durante a gestão Marta Suplicy em São Paulo (2001-2004), Brani ajudou a coordenar o plano de desenvolvimento econômico da Zona Leste da cidade e esteve à frente de vários projetos.

Brani também já foi assessor de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo — a casa da petista ainda consta como sede dessa empresa na Junta Comercial de São Paulo. Com a derrota de Marta à reeleição, Brani foi nomeado secretário de Desenvolvimento Urbano de Guarulhos, na gestão de Elói Pietá. No cargo, trabalhou para revisar o plano diretor e de zoneamento da cidade.

Na campanha de Palocci para deputado, em 2006, Brani foi um dos coordenadores. Foi uma espécie de interlocutor das várias "dobradinhas" com deputados estaduais, custeadas por Palocci. A eleição do petista para a Câmara arrecadou R$ 2,4 milhões. Mais tarde, no gabinete parlamentar de Palocci, de acordo com a revista "Época", Brani ajudou o chefe com "consultas" para evitar que uma associação de empresas do setor esportivo sofresse sanções por concorrência desleal na importação de calçados da China.

E, finalmente, durante a campanha de 2010, o assessor continuou a ajudar Palocci em diversos compromissos, por vezes atuando como um assistente de agenda. Sua marca, porém, sempre foi a absoluta discrição.

O GLOBO NA INTERNET
Palocci vira game na internet
oglobo.com.br/pais

OS NEGÓCIOS DO ASSESSOR DO MINISTRO

Principal assessor do ministro Antonio Palocci, o sociólogo Branislav Kontic é sócio de duas empresas em São Paulo, uma de consultoria e outra de prestação de serviços de informação. Nesta última, Brani é sócio minoritário. O sócio principal é Luis Favre, ex-marido da senadora petista Marta Suplicy

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

EMPRESA 1

Brani, como é conhecido no meio político, é dono da Anagrama Consultoria e Assessoria Ltda, aberta em 1997, e, de acordo com a Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), ainda em atividade

NOME COMERCIAL: ANAGRAMA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA.
TIPO JURÍDICO: SOCIEDADE LIMITADA

COMÉRCIO VAREJISTA DE TECIDOS
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NÃO-CUSTOMIZÁVEIS
CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO

NOME: BRANISLAV KONTIC
NOME: MARCO ANTONIO CAMPAGNOLLI

Na Anagrama, Brani tem como sócio minoritário um de seus ex-assessores de quando era secretário municipal da prefeitura petista de Guarulhos, Marco Antonio Campagnolli. Em 2007, quando Brani foi assessorar o então deputado Palocci no Congresso Nacional, deixou a Anagrama sob direção de Campagnolli, que diz mal se lembrar da empresa. Campagnolli tem 1% da Anagrama

NOME COMERCIAL: EPOKE CONSULTORIA EM MÍDIA LTDA
TIPO JURÍDICO: SOCIEDADE LIMITADA

EMPRESA 2

Brani tem 0,001% da empresa Epoke Consultoria em Mídia Ltda, do petista Luis Favre. A empresa foi aberta em 2007 e, segundo a Jucesp, continua em atividade. O endereço da Epoke é o mesmo em que Favre morou com a ex-mulher, a senadora Marta Suplicy, na época da abertura da companhia

OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS

NOME: BRANISLAV KONTIC

Consultado pelo GLOBO, Brani afirmou que deixou a direção da Anagrama e que não há conflito de interesses em relação ao cargo que ocupa na Casa Civil

NOME: FELIPE BELISARIO WIERMUS DIT LUIS FAVRE
ENDEREÇO: RUA DINAMARCA
NÚMERO: 97
COMPLEMENTO:

No Senado, oposição pede a saída de Palocci

'Cabe ao ministro renunciar para evitar maiores danos ao governo ou cabe à presidente cortar na carne', diz Jarbas

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. Enquanto a oposição se organiza para tentar criar uma CPI para investigar suspeitas de tráfico de influência contra o chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) usou ontem a tribuna para defender sua saída do governo. Para o peemedebista, que faz oposição ao Planalto, a permanência de Palocci aumenta o desgaste do Executivo. A oposição começa a recolher hoje assinaturas para a CPI.

— A vida pública implica sacrifícios, pelo menos era assim até um passado recente. Cabe ao ministro renunciar ao cargo para evitar maiores danos ao governo, ou cabe à própria presidente da República justificar sua fama de gerente intransigente, cortando na carne ao afastar o principal auxiliar — disse Jarbas num plenário quase vazio.

Na opinião de Jarbas, Palocci deveria seguir o exemplo do caseiro Francenildo dos Santos, que teve seu sigilo bancário quebrado com a cumplicidade do Ministério da Fazenda e da Caixa Econômica Federal:

— Francenildo fez a coisa certa, disse de onde veio o dinheiro que estava na sua conta. Para isso, ele se sacrificou e até expôs aspectos da sua vida privada. Resta agora Palocci fazer o mesmo. Se é que isso é possível.

Para o senador, o ministro não pode se esconder atrás da cláusula de confidencialidade de seus clientes:

— Esse segredo não é do interesse público e mantê-lo é incompatível com a permanência de Palocci na Casa Civil. Ele precisa escolher se deve fidelidade à opinião pública e aos eleitores ou às empresas que o levaram a multiplicar o patrimônio. Não se pode servir a dois senhores — disse. — Em se tratando de escândalos, a era petista bateu todos os recordes. Isso é fato.

Os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Ana Amélia Lemos (PP-RS) apoiaram Jarbas. Para Ana Amélia, de um partido governista, Dilma deveria fazer como o ex-presidente Itamar Franco, quando afastou o então ministro da Casa Civil Henrique Hargreaves, acusado de irregularidades no cargo:

Álvaro Dias criticou a cobrança do governo para que sua base não assine a CPI:

— Há uma máquina monumental de blindagem que tenta impedir, no Congresso, a fiscalização eficiente e a investigação indispensável quando as denúncias são consistentes.

O senador João Pedro (PT-AM) defendeu Palocci, pedindo à oposição que aguarde manifestação do Ministério Público sobre o caso.

Na tentativa de reunir as 27 assinaturas de senadores e 171 deputados para a CPI, líderes de PSDB, DEM, PPS e PSOL se reúnem hoje para traçar uma estratégia. O objetivo é buscar apoio de parlamentares governistas que se encontram descontentes com o silêncio do ministro. ■

Oposição quer ministro fora do governo durante apuração

Argumento é que Palocci poderá retornar ao cargo se for provado que não houve tráfico de influência em seus negócios

Eduardo Bresciani / BRASÍLIA

Na escalada de críticas contra o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, a oposição passou a defender sua saída do governo da presidente Dilma Rousseff. Em manifestações no plenário, o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), e os senadores Jarbas Vasconcellos (PMDB-PE) e Ana Amélia Lemos (PP-RS) defenderam que o ministro deixe o cargo.

Palocci está na berlinda devido ao crescimento de seu patrimônio durante 2006 a 2010 que ele atribui a consultorias prestadas no período.

"O governo está contaminado com a sua presença. Pode-se até dizer que a oposição está indo em socorro ao governo ao pedir sua saída porque esse caso está contaminando a administração federal", disse Alvaro Dias.

Para o tucano, as revelações sobre o faturamento da empresa Projeto, os clientes e a confirmação de cobrança de taxa de sucesso trazem indícios de que o ministro pode ter cometido o crime de tráfico de influência. "É elementar que ele se afaste até o esclarecimento cabal de todas as denúncias. Se absolvido, ele retorna, se condenado paga o que a Justiça decidir."

O líder tucano destacou que a oposição vai acrescentar informações à representação feita contra o ministro na Procuradoria-Geral da República e que busca assinaturas para instalar uma CPI mista. Hoje, lideranças de PSDB, DEM, PPS e PSOL farão uma reunião para definir a estratégia para os próximos dias.

Caseiro. Dissidente do PMDB, o senador Jarbas Vasconcellos lembrou o desgaste de Palocci no caso da violação de sigilo do caseiro Francenildo Costa e afirmou que o ministro está desperdiçando sua "segunda chance". Jarbas cobrou que Palocci abra suas contas. "O ministro da Casa Civil não pode mais se esconder detrás de uma cortina de ferro, da cláusula de confidencialidade exigida pelos clientes para os quais ele prestou consultoria. Esse segredo não é do interesse público e, portanto, mantê-lo é incompatível com a permanência de Palocci na Casa Civil", afirmou o senador peemedebista.

Ana Amélia citou a necessidade de transparência sobre os negócios do ministro. Lembrou que sob a presidência de Itamar Franco o então chefe da Casa Civil Henrique Hargreaves foi afastado do cargo quando estava sob suspeição, tendo retornado após ter provado sua inocência. "Agora, da mesma forma, se poderia esperar que a presidente Dilma preste a esta Casa os esclarecimentos deste caso para não pairar nenhuma dúvida."

NOSSA POLÍTICA

Guilherme Fiuza

A última tentação de Palocci

FINALMENTE A VERDADE VEIO À TONA. Foram cinco meses de doce hipnose. Muita gente que detesta Lula e não vota no PT nem amarrado declarou-se entusiasmado com Dilma Rousseff. Por que, afinal? Porque ela é mulher. Porque ela fala pouco. Porque ela não faz bravatas. O Brasil avalia presidentes como se avaliasse ator de novela: "está muito bem no papel", "acertou no figurino", "não me incomoda na hora do jantar". Só uma pessoa poderia cortar esse estranho devaneio coletivo: Lula.

E ele o fez com uma única frase, sincera e definitiva: "Se tirarem o Palocci, o governo dela *(Dilma)* vai se arrastar até o final".

Não deixa de ser um grande alívio. Já estava ficando aflitiva a catalepsia geral. Até o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – uma espécie de recreio dos governantes, onde notáveis se reúnem para fazer nada em grande estilo – vinha sendo exaltado como ponto positivo da administração Dilma. O próximo passo seria a indicação do Ministério da Pesca ao Nobel da Paz. O país deve ser grato a Lula pelo esclarecimento providencial: sem Palocci, o governo Dilma não anda – se arrasta. Com todo respeito à laranjada de mitos feministas e esquerdistas que o sustenta.

Lula disse isso a senadores do PT, na já famosa reunião SOS Palocci. Sua intenção era nobre: lembrar aos distraídos que o ministro-chefe da Casa Civil não é importante para o governo – ele é o governo. O ex-presidente sabe bem do que está falando. Em 2002, quando foi eleito sucessor de Fernando Henrique, Lula tinha nas mãos nada mais que as bandeirolas xiitas do PT e uma alegoria de marketing chamada Fome Zero. O único de seu time que compreendia a diferença entre bater panela e governar era Antonio Palocci.

Quem mais naquela turma entenderia que o Banco Central não era exatamente um lobo mau a ser abatido com slogans populistas? Quem entenderia que responsabilidade fiscal não era palavrão da direita? Quem mais entenderia, política e tecnicamente, o que eram metas de inflação e *superavit* primário? Ninguém mais – tanto que a assembleia petista bombardeia esses conceitos até hoje. Acreditam que eles foram a "concessão neoliberal de Lula", e nem de longe desconfiam que aí estava a galinha dos ovos de ouro, que os alimentou fartamente de votos.

Palocci foi um excelente ministro da Fazenda, e Lula teve seu momento de estadista ao lhe dar poder. Mas Palocci caiu, e Lula teve de inventar Dilma para suceder-lhe. Sabendo da aventura em que estava se metendo, o ex-presidente fez o óbvio: escalou Palocci para governar Dilma, na campanha e na Presidência. Tinha plena consciência de que sua sucessora, que mal consegue completar um raciocínio em público, não teria estatura para construir uma liderança de fato.

É o que se viu nesses cinco meses. A inflação soltando suas labaredas, Dilma e Mantega dando ordens-unidas que o mercado ignora, e Palocci segurando as pontas sozinho do combate à gastança pública – e sendo, naturalmente, sabotado pelo PT por causa disso. Mas permaneceu forte, porque o mundo político respeita quem sabe o que faz. Só quem não respeita Palocci é ele mesmo.

Palocci fraquejou no lema que parece religioso na escola petista: usar o Estado para arrecadação privada

Um dos políticos mais promissores do país, capaz de se reerguer depois de cair em desgraça por causa de uma casa de tolerância, o médico de Ribeirão Preto calibrou mal suas ambições pessoais. Fraquejou no lema que parece religioso na escola petista: usar o Estado para arrecadação privada. Palocci não resistiu à tentação de converter sua influência política em cachê. Mesmo no comando da campanha vitoriosa de Dilma, com seu futuro atrelado ao futuro do país, achou que era hora de faturar uns milhões por fora. Ou, no caso, por dentro.

A notícia é muito pior para o país do que para o governo. Este, como disse Lula, vai só se arrastar. O outro talvez ande para trás. ◆

RICARDO NOBLAT

[illegible] de Brasília [illegible]

"Se nem eu governei com independência, por que Dilma haverá de governar?".

(Fernando Henrique Cardoso)

■ ■

Sócios na crise

■ Dizer que o problema é só dele, que Dilma ilesa conhecia os seus negócios e que nenhuma crise abala o governo foi, sem dúvida, a fórmula esperta encontrada pelo ministro Antonio Palocci para, nos próximos dias, sair de cena alegando ter prestado um último e relevante serviço à sua chefe e ao PT. Mas a fórmula não resiste a um exame superficial.

O problema de estar sob suspeita de ter enriquecido fazendo tráfico de influência seria só de Palocci se ele não fosse quem é — ex-arrecadador de recursos da primeira campanha presidencial de Lula, ex-ministro da Fazenda, ex-deputado federal, ex-coordenador da campanha de Dilma e chefe da Casa Civil da Presidência da República.

A velhinha de Ribeirão Preto pode até acreditar que Palocci não cometeu nenhum deslize. Mas, como homem público, ele deve satisfações à sociedade. Em vez de fazê-lo para preservar a própria reputação, preferiu preservar a identidade dos ex-clientes de sua empresa de consultoria, a natureza dos serviços que lhes prestou e o quanto ganhou.

Fez sua escolha. Por sinal, compreensível, levando-se em conta a certeza de que deixará o governo a qualquer momento. Uma vez que caia pela segunda vez (a primeira foi quando mandou quebrar o sigilo bancário do caseiro que o viu numa mansão de Brasília onde se faziam negócios e amor), Palocci voltará à procura dos antigos clientes. É justo...

Ao contrário do que possa ter imaginado, Palocci deixou Dilma em situação desconfortável ao dizer que ela ignorava os seus negócios. Primeiro porque é difícil acreditar que ele tenha dito a verdade. Segundo porque, se disse, tem-se que Dilma nomeia ministros sem ao menos reunir informações sobre sua vida pregressa.

Gente indicada pelo PMDB para postos do governo gostaria de ter merecido o mesmo tratamento conferido a Palocci. Se Dilma não soube antes e não procurou saber depois como Palocci enriqueceu de maneira tão súbita, foi duplamente relapsa, sinto muito. Faltou com o dever de cercar-se de cuidados na escolha dos seus auxiliares.

Por omissão, acabou se tornando sócia de Palocci na primeira grave crise que abala seu governo. Sem essa, por favor, de que o governo funciona normalmente. O "fator Palocci" paralisa o governo há mais de 15 dias. Um governo, por sinal, que anda devagar, quase parando, e ainda repleto de cargos a serem preenchidos.

Diante do enfraquecimento do mais poderoso ministro do governo, recrudesceu o apetite dos partidos por mais espaços. No momento, com uma mão, o Congresso oferece a Dilma o que ela lhe pede — o veto a qualquer convocação de Palocci para ir depor ali. Com a outra, nega a aprovação de medidas e aprova projetos que a contrariam.

A crise protagonizada por Palocci serviu para iluminar pontos frágeis da administração Dilma até aqui tolerados com base no entendimento universal de que todo começo de governo é difícil. O principal ponto: o estilo Dilma de governar. Outro: sua inaptidão para a política. Outro ainda: o perfil baixo, quase rasteiro, da equipe que montou.

Dilma continua sendo a centralizadora de sempre. Nada se faz no governo sem o seu conhecimento prévio e concordância. Por temperamento ou falta de experiência, ou pela soma das duas coisas, não gosta e não sabe tocar o jogo rotineiro da política, indispensável para quem deseje manter os apoios conquistados.

Lula sabia fazer política, mas ao lado dele havia um time de ministros que também sabia. O governo de Dilma carece de ministros hábeis na articulação política. Quase todos os ministros morrem de medo de ser destratados por ela. São menos ministros e mais serviçais temerosos e obedientes. A Dilma serena é uma invenção da mídia.

Coitado do substituto de Palocci! É por isso que aos poucos se dissemina nos meios políticos de Brasília a opinião, por ora apenas sussurrada, de que a crise de fato atende pelo nome de Dilma. Talvez seja ainda muito cedo para se concluir isso.

FERNANDO DE BARROS E SILVA

O Delúbio da banca

SÃO PAULO - Do blá-blá-blá de Antonio Palocci, deve-se reter a passagem em que ele afirma que Dilma Rousseff *não sabia dos seus negócios*: "Não entrei em detalhes sobre nomes dos clientes ou serviços prestados para cada um", disse à **Folha**. Nem os "clientes" nem os "serviços". No "JN", da Rede Globo, Palocci fez questão de delimitar o escândalo: "É uma coisa dirigida a mim. Não há crise no governo".

Nos dois trechos, o ministro não estava preocupado em fazer sua defesa —de resto pífia. Palocci buscava circunscrever a crise e fazer um cordão sanitário capaz de isolar Dilma de sua figura contaminada.

A preocupação profilática do ministro-sanitarista *tem razão de ser*. Palocci foi o coordenador da campanha presidencial de Dilma. Em 2010, sua empresa faturou R$ 20 milhões, metade deles nos últimos dois meses, depois que Dilma estava eleita e ele já era cotado para o cargo mais cobiçado do governo.

A investigação sobre a origem e as motivações dessa dinheirama provocaria, muito provavelmente, um estrago *muito maior do que* o disponível até agora. Que tipo de contratos —e com quem— o coordenador da campanha presidencial vitoriosa fez em 2010?

Nesse sentido, a entrevista evasiva, lacônica e cínica de Palocci se justifica plenamente como estratégia de defesa. Entre a opinião pública e os clientes, *optou pelos últimos*. Entre afundar sozinho (é o que ele agora espera) e comprometer o governo e a presidente, a primeira opção parece menos ruim.

Se abrisse o jogo, Palocci sabe que estaria espalhando dinamite pelo Planalto. Cairia do mesmo jeito que deve cair, mas provocaria *danos muito maiores*. Embora seja mais homem de mercado que de partido, Palocci lembra e repete Delúbio, aquele que tombou sem piar. Palocci é o Delúbio da banca. Delúbio é o Palocci do bingo.

Há, pois, ciência nessa queda *muito provável*. Se tudo der certo, Dilma ainda terá uma dívida de gratidão com o ministro milionário.

MELCHIADES FILHO

Variação patrimonial

BRASÍLIA - A desintegração de Antonio Palocci atingiu em cheio o PT. Acirrou rixas internas, expôs fragilidades das novas lideranças e comprometeu o *trabalho* de ocupação de espaços na máquina federal.

De pouco adiantou o partido ter reagido rapidamente às revelações sobre a incrível escalada patrimonial de seu principal ministro.

Os dirigentes petistas logo perceberam o potencial de dano do episódio, daí a escassa solidariedade ao titular da Casa Civil.

Poucas semanas antes, vale lembrar, essas mesmas pessoas haviam desafiado a opinião pública e decidido reintegrar o tesoureiro do mensalão. Por que outro peso e outra medida para Delúbio Soares?

Há quem diga que a militância aceita proteger quem se desvia para fortalecer o PT, mas não aqueles que agem em causa própria.

Pode ser. Mas parece haver, mais do que isso, cálculo político.

Para o partido, a vitória de Dilma significou uma chance imperdível de crescer e se multiplicar. Ao contrário de Lula, ela não intimida os correligionários. Antes da posse da presidente, nomes como Zé Dirceu e Fernando Pimentel já ensaiavam o *slogan* do "agora é pelo PT".

Não obstante as queixas de alas sindicalistas e a falta de diálogo com Dilma no dia a dia, o fato é que o PT se deu bem mesmo. Bateu recordes de cargos e verbas. Ficou com o Planalto todo, por exemplo.

Cada escândalo que abalar o governo, portanto, será uma ameaça a esse arranjo. Daí o desapego petista em relação a Palocci. Melhor sacrificá-lo do que correr o risco de precisar renegociar espaços.

A mesma lógica, apenas invertida, leva o PMDB a *hipotecar* apoio público ao ministro: quanto mais o Planalto sangrar para justificar o que Palocci insiste em esconder, maior e melhor o naco que os peemedebistas deverão abocanhar na hora de repactuar a aliança.

Os 20 dias de silêncio do ministro, e de Dilma, desequilibraram a balança em favor do PMDB.

melchiades.filho@grupofolha.com.br

O nefasto efeito Palocci

Só há uma maneira de colocar um ponto final na crise política provocada pela revelação do prodigioso enriquecimento de Antonio Palocci antes de se tornar o principal ministro da presidente Dilma Rousseff: seu afastamento da chefia da Casa Civil. A exoneração tornou-se iminente a partir do instante em que Palocci desperdiçou a última oportunidade de colocar a situação em pratos limpos, ao não apresentar em sua defesa nenhuma informação nova e relevante nas entrevistas seletivas e tardiamente concedidas na sexta-feira à Rede Globo e à *Folha de S.Paulo*.

O ministro se limitou a protestar inocência diante das suspeitas de tráfico de influência, negando-se a fornecer qualquer informação ou esclarecimento sobre seus clientes ou sobre a natureza dos serviços a eles prestados. Não fez mais do que deixar no ar um apelo que, nas circunstâncias, soou patético: acreditem em mim.

Os dois argumentos principais apresentados por Palocci em sua defesa são, primeiro, o de que não ficou comprovada nenhuma "ilegalidade" nos fatos que lhe são imputados e o ônus da prova cabe a quem acusa – o que seria correto se a questão fosse apenas jurídica – e, depois, o de que está eticamente impedido de divulgar os nomes de seus clientes porque não pode "expor terceiros nesse conflito". As duas alegações são insubsistentes.

A primeira porque o escândalo assumiu proporções tão graves que, até pela necessidade de dissipar a crise política criada dentro do governo, já havia algum tempo se impunha, para além de qualquer consideração jurídica, a necessidade de que explicações cabais fossem dadas à opinião pública. Era mais do que hora, portanto, de Palocci provar a improcedência das suspeitas que sobre ele pesam. Na mesma linha de raciocínio, o impedimento ético para nomear as empresas às quais prestou serviços se anula diante da maior relevância da exigência de atender ao clamor público por transparência no comportamento de uma figura proeminente do governo.

Mas Palocci frustrou com suas negaças as expectativas de que lançaria alguma luz sobre mais esse escândalo em que se vê envolvido. Tendo comprovadamente mentido uma vez no episódio que provocou sua saída do Ministério da Fazenda, em março de 2006 – sem falar nos nebulosos episódios que marcaram suas duas gestões à frente da Prefeitura de Ribeirão Preto –, é demais esperar que ele possa contar agora com a indulgência de quem quer que acredite que o exercício de funções públicas exige compromisso com a probidade. Chegou, portanto, ao fim da linha em mais esta passagem, desta vez muito breve, pelos altos escalões da República.

Sendo a substituição do titular da Casa Civil um fato que só não se consumará por conta de alguma enorme improbabilidade – por exemplo, Dilma Rousseff assumir, diante do desgaste seu e do governo, um risco que nem mesmo Lula se dispôs a encarar em 2006 –, resta tentar compreender o que esse episódio, qualquer que seja seu desfecho, sinaliza para o futuro político e administrativo do País a curto e médio prazos. Se os contratempos que enfrentou nesses primeiro cinco meses de governo, tais como as dificuldades para preencher os cargos de segundo e terceiro escalões, refletem a preocupação da presidente de impor critérios mais técnicos e menos fisiológicos na maneira de conduzir o governo, o novo escândalo Palocci provavelmente a fará, se já não o fez, se dar conta de que, daqui para a frente, dificilmente se livrará da condição de refém da maneira lulopetista de governar e de sua regra de ouro: pela "governabilidade" paga-se qualquer preço.

Boa parte dos petistas reza por essa cartilha há muito tempo. O mensalão foi apenas o começo. Agora, foram os primeiros a lavar as mãos e até mesmo pedir a saída de Palocci aqueles que perceberam que podiam tirar vantagem disso. E o PMDB de Sarney e companhia, que nunca iludiu ninguém sobre os motivos de sua aliança com Lula, dando um exemplo que foi imediatamente seguido por outras legendas da base aliada, não teve o menor constrangimento de chantagear o Palácio do Planalto em troca de suposto apoio ao fragilizado primeiro-ministro.

É o País que retrocede politicamente, não pela demissão de um ministro, mas por tudo que esse lamentável episódio coloca a nu.

Para economistas, falar de câmbio não rende milhões

Lu Aiko Otta
Célia Froufe / BRASÍLIA

Conselhos sobre rumos do câmbio dificilmente explicariam a fortuna amealhada pelo ministro Antonio Palocci como consultor. Já os palpites na área de fusões de empresas, na qual o ministro também atuou, podem valer milhões. A praxe é que o consultor receba um porcentual da transação. Essa é a avaliação de um grupo de economistas ouvidos pelo Estado.

Projeções macroeconômicas, nas quais se inclui o câmbio, são o item mais barato dentre os serviços das consultorias. Eles admitem que, em 2008, houve muitas dúvidas sobre o comportamento da moeda norte-americana. E é nesse ano que Palocci diz ter aconselhado empresas sobre o assunto. "Mas a crise pegou todo mundo de surpresa, não conheço ninguém que a tenha antecipado a ponto de prestar consultoria", comentou um analista.

Até 2008, antes do início da crise, muitas empresas aplicavam numa operação na qual elas ganhavam se o dólar continuasse baixo. Elas tiveram bons ganhos até que, em setembro, o banco Lehman Brothers quebrou e o dólar disparou. Companhias brasileiras registraram fortes perdas. Sadia e Aracruz foram os casos mais conhecidos.

"O dólar passou de R$ 1,60 para quase R$ 2,50 e ninguém sabia se podia subir ainda mais", lembrou um economista.

Ele recordou que, como o Brasil adotou o câmbio flutuante em 1999, a possibilidade de se controlar a taxa estava descartada, mas quais seriam as ações do governo para enfrentar a turbulência era uma incógnita generalizada. "Essa era a coisa que todo mundo mais queria saber."

Palocci tinha passagem recente pelo governo, o que valorizava seus conselhos. Mesmo assim, a avaliação é de que consultoria na área cambial não valeria milhões.

Reunião. Outro analista contou ter comparecido a reunião restrita na qual Palocci discorreu sobre a conjuntura econômica. Segundo ele, o petista nada disse de extraordinário. "Acho que as pessoas gostam do modo como ele fala", comentou. Para comparecer a uma reunião desse tipo, profissionais de renome cobram algo na casa dos R$ 20 mil.

Oposição investe na base aliada para tentar convocar CPI

'Como na Câmara está difícil, podemos fazer só no Senado', diz tucano

Isabel Braga e Geralda Doca

• BRASÍLIA. Com fôlego reavivado, a oposição vai investir esta semana no convencimento de dez senadores da base aliada para virar o jogo e conseguir as 27 assinaturas necessárias para abrir uma CPI para investigar a evolução patrimonial do ministro Antonio Palocci. Cientes de que na Câmara as chances da CPI são menores, líderes oposicionistas apostam em uma investigação no Senado, embora as apostas sejam de que Palocci cairá antes, por falta de condições políticas.

Para a oposição, como nas entrevistas Palocci não revelou as empresas a que deu consultoria, nem o tipo de serviço prestado, será mais fácil conseguir as assinaturas. Pesa também a denúncia da revista "Veja" sobre o apartamento alugado por Palocci.

— O objetivo é fazer uma CPI mista. Mas, como na Câmara está difícil, podemos fazer só no Senado — disse o líder do PSDB, Álvaro Dias (PR).

Até agora, 19 senadores assinaram o requerimento de apoio da CPI: os 11 da bancada tucana, os quatro do DEM, dois do PSOL e os peemedebistas Jarbas Vasconcelos (PE) e Roberto Requião (PR). O senador Itamar Franco (PPS-MG), doente, ainda não pôde assinar o documento.

Entre os procurados pela oposição estão senadores do PMDB, como Ricardo Ferraço (ES), Pedro Simon (RS), Waldemir Moka (MS), Luiz Henrique (SC) e Casildo Maldaner (SC). Também há conversas com os pedetistas Cristóvam Buarque (DF) e Pedro Taques (MT), e com Ana Amélia (RS), do PP, e Kátia Abreu (TO), do PSD. E há a abordagem ao senador Clésio Andrade (PR-MG), que chegou a assinar o requerimento, mas retirou seu nome por pressão do governo e do partido.

— Muitos senadores fizeram discursos tão fortes que acredito que, com a falta de explicação e a nova denúncia, podem assinar a CPI e aprovar a convocação. São pessoas com capacidade de se indignar — disse Dias.

— Se o governo insistir em impedir a CPI, a crise cai em seu colo — disse Agripino Maia (DEM-RN). ■

• PALOCCI DIZ QUE COMPROU IMÓVEL PARA REVENDER, *página 9*

Aliados cobram de Dilma a solução sobre Palocci

Após ser consultado pela presidente, Lula deve voltar a Brasília amanhã

• Aliados do PMDB e do PT cobraram da presidente Dilma Rousseff um desfecho para a situação do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, até quarta-feira, quando o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, deve dar seu parecer sobre o caso. A avaliação dos interlocutores do Palácio do Planalto é que a situação de Palocci é insustentável, sob pena de aprofundar a crise e os problemas na relação com o Congresso. Dilma conversou ontem sobre o assunto, por telefone, com o ex-presidente Lula, que é esperado amanhã em Brasília. Uma das alternativas discutidas é a de que Palocci peça licença até o esclarecimento do caso. Deputados admitem que há um grande problema em mexer na composição do governo e criar novas dificuldades com a escolha mal feita do substituto. Dilma teria preferência por uma pessoa com perfil mais técnico, como Graça Foster, diretora da Petrobras, ou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Mas isso criaria um problema na articulação política. Página 3

Ministro diz que imóvel nos Jardins é para investimento

• O ministro Palocci disse que comprou o apartamento de R$ 6,6 milhões nos Jardins, região nobre de São Paulo, como investimento. Por isso, o mantém fechado e continua pagando R$ 13.500 mensais de aluguel para morar no apartamento em Moema, que está registrado em nome de empresa de fachada. Página 5

O Globo 06/06/2011

Dilma decidirá futuro de Palocci após parecer do procurador-geral

Posição de Roberto Gurgel sobre as suspeitas envolvendo o ministro deve sair na quarta-feira

Em conversa por telefone, a presidente Dilma Rousseff acertou ontem com Antonio Palocci que, antes de tomar uma decisão, aguardará a posição da Procuradoria-Geral da República a respeito das suspeitas que pairam sobre o chefe da Casa Civil. Existem duas razões para esperar o parecer do procurador-geral Roberto Gurgel – que pode vir a público nesta quarta-feira. Primeiro, caso afaste Palocci de imediato, Dilma corre o risco de depois ser cobrada por uma atitude injusta, se a procuradoria não achar motivos para abrir um inquérito. Porém, se Gurgel apontar irregularidades, o pretexto para o afastamento seria o de não atrapalhar as investigações. Há 22 dias, o ministro vem sendo questionado por causa do rápido aumento de patrimônio. Nesse fim de semana, houve mais desgaste com a divulgação de que Palocci aluga um apartamento de 640 m² de uma empresa que usaria laranjas e endereços falsos. NACIONAL / PÁG. A4

Análise

José Roberto de Toledo

O governo saiu de Palocci; falta Palocci sair do governo. NACIONAL/PÁG. A6

Estado de São Paulo 06/06/2011

Sob suspeita. Presidente teme ser acusada de injustiça caso demita ministro e, em seguida, Gurgel rejeite pedido de inquérito; se houver investigação, afastamento do chefe da Casa Civil será justificado sob argumento de que não se deve atrapalhar as apurações

Dilma diz a Palocci que só se decidirá após parecer do procurador-geral

Leonencio Nossa / BRASÍLIA

Em conversa por telefone, a presidente Dilma Rousseff acertou ontem com Antonio Palocci, pivô da primeira crise política do seu governo, que aguardará o posicionamento da Procuradoria-Geral da República (PGR) a respeito das suspeitas de tráfico de influência por parte do chefe da Casa Civil antes de divulgar qualquer decisão sobre o caso.

A espera pela manifestação do procurador-geral, Roberto Gurgel, o que pode ocorrer na próxima quarta-feira, tem dois motivos. Primeiro, Dilma avalia que, se afastar Palocci de imediato, corre o risco de ser cobrada por uma atitude "injusta", no caso de a procuradoria não instaurar inquérito. Na segunda hipótese, de Gurgel achar indícios e abrir investigação, o afastamento de Palocci seria facilitado, sob a alegação de que o governo não vai interferir nas apurações.

Há 22 dias, o ministro está sob ataques da oposição e de setores da base aliada por causa do rápido aumento de patrimônio, que levantou suspeitas de enriquecimento ilícito. De 2007 até o fim do ano passado, ele multiplicou seu patrimônio por 20, informação confirmada pelo ministro na entrevista que concedeu ao *Jornal Nacional* de sexta-feira, quando pela primeira vez deu explicações públicas sobre o caso.

No último dia 20, o procurador-geral pediu a Palocci esclarecimentos sobre o aumento do patrimônio pessoal. Números confirmados pelo ministro, na entrevista à TV, mostram que foi no final do ano passado que mais aumentou a renda de sua empresa de consultoria, a Projeto.

Justamente nesse período, Palocci comandava a equipe de transição de governo e, paralelamente, mantinha a empresa. Segundo ele, a Projeto Já estava fechada quando assumiu a pasta da Casa Civil, em janeiro.

Ao informar que tinha pedido esclarecimentos a Palocci, Gurgel antecipou, porém, que não via como crime a prestação de serviços de consultoria. O procurador ponderou que o caso poderia ser questionado, isso sim, do ponto de vista ético.

A oposição encaminhou duas representações contra Palocci. A partir das respostas do ministro, Gurgel vai decidir sobre um eventual pedido de abertura de investigação.

No Planalto, parte da equipe de Dilma trabalha com a perspectiva de que Gurgel apresentará a sua decisão até quarta-feira.

Outra ala acha que não é possível prever um prazo – Gurgel pode adiar o anúncio de sua posição para as próximas semanas, o que esticaria a crise política vivida pelo governo.

Chávez. Auxiliares da presidente disseram que ela acertou com Palocci que os dois tentarão manter uma agenda normal nesta segunda-feira, quando o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, a vez, será recebido no Palácio do Planalto e no Itamaraty.

Dilma passou o fim de semana na residência oficial do Palácio da Alvorada, onde conversou com outros interlocutores por telefone. Já Palocci passou o domingo em São Paulo.

Neste fim de semana, Dilma e auxiliares diretos fizeram avaliações sobre a performance do ministro na entrevista ao *JN*. A presidente se sentiu incomodada ao ouvir o ministro dizer na entrevista que não podia divulgar a sua lista de clientes.

Neste fim de semana, houve mais desgaste político com a divulgação de que Palocci aluga um apartamento de 640 metros quadrados, em Moema, zona sul de São Paulo, de uma empresa que usaria laranjas e endereços falsos. Em nota, o ministro ressaltou que não tem responsabilidade sobre os atos do locador. O Estado esteve ontem no local, mas as informações eram de que ele não estava no apartamento. / COLABOROU JULIA DUAILIBI

● FHC opina

No Rio, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso classificou a situação de Palocci como "delicada" e disse que não queria estar "na pele" da presidente. Para ela, cabe a Dilma julgar o ministro.

CENÁRIOS

	Com Palocci	Sem Palocci
Situação do governo e a crise	Se o ministro permanecer no governo, haverá mais pressão da oposição e aumento do fogo amigo. O desgaste pode favorecer, ainda, a abertura de uma CPI para investigar o patrimônio do ministro-chefe da Casa Civil	Se Palocci sair, Dilma pode optar por um substituto de perfil político (como Paulo Bernardo ou Alexandre Padilha) ou técnico (Maria da Graça Foster), exigindo ajuste na articulação política
Desgaste político de Dilma	A crise em torno de um dos homens fortes de Dilma continuará atrapalhando o andamento das atividades do governo e, principalmente, as negociações em votações de destaque no Congresso	Restaria saber até que ponto a crise acirrou o apetite do PMDB e de petistas por cargos no segundo escalão. Seria a segunda demissão de Palocci por escândalos
Influência de Lula no Planalto	A permanência do titular da Casa Civil seria mostra da força do ex-presidente no atual governo, uma vez que Palocci foi uma indicação de Lula. Dilma poderia ficar com imagem de insegurança	Apesar de se aconselhar com Lula, como ficou evidente no escândalo, Dilma sairia do caso demonstrando um pouco mais de independência do antecessor

OS NEGÓCIOS DO MINISTRO

Dilma já discute como será governo sem Palocci

Reações às explicações dadas pelo ministro podem selar seu futuro no governo

'DILMA DA DILMA'
Diante da crise, pasta hoje comandada por Palocci pode ganhar caráter mais técnico

Paulo Bernardo, Miriam Belchior e Maria das Graças Foster são nomes cotados para possível troca-troca na Casa Civil

PESO PESADO
Se mudanças acontecerem, pasta pode ser comandada por um nome com mais trânsito político

VALDO CRUZ
DE BRASÍLIA

Diante do agravamento da situação do ministro Antonio Palocci (Casa Civil), a presidente Dilma Rousseff passou a analisar não só nomes para substituí-lo como a estudar mudanças no perfil dos titulares dos cargos núcleo-duro do Palácio do Planalto.

Segundo a **Folha** apurou, ela cogita, num cenário de queda de Palocci, trocá-lo por um ministro de perfil "técnico", o que assessores da presidente tratam reservadamente como escalar uma "Dilma da Dilma".

Os nomes citados são o da ministra Miriam Belchior (Planejamento) e de Maria das Graças Foster, diretora da Petrobras. Foster, no início do ano, durante a montagem do governo, constou da lista de ministeriáveis.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, também é cotado entre assessores presidenciais como possível substituto de Palocci.

Apesar de considerar o momento delicado e grave, Dilma mantém seu apoio ao ministro, mas avalia que o futuro dele vai depender da repercussão das entrevistas dadas à **Folha** [leia nas páginas A10 e A11] e à TV Globo.

Caso a repercussão seja negativa e a crise se agrave, Dilma, segundo assessores, espera que Palocci peça demissão, principalmente se a Procuradoria-Geral da República decidir abrir inquérito para investigá-lo.

Na hipótese de Palocci sair e a Casa Civil voltar a ser mais técnica, a presidente também deverá trocar o ministro Luiz Sérgio (Relações Institucionais) por um nome com mais trânsito político.

Nesse caso, o ministro Alexandre Padilha, hoje na Saúde e que já comandou a pasta no governo Lula, é considerado o nome ideal.

Outro cotado é o líder do governo na Câmara, Candido Vaccarezza (PT-SP), abrindo espaço para uma composição interna dentro do PT, em guerra desde o início do ano por conta da disputa pela presidência da Câmara.

Outra hipótese, defendida por aliados, é a presidente entregar a articulação política a outro partido da base que não o PT. A pasta poderia ser entregue ao PMDB, na busca de evitar que o aliado trabalhe contra o governo como ocorreu na votação do Código Florestal na Câmara.

Essa solução esbarra na desconfiança de Dilma em relação aos peemedebistas, mas é considerada a ideal por alguns aliados para comprometer de vez o PMDB com o governo no Congresso.

Segundo assessores, a presidente sente falta de um ministro voltado para o comando do dia-a-dia do governo, papel que ela desempenhou no governo Lula.

Dilma confidenciou a assessores ter ficado surpresa com as informações sobre os negócios de Palocci, reveladas pela **Folha** há 21 dias —o patrimônio do ministro multiplicou por 20 nos últimos quatro anos por conta de seus trabalhos de consultor.

Em conversa reservadas, diz que foi avisada da existência da empresa de consultoria, mas não da dimensão dos negócios de Palocci, que faturou R$ 20 milhões apenas em 2010, ano da campanha presidencial. Por isso, ela tende a se preservar e evitar defesas enfáticas do ministro da Casa Civil.

NOMES COTADOS

F. de S. Paulo 04/06/2011

16 • O PAÍS 2ª edição • Domingo, 5 de junho de 2011 O GLOBO

CRISE NO GOVERNO

Imobiliária usada por Palocci deu endereço falso

No local onde seria a empresa, argentino oferece aulas de inglês; sócio da corretora também foi dono do apartamento

Editoria de Arte

CONHEÇA O DOCUMENTO

CONTRATO DE LOCAÇÃO

1. **LOCADOR: MORUMBI ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA**, *sociedade empresarial limitada, com sede a Rua Lídia Simões Cabral, nº 43, CEP: 04602-010- São Paulo/SP, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 35221291338 em sessão de 31/05/2007, inscrita no CNPJ sob nº 08.059.488/0001-58, neste ato representado pelo seu sócio proprietário Sr Henrique Garcia Santos, brasileiro, maior, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade sob nº 34.788.150-6, inscrito no CPF sob nº 297.304.288-10, residente e domiciliado à Rua São Paulo/SP.*

LOCATÁRIO: ANTÔNIO PALOCCI FILHO, brasileiro, empresário, portador da cédula de

Cleide Carvalho, Germano Oliveira e Jaqueline Falcão

• SÃO PAULO. A imobiliária que alugou o apartamento de Moema ao ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, deu endereço falso à Receita Federal e não funciona no prédio que informou no contrato de locação do ministro. Pelo contrato, a Morumbi Administração de Bens Ltda fica no número 43 da Rua Lídia Simões Cabral, que é uma travessa acanhada da Avenida Moaci, em Moema. Mas neste endereço há apenas uma placa oferecendo aulas de inglês. No local, mora a família de um argentino.

Pelo contrato, entregue ontem pela assessoria do ministro à imprensa, Palocci paga R$ 13,5 mil mensais pelo aluguel do imóvel à Morumbi. Quem assina o contrato como sócio proprietário da imobiliária é Henrique Garcia Santos, o mesmo que, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, aparece como o primeiro dono da Lion Administração de Bens Ltda, empresa que se diz dona do imóvel.

Henrique Santos teria aberto a Lion em sociedade com a empregada doméstica Rosalide Laranjeira da Silva, mais uma pessoa usada como laranja na intrincada história da propriedade do imóvel ocupado por Palocci. O endereço de Henrique Santos, informado à Junta Comercial, é o mesmo de Gesmo Siqueira dos Santos, proprietário original do apartamento onde Palocci e sua família moram desde 2007. No edifício, porém, a família Santos também já não mora há pelo menos um ano. ■

Domingo, 5 de junho de 2011 • 2ª edição O GLOBO

CRISE NO GOVERNO

'Veja': Palocci mora em apartamento de laranja

Reportagem afirma que imóvel no qual ministro vive de aluguel está em nome de dois jovens de classe baixa

• SÃO PAULO. Depois da polêmica provocada pela rápida elevação de seu patrimônio, nova suspeita pesa sobre o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci: segundo reportagem da revista "Veja", Palocci mora num apartamento alugado e avaliado em R$ 4 milhões, no bairro de Moema, Zona Sul de São Paulo. O imóvel está registrado em nome de uma empresa de fachada que pertence a dois rapazes de classe média baixa. Um deles, de 23 anos, admite ter sido usado como laranja.

Segundo a revista, o apartamento pertence à Lion Franquia e Participações Ltda, que está registrada no 14º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo em nome de dois sócios: Dayvini Costa Nunes, com 99,5% das cotas, e Filipe Garcia dos Santos, com 0,5%. Filipe tem apenas 17 anos e só foi emancipado no ano passado. Dayvini tem 23 anos, é representante comercial, mora nos fundos de um casebre na periferia de Mauá, no ABC paulista, e é ex-funcionário da prefeitura da cidade, administrada pelo petista Oswaldo Dias.

Em entrevista à revista, Dayvini se declara um pobre "laranja". Já ganhou a vida como vendedor de roupas e atualmente transporta videogames com sua Saveiro, comprada em 60 prestações. Deve R$ 400 a uma administradora de cartões de crédito e abandonou o curso de Administração por não conseguir pagar a mensalidade. Está sendo processado pela faculdade por um débito de R$ 3.200. Seus telefones foram cortados por falta de pagamento. Tem salário de R$ 700 e é ajudado pela mãe, professora da rede pública.

— Estou surpreso com essa história. Nunca tive bem algum — disse Dayvini à "Veja".

O nome dele começou a aparecer na escritura do imóvel onde Palocci mora em janeiro de 2008. Ele aparece como sendo beneficiário de uma hipoteca de R$ 233.450, cuja garantia era o apartamento de Moema.

— Eu sou pobre. Como eles poderiam ajuda-me dever?

Em setembro de 2008, o imóvel onde mora Palocci foi transferido por doação para a Lion. No dia 29 de dezembro do ano passado, quando Palocci já era tido como o principal ministro da presidente Dilma Rousseff, Dayvini assumiu 99,5% das cotas da Lion Franquia. Ele disse à "Veja" que jamais recebeu um centavo do aluguel — que, segundo imobiliárias, seria de aproximadamente R$ 15 mil.

A Lion diz ter recebido o apartamento de Gesmo Siqueira dos Santos, tio de Dayvini, um advogado que responde a 35 processos criminais por fraudes em documentos, adulteração de combustível e sonegação fiscal.

Segundo a revista, a Lion usou endereços falsos nos últimos três anos. Na sede da empresa, em Salto (SP), funciona uma loja de decoração. O outro sócio da Lion, Filipe Garcia dos Santos, forneceu ao cartório um endereço fictício no Paraná. ■

20 DIAS DE CRISE NA CASA CIVIL

15 de maio
O jornal *Folha de S.Paulo* revela que o ministro Antonio Palocci multiplicou por 20 seu patrimônio em quatro anos. Cita a compra de um apartamento por R$ 6,6 milhões e um escritório por R$ 882 mil. Os imóveis foram comprados pela empresa de Palocci, a Projeto Consultoria

17 de maio
Comissão de Ética confirma que Palocci informou sobre a empresa de consultoria e a mudança de objeto social. Governo decide não investigar e dá o caso por encerrado

19 de maio
Estado revela que o Coaf enviou relatório à PF comunicando que a Projeto fez uma operação imobiliária com uma empresa que estava sob investigação. O Coaf nega e a Câmara de Deputados não aceita pedido de convocação do ministro

20 de maio
A construtora WTorre e a operadora de planos de saúde Amil confirmam que contrataram a Projeto. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pede explicações ao ministro. Do Panamá, Lula entra em campo para defender Palocci

23 de maio
Em reunião com o presidente do PT, Rui Falcão, os cinco governadores do partido vêem em defesa do ministro, com o argumento de que é preciso aguardar a manifestação da Procuradoria

24 de maio
Lula almoça com senadores do PT e afirma que a oposição está "testando o governo da Dilma". Depois, em conversa reservada, relata a Palocci as hostilidades dos aliados

25 de maio
Estado revela outro cliente da Projeto: o banco Santander. No dia seguinte, Dilma rompe o silêncio e sai em defesa de Palocci, pedindo que questão não seja politizada

30 de maio
O senador petista Eduardo Suplicy diz que Palocci ganhou R$ 1 milhão para trabalhar como consultor de um processo de fusão de empresas

15 de junho
Dilma se reúne com Michel Temer e senadores do PMDB, sem Palocci. Pedidas pedem ajuda do ministro e começam a discutir um substituto

2 de junho
Executiva Nacional do PT se reúne, mas não acata orientação de presidente Dilma e decide não divulgar nota de apoio ao ministro Palocci

DEZ PERGUNTAS E MUITAS DÚVIDAS

1.
Quanto o ministro recebeu por suas consultorias?
Palocci se recusa a revelar o faturamento de empresa, mas sabe-se que ganhou mais ao ano de 2010. Ele afirma que o faturamento foi registrado nos órgãos de controle e os impostos, recolhidos.

2.
Quais foram os clientes?
O ministro alega que não pode revelar os nomes das empresas para quem trabalhou porque não tem direito de expor terceiros em meio a um ambiente de conflito público. Ele havia dito, ainda, que tinha cláusulas de confidencialidade nos contratos com seus clientes. Citou ter trabalhado para indústrias em geral, bancos e também para o mercado de capitais.

3.
Que tipo de serviço foi prestado pela Projeto?
Há suspeitas de que o ministro venha atuando em processos de fusão e aquisição de empresas, mas o tipo de atividade que sua empresa de consultoria fez não é explicitado.

4.
As consultorias tiveram relações com medidas tomadas pelo governo?
O ministro assevera que nunca cometeu tráfico de influência.

5.
Algum cliente de consultoria tem ou teve contrato com o governo?
Como não são revelados os clientes, não se sabe os vínculos das empresas com o governo ou se são concessionários de serviço público. Até agora, apenas três empresas admitiram ter contratado os serviços da Projeto.

6.
As consultorias tinham "taxa de sucesso", conforme afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP)?
O ministro respondeu em parte. Segundo ele, em alguns casos havia uma bonificação conforme os resultados obtidos. Mas ele não deu detalhes. Disse apenas que havia "previsão de ganhos em relação ao desenvolvimento de projetos".

7.
Os rendimentos como consultor foram declarados no Imposto de Renda?
Segundo ele, sim.

8.
Por que Palocci ganhou mais dinheiro em 2010?
Ele respondeu que, por ter liquidado os contratos em andamento, recebeu mais dinheiro do que o previsto. No entanto, a explicação ficou incompleta porque o próprio ministro afirmou que costumava ser pago por serviços prestados. Segundo analistas de mercado, essa prática, de receber altos valores na liquidação de contratos, também é não usual.

9. Palocci colocou o cargo à disposição de Dilma?
Segundo ele todos os cargos são da presidente e, portanto, não haveria a necessidade de ele fazer esse gesto político.

10. O dinheiro recebido em 2010 era proveniente da campanha de Dilma?
Palocci negou. Segundo ele, sua função na campanha tinha caráter exclusivamente político, e não arrecadatório.

E. de São Paulo 04/06/2011

Sob suspeita. Acuado após 20 dias de crise, ministro da Casa Civil concede primeira explicação pública em entrevista ao 'Jornal Nacional', mas evita divulgar valores que sua empresa, a Projeto, faturou e diz que não vai expor contratos num ambiente de 'conflito político'

Palocci se cala sobre renda. omite os clientes e nega tráfico de influência

João Domingos | BRASÍLIA

Sem revelar nomes de clientes e detalhar os valores recebidos como consultor, o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, admitiu ontem em entrevista ao *Jornal Nacional*, da TV Globo, que teve um grande faturamento nos últimos meses de 2010, quando já montava a equipe da presidente eleita, mas negou que tenha cometido tráfico de influência. "Minha empresa jamais atuou junto a órgãos públicos, ou diretamente prestando consultoria para órgãos públicos, ou representando empresas privadas nos órgãos públicos. Quando a empresa privada tinha negócios com o setor público, nunca prestei consultoria", disse, rompendo o silêncio após 20 dias de crise gerada a partir de suspeitas sobre sua evolução patrimonial.

O ministro informou que trabalhou para "20 ou 25 empresas" e enumerou os setores de algumas delas: "Trabalhei no setor de serviços financeiros, indústria, mercado de capitais, bancos e empresas, fundos de mercado de capitais. Fundos trabalham principalmente com investimentos em outras empresas privadas, e trabalhei em empresas de serviços em geral".

Segundo Palocci, alguns clientes o contrataram para obter análises sobre o comportamento do câmbio. "Não me considero rico, mas bem remunerado pelos serviços que prestei", disse. Em novembro passado o ministro comprou um apartamento de 500 metros quadrados em São Paulo avaliado em R$ 6,6 milhões. No ano anterior, adquiriu um escritório por R$ 882 mil.

Palocci, que foi forçado pela presidente Dilma Rousseff a se explicar diante do prolongamento da crise, insistiu em dizer que não ocultou dados: "Se tratava de uma empresa privada, que prestava atividades privadas, que foi registrada em meu nome e de meu sócio na Junta Comercial de São Paulo. Portanto eu não tive uma atividade reservada, tive uma atividade pública". Sobre os clientes, disse que não vai expor "contratos com empresas privadas num ambiente de conflito político".

Quanto aos números relativos à empresa, disse que gostaria de mantê-los reservados. O ministro foi indagado sobre o faturamento de R$ 10 milhões, que teria sido obtido somente nos meses de novembro e dezembro de 2010. De novo, não confirmou valores. Questionado se antes de 2010 os ganhos de sua empresa tinham sido de 30%, 10%, Palocci respondeu: "Algo nesse sentido", disse, sem precisar. Ele afirmou ainda que os lucros de sua empresa correspondem aos de outras de consultorias que atuam no mercado.

Palocci em alguns momentos pareceu nervoso. Mexia-se de um lado para o outro, embora estivesse sentado, de costas para a parede de vidro de seu gabinete, no quarto andar do Planalto.

Eleição. O ministro negou com veemência qualquer correlação entre os rendimentos de sua empresa e doações de campanha. Ele foi o coordenador da campanha de Dilma Rousseff em 2010. "Não existe nenhum centavo que se refira a política ou campanha eleitoral, nenhum centavo."

Apesar da visível crise política que a revelação a respeito do crescimento de seu patrimônio provocou, insistiu em afirmar que não há crise no País, não há crise no governo. O que há, disse, é uma questão dirigida à sua pessoa. "O governo está tocando sua vida. Enfrento uma questão agora. Vou fazê-lo pessoalmente, trazer para a minha responsabilidade, informando os órgãos de controle e dialogando francamente sobre isso."

Disse que não conversou com Dilma sobre as suspeitas que pesam sobre ele e que, seu cargo, como o de outros ministros, a ela pertence: "Não chegamos a conversar sobre esse assunto, mas não é isso que me prende ao governo. Estou aqui para colaborar com a presidente."

Palocci procurou seguidamente dizer que encerrou as atividades de sua empresa no fim de 2010, porque era incompatível mantê-la sendo nomeado ministro da Casa Civil. Disse que a Receita Federal não encontrou nenhum indício de irregularidade a respeito de sua empresa.

A crise envolvendo Palocci começou no dia 15 de maio quando o jornal *Folha de S. Paulo* revelou que o patrimônio do ministro aumentou 20 vezes em quatro anos. Questionado sobre o patrimônio milionário, ele alegou que o dinheiro era oriundo de consultorias realizadas entre no período em que foi deputado, entre 2007 e 2010. A empresa teria faturado pelo menos R$ 20 milhões em 2010, sendo metade entre novembro e dezembro.

Eleg. Veja a entrevista exibida pelo 'Jornal Nacional' estadão.com.br/e/palocci/ja

● Explicações

ANTONIO PALOCCI
MINISTRO DA CASA CIVIL

"No mês de dezembro eu encerrei as atividades da empresa, dado que ia assumir um cargo na Casa Civil. Promovi um encerramento das atividades todas de consultoria da empresa, todos os contratos que eu tinha foram encerrados e quitados"

"Quando uma empresa privada tinha negócio com o setor público, nunca dei consultoria num caso como esse. O que fazia era consultoria para empresas privadas. Se a empresa tinha uma necessidade junto a um órgão público, ela tinha lá seu departamento ou a sua prestação de serviços para isso"

E. de São Paulo 04/06/2011

O ESTADO DE S. PAULO SÁBADO, 4 DE JUNHO DE 2011 | Nacional | A7

Oposição vê 'nervosismo' e frases evasivas

Parlamentares avaliam que respostas de Palocci não convenceram e complicaram sua situação

Eduardo Bresciani
Rosa Costa / BRASÍLIA

A oposição avalia que a entrevista do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, complicou sua situação. Parlamentares oposicionistas classificaram as respostas do ministro como evasivas e não viram qualquer avanço nas justificativas dadas até o momento para explicar o crescimento exponencial de seu patrimônio entre 2006 e 2010.

Na entrevista ao *Jornal Nacional*, o ministro não mostrou dados sobre o faturamento de sua consultoria e não revelou para quem trabalhou antes de retornar ao governo federal.

Na avaliação do líder do DEM no Senado, Demóstenes Torres (GO), Palocci "se afundou de vez". O líder comparou a negativa em revelar o nome de seus clientes a uma "cláusula de casamento". Para Demóstenes, Palocci pode estar impedido de contar "o que acontece no quarto", mas não tem motivos para esconder o nome do parceiro.

O presidente do PPS, deputado Roberto Freire (SP), afirma que o ministro precisa colocar o interesse público a frente do de seus clientes. "O que ele coloca em risco dizendo quem são seus clientes? Ele está colocando em risco o interesse público ao continuar agindo sem transparência e sem responsabilidade."

Para o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), o ministro apenas "enrolou". "Ele teve 15 minutos do *Jornal Nacional* e nada disse sobre seu trabalho de consultor, quem são seus clientes, quanto ele ganhou", criticou.

O líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira (SP), destacou o comportamento de Palocci. "Ele já passou por muitas situações de pressão, mas deu sinais de profundo nervosismo, mãos entrelaçadas, boca seca."

Integrante do PP, aliado do governo, a senadora Ana Amélia (RS) disse que Palocci não conseguiu alterar sua disposição de assinar a proposta de uma CPI para investigar as atividades do ministro. A senadora disse ter ficado particularmente surpreendida pela declaração de Palocci de que não tratou do assunto com a presidente Dilma Rousseff. "O ministro tentou aparentar tranquilidade, mas não convenceu."

Para o líder do DEM na Câmara, ACM Neto (BA), Palocci deu um "tiro no pé". "A entrevista é evasiva, genérica e escapista", disse. "Ele deu um tiro no pé e piorou sua situação. Se não deu esclarecimentos hoje (*ontem*), não dará jamais. Não tem condições de continuar no governo."

Respostas. Para o presidente do PSDB, deputado Sérgio Guerra (PE), Palocci deixou em aberto questões fundamentais sobre as atividades da Projeto. "O ministro Palocci continua sem explicar para quem trabalhou, que trabalho fez e o quanto ganhou por isso", disse Guerra. "Faz sentido ele dizer que é um cidadão que está de acordo com a lei. Mas não faz sentido deixar todo mundo sem resposta."

De acordo com Guerra, também faltou explicar por que a empresa de Palocci faturou mais no fim de 2010. "E não falou qual o faturamento da empresa. Por que não fala?" Guerra afirmou que a oposição "continuará procurando pelas respostas". "Elas vão surgir, mais cedo ou mais tarde." / COLABOROU RAFAEL MORAES MOURA

REAÇÕES

Demóstenes Torres
Senador (DEM-GO)
"Palocci se afundou de vez. Ele pode até estar impedido de contar o que acontece no quarto, mas não tem motivos para esconder o nome do parceiro"

Roberto Freire
Deputado federal (PPS-SP)
"O que ele coloca em risco dizendo quem são seus clientes? Ele está colocando em risco o interesse público ao continuar agindo sem transparência e sem responsabilidade"

Duarte Nogueira
Deputado federal (PSDB-SP)
"Ele já passou por muitas situações de pressão, é uma pessoa tarimbada, mas deu sinais de profundo nervosismo. Não parecia estar falando a verdade"

Aloysio Nunes
Senador (PSDB-SP)
"Ele teve 15 minutos do *Jornal Nacional* e nada disse sobre seu trabalho de consultor, quem são seus clientes, quanto ele ganhou"

Ana Amélia
Senadora (PP-RS)
"Ele não foi convincente, sobretudo nessa afirmação, afinal se trata de um ocupante de cargo estratégico do governo. Tentou aparentar tranquilidade, mas não convenceu"

ACM Neto
Deputado federal (DEM-BA)
"Ele deu um tiro no pé e piorou sua situação. Se ele não deu esclarecimentos hoje, não dará jamais. Ele não tem condições de continuar no governo"

Sérgio Guerra
Deputado federal (PSDB-PE)
"O ministro Palocci continua sem explicar para quem trabalhou, que trabalho fez e o quanto ganhou por isso. Faz sentido ele dizer que é um cidadão que está de acordo com a lei. Mas não faz sentido deixar todo mundo sem resposta. Ele não explicou isso. E não falou qual o faturamento da empresa. Por que não fala? As respostas vão surgir, mais cedo ou mais tarde"

'Posso cair, mas não revelo nomes dos clientes'

Em mais de uma ocasião, Palocci avisou a interlocutores ouvidos pelo 'Estado' que não quebraria a confidencialidade dos contratos

Vera Rosa / BRASÍLIA

Na UTI política há 20 dias, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, afirma que não vai exibir os clientes da empresa de consultoria Projeto, mantida por ele de 2006 a 2010, mesmo que o silêncio lhe custe o cargo. "Eu posso até cair, mas não revelo os nomes dos clientes", insistiu Palocci, em mais de uma ocasião, nos últimos dias.

Na entrevista de ontem ao *Jornal Nacional*, da TV Globo, o chefe da Casa Civil bateu na mesma tecla, sob o argumento de que há cláusulas de confidencialidade a cumprir. Auxiliares da presidente Dilma Rousseff avaliam, porém, que o sigilo mantido por Palocci pode ter consequências para seu destino dentro do governo.

A estratégia adotada pelo chefe da Casa Civil até aqui – adiando as explicações o máximo possível com o objetivo de desidratar as denúncias de enriquecimento ilícito e tráfico de influência – só fez com que ele perdesse capital político. Pior: Palocci conseguiu irritar Dilma.

"Nós precisamos sair dessa agenda de crise. Você precisa se pronunciar", disse a presidente ao seu principal ministro, na quarta-feira à noite. Algumas horas antes, naquele mesmo dia, Dilma já havia proibido Palocci de ir ao almoço com o vice-presidente Michel Temer e senadores do PMDB.

Com o chefe da Casa Civil sangrando, ela teve receio de que os aliados do PMDB gravassem, com seus celulares, algum comentário reservado para "vazar" à imprensa. Preparado para se reaproximar dos peemedebistas – após o áspero bate-boca que tivera por telefone com Temer, na semana anterior –, Palocci caiu em depressão quando a presidente vetou sua presença no almoço.

A partir daquele dia, a situação de Palocci só piorou. Vários sinais foram dados pelo governo de que ele estava nas cordas. Para completar, a cúpula do PT o abandonou à própria sorte.

Roteiro. O ministro queria falar à TV Globo somente após a manifestação da Procuradoria-Geral da República, que está analisando as denúncias contra ele. Pelo roteiro traçado anteriormente, o Ministério Público Federal lhe daria um atestado de "nada consta" e aí, então, ele concederia uma entrevista.

Tudo, porém, foi antecipado pela pressão política, aliada às cobranças de Dilma. Até o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a desembarcar em Brasília para comandar a reação à crise e a defesa de Palocci, disse ao ministro que ele deveria apressar as explicações públicas.

Num movimento de esperteza política, o PMDB começou a defender Palocci, de olho em cargos federais. Na avaliação de dirigentes do partido de Temer, é melhor um Palocci fraco – que atenda os peemedebistas – a um chefe da Casa Civil superpoderoso e encastelado.

'No mérito, um relato convincente', avalia advogado

● O criminalista José Roberto Batochio, advogado de Antonio Palocci, avalia a entrevista como "muito convincente, no mérito". Ele considera que Palocci agiu bem ao preservar o rol de empresas. "Uma explicação satisfatória a respeito do fato de não se poder lançar no conflito político entre a base do governo e a oposição as pessoas jurídicas as quais atendeu na esfera exclusivamente privada." Para Batochio, "(o ministro) foi esclarecedor no sentido de que jamais prestou consultoria no âmbito de contrato das empresas com qualquer instância pública". / FAUSTO MACEDO

Em 2006, quando ocupava o Ministério da Fazenda, Palocci caiu no rastro do escândalo da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, revelado pelo Estado. Hoje, sua sobrevivência depende dos desdobramentos de uma crise provocada por negócios privados de muitos milhões.

O ESTADO DE S. PAULO

Nacional

Sob suspeita. Além do desânimo da presidente com explicações do ministro na TV, revista revela que titular da Casa Civil mora em imóvel de uma empresa que usaria endereços falsos e laranjas; no bastidor, petistas dizem que não há mais como mantê-lo no cargo

Palocci não convence Dilma e fica em situação crítica após nova denúncia

João Domingos
Lourenço Nossa
BRASÍLIA

A situação do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, piorou muito depois da entrevista que ele concedeu ao *Jornal Nacional*, na sexta-feira. E se agravou ainda mais depois da divulgação, pela revista *Veja*, de que o apartamento de 640 metros quadrados que Palocci aluga, em São Paulo, seria de uma empresa dirigida por laranjas, um de 23 anos, outro de 17.

A presidente Dilma Rousseff teve uma reação de desânimo depois de ver a entrevista, de acordo com informações de bastidores do Palácio do Planalto. E teria comentado que Palocci ficou devendo respostas a respeito da lista de clientes, que, segundo ele próprio, foram entre 20 e 25.

No Planalto já se fala que agora o governo deve entrar num clima de transição na área política. Petistas que foram à festa de filiação do deputado Gabriel Chalita ao PMDB, em São Paulo, chegaram a dizer que a situação de Palocci se tornou "insustentável".

Antes mesmo da entrevista do titular da Casa Civil para esclarecer suspeitas de enriquecimento ilícito, Dilma e auxiliares mais diretos avaliavam que o ministro não conseguiria reverter a sua situação pessoal nem a de engessamento do governo.

O ministro Gilberto Carvalho, que ocupa atualmente a pasta da Secretaria-Geral, vem tentando ocupar um pedaço do "vácuo" nas interlocuções do Planalto com setores da base aliada na falta de Palocci, disseram auxiliares de Dilma.

Carvalho sempre é lembrado pelo contato direto com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, maior fiador de Palocci no governo. Carvalho também mantém boa relação com dirigentes do PT contrários à permanência de Palocci, que reclamam da nomeação de aliados para cargos que disputam na aliança partidária governista. A garantia de apoio de Carvalho na busca de saídas para a crise não se limita a negociações com petistas. Dilma encarregou o ministro de manter conversas permanentes com o vice-presidente Michel Temer e líderes do PMDB.

'Insaciável'. O secretário de Comunicação do PT, deputado André Vargas (PR), admitiu que a revelação sobre o aluguel do apartamento de Palocci vai piorar as coisas no Congresso. "A oposição é insaciável e é claro que fará muito barulho", disse.

Nesta semana, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), decidirá se anula ou não requerimento de convocação de Palocci aprovado pela oposição na Comissão de Agricultura. Se o clima piorar na Câmara, Maia terá maiores dificuldades para cancelar o ato da comissão.

No ato de filiação de Chalita, Temer disse ver na fala de Palocci muita lealdade aos seus clientes. Ele classificou de satisfatória e convincente a entrevista do ministro, depois de um silêncio de 20 dias, mas não quis comentar se o chefe da Casa Civil terá força para continuar no posto.

"Ele veio à público dizer o que tinha de dizer, acho que ele foi muito convincente e teve muita lealdade profissional com seus clientes e com aqueles que serviu", destacou o vice, numa referência ao fato de Palocci não ter revelado o nome de seus clientes e nem sua renda.

Questionado se o ministro permanecerá à frente da Casa Civil, Temer desconversou: "A presidente Dilma dispõe de todos os cargos e não deve ser eu a dizer o que deve ser feito." E emendou: "Não sei se há possibilidade de troca, sei que a presidente tem muita confiança nele. Confiamos no desempenho dele e nos princípios administrativos que ele tem. Palocci colabora muitíssimo com o governo federal."

O presidente interino do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), comentou que, na sua opinião, Palocci esclareceu toda a situação na entrevista de sexta-feira. "Ele foi muito bem nas explicações", disse. O mesmo declarou o presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE). / COLABORARAM WELLINGTON BAHNEMANN E JÚLIA DUAILIBI

● Os imóveis

R$ 4 milhões
É o valor de mercado do imóvel onde o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, mora com sua família em São Paulo

R$ 15 mil
É o preço médio do aluguel nesse tipo de imóvel

R$ 4,6 mil
É o valor mensal do condomínio

R$ 2,3 mil
É o valor mensal do IPTU

R$ 882 mil
foi o valor que Projeto, empresa de consultoria do ministro, pagou por um imóvel em 2009

R$ 6,6 mi
foi quanto Palocci pagou por um apartamento de luxo nos Jardins adquirido pela Projeto

Oposição acha que finalmente terá apoio para CPI

● As novas denúncias deverão facilitar o recolhimento de assinaturas para abrir uma CPI e investigar o caso Palocci, avalia a oposição. O líder do DEM no Senado, Demóstenes Torres (GO), está convicto de que será possível obter as 27 assinaturas necessárias para a criação da comissão.

"É inevitável a CPI. Todos aqueles que estavam aguardando um parecer da Procuradoria-Geral da República para decidir o que fazer, agora não vão ter como não assinar o pedido de CPI", disse Demóstenes. Faltam oito assinaturas para que a comissão possa funcionar no Senado. "Com essa denúncia, acho que vamos conseguir um número superior às 27 assinaturas."

A expectativa é de que os senadores do "PMDB rebelde" assinem todo o requerimento. Para o líder do DEM na Câmara, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), a situação de Palocci é "insustentável". "Não tem mais como ele ser mantido como ministro. / EUDÊNIA LOPES e ROSA COSTA

Para analistas, tendência é agravamento da crise

Fala de ministro na TV não seria suficiente para acabar com a desgaste, dizem, pois transparência de atos públicos está acima de contratos particulares

Lucas de Abreu Maia

A entrevista dada na sexta-feira pelo chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, ao *Jornal Nacional* da TV Globo, não bastará para dar fim à crise desencadeada pela revelação sobre a evolução do seu patrimônio, avaliam cientistas políticos. "Politicamente, ele é um fuzil queimado. A fritura do ministro agrada à oposição, ao PMDB e até mesmo a setores do PT", disse Ricardo Ismael, cientista político da PUC-Rio.

As novas denúncias divulgadas ontem pela revista *Veja* deverão tornar ainda mais insuficientes as justificativas apresentadas por Palocci. "Existe um episódio equívoco e que pode ser usado pela oposição justamente naquilo que tem de obscuro e pouco esclarecido", disse o professor Fábio Wanderley Reis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), depois de assistir à entrevista do ministro.

Para Reis, "a tentativa de negar que há uma crise é precária, porque é patente que o governo está desorientado e que a presidente está sujeita a chantagens".

Como ele, Ricardo Ismael prevê um agravamento da crise política. "Na verdade, a articulação política do governo está completamente comprometida", diz Ismael. "A estratégia da entrevista do ministro consistiu em dizer: 'Estou prestando contas ao procurador-geral da República e, portanto, se ele não abrir um inquérito, caso encerrado'. Mas está na cara que o assunto não está encerrado."

O sociólogo José Arlindo Soares avalia que o ministro "foi infeliz ao tentar separar o público do privado". "Naturalmente, os negócios de um homem público interessam à população – especialmente um homem público que tem o poder de influenciar em fundos de pensão, que tem informações privilegiadas sobre a taxa de juros", disse. A incapacidade de Palocci de se explicar satisfatoriamente "certamente irá repercutir no Congresso".

Incongruências. Ismael diz que "existe uma série de incongruências na entrevista". "Como ele não relacionou as empresas atendidas pela Projeto, não se pode fazer um cruzamento para verificar se elas fizeram alguma doação de campanha."

Há, no entanto, um ponto na entrevista a favor de Palocci, na avaliação de Wanderley Reis. "Há um certo sentido em que o ministro se saiu bem: ele respondeu às perguntas com aparente tranquilidade e existe o fato de que os órgãos de investigação supostamente têm acesso às informações necessárias."

Reis pondera ainda que "o argumento de Palocci de que a divulgação das empresas atendidas por ele seria usada politicamente, não faz sentido".

● **Sem remédio**

FÁBIO WANDERLEY REIS
PROFESSOR DA UFMG
"A tentativa de negar que existe uma crise é precária, porque é patente que o governo está desorientado e a presidente está sujeita a chantagens"

RICARDO ISMAEL
CIENTISTA POLÍTICO DA PUC-RIO
"A articulação política do governo está comprometida"

Ministro mora em imóvel registrado em nome de laranjas

Segundo revista 'Veja', apartamento em Moema vale R$ 4 milhões; defesa de Palocci diz que ele não pode ser responsabilizado

Um dia após ir à TV para se explicar, o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, está envolvido em mais um negócio suspeito. Reportagem da revista *Veja* revela que ele mora em um apartamento alugado e avaliado em R$ 4 milhões na Rua Juriti, em Moema, zona sul de São Paulo, ao lado do Parque do Ibirapuera. Os proprietários do imóvel, no entanto, são laranjas, informa a revista.

Pessoas ouvidas ontem pelo Estado confirmam que ele mora ali. O apartamento pertence à Lion Franquia e Participações Ltda. Está registrado no 14º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo em nome de dois sócios: Dayvini Costa Nunes, que tem 99,5% das cotas, e Filipe Garcia dos Santos, com o restante (0,5%). Filipe tem 19 anos e só foi emancipado no ano passado.

O sócio majoritário tem 23 anos. Representante comercial, ele mora nos fundos de um casa na periferia de Mauá, cidade do ABC. Ele trabalhou na prefeitura da cidade, que é governada por Oswaldo Dias (PT). Para a revista, ele disse que é laranja.

Segundo a *Veja*, a Lion usou endereços falsos em suas operações nos últimos três anos. A empresa diz ter recebido o apartamento de Gesmo Siqueira dos Santos, tio de Nunes. Ele responde a 35 processos por fraudes em documentos, adulteração de combustível e sonegação fiscal. Uma empregada doméstica da casa dele, Rosaild e Laranjeira da Silva, também teria sido usada como laranja em outras quatro empresas abertas por Siqueira Santos. O outro sócio da Lion forneceu ao cartório um endereço fictício no Paraná. A sede formal da Lion fica na cidade de Salto, a 100 km de São Paulo.

O imóvel onde reside o ministro e pelo qual ele paga aluguel tem 640 metros quadrados, varandas, quatro suítes, três salas, duas lareiras e churrasqueira. O condomínio chega a R$ 4.600 e o IPTU é de R$ 2.300 por mês. Imobiliárias dizem que um aluguel gira em torno de R$ 15 mil mensais.

O laranja localizado pela revista conta que já trabalhou como vendedor de uma loja de roupas e diz que deve R$ 400 a uma administradora de cartões de crédito. Afirmou que deixou de cursar administração porque não conseguiu pagar a mensalidade. Diz que sua situação financeira é tão ruim que seu telefone fixo e celular foram cortados por falta de pagamento.

Batochio. O advogado de Palocci, José Roberto Batochio, afirmou que a denúncia é "uma temeridade" e "um despropósito", por atribuir ao inquilino responsabilidades que deveriam ser cobradas da administradora responsável pela locação do imóvel.

Batochio comparou a situação à de um consumidor em relação ao dono do armazém onde ele faz suas compras. "Você não pode ser responsável pelos antecedentes do dono da mercearia onde adquire seus produtos de necessidade básica", afirmou. "Não tem o menor sentido". A assessoria do ministro divulgou nota na qual contesta a matéria.

O advogado reconheceu, entretanto, que a situação poderia ser esclarecida pelo aprofundamento das apurações sobre a ligação dos laranjas com a imobiliária. Por fim, afirmou que é "muito comum" o fato de os proprietários não terem interesse em conhecer quem ocupa seus imóveis. /MÁRCIO PINHO E ROSA COSTA

ÍNTEGRA

Eis a nota divulgada ontem pela assessoria do ministro Antonio Palocci, da Casa Civil:

1. O imóvel em que vive a família do ministro Antonio Palocci Filho em São Paulo foi alugado em 1º de setembro de 2007 por indicação da imobiliária Plaza Brasil, contatada para este fim.

2. O contrato foi firmado em bases regulares de mercado entre Antonio Palocci Filho e os proprietários Gesmo Siqueira dos Santos, sua mulher, Elisabeth Costa Garcia, e a Morumbi Administradora de Imóveis.

3. O contrato foi renovado em 1º de fevereiro de 2010 entre Antonio Palocci Filho e a Morumbi Administradoras de Bens, sucessora da Morumbi Administradora de Imóveis.

4. Os alugueis são pagos regularmente através de depósitos bancários, dos quais o ministro dispõe de todos os comprovantes.

5. O ministro e sua família nunca tiveram contato com os proprietários, tendo sempre tratado as questões relativas ao imóvel com a imobiliária responsável indicada pelos proprietários.

6. O ministro, assim como qualquer outro locatário, não pode ser responsabilizado por atos ou antecedentes de seu locador.

7. A revista não informou o teor da reportagem ao ministro ou a sua assessoria, motivo pela qual estes esclarecimentos não constam da reportagem.

Nova denúncia sobre imóvel agrava situação de Palocci

Reportagem revela que ministro mora em apartamento de 'laranja'; reação de Dilma a entrevista foi de desânimo

A situação do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, piorou depois da entrevista que ele concedeu ao Jornal Nacional, na sexta-feira. E se agravou ontem depois da divulgação, pela revista "Veja", da notícia que o apartamento de 640 metros quadrados que Palocci aluga, em São Paulo, seria de empresa dirigida por laranjas, um deles de 24 anos, outro de 27. A presidente Dilma Rousseff teve uma reação de desânimo ao ver a entrevista, segundo fontes do Planalto. Petistas de São Paulo classificam o clima como "insustentável".

O GLOBO

RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 2011 • ANO LXXVI • Nº 28.424 ROBERTO MARINHO (1904-2003)

Já sem apoio do PT, Palocci promete explicação pública

Dirigentes do partido pedem saída do ministro e articulam substituição

• Reunida ontem, a Executiva Nacional do PT não deu qualquer declaração de apoio ao ministro Antonio Palocci (Casa Civil) e decidiu esperar uma explicação pública dele sobre o aumento de seu patrimônio quando era deputado federal e coordenador da campanha presidencial de Dilma Rousseff. Dirigentes chegaram a anunciar que o PT divulgaria resolução deixando claro que a crise que envolve Palocci é uma questão do governo, e não do partido. Mas o Palácio do Planalto interveio, evitando o documento. A operação do Planalto não conseguiu impedir, porém, que quatro dirigentes do PT defendessem a saída imediata do ministro. O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, admitiu que a situação é delicada e que Dilma pediu explicações ao ministro, o que pode ocorrer hoje. Reservadamente, petistas já falam em nomes para substituir Palocci. Páginas 3 e 4

PMDB exibe Lula, não Dilma

• Em meio à primeira grande crise política do governo Dilma Rousseff, o programa do PMDB na TV, exibido ontem à noite, teve o ex-presidente Lula como estrela. Segundo o partido, ele aceitou gravar uma participação, mas Dilma teria recusado o convite, alegando empecilhos jurídicos.

Situação-limite



As virtudes da contenção verbal no compartamento humano são louvadas nas mais diferentes culturas. Exemplo disso é o ditado "o silêncio é de ouro", que os brasileiros compartilham com muitos outros povos. Mas, em relação ao silêncio de que se fala sem parar no País de dois mandatos para cá, a evocação do nobre metal é desproporcionada. Se é para associar ao reino mineral a mudez do ministro Antonio Palocci sobre o seu estupendo enriquecimento entre a sua saída do Ministério da Fazenda, no governo Lula, em 2006, e até pouco antes de assumir a chefia da Casa Civil da sucessora, Dilma Rousseff, em janeiro último, a comparação certa é com a pirita, o ouro dos tolos, por sua enganadora cintilação.

De tolo, o ministro não tem nada. Por isso mesmo, a sua recusa a explicar ao País, convincentemente, como fez fortuna de forma limpa e ética levou a uma situação-limite as suas condições de continuar no Planalto. Tanto por desfigurar a positiva imagem pública que a sua chefe vinha construindo nos meses que antecederam a crise quanto por expô-la ao desmedido apetite da alcateia com que tem de se haver no Congresso. Além disso, cada vez mais inquieto com a perspectiva de novos danos ao governo, o partido já não se limita a manter profilática distância do escândalo – como, aliás, fez a presidente Dilma logo na sua irrupção.

Nos bastidores, parcela talvez substancial dos companheiros tampouco fica apenas no chamamento do ministro às falas. A demanda tem sido a sua substituição – e nomes já comem para o seu cargo. A manifestação mais comentada foi a da senadora Gleisi Hoffmann. No almoço da bancada com o ex-presidente Lula, semana passada, quando ele se alinhou a Brasília para aplacar os ânimos entre Dilma e a caciquia do PMDB, ela teria pedido a cabeça do ministro. Esposa do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que está na lista dos eventuais sucessores de Palocci, teria argumentado que uma coisa era amparar os petistas envolvidos com o mensalão – que, afinal, operavam em benefício do partido –, outra é defender quem se dedicou a engordar o próprio patrimônio. Gleisi desmentiu.

Quando também se reuniu com os companheiros senadores, Palocci disse que os seus serviços de consultoria consistiam em palestras, análises de alternativas de investimentos financeiros e assessoria para empresas interessadas em fusões. Decerto não esperava que um de seus ouvintes, Eduardo Suplicy, viesse a revelar candidamente que o ministro costuma ter recebido R$ 1 milhão por seus conselhos a uma empresa em processo de fusão. O ministro, de todo modo, insistiu em que não praticou nenhuma ilegalidade – e acusou a oposição de fabricar pretextos para desestabilizar o governo Dilma. Para não se prestar a esse jogo, a base aliada faz bem em impedir as tentativas de convocá-lo a depor no Congresso.

Mas, anteontem, prova da desarticulação política da coalizão dilmista, a base "engoliu vergonhoso frango" – para usar a retórica de Lula – ao deixar passar uma daquelas iniciativas na Comissão de Agricultura da Câmara. Alheio à agenda de sessões na Casa e esquecido de que a oposição não desiste de aproveitar todas as brechas disponíveis para requerer a ativa de Palocci, o Planalto marcou um encontro do Conselho Político com a presidente na mesma quarta-feira em que as comissões dos deputados se reúnem rotineiramente. Na de Agricultura, a convocação de Palocci foi aprovada a toque de caixa, em circunstâncias controversas. O presidente da Câmara, o petista Marco Maia, suspendeu a decisão. Não o terá feito por Palocci, mas por dever de ofício – a oposição não pode prevalecer sobre o governo, ponto.

O ministro já tinha feito saber que se pronunciaria assim que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, desse o seu parecer, previsto para ontem, sobre as representações oposicionistas contra ele e as suas explicações por escrito. A situação se complicou quando o procurador não se contentou com as explicações dadas até agora e pediu ao acusado esclarecimentos adicionais. Mas não é por aí que se decidirá a atual crise. Em todos os lados, as reservas de boa vontade com Palocci parecem esgotadas. Cabe à presidente Dilma lavrar a sentença final.

Rifado pelo PT, última cartada de Palocci será explicação pública

Depois de 18 dias calado, ministro deve ir à televisão explicar fortuna adquirida para tentar ficar no cargo; PT se negou a defendê-lo

Vera Rosa | BRASÍLIA

Pressionado pela presidente Dilma Rousseff a dar explicações sobre o crescimento de seu patrimônio e sem apoio do PT, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, tentará hoje contornar a ruidosa crise política com uma manifestação pública. Dilma disse ontem a Palocci que é "um absurdo" ele esperar o parecer da Procuradoria-Geral da República para rebater as denúncias porque o desgaste já atinge o governo.

A atuação de Palocci, acusado de multiplicar o patrimônio em 20 vezes durante quatro anos, é considerada gravíssima tanto pelo Planalto como por petistas. Sua permanência no cargo depende dos esclarecimentos e do fim das acusações.

A Executiva Nacional do PT, reunida ontem, lavou as mãos e não produziu nenhuma linha em defesa de Palocci. "Não entramos no mérito da questão. O ministro é que disse que vai se manifestar sobre suas consultorias", afirmou o presidente do PT, Rui Falcão. "O assunto Palocci é de governo, não é do PT", emendou o secretário de Comunicação, deputado André Vargas (PR), indicando que o chefe da Casa Civil foi abandonado à própria sorte.

No Planalto, o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, admitiu que a crise envolvendo Palocci é delicada. Ressalvou, no entanto, que ele "continua firme" e dará explicações sobre a origem de seu patrimônio. Até a noite de ontem, não estava definido se Palocci concederia uma entrevista ou faria um pronunciamento. A ideia era a de que ele falasse ao *Jornal Nacional*, da TV Globo.

"A presidente conversou com Palocci e disse que era importante ele se manifestar. A gente enfrenta crises com maturidade e transparência. Não perdemos o norte nesse", insistiu Carvalho.

A decisão de não fazer desagravo nem atacar Palocci foi combinada pela cúpula do PT com o governo. De manhã, Falcão foi ao lançamento do programa Brasil Sem Miséria e teve um tête-à-tête com Carvalho. "Cuide lá para não ter tiro nas costas da gente", recomendou o ministro.

Na reunião da Executiva, a discussão foi acalorada. O vice-presidente do partido, José Guimarães, defendeu uma nota de apoio a Palocci, mas foi voto vencido. Valter Pomar, ex-titular de Relações Internacionais, e Renato Simões, secretário de Movimentos Populares, pregaram a saída de Palocci. Sob intenso tiroteio há 19 dias, o chefe da Casa Civil, é também suspeito de ter feito tráfico de influência.

Orientados pelo Planalto, os petistas contrariaram a praxe e não redigiram resolução política. Para não meter no vespeiro, o PT se descolou de Palocci.

● Cada um na sua

ANDRÉ VARGAS
SECR. DE COMUNICAÇÃO DO PT
"O assunto Palocci é de governo, não é do PT"

JOSÉ GUIMARÃES
VICE-PRESIDENTE DO PARTIDO
"Foi um erro a Executiva do PT não ter entrado no mérito desta crise"

'Manco'. "O problema do Brasil não é o Palocci. O problema é não deixar que esse episódio paralise o governo", insistiu o secretário de Mobilização, Jorge Coelho. Embora Falcão tenha feito tímida defesa de Palocci, dirigentes do PT deixaram a reunião dizendo que o ministro estava "manco" e "carbonizado".

"O que mais impactou o PT foi a revelação de que Palocci ganhou R$ 10 milhões entre o novembro e dezembro, após ter sido coordenador da campanha de Dilma", contou um dirigente petista. Se Palocci cair, o nome mais cotado dentro do PT para substituí-lo é o do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

/ COLABOROU LIANA MONTEIRO

FERNANDO DE BARROS E SILVA

Esperando o PMDB

SÃO PAULO - O ministro Antonio Palocci se tornou um morto-vivo, uma espécie de zumbi no cargo que ainda ocupa mas já não exerce. Em menos de 20 dias, o superministro virou um espectro dentro do Planalto. Sua presença calada é um estorvo para todos. Trata-se do silêncio mais intrigante (e mais óbvio) da República em muitos anos.

Circulava ontem, entre petistas, que Palocci decidiu, enfim, falar. Estamos todos curiosos para ouvir o Godot de Ribeirão Preto. Mas talvez suas palavras cheguem tarde demais. A não ser que o artista surpreenda a plateia. A ponto de explicar, inclusive, porque demorou tanto para apresentar provas tão cabais de que não é apenas um exímio consultor, mas um homem público de conduta irrepreensível.

O contraste e a simetria com o escândalo do caseiro dão o que pensar. Lá, num impulso delinquente, a máquina do Estado foi mobilizada para violar o sigilo do mais fraco. Agora, numa atitude deliberada, trata-se de evitar que o sigilo dos negócios do futuro ministro com os mais fortes venha à luz. Nos dois episódios, sacrifica-se o interesse público em nome do benefício pessoal ou dos ganhos privados.

Em termos políticos, a pergunta, hoje, talvez não seja mais "quem ainda quer segurar Palocci no poder?", mas, antes, "que diferença isso faz?". O empresariado parece já ter assimilado os custos do que se afigura como inevitável. E o PT, embora tenha receio do avanço do PMDB sobre Dilma, não faz qualquer ação orgânica em defesa do ministro. Pelo contrário, mais e mais petistas enchem a boca para dizer: "Palocci deve explicações".

O PMDB nem precisou esperar a queda do ministro. As ações da governabilidade subiram no mercado parlamentar e o partido dos negócios se oferece preferencialmente à presidente. Dilma não tem muito espaço para recusar o comércio e vai assumindo o papel de que tentava escapar desde o início. Na definição do filósofo Marcos Nobre: a de "síndica do peemedebismo".

ELIANE CANTANHÊDE

Procuram-se boias

BRASÍLIA - Como chefe da Casa Civil, Antonio Palocci saiu do lançamento do Brasil sem Miséria antes de Dilma e pelos fundos. Como ministro de fato da articulação política, não pôde sequer ir ao almoço da presidente com os senadores do PMDB. Como petista, criou um dilema para a Executiva do PT: fazer ou não nota em seu apoio.

O que se pode deduzir? Que, ao contrário do que querem fazer crer os governistas, o problema deixou de ser "pessoal" – de Palocci– e passou a ser do governo e da própria Dilma. Quanto mais o tempo passa, mais constrangedora é a situação. E sem luz no fim do túnel.

Se Palocci não fala, seu silêncio é ensurdecedor. Se falar hoje, sua fala será ensurdecedora. A não ser, claro, que explique tudo o que não conseguiu explicar em três semanas, desde que a Folha escancarou que seu patrimônio se multiplicara por 20, incluindo um apartamento maneiro de R$ 6,6 milhões.

Era a história de uma crise anunciada. Quem fica horrorizado com a filha de Fujimori concorrendo a presidente do Peru deveria igualmente ficar com o pulo do gato de Palocci. Ele caiu do governo Lula (depois das malas de dinheiro, da casa esquisitona em Brasília e da quebra do sigilo do caseiro Francenildo) e voltou a subir a rampa do Planalto como homem forte de Dilma. Não podia dar certo. A surpresa é que foi cedo demais, já no primeiro semestre de governo.

Com Palocci jogado ao mar, o ministro político Luiz Sérgio carimbado indelevelmente como "garçom" (o que só anota os pedidos), o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza, ainda digerindo a derrota do Código Eleitoral, e o do PT, Paulo Teixeira, engolido pela insignificância, quem ocupa o vácuo? O PT é que não é.

Sobram o PMDB, que lambe os beiços depois do almoço com Dilma, e Gilberto Carvalho, em ascensão. O governo Dilma está cada vez mais com cara de governo Lula. Mas sem Lula.

elianec@uol.com.br

A6 | Nacional | QUINTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2011 O ESTADO DE S. PAULO

Não tem solução

O ministro Antonio Palocci não tem mais como ficar no governo e quem diz isso não é a oposição. A esta provavelmente interessaria que ele ficasse na Casa Civil ao ponto de desgaste tão insustentável que se efetivasse o funcionamento de uma CPI.

Confirmada a convocação aprovada ontem na Comissão de Agricultura na Câmara, são quase nulas as chances de Palocci dar um show de convencimento. Não depois de tanta luta para se esconder. Derrubar a convocação, faltar? É pior.

Quem diz que Antonio Palocci não tem como ficar no governo é a situação. Afetendida tanto quanto à posição dos governistas quanto ao agravamento das circunstâncias.

O exame dessas duas variantes resulta numa conclusão: a saída de Palocci da Casa Civil, e provavelmente da vida pública, no momento só depende da definição de quando e como ocorrerá o desfecho.

Pelo menos dois ministros já são vistos na cabeceira da pista para assumir a Casa Civil: Paulo Bernardo, das Comunicações, e José Eduardo Cardozo, da Justiça. Se a escolha realmente recairá sobre um dos dois, é algo ainda fora do campo de visão.

O que a paisagem nos mostra claramente é a perda de condições de Palocci de funcionar como o previsto pelo governo: politicamente frágil, não pode fazer articulação política; moralmente baqueado, perdeu credibilidade para atuar na interlocução intra e extraministérios; na berlinda, não pode frequentar uma solenidade oficial sem que seja o foco de todas as atenções.

Em resumo: toma, e de forma negativa, todo o espaço da cena. Tornou-se um problema quando era para ser uma solução.

Inevitável, saída de Palocci é só uma questão de definir a data e o modo do desfecho

E para enfrentar um problema só há dois caminhos: resolvê-lo ou livrar-se dele.

A possibilidade de uma solução razoavelmente indolor ficou perdida neste quase um mês de carência de explicações e abundância de suspeições. Se o procurador-geral da República resolver abrir investigações, confirma-se a razão das suspeitas. Se não, a oposição ganha mais um argumento em favor da abertura da investigação parlamentar.

Pergunte-se a qualquer governista na posse plena de serenidade mental o motivo de Palocci não ter-se defendido e a resposta é uma só: não há explicação que não suscite novos e mais graves questionamentos.

Portanto, não há remédio. A respeito dessa sinuca falam os petistas que nos últimos dias resolveram compartilhar com o público suas impressões sobre o episódio e a falta de cerimônia dos demais partidos da base em manifestar suas opiniões.

Uma nítida sinalização de que não há mais o que salvar e, portanto, salve-se quem puder conseguir agora posição melhor na fotografia desse cenário adverso.

Quando uma defensora do governo como a senadora Gleisi Hoffmann aborda o afastamento do ministro durante uma reunião cujo conteúdo obviamente acabaria vindo a público, é de se imaginar que não se motive pelo mero desejo de ver o marido, Paulo Bernardo, como substituto dele na Casa Civil.

Além de não falar sozinha, a senadora não é tola nem primária.

A justificativa apresentada por ela ao alegar que o caso Palocci é "pessoal", e que no mensalão houve motivação coletiva, mais a informação do senador Eduardo Suplicy sobre uma consultoria de R$ 1 milhão, com taxa de sucesso para uma fusão de empresas, mostram que quanto mais se fala nesse episódio mais complicado fica.

Por isso, a cada dia se dilui a veemência das defesas, bem como na mesma proporção se animam os oportunistas a dar vazão aos seus baixos instintos.

O deputado Anthony Garotinho confere folclore ao chantagear o governo sabendo perfeitamente que o Planalto não pode mais resolver a questão no varejo e ao ironizar chamando as suspeitas que pesam sobre Palocci de "diamante de R$ 20 milhões". Sem maiores preocupações com detalhes como compostura e nome a zelar, diverte-se.

Em tese, a demissão de Palocci não deveria encerrar a questão, pois o caso em si do enriquecimento suspeito permanece em aberto. Mas, olhando as coisas sob o prisma do pragmatismo governamental, hoje o preço da retirada é o mais barato que o Planalto poderia conseguir para tirar o assunto de pauta.

Governo joga duro para tentar anular convocação de Palocci

Chamado para ministro se explicar foi aprovado em votação polêmica

• A oposição conseguiu aprovar ontem, em polêmica votação na Comissão de Agricultura da Câmara, a convocação do ministro Antonio Palocci (Casa Civil) para que explique o aumento de seu patrimônio. Os governistas, que cochilaram na reunião da comissão, reagiram imediatamente e recorreram ao plenário, que tem o poder de derrubar a convocação. Diante de intensa batalha, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT), decidiu suspender a convocação até a próxima terça-feira, quando anunciará se mantém ou revoga a decisão da Comissão de Agricultura após ver a fita da sessão. O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza, chamou a manobra da oposição de golpe e disse que a convocação não será mantida. Ontem, a presidente Dilma Rousseff recebeu para almoço os senadores do PMDB, mas não tocou na crise que envolve seu chefe da Casa Civil. Palocci não participou da reunião do PMDB, mas foi a um encontro do Conselho Político do governo, onde pediu ajuda a aliados.

FOLHA DE S.PAULO 02/06/2011
OS NEGÓCIOS DO MINISTRO

Procuradoria Não Indaga Palocci Sobre o Patrimônio

Ministro pode responder de forma genérica sobre evolução de bens. Decisão ocorre em meio ao processo que poderá levar à recondução de Roberto Gurgel à chefia do Ministério Público

DE BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, não fez nenhuma pergunta ao ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, sobre o aumento do seu patrimônio. Gurgel apenas encaminhou as representações dos partidos de oposição e pediu que ele se manifeste a respeito.

Na prática, isso significa que Palocci poderá falar de forma genérica, uma vez que o procurador nada perguntou. O ministro encaminhou parte de suas explicações na sexta-feira. Ontem enviou a segunda parte.

A oposição ingressou com cinco representações com pedido para que a Procuradoria apure indícios de enriquecimento ilícito, tráfico de influência, improbidade administrativa e prevaricação.

A partir da resposta de Palocci, Gurgel tomará a decisão de abrir ou não investigação. O Planalto aposta na não abertura de um inquérito para tentar resolver a crise.

As denúncias contra Palocci e a possibilidade de abertura de uma investigação criminal acontecem em um momento-chave para o atual procurador-geral.

Desde 5 de maio, o nome de Gurgel está, junto ao de outros dois procuradores, na mesa da presidente Dilma para ela decidir quem comandará o Ministério Público Federal nos próximos dois anos. Ele é o favorito.

Em paralelo à Procuradoria, o Ministério Público Federal do DF abriu investigação para apurar se Palocci enriqueceu ilicitamente. O foco é apurar se sua evolução patrimonial é compatível com ganhos de sua empresa.

Se não for, o ministro poderá responder por improbidade administrativa. (ANDREZA MATAIS, MATHEUS LEITÃO, RUBENS VALENTE E NATUZA NERY)

ALGUMAS QUESTÕES DA OPOSIÇÃO

1. Quais os clientes da Projeto e quanto ela faturou?
2. Quais eram os serviços de consultoria prestados?
3. Os clientes tinham ou passaram a ter negócios com o governo?
4. A consultoria de Palocci fazia lobby?
5. O que justifica o alto faturamento da consultoria, senão a influência de Palocci sobre o Executivo?
6. Como o ministro tinha tempo para administrar a empresa, se exercia mandato de deputado?

OS NEGÓCIOS DO MINISTRO

Lula e Dilma avisam que agora cabe a Palocci se defender

QUINTA-FEIRA, 2 DE JUNHO DE 2011 FOLHA DE S. PAULO

Valdo Cruz e Natuza Nery,

DE BRASÍLIA

O ex-presidente Lula disse ao ministro Antonio Palocci (Casa Civil) que fez a sua parte e que, a partir de agora, cabe a ele se defender para pôr um fim à crise política. A presidente Dilma recomendou o mesmo a seu ministro, dizendo que ele deve dar uma explicação pública sobre seu crescimento patrimonial o mais rapidamente possível.

Os dois recados foram dados dentro de uma avaliação de que a crise já começa a deteriorar a imagem do governo Dilma e que esse processo precisa ter um "limite".

Segundo a Folha apurou, Lula disse a Palocci que agora ele é o único que pode dar explicações sobre o caso e que, politicamente, não pode mais ficar em silêncio.

O ex-presidente comentou reservadamente que não cabe mais a ele e ao Palácio do Planalto fazerem a defesa do ministro, porque isso não teria mais o efeito esperado.

A crise envolvendo Palocci começou depois que a Folha revelou que o seu patrimônio multiplicou 20 vezes nos últimos quatro anos, período em que atuou como consultor.

A pressão para que ele fale publicamente cresce desde a semana passada, quando aumentou a insatisfação da presidente Dilma com o silêncio de seu ministro.

Inicialmente, Palocci cogitava falar apenas após o pronunciamento do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que analisa um pedido de abertura de investigação requerido pela oposição.

Agora, a avaliação do governo é que ele não pode mais esperar e teria de se antecipar para evitar colocar mais pressão sobre o procurador da República.

Segundo a Folha apurou, Palocci ainda conta com o apoio firme de Lula e da presidente Dilma, mas a avaliação do governo é que está havendo um certo esgotamento de seu suporte dentro do PT, o que agrava a sua situação.

Um pronunciamento público poderia estancar o desgaste de haver petistas criticando o silêncio de Palocci.

O governo espera que o chefe da Casa Civil aceite as recomendações e fale hoje publicamente sobre o caso.

Até aqui, além de Lula, os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral) e José Eduardo Cardozo (Justiça) foram os que mais defenderam publicamente o ministro. Mas isso não impediu que os petistas dentro do Congresso cobrassem uma explicação oficial de Palocci, primeiro reservadamente e, nos últimos dias, explicitamente.

A preocupação do governo aumentou depois que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) relatou que Palocci teria dito que havia ganhado R$ 1 milhão assessorando um processo de fusão de empresas no setor privado.

Nesse caso, a operação poderia ter envolvido órgãos públicos de defesa da concorrência, o que pode gerar questionamentos sobre a atuação de Palocci.

Diante da aparente falta de apoio no PT, o presidente do partido, Rui Falcão, convocou uma reunião da executiva para dar o que é chamado de "ordem unida", tentando evitar que o "fogo amigo" fragilize mais o ministro.

O segredo de Palocci (Editorial) **Folha de S. Paulo 02/06/2011**

Não se pode mais solicitar, sem ironia, que Antonio Palocci seja célere e convincente nos esclarecimentos sobre a sua variação patrimonial. O chefe da Casa Civil não tem sido célere nem, muito menos, convincente. Ao contrário.

Seu silêncio é diretamente proporcional ao ruído que se avoluma à sua volta. Agora, corre o risco de ter de explicar-se na Comissão de Agricultura da Câmara, quando e se for desfeito o tumulto que sua convocação desatou.

Aguarda-se -talvez para hoje- um parecer da Procuradoria-Geral da República a respeito das explicações prestadas por Palocci. É possível que Roberto Gurgel veja razões para aprofundar as investigações, mas essa é uma hipótese com a qual o Planalto não conta.

O procurador-geral não formulou, ao que se sabe, perguntas específicas. Solicitou apenas que Palocci comentasse os indícios publicados na imprensa e reunidos pela oposição.

Há uma possibilidade, portanto, de que a movimentação da empresa de Palocci seja considerada lícita mesmo sem esclarecimento sobre a origem dos R$ 20 milhões que recebeu só em 2010, metade após a eleição de Dilma Rousseff.

Amplia-se na opinião pública a sensação de que, se Palocci prefere o silêncio diante de tanta pressão, de fato tenha algo a esconder. Só ele pode desfazer a impressão que se alastra.

Os efeitos do enfraquecimento do ministro sobre o Planalto se acumulam. O governo tornou-se ainda mais refém de chantagens, agora explícitas, da base de apoio.

"Temos uma pedra preciosa, um diamante que custa R$ 20 milhões, que se chama Antonio Palocci", disse o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), determinado a conseguir um aumento de salário para policiais militares.

Dê-se o devido desconto ao personagem. Ainda assim, a vulgaridade da sua frase traduz uma nova configuração política.

Desde o início do governo, Dilma buscava manter sob algum controle o apetite dos aliados por cargos no segundo escalão. A ampla base de apoio lhe permitiu negociar de forma mais dura do que todos esperavam. Sua atitude, embora louvável, não resistiu à primeira crise, como se estivesse apoiada sobre um fundo falso.

O PMDB aproveita o silêncio de Palocci para mercadejar demandas e ocupar espaços que lhe foram negados por Dilma. O rearranjo da correlação das forças governistas não enseja otimismo.

A primeira tarefa política da presidente da República é se livrar da espada de Dâmocles que pesa sobre a cabeça do governo. Se o ministro tiver condições de permanecer no cargo de cara limpa, tanto melhor. Se não, deve ir.

O GLOBO

CRISE NO GOVERNO Terça-feira 31/05/2011

Procurador espera mais informações de Palocci

Gurgel aguarda resposta de 2º requerimento para saber se abre investigação. Presidente da OAB defende saída de ministro

Roberto Maltchik

BRASÍLIA. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, aguarda um segundo pacote de informações sobre o funcionamento da empresa de consultoria do ministro Antonio Palocci para decidir se abre ou não investigação criminal contra o chefe da Casa Civil. Palocci tem 15 dias - a partir da última quinta-feira - para esclarecer os motivos pelos quais uma operação da empresa Projeto foi considerada atípica pelo Ministério da Fazenda e apresentar detalhes sobre o preço e a natureza dos serviços de consultoria que prestou enquanto era deputado federal. Ontem, o presidente da OAB, Ophir Cavalcanti, defendeu que Palocci se afaste do

O procurador-geral quer saber por que os clientes de Palocci escolheram o fim de 2010, após a vitória de Dilma nas eleições, para efetuar vultosos pagamentos à consultoria. A defesa de Palocci alega que esses pagamentos foram motivados pelo encerramento das atividades da consultoria e serviram para quitar serviços prestados de forma continuada antes das eleições.
Palocci terá que esclarecer os preços que cobrava pelos serviços de consultoria, pois a oposição acusa o ministro de apresentar faturamento fora do padrão das empresas do ramo.
Gurgel está analisando os esclarecimentos de Palocci sobre a compra, pelo ministro, de um apartamento de R$6,6 milhões, em área nobre da capital paulista, enquanto era deputado.
Ontem, o presidente da OAB, Ophir Cavalcanti, defendeu que Palocci seja afastado imediatamente da Casa Civil, apesar de o Planalto não oferecer sinais de que esteja disposto a isso. Na avaliação de Ophir, a blindagem governista sugere que existe alguma "coisa de podre nisso".
- Do ponto de vista ético-moral, seria recomendável, sim, que ele se afastasse. Deixaria o governo Dilma mais tranquilo. Quando o governo blinda o ministro e diz que não vai investigar, obviamente, que todos nós brasileiros passamos a pensar que tem alguma coisa de podre em tudo isso - disse Ophir.
Por meio da assessoria, Palocci informou que prestará os esclarecimentos no prazo estipulado pela PGR. Já o advogado de Palocci, José Roberto Batochio, informou que vai questionar a legitimidade do Ministério Público Federal do Distrito Federal, que abriu investigação prévia para apurar indícios de improbidade administrativa.
- A Lei Orgânica do Ministério Público é clara ao afirmar que ministros de Estado devem ser investigados pelo procurador-geral da República.

Palocci: oposição vai insistir em instalar CPI

Isabel Braga

BRASÍLIA - A oposição retoma nesta terça-feira a estratégia de tentar convocar o ministro Antonio Palocci (Casa Civil), seja nas comissões permanentes ou por meio de CPI mista nas duas Casas, para que ele explique seu aumento patrimonial e sua atuação como consultor. Os oposicionistas contam com fatos novos para convencer parlamentares governistas a assinar. Eles não conseguiram ainda assinaturas suficientes para criar a CPI.
Até agora, na Câmara, pouco mais de cem deputados, segundo os coletores, assinaram o pedido de CPI. No Senado, o requerimento tem assinaturas de 18 senadores - 11 do PSDB, 4 do DEM, 2 do PSOL e a do peemedebista Jarbas Vasconcelos (PE). O senador Clésio Andrade (PR-MG) retirou seu nome, e o senador Itamar Franco (PPS-MG), doente, não assinou. São necessárias 171 assinaturas de deputados e 27 de senadores.
O líder do DEM na Câmara, ACM Neto (BA) explica que a oposição decidiu não divulgar os nomes dos que assinaram na Câmara para evitar que o governo pressione. A estratégia desta semana, diz ACM Neto, é manter a ofensiva para que Palocci se explique. A oposição apresentou requerimentos de convocação de Palocci na maioria das comissões. Na semana passada, cinco deles foram derrotados.
- A gravidade dos fatos e a necessidade de explicações continuam. Vamos manter a ofensiva em pelo menos cinco comissões, tentar ações surpresa contra o rolo compressor do governo e obstruir votações, se necessário - disse ACM Neto.
Para o líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR), fatos dos últimos dias podem fazer com que alguns senadores cumpram a promessa de assinar a CPI:
- A instauração do inquérito pelo Ministério Público, a resposta retórica de Palocci ao procurador, sem apresentar empresas nem o conteúdo das consultorias, podem levar senadores a assinar a CPI.

Procuradoria pede dados sobre empresa

DE BRASÍLIA Folha de s. Paulo 31/05/2011

O Ministério Público Federal requisitou na última sexta-feira à consultoria do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, e à Receita Federal a entrega de documentos que possam comprovar a receita e os clientes da empresa.
A Projeto e a Receita agora têm até o próximo dia 16 para entregar a resposta aos ofícios encaminhados pelo procurador da República no Distrito Federal Paulo José Rocha Júnior, que abriu em Brasília uma investigação preliminar sobre o enriquecimento de Palocci.
O procurador cobrou da Projeto os seguintes documentos: escrituração contábil, contratos de prestação de serviços e possíveis aditivos e comprovantes de prestação de serviços feitos, incluindo cópias de pareceres, memórias das reuniões e atestados de recebimento.

A Procuradoria informou à empresa que os dados vão permanecer sob sigilo.
Da Receita, a Procuradoria cobrou cópias da declaração de Imposto de Renda da Projeto desde a sua criação, no ano de 2006.
Segundo a Receita, o pedido será "respondido na forma da lei" -não esclareceu se entregará ou não os documentos.
O advogado de Palocci, José Roberto Batochio, disse não ter sido informado sobre a comunicação oficial da Procuradoria à Projeto e, por isso, não comentou o pedido.
Ontem a Procuradoria-Geral da República informou que não divulgará o conteúdo das explicações enviadas por Palocci ao órgão na última sexta-feira.
(RUBENS VALENTE, MATHEUS LEITÃO E FELIPE SELIGMAN)

Ministro espera 'atestado' da PGR para se explicar publicamente

Estado de S.Paulo 31/05/2011
Ideia é dar entrevista para um canal de TV de grande audiência, em horário nobre, logo após a manifestação de Gurgel
Vera Rosa/BRASÍLIA
Na expectativa de receber ainda nesta semana um atestado de "nada consta" por parte do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, já prepara uma estratégia de comunicação para explicar as denúncias que pesam contra ele. A ideia é dar uma entrevista para um canal de TV de grande audiência, em horário nobre, logo após a manifestação de Gurgel.
Palocci combinou com a presidente Dilma Rousseff que só vai romper o silêncio depois do parecer de Gurgel, previsto para quinta-feira, a fim de não melindrar o chefe do Ministério Público. Se tudo correr como o script traçado pelo Palácio do Planalto, sem a abertura de investigações, o ministro da Casa Civil pretende circunscrever a crise e as acusações de enriquecimento ilícito a mais um capítulo do que o governo chama de "conflito político".
Recluso em seu gabinete do quarto andar do Palácio do Planalto, fumando muito, Palocci já analisa com advogados e amigos as linhas gerais de suas explicações públicas.
Há quem defenda, no governo, a ideia de que o ministro também faça um pronunciamento. Até agora, no entanto, o mais provável é que dê uma entrevista a uma emissora de televisão.
Mesmo sem revelar o faturamento da empresa de consultoria que manteve quando era deputado nem os seus clientes, a intenção de Palocci é bater na tecla de que não feriu a ética pública, ainda que esse discurso soe apenas como frase de efeito.
Nas conversas reservadas, o ministro tem insistido no argumento de que cumpriu um período de quarentena de quatro meses quando deixou o Ministério da Fazenda, em 2006. Sob cerco político e intenso bombardeio, ele pretende exibir tranquilidade para destacar, durante a entrevista, que deu palestras remuneradas e fez análises econômicas somente após essa quarentena.
Vera Rosa, de O Estado de S. Paulo
Prática comum. Palocci sustentará, no entanto, que a prática é muito comum entre ex-ministros e ex-presidentes. Na tentativa de dissipar suspeitas de tráfico de influência, ele também vai dizer que nunca aceitou empresas estatais nem órgãos públicos como clientes.
O Planalto tenta a todo custo segurar o chefe da Casa Civil e aguarda um parecer favorável da Procuradoria-Geral da República para espantar a crise.
Enquanto o sinal verde do Ministério Público não vem, ministros procuram dar uma aparência de normalidade ao funcionamento do governo.

Brasil
ISTOÉ 08/06/2011

Palocci no limite

A pedido de Dilma, o ministro fala sobre seu enriquecimento. Ele nega que tenha feito tráfico de influência ou se apoderado de dinheiro de campanha. Mas não revela clientes nem a natureza dos contratos. E assim segue a crise

Octávio Costa

Depois de 20 dias de silêncio, o ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, admitiu se pronunciar publicamente sobre a notável multiplicação de seu patrimônio e sobre as atividades de sua empresa de consultoria, a Projeto. No entanto, Palocci, ao contrário do que esperavam até mesmo seus colegas de governo e partido, não revelou valores de negócios, lista de clientes ou a natureza dos serviços que prestou entre 2006 e 2010, quando era deputado federal e coordenou a campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff.

Em vez de falar em cláusulas de confidencialidade, desta vez, para manter seus clientes no anonimato, Palocci alegou que não pode expôr as empresas que o contrataram a um jogo de caráter político, como acontece agora. Citou, inclusive, as acusações que a oposição fez contra um de seus únicos clientes conhecidos. Palocci, porém, afirmou que todas as informações já foram repassadas aos órgãos de controle financeiro e à Procuradoria Geral da República. O ministro negou que tenha feito tráfico de influência, tratado de interesses privados junto ao governo ou colocado dinheiro de arrecadação eleitoral em sua empresa. "Não existe nenhum centavo que se refira à política ou campanha eleitoral", afirmou Palocci em entrevista ao Jornal Nacional, na noite da sexta-feira 3.

Palocci falou com a TV Globo por determinação da presidente Dilma Rousseff. Na noite da quinta-feira 2, ela havia telefonado para o ministro e teve um diálogo delicado e definitivo. Sugeriu que ele desse entrevista a um meio de comunicação para esclarecer, de forma cabal, as dúvidas sobre a origem da multiplicação de seu patrimônio nos últimos quatro anos. Dilma disse que não havia tempo a perder. O desgaste de Palocci já atingiu o governo como um todo e seria um grave erro aguardar os acontecimentos. Sugestão de presidente da República é para ser cumprida e Palocci escolheu a sexta 3 para a derradeira tentativa de convencer a opinião pública sobre a lisura dos negócios da Projeto. Dilma não deu outra opção ao ministro da Casa Civil. Segundo ela, era preciso quebrar o silêncio para estancar a prematura sangria do governo. Na entrevista ao Jornal Nacional, Palocci disse que "não ofereceu seu cargo" à presidente Dilma Rouseff. "Não conversamos sobre esse assunto, mas não é isso que me prende ao governo", disse o ministro. De acordo com interlocutores próximos à Palocci, ele não deverá mesmo tomar a iniciativa de entregar seu posto. Uma eventual saída só será decidida pela presidente Dilma que, nos últimos dias, devido à crise, se distanciou de seu ministro.

A manifestação pública de Palocci, na sexta-feira, não teve o efeito imediato de arrefecer a crise. Ao mesmo tempo em que os aliados de praxe se perfilavam num apoio entusiasmado, seus críticos seguiram cobrando as mesmas explicações dos últimos dias. "Palocci deixou claro que isto é um assunto pessoal dele e não do governo", disse o líder do governo da Câmara dos Deputados, Cândido Vaccarezza (PT-SP). "O Palocci tem direito de abrir ou não os dados de sua empresa. É uma questão de sigilo profissional", afirmou o deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), líder do partido na Câmara. "Este é o único caso do mundo em que uma firma noticia que vai fechar e o faturamento aumenta", criticou o deputado Antônio Imbassahy (PSDB-BA), se referindo às declarações do ministro que confirmaram o recebimento de cerca de R$ 10 milhões nos últimos dois meses de 2010 como fruto de antecipação de pagamento em razão de encerramento de contratos. "Palocci não deu explicações, deu desculpas", atacou o senador Demóstenes Torres (DEM-GO). O senador Pedro Simon (PMDB-RS) que, no meio da semana, havia sugerido o afastamento de Palocci, manteve sua posição: "Na verdade ele não disse nada de diferente", afirmou Simon. "Continuo achando que Palocci deveria se afastar".

Até a conversa por telefone com a presidente Dilma, na quinta-feira 2, Palocci cultivou a ideia de empurrar a crise com a barriga. Dizia que só daria entrevistas depois que o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, anunciasse a decisão de abrir ou não investigação sobre os negócios da Projeto. Se Gurgel se manifestasse pelo arquivamento, Palocci soltaria fogos e se manteria calado. Do contrário, daria as explicações necessárias. "Estamos aguardando a manifestação da PGR", explicavam os assessores do ministro, nos últimos dias. Essa atitude atendia aos interesses de Palocci, mas mostrou-se desastrosa para a estratégia do Palácio do Planalto. A presidente Dilma Rousseff iniciou a semana passada certa de que tinha nas mãos uma agenda positiva capaz de deixar em segundo plano a polêmica. Dispunha de trunfos como a concessão dos principais aeroportos do País ao setor privado e o lançamento do Plano Brasil sem Miséria, com objetivo de acabar com a pobreza extrema até 2014. O caso Palocci, porém, falou mais alto, para total frustração do Planalto. "A presidente permanece tranqüila, mas acha que a crise foi longe demais", disse uma fonte do governo.

Palocci, de fato, não saiu do olho do furacão. No início da semana, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) revelou detalhes dos serviços de consultoria prestados pelo então deputado federal. Segundo Suplicy, Palocci cobrava R$ 1 milhão a seus clientes e acrescentava uma taxa de sucesso de até R$ 3 milhões. As informações foram prestadas pelo próprio Palocci em conversa de 15 minutos com a bancada de senadores do PT. E a reação diante dos valores foi de total perplexidade. Diante disso, a oposição voltou a se mobilizar. Em manobra rápida na Comissão de Agricultura da Câmara, aprovou a convocação do ministro. O governo sentiu o golpe. Como último recurso para blindar Palocci, o presidente da Câmara, Marco Maia, suspendeu os efeitos da convocação até esta terça-feira 7. "Quanto mais se protela, mais sangra, mais aumentam o passe e a chantagem no Planalto por emenda, por projetos", criticou o deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), da base aliada.

Em meio ao tiroteio, o ministro da Casa Civil participou apenas de atos públicos, assim mesmo de cenho fechado e em silêncio absoluto. Sua presença era aguardada no almoço da presidente Dilma com senadores do PMDB, no Alvorada, para aparar arestas criadas a partir de um bate-boca de Palocci com o vice-presidente Michel Temer, a respeito da votação do Código Florestal. Mas Palocci não compareceu. Como o constrangimento só fazia aumentar, o governo decidiu recorrer ao apoio do PT, cuja Executiva reuniu-se em Brasília na manhã da quinta 2. O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, chamou ao Planalto o presidente nacional do PT, Rui Falcão, e pediu que tentasse a aprovar uma moção de apoio a Palocci. Falcão explicou a Carvalho que, no máximo, conseguiria solidariedade ao governo. Carvalho, então, lhe fez um apelo patético: "Cuide lá para não ter tiro nas costas da gente". Falcão conseguiu contornar uma moção e, em nome pessoal, afirmou que acredita na honestidade de Palocci. "Tenho feito o possível. Mas o pior de tudo é o fogo amigo", desabafou Rui Falcão à ISTOÉ, na noite de quinta-feira.

De fato, muitas vozes no PT já pedem a demissão de Palocci. E citam nomes de prováveis substitutos, como a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. No Planalto, o afastamento ainda não está em cogitação. Mas a pergunta que se faz é até onde irá a paciência da presidente Dilma. "Dilma não é de protelar decisão, mas é fiel a seus amigos e subordinados. Ela jamais entregaria Palocci aos lobos no meio da crise", explicou à ISTOÉ uma fonte palaciana. No curtíssimo prazo, portanto, Palocci está a salvo.

"Minha empresa jamais atuou junto a órgãos públicos"

"Não existe nenhum centavo que se refira à política ou campanha eleitoral"

"Meu cargo pertence à presidente Dilma Rousseff, mas nunca conversamos sobre isso (sua saída do governo)"

OS PRÓXIMOS CAPÍTULOS DA NOVELA PALOCCI

INVESTIGAÇÃO DA PROCURADORIA

O Procurador-Geral da República Roberto Gurgel, não tem prazo para se pronunciar sobre os negócios de Palocci.Mas um limite bem provável é a quarta-feira 8.

CONVOCAÇÃO NA CÂMARA

Na terça-feira 7, o presidente da Câmara Marco Maia, decide se revoga ou não a convocação do ministro Palocci pela comissão de agricultura.

INVETIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do DF abriu investigação sobre o pratrimônio de Palocci e deu prazo até o dia 11 para o Projeto apresentar cópias de seu contratos.



Grileiro de Cristo

Pastor loteia terreno que missão canadense doou para abrigar ONG evangélica e embolsa dinheiro da venda

Claudio Dantas Sequeira

Até o início da década passada a ação missionária internacional era um dos principais pilares da diplomacia não oficial do Canadá, país de maioria cristã. Iniciativas como a de fundar instituições assistenciais em outros países sempre tiveram o apoio das embaixadas. Foi assim que a Canadian Baptist Mission, braço da Igreja Batista Canadense, decidiu fundar em uma área agrícola de Brasília uma organização de recuperação de dependentes químicos, o Ministério Servo – serviço evangélico de reabilitação e vocação. Com apoio diplomático e milhares de dólares em doações internacionais, a instituição recuperou mais de 700 pessoas e, há poucos anos, passou para as mãos de pastores brasileiros. A partir daí, tudo mudou. Além de fechar as portas, o Ministério Servo virou alvo de uma disputa judicial. Seu presidente, o pastor André Ananias Ferreira, é acusado de falsificar documentos e vender sem autorização o terreno onde funcionava a sede da própria ONG, em Vicente Pires (DF). Como ocorrem nas frequentes grilagens de terra no Distrito Federal, as áreas foram parceladas e os lotes, vendidos a terceiros. O dinheiro da venda, em vez de ir para a conta do Ministério Servo, foi parar no bolso de Ananias.

"Ele desmantelou todo o trabalho da instituição, mandou destruir a sede e vendeu os lotes sem autorização", acusa o pastor Marco Aurélio, que foi destituído da vice-presidência do Ministério Servo no ano passado, pelo próprio Ananias. Os dois, aliás, se enfrentam na Justiça. Ananias registrou queixa de tentativa de agressão por parte de Marco Aurélio. Este, por sua vez, ingressou com um pedido de investigação no Ministério Público e na Polícia Civil por conta da venda ilegal do terreno e do suposto desvio de R$ 230 mil – valores relativos a dois lotes de R$ 25 mil e um de R$ 180 mil. Na denúncia, Marco Aurélio também pede que seja apurada a falsificação de assinatura da missionária canadense Joyce Hancok, uma das mais antigas

integrantes da Missão Batista Canadense e fundadora do Ministério Servo. "Ele vendeu os terrenos em nome do Ministério Servo e falsificou minha assinatura como se eu tivesse autorizado a venda", afirma Hancok.

Com a repercussão do caso, Ananias foi pressionado pela Ordem dos Pastores do Distrito Federal, e pela Convenção Batista do DF (CBDF), a devolver o dinheiro para o Ministério Servo. Ele mostrou à reportagem um depósito de R$ 66,5 mil efetuado no dia 19 de maio, na conta da missão. Não soube informar, porém, sobre o destino dos R$ 163,5 mil restantes.

QUEM É O PASTOR

André Ananias Ferreira

Natural de São João de Mereti (RJ)

43 anos

Casado, pai de um filho

Presidente da ONG Ministério Servo

Pastor da igreja Batista Luz da Vida, em Vicente Pires(DF)

UM FARDO CHAMADO PALOCCI

O ministro falou pela primeira vez sobre seu enriquecimento como consultor de empresas. Mas sua permanência no governo continua muito difícil

LEONEL ROCHA

PESO

O ministro Antonio Palocci e a sombra de Dilma no lançamento do programa Brasil sem Miséria, na semana passada. Ele está sendo fustigado pelo próprio partido, o PT

Na noite da sexta-feira, o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, finalmente falou. Depois de três semanas de um silêncio até então inquebrantável, desde a revelação de seu súbito enriquecimento como dono da Projeto, empresa de faturamento de R$ 20 milhões em 2010 e proprietária de um apartamento de R$ 6,6 milhões (leia mais), Palocci deu as primeiras declarações públicas sobre suas prósperas atividades como "consultor" de grandes empresas. Numa entrevista ao *Jornal Nacional*, da TV Globo, concedida depois de ele ser cobrado pela presidente Dilma Rousseff a se pronunciar, Palocci defendeu-se das suspeitas de tráfico de influência e enriquecimento ilícito. Não apresentou documentos nem deu nomes das empresas que recorreram a seus serviços. "Não fiz tráfico de influência, minha empresa jamais atuou junto a órgãos públicos", afirmou Palocci. Em linhas gerais, os argumentos que ele apresentou em sua defesa não são novos. São eles:

1) todas as atividades de sua empresa foram, segundo ele, legais. Palocci afirma que prestou e continuará prestando esclarecimentos às autoridades competentes;

2) a Receita Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf, não apontaram nenhuma irregularidade em suas transações nem abriram nenhum tipo de investigação contra ele;

3) ele se recusa a revelar a lista de seus clientes, sob a alegação de que, protegidos por contratos de confidencialidade, não seria correto "expô-los a conflito político".Mas Palocci repetiu que as informações não são secretas e estarão à disposição dos órgãos fiscalizadores;

4) ele argumenta que o faturamento de sua empresa cresceu nos últimos meses do ano passado em virtude do acúmulo de pagamentos relativos ao encerramento dos contratos e de suas atividades na Projeto, com seu ingresso no governo Dilma.

5) finalmente, ele afirmou que todo o faturamenteo da Projeto se referia a seu trabalho como consultor privado e que não há nenhuma relação desses negócios com política ou com a campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff.

Mas seria essa aparição pública capaz de evitar a saída de Palocci da Casa Civil? Qual será o impacto político de suas declarações? Numa primeira impressão, apesar de seu tom sereno e seguro – ele chegou a esboçar sorrisos e até a fazer ironias durante a entrevista –, Palocci ainda não conseguiu eliminar o ceticismo em torno de sua versão dos fatos e de sua sobrevivência no governo. Além da falta de informações concretas (fatos, números, documentos) e da expectativa de que revelações sobre nomes dos clientes da consultoria de Palocci e seus negócios possam trazer complicações extras para o Palácio do Planalto, acumularam-se nos últimos dias os sinais de que o ministro escalado para ser a âncora política do governo se transformou num fardo pesado demais.

- Palocci não consegue mais atuar como articulador político. Na semana passada, ele não foi ao almoço que reuniu a presidente Dilma, o vice-presidente Michel Temer e os senadores do PMDB. Convocado depois do entrevero em que Dilma ameaçou Temer com a demissão do ministro da Agricultura, Wagner Rossi, Palocci era considerado presença certa no encontro. Na última hora, para surpresa dos peemedebistas, Palocci não apareceu. Há duas versões para sua ausência. A primeira diz que ele foi aconselhado enfaticamente pela presidente a não ir. A segunda diz que Palocci resolveu cancelar sua participação por receio de situações desconfortáveis. Palocci temia a presença dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Requião (PMDB-PR). Simon pediu em discurso a saída de Palocci. Requião assinou o requerimento a favor de uma CPI para investigar a Projeto. Por último, Palocci soube que um senador faria perguntas sobre sua consultoria para depois vazar as respostas a jornalistas. Quando o responsável pela articulação política não consegue participar de um almoço para acertar os termos de convivência com o segundo maior partido da base do governo no Congresso, sua situação está difícil de sustentar.

- O maior partido da base, o PT, está na vanguarda do bombardeio a Palocci. No governo Lula, os petistas defenderam seus pares com força, mesmo nos momentos em que isso era mais difícil. Divulgavam versões para culpar a oposição e faziam acusações ideológicas contra a imprensa. Com Palocci, por iniciativa de Lula, o Planalto ensaiou a repetição da tática. Não colou, e Palocci também não foi tratado com a mesma deferência pelos companheiros. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu, numa reunião, a saída de Palocci. Na semana passada, a comissão executiva do PT se reuniu em Brasília. Durante o encontro, Palocci telefonou para o presidente do partido, Rui Falcão, e disse ter enviado explicações ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Mesmo assim, não conseguiu arrancar um compromisso do partido com sua defesa. Um sinal das dificuldades de Palocci entre seus correligionários é que ele passou a sofrer cobranças públicas até de colegas em poucas condições de fazê-las, como o deputado José Guimarães (PT-CE). Guimarães é aquele deputado cujo assessor foi preso em 2005 no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, tentando embarcar para o Ceará com US$ 100 mil escondidos na cueca. Guimarães e seu então assessor nunca explicaram direito a empreitada, mas agora até ele se sente à vontade para cobrar Palocci.

AUSÊNCIA

Dilma, o vice-presidente Michel Temer e senadores do PMDB em almoço na semana passada. Palocci não foi

Há vários motivos para a má vontade petista com Palocci. Ele é uma *avis rara* no ninho petista, por causa de suas ligações com o empresariado e por ser visto como um partidário da ortodoxia econômica repudiada por parcela expressiva do partido. Além disso, na singular ótica de muitos petistas, o ex-ministro José Dirceu, no caso do mensalão, era mais "defensável" do que Palocci. Dirceu foi acusado de montar um esquema que beneficiava todo o partido. Palocci tem de explicar um negócio pessoal. Em conversas reservadas, companheiros de partido se dizem impressionados com o fato de ele ter comprado um apartamento de mais de R$ 6 milhões no final da campanha eleitoral, em que foi um dos coordenadores, enquanto muitos ainda tentam pagar dívidas da eleição.

- O custo da permanência de Palocci no governo não para de subir. As suspeitas em torno de Palocci animaram os aliados do governo mais afoitos a fazer achaques públicos ao Planalto. Depois do recuo do governo na distribuição do kit homofobia (leia mais), o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ), um dos líderes da bancada evangélica, incitou, com uma linguagem adequada aos chantagistas, os policiais a usar o caso Palocci para arrancar do governo concessões na votação pelo Congresso de um projeto que lhes dá reajustes salariais. "O momento político é este. Temos uma pedra preciosa, um diamante que custa R$ 20 milhões, que se chama Antonio Palocci. Vamos ver quem é da bancada da polícia. Ou vota, ou o Palocci vem aqui", disse Garotinho, referindo-se às tentativas da oposição de convocar Palocci ao Congresso. "Ninguém pode se dar ao luxo de ser refém do medo ou da timidez", disse Dilma no lançamento do programa Brasil sem Miséria, na semana passada, numa declaração que parecia uma resposta às ameaças de Garotinho. Apesar da tentativa de criar uma agenda positiva, o governo parecia imobilizado pelo caso Palocci.

A saída de Palocci pode criar para Dilma o problema de achar um substituto capaz de lhe suprir as deficiências na articulação política, tarefa para a qual nunca mostrou aptidão. Sem Palocci, Dilma ficaria restrita à assessoria do ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, considerado inoperante. No Congresso, Luiz Sérgio ganhou o apelido de "garçom" por apenas servir para anotar pedidos, segundo os parlamentares. De acordo com um aliado, nas reuniões de coordenação, Luiz Sérgio só costuma abrir a boca para pronunciar a frase "duas gotas", no momento em que lhe servem café. Há muitas especulações sobre possíveis substitutos de Palocci no PT. Mas todos eles apresentam algum tipo de problema. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, perdeu pontos depois da intervenção explícita de sua mulher, a senadora Gleisi Hoffmann, contra Palocci. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, é lembrado por ter sido parlamentar, mas não conta com a simpatia de Lula. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, é amigo de Dilma, mas enfrenta processos na Justiça.

A crise colocou Dilma diante de um grande desafio: mostrar liderança. Ela chegou à Presidência, sem nunca antes ter sido eleita para nada, por obra do ex-presidente Lula. No começo, Dilma contou com boa vontade e tentou impor um estilo próprio, com melhor gestão da máquina pública e menos concessões ao jogo político do toma lá dá cá instalado em Brasília. Com as suspeitas em torno de seu principal ministro, Dilma foi obrigada a rever essa estratégia, que tinha limites por causa da linha tecnocrática e quase imperial que ela tentou imprimir. A intervenção de Lula, quando ele circulou por Brasília como se ainda fosse presidente, apenas a enfraqueceu. "O que está acontecendo pode criar problemas graves para ela e o país. A intromissão de Lula foi negativa para a presidente. Ele não se aguentou, queria se mostrar ainda poderoso", diz o cientista político Leôncio Martins Rodrigues. A crise a colocou diante da situação de ter de negociar. Espera-se que a presidente saiba fazer isso, sem ceder, porém, aos velhos hábitos da cultura política brasileira de usar o Estado para benefícios pessoais, expostos mais uma vez pelo caso Palocci.

O ministro e o laranja

Autor(es): Leonardo Coutinho
Veja - 08/06/2011

Acuado por indagações sobre seu enriquecimento e pressionado pelo próprio partido, Palocci agora tem de explicar por que aluga um apartamento que formalmente pertence a uma empresa de fachada

Peça-chave do governo Dilma Rousseff, o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, perdeu sustentação. Palocci entrou em parafuso há vinte dias, quando se descobriu que ele havia conciliado suas atividades como deputado, coordenador da campanha eleitoral da presidente da República e seu principal assessor com a de homem de negócios. O ministro revelou sua, digamos, dupla militância depois que o jornal Folha de S.Paulo noticiou que, em 2010, ele havia comprado um apartamento de 500 metros quadrados nos Jardins, bairro nobre paulistano, por 6,6 milhões de reais e, no ano anterior, uma sala comercial na mesma região por 882000 reais. Com esses imóveis, o patrimônio pessoal de Palocci multiplicou-se 25 vezes desde 2006. Com um salário de 16500 reais como deputado, ele viu-se na contingência de ter de explicar tamanha evolução patrimonial. O ministro informou ter prestado serviços de consultoria a empresas privadas - mas omitiu quais foram seus clientes e quanto eles lhe pagaram. Veio a público que esses trabalhos lhe renderam 20 milhões de reais em 2010, dos quais 10 milhões foram recebidos nos dois meses subsequentes à eleição presidencial. Na semana passada, VEJA revelou mais um dado da vida particular do ministro que destoa de seu salário de homem público. Ele mora em São Paulo não no apartamento de 500 metros quadrados dos Jardins, mas em outro ainda maior: de 640 metros quadrados, em Moema, nas imediações do Parque do Ibirapuera, área igualmente nobre da cidade. A certidão desse imóvel, obtida por VEJA, mostra que ele pode ser uma fome de mais constrangimento para o ministro.

Ladeado por varandas, com quatro suítes, três salas, duas lareiras, churrasqueira e outros requintes, o apartamento serve à família de Palocci há quatro anos. Está avaliado em 4 milhões de reais. O condomínio chega a 4600 reais e o IPTU a 2300 reais mensais. A assessoria do ministro informa que ele paga aluguel. Imobiliárias que administram as unidades vizinhas à de Palocci informam que o valor médio da locação naquele prédio é de 15000 reais. De acordo com o 14° Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, o apartamento no qual Palocci mora pertence à Lion Franquia e Participações Ltda. Essa empresa, por sua vez, está registrada em nome de dois sócios: Dayvini Costa Nunes, com 99,5% das cotas, e Filipe Garcia dos Santos, com 0,5%. Começa aqui a estranha história do apartamento alugado por Palocci. Filipe Garcia dos Santos tem apenas 17 anos e somente foi emancipado no ano passado. Dayvini, seu sócio majoritário, tem 23 anos, é representante comercial, mora em um casebre de fundos na periferia da cidade de Mauá, no ABC paulista. Ex-funcionário da prefeitura da cidade, comandada pelo petista Oswaldo Dias, já ganhou a vida como vendedor em uma loja de roupas e, hoje, sobrevive transportando videogames em seu carro, uma Saveiro comprada a sessenta prestações. Deve 400 reais a uma administradora de cartões de crédito, teve de abandonar o curso de administração por não conseguir pagar a mensalidade da faculdade e, agora, está sendo processado por essa instituição, que exige a quitação de 3200 reais. Tanto seu telefone fixo quanto o celular estão cortados por falta de pagamento.

Ricardo Nahat, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil,

CERTIFICA, a pedido de parte interessada, que revendo o Livro nº 02 de Registro Geral do Serviço Registral a seu cargo, dele verificou constar a matrícula do teor seguinte:

LIVRO N.º 2 - REGISTRO GERAL

matrícula 125.959 | ficha 01

14.º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMOVEIS DE S. PAULO

São Paulo, 01 de dezembro de 1.995.

IMOVEL:- APARTAMENTO nº 6, localizado no 6º andar ou 9º pavimento do EDIFICIO TOM ARTHUR, situado à Avenida Juriti nº 307, em Indianopolis - 24º Subdistrito.

UM APARTAMENTO com área útil de 414,18m², área comum de 371,04m², na qual estão compreendidas as áreas correspon- [illegible] no subsolo [illegible]

R.10/125.959, em 17 de setembro de 2.008.
TITULO:- **DOAÇÃO.**

Por escritura de 04 de setembro de 2008 do 29º Tabelião de Notas desta Capital (Lº 659, pág. 203), GESMO SIQUEIRA DOS SANTOS, RG nº 16.684.444-5-SSP/SP, CPF nº 045.758.458-09 e sua mulher ELIZABETE DA COSTA GARCIA SANTOS, RG nº 14.240.991-1-SSP/SP, CPF nº 140.569.998-13, brasileiros, comerciantes, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e

- continua na ficha nº 03 -

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL

14º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo

matrícula 125.959 | ficha 03

São Paulo, 17 de setembro de 2.008.

domiciliados nesta Capital, na Alameda dos Jurupis nº 1.035, apto 162-B, doaram à LION ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA EPP, CNPJ nº 09.569.253/0001-55, com sede nesta Capital, na Rua dos Chanés nº 310, 96,35% do imóvel desta matrícula pelo valor de R$967.769,27 (novecentos e sessenta e sete mil, setecentos e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos).

O Escr. Aut. (Paulo Fernando de Mello Pires)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

EMPRESA		
LION ADMINISTRACAO DE BENS LTDA		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35222256103	25/04/2008	01/06/2011 10:31:55
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
15/04/2008	09.569.253/0001-55	

NUM.DOC: 462 [illegible]/12/2010

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA LION FRANQUIA E PARTICIPACOES LTDA.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE ROSALDE LARANJEIRA DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 103.355.268-28, RESIDENTE À ALAMEDA JURUPIS, 1035, APTO 162 B, INDIANOPOLIS, SÃO PAULO - SP, CEP 04088-004, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS).

ADMITIDO DAYVINI COSTA NUNES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 371.552.628-91, RG/RNE: 43.958.530-4 - SP, RESIDENTE À RUA SIMEAO SILVESTRE, 19, JARDIM MAUA, MAUA - SP, CEP 09340-160, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.990,00 (UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).

ADMITIDO FILIPE GARCIA SANTOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 423.677.518-61, RG/RNE: 34.788.151-8 - SP, RESIDENTE À RUA DR JOSE OLIVEIRA FRANCO, 423, JARDIM BRASILIA, MARIALVA - PR, CEP 86990-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 10,00 (DEZ REAIS).

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ, SITUADA À RUA PRUDENTE DE MORAES, 282, CENTRO, SALTO - SP, CEP 13320-150, COM OBJETO DESTACADO DE : INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35222256103
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 31/05/2011

AS PROVAS... *À esquerda, a certidão mostra que a Lion Administradora de Bens é a dona formal do imóvel onde mora Palocci. Hoje chamada Lion Franquia e Participações, ela pertence a Dayvini Nunes, como está registrado, à direita, na Junta Comercial*

A FRAUDE *Dayvini Nunes prefere assumir o delito a enfrentar o homem forte do governo: "Esse problema envolve pessoas com quem eu não tenho como brigar. Não tenho como bater de frente com Palocci"*

Dayvini ganha 700 reais por mês e ainda é sustentado por sua mãe, uma professora da rede pública de ensino. Precisaria trabalhar sete meses, e não gastar um centavo sequer, para conseguir pagar um mês de condomínio no edifício onde mora Palocci. Como pode, então, ser dono do imóvel? A resposta é simples: Dayvini não passa de um laranja, termo utilizado em relação a pessoas que assumem como suas as propriedades de terceiros. Ou melhor, Dayvini é a árvore mais visível de um laranjal. Na quinta-feira passada, ele conversou com VEJA em sua casa de 70 metros quadrados em Mauá (veja o quadro na pág. 72 e vídeo em VEJA.com). Mostrou-se surpreso ao ser confrontado com a informação de que é o dono formal do vistoso apartamento no qual mora o ministro. "Nunca tive bem algum", disse ele na entrevista. Pelos documentos registrados em cartório, descobre-se que o nome de Dayvini começou a aparecer na escritura do imóvel em janeiro de 2008. Naquele mês, o representante comercial foi registrado como beneficiário de uma hipoteca no valor de 233450 reais, cuja garantia era o apartamento do Ibirapuera. "Eu sou pobre. Como eles poderiam me dever?", indagou Dayvini, na quinta-feira. Em setembro de 2008, o imóvel foi transferido por doação à Lion Franquia e Participações Ltda. No dia 29 de dezembro do ano passado, quando Palocci já posava como homem forte do governo Dilma, Dayvini assumiu 99,5% das cotas da Lion Franquia e Participações. Questionado por VEJA, o representante comercial garantiu que jamais recebeu um tostão de aluguel de Palocci. Na sexta-feira, porém, Dayvini telefonou para VEJA a fim de mudar a versão que havia contado no dia anterior. Ele não negou ser laranja da Lion, mas afirmou que o fez voluntariamente para ajudar parentes. "Eu quero tirar essas empresas do meu nome", disse. Em seguida, afirmou ter mentido na entrevista do dia anterior e explicou o motivo: "Esse problema envolve pessoas com quem eu não tenho como brigar. Não tenho como bater de frente com Palocci".

A cadeia de ilegalidades relacionadas ao apartamento onde reside o ministro da Casa Civil vai além da constituição de Dayvini como laranja da Lion Franquia e Participações. A empresa usou endereços falsos em todas as operações feitas nos últimos três anos. A Lion recebeu o apartamento onde mora Palocci em 2008, de um tal Gesmo Siqueira dos Santos, tio de Dayvini. Siqueira dos Santos responde a 35 processos por fraude de documentos, adulteração de combustível e sonegação fiscal. Uma mulher que trabalhou como empregada doméstica em sua casa foi usada como laranja em outras quatro empresas abertas por Siqueira Santos. O nome dela é sugestivo: Rosalide Laranjeira da Silva.

No caso da Lion Franquia e Participações, o sócio de Dayvini, o adolescente Filipe Garcia dos Santos, informou ao cartório de registro de imóveis um endereço residencial inexistente no Paraná. Na sede formal da Lion Franquia e Participações, na cidade de Salto, a 100 quilômetros da capital paulista, funciona uma loja de decoração. VEJA questionou o ministro Palocci, por meio de sua assessoria de imprensa, sobre o locador de imóvel do Ibirapuera, o valor do aluguel e a quem são feitos esses pagamentos. Não houve resposta. Dê-se ao ministro o benefício da dúvida, pois ninguém que paga aluguel está obrigado a saber da idoneidade da pessoa física ou jurídica de quem aluga. Mas, dados o histórico e a posição de Palocci, é uma imprudência alugar o apartamento de uma empresa de fachada.

Não é a primeira vez que um trabalhador anônimo atravessa a carreira política do ministro da Casa Civil. Fiador da estabilidade econômica no primeiro governo Lula, principal interlocutor do empresariado entre os petistas e tido como hábil negociador político, Palocci perdeu o Ministério da Fazenda em 2006 por causa de uma casa em Brasília usada para encontros com prostitutas e negócios pouco republicanos. Para desqualificar a principal testemunha de suas visitas à casa, ele envolveu-se na quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa. No ambiente de impunidade que nodoa o Brasil. Palocci teve uma segunda chance para reconstruir sua carreira política. No mesmo ano, elegeu-se deputado federal. Em 2009, obteve o arquivamento dos processos resultantes de escândalos ocorridos em sua gestão na prefeitura da paulista Ribeirão Preto. No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal o inocentou no caso do caseiro. Era tarde demais para que Palocci entrasse na lista dos presidenciáveis petistas, mas houve tempo suficiente para que ele assumisse, primeiro, a interlocução da então candidata Dilma com o empresariado - e, depois da eleição, encampasse também a representação política e boa parte da condução do novo governo.

Nessa função, Palocci amealhou mais adversários do que aliados. Representando a presidente, vetou a concessão de cargos federais aos expoentes da base governista. Há dez dias, chegou a trombar com o vice-presidente, o peemedebista Michel Temer. Em um telefonema desastroso, ameaçou demitir todos os indicados por Temer, se o PMDB não votasse contra o Código Florestal. O PMDB refutou a bravata. A surpresa viria de seu próprio partido. No dia 27, o governador da Bahia, Jaques Wagner, se disse surpreso com o rendimento do consultor Palocci. Na semana passada, a senadora Gleisi Hoffmann (PR), mulher do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, acenou para o risco de a crise detonada por Palocci atingir o partido e o governo. Na última quinta-feira, quatro integrantes da executiva da agremiação pediram a demissão imediata do chefe da Casa Civil. Entre os que cobraram a cabeça de Palocci, está até o secretário-geral do PT, Elói Pietá. O PT decidiu isolá-lo. "A crise não é do partido, é do governo", disse o deputado petista André Vargas (PR). Dilma, sua chefe, e seu padrinho, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, exigiram que ele apresentasse explicações imediatas. Na sexta-feira, ele tentou dá-las no Jornal Nacional. Ficaram longe de resolver o seu problema. E agora tem mais essa, do apartamento em São Paulo.

COM REPORTAGEM DE ANDRÉ ELER, LAURA DINIZ, MARCELO SPERANDIO E IGOR PAULIN

"Sou laranja"

O representante comercial Dayvini Costa Nunes é, formalmente, dono da empresa à qual pertence o apartamento de 640 metros quadrados alugado pelo ministro Antonio Palocci, em São Paulo. Ele concedeu duas entrevistas a VEJA. Na primeira, mostrou-se indignado ao saber que fora usado como laranja. Na segunda, orientado por pessoas que lhe ditavam o que dizer, Nunes afirmou ser cúmplice da fraude.

O QUE ELE DISSE NA PRIMEIRA ENTREVISTA

O senhor é empresário?

Olhe ao meu redor. Sou pobre. Trabalho como representante comercial e ganho 700 reais por mês.

Já ouviu falar da empresa Lion Franquia e Participações Ltda.?

Não. O que é isso?

Oficialmente, o senhor é dono dessa empresa.

Nunca assinei nada. Nunca me pediram autorização e jamais emprestei documentos.

Como o senhor recebe a notícia de que há uma empresa registrada em seu nome?

Estou assustado. Fiz o primeiro ano de faculdade, mas não consegui pagar as mensalidades. Não tenho nada a não ser uma Saveiro financiada em sessenta meses.

Tem outras dívidas?

Devo uns 400 reais no cartão de crédito. Meu celular foi cortado, o telefone fixo e a internet também.

O senhor sabe que é dono de um apartamento de 640 metros quadrados em Moema?

Como assim? Nunca tive bem algum. Mas você está falando que eu tenho um apartamento "da hora" em Moema?

Sim. Em 2008, o senhor recebeu uma hipoteca desse apartamento, em garantia de um crédito de 233450 reais.

Quanto?

Precisamente 233450 reais.

Nunca tive um dinheiro desses. Meu Deus! O que fizeram com meu nome? Se eu tivesse um dinheiro desses, acha que teria abandonado a faculdade por não pagar as mensalidades?

O ministro Antonio Palocci mora nesse apartamento. O senhor sabe de quem se trata?

É o ministro que está sendo investigado? Ele mora no apartamento que está em meu nome? Então, não deve ser um apartamento pobre. Deve ser coisa boa.

O senhor conhece o ministro Palocci, já falou ou teve contato com ele por intermédio de alguém?

Nunca. Os únicos políticos que conheço são vereadores.

O senhor é filiado a algum partido ou trabalha para algum político?

Trabalhei para a prefeitura de Mauá em 2008. Fui exonerado depois de seis meses, logo que trocou o governo. Minha vontade é pegar esse apartamento que registraram em meu nome, vender e pagar minhas dívidas, comprar uma casa boa para minha família.

O QUE ELE DISSE NA SEGUNDA ENTREVISTA

Um homem ligou dizendo ser seu tio. O que ele quer?

Desde que você falou comigo não consigo dormir, por causa dessas coisas que envolvem pessoas com quem não tenho como brigar, como o Palocci, entendeu? Eu não tenho como bater de frente com essas pessoas. Sou laranja.

O seu tio disse que o senhor sabia que era laranja.

Ontem, quando você chegou na minha casa, estava um pouco nervoso.

O senhor mentiu ontem ou está mentindo agora?

Eu menti ontem.

NACIONAL

Vera Rosa, de O Estado de S. Paulo Domingo, 29 de maio de 2011

Protagonismo. Incomodada com a repercussão do socorro que recebeu do antecessor, presidente decide comandar reuniões a partir desta semana, reunir Conselho Político e lançar plano de erradicação da miséria

Desgastada com ação de Lula, Dilma chama base e põe à prova poder político

Sem conseguir resolver o apagão na articulação política do Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff comandará uma série de reuniões, a partir desta semana, na tentativa de provar que o governo não está paralisado pela crise envolvendo o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. Dilma não gostou da repercussão do "socorro" do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e quer mostrar que não é teleguiada.

Apesar de acatar os conselhos de Lula, que assumiu as rédeas políticas do governo após o desastrado telefonema no qual Palocci ameaçou o vice-presidente, Michel Temer, com a demissão de ministros do PMDB, Dilma avalia que a entrada do antecessor em cena foi usada pela oposição para desqualificá-la. Ficou contrariada com comentários sobre a anemia de sua equipe e está disposta a sair da defensiva.

Na terça-feira, após voltar de uma viagem ao Uruguai, Dilma terá conversa reservada com Temer, antes de dirigir uma reunião com governadores e prefeitos de capitais que serão sede da Copa de 2014. Na manhã deste sábado, 28, pela primeira vez desde o início da ruidosa crise, ela telefonou para o vice e procurou superar o mal-estar dos últimos dias.

"Nós dois, juntos, vamos pacificar o PMDB", disse Dilma. "É hora de virar essa página e seguir em frente." Na quarta, a presidente almoçara com senadores peemedebistas, em mais uma tentativa de evitar nova rebelião de sua base no Congresso. No mesmo dia está previsto um encontro com o Conselho Político, que abriga presidentes de partidos aliados e só se reuniu uma única vez até agora. O lançamento do programa Brasil sem Miséria, vendido como vitrine social, foi marcado para quinta-feira.

Para conter as dissidências no PMDB, Dilma receberá muito mais senadores do partido, nos próximos dias, do que aqueles que recebeu em cinco meses de governo. No Palácio do Jaburu, Temer promoverá reunião preparatória com eles amanhã, para tratar das fraturas na coalizão. Será uma espécie de divã.

O auge da crise com o PMDB ocorreu quando Palocci – alvejado por denúncias de enriquecimento vertiginoso quando era deputado federal – passou a mão no telefone e ligou para Temer, a mando de Dilma, na madrugada de segunda-feira.

Vera Rosa, de O Estado de S. Paulo

'Amadorismo'. *O clima era tenso. Acuado, Palocci foi direto ao assunto. Sem cerimônia, avisou que os ministros do PMDB seriam demitidos se o partido aprovasse emenda ao Código Florestal concedendo anistia a desmatadores até 2008. Não foi só: no bate-boca, o chefe da Casa Civil disse que a degola começaria pelo ministro da Agricultura, Wagner Rossi, indicado por Temer.*

"Se é assim, é melhor o PMDB entregar todos os cargos", reagiu, irritado, o vice-presidente. "Mas vocês são ou não são governo?", provocou o chefe da Casa Civil. O PMDB contrariou Dilma na votação da Câmara e, a partir daí, a relação com o partido azedou, deflagrando-se a guerra.

Palocci pediu desculpas para Temer e no sábado ligou novamente para ele, antes de Dilma. A temperatura da crise estava tão alta que, no Planalto, ninguém sabia como seria o encontro entre Dilma e Temer, amanhã, na base aérea, antes da partida dela para o Uruguai. Por causa da viagem, o vice assumirá a Presidência por um dia. A ligação de Dilma fez diminuir um pouco a tensão.

"Lula também ajudou a acalmar os ânimos", admitiu o líder do governo no Congresso, Romero Jucá (PMDB-RR). "Casamento é assim: às vezes enfrenta crises, mas já houve uma operação panos quentes", amenizou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

O ex-presidente já administrou uma crise com Palocci em 2006, quando o então ministro da Fazenda acabou abatido, no rastro do escândalo da quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, revelado pelo **Estado**. Disse estar "escaldado" com turbulências, mas saiu de Brasília preocupado.

O telefonema de Palocci a Temer foi visto até no PT como mais um sinal de amadorismo do Planalto. Com Palocci nas cordas e o ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio, cada vez mais enfraquecido, Carvalho ocupou o vazio político.

Orientado por Lula, de quem foi chefe de gabinete, ele reforçou a ofensiva para barrar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a evolução do patrimônio de Palocci. Conversou com a bancada evangélica e percebeu que havia clima propício para a instalação da CPI no Senado, caso o governo não suspendesse a distribuição do kit contra a homofobia em escolas públicas.

Foi Carvalho, também, o porta-voz da decisão palaciana de apontar o dedo para o PSDB. Em estratégia acertada com Dilma e Lula, ele acusou a Secretaria de Finanças de São Paulo – dirigida por Mauro Ricardo Costa, aliado do ex-governador José Serra (PSDB) – de quebrar o sigilo fiscal da empresa de consultoria Projeto, pertencente a Palocci.

'Não vou, não vou'. Deputados e senadores da base aliada, porém, avaliam que nenhum contra-ataque reverterá o encrencado jogo do governo se Dilma não escolher um interlocutor com autonomia para negociar com o Congresso. E, pior, se ela prosseguir com a tática do confronto com o PMDB.

"Eu não vou misturar votação de Código Florestal, que ainda passará pelo Senado, com distribuição de cargos. Não vou, não vou e não vou", esbravejou Dilma, em almoço com a bancada do PT no Senado, na quinta-feira, quando questionada sobre a montagem do segundo escalão.

Além de Dilma não ter dado brecha para os petistas reclamarem sobre a falta de diálogo, todos ficaram perplexos com o que ouviram. Quando o líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que o PMDB apoiava relatório de Aécio Neves (PSDB) para mudar a tramitação das medidas provisórias, Dilma não se conteve.

"Querem mudar isso justamente agora?", protestou ela, desautorizando acordo firmado por Jucá, líder do governo, com a oposição. "Não vou aceitar. Não se governa o Brasil sem Medida Provisória." Em seguida, virou-se para Palocci e perguntou, na lata: "Você sabia disso?"

A resposta do ministro foi sintomática. "Esse assunto eu desconheço. A Casa Civil trata de questões plurais", respondeu Palocci. Dilma dirigiu a mesma interrogação a Luiz Sérgio, chamado nos bastidores de "garçom" do Planalto por carregar a bandeja de pedidos de deputados e senadores, sem nunca decidir nada. Consta que ele não disse nem sim nem não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho ficado estarrecido com a forma como o tráfico avança em todos os estados brasileiros e com a capacidade dos traficantes em tornar mais acessíveis drogas com potencial devastador.

Não é para menos, porque o Relatório da Agência da ONU sobre Drogas e Crimes – UNODOC divulgado na quinta-feira indica que o número de carregamento de cocaína vinda do Brasil e apreendido na Europa aumentou mais de dez vezes entre 2005 e 2009.

O Brasil é hoje o país de trânsito mais proeminente das Américas em termos de número de remessas enviadas à Europa.

Esse quadro se confirma quando se verifica o número de apreensões de drogas dentro do território brasileiro, em particular de **crack**, que, juntamente com o oxi, uma nova variante, arrebata a vida de inúmeras pessoas.

Tenho ficado indignado, também, com o atual Governo, que prometeu mundos e fundos na campanha presidencial, mas não tem combatido efetivamente o tráfico de entorpecentes, conforme disse o Ex-Presidente Lula, por ocasião do lançamento do Programa de Combate ao Crack em 2010.

É verdade que se acaba de lançar o Plano Estratégico de Fronteira, com o objetivo de desenvolver uma ação coordenada entre as Forças Armadas, Polícia Federal, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal nas divisas do Brasil com os países vizinhos.

Mas pergunto: com o atual contingente da Polícia Federal e os equipamentos disponíveis, haverá efetividade nessa ação do Governo?

O fato é que, como se não bastasse o aumento vertiginoso do crack em todo o Brasil, os traficantes já fizeram chegar às ruas, em 13 estados da Federação e no Distrito Federal, o oxi, que tem um potencial bem mais avassalador que o seu antecessor.

O fato é que, após a apreensão de 165 pedras de oxi no bairro Macaúba, em Teresina, no Piauí, podemos dizer que metade do nosso país acaba de ser tomado por um inimigo implacável, com alto poder de fogo.

A invasão começou pelo Norte do Brasil e veio da Bolívia e do Peru há mais de dois anos, embora haja notícias de apreensões de oxi em Rio Branco, no Acre, há mais de uma década.

Na verdade, existem muitos viciados que têm consumido oxi pensando que se trata de crack, conforme salienta a Polícia Civil daquele estado.

A composição dessa droga, que tem levado 30% dos usuários à morte em apenas um ano de consumo, varia muito, mas pode ser compreendida como uma derivação do **crack**, com pior qualidade.

Para chegar ao oxi, os traficantes adicionam à pasta-base de cocaína cal e querosene, mas, para aumentar o lucro, acabam acrescentando outras substâncias extremamente nocivas, como ácido sulfúrico, ácido bórico e rejunte.

É um esforço nefasto para fazer render a droga e angariar mais dinheiro com o tráfico.

O resultado não poderia ser pior, porque não precisa conhecer química para entender os efeitos que um coquetel com componentes agressivos, como ácidos, pode ocasionar no corpo humano.

O oxi resulta, assim, num ciclo devastador que arrebata a vida de crianças, jovens e adultos.

Os traficantes conseguem colocar no mercado uma pedra de oxi a dez reais, o que se torna extremamente atrativo para os consumidores.

É a trilha para a morte: preço baixo e alto poder letal.

Exatamente por isso, Senhor Presidente, queremos cobrar do Governo da Presidente Dilma medidas no sentido de empenhar e aplicar efetivamente as receitas destinadas ao Programa de combate ao crack, que utilizou apenas 30% da verba em 2010 e tem atrasado projetos fundamentais nessa guerra contra as drogas.

Em maio de 2010, o então Presidente Lula lançou, com a euforia que lhe era peculiar, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas, como o Oxi, este novo inimigo.

O programa teria mais de quatrocentos e dez milhões de reais do orçamento à disposição para ações administradas por dez ministérios ainda no ano de 2010.

Dois meses depois, por meio de medida provisória, abriu-se crédito extraordinário que encaminhava os quatrocentos e dez milhões de reais para os órgãos que coordenariam o programa.

O Fundo Nacional Antidrogas ficaria com 100 milhões; o Ministério da Justiça com 120 milhões, o Fundo Nacional de Assistência Social com outros cem milhões e o Fundo Nacional de Saúde com noventa milhões.

Os valores deveriam ser gastos em 2010 com projetos e convênios já programados.

Ocorre que dados oficiais do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI apontam que o Governo deixou de empenhar 33 milhões do crédito de que dispunha e, assim, o montante foi devolvido ao Tesouro Nacional.

Mas não é só, Senhoras e Senhores Senadores, somente 121 milhões de reais, ou seja, menos de 30% do total empenhado, foram executados em 2010, ou seja, foram efetivamente empregados nos programas do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack.

O resultado é que 255 milhões de reais que sobraram do orçamento de 2010 foram incluídos nos restos a pagar. E neste ano de 2011, o Governo não direcionou qualquer verba para o Plano Integrado de

Enfrentamento ao Crack, o que impede a criação de novos projetos.

Essa situação é gravíssima, Senhor Presidente, porque, se os restos a pagar não forem empregados até o dia 30 de junho, amanhã, poderão ser cancelados.

Ora, não é assim que se trata um problema capaz de colocar em risco o futuro das novas gerações, um problema que é hoje o mais grave na área de segurança pública e tem perspectiva de piorar com a chegada do oxi.

Faço aqui, portanto, um apelo à Presidente Dilma, para que cumpra as promessas de campanha e combata efetivamente esta erva daninha que arranca do jardim da juventude o perfume da inocência e da esperança.

E não me digam aqui que a Presidente vai criar 49 centros de referência ao combate ao Crack, porque isso já estava previsto no Plano lançado anteriormente.

A sociedade quer ver as operações da Polícia Federal e o controle efetivo das fronteiras colocadas em prática, mas essas ações foram prejudicadas pelos cortes do orçamento. Oxalá esse quadro seja revertido com o Plano Estratégico de Fronteira.

Sr. Presidente, o Governo precisa enfrentar de forma ferrenha e implacável o avanço do crack e do oxi, bem como as organizações criminosas que aproveitam o espaço para ganhar terreno e dominar nossas cidades.

É preciso fazer funcionar de forma efetiva o Plano Integrado de Enfrentamento ao crack e outras drogas.

Muito obrigado!

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos celebrando hoje o dia da independência política de Sergipe em relação à Bahia, uma data que marca a consolidação do sentimento de ser sergipano. Gostaria de registrar algumas palavras pra fazer chegar a todos os brasileiros, e em especial aos sergipanos, importantes momento da história de Sergipe e de sua participação na construção da história do Brasil.

Tem-se como registro que as terras de Sergipe foram avistadas em 4 de outubro de 1501, quando os barcos portugueses, contornando a costa da terra descoberta, chegaram a um grande rio, batizado por eles como São Francisco, em homenagem ao Santo católico nascido no mesmo dia.

Sergipe era terra de índios valentes, do grupo tupinambá, cujos nomes de caciques e guerreiros permanecem vivos, denominando cidades, ruas e monumentos, como Serigy, Aperipê, Siriri, Muribeca e Pacatuba, e cuja cultura se faz presente até hoje, em expressões lingüísticas, nos artesanatos e em costumes culinários que são parte do cotidiano sergipano. Mais de 50 anos foram consumidos em lutas e tentativas de ocupação, contra a população tupinambá que reagia firmemente ao jugo português.

No começo da história de Sergipe, embarcações francesas e holandesas faziam incursões, contrabando de pau Brasil e de outros recursos naturais através do Rio São Francisco. A presença constante de outros povos em terras brasileiras preocupava Portugal e determinava uma ocupação estratégica, mas só em 1º de janeiro de 1590, com a vitória de Cristóvão de Barros sobre os indígenas, deu-se início à colonização, com a abertura de estradas, a divisão das terras e a edificação de cidades. As Cartas de Sesmarias distribuídas entre os vitoriosos vinculava a utilização das glebas nas lavouras e nos criatórios, destinando as terras para o cultivo e processamento da cana-de-açúcar e para as fazendas de criação de gado.

As finalidades da colonização eram evitar a presença estrangeira, estabelecer uma ligação entre as Capitanias da Bahia e de Pernambuco, abastecê-las com víveres e contribuir com as exportações das riquezas brasileiras. Por mais de dois séculos Sergipe produziu riquezas e marcou presença significativa na exportação de açúcar, que em fase áurea era produzido por cerca de 200 engenhos instalados e representava boa parte da produção brasileira que era exportada.

Nesses mais de dois séculos, a atividade próspera gerou uma elite forte e enriquecida, formada por famílias de criadores de gado e donos de engenhos, que passavam a ter influências na Colônia.

Foi essa elite que, apesar da falta de consenso, acabou por semear a independência política, econômica e administrativa de Sergipe em relação à Bahia, resultando na Carta Régia assinada por D. João VI, em 8 de julho de 1820, determinando a autonomia.

Dom João tinha motivos pra acatar o pedido de autonomia, em especial como medida de contenção das revoltas e descontentamentos que surgiam no Nordeste, dentre as quais a expressiva Revolução de Pernambuco, em 1817. No entanto, o descontentamento do governo da Bahia em perder o controle sobre o açúcar que era exportado pelos portos sergipanos, a hesitação de alguns fazendeiros sergipanos influentes em Salvador quanto o benefício da autonomia econômica, e o próprio processo de Independência do Brasil, impediu o imediato cumprimento da Carta Régia de Dom João VI.

A autonomia foi adiada até 1824, quando o Império foi formado e nele Sergipe passou à posição de Província, já por determinação do Imperador Dom Pedro I.

Esse chão brasileiro, cuja história se confunde com a própria história do Brasil, sempre foi celeiro de grandes contribuições no campo das idéias, nas defesas da pátria, na construção dos ideais de liberdade e igualdade que possuímos enquanto nação. São tantos

os sergipanos que ilustram a história do Brasil, em todos os seus tempos, que tentar citá-los evocaria injustiça com os não mencionados, que igualmente deram de si, levando o sopro da intrepidez, da condição pioneira e inovadora da alma sergipana.

Mas, faço, aqui, uma homenagem a todos, através de alguns vultos do passado, cujas contribuições são ainda hoje de grande relevância. Como o novo pensar jurídico que levou à imortalidade Tobias Barreto; as contribuições do filólogo Laudelino Freire, autor do *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*; a densidade de Fausto Cardoso, pensador de grande envergadura; Martinho Garcez, com as primeiras idéias acerca do divórcio; Silvio Romero, Manoel Bomfim, dentre outros tantos.

Aproveito pra registrar que hoje o Iphan entrega ao Estado de Sergipe o Diploma que reconhece como patrimônio da humanidade a praça São Francisco, em São Cristóvão. Um conjunto monumental belíssimo que ilustra a quarta cidade mais antiga do Brasil e a primeira capital de Sergipe.

A todos os sergipanos meus parabéns e que essa vontade de liberdade e de crescimento esteja sempre presente nas conquistas de nosso povo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, a partir deste momento, não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a presente sessão. Que Deus ilumine todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 25 minutos.)

ATA DA 88ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 1º DE JUNHO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 88,** de 2 de junho de 2011)

RETIFICAÇÕES

Republique-se, na íntegra por omissão gráfica, o Aviso nº 14, de 2011-CN (nº 700- GP/TCU, na origem), das páginas nºs 20419 a 20504, para fazer constar o texto e a imagem abaixo da tabela TCU em números à página 20423; e também fazer constar o texto correto do item 2.2.9 – Transporte à página 20447.

AVISO
Nº 14, DE 2011-CN
(nº 700-GP/TCU, na origem)

Brasília, 30 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal referente ao 1º trimestre do exercício de 2011.

Respeitosamente,

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

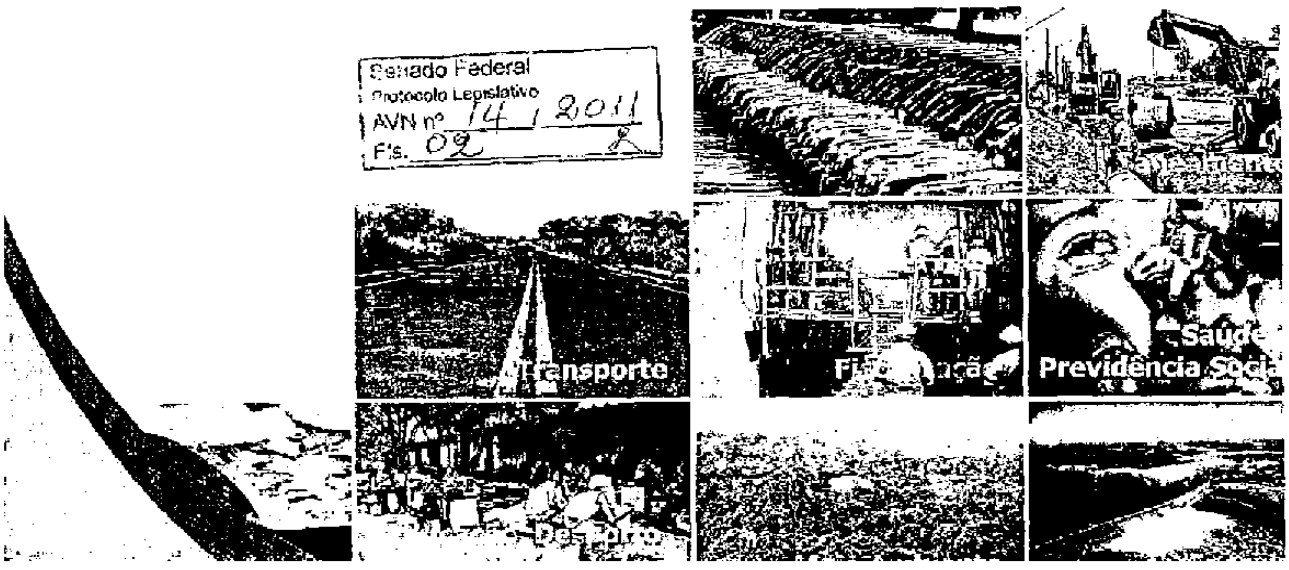
A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

2011 Relatório de Atividades

1º Trimestre

Senado Federal
Protocolo Legislativo
AVN nº 14 / 2011
Fls. 02





Tribunal de Contas da União
Setor de Administração Federal Sul, Quadra 4, lote 1, Brasília-DF,
CEP 70042-900

Secretaria-Geral da Presidência
Secretaria de Planejamento e Gestão
(61) 3316-7374/7498 - seplan@tcu.gov.br

Ouvidoria do Tribunal de Contas da União
0800-441500 - ouvidoria@tcu.gov.br

Ministros

Benjamin Zymler, presidente
Augusto Nardes, vice-presidente
Valmir Campelo
Walton Alencar Rodrigues
Ubiratan Aguiar, presidente
Aroldo Cedraz
Raimundo Carreiro
José Jorge
José Múcio Monteiro

Auditores

Augusto Sherman Cavalcanti
Marcos Bemquerer Costa
André Luís de Carvalho
Weder de Oliveira

Ministério Público

Lucas Rocha Furtado, procurador-geral
Paulo Soares Bugarin, subprocurador-geral
Maria Alzira Ferreira, subprocuradora-geral
Marinus Eduardo de Vries Marsico, procurador
Cristina Machado da Costa e Silva, procuradora
Júlio Marcelo de Oliveira, procurador
Sergio Ricardo Costa Caribé, procurador

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
http://www.tcu.gov.br

Relatório de Atividades
1º Trimestre/2011

Brasília-DF
2011

©Copyright 2011, Tribunal de Contas da União
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

www.tcu.gov.br

Diagramação, capa e compilação
Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)
Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan)

Brasil. Tribunal de Contas da União.
Relatório de Atividades: 1º Trimestre de 2011 / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento e Gestão, 2011.
82 p.
1. Tribunal de Contas, relatório, Brasil. I Título

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar ao Congresso Nacional e ao cidadão brasileiro o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), do 1º trimestre de 2011, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Federal.

O relatório apresenta os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de suas atribuições, os quais constituem, no essencial, resposta positiva a delinear o acerto da conjugação de esforços institucionais pela busca constante de melhoria da Administração Pública, criando-se, assim, uma ambiência favorável ao atendimento dos anseios do cidadão por crescentes ganhos de qualidade na prestação dos serviços que lhe são ofertados ou postos à sua disposição.

Vale ressaltar que, embora a maior parte dos benefícios das ações de controle externo sejam imensuráreis, por advir basicamente da expectativa de controle, da prevenção de desperdícios, de melhoria na alocação de recursos, de sugestão de aprimoramento de leis, de redução de danos ambientais e melhorias de políticas públicas, alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração, tendentes, inclusive, a gerar benefícios por tempo indeterminado.

Em consonância com essa assertiva, merece registro o fato de que, no período em exame, tais benefícios alcançaram o montante de R$ 1,5 bilhão, valor 4,97 vezes superior ao custo do funcionamento do Tribunal no período, estimado em R$ 307,2 milhões.

Outro aspecto, a ser também ressaltado, diz respeito à manutenção da política de redução sistemática do estoque de processos. No trimestre, foram autuados 1.346 processos referentes ao controle externo e apreciados conclusivamente 1.521 autos da mesma natureza.

No período, o TCU, em respeito ao devido processo legal, apreciou ainda 207 processos em grau de recurso, dos quais 36% foram providos e 50% não providos.

Ademais, em sua atuação fiscalizadora, o Tribunal concluiu 165 auditorias e inspeções, envolvendo esforço de 10.616 Homens-Dia de Fiscalização – HDF, das quais 5,5% (9) foram objeto de solicitação do Congresso Nacional e o restante, 94,5% (156), de iniciativa do próprio TCU.

Também teve destaque a atuação prévia do Tribunal, mediante a adoção de 19 medidas cautelares, as quais envolveram a aplicação de recursos públicos superiores a

R$ 387,6 milhões e evidenciam o mérito da visão pró-ativa do TCU em relação à despesa pública, cujo intuito é neutralizar real ameaça de concretização de graves danos ao erário.

Em suma, a apresentação de alguns números decorrentes da ação de controle do Tribunal reafirma o compromisso e o empenho desta Instituição na busca pela melhoria contínua do desempenho da Administração Pública, de modo a proporcionar economia de recursos ao Governo Federal e prestação de serviços públicos de qualidade à sociedade.

Brasília, maio de 2011.

Benjamim Zymler
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Para bem cumprir suas atribuições constitucionais e legais, assim como para assegurar o alcance de resultados mais efetivos para a sociedade, o TCU estabeleceu referencial estratégico que compreende, essencialmente, a definição de negócio, missão e visão de futuro e valores da organização, conforme se apresenta a seguir.

Negócio
Controle externo da Administração Pública e da gestão dos recursos públicos federais.

Visão
Ser instituição de excelência no controle e contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

Missão
Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Valores
Ética
Justiça
Efetividade
Independência
Profissionalismo

SUMÁRIO

TCU EM NÚMEROS **8**
1. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO **9**
1.1. Competências e Jurisdição 9
1.2. Estrutura 10
1.3. Deliberações dos Colegiados 10
2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO **12**
2.1. Resultados do Controle Externo 12
2.1.1. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente 12
2.1.2. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente 13
2.1.3. Recursos Julgados 13
2.1.4. Medidas Cautelares 13

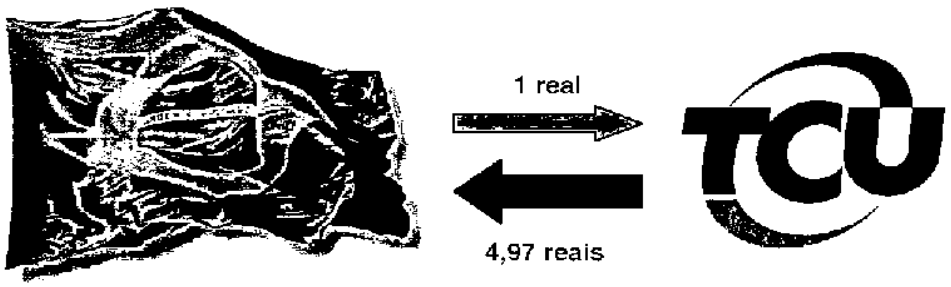
2.1.5. Julgamento de Contas 14
2.1.6. Condenações e Sanções Aplicadas 15
2.1.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU 16
2.1.8. Fiscalizações 17
2.1.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos 18
2.1.10. Benefícios Financeiros das Ações de Controle 19
2.2. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida 20
2.2.1. Administração-Geral 20
2.2.2. Cultura, Desporto, Lazer e Turismo 24
2.2.3. Educação 26
2.2.4. Energia 27
2.2.5. Gestão de Pessoas 29
2.2.6. Habitação e Urbanismo 30
2.2.7. Saúde 30
2.2.8. Trabalho 32
2.2.9. Transporte 32
3. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL, A SOCIEDADE E OS GESTORES PÚBLICOS 34
3.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares 34
3.2. Audiências no Congresso Nacional 34
3.3. Acordos e Eventos 35
3.4. Atuação Internacional 39
3.5. Ouvidoria do TCU 39
3.6. Divulgação Institucional 40
4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS 42
4.1. Estratégias e Planos 42
4.2. Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal 42
4.3. Gestão de Pessoas 43
4.4. Recursos Orçamentários e Financeiros 44
ANEXOS
Anexo I. "Organograma do Tribunal de Contas da União" 45
Anexo II. "Medidas Cautelares Adotadas no Período" 46
Anexo III. "Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo Tribunal" 68
Anexo IV. "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período" 66
Anexo V. "Fiscalizações Concluídas no Período" 68
Anexo VI. "Obras Inseridas no Anexo VI da Lei nº 12.214/2011 (LOA/2011)" 78
Anexo VII. "Unidades da Secretaria do TCU" 82

TCU EM NÚMEROS

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 1º trimestre de 2011 estão sintetizados abaixo.

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R$ 1,53 bilhão
Medidas cautelares adotadas	19
Licitações e contratos suspensos cautelarmente	19
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R$ 387,6 milhões
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	805
Valor das condenações	R$ 267,7 milhões
Processos de cobrança executiva formalizados	576
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R$ 166,1 milhões
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	35
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	24
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	688
Processos julgados conclusivamente	1.521
Acórdãos proferidos	3.138
Recursos julgados	207
Atos de pessoal analisados	36.792
Fiscalizações concluídas – Total	165
Fiscalizações concluídas – Solicitadas pelo Congresso Nacional	9

Para cada R$ 1 do Orçamento da União alocado ao TCU, o retorno ao País foi de R$ 4,97



1. O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O Tribunal de Contas da União - TCU, criado em 1890 por iniciativa de Rui Barbosa, na época Ministro da Fazenda, norteia-se, desde então, pelos princípios da ética, da efetividade, da independência, da justiça e do profissionalismo, e pela fiscalização, julgamento e vigilância da coisa pública. A Constituição de 1891, a primeira republicana, institucionalizou definitivamente o TCU. A partir de então, as competências do Tribunal têm sido estabelecidas no texto constitucional.

1.1. Competência e Jurisdição

A atual Constituição estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Estabelece, também, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual incumbe uma série de competências exclusivas.

A sociedade, por sua vez, clama por moralidade, profissionalismo e excelência da Administração Pública, bem como por melhor qualidade de vida e redução das desigualdades sociais.

O cidadão vem deixando, gradualmente, de ser sujeito passivo em relação ao Estado, passando a exigir, em níveis progressivos, melhores serviços, respeito à cidadania e mais transparência, honestidade, economicidade e efetividade no uso dos recursos públicos. Nesse aspecto, o Tribunal assume papel fundamental na medida em que atua na prevenção, detecção, correção e punição da fraude, do desvio, da corrupção e do desperdício e contribui, assim, para a transparência e melhoria do desempenho da Administração Pública e da alocação de recursos federais.

Leis diversas têm ampliado o rol de atribuições do TCU, a exemplo das seguintes: Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993); Lei de Desestatização (Lei nº 9.491/1997); Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); Lei que regulamenta a partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – Cide (Lei nº 10.866/2004); edições anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Lei de Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004); e a Lei de Contratação de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005).

O TCU tem jurisdição própria e privativa em todo o território nacional, a qual abrange, entre outros: toda pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos federais; aqueles

que causarem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio ou instrumento congênere.

Além disso, o Congresso Nacional edita decretos legislativos com demandas para realização de fiscalização em obras custeadas com recursos públicos federais, com determinação expressa de acompanhamento físico-financeiro, por parte do TCU, da execução de contratos referentes a obras que constam do orçamento da União.

1.2. Estrutura

O TCU é integrado por nove Ministros, seis deles escolhidos pelo Congresso Nacional. Os demais são nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois, alternadamente, escolhidos entre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal.

O TCU é órgão colegiado, cujas deliberações são tomadas pelo Plenário, 1ª e 2ª Câmaras. O Plenário é integrado por todos os Ministros e presidido pelo Presidente do Tribunal. As Câmaras são compostas por quatro Ministros. Os auditores, em número de quatro, participam dos colegiados e substituem os Ministros em seus afastamentos e impedimentos legais, ou no caso de vacância de cargo.

No dia 8 de dezembro de 2010 o **Ministro Benjamin Zymler** tomou posse como **Presidente** do Tribunal de Contas da União para o ano de 2011. Na mesma ocasião, o **Ministro Augusto Nardes** assumiu a Vice-Presidência do TCU. Ambos foram eleitos no dia 1º de dezembro de 2010 para mandato de um ano, permitida uma reeleição pelo mesmo período.

O Tribunal de Contas da União, para cumprir sua missão institucional, dispõe de uma Secretaria com quadro próprio de pessoal e que tem por finalidade a prestação de apoio técnico e administrativo ao exercício das atribuições constitucionais e legais cometidas ao TCU. Compõem a Secretaria do Tribunal as seguintes unidades básicas: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres), Secretaria-Geral de Administração (Segedam) e Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Subordinadas à Segecex, estão as unidades técnicas incumbidas das atividades inerentes ao controle externo. Tais unidades possuem sede em Brasília e nos 26 estados da Federação. O endereço das unidades nos estados está disponível no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.

O organograma do Tribunal consta do Anexo I deste relatório – "Organograma do Tribunal de Contas da União".

1.3. Deliberações dos Colegiados

As deliberações do TCU assumem a forma de instrução normativa, resolução, decisão normativa, parecer ou acórdão. São publicadas, conforme o caso, no Diário Oficial da União e/ou no Boletim do Tribunal de Contas da União e podem ser acessadas no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.

O Tribunal, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei nº 8.443, de 1992, pode expedir normativos sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos. Nesse intuito, o TCU aprovou, no trimestre, três decisões normativas,

e duas resoluções. Apresenta-se, a seguir, a ementa desses normativos.

• **Decisão Normativa nº 113, de 31 de março de 2011.** Prorroga data fixada no Anexo I da Decisão Normativa-TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, para envio dos relatórios de gestão do exercício de 2010.

• **Decisão Normativa nº 112, de 23 de março de 2011.** Altera os percentuais individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso III, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2011, constantes do Anexo I da Decisão Normativa TCU 111, de 9 de fevereiro de 2011.

• **Decisão Normativa nº 111, de 9 de fevereiro de 2011.** Aprova, para o exercício de 2011, os percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal.

• **Resolução nº 242, de 26 de janeiro de 2011.** Altera a Resolução TCU 233/2010, que dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico e demais serviços eletrônicos ofertados por meio de solução denominada TCU-eletrônico - e-TCU.

• **Resolução nº 241, de 26 de janeiro de 2011.** Estabelece procedimentos para envio da relação de responsáveis que tiveram as contas julgadas irregulares à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral e dá outras providências.

O quadro a seguir discrimina o quantitativo de sessões realizadas e acórdãos proferidos por colegiado no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Sessões Realizadas e Acórdãos Proferidos

Colegiado	Sessões		Acórdãos	
	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2011
Plenário	20	20	654	745
1ª Câmara	9	9	1.604	1127
2ª Câmara	9	9	1.367	1266
Total	38	38	3.625	3.139

2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O controle externo é exercido pelo Congresso Nacional, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal - CF. Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCU auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização da Administração Pública Federal, por meio de determinações em questões relacionadas à detecção de fraudes e desperdícios, recomendações de melhorias para a gestão pública, adoção de medidas preventivas e punição de responsáveis por má gestão, gestão ilegal ou fraudulenta. Assim, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública.

O presente capítulo expõe os principais resultados decorrentes das ações de controle do TCU no 1º trimestre de 2011.

2.1. Resultados do Controle Externo

A diversidade e a abrangência de atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e de efetividade de programas governamentais à legalidade dos atos de receita e de despesa.

O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

2.1.1. Processos de Controle Externo Autuados e Apreciados Conclusivamente

No trimestre, foram **autuados 1.346 processos** referentes à matéria de controle externo. No mesmo período, foram **apreciados** de forma conclusiva pelo Tribunal **1.521 processos** da mesma natureza.

O quadro a seguir apresenta o quantitativo de processos de controle externo autuados e apreciados conclusivamente no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

***Processos Autuados e Apreciados* Conclusivamente (exceto processo de pessoal)**

Classe de Assunto	Autuados		Apreciados	
	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Auditoria, inspeção e levantamento	171	224	140	167
Consulta	14	15	13	11
Denúncia	87	84	121	108
Representação	529	586	765	545
Solicitação do Congresso Nacional	16	5	20	28
Tomada e Prestação de contas	5	10	310	178
Tomada de contas especial	376	308	506	424
Outros processos	70	114	55	60
Total de processos	1.268	1.346	1.930	1.521

2.1.2. Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. No período, foram **autuados 244.913 atos** de pessoal e **apreciados 36.792 atos** dessa natureza.

O quadro a seguir apresenta os atos de pessoal autuados e apreciados no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Atos de Pessoal Autuados e Apreciados Conclusivamente

Classe de Assunto	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Autuados	31.333	244.913
Apreciados	26.542	36.792
Ilegais	804	664
Legais	25.738	36.128

Do total de **24.786 atos** referentes a admissão, aposentadoria, reforma e pensão apreciados no trimestre, **664** tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o órgão de origem deve adotar as medidas regularizadoras cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado.

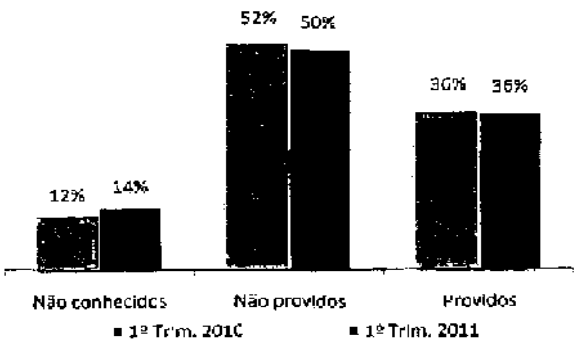
A consulta ao andamento de processos e aos acórdãos proferidos pelos colegiados pode ser feita no **Portal TCU: http://www.tcu.gov.br**. Nesse mesmo endereço, é possível consultar a situação dos atos de admissão, de aposentadoria ou de concessão submetidos à apreciação do Tribunal.

2.1.3. Recursos Apreciados

Em observância ao princípio do devido processo legal, cabe recurso das deliberações proferidas pelo Tribunal. As modalidades de recursos estão previstas nos artigos 32 e 48 da Lei Orgânica do TCU (**Lei nº 8.443/1992**).

No trimestre, os colegiados julgaram **207** processos em grau de recurso. O gráfico ao lado apresenta o resultado da apreciação de recursos no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Resultado da apreciação de recursos



2.1.4. Medidas Cautelares

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, expedir medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada.

A expedição dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais.

No trimestre, foram adotadas **19 cautelares** contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais superiores a **R$ 387,6 milhões**, conforme se verifica no quadro adiante.

Tais medidas excepcionais estão relacionadas no Anexo II - "Medidas Cautelares Adotadas no Período"..

Medidas Cautelares

Determinação	Nº de Cautelares 1º trimestre	Valores Envolvidos (R$) 1º trimestre
Suspensão de contrato	2	33.744.271,23
Suspensão de licitação	15	348.594.247,24
Suspensão de repasses/pagamentos a convênios/contratos	2	5.345.024,05
Suspensão de processo seletivo para contratação de pessoal	-	-
Outros	-	-
Total	**19**	**387.683.542,52**

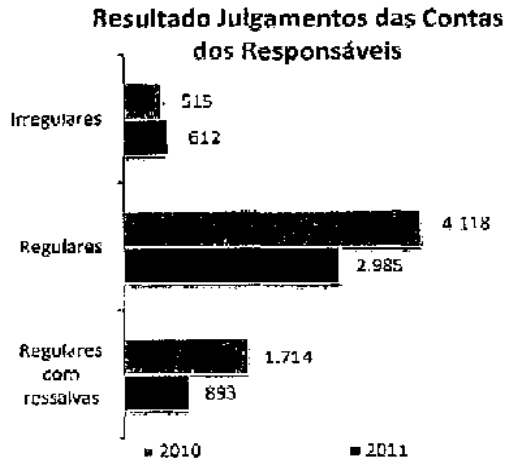
2.1.5. Julgamento de Contas

As normas de organização e apresentação de processos de tomada e prestação de contas são atualmente estabelecidas pela Instrução Normativa - TCU nº 63/2010.

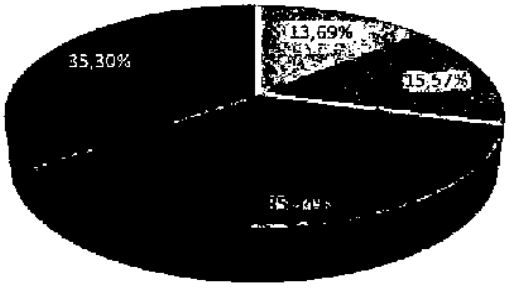
Nos casos de omissão na prestação de contas, de não-comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente deve instaurar tomada de contas especial - TCE, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

No trimestre, o TCU julgou de forma definitiva contas de **3.851 responsáveis**. Cabe esclarecer que cada processo de contas pode conter mais de um responsável cujas contas serão julgadas.

Os gráficos a seguir apresentam o resultado do julgamento das contas dos responsáveis no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010, bem como os motivos que ensejaram o julgamento pela irregularidade das contas.



Motivo da irregularidade das contas



- Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos
- Omissão no dever de prestar contas
- Prática de ato de gestão ilegal ou infração a norma legal
- Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico

2.1.6. Condenações e Sanções Aplicadas

Entre os **602 processos de contas** apreciados de forma conclusiva no trimestre, **330 (50,33%)** condenaram **673 responsáveis** ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros **54 processos** de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a **132 responsáveis.**

A seguir, os quantitativos de processos julgados e de responsáveis condenados no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Quantidade de Condenações aplicadas

Natureza	Processos		Responsáveis	
	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Prestação de contas	21	21	55	59
Tomada de contas	6	9	10	27
Tomada de contas especial	320	300	551	587
Subtotal – Contas com débitos e/ou multas	347	330	616	673
Outros processos	26	54	66	132
Total	373	384	682	805

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de **multa** ou ressarcimento de **débito** no valor de **R$ 266,9 milhões**, atualizados até a data de 31.3.2011. Em outros processos, foram aplicadas **multas** que totalizaram **R$ 788,3 mil.**

Abaixo, os valores das condenações aplicadas pelo TCU no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Valor das Condenações Aplicadas

Natureza	1º trimestre 2011 (R$)			1º trimestre 2010
	Débito	Multa	Total	(Débito + Multa)
Prestação de contas	2.020.798,91	311.376,00	332.174,91	5.518.491,94
Tomada de contas	805.684,22	174.793,40	980.457,62	1.299.968,15
Tomada de contas especial	254.721.872,95	8.910.178,65	263.632.051,60	234.962.468,27
Subtotal - Contas com débitos e/ou multas	257.548.336,08	9.396.348,05	266.944.684,13	241.780.928,36
Outros processos	-	788.336,70	788.336,70	406.437,23
Total	257.548.336,08	10.184.684,75	267.733.020,83	242.187.365,59

A relação dos responsáveis condenados ao recolhimento de débito e ao pagamento de multa consta do Anexo III - "Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo Tribunal".

Além das condenações de natureza pecuniária, o Tribunal pode aplicar outras medidas que alcançam o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do 1º trimestre de 2011, **35 responsáveis** foram considerados **inabilitados** para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e **24 empresas** declaradas **inidôneas** para licitar com a Administração Pública Federal.

Podem ser consultados no Portal TCU e no Anexo IV deste relatório - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período" os nomes dos responsáveis declarados inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da Administração Pública, bem como das empresas consideradas inidôneas para participar de licitação realizada pelo Poder Público Federal.

Vale esclarecer que a página do TCU na internet apresenta informações de processos com julgamento definitivo de mérito, em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto o anexo do presente relatório apresenta a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

2.1.7. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

Atua, junto ao Tribunal, Ministério Público especializado (MP/TCU), órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCU. Compete-lhe dizer de direito, oralmente ou por escrito, em assuntos sujeitos à decisão do Tribunal, na forma prevista no art. 81, inciso II, da Lei nº 8.443/1992.

Ao MP/TCU, que é composto por um procurador-geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores, compete, ainda, promover, por intermédio da Advocacia-Geral da União (AGU), as medidas necessárias à efetivação da cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal.

No 1º trimestre de 2011, foram autuados **576 processos** de cobrança executiva, **envolvendo** cerca de **R$ 166,1 milhões**. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu **parecer** em **3.234 processos**.

Processos com Parecer do MP/TCU

Classe de Assunto	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	1.227	2.013
Auditoria, inspeção e levantamento	13	21
Consulta	1	2
Denúncia	8	12
Representação	57	62
Solicitação do Congresso Nacional	-	1
Tomada e prestação de contas	733	842
Tomada de contas especial	320	278
Outros processos	6	3
Total	2.365	3.234

2.1.8. Fiscalizações

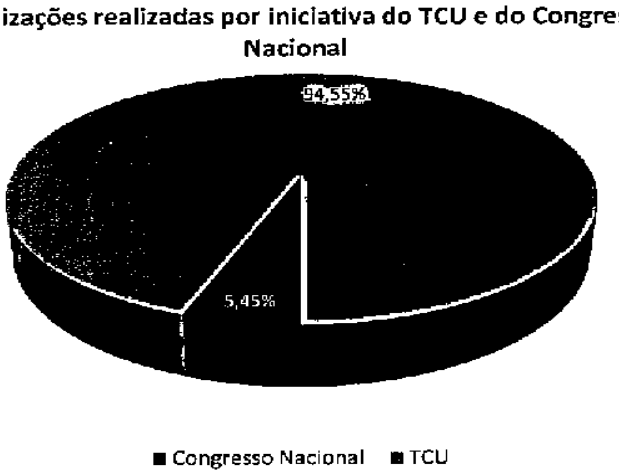
Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em seu Regimento Interno (Resolução TCU nº 155/2002), são: acompanhamento, auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento.

No período, foram concluídas **165 fiscalizações**, envolvendo um esforço de **10.616 Homens-Dia de Fiscalização - HDF**. O quadro adiante apresenta a quantidade dessas fiscalizações.

Fiscalizações Concluídas

Tipo de Fiscalização	1° trimestre 2010	1º trimestre 2011
Acompanhamento	8	8
Auditoria	74	78
Inspeção	69	53
Levantamento	7	20
Monitoramento	9	6
Total	167	165

O gráfico a seguir representa as fiscalizações concluídas no trimestre, sendo que **5,5% (9)** do total realizado foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, **94,5% (156)**, foram de iniciativa do próprio Tribunal. A relação dos trabalhos de fiscalização desenvolvidos pelo TCU, no trimestre, consta do Anexo V - "Fiscalizações Concluídas no Período". O inteiro teor dos relatórios, votos e acórdãos referentes a todas as fiscalizações pode ser obtido no Portal TCU: http://www.tcu.gov.br.



2.1.9. Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Se verificada ilegalidade de ato ou contrato em execução, consoante o preconizado no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, o TCU pode fixar prazo para que órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Caso o órgão ou a entidade não cumpra a determinação, poderá o Tribunal sustar a execução do ato, comunicando a decisão à Câmara .

O quadro adiante apresenta os mais relevantes processos de fiscalização deliberados no período nos quais houve fixação de prazo a órgãos ou entidades para a adoção de providências.

Fixação de Prazo para Anulação e Sustação de Atos e Contratos

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Deliberação
Anulação, revogação, suspensão e ajustes em licitações	Serviço Social da Indústria (Departamento Regional no Espírito Santo) (Acórdão nº 534/Plenário, de 02.3.2011, TC nº 032.619/2010-3, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar)
	Companhia Docas do Pará (CDP) (Acórdão nº 601/Plenário, de 16.03.2011, TC nº 033.958/2010-6, Relator: Ministro José Jorge)
	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) (Acórdão nº 718/Plenário, de 23.3.2011, TC nº 000.658/2011-1, Relator: Ministro Valmir Campelo)
Suspensão de pagamento ou ressarcimento/retenção de valores em contratos	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) (Acórdão nº 536/Plenário, de 02.03.2011, TC nº 021.588/2010-4, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
Anulação, suspensão, rescisão e ajustes em contratos	Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) (Acórdão nº 311/Plenário, de 09.02.2011, TC nº 006.306/2008-3, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho)
	Conselho Regional de Enfermagem no Estado do Rio Grande do Sul (Coren/RS) (Acórdão nº 406/Plenário, de 16.02.2011, TC nº 026.901/2008-7, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho)
	Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado do Espírito Santo (Sesc/ES) (Acórdão nº 378/Plenário, de 16.02.2011, TC nº 000.320/2011-0, Relator: Ministro Aroldo Cedraz)
Devolução e suspensão de pagamentos indevidos a servidores, procuradores, desembargadores e juízes	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) (Acórdão nº 495 /Plenário, de 23.2.2011, TC nº 026.714/2008-4, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho)
	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) (Acórdão nº 522/Plenário, de 02.03.2011, TC nº 028.657/2009-3, Relator: Ministro Augusto Nardes)

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Deliberação
Anulação de atos ou contratos referentes a pessoal	Conselho Regional de Odontologia do Estado do Paraná (Acórdão nº 401/Plenário, de 16.2.2011, TC nº 024.216/2009-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman)

Além dessas deliberações, o TCU apreciou, no trimestre, diversos processos referentes a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões em que foram apurados indícios de ilegalidades.

Nesses casos, o Tribunal fixou prazo para que os órgãos ou entidades envolvidos suspendessem, no todo ou em parte, o pagamento considerado irregular.

2.1.10. Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Os benefícios das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com geração de benefícios por tempo indeterminado.

No trimestre, além das condenações em débito e multa, diversas deliberações do TCU resultaram em benefícios financeiros para os cofres públicos. Adiante, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações.

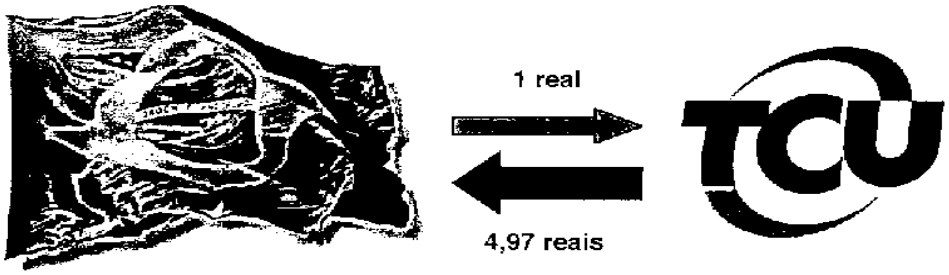
Benefícios Financeiros das Ações de Controle

Benefício	Acórdão	Processo	Valor (R$)
Correção de vícios, defeitos ou incorreções no objeto contratado	AC-601-8/2011-PL	033.958/2010-6	2.659.000,00
	AC-175-3/2011-PL	004.636/2004-7	1.500.000,00
Elevação da arrecadação	AC-59-1/2011-PL	032.654/2008-0	3.259.342,00
Elevação da receita	AC-761-10/2011-PL	017.225/2006-5	195.171.802,90
Eliminação de desperdícios ou redução de custos administrativos	AC-147-3/2011-PL	014.045/2010-9	6.000.000,00
	AC-609-8/2011-PL	007.588/2009-2	3.620.000,00
Glosa ou impugnação de despesa	AC-1.497-7/2011-1C	023.250/2010-0	2.386.843,07
	AC-761-10/2011-PL	017.225/2006-5	1.976.378,29
	AC-147-3/2011-PL	014.045/2010-9	1.349.380,00
	AC-1.382-21/2010-PL	008.662/2006-1	1.179.458,59
Interrupção do pagamento de vantagem indevida	AC-258-4/2011-PL	026.846/2006-7	125.796.669,98
Redução de preço máximo em processo licitatório	AC-302-4/2011 – PL	025.954/2010-5	531.966.043,51
	AC-373-5/2011-PL	021.731/2007-4	344.800.000,00
	AC-896-13/2010-PL	024.376/2008-6	6.989.213,27
	AC-727-14/2009-PL	001.136/2009-7	2.120.770,40
Redução de valor contratual	AC-644-3/2011-2C	019.120/2008-9	15.137.423,40
	AC-689-9/2011-PL	030.510/2008-0	6.371.347,28

	AC-2.232-38/2009-PL	009.117/2009-8	**5.061.031,74**
Restituição de recursos ao órgão repassador	AC-524-7/2011-PL	027.266/2006-1	**5.000.000,00**
TOTAL			**1.262.344.704,43**

Ao valor dessas deliberações deve ser somado, também como benefício das ações de controle os valores das condenações em débito e aplicação de multas **R$ 267.733.020,83**.

O benefício financeiro das ações de controle, no 1º trimestre de 2011, atingiu o montante de **R$ 1.530.077.725,26**, valor **4,97** vezes superior ao custo de funcionamento do TCU no período (**R$ 307.272.187,67**).



2.2. Atuação por Função de Governo ou Área Envolvida

Estão relacionados a seguir os resultados da atuação do TCU, no 1º trimestre de 2011, que se destacaram pela importância ou interesse das constatações verificadas, agrupados por Função de Governo ou área envolvida.

2.2.1. - Administração-Geral

TCU avalia eficácia dos programas governamentais presentes no PPA

Com a finalidade de verificar a adequação de programas constantes no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 aos objetivos do Governo, o Tribunal avaliou o trabalho da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do Ministério do Planejamento. A equipe técnica do TCU constatou que a qualidade das informações inseridas no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (Sigplan) é deficiente e não reflete a real execução dos programas pelos órgãos responsáveis.

Devido à importância do sistema informatizado para o monitoramento e avaliação do Plano Plurianual, o TCU determinou a adoção de algumas medidas para aperfeiçoar a operacionalização. O Comitê de Gestão do PPA deverá apresentar plano de ação que contenha medidas visando ao fortalecimento da gestão para resultados e deverá encaminhar ao Tribunal os principais resultados do processo de monitoramento estratégico do PPA, identificando eventuais problemas nas etapas de planejamento e avaliação dos programas do Governo Federal.

O TCU determinou ainda à SPI que encaminhe cronograma de capacitação de servidores envolvidos com a elaboração de programas e indicadores em todas as áreas do Plano Plurianual 2008-2011. (Acórdão nº 117/Plenário, de 26.1.2011, TC 014.899/2009-2, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Semag).

TCU determinou à Petrobras alteração na forma de indenização por danos sofridos com chuvas

O Tribunal determinou que a Petrobras modifique a metodologia de pagamento de verba de chuva em diversos contratos para a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), localizada no Município de Ipojuca, no Estado de Pernambuco. Verba de chuva é o ressarcimento de valores correspondentes a gastos em decorrência de prejuízos com chuvas e descargas atmosféricas.

O empreendimento está incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e envolve o equivalente a R$ 23 bilhões. De acordo com o relatório do TCU, os valores das indenizações poderiam custar em torno de R$ 300 milhões. Os técnicos do Tribunal constataram que o método utilizado pela Petrobras para o cálculo de verbas indenizatórias é inadequado.

A Petrobras alegou que não haveria por que se preocupar com a imprecisão dos valores previstos para as verbas de chuvas, uma vez que apenas os custos efetivamente incorridos serão pagos, como ressarcimento dos valores decorrente da paralisação. A auditoria sustentou que gastos com consumo de combustíveis, óleos lubrificantes e manutenção não devem ser contabilizados quando os equipamentos estão parados. Foi argumentado também que os critérios utilizados pela Petrobras para o ressarcimento não estão explícitos nos contratos ou nos editais enviados às empresas convidadas a participar das licitações.

O Tribunal determinou que a Petrobras adote outro mecanismo para o cálculo de custos indenizatórios em relação às chuvas. O cumprimento da determinação do TCU pode alcançar uma redução de até 75% no valor das indenizações, um benefício de R$ 225 milhões. (Acórdão nº 271/Plenário, de 9.2.2011, TC 009.758/2009-3, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 3ª Secob)..

Ex-funcionário da Caixa deverá devolver R$ 2,4 milhões

O TCU condenou ex-funcionário da Caixa Econômica Federal a devolver mais R$ 2,4 milhões, valor atualizado, ao Banco. Relatório do TCU apontou que o antigo gerente das agências de Virgínia e de Ouro Fino, em Minas Gerais, administrou de forma irregular contas de clientes.

O ex-funcionário concedeu empréstimos indevidamente, inclusive a si mesmo, movimentou conta de terceiros, repassou valores para a sua conta pessoal e realizou operações fraudulentas.

O Tribunal declarou o ex-Gerente inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública. O responsável ainda foi multado em R$ 30 mil. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 41/Plenário, de 19.1.2011, TC nº 019.800/2007-6, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-MG).

TCU constata irregularidades em licitação do Ministério da Justiça

Dois funcionários do Ministério da Justiça (MJ) foram condenados pelo Tribunal por irregularidades em licitação para serviços de informática. Os referidos servidores, à época Coordenadores-Gerais de Tecnologia da Informação e de Logística da Secretaria-Executiva do MJ, também foram individualmente multados. Os gestores foram condenados por terem aprovado a contratação de serviços em bloco, contrariando a Lei 8.666/93, que prevê a divisão do objeto licitado "em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis".

O Tribunal determinou, ainda, prazo para que o MJ verifique se a empresa contratada, Politec Tecnologia da Informação S/A, pagou percentual superior ao previsto em lei para 13º salário e FGTS dos empregados. O Ministério deverá providenciar a recuperação dos valores cobrados indevidamente pela empresa.

O contrato em questão foi firmado entre o Ministério da Justiça e a então Politec Informática Ltda. para serviços de consultoria, desenvolvimento, manutenção, implantação, suporte e operação de sistemas, rede corporativa e teleprocessamento. Mas, segundo verificou o TCU, os serviços eram técnica e economicamente passíveis de serem licitados em separado.

Um dos argumentos apresentados pela defesa afirma que não houve divisão em razão de haver risco de se contratar empresas que utilizassem tecnologias divergentes, que poderiam não se comunicar bem. Os argumentos foram considerados improcedentes pelo Tribunal, que já havia multado responsáveis do Ministério da Justiça pelo mesmo motivo. Cabe recurso da decisão ao TCU. (Acórdão nº 372/Plenário, de 16.2.2011, TC-003.739/2008-2, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 6ª Secex).

TCU suspende pregão eletrônico da Companhia Energética de Alagoas

O Tribunal determinou à Companhia Energética de Alagoas (Ceal) que suspenda, pregão eletrônico para registro de fornecedores do serviço de call center. O valor a ser contratado é de cerca de R$ 70 milhões.

O Tribunal constatou inabilitação indevida da empresa Call Tecnologia. O pregão foi vencido pela Provider Soluções Tecnológicas Ltda., que apresentou preço superior ao dos dois concorrentes que deram os melhores lances e que, mesmo assim, foram inabilitados por razões que não interferiam no preço do serviço. De acordo com o relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, "a não-adoção da medida cautelar poderia acarretar prejuízo".

O Tribunal alertou a Ceal para a possibilidade de vir a fixar prazo para a anulação do pregão e, por consequência, de qualquer contrato decorrente dele. O Tribunal também determinou a oitiva da empresa Provider. (Comunicação em Plenário, de 19.1.2011, TC nº 000.312/2011-8, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AL).

TCU condena ex-prefeitos de Anápolis/GO

O Tribunal condenou dois ex-prefeitos do Município de Anápolis, no Estado de Goiás, a devolverem cerca de R$ 1,4 milhão, valores atualizados, ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Município firmaram convênio com o objetivo de implementar ações do Programa Sentinela, visando o atendimento às crianças e aos adolescentes violados sexualmente, vítimas de abuso e da exploração sexual comercial. O acordo também previa ações comunitárias no enfrentamento da pobreza, com a construção de uma creche e aquisição de equipamentos para acolher 80 crianças carentes.

Não houve comprovação de que os recursos foram regularmente aplicados, de acordo com os termos de responsabilidade e com a legislação vigente. O TCU verificou que equipamentos não foram adquiridos e que houve irregularidades em pagamento de despesas.

Os responsáveis também foram multados. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1.137/2ª Câmara, de 22.2.2011, TC 002.409/2009-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-GO).

Construtora e ex-Prefeito de Peixoto de Azevedo/MT sofrem condenação milionária

O TCU condenou ex-Prefeito de Peixoto de Azevedo, no Estado do Mato Grosso, juntamente com os responsáveis pelo pagamento e pela atestação da prestação dos serviços e a empresa Construbel Engenharia Planejamento e Representações Ltda. a devolverem, mais de R$ 4,2 milhões, valor atualizado, ao Tesouro Nacional.

O Município firmou convênio com o Ministério da Integração Nacional com o objetivo de reconstruir pontes de madeira, bueiros e recuperar estradas. Entre as irregularidades encontradas pelo Tribunal estão atraso injustificado na apresentação da prestação de contas, não conformidade das obras com o plano de trabalho e desvio de finalidade na aplicação dos recursos, além de documentos fiscais inidôneos.

Os responsáveis também foram multados individualmente em R$ 75 mil. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 1146/1ª Câmara, de 22.2.2011, TC 004.606/2003-0, Relator: Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-MT).

Ex-Prefeito de São Gabriel da Cachoeira/AM sofre condenação milionária

O TCU condenou ex-Prefeito de São Gabriel da Cachoeira/AM a devolver cerca de R$ 3,8 milhões valor atualizado, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O ex-Prefeito não comprovou a regular aplicação dos recursos repassados ao Município para desenvolvimento, implantação e execução de ações do sistema de assistência à saúde da população indígena em todo o território do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro. O Tribunal identificou irregularidades como divergências entre a relação de pagamentos e os extratos bancários e falhas em licitações.

O responsável também foi multado. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 961/2ª Câmara, de 15.2.2011, TC 025.604/2008-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: Secex-AM).

Ações do Instituto Treinar causam prejuízo de R$ 1,4 milhão

O TCU encontrou irregularidades em parcerias e convênios celebrados entre a União e o Instituto Treinar de Educação e Tecnologia, sediado em Florianópolis/SC. A Instituição catarinense, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), recebeu recursos para projeto de capacitação de empregadas domésticas, fortalecimento de rede de ONGs geridas e mantidas por negros, e para evento de lançamento do plano nacional de ações integradas para enfrentar o crescimento da AIDS entre mulheres.

Dois dos convênios foram firmados com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e um com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Segundo os relatórios do TCU que tratam do assunto, as irregularidades na gestão envolvem indícios de conluio entre as licitantes, ausência de licitação e uso de comprovantes que não demonstram a aplicação do dinheiro na finalidade dos convênios. Entre os comprovantes estão notas fiscais de churrascarias, lanchonetes, supermercados e bares.

As irregularidades na execução das ações provocaram prejuízos que, somados e atualizados, chegam a mais de R$ 1,4 milhão. O responsável legal pelo Instituto Treinar e as empresas Logos Prestação de Serviços Ltda., YOI Interactive Desenvolvimento de Softwares Ltda., VK Consulting – Videira & Kuchiniski e Fala Produções foram condenados a devolver os recursos.

O relatório do TCU destaca que as empresas VK Consulting e Logos pertencem ao Diretor-Geral do Instituto Treinar e a sua irmã. A empresa Fala Produções tem

como sócia principal pessoa que também possui estreitas relações com o Instituto. Os responsáveis ainda foram multados. Cabe recurso das decisões. (Acórdãos nºs 273, 274 e 275, todos do Plenário, de 9.2.2011, TC nºs 020.737/2008-1, 020.981/2008-0 e 020.988/2008-1, respectivamente, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-SC).

2.2.2. - Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

TCU recomenda melhorias no apoio ao esporte de alto rendimento

O Tribunal identificou falhas que comprometem o sucesso das ações de apoio ao Esporte de Alto Rendimento, voltado a resultados e a competições nacionais e internacionais. Auditoria realizada pelo TCU constatou precariedade das estruturas de treinamento, falhas nos programas de apoio financeiro e inexistência de um sistema nacional para identificar talentos esportivos.

A concessão de Bolsa-Atleta foi a ação que mais utilizou recurso dentre as ações estruturantes do Programa. A bolsa tem o objetivo de auxiliar com uma quantia mensal o desenvolvimento de atletas que não possuem patrocínio. Porém, não alcança atletas de base, geralmente os mais necessitados de apoio financeiro. Outras ações consideradas importantes para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no País apresentam financiamento descontínuo e baixa ou nenhuma execução, como no caso das ações para fomento à infraestrutura.

Segundo a auditoria, faltam incentivos e oportunidades para a prática esportiva. Escolas públicas não possuem estrutura e é "notável" a deficiência na formação de professores. Nos clubes, as limitações estão ligadas ao custo para a população se associar e ao grau de endividamento em que se encontram alguns dos principais clubes brasileiros, o que contribui para uma redução nos investimentos em modalidades olímpicas.

A auditoria verificou ainda carência de um instituto governamental específico de pesquisa para o esporte e apoio multidisciplinar para os atletas de alto rendimento. Há apenas um projeto interinstitucional conhecido como Rede de Centros de Excelência Esportiva (Rede Cenesp), que possui baixa articulação com confederações e federações do esporte.

Entre as recomendações do TCU à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) para adequar as ações ao objetivo do Programa, destaca-se a elaboração e a implementação de um plano nacional para universalizar a iniciação à prática esportiva, a estruturação de um plano estratégico para o direcionamento dos recursos disponíveis à Rede Cenesp e a ampliação da cobertura do Programa Bolsa-Atleta.

Essas e outras recomendações buscam garantir maior efetividade às ações de detecção de atletas de alto rendimento no Brasil, aperfeiçoamento do processo de concessão do apoio financeiro prestado ao atleta por meio da bolsa, estruturação de sistema de apoio ao pós-carreira do atleta e melhoria das condições de infraestrutura de treinamento existentes. (Acórdão nº 357/Plenário, de 16.2.2011, TC 003.701/2010-7, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 6ª Seprog).

TCU identifica irregularidades em licitação da Embratur para divulgar Brasil no exterior

A política nacional de turismo, que inclui promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional, é

feita pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que pertence ao Ministério do Turismo.

O Tribunal realizou auditoria no Instituto e encontrou indícios de irregularidades na licitação destinada à contratação de serviços de consultoria e execução de relações públicas e assessoria de imprensa, para divulgar o Brasil no exterior como destino turístico.

Uma contratação para divulgação do Brasil no exterior se torna ainda mais relevante diante da aproximação da Copa do Mundo. A licitação envolve cerca de R$ 40 milhões, que representam 17% do orçamento geral da Embratur para 2011.

As irregularidades encontradas, além de poderem representar riscos à competitividade do certame e à obtenção da proposta mais vantajosa, poderiam também configurar prejuízos à fiscalização e ao acompanhamento do contrato. Chamou a atenção a previsão de contratação de serviços de artistas, atletas ou qualquer personalidade que, a princípio, não têm relação com os serviços de consultoria, assessoria de imprensa ou relações públicas.

O TCU determinou à Embratur que, ao demandar a contratação de artistas, atletas ou qualquer personalidade, demonstre a relação do serviço pretendido com o objeto da contratação e, além disso, explicite as razões pelas quais eles não poderiam ser realizados sem a intermediação da empresa vencedora. (Acórdão nº 608/Plenário, de 16.3.2011, TC nº 020.598/2010-6, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 5ª Secex).

TCU incentiva transparência em atos do Ministério do Turismo

A transparência é um dos maiores compromissos da administração pública com os cidadãos. Por isso, tanto na Constituição Federal como em inúmeras leis há a previsão de publicidade dos atos. Isso quer dizer tornar públicas as ações realizadas pelo Governo, diminuindo, assim, a chance de ocorrer fraudes, corrupção ou outros atos ilícitos.

Para colaborar com essa política, o Tribunal determinou ao Ministério do Turismo que na celebração de convênios, especialmente quando se tratar de objeto estratégico para o setor de turismo do País, realize o chamamento público, previsto em Portaria Interministerial, de modo a selecionar o parceiro mais apto a cumprir o objeto, a partir de critérios técnicos e objetivos para medir a qualificação técnica e a capacidade operacional.

A determinação ocorreu após o Tribunal identificar irregularidades analisando convênio realizado pela Secretária Nacional de Turismo, que aprovou o Plano de Trabalho do referido acordo sem que o interesse recíproco dos participantes estivesse evidenciado.

Além disso, foi autorizada pela mesma Secretaria a realização de estudos e pesquisas abrangendo todas as cidades candidatas a sediar a Copa do Mundo de 2014, antes mesmo da definição oficial de quais cidades seriam escolhidas, resultando na produção de informações que não foram utilizadas. O TCU cobrou explicações dos responsáveis, sujeitando a multa os que não cumprirem com as determinações do Tribunal. (Acórdão nº 2.163/2ª Câmara, de 5.4.2011, TC nº 016.324/2009-3, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, Unidade Técnica: 5ª Secex)..

Produtora é condenada a pagar mais de R$ 1,6 milhão

O TCU condenou a empresa Bonito Produções Artísticas Ltda. e o responsável pela peça teatral Hamlet, ao pagamento solidário de cerca de R$ 1,6 milhão, valor atualizado, ao Fundo Nacional da Cultura.

Os recursos captados pela Lei Rouanet eram destinados à montagem e à apresenta-

ção da peça de Shakespeare em 23 cidades brasileiras, além de temporada popular em São Paulo e Rio de Janeiro. O projeto também previa palestras e workshops com a presença de atores e estudantes de teatro.

O Tribunal verificou que o responsável e a produtora não prestaram contas do dinheiro investido na peça. Os responsáveis também foram multados. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 560/2ª Câmara, de 1.2.2011, TC 008.714/2004-3, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-SP).

2.2.3 - Educação

TCU multa pró-reitora e Vice-Reitor da Ufac

O Tribunal constatou irregularidades nos pagamentos feitos pela Universidade Federal do Acre (Ufac), que incluiu o percentual de 3,17% na remuneração de servidores ativos, inativos e pensionistas. A inclusão aconteceu a partir de dezembro de 2008, com efeitos retroativos a janeiro do mesmo ano.

O TCU determinou a devolução dos valores indevidamente pagos e multou a pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas da Ufac e também o vice-Reitor da Instituição. Segundo relatório, há vários indícios de que o processo administrativo que concedeu a vantagem foi montado, o que conferiu falsa aparência de legalidade ao procedimento e dificultou a fiscalização.

Verificou-se, também, que todos os atos do processo foram produzidos em um único dia: peça inaugural, parecer da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, autorização do pagamento da parcela pelo Reitor em exercício, despacho da pró-Reitora de adoção de procedimentos para o pagamento, cálculo dos valores retroativos devidos a mais de mil beneficiários e inclusão da vantagem no Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape).

Além disso, o parecer que fundamentou o pagamento foi elaborado por pessoa sem formação jurídica, a Procuradoria Jurídica da Universidade não se manifestou sobre a matéria e a vantagem foi lançada no Siape como objeto de decisões judiciais e não administrativas

Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 35/Plenário, de 19.1.2011, TC 033.538/2008-5, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Secex-AC).

TCU fiscaliza Programa Nacional de Inclusão de Jovens

Para reintegrar jovens, entre 15 e 29 anos, ao processo educacional, à qualificação profissional e ao desenvolvimento humano, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Com a finalidade de verificar a eficácia desse programa, o Tribunal realizou auditoria em 14 municípios que o executaram. O trabalho do TCU avaliou a regularidade da gestão e da execução do Programa e verificou a eficiência das ações de supervisão e fiscalização dos órgãos que o coordenam.

O Programa é constituído por quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo. A auditoria do TCU constatou falhas como baixa frequência de execução de fiscalização, ausência de procedimentos padronizados, falta de planejamento das ações e não-circulação de informação entre os órgãos centrais e os estados sobre os trabalhos realizados.

Para corrigir tais falhas, o Tribunal determinou à Secretaria Nacional de

Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SNAS/MDS) que elabore plano de ação contendo dados relativos à frequência dos alunos do Projovem Adolescente, para o aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais adotados.

O TCU também determinou à SNAS que implemente mecanismos de controle impeditivos do acesso e da permanência no Programa de jovens que não atendam aos critérios de elegibilidade especificados na respectiva legislação. (Acórdão nº 488/Plenário, de 23.2.2011, TC nº 019.571/2009-8, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 6ª Secex).

2.2.4 - Energia

TCU contribui para que energia elétrica chegue a famílias de áreas isoladas do País

Muitas famílias no interior do Brasil vivem isoladas e sem acesso à energia elétrica. Para tentar acabar com essa exclusão, há alguns anos o Governo Federal está implementando o "Luz para Todos". De 2003 até 2010, esse Programa beneficiou mais de 13 milhões de moradores que vivem no meio rural.

No entanto, o Tribunal verificou que ainda é preciso atender milhares de outras famílias. No início do Programa a meta referente à quantidade de famílias que seriam beneficiadas foi baseada no censo do IBGE de 2000. Porém, na época, muitas famílias não foram contempladas, o que obrigou o Governo a ampliar o Projeto e consequentemente estabelecer novos prazos.

O TCU realizou auditoria no Programa e constatou que 28% da meta inicialmente estipulada estão pendentes, sendo que a região Norte possui a maior deficiência. Isso significa que pelo menos 830 mil famílias ainda estão sem energia elétrica.

Para a execução das obras nas residências atendidas, foram utilizados aproximadamente R$15 bilhões. Esses recursos são, em sua maioria, provenientes das tarifas de energia pagas pelos consumidores em todo o País, mais um motivo para uma minuciosa atuação regulatória. O Tribunal determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor, melhore os métodos de fiscalização.

O TCU determinou, ainda, a atuação dos órgãos e instituições envolvidas, como o Ministério de Minas e Energia e a Centrais Elétricas Brasileiras, de modo a aperfeiçoarem o planejamento de suas ações, bem como possibilitar o efetivo atendimento da universalização, sem que ocorram impactos tarifários indevidos. (Acórdão nº 371/Plenário, de 16.2.2011, TC 028.492/2007-5, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 1ª Sefid).

TCU acompanha leilão e concessão da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio

A energia é um bem que tem se mostrado cada vez mais importante no dia a dia. Para garantir o fornecimento de energia elétrica, o Brasil tem procurado novas fontes. Uma delas virá da construção da Usina Hidroelétrica de Santo Antônio, que faz parte do Complexo do Rio Madeira em Porto Velho/RO e que também inclui a Hidrelétrica Jirau.

Trata-se de um empreendimento estratégico para o Sistema Interligado Nacional (SIN), com potência instalada de 3.150 MW. Os investimentos inicialmente previstos são de R$ 9,5 bilhões e a previsão

para início de operação é em 2012. O valor da tarifa de energia oriunda dessa usina impacta diretamente milhares de consumidores no País.

O Tribunal acompanhou o leilão e a concessão de uso de bem público para exploração e aproveitamento hidrelétrico pela empresa vencedora. Depois de estudos detalhados das quatro etapas, o TCU aprovou, com ressalvas, o primeiro estágio do acompanhamento do Leilão 005/2007 e aprovou, plenamente, os demais estágios.

As recomendações emitidas pelo TCU e que foram acatadas possibilitaram um ganho efetivo do controle da ordem de R$ 345 milhões em 5 anos. A tarifa teto do leilão passou de 130 R$/MWh para 122 R$/MWh. A atuação do Tribunal contribuiu não somente para o aperfeiçoamento desse leilão, mas também dos leilões de geração que o sucederam, como Jirau e Belo Monte. (Acórdão nº 373/Plenário, de 16.2.2011, TC 021.731/2007-4, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Sefid).

TCU verifica desvio de combustíveis

O Tribunal fiscalizou a Companhia de Energia do Amazonas (CEAM) e a Manaus Energia S.A. para averiguar desvio de combustíveis pagos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-ISOL). Tais recursos são administrados pela Eletrobrás e têm como finalidade o reembolso de parte das despesas com combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em favor de usinas localizadas em regiões isoladas.

A auditoria do TCU apontou divergência elevada entre o estoque físico informado pelo operador da usina e o apropriado no sistema de informatização com base nas notas fiscais emitidas para faturamento, fato de conhecimento da Eletrobrás; divergências nas planilhas mensais de controle de combustíveis informadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); pagamentos de combustíveis feitos pelo total emitido na nota fiscal sem conferência das quantidades entregues nas usinas; não-entrega de parte do volume de óleo enviado pela Petrobrás Distribuidora e ausência de manutenção em equipamentos das usinas termelétricas.

Para corrigir tais irregularidades, o TCU determinou à Manaus Energia S.A. que reduza ou elimine o déficit causado pelos desvios e fraudes de energia elétrica; adote providências junto aos seus funcionários, em especial, àqueles responsáveis pelo recebimento, guarda e administração do óleo diesel destinado às suas usinas; e que efetue a manutenção de equipamentos das usinas termelétricas. (Acórdão nº 671/Plenário, de 30.3.2011, TC nº 017.225/2006-5, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AM).

2.2.5 – Gestão de Pessoas

TCU identifica acúmulo de benefícios a anistiados políticos

O TCU realizou auditoria para verificar a regularidade das indenizações concedidas pelo Ministério da Justiça a anistiados políticos. A auditoria identificou acúmulo de benefícios concedidos, concessão de reparação econômica sem caracterização da condição de anistiado, concessão de efeitos retroativos em desacordo com a regra e definição do valor da prestação mensal em desacordo com a Lei 10.559/2002.

Em razão das irregularidades, o TCU determinou ao Ministério da Justiça que informe ao Tribunal as providências adotadas para a obtenção do ressarcimento, quando for o caso, dos valores de reparação

econômica anteriormente concedidos e já eventualmente pagos, a título tanto de retroativos quanto de prestações mensais.

Além disso, o Tribunal recomendou à *Comissão de Anistia/MJ que doravante, na* análise dos pedidos de reparação econômica, inclua a verificação quanto a se anteriormente foi ofertada ao requerente a readmissão ou reintegração ao cargo ou emprego cujo afastamento fundamentou a declaração de anistia. (Acórdão nº 258/Plenário, de 9.2.2011, TC 026.846/2006-7, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 6ª Secex).

TCU aprova nova orientação acerca do regime previdenciário dos ministros militares do Superior Tribunal Militar (STM)

O Tribunal analisou questionamento do Superior Tribunal Militar (STM) acerca do entendimento objeto do Acórdão 289/2009 alterado pelo Acórdão 1.181/2010, ambos do Plenário, por meio dos quais o TCU expediu orientação quanto ao regime previdenciário no caso de aposentadoria de ministros do STM oriundos das Forças Armadas.

O Tribunal analisou questionamento do Superior Tribunal Militar (STM) acerca do entendimento objeto do Acórdão 289/2009-Plenário com a redação dada pelo Acórdão 1.181/2010, por meio dos quais o TCU expediu orientação quanto ao regime previdenciário no caso de aposentadoria de ministros do STM oriundos das Forças Armadas.

Ao analisar a questão suscitada pelo STM, o TCU entendeu por bem reformar os acórdãos anteriores. Desse modo, foi tornado insubsistente o entendimento firmado no Acórdão 289/2009-Plenário com a redação dada pelo Acórdão 1.181/2010 e, considerando os argumentos apresentados, o Tribunal expediu a seguinte orientação:

1. os Ministros Militares do STM, integrantes dos quadros militares de natureza *especial por força do art. 3º, § 2º, da Lei* 8.457/1992, são inativados nos termos das normas previdenciárias previstas na legislação destinada aos militares das Forças Armadas em geral, sem prejuízo à observância das regras especificamente aplicáveis aos magistrados da Justiça Militar, entendendo-se como soldo, para fins de cálculo de proventos, os subsídios recebidos no cargo de magistrado do STM;

2. *dada a condição de militares da ativa* e a não submissão às regras do art. 40 da Constituição Federal de 1988, aplica-se aos Ministros Militares do STM o disposto no art. 31 da Medida Provisória 2.215-10/2001, inclusive no que respeita ao direito à pensão das filhas solteiras maiores, desde que observados os requisitos previstos; e

3. os pagamentos de proventos de inatividade e de pensão devem ser efetuados *aos beneficiários pelas respectivas* Forças Armadas, em razão da natureza peculiar da transferência para a inatividade e das contribuições vertidas para plano de seguridade administrado pela Marinha, Exército ou Aeronáutica, conforme o caso, durante todo o serviço ativo, inclusive no desempenho da função de Ministro do Superior Tribunal Militar. (Acórdão nº 467/Plenário, de 23.2.2011, TC nº 004.138/2008-7, Relator da deliberação embargada: Ministro Aroldo Cedraz; Unidade Técnica: não atuou).

2.2.6 – Habitação e Urbanismo

O Poder Executivo deverá informar repasses à Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro

O Tribunal determinou à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que informem os recursos federais transferidos

para socorrer as cidades da Região Serrana do Rio de Janeiro, atingidas pelas chuvas ocorridas em 2011.

Além do valor repassado, as informações deverão conter dados sobre o ente beneficiado, as ações a serem implementadas com os recursos e a maneira como será realizado o acompanhamento do dinheiro recebido. As futuras transferências que tenham o mesmo objetivo de assistir às vítimas desalojadas e restabelecer as condições de moradia nos municípios também deverão ser informadas de forma discriminada, no prazo de cinco dias a contar da efetivação do repasse.

Tendo em vista a relevância do tema para o País, o Tribunal entendeu que a questão deve ser acompanhada de perto, verificando-se os avanços eventualmente registrados e os desafios ainda a serem vencidos. Assim, foi determinado o início do monitoramento do Acórdão nº 729/2010, do Plenário. Esse acórdão é o resultado de auditoria realizada pelo TCU na Secretaria Nacional de Defesa Civil, ainda em 2010, com o objetivo de avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações da defesa civil brasileira. (Acórdão nº 105/Plenário, de 26.1.2011, TC-000.919/2011-0, Secex-RJ).

2.2.7 – Saúde

TCU encontra irregularidades na destinação de recursos para compra de medicamentos no DF

O Tribunal identificou que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal vem comprando medicamentos com recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o financiamento da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Segundo o relator do processo, Ministro José Jorge, "a adoção de tal prática compromete as ações e serviços de atenção à média e alta complexidade, resultando em atendimento de pior qualidade à população".

Também não há estudo de demanda que evidencie a quantidade necessária de cada medicamento da farmácia básica, o que causa desabastecimento do estoque de medicamentos. Segundo auditoria realizada pelo TCU, toda a compra do DF é realizada com base em um único parâmetro: consumo médio mensal.

Além disso, há falhas na utilização do sistema informatizado e na comunicação da Secretaria com a população, que não obtém a informação necessária a respeito da regularização e fornecimento de medicamentos.

O Tribunal determinou à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que realize as despesas com medicamentos da assistência farmacêutica básica com recursos destinados especificamente ao Programa. O Órgão deverá corrigir falhas no sistema de controle de estoque, para melhorar a gestão e evitar desvios de medicamentos. (Acórdão nº 182/Plenário, de 2.2.2011, TC 018.405/2010-0, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Seprog).

Construtora e ex-Prefeito de Icó/CE terão de pagar R$ 7 milhões

O Tribunal condenou ex-Prefeito de Icó, no Ceará e a empresa C.G.A – Construtora Gomes de Araújo Ltda. ao pagamento solidário de mais de R$ 7,2 milhões, valor atualizado, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os recursos eram destinados à construção de sistemas de abastecimento de água em 22 áreas do Município.

O ex-Prefeito não apresentou a prestação de contas dos recursos públicos repassados pela Funasa. Além disso, o TCU verificou que mesmo com o término

da vigência do convênio, a obra ainda não havia sido concluída. A água fornecida não estava sendo tratada e as instalações eram de má qualidade. O responsável e a empresa também foram multados. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 522/2ª Câmara, de 1.2.2011, TC 001.964/2008-7, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-CE).

TCU identifica irregularidades na aplicação de recursos do SUS em Barbacena/MG

O Tribunal condenou o Departamento Municipal de Saúde Pública (Demasp) de Barbacena/MG a devolver mais de R$ 1,3 milhão, valor atualizado, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

Relatório do TCU indicou que houve irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao Departamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), consistentes na cobrança indevida de procedimentos odontológicos.

O ex-Diretor do Departamento foi multado, por utilizar os recursos federais para finalidades distintas daquelas previstas no convênio. Cabe recurso da decisão. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 737/2ª Câmara, de 8.2.2011, TC-025.421/2008-8, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-MG).

TCU condena ex-Coordenador da União das Nações Indígenas

O Tribunal condenou ex-Coordenador da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (Uni/AC) ao pagamento de mais de R$ 1,6 milhão, valor atualizado, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A instituição recebeu recursos da Funasa para a estruturação de distritos sanitários especiais indígenas do Alto Purus e do Alto Juruá. O objetivo era fornecer assistência básica à saúde de 13 mil pessoas em 125 comunidades indígenas e formar 162 agentes de saúde.

Segundo relatório do TCU, o ex-Coordenador não comprovou a utilização dos recursos nas ações previstas pelo convênio. Constatou-se, ainda, a antecipação de pagamento de salários a empregados com suprimento de fundos, o que é proibido por lei, e pagamento de multas de trânsito. O responsável também foi multado. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 297/2ª Câmara, de 25.1.2011, TC-017.971/2008-2, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-AC).

2.2.8. - Trabalho

TCU contribui para aperfeiçoar o Programa Seguro-Desemprego

Quando um trabalhador é dispensado de seu emprego contra sua vontade, o Ministério do Trabalho e Emprego lhe fornece, por meio do Programa do Seguro-Desemprego, assistência financeira temporária, bem como orientação e qualificação para procurar um novo emprego.

Trata de um programa que envolve recursos públicos federais e, assim, compete ao TCU fiscalizá-lo. Em auditoria realizada em 2009, o TCU encontrou diversas oportunidades de melhoria. Foram realizadas visitas técnicas a unidades do Sistema Nacional de Emprego (Sine) nos estados de São Paulo, Paraná, Amazonas e Bahia, selecionados em razão do número de requerentes e segurados do Seguro-Desemprego.

O enfoque da fiscalização foi nos mecanismos de controle das ações

envolvidas, avaliando-se, entre outros aspectos, o desempenho dos trabalhos realizados pelo Sine e a confiabilidade dos sistemas de pagamento dos benefícios.

Constatou-se que não há padronização em alguns procedimentos, como nos sistemas utilizados para a inclusão dos requerimentos do Seguro-Desemprego. Outra deficiência está na demora da apreciação dos recursos recebidos. O Tribunal recomendou à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) que edite norma estabelecendo prazo para a apreciação desses recursos administrativos.

Em alguns estados, o acesso aos sistemas de apoio é possível por meio de apenas um terminal em cada posto, o que prejudica a consulta durante os atendimentos. Em outros, nem se tem acesso a todos os sistemas. Há ainda locais em que 33% dos postos sequer são informatizados. A SPPE deve adotar medidas no sentido de implantar os sistemas no maior número de postos possível, segundo a recomendação do TCU.

As determinações expedidas pelo Tribunal deverão resultar no aperfeiçoamento do Sine devido à melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. As orientações quanto ao controle da execução dos serviços e os correspondentes pagamentos às empresas envolvidas na operacionalização do Seguro-Desemprego podem gerar economia aos cofres do Ministério do Trabalho e Emprego. (Acórdão nº 304/Plenário, de 9.2.2011, TC 021.496/2009-9, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman, Unidade Técnica: 5ª Secex).

2.2.9. - Transporte

TCU condena ex-diretores do DER/MG

O Tribunal identificou superfaturamento no contrato firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG) e a Construtora OAS Ltda. para obras de adequação de contornos rodoviários do Corredor Leste, em Coronel Fabriciano/MG.

Diante da irregularidade detectada, o TCU condenou o Diretor Geral e o Diretor de Construção do DER/MG, à época, a devolverem solidariamente com a Construtora Barbosa Mello S.A. a quantia atualizada de mais de R$ 14, 1 milhões, ao Tesouro Nacional.

O TCU condenou também o espólio do ex-Diretor Geral do DER/MG a devolver, solidariamente com outro responsável e a Construtora Barbosa Mello S.A., o valor atualizado de R$ 28,8 milhões, ao Tesouro Nacional.

Além das condenações, os responsáveis e a Construtora Barbosa Mello S.A. foram multados individualmente em R$ 100 mil. (Acórdão nº 652/Plenário, de 23.3.2011, TC nº 026.925/2006-2, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidades Técnicas: Secex-MG e Secob-2).

TCU multa ex-Presidente da Codesa

O Tribunal multou ex-Presidente da Companhia Docas do Estado do Espírito Santo S.A (Codesa), devido a irregularidades na autorização de obras na área do porto organizado de Vitória.

A Companhia, que administra o porto, permitiu que a empresa Prysmian Energia Cabos e Sistemas do Brasil S/A executasse aterro, instalasse fábrica e explorasse o terminal portuário sem prévia licitação e sem a formalização de instrumento contratual. Constatou-se, também, que a Codesa não recebeu nenhum pagamento das operações portuárias que foram realizadas pela empresa.

Segundo relatório do TCU, a autorização consistia na montagem de fábricas de cabos umbilicais para a exploração petrolífera em plataformas marítimas e foi concedida para atender uma finalidade privada. O Tribunal alertou a Codesa e a Agência Nacional de Transporte Aquaviário para a necessidade de regularizar, perante a Secretaria de Patrimônio da União, a área do terminal portuário atualmente ocupada pela empresa Prysmian,. Cabe recurso da decisão. (Acórdão nº 26/Plenário, de 19.1.2011, TC-015.694/2007-3, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-ES).

3. RELACIONAMENTO COM O CONGRESSO NACIONAL, A SOCIEDADE E OS GESTORES PÚBLICOS

A efetividade do sistema de controle depende da conjugação de esforços institucionais com o exercício da cidadania. O Congresso Nacional, como titular do controle externo, e a sociedade, como beneficiária das ações governamentais, possuem papel importante para o sucesso das ações de controle.

Desse modo, interagir com a sociedade e estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação de informações estratégicas para o exercício do controle, emergem como ações indispensáveis à definição de foco de atuação, ao fortalecimento do controle externo e ao incremento da sua efetividade.

Os gestores públicos desempenham papel crucial nesse processo, pois, por um lado, constituem verdadeiros objetos do controle, quando têm suas contas e atos de gestão apreciados, e, por outro, podem atuar como parceiros, na medida em que as boas práticas de gestão por eles adotadas podem ser exemplo para utilização no âmbito de toda a Administração Pública.

3.1. Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as comissões técnicas ou de inquérito podem solicitar ao Tribunal a realização de auditorias e o fornecimento de informações sobre fiscalizações efetuadas.

Durante o 1º trimestre de 2011, foram autuados **5 processos** de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados **28** processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, **74** processos de solicitação do Congresso Nacional.

3.2. Audiências no Congresso Nacional

Dentre as iniciativas promovidas pelo Congresso Nacional para fomentar a participação da sociedade civil organizada no exercício das atividades relacionadas com o Poder Legislativo, destaca-se a reunião de audiência pública, promovida pelas diversas Comissões das Casas do Parlamento como instrumento destinado a instruir as matérias em trâmite, bem como tratar de assuntos relevantes de interesse público.

Os planos institucionais do TCU estabelecem ações voltadas ao fortalecimento do canal de comunicação com o Congresso Nacional, à ampliação da oferta de produtos e à apresentação de trabalhos relevantes do Tribunal ao Parlamento.

A participação do Tribunal em reuniões de audiência pública se traduz em significativa oportunidade para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do TCU e do próprio Congresso Nacional.

Esses trabalhos, que aperfeiçoam os laços entre o Tribunal e o Parlamento, estão relacionados a seguir.

No 1º trimestre de 2011, o TCU participou de diversas reuniões e audiências públicas no Congresso Nacional. O propósito dos encontros foi apresentar os trabalhos desenvolvidos pelo TCU nas respectivas áreas de atuação das diversas Comissões e

disponibilizar o Tribunal para apresentar informações em audiências públicas.

Nesse intuito, representantes do TCU reuniram-se com assessores de **novos parlamentares na Câmara dos Deputados.** Participaram dos encontros assessores de Deputados Federais de diferentes denominações partidárias. As reuniões aconteceram nos dias 9, 10, 16, 17 e 24 de fevereiro e tiveram como objetivo apresentar o Tribunal e suas funções aos novos parlamentares, ressaltar a importância do relacionamento do Congresso Nacional com o TCU e as várias formas de cooperação entre as Casas, bem como esclarecer dúvidas.

Os encontros fazem parte de ciclo de palestras proporcionado pelo Tribunal em conjunto com a Câmara, por meio do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor). O propósito da iniciativa é estreitar os laços de relacionamento entre o TCU e os parlamentares eleitos para nova gestão.

Comissão de Desenvolvimento Regional no Senado Federal (CDR)

No dia 23 de março, representante do Tribunal participou da 4ª reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), no Senado Federal. Também participaram da reunião, o Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, e o Senador Vital do Rêgo.

Na oportunidade foi apresentada aos Deputados e aos Senadores a estrutura do TCU, bem como suas competências e formas como os parlamentares podem entrar em contato com o Tribunal e fazer requerimentos.

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC)

Dirigentes do TCU participaram de reunião com o novo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), Deputado Sérgio Brito, na Câmara dos Deputados. O objetivo da reunião, realizada no dia 15 de março, foi apresentar as ações desenvolvidas pelo Tribunal ao novo Presidente da CFFC.

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados (CCTCI)

No dia 29 de março, representantes do TCU foram recebidos pelo **Deputado Bruno Araújo, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados.** O propósito da visita foi apresentar informações técnicas a respeito de importantes auditorias feitas pelo Tribunal relacionadas ao trabalho da Comissão.

3.3. Acordos e Eventos

No âmbito do TCU, a celebração e o acompanhamento de acordos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pelo Tribunal são regulamentados pela Resolução TCU nº 211, de 2008.

No trimestre, o Tribunal promoveu e participou de eventos que contaram com a presença de vários órgãos e entidades da Administração Pública e da iniciativa privada, onde foram discutidos temas relevantes que visam a estimular as ações de prevenção do controle.

O Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, recebeu o **Ministro da Saúde, Alexandre Padilha,** no dia 25 de janeiro. Na reunião, o Presidente apresentou os princi-

pais trabalhos do Tribunal realizados na área no último biênio e destacou a relevância das auditorias operacionais para aprimoramento das ações a cargo do Ministério da Saúde.

No dia 27 de janeiro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu visita do **Governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz.** Na oportunidade trataram de assuntos de interesse do DF, incluindo questões relacionadas ao Fundo Constitucional.

O Ministro Valmir Campelo participou, no dia 25 de janeiro, de reunião no **Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE)** para tratar das ações de fiscalização nas obras da **Copa do Mundo 2014**. O objetivo foi discutir fiscalizações conjuntas em obras.

No dia 27 de janeiro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu visita de cortesia do **Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman**. O Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, relator das contas do COB no TCU para o biênio 2011-2012, também participou da reunião.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 3 de fevereiro, visita de cortesia do **Governador do Acre, Tião Viana**, que destacou as dificuldades para execução de obras na Amazônia.

No dia 3 de fevereiro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu a visita do **Governador de Goiás, Marconi Perillo,** acompanhado do **Senador Cyro Miranda** e do **Deputado Federal Vilmar Rocha.** O Presidente do TCU esclareceu que a continuidade das obras de reforma e ampliação do aeroporto de Goiânia não está impedida por nenhuma medida do TCU. A Infraero decidiu pela rescisão do contrato de execução das obras, e o caso está sendo discutido judicialmente.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 10 de fevereiro, visita de cortesia da **Governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini**, acompanhada do **Senador José Agripino Maia**. Entre os assuntos tratados, ela destacou a importância estratégica do aeroporto São Gonçalo do Amarante para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

No dia 18 de fevereiro, o Presidente Banjamin Zymler e o **Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo,** assinaram **acordo de cooperação**, na sede da Universidade Petrobras, no Rio de Janeiro. O acordo tem por objetivo estimular o aperfeiçoamento mútuo das relações institucionais entre a Petrobras e o Tribunal, além de contemplar aspectos técnicos e de negócio da Empresa. Também participou da solenidade o Ministro Walton Alencar.

No dia 22 de fevereiro, o Ministro Raimundo Carreiro recebeu o **Ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino,** o **Vice-Governador do Espírito Santo, Givaldo Vieira, a Deputada Rose de Freitas,** coordenadora da bancada do Espírito Santo e o **Diretor-Presidente da Codesa, Ângelo Baptista.** No encontro trataram do andamento do processo de fiscalização das obras de reforma e construção do Porto de Vitória.

O Presidente do TCU, Ministro Benjamin Zymler, acompanhado pelo Ministro José Múcio, recebeu, no dia 22 de fevereiro, o **Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot.** O propósito da visita foi discutir possibilidades de melhorias nas obras públicas realizadas pelo Dnit. Tratou-se da questão da má qualidade das obras, o que ocasiona um gasto maior com a recuperação das rodovias, além de diminuir a respectiva vida útil. Foi proposta a criação de grupo de trabalho composto por técnicos do Dnit e do Tribunal para identificar soluções para as falhas nessa área.

No dia 24 de fevereiro, o Presidente Benjamin Zymler recebeu o **Ex-Secretário dos Direitos Humanos Paulo Vannuchi**. Durante o encontro, foram tratados assuntos relacionados aos direitos dos deficientes físicos.

O Ministro Valmir Campelo recebeu, no dia 25 de fevereiro, diretores da Caixa Econômica Federal para tratar da **Copa do Mundo de 2014**. O encontro teve por objetivo aproximar os processos de trabalho desenvolvidos pelos dois órgãos.

Nos dias 28 de fevereiro e 1º de março, o Presidente Benjamin Zymler, **o Governador do Acre, Tião Viana**, e os **Senadores, Jorge Viana e Aníbal Diniz**, participaram do **Seminário Obras de Infraestrutura no Estado**, com o objetivo de apresentar e debater os parâmetros, particularidades, logística, custos e especificidades para a realização de obras públicas locais.

O Ministro Aroldo Cedraz participou, no dia 28 de fevereiro, de reunião com membros da **Comissão de Acompanhamento de Projetos no Congresso Nacional e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon)**. Os objetivos do encontro foram estabelecer um programa de trabalho da Comissão e eleger as matérias prioritárias em tramitação no Parlamento de interesse dos tribunais de contas. Também participou da reunião o **Desembargador Jurandir de Souza Oliveira, do Tribunal de Justiça de São Paulo**, além de Conselheiros dos tribunais de contas estaduais.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu a visita do **Procurador-Geral do Estado do Ceará, Fernando Antônio Costa de Oliveira**, no dia 2 de março. No encontro, trataram de assuntos relacionados a irregularidades identificadas pelo TCU na condução administrativa do Porto de Pecém, no Ceará.

No dia 15 de março, o Presidente Benjamin Zymler e o Ministro Valmir Campelo receberam visita de cortesia do **Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministro Ari Pargendler**. Durante a visita, os Ministros trocaram ideias e experiências sobre temas administrativos.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 16 de março, a visita de cortesia do **Senador Rodrigo Rollemberg**. O parlamentar participa das comissões de Meio Ambiente, Mudanças Climáticas e Ciência e Tecnologia.

No dia 17 de março, o Presidente Benjamin Zymler e o Ministro Valmir Campelo visitaram as obras de reforma do estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de Futebol de 2014. A visita foi promovida pelo **Governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral**, e também contou com a presença dos **Ministros do Esporte, Orlando Silva**, e da **Controladoria-Geral da União, Jorge Hage**. Na manhã do mesmo dia, o Ministro Valmir Campelo esteve na sede do BNDES para participar de reunião de apresentação da situação dos procedimentos de concessão de financiamentos, realizados pelo Banco, para obras da Copa de 2014.

O Presidente Benjamin Zymler visitou as **novas instalações do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes)**, na Ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, no dia 18 de março. O objetivo do centro é atender às demandas tecnológicas das áreas de negócio da Petrobras. O Presidente também visitou as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) da Petrobras, no Município de Itaboraí.

O Ministro José Múcio participou como palestrante, dia 21 de março, em Brasília, do **Seminário Desafios do Poder Legislativo**.

No dia 23 de março, o Presidente Benjamin Zymler abriu o encontro institucional entre o TCU e a **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)**. O encontro faz parte da estratégia de interação do Tribunal com os órgãos jurisdicionados.

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 28 de março, o **Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Presidente da Associação dos**

Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), Salomão Ribas. Completaram a visita, o **Presidente do TCE de Tocantins, Conselheiro Severiano Costandrade**, o **Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará Luiz Sérgio Gadelha** e o **Conselheiro Isnaldo Bulhões, do TCE de Alagoas**. Na ocasião, o Presidente do TCU entregou aos presentes estudo sobre a instituição de lei complementar para regulamentar a fiscalização de obras públicas.

No dia 29 de março, o Presidente Benjamin Zymler promoveu a abertura do **Seminário Conjuntura Econômica e Contas do Governo**. O seminário, promovido pelo TCU, foi iniciativa do Ministro Aroldo Cedraz, relator das contas do Presidente da República do exercício de 2010. O evento faz parte da proposta de inserir a sociedade civil e o Governo na discussão sobre possíveis melhorias no parecer sobre as contas presidenciais emitidas pelo Tribunal anualmente. Foram palestrantes no evento, o **Presidente do Banco Central, Alexandre Antônio Tombini**, e do **Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland.**

O Presidente Benjamin Zymler recebeu, no dia 29 de março, visita do **Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), General José Elito Carvalho Siqueira**, e do **Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)**. O tema do encontro foi a inteligência e sua aplicação, tanto para resguardar a segurança nacional, como na busca da qualidade da prestação de serviços à sociedade.

No dia 29 de março, o Presidente Benjamin Zymler recebeu **visita de cortesia do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), Conselheiro Fernando Augusto Melo Guimarães.** O propósito do encontro foi a apresentação de uma proposta de criação de um Plano Anual de Fiscalização Social no Estado do Paraná.

Rede de Controle da Gestão Pública

Instituída pelo TCU, a **Rede de Controle da Gestão Pública** foi lançada em 25 de março de 2009. Ela é formada mediante a assinatura de acordos de cooperação entre órgãos que atuam no controle e na fiscalização do uso de recursos públicos, priorizando a atuação estratégica e coordenada. A atuação coordenada visa definir diretrizes comuns e ações conjuntas. A cooperação deve evitar ações repetitivas, desperdício de recursos humanos e materiais, além de aumentar a probabilidade de atingir objetivos em comum.

No âmbito da Rede, **existem três grupos de trabalho constituídos:** um na área de tipologia de irregularidades, outro sobre auditorias de obras e um terceiro dedicado ao tema "Tomada de Contas Especial" (processo administrativo que visa identificar responsáveis e quantificar débitos).

Em 2011, está prevista a **realização de auditorias de forma articulada nas áreas de saúde, educação e segurança pública**. Começarão também os trabalhos de fiscalização nos preparativos do País para a Copa do Mundo de 2014.

No dia 28 de fevereiro, o Presidente Benjamin Zymler participou da audiência pública **novos modelos de orçamentos de obras públicas.** O evento, realizado no auditório da Procuradoria-Geral da República (PGR), foi uma iniciativa da Rede de Controle.

No 1º trimestre de 2011, foram realizadas **reuniões da Rede de Controle** nos estados do Piauí, do dia 22 de fevereiro, e no Rio Grande do Sul, no dia 14 de março.

3.4. Atuação Internacional

No cenário internacional, o TCU integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre eles a **Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai)**, a **Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs)** e a **Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile.** O Tribunal participa, ainda, de eventos com entidades de fiscalização superior no âmbito da **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. No 1º trimestre de 2011, o TCU esteve representado em eventos relacionados a esses organismos, conforme descrito a seguir.

No período de 9 a 11 de março, o Ministro José Múcio representou o TCU na **10ª Reunião do Comitê Diretivo do Grupo de Auditoria Ambiental da Intosai (WGEA)**, realizada na cidade de Marrakech, Marrocos. O principal objetivo do evento f definir as atividades que integrarão o plano de trabalho do grupo para o período 2011-2013. Os projetos referentes às atividades foram discutidos e aprovados pelos participantes.

O Ministro-Substituto Augusto Sherman participou da **16ª Reunião do Comitê de Capacitação da Olacefs (CCR)** em Lima, no Peru, No período de 31 de março a 1 de abril. O objetivo do encontro foi estabelecer estratégias, responsáveis e cronograma do Plano Operacional de Capacitação Regional.

3.5. Ouvidoria do TCU

A Ouvidoria do TCU tem como atribuição receber informação a respeito de irregularidade em ato administrativo praticado por agente público jurisdicionado ao Tribunal, envolvendo recursos federais, assim como sugestão de aprimoramento, crítica ou reclamação de serviço prestado pelo próprio TCU.

A Ouvidoria pode ser acessada pelo Portal TCU - http://www.tcu.gov.br; por e-mail - ouvidoria@tcu.gov.br; pela central de atendimento - telefone 0800-6441500; e via correios - SAFS, Quadra 4, Lote 1, ed. sede, sala 106, CEP: 70.042-900.

O contato da sociedade com o TCU, além de essencial ao aperfeiçoamento dos serviços prestados, também contribui para a atuação do Tribunal, na medida em que os cidadãos podem apresentar comunicações de irregularidades na aplicação de recursos públicos.

No 1º trimestre de 2011, foram registrados **1.711 chamados, sendo 59,8%** de solicitação de informação, esclarecimento, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral e **40,2% referentes a indício de irregularidade** na aplicação de recursos públicos federais. Em decorrência das irregularidades ou ilegalidades notificadas, as unidades técnicas do TCU **autuam processos** de representação que serão objeto de investigação por parte do Tribunal.

O quadro a seguir detalha os chamados registrados pela Ouvidoria do TCU no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período do exercício de 2010.

Manifestações Atendidas pela Ouvidoria

Tipo de Manifestação	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos	463	688
Outros*	810	1.023
Total	**1.273**	**1.711**

* Solicitação de informação, reclamação, crítica, elogio, sugestão e orientação de caráter geral.

A participação do cidadão, ao informar a respeito de possíveis irregularidades, é de fundamental importância para a garantia da boa e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. É, também, meio de exercício da cidadania e de fortalecimento da democracia.

3.6. Divulgação Institucional

A transparência nos resultados e na forma de atuação do TCU é de fundamental importância para o fortalecimento do controle externo. Nesse aspecto, o Tribunal busca facilitar o acesso a informações referentes às suas atividades e, dentre os principais instrumentos de divulgação utilizados com esse propósito, destacam-se:

- **Portal TCU** - http://www.tcu.gov.br;
- ***Página Contas Públicas*** (Lei nº 9.755/98 – http://www.contaspublicas.gov.br);
- **Portal da Rede de Controle da Gestão Pública** - http://www.rededecontrole.gov.br/portal/page/portal/rededecontrole;
- **Relatórios institucionais** encaminhados ao Congresso Nacional – Relatórios trimestral e anual das atividades do TCU;
- ***Revista do TCU***;
- Publicação **Auditorias do TCU**;
- **Informativo TCU**; e
- Participação no programa **A Voz do Brasil**.

No período, no tocante a publicações, o TCU lançou os seguintes títulos:

- **Revistas do TCU:** Periódicos quadrimestrais destinados à divulgação da jurisprudência do Tribunal, além de trabalhos sobre assuntos de interesse do controle externo e da Administração Pública em geral. A revista é distribuída a parlamentares e a diversos órgãos públicos e está disponível no portal do TCU na internet (http://www.tcu.gov.br). No trimestre, foram publicadas as Revistas de nº 117 a 119.

  - **Revista do TCU nº 117.** Esta edição é referente ao período de janeiro a abril de 2010 e é um especial sobre Tecnologia da Informação (TI), com artigos escritos, predominantemente, por servidores da unidade do TCU especializada em fiscalização de TI.



  - **Revista do TCU nº 118.** A edição de nº 118 é referente ao período de maio a agosto de 2010.

  - **Revista do TCU nº 119.** A edição de nº 119 é referente ao período de setembro a dezembro de 2010.

- ***Orientações para Conselheiros de Saúde.*** Trata-se de publicação elaborada com o objetivo de concorrer para a otimização do desempenho dos conselhos, estimular o exercício do controle social, e colaborar para a melhoria e evolução do SUS. Os Conselhos de Saúde são instrumentos de controle social que unem o cidadão-usuário aos responsáveis pela elaboração e execução das ações de Saúde, possibilitando que a coletividade participe da formulação dos planos e das diretrizes dessa importante área.

- **Orientações para elaboração de documentos técnicos de Controle Externo.** O objetivo da publicação é contribuir para o aprimoramento dos documentos de controle externo. Considerando o rol de questões levantadas em decorrência do controle de qualidade elaborado no âmbito da Secretaria-Geral de Controle Externo, em lugar de instituir modelos optou-se pela padronização dos documentos nos aspectos que lhes são comuns e pela definição de diretrizes que orientem a criação e/ou atualização dos modelos considerados necessários pelas unidades técnicas.

4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Este capítulo apresenta dados e iniciativas adotadas pelo TCU no âmbito administrativo, referentes às estratégias e planos, à gestão de pessoas e à utilização dos recursos, com o objetivo de dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.

4.1. Estratégias e Planos

O instrumento do planejamento, no âmbito do TCU, possui duas vertentes básicas: procura alinhar estratégias, processos e pessoas aos objetivos institucionais, por meio de metas anuais a serem alcançadas; e atua, também, como indutor da melhoria da gestão, na medida em que identifica problemas e respectivas causas e estabelece ações corretivas.

É grande o desafio em que se constitui o exercício do efetivo controle externo sobre a Administração Pública, que rapidamente se moderniza e opera em ambiente de complexidade crescente e de mudanças aceleradas. Tornam-se imperativas a rápida identificação e a adoção de novos instrumentos, mecanismos e processos, ao mesmo tempo em que se mantém a qualidade do controle exercido.

No 1º trimestre de 2011, foi realizado o **33º Encontro de Dirigentes do TCU**. O evento contou com a participação dos principais gerentes das unidades da Sede e dos estados.

Durante o encontro, foram abordados assuntos relativos ao controle externo, ao aprimoramento da articulação do Tribunal com outros órgãos responsáveis pelo controle e ao alinhamento de atividades de apoio estratégico e administrativo como catalisadores do alcance das metas institucionais.

Ainda durante o período, foram definidas as prioridades gerais de atuação do TCU para 2011. Essas prioridades estão expressas no **Plano de Diretrizes do TCU**. O documento, cuja elaboração contou com a participação de dirigentes e servidores do Tribunal, contém os objetivos que devem pautar as ações do TCU, além dos principais desafios a serem enfrentados pelo Tribunal no cumprimento de sua missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

As prioridades do TCU foram divididas em sete grandes áreas:

- **Transparências da gestão pública e das ações de controle do Tribunal;**
- **Estabelecimento e estreitamento de parcerias estratégicas para possibilitar maior efetividade do sistema de controle;**
- **Melhoria na tempestividade e na produtividade das ações de controle do Tribunal;**
- **Aprimoramento da Política de Gestão de Pessoas com foco no alcance de resultados; e**
- **Melhoria do suporte logístico e administrativo oferecido aos colaboradores do Tribunal.**
- **Aprimoramento do uso de tecnologia da informação para suporte à atividade finalística e à gestão do TCU.**
- **Melhoria da governança do TCU.**

4.2. Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

O Tribunal, quando solicitado, presta informação ou encaminha cópia de processo a órgãos do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou ao Ministério Público, para subsidiar ações por eles conduzidas. As demandas atendidas nesse sentido no 1º trimestre de 2011 e no mesmo período de 2010 constam do quadro adiante.

Solicitações Diversas Atendidas pelo Tribunal

Requisitante	Informação		Cópia de processo	
	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011	1º trimestre 2010	1º trimestre 2011
Supremo Tribunal Federal	59	53	-	-
Superior Tribunal de Justiça	-	-	-	-
Tribunal Regional Federal	3	3	-	-
Justiça Federal	8	4	1	-
Justiça do Trabalho (TST – TRT)	3	2	-	-
Justiça Estadual	5	2	-	-
Procuradoria-Geral da República	4	9	3	-
Ministério Público Estadual	1	4	-	-
Procuradoria da República nos Estados	6	-	-	-
Ministério da Justiça/DPF/Delegacias	26	19	1	-
AGU/Procuradoria da União nos Estados	5	4	2	-
Total	120	100	7	00

Além disso, no 1º trimestre de 2011, foram atendidas solicitações de convocação de servidores feitas pela Justiça Federal (nove), pelo Ministério da Justiça (duas), pela Advocacia Geral da União (duas) e Procuradoria da república nos Estados (uma), para prestarem informações aos respectivos órgãos. No mesmo período do exercício de 2010, foram atendidas 14 convocações de servidores.

4.3. Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.700 cargos efetivos, dos quais 2.627 estavam ocupados no final do trimestre. No período, houve 21 vacâncias, sendo quatorze no cargo de auditor federal de controle externo e sete no cargo de técnico federal de controle externo.

Quadro de Pessoal do Tribunal

Categoria Funcional	Efetivo	Ocupados
Auditor Federal de Controle Externo – área controle externo	1.564	1.502
Auditor Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	197	193
Subtotal	1760	1695
Técnico Federal de Controle Externo – área controle externo	168	166
Técnico Federal de Controle Externo – área apoio técnico e administrativo	751	746
Subtotal	919	912
Auxiliar de Controle Externo – área serviços gerais	20	20
Total	2.700	2.627

No tocante ao desenvolvimento profissional e à capacitação, foram realizados pelo TCU 21 eventos no 1º trimestre de 2011, dos quais participaram 366 servidores. Além disso, 87 servidores do Tribunal participaram de 41 eventos promovidos por outras instituições.

O TCU possui programa de bolsas de estudos para pós-graduação nas áreas de Direito Público, Contabilidade e Orçamento Público, Economia do Setor Público, Avaliação de Políticas Públicas, Gestão Governamental, Controle da Administração Pública, Tecnologia da Informação, Gestão do Conhecimento Organizacional, Gestão

de Pessoas e Gestão de Serviços e Logística. Além disso, mantém parceria com instituições de ensino superior para concessão de bolsas. No trimestre, dez servidores do Tribunal estavam regularmente matriculados em um cursos de pós-graduação.

4.4. Recursos Orçamentários e Financeiros

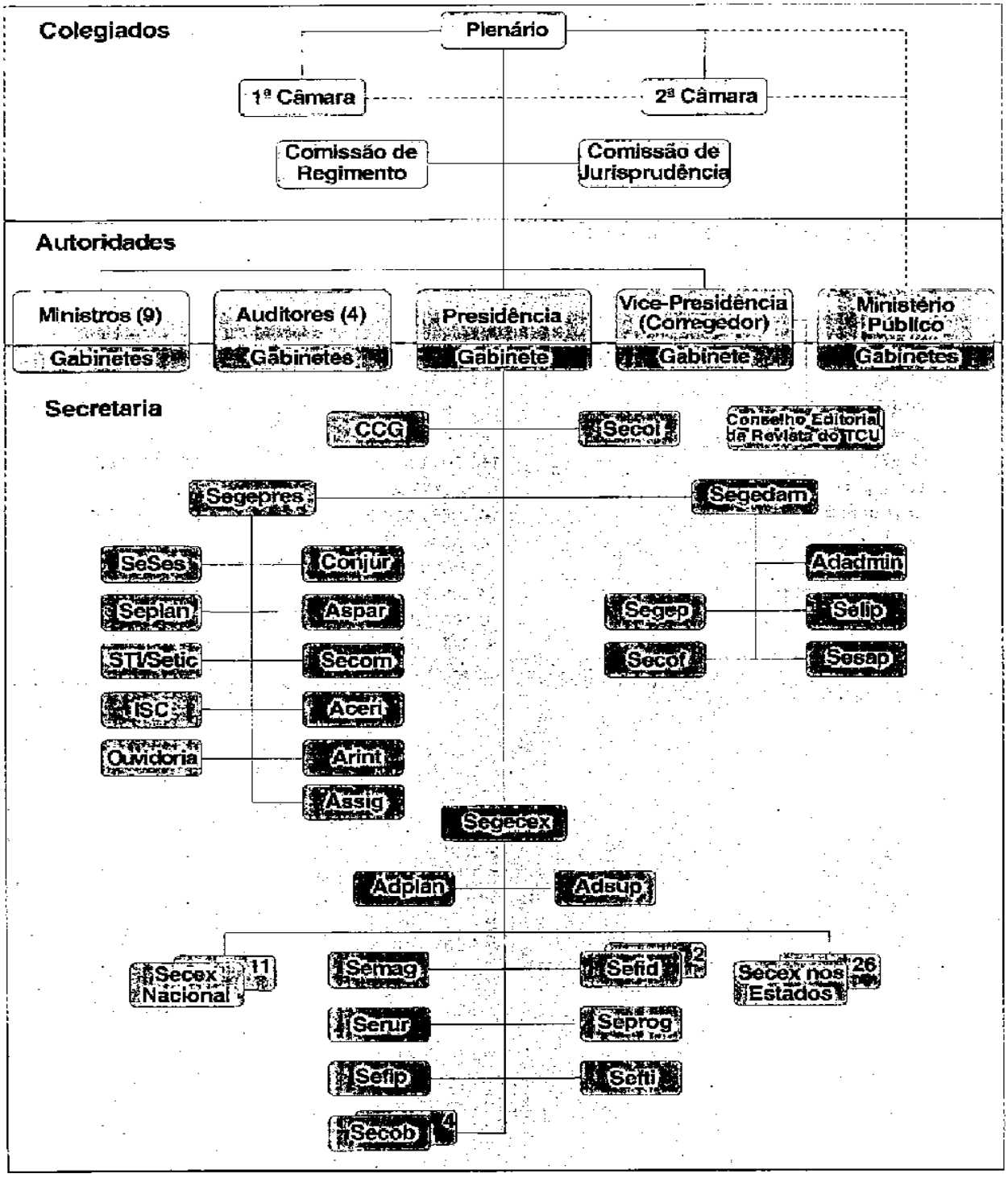
O orçamento do TCU para o ano de 2011 apresentou dotação de **R$ 1.354.824.551,00.** A despesa liquidada até o final do 1º trimestre foi de **R$ 307.272.187,67 (22,67%)** da dotação orçamentária disponível para execução. A dotação e a distribuição dos dispêndios do Tribunal, segundo a natureza da despesa, estão indicadas no quadro adiante.

Dotação Orçamentária - Situação em 31.03.2011

Natureza da despesa	Dotação	Liquidado
Despesas correntes	**1.305.674.414,00**	**306.562.721,10**
Pessoal	1.156.238.456,00	284.733.820,24
Ativo	639.167.753,00	163.832.838,64
Inativo e Pensionista	402.565.896,00	94.860.121,90
PSSS*	114.504.807,00	26.040.859,70
Juros e encargos da dívida	357.703,00	76.283,34
Outros custeios	149.078.255,00	21.752.617,52
Material de consumo	4.639.244,30	388.004,01
Serviços de terceiros	98.257.071,83	8.419.023,79
Auxílio financeiro	39.991.879,29	11.571.724,86
Outras despesas	6.190.059,58	1.373.864,86
Despesas de capital	**49.150.137,00**	**709.466,57**
Total	**1.354.824.551,00**	**307.272.187,67**

* Plano de Seguridade Social do Servidor.

Anexo I - "Organograma do Tribunal de Contas da União" [1]



[1] O **Anexo VII** deste relatório apresenta o rol de unidades da Secretaria do TCU e as respectivas siglas.

Anexo II - "Medidas Cautelares Adotadas no Período"

Órgão	Medida Cautelar Adotada	Valor envolvido na cautelar (R$)
ALAGOAS		
Companhia Energética de Alagoas (CEAL)	Suspensão do Pregão Eletrônico nº 26/2010. (Ata nº 01/Plenário, de 19.01.2011, TC 000.312/2011-8, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AL).	78.671.600,70
Prefeitura Municipal de Belo Monte/AL	Suspensão da Tomada de Preços nº 01/2010. (Ata nº 02/Plenário, de 26.01.2011, TC 000.561/2011-8, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: Secex-AL).	457.697,95
AMAZONAS		
Fundação Universidade do Amazonas (Ufam)	Suspensão do Pregão Eletrônico nº 86/2010, destinado ao registro de preços visando à eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e expansão das redes óptica, estruturada, sem fio e de telefonia digital, bem como todos os atos administrativos dele decorrentes. (Ata nº 09/Plenário, de 23.03.2011, TC 033.841/2010-1, Relator: Ministro Augusto Nardes, Unidade Técnica: Secex-AM).	2.815.000,00
DISTRITO FEDERAL		
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Abstenção de praticar qualquer ato decorrente do Pregão nº 73/2010 ou então, caso já tenham sido assinados contratos ou firmada a ata de registro de preços decorrente dessa licitação, não execute esses contratos ou não permita a adesão a essa ata. (Acórdão 57/2011, Ata nº 01/Plenário, de 19.01.2011, TC 000.321/2011-7, Relator: Ministro José Múcio Monteiro, Unidade Técnica: 8ª Secex).	5.397.809,52
Gerência Executiva do INSS (Belo Horizonte/MG)	Suspensão do pagamento da rubrica "AO 7015640/B5 – Quinquênio" e da Gratificação Adicional por Tempo de Serviço – GATS, atualmente consignadas nos contracheques dos pensionistas do ex-servidor Jesualdo Monteiro Gonzaga como "parcela complementar do subsídio". (Ata nº 02/Plenário, de 26.01.2011, TC 010.366/2005-3, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: Sefip).	1.535.602,20
Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (ABIN)	Suspensão do Pregão Eletrônico SRP 153/2010. (Ata nº 02/Plenário, de 26.01.2011, TC 000.441/2011-2, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: 6ª Secex).	7.127.947,50
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero	Suspensão da Concorrência Internacional 010/2010, cujo objeto é a contratação de empresa para execução das obras e serviços de engenharia para reforma, ampliação e modernização do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins. (Ata nº 04/Plenário, de 09.02.2011, TC 000.658/2011-1, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: 1ª Secob).	Não há valor
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)	Suspensão do processo licitatório da Concorrência Pública 342/2010-00 destinado à realização de obras de melhorias de capacidade e duplicação da rodovia BR- 116 no Estado do Rio Grande do Sul. (Ata nº 04/Plenário, de 09.02.2011, TC 030.105/2010-2, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: 2ª Secob).	45.988.657,61
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)	Promoção da imediata adequação dos preços praticados no âmbito do Contrato nº 104/2010, cujo objeto é a execução de obras de duplicação e restauração com melhoramento na Rodovia BR 101/PE, com vistas à eliminação de sobrepreço identificado em 23 itens da planilha de preços do contrato. (Ata nº 09/Plenário, de 23.03.2011, TC 019.731/2009-3, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: 2ª Secob).	115.333.494,50

Órgão	Medida Cautelar Adotada	Valor envolvido na cautelar (R$)
Autoridade Portuária do Porto de Suape	Abstenção de assinar o contrato relativo à Concorrência 025/2009. (Ata nº 09/Plenário, de 23.03.2011, TC 018.373/2010-0, Relator: Ministro Raimundo Carreiro, Unidade Técnica: 1ª Sefid).	12.675.182,78
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)	Suspensão imediata dos procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 01/2011. (Ata nº 09/Plenário, de 23.03.2011, TC 005.686/2011-3, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: 1ª Secex).	248.444,79
MATO GROSSO		
Ministério da Integração Nacional	Abstenção de liberar recursos relativos ao Convênio SIAFI nº 703900, nº original 00012/2009, para a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT, e para que a referida Prefeitura suspenda os pagamentos à contratada, interrompendo a execução de novos serviços relativos às obras objeto do mencionado Convênio. (Ata nº 06/Plenário, de 23.2.2011, TC 002.192/2011-0, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-MT).	5.096.579,26
Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá - SME/Cuiabá	Suspensão dos procedimentos relativos ao Pregão Presencial 3/2011, até que o Tribunal decida sobre o mérito deste processo. (Ata nº 07/Plenário, de 02.03.2011, TC 002.485/2011-7, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-MT).	21.488.103,0
Coordenação Regional em Mato Grosso da Fundação Nacional de Saúde (Funasa/Core-MT)	Suspensão dos procedimentos do Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 76/2010, Processo nº 25180.008.231/2010-00, até que o Tribunal decida o mérito do processo. (Ata nº 16/Plenário, de 11.05.2011, TC 000.582/2011-5, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-MT).	3.227.488,95
PARANÁ		
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Suspensão de novas aquisições por conta do registro de preços, Pregão Eletrônico SRP Nº 176/2010 – UFPR. A segunda instrução sugeriu, após oitiva, manter a *medida, abrindo fase de audiência aos responsáveis.* TC 034.032/2010-0, Relator: Ministro Augusto Nardes.	674.700,00
RIO GRANDE DO SUL		
Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (Crea/RS)	Suspensão do Pregão Eletrônico nº 30/2010, para registro de preços, destinado à aquisição de mobiliário, tipo menor preço do lote. (Ata nº 02/2ª Câmara, de 01.02.2011, TC 033.288/2010-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Unidade Técnica: Secex-RS).	23.000.000,00
RIO DE JANEIRO		
Furnas Centrais Elétricas S/A	Promoção da adequação dos preços do Contrato nº 17.967/2008 assinado com a empresa Comércio e Construções Camargo Corrêa S/A para a execução das obras civis da Usina Hidrelétrica UHE Batalha e cálculo dos valores pagos a mais. (Ata nº 07/Plenário, de 02.03.2011, TC 010.265/2008-8, Relator: Ministro Ubiratan Aguiar, Unidade Técnica: Secex-RJ).	21.069.088,45
Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro (SPU/RJ)	Abstenção de realizar a titulação de ocupantes do Projeto de Regularização Fundiária no Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro. (Ata nº 09/Plenário, de 23.3.2011, TC 030.186/2010-2, Relator: Ministro Valmir Campelo, Unidade Técnica: Secex-RJ).	41.643.615,23
Instituto Benjamin Constant	Suspensão imediata dos atos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 01/2011 – IBC. (Ata nº 09/Plenário, de 23.3.2011, TC 005.109/2011-6, Relator: Ministro José Jorge, Unidade Técnica: Secex-RJ).	1.232.530,08

Anexo III - "Responsáveis por Débitos e Multas Impostos pelo Tribunal"

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
AC				
003.861/2009-7	397-5/2011-PL	Júnior Cardenas Moreno José Hélio Freire Viana Janaína Santos da Silva João Francisco Salomão Christiano dos Santos Villela Júnior Solange Maria Chalub Bandeira Teixeira Mauro Renato Alves Salomão Arlete Barbosa Lima Edilson Simões Cadaxo Sobrinho	SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/AC - MTE	21.168,00
004.655/2008-5	748-10/2011-PL	Maria Jana Ribeiro Damasceno Júlio Cesar Fregoso Silvio Charles de Mesquita Gomes Luiz de Freitas Matos Wellington Cruz das Neves Damiao de Oliveira Maia Junior Thania Cristina Silva da Cruz Celso Santos Matheus	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROBRAS - MME	30.000,00
017.971/2008-2	297-1/2011-2C	Francisco Avelino Batista	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/AC - MS FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	1.707.484,80
018.715/2005-2	1.404-6/2011-1C	Antonio Francisco Viana Pacifico Jose Alvani Lopes Nilton Cesar Rufino de Lima Raildo Lima do Nascimento Edmilson Rufino de Lima	Prefeitura Municipal de Brasiléia - AC	13.000,00
022.349/2009-8	1.922-9/2011-1C	Vanderley Messias Sale	Prefeitura Municipal de Porto Walter - AC	335.599,50
023.437/2008-9	1.782-8/2011-1C	Vanderley Messias Sales Antônio Luiz Bento de Melo	Prefeitura Municipal de Porto Walter - AC PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO ACRE (22 MUNICÍPIOS)	375.904,78
033.538/2008-5	35-1/2011-PL	Rosemir Santana de Andrade Lima Pascoal Torres Muniz	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - MEC FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - MEC	30.492,00
AL				
006.801/2005-0	329-1/2011-1C	INSTITUTO EXATO Maria Jeane dos Santos Alves	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/AL	46.503,47
012.733/2005-3	90-2/2011-PL	CONARQ CONSTRUÇÕES E ARQUITETURA LTDA. CONSTRUTORA ALYSCON LTDA. Margareth Vieira Alves Maria Alice Remigio Gama	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas	48.920,05
016.108/2010-8	536-2/2011-2C	Manoel Sertorio Queiroz Ferro	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (103 MUNICÍPIOS)	471.290,54
022.808/2009-2	929-4/2011-2C	José Rodrigues Gomes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (103 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Água Branca - AL	849.775,60
022.857/2009-7	1.295-6/2011-2C	CONSTRUTORA BARBOSA LTDA. José Gomes dos Santos	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (103 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Teotônio Vilela - AL	137.544,73
024.950/2010-6	939-4/2011-2C	Wellington Damasceno Freitas	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE ALAGOAS (103 MUNICÍPIOS)	52.501,13
AM				
008.654/2010-7	1.754-8/2011-2C	Sidney Ricardo de Oliveira Leite	Prefeitura Municipal de Maués - AM	262.107,27
008.657/2010-6	965-4/2011-2C	Abraham Lincoln Dib Bastos	Prefeitura Municipal de Codajás - AM	119.816,76
008.658/2010-2	1.581-7/2011-2C	José Vicente Amorim	Prefeitura Municipal de Pauini - AM	57.923,47
010.922/2002-7	547-2/2011-2C	Heraldo Farias Maia	PREFEITURAS MUNICIPAIS	462.981,50

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	
013.237/2010-1	1.317-6/2011-2C	Raimundo Nonato Batista de Souza	Prefeitura Municipal de Parintins - AM Prefeitura Municipal de Tabatinga - AM	417.853,49
014.201/2008-8	1.309-6/2011-2C	Antonio Gomes Graça	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	130.269,83
015.166/2009-8	303-1/2011-2C	Odilon Galvão Picanço	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/AM - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	1.059.756,37
019.512/2008-9	718-3/2011-2C	Hidembergue Ordozgoth da Frota Neuza Inez Lahan Furtado Belém	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - MEC	21.600,00
024.110/2009-1	1.586-7/2011-2C	Manoel Silva Pinto Raimundo Enedino Valente Doce	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	73.902,60
025.604/2008-8	961-4/2011-2C	Amilton Bezerra Gadelha	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	4.193.841,94
		AP		
005.764/2004-1	403-5/2011-PL	Rodolfo Fernandes da Silva Torres Annibal Barcellos Joel Buna Rocha Pinto Odival Monterozzo Leite Jaezer de Lima Dantas	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	15.120,00
		BA		
000.575/2006-8	752-3/2011-2C	DUTOBRAS CONSTRUÇÕES LTDA. Gilberto dos Santos Rocha	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	223.657,35
001.123/2009-9	978-4/2011-1C	Josenildo Miguel de Brito	Prefeitura Municipal de Itabaraba - BA	703.514,86
001.193/2009-3	979-4/2011-1C	Rulverson Lemos Barcelos	Prefeitura Municipal de Ibirapitanga - BA	172.301,26
001.916/2009-8	1.610-7/2011-1C	PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO/BA Joseph Wallace Faria Bandeira	Prefeitura Municipal de Juazeiro - BA	64.714,24
002.333/2009-0	1.771-8/2011-1C	Luiz Gugé Santos Fernandes Yeda Maria Cyrne Lopes de Santana	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/BA - MDA	6.000,00
007.154/2009-2	980-4/2011-1C	Rulverson Lemos Barcelos	Prefeitura Municipal de Ibirapitanga - BA	396.971,39
007.156/2009-7	977-4/2011-1C	Raimundo Nonato do Sacramento	Prefeitura Municipal de Itaparica - BA	543.920,19
008.302/2010-3	1.611-7/2011-1C	José Luiz Araújo dos Santos	Prefeitura Municipal de Pedrão - BA	47.096,01
009.485/2005-9	1.401-6/2011-1C	Antônio Galdino de Oliveira Filho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	1.061.521,85
009.823/2009-3	682-3/2011-1C	Vicente Gonçalves da Silva	Prefeitura Municipal de Itaparica - BA	267.501,74
010.146/2004-1	40-1/2011-PL	Edivaldo Manuel dos Santos	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	93.426,02
013.353/2005-9	523-2/2011-2C	José Ubaldino Alves Pinto Júnior	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	324.927,51
013.603/2006-1	975-4/2011-2C	Rosevania Rodrigues de Souza	Prefeitura Municipal de Ribeira do Amparo - BA	2.160,00
015.134/2001-9	200-3/2011-PL	Agildo Tadeu Gil Prates Alcione Cardoso Cruz Filho André Dórea da Silva CONSTRUCAO INDÚSTRIA COMÉRCIO PREMOLDADOS LTDA. EMPREENDIMENTOS LTDA. Fabio Sampaio de Castro José Ubaldino Alves Pinto Júnior Marcia Carvalho de Mendonça	Prefeitura Municipal de Porto Seguro - BA	6.186.625,52
015.653/2003-8	299-1/2011-2C	José Alves de Araújo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	5.082,00

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR) PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	
015.817/2005-9	1.310-6/2011-2C	Roque Rocha Monteiro		596.498,92
015.863/2006-0	1.177-5/2011-1C	Sayonara Cotrim Sabioni Ariomar Rodrigues dos Santos LILA'S PAPELARIA LTDA.	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE GUANAMBI ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA - MEC	19.861,36
015.884/2009-4	981-4/2011-1C	Williams Cunha Santana	Prefeitura Municipal de Almadina - BA	209.794,04
016.119/2005-0	712-3/2011-2C	Juracy Alves dos Santos Hélio Tavares de Souza Júnior	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	439.073,39
016.793/2002-5	209-3/2011-PL	João Valter de Souza Neiva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (VINCULADOR)	5.040,00
019.037/2008-0	963-4/2011-1C	Marcelo Ferreira de Cerqueira	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - PR	4.320,00
023.930/2008-5	340-1/2011-1C	Astor Moura Araújo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	139.439,86
024.387/2007-1	973-4/2011-1C	Paulo Martinho Apolinário da Silva MESSIAS SANTOS CONSTRUTORA LTDA.	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	707.212,00
026.124/2009-6	1.614-7/2011-1C	Erivaldo Almeida Nunes	Prefeitura Municipal de Camacan - BA	85.238,96
026.843/2009-0	350-1/2011-1C	Mauro Korn	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	128.764,38
027.547/2009-7	351-1/2011-1C	Danilo Gusmão de Quadros	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	84.584,84
027.813/2009-5	352-1/2011-1C	Raimundo Nonato do Sacramento	Prefeitura Municipal de Itaparica - BA	1.102.858,21
031.879/2008-5	976-4/2011-1C	Paulo Ernesto Pessanha da Silva	Prefeitura Municipal de Itabela - BA	3.240,00
033.400/2008-2	497-2/2011-1C	Julio Cesar Santos Leal	Prefeitura Municipal de Ibirataia - BA	306.352,77
		CE		
001.964/2008-7	522-2/2011-2C	CGA CONSTRUTORA GOMES DE ARAUJO LTDA. Francisco Leite Guimarães Nunes	Prefeitura Municipal de Icó - CE PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	7.592.924,30
003.399/2009-7	555-2/2011-2C	IMOBILIARIA ROCHA LTDA. Edmundo de Sá Filho	Prefeitura Municipal de Barbalha - CE	216.121,34
005.936/2010-1	1.763-8/2011-2C	OAP OBRAS ASSESSORIA PROJETOS E SERVIÇOS LTDA. Henrique Antonio Fonseca da Mota	Prefeitura Municipal de Capistrano - CE	774.344,72
005.980/2007-0	725-3/2011-2C	Joaquim Alves do Nascimento	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	112.291,06
006.134/2010-6	1.944-9/2011-2C	Henrique Antonio Fonseca da Mota Maria de Fátima Ferreira de Oliveira	Prefeitura Municipal de Capistrano - CE	10.000,00
006.245/2009-4	1.158-5/2011-2C	Luiz Alves de Freitas	Prefeitura Municipal de Ipaumirim - CE	140.429,84
007.472/2007-0	285-1/2011-2C	Maria Arivan de Holanda Lucena	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de	2.032,80

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			Limoeiro do Norte - CE	
014.120/2008-6	1.147-5/2011-2C	Raimundo Nonato Souza Silva	Prefeitura Municipal de Irauçuba - CE PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	133.727,25
015.124/2009-8	1.319-6/2011-2C	Vicente Félix de Souza	*Prefeitura Municipal de* Granjeiro - CE	339.158,03
016.242/2010-6	1.851-9/2011-2C	Jose Gonzaga Barbosa	Prefeitura Municipal de Pindoretama - CE	199.839,63
022.813/2007-6	540-2/2011-2C	A P C - ASSESSORIA DE PROJETOS ECONSTRUÇÕES LTDA. Joaquim Ximenes de Carvalho	Prefeitura Municipal de Alcântaras - CE PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ (184 MUNICÍPIOS)	162.281,23
526.323/1998-9	659-8/2011-PL	Joaquim dos Santos Barros Emani José Varela de Melo	BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - MF	9.000,00
		DF		
000.229/2010-5	318-1/2011-1C	*Nabil Ali Mohamed Murshed*	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	75.876,58
000.575/2006-8	752-3/2011-2C	DUTOBRAS CONSTRUÇÕES LTDA. Gilberto dos Santos Rocha	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	223.657,35
001.111/2004-7	268-1/2011-2C	Aurino Vieira Nogueira	MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR) *Prefeitura Municipal de* Bacuri - MA	305.807,46
001.353/2008-0	304-1/2011-2C	José Otávio Scholl	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR)	85.309,80
001.517/2010-4	479-2/2011-1C	Paulo Roberto Stelberg Grikis	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	192.720,50
002.535/2004-5	669-3/2011-1C	JOSHULDENE BENVINDO DA FONSECA NEIVA Antônio Luiz Lima Vitorino	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ	21.600,00
002.776/2006-0	1.123-5/2011-2C	Daniel Pereira de Araújo João César da Mata Paulo Celio de Figueiredo	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - MMA	207.242,94
002.983/2007-9	670-3/2011-1C	Aldaci Aparecida da Silva	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - CASA CIVIL/PR (EXCLUÍDA) PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	148.612,08
003.329/2008-4	631-9/2011-PL	*Francisco Carlos Lago Picado* CONSTRUTORA SERRA VERDE LTDA. Marcos Antônio da Oliveira Morais	*INCRA - SUPERINT. REGIONAL/RN - MDA* INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA	145.925,55
003.739/2008-2	372-5/2011-PL	Jean Pierre Ernest Kung *Lilian de Azevedo Gonçalves*	COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA - MJ	20.160,00
004.997/2002-2	325-1/2011-1C	Paulo Modesto Filho	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - MEC	170.530,24
005.260/2009-8	1.417-6/2011-1C	Celso Mendonça de Aguiar	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - MEC	868.880,76
005.438/2009-6	982-4/2011-1C	Leonisio Lemos Melo Júnior	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (VINCULADOR)	115.475,13
006.050/2009-0	961-4/2011-1C	José de Arimatea de Matos	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT	56.762,70
008.714/2004-8	560-2/2011-2C	Paulo Augusto Ferreira Pinho BONITO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	1.744.502,42
008.729/2004-6	475-2/2011-1C	Joaquim Mendonça Filho Mário Ferreira Neto *Antonio Limone* Diva de Souza Dias Aires Ferreira Coimbra Maria do Perpétuo Socorro Mendes Meira	*UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA* CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	23.184,00

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
008.916/2005-7	1.743-6/2011-2C	Renato Nardoni Bernardo Lucidio de Caldas Brito Elaine Rodrigues Santos MARIA DE NAZARÉ PEDROSA	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	125.406,14
008.950/2008-3	179-3/2011-PL	Denise Antonia de Paulo Matilde Ribeiro Alexandro da Anunciação Reis	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	6.048,00
008.958/2009-0	230-4/2011-PL	Clésio da Gama Fernandes	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	94.956,94
009.027/2004-8	519-2/2011-2C	SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA Prefeitura Municipal de Curionópolis - PA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA/DF - MPF/MPU PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	76.127,04
009.486/2005-9	1.401-6/2011-1C	Antônio Galdino de Oliveira Filho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	1.061.521,85
009.728/2009-4	1.307-6/2011-2C	Antonio Aires Costa	MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR)	636.727,21
009.883/2004-0	604-8/2011-PL	Benedito Dias Lopes F.Q INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Maria Felicia Valadão Silveira Oswaldo Valadão Silveira SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	1.798.949,46
010.089/2007-8	1.594-7/2011-1C	Antônio Edivaldo Gomes	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	277.522,37
010.146/2004-1	40-1/2011-PL	Edivaldo Manuel dos Santos	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	93.428,02
010.268/2010-3	1.566-7/2011-2C	SOCIEDADE RECREATIVA PARQUE NILO DOS SANTOS José Calo Meneses Feitosa	COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - Mtur	70.246,91
011.134/2010-0	295-1/2011-2C	Kerles Oliveira dos Santos	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	144.581,04
011.472/2009-3	1.284-6/2011-2C	Renan Ribeiro de Jesus	MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	25.162,25
011.722/2006-3	1.158-5/2011-1C	Gilmar Donizette Benites Garcia	MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	5.040,00
011.773/2010-3	1.768-8/2011-2C	JOSÉ CARDOSO MATOS	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	50.881,19
011.927/2007-9	1.582-7/2011-1C	YAKINO Ismael Pedrosa Moreira	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (VINCULADOR)	249.157,50
012.304/2006-0	583-8/2011-PL	Jose Maria Nardeli Pinto Fábio Luís Rezende de Carvalho Alvim Valnei Batista Alves João Carlos Monteiro	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	8.000,00
012.402/2007-7	203-3/2011-PL	Edna Maria Teodoro	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA	594.227,29
012.528/2004-4	539-7/2011-PL	Prefeitura Municipal de Itamaracá - PE	SECRETARIA EXECUTIVA - MJ PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (184 MUNICÍPIOS)	38.406,61
012.713/2004-2	945-4/2011-1C	Ivanildo Ferreira Alves Hiran Augusto Maia Lopes Sá Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara Pedro Alberto da Silva Alvarenga	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	1.273.430,98
012.731/2005-9	77-2/2011-PL	DENISON BRASIL PUBLICIDADE LTDA. Paulo Cesar Campos Jorge Eduardo Levi Mattoso Silvia Sardinha Ferro	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	14.750,43
014.110/2007-1	727-3/2011-2C	Alberto Paiva Farias Sebastião dos Santos Barreto	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	584.996,88
015.291/2009-6	531-2/2011-2C	Rui Costa Pimenta Edinaldo Augusto da Silva	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - JE	4.032,00
015.567/2010-9	359-5/2011-PL	Josiane Alves Kolc	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO	329.071,61

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			PARANÁ MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR) PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	
015.653/2003-8	299-1/2011-2C	José Alves de Araújo	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR)	5.062,00
015.817/2005-9	1.310-6/2011-2C	Roque Rocha Monteiro	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	596.498,92
015.886/2009-1	1.934-9/2011-1C	Paulo Roberto Pereira	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (VINCULADOR) CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT	1.345.197,28
015.996/2003-1	1.169-5/2011-2C	Edeijavá Rodrigues Lira	SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - MMA	15.120,00
016.043/2008-4	878-3/2011-1C	Maria do Socorro Pelaes CONSTRUTORA RODRIGUES E COIMBRA LTDA.	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	127.478,61
016.119/2005-0	712-3/2011-2C	Juracy Alves dos Santos Hélio Tavares de Souza Júnior	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS)	439.073,39
016.617/2010-0	566-2/2011-2C	Rosemiro Rocha Freires	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	57.235,67
016.793/2002-5	209-3/2011-PL	João Valter de Souza Neiva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA (417 MUNICÍPIOS) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (VINCULADOR)	5.040,00
017.047/2008-8	957-4/2011-1C	Pedro Moraes Trindade	MINISTÉRIO DA CULTURA (VINCULADOR)	2.160,00
017.228/2006-7	1.150-6/2011-2C	Rildo Fernando Correia de Melo Múcio Cruz Lima Isnard Bezerra de Almeida Ivany Pereira de Lima Souza Manoel Marcos Clemente da Silva Solange Maria Nascimento dos Santos	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - MJ	12.096,00
017.971/2008-2	297-1/2011-2C	Francisco Avelino Batista	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/AC - MS FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	1.707.484,80
018.111/2010-8	1.570-7/2011-2C	Rafael Henrique Quedevez	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	70.192,92
018.153/2008-5	1.918-9/2011-2C	Bernardino Carmo de Souza	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS	8.000,00
018.501/2002-1	1.165-5/2011-1C	Filemon Jose Francisco de Sousa Nogueira Paranagua	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/PI - MS	3.024,00
019.037/2008-0	963-4/2011-1C	Marcelo Ferreira de Cerqueira	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - PR	4.320,00
019.800/2007-6	41-1/2011-PL	Roberto Pereira Alves	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	2.712.928,55
020.345/2004-9	97-2/2011-PL	Claudio Melo Colaco Hassan Gebrim NBQ - ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA. PROGRESS ASSESSORIA E REPRESENTAÇÃO LTDA. R-PRESTES REPRESENTAÇÕES INTERNACIONAIS LTDA. Sylvio Sniecikovski	INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	3.380.174,63

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
020.607/2008-7	1.166-5/2011-1C	ZAIT - ZTR DO BRASIL REPRESENTAÇÕES LTDA. CONSTRUTORA NARCISA LTDA.(ANTIGA S.R.B.A. SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.) Adiel de Campos Ferreira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	71.860,90
021.447/2008-6	1.760-8/2011-1C	Geraldo Eustáquio de Carvalho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS) FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	146.364,03
022.130/2008-7	1.313-6/2011-2C	Afonso Nivaldo de Souza	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE RORAIMA (15 MUNICÍPIOS) 7ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - TCU (EXTINTA)	2.000,00
023.928/2009-5	1.770-8/2011-2C	Raimundo Silva de Andrade	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - MC	87.548,06
024.097/2009-8	374-5/2011-PL	Heliton Ribeiro Tavares Dorivan Ferreira Gomes	INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - MEC	8.064,00
025.550/2010-1	1.550-7/2011-2C	José Camilo Novello	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT	161.212,77
027.547/2009-7	351-1/2011-1C	Danilo Gusmão de Quadros	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA	84.584,84
027.989/2009-9	482-2/2011-1C	Vânia Aparecida Schittenhelm	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - MEC	529.807,14
028.082/2009-3	298-1/2011-2C	Cristina Gacek	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - MEC	831.764,08
028.723/2007-4	1.555-7/2011-2C	Reginaldo Brito de Miranda	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	230.690,75
032.153/2008-5	338-1/2011-1C	Reginaldo Brito da Miranda	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAPÁ (16 MUNICÍPIOS)	572.128,43
033.632/2008-7	1.175-5/2011-1C	Jailton Magalhães do Nascimento	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - MCT	304.754,79
		ES		
000.373/2007-0	1.738-8/2011-2C	Nálio Ribeiro Nogueira Mateus Vasconcelos	Prefeitura Municipal do Conceição da Barra - ES	819.877,22
000.382/2007-0	1.157-5/2011-2C	ATANEL PASSOS WAGMACKER	Prefeitura Municipal de Mucurici - ES	3.024,00
001.260/2009-8	541-2/2011-2C	ÉLIO BAHIA SOUZA	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - DNIT/MT	5.040,00
001.594/2007-6	686-9/2011-PL	Elisangela Portella Sobreira Magda Aparecida Gasparini Luciara Botelho Moraes Sergio de Mory Pezzim George Macedo Vieira Jorge Luiz Gava Lílian de Souza Barbosa	Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - ES	28.000,00
002.128/2008-1	607-8/2011-PL	Felipe Meleipe Weslene Batista Gomes Marco Cesar Nunes de Mendonça Antônio Bitencourt	Prefeitura Municipal de Marataízes - ES	45.000,00
004.088/2008-3	1.740-8/2011-2C	Venício Alves de Oliveira	Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte - ES	830.158,07
005.760/2009-3	1.754-8/2011-1C	Luiz Gonzaga Ribeiro	Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro - ES	5.000,00
009.842/2004-8	300-4/2011-PL	Sebastião da Cunha Sena	SERVIÇO SOCIAL DA	50.527,51

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Cleuza Maria Cássaro S.C. CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA.	INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/ES - MDS	
010.735/2002-4	301-4/2011-PL	S.C. CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA. Sebastião da Cunha Sena Cleuza Maria Cássaro	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/ES - MDS	95.831,32
012.423/2009-3	1.155-5/2011-1C	José Ignácio Ferreira	DIRETÓRIO REGIONAL DO PSDB/ES - JE	196.760,92
014.673/2010-0	315-1/2011-2C	RUBENS SÉRGIO RASSELI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - MEC	5.082,00
015.034/2006-4	1.171-5/2011-1C	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISA ECONÔMICAS E SOCIAIS Robson Santos Cardoso PAULO REGIS VESCOVI FERNANDO ANTONIO DAL PIERO Aly da Silva Edson Franco Immaginario LENORA DANTAS DA SILVA VESCOVI ROSIVALDO BISPO DOS SANTOS EDENYR DANTAS DA SILVA ADRIANA DANTAS DA SILVA SIVIERO	SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/ES - MTE	182.242,38
015.694/2007-3	26-1/2011-PL	Henrique Germano Zimmer	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - MT	10.164,00
019.677/2007-0	667-3/2011-1C	Clovis Lascosque Marcos Zanotti Breciani Mário Emilio Nascimento da Silva	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S.A. - MT	11.880,00
		GO		
001.547/2010-0	970-4/2011-2C	Wagner Camargo Júnior	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	381.995,44
002.409/2009-0	1.137-5/2011-2C	ERNANI JOSÉ DE PAULA Pedro Fernando Sahlum	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	1.427.706,27
003.921/2008-9	458-6/2011-PL	Ary Soares dos Santos	IBAMA - SUPERINT. ESTADUAL/GO - MMA	8.064,00
007.651/2006-3	726-3/2011-2C	Carlos Beethoven de Souza Lobo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	2.160,00
008.871/2008-8	1.125-5/2011-2C	Maria Luiza Amaral Rizzotti Rosilene Cristina Rocha	Prefeitura Municipal de Planaltina - GO	4.032,00
014.339/2008-9	1.176-5/2011-1C	Fausto Veiga de Paula Halley de Lima Menezes IDEAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Ortizon Vaz Vieira Filho	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Goiás	124.944,29
016.167/2009-0	1.287-6/2011-2C	CONSTRUTORA CLAUDIO THOME LTDA. Abilio Venancio Neto	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	292.286,92
016.811/2005-0	51-1/2011-PL	Hozana Martins de Paiva	Prefeitura Municipal de Cabeceiras - GO PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	57.224,38
017.715/2009-0	1.761-6/2011-2C	FGW ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. EDSON FERREIRA DOS SANTOS	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE GOIÁS (246 MUNICÍPIOS)	563.067,72
018.070/2009-9	550-2/2011-2C	Renato da Silva Maranta Júnior Divino Fleuri de Matos	DIRETÓRIO REGIONAL DO PSDB/GO - JE	54.003,85
020.537/2007-2	928-4/2011-2C	Antonio Camilo de Andrade	Prefeitura Municipal de Cristalina - GO	3.240,00
		MA		
001.111/2004-7	286-1/2011-2C	Aurino Vieira Nogueira	MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR) Prefeitura Municipal de Bacuri - MA	305.807,46
001.893/2008-3	543-2/2011-2C	Haroldo Euvaldo Brito Lêda	Prefeitura Municipal do Lago do Junco - MA	182.077,80
001.949/2008-0	544-2/2011-2C	José Willys Nogueira	Prefeitura Municipal de São Francisco do Maranhão - MA	53.905,48
003.216/2007-2	1.138-5/2011-2C	Jomar Fernandes Pereira Filho Claudio Henrique de Sousa Trindade Emilio Carlos de Sousa Marques Francisco Sena Leal Maria de Jesus Lopes Ferreira Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA	Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA	4.654.355,62
005.038/2007-8	1.575-7/2011-2C	Ansmar dos Reis de Jesus	Prefeitura Municipal de	856.625,92

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Dausamar Sousa do Nascimento Elicleide de Castro Lima Gonçalves Hilda Santos Silva Isaque Sousa Almada Iva Alves Benavenuto Jose Juscelino dos Santos Rezende Laile dos Santos Rezende Maria Costa Felipe Maria Francisca de Sousa da Cruz Maria Lúcia Barbosa Feitosa Raimundo Nonato Barros Filho	Vitorino Freire - MA	
008.670/2008-0	1.306-6/2011-2C	Erinaldo Honorato de Lima	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO (217 MUNICÍPIOS) Câmara Municipal da Raposa - MA	367.354,08
008.968/2009-6	667-6/2011-PL	George Ferraz Campos Jacy Azevedo Pacheco de Souza Francisco Valdileme Ribeiro Mota Denizia Faria Ramos	GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS - IMPERATRIZ/MA - INSS/MPS	10.000,00
009.570/2006-2	972-4/2011-2C	Conceição de Maria Barros Carvalho Nilson Santos Garcia Maria de Nazaré Martins Márcio Ribeiro de Jesus Sousa WEDER PEREIRA GARCIA Fabiane Pinheiro Trinta	Prefeitura Municipal de Palmeirândia - MA	14.040,00
009.741/2006-1	1.143-5/2011-2C	CENTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO MARANHÃO/PIAUÍ LTDA. Nilson Santos Garcia	Prefeitura Municipal de Palmeirândia - MA	153.053,55
010.445/2008-7	758-3/2011-2C	Governo do Estado do Maranhão Eduardo Gomes Soares Portilho	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO	157.690,55
011.243/2006-6	1.308-6/2011-2C	Miluzete Fontenele Nascimento Raimundo Nonato Jansen Veloso José Augusto Sousa Veloso	Prefeitura Municipal de Pio XII - MA PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO (217 MUNICÍPIOS)	4.519.401,62
012.608/2009-9	956-4/2011-1C	Aurino Vieira Nogueira	Prefeitura Municipal de Bacurituba - MA	481.586,90
015.201/2005-6	1.172-5/2011-1C	Elito Hora Fontes Menezes JOAQUIM DO VALE MONTEIRO Jorge Machado Mendes JULIO CEZAR DA MOTTA BARRETO LUIS ALBERTO SANTIAGO FARIAS MARCOS ANTONIO DA SILVA NERI NELSON MARTINS BANDEIRA NETO	SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL/MA - MDS	76.608,00
015.613/2005-9	747-3/2011-2C	Aluizio Coelho Duarte José Benedito da Silva Santos Aluizio Coelho Duarte	Prefeitura Municipal de Lagoa do Mato - MA	962.817,02
016.532/2005-3	1.558-7/2011-2C	J O A ARAGÃO N B A ARAGÃO E CIA LTDA. Marconi Bimba Carvalho de Aquino	Prefeitura Municipal de Rosário - MA	2.845.818,11
016.542/2005-0	1.311-6/2011-2C	DATABYTE COMPUTADORES SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. LINK CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Luiz Gonzaga dos Santos Barros	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO (217 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Itaipava do Grajaú - MA	220.650,43
019.466/2007-9	749-3/2011-2C	Raimundo Avelar Sampaio Peixoto	Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA	923.748,39
020.055/2006-5	958-4/2011-2C	Francisco Rodrigues de Sousa	Prefeitura Municipal de Timon - MA	114.876,56
020.647/2008-2	750-3/2011-2C	César Rodrigues Viana	Prefeitura Municipal de Miranda do Norte - MA	40.519,54
023.865/2007-7	552-2/2011-2C	Raimundo José Fernandes Cardoso Vadilson Fernandes Dias	Prefeitura Municipal de Gonçalves Dias - MA	98.730,05
025.975/2008-6	1.156-5/2011-2C	Raimundo João Pires Saldanha Neto José Ribamar Coelho Castro Franciana Lopes Coelho	Prefeitura Municipal de Rosário - MA	4.127.126,82
029.658/2010-1	1.598-7/2011-1C	Maria Irene de Araújo Sousa	Prefeitura Municipal de Centro do Guilherme - MA	165.723,51
030.083/2008-0	1.580-7/2011-2C	MARIA GORETHE GOMES VANDERLEY ROBERTO FERREIRA SANTOS ANA TEREZA MENDONÇA PEREIRA Nauro Sérgio Muniz Mendes	Prefeitura Municipal de Penalva - MA	10.000,00
350.161/1998-8	377-5/2011-PL	Raimundo Nonato Palhano Silva FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE DE APOIO AO DENSEVOLVIMENTO DA UFMA Aldy Mello de Araújo	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - MEC	175.424,07

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
MG				
003.784/2005-3	272-1/2011-2C	José Rogerio Honorio Romulo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	215.766,58
004.459/2008-3	1.766-8/2011-2C	CLERIO KNUPP Sebastião Carrara da Rocha	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Carangola - MG	8.000,00
010.834/2007-3	1.138-5/2011-1C	Adeildo Sirilo Vieira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	5.856,98
013.836/2010-2	978-4/2011-2C	Gessilene Zigler Foina	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - MEC	5.400,00
016.021/2005-2	160-3/2011-PL	Célio Alves Pinto	Prefeitura Municipal de Aimorés - MG PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	8.064,00
017.749/2009-9	1.024-5/2011-2C	Paulo Sergio Reis Ladeira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	267.022,11
024.050/2008-3	1.573-7/2011-2C	José de Souza Gomes	Prefeitura Municipal de Taparuba - MG PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	42.215,31
025.421/2008-8	737-3/2011-2C	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE BARBACENA-MG-DEMASP Honorio Teixeira de Carvalho Neto	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	1.555.885,32
025.430/2008-7	1.287-6/2011-2C	José Modesto Pessoa de Avila	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (853 MUNICÍPIOS)	245.745,56
025.783/2009-5	1.926-8/2011-2C	Edson Paulino Cordeiro	Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - MG	2.500,00
MS				
005.222/2006-0	1.561-7/2011-2C	Célia Maria da Silva Oliveira	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC	2.000,00
010.126/2010-4	1.126-5/2011-2C	Margarida de Fátima Nicoletti	FUNAI - Coordenação Regional de Dourados/MS	3.024,00
012.519/2005-3	1.140-5/2011-1C	Manoel Catarino Paes Pero Sebastião Luiz de Mello	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC	9.072,00
021.359/2007-3	1.585-7/2011-2C	Luiz Carlos Bonelli Jurandir Pinto Nunes Meire Lourdes da Rocha	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/MS - MDA	14.000,00
MT				
002.983/2007-9	670-3/2011-1C	Aldaci Aparecida da Silva	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO - CASA CIVIL/PR (EXCLUÍDA) PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	148.812,08
004.606/2003-0	1.148-5/2011-1C	Argemiro Alcantara CONSTRUBEL ENGENHARIA PLANEJAMENTO E REPRESENTACOES LTDA. Francisco de Assis Tenório Luiz Carlos Aparecido Bido	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	4.679.650,64
004.997/2002-2	325-1/2011-1C	Paulo Modesto Filho	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - MEC	170.530,24
010.548/2005-6	675-3/2011-1C	ENGEVOLT ENGENHARIA LTDA. GONÇALO FERREIRA DE ALMEIDA Nereu Botelho de Campos TRIANGULO ENGENHARIA LTDA. Waldsnei Moreno Costa	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	1.682.536,46
010.660/2010-0	278-1/2011-2C	Fernando Zafonatto	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍ-	3.049,20

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
			PIOS)	
013.280/2002-6	1.595-7/2011-1C	CONSPAN CONSTRUTORA PORTO ALEGRE DO NORTE LTDA. José dos Santos Rodrigues Bonfim Leite dos Santos José Viana Sabino	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte - MT	362.357,01
014.337/2006-8	333-1/2011-1C	Hegídio Henrique Lunkes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	164.723,09
014.388/2005-9	1.920-9/2011-1C	Raymundo da Silva Mello Júnior José Luis Teixeira de Almeida Carlos David Barroso Teixeira	CEPLAC - SUPERINT. REG. DA AMAZÔNIA ORIENTAL - ALTA FLORESTA/MT - MAPA	6.000,00
014.617/2006-1	484-2/2011-1C	Yukio Miyazima	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	59.965,73
015.600/2006-9	1.618-7/2011-1C	José Bispo Barbosa Henrique do Carmo Barros	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MATO GROSSO - MEC	10.000,00
015.974/2005-0	334-1/2011-1C	Aurino Rodrigues da Silva Natanael Matos Nascimento	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	917.122,75
019.647/2005-5	486-2/2011-1C	SIGILOSO	Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT	10.080,00
021.447/2008-6	1.760-8/2011-1C	Geraldo Eustáquio de Carvalho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO (139 MUNICÍPIOS)	146.364,03
033.115/2008-9	1.156-5/2011-1C	Cícero Francisco de Moraes	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	140.331,72
		PA		
004.900/2009-1	294-1/2011-2C	Gervasio Bandeira Ferreira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	653.693,44
005.598/2007-9	327-1/2011-1C	Francisca Martins Oliveira E Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Acará - PA	4.065,60
009.027/2004-8	519-2/2011-2C	SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA Prefeitura Municipal de Curionópolis - PA	PROCURADORIA DA REPÚBLICA/DF - MPF/MPU PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	76.127,04
011.799/2003-4	358-1/2011-1C	EVALDINO BENTO CELESTINO	Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará - PA	65.165,07
012.713/2004-2	945-4/2011-1C	Ivanildo Ferreira Alves Hiran Augusto Maia Lopes Sá Paulo Celso Pinheiro Setta Câmara Pedro Alberto da Silva Alvarenga	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (VINCULADOR)	1.273.430,98
014.588/2006-4	926-4/2011-2C	ESTACON ENGENHARIA S.A. OLIMPIO YUGO OHNISHI Fernando Agostinho Cruz Dourado	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	324.309,86
014.599/2006-8	927-4/2011-2C	Fernando Agostinho Cruz Dourado SAHID XERFAN OLIMPIO YUGO OHNISHI ESTACON ENGENHARIA S.A. ADAUTO CERQUEIRA SANTOS FILHO	Secretaria Executiva do Saúde Pública do Pará	168.335,23
016.919/2006-8	1.769-8/2011-2C	Florivaldo Vieira Martins	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/PA - MS	3.000,00
019.411/2003-5	360-1/2011-1C	MARISIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. Raimundo Silveira Lima	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia - PA	214.302,25
021.025/2008-7	668-3/2011-1C	Silvancto Ferraz Mangueira	Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo - PA	193.770,24
022.568/2006-6	947-4/2011-1C	Miguel Santana de Castro	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	1.135.841,67
025.638/2009-4	571-2/2011-2C	Antonio Carvalli Filho	PREFEITURAS MUNICIPAIS	224.754,73

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Wagner Pereira da Silva ABRIL CONSTRUÇÕES E SERVICOS LTDA.	DO ESTADO DO PARÁ (143 MUNICÍPIOS)	
032.724/2008-6	1.152-5/2011-1C	Blanca Ribeiro Corrêa ASSOCIAÇÃO AMAZÔNICA DE DIFUSÃO CULTURAL, SOCIAL E AMBIENTAL / PA	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	193.476,10
		PB		
002.591/2009-5	1.387-6/2011-1C	Antônio Mendonça Coutinho Filho	Prefeitura Municipal de Massaranduba - PB	37.384,89
002.765/2008-8	42-1/2011-PL	Guilardo Antônio Barros Moreira Carvalho	Prefeitura Municipal de Soledade - PB	401.004,09
002.816/2007-0	186-3/2011-PL	Josilene Monteiro Cordeiro Dias	Prefeitura Municipal de Caldas Brandão - PB	8.064,00
003.934/2009-5	665-3/2011-1C	TRANSAMERICA CONSTRUTORES ASSOCIADOS LTDA. Teófilo José de Sousa E Silva	Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	1.209.791,59
004.636/2004-7	175-3/2011-PL	Ademar Paulino de Lima Adria Perazzo Gomes	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA PARAÍBA (223 MUNICÍPIOS)	10.080,00
006.106/2008-2	1.161-5/2011-1C	Achilles Leal Filho EMPRESA COBEZA CONSTRUÇÕES LTDA.	Prefeitura Municipal de Mulungu - PB	880.056,67
008.957/2007-6	331-1/2011-1C	JR PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Jose Feliciano Filho	Prefeitura Municipal de Sapé - PB	367.738,12
010.089/2007-8	1.594-7/2011-1C	Antônio Edivaldo Gomes	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MEC Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	277.522,37
010.327/2003-9	399-5/2011-PL	Antônio Celso Cavalcanti de Andrade Filho Eraldo Dantas da Nóbrega Eraldo Xavier Pimentel FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DA PARAÍBA - FAEPA Frank Roberto Santana Lins Geraldo Clemente Galvão Ilênio Gomes da Veiga Pessoa Júnior Joel de Moraes Andrade José Martinho de Andrade Silveira José Ramalho Felipe Loester Imperiano da Silva Manoel Porfírio Neves Marcus Aláno Martins Vaz Otávio Augusto Sitônio Pinto Rivaldo Alves Pereira da Costa. Roberto Vasconcelos Alves Rousseau Imperiano da Silva	SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/PB - MTE	2.000.389,07
013.568/2009-5	1.942-9/2011-2C	Thompson Fernandes Mariz Alexandre José de Almeida Gama	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - MEC	40.000,00
013.590/2005-3	280-4/2011-PL	Emani de Souza Diniz	Prefeitura Municipal do Diamante - PB	948.799,14
013.685/2009-1	1.147-5/2011-1C	Deozon Farias da Cunha Alberto Nepomuceno	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa - PB	306.630,56
013.807/2007-0	1.322-6/2011-2C	Gilvando Cabral de Santana CELIA MARIA NUNES CABRAL DE SANTANA	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU/PB Prefeitura Municipal de Caldas Brandão - PB	139.114,76
017.010/2007-0	966-4/2011-2C	Joaquim Osterne Carneiro Mario Antonio Pereira Borba	SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/PB - MTE	10.800,00
018.333/2008-3	92-2/2011-PL	Benjamin Gomes Maranhão Neto ANTÔNIO ALVES SIMÕES FILHO Ronaldo Targino Moreira Maura Targino Moreira Availdo Luís de Alcântara Azevedo MARIA HELENA BRITO MOREIRA	Prefeitura Municipal de Araruna - PB	66.066,00
019.052/2009-5	1.584-7/2011-1C	JOAQUIM GILBERTO SOARES CONSERVA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	Prefeitura Municipal de São Miguel de Taipu - PB	271.509,04
022.109/2007-5	1.167-5/2011-1C	Josival Junior de Souza	Prefeitura Municipal de Bayeux - PB	4.032,00
022.234/2007-3	1.412-6/2011-1C	Teófilo José de Sousa E Silva	Prefeitura Municipal de Santa Cecília - PB	66.789,31
026.533/2007-0	1.414-6/2011-1C	Antônio José da Silva Achilles Leal Filho	Prefeitura Municipal de Mulungu - PB	726.974,74
026.986/2008-4	680-3/2011-1C	Luciano Morais da Silva CONSTRUTORA CAIÇARA LTDA.	Prefeitura Municipal de Salgadinho - PB	291.463,45
031.251/2007-3	1.770-6/2011-1C	CARLOS CLÁUDIO PIRES MOREIRA Sabino Dias de Almeida	Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé - PB	81.992,17

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		PE		
000.312/2009-1	1.153-5/2011-1C	Ana Paula Vieira da Silva Carlos Alexandre Lapa de Aguiar Elane Vieira da Silva Thuran Cedric Cesar da Silva	Prefeitura Municipal de Aliança - PE	862.587,76
000.315/2009-3	1.157-5/2011-1C	José Rolim da Silva	Prefeitura Municipal de Ibimirim - PE	3.024,00
003.770/2004-0	1.139-5/2011-2C	JOSE CORDEIRO FEITOSA Márcia Cavalcanti Siqueira CONSTRUTORA MONTE COLUMINHO LTDA. - PE	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (184 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Tupanatinga - PE	79.878,79
005.827/2003-5	940-4/2011-2C	Prefeitura Municipal de Flores - PE	Prefeitura Municipal de Flores - PE	44.452,33
006.049/2009-2	319-1/2011-1C	Hildamar Alves Guimarães	Prefeitura Municipal de Araçoiaba - PE	215.557,65
007.704/2009-3	1.755-8/2011-1C	Narcizo Ferreira dos Santos Filho Prefeitura Municipal de Tracunhaém - PE	Prefeitura Municipal de Tracunhaém - PE	73.393,19
009.765/2010-7	1.402-6/2011-1C	Carlos Jose Breckenfeld Lopes da Costa	Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão - PE	452.241,01
009.778/2010-1	480-2/2011-1C	José Laércio Viana de Queiroz Maria Lucia Heraclio de Souza Lima	Prefeitura Municipal de Bonito - PE	475.561,86
009.848/2009-2	1.756-8/2011-1C	Adalberto Teixeira Filho	Prefeitura Municipal de Jupi - PE	109.208,88
012.528/2004-4	539-7/2011-PL	Prefeitura Municipal de Itamaracá - PE	SECRETARIA EXECUTIVA - MJ PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (184 MUNICÍPIOS)	38.406,61
015.513/2008-8	1.388-6/2011-1C	Valéria Maria Souza de Lima	Prefeitura Municipal de Barra de Guabiraba - PE	139.636,75
015.712/2010-9	320-1/2011-1C	Arnaldo Pedro da Silva Marconi Martins Santana	Prefeitura Municipal de Flores - PE	204.930,88
019.825/2007-5	573-2/2011-2C	Emílio Moacir do Amaral Gonçalves Marcelo Henrique Aguiar Silva	ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE BARREIROS - MEC	5.040,00
021.139/2009-6	322-1/2011-1C	Francisco Jácomo de Araújo	Prefeitura Municipal de Barra de Guabiraba - PE	205.732,58
024.070/2008-6	675-8/2011-PL	Newton D'Emery Carneiro	Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes - PE	5.000,00
026.915/2009-0	1.923-9/2011-1C	CONSTRUTORA TAQUARY LYDA. Marco Antônio Leal Calado	Prefeitura Municipal de Angelim - PE	154.477,11
031.465/2007-0	1.783-8/2011-1C	EDSON BEZERRA DA SILVA REPRESENTAÇÃO CARUARU - ME Claudio Rodrigues Galindo	Prefeitura Municipal de Afrânio - PE	28.025,48
		PI		
002.470/2009-0	306-1/2011-2C	CONSTRUTORA VALE DO GUARIBAS LTDA. José Rodrigues Damasceno	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	442.973,36
002.535/2004-5	669-3/2011-1C	JOSHULDENE BENVINDO DA FONSECA NEIVA Antônio Luiz Lima Vitorino	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - MS ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ	21.600,00
003.127/2007-0	985-4/2011-1C	Ronaldo Cesar Lagos Castelo Branco	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora dos Remédios - PI	2.160,00
008.306/2009-0	559-2/2011-2C	José Idílio Cavalcante	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	10.080,00
008.660/2009-1	1.321-6/2011-2C	Vitorino Tavares da Silva Neto	Prefeitura Municipal de João Costa - PI	5.000,00
009.627/2009-1	979-4/2011-2C	Agapito Coelho da Luz	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	5.400,00
010.734/2008-4	1.588-7/2011-2C	Luis de Sousa Ribeiro	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS)	384.155,04
011.408/2010-3	1.589-7/2011-2C	Gervásio Barbosa	Prefeitura Municipal de Boqueirão do Piauí - PI	111.644,95
018.501/2002-1	1.165-5/2011-1C	Filemon Josa Francisco de Sousa Nogueira Paranagua	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/PI - MS	3.024,00
020.570/2010-4	567-2/2011-2C	Antônio Gomes de Sousa	Prefeitura Municipal de Belém do Piauí - PI	224.010,48
022.436/2009-8	1.170-5/2011-2C	José Alves dos Reis	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí - PI	574.347,67

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
022.467/2009-1	758-3/2011-2C	José Idílio Cavalcante CONSTRUTORA CONSTRUBRÁS LTDA.	Prefeitura Municipal de Betânia do Piauí - PI	890.076,94
022.624/2007-9	1.148-5/2011-1C	Reginaldo Correia da Silva Reginaldo Correia da Silva José Ferreira Paes Landim Neto Reginaldo Correia da Silva Katia Porto da Silva Erasmo Juscelino Carvalho Neto João Abimael Neto José Ferreira Paes Landim Neto Katia Porto da Silva Reginaldo Correia da Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO PIAUÍ (222 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Guaribas - PI	1.283.136,45
023.769/2009-7	1.943-9/2011-2C	João Batista de Carvalho CLÍNICA MÉDICA GERAL DE SIMÕES LTDA./PI	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ	1.041.963,49
027.602/2009-0	322-1/2011-2C	MIRANTE ENGENHARIA LTDA. Francisco das Chagas Silva	Prefeitura Municipal de Isaías Coelho - PI	749.393,30
027.627/2009-0	570-2/2011-2C	Raimundo Nonato Bona	Prefeitura Municipal de Campo Maior - PI	1.213.808,89
027.654/2009-7	759-3/2011-2C	Charles Barbosa Lima CONSTRUTORA RIO BRANCO	Prefeitura Municipal de Prata do Piauí - PI	800.000,81
028.038/2009-5	1.324-6/2011-2C	Salmon Lustosa Cavalcante Filho Tertuliano José Cavalcanti Lustosa	Prefeitura Municipal de Corrente - PI	306.417,88
		PR		
001.597/2003-5	1.748-8/2011-2C	César Marçal Julio Malto Filho Odebal Bond Carneiro	CONSELHO REGIONAL DE REPRESENTANTES COMERCIAIS-PR	15.000,00
003.060/2009-6	949-4/2011-1C	Manoel Aguilar Filho	Prefeitura Municipal de Inajá - PR	303.728,66
003.761/2008-3	1.314-6/2011-2C	Aloyone Vasconcelos	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	981.646,96
005.873/2010-0	669-3/2011-1C	Claudiner Feliciano	Prefeitura Municipal de Marumbi - PR	5.400,00
012.872/2003-0	668-9/2011-PL	Amauri Ribas de Oliveira	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL PR	5.000,00
014.017/2003-4	528-2/2011-2C	Carlos Roberto Antunes dos Santos Carlos Augusto Moreira Junior Flávio Zanette Hamilton Costa Junior	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - MEC	12.096,00
015.567/2010-9	359-5/2011-PL	Josiane Alves Kolc	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR)	329.071,61
016.320/2006-0	1.604-7/2011-1C	Darci Piana Roberto Brustolin RUTH BRUSTOLIN RUBENS GUIMARÃES BRUSTOLIN Paulo Roberto Araujo Cruz	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL PR	1.342.995,71
021.984/2007-9	1.184-5/2011-2C	João Adolfo Scheretner	Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste - PR	492.158,24
024.216/2009-0	401-5/2011-PL	SIGILOSO	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA-PR	7.056,00
		RJ		
005.018/2003-2	261-4/2011-PL	João Luiz Duboc Pinaud Carlos Augusto Siqueira	DEPEN/MJ (EXCLUÍDA) ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	21.600,00
006.525/2004-7	328-1/2011-1C	Gilson Cantarino O Dwyer	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	546.003,50
009.987/2009-8	1.564-7/2011-2C	Alberto Dauaire Filho	Prefeitura Municipal de São João da Barra - RJ	493.404,63
010.302/2002-1	332-1/2011-1C	Marcos de Oliveira Goncalves Ubiraci Raimundo Barbosa Lima	REDE FED. DE ARMAZÉNS GERAIS FERROVIÁRIOS S.A. (EXTINTA)	541.564,10
013.153/2000-7	474-6/2011-PL	Edival Fernando de Oliveira Jose Newton Veras Alberto Torres	COMANDO DA 1ª REGIÃO MILITAR	58.035,42
015.484/2006-8	48-1/2011-PL	Cicero Eutropio Magalhaes	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/RJ	3.557,40
016.250/2008-0	1.578-7/2011-2C	Joao Carlos Miller Sa Ramon Baptista Soares SERGIO ANTONIO FERREIRA	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ITATIAIA	9.000,00
020.495/2009-7	1.295-6/2011-2C	PLANAM INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA. Cléia Maria Trevisan Vedoin	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (92 MUNICÍPIOS)	218.040,62

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Gutemberg Medeiros Damasceno		
022.105/2009-2	719-3/2011-2C	Antonio Pereira Alves de Carvalho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (92 MUNICÍPIOS)	100.658,42
022.630/2006-9	1.427-6/2011-1C	HUGO CANELLAS RODRIGUES FILHO ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA PLENA	Prefeitura Municipal de Igueba Grande - RJ	1.542.581,33
023.803/2006-6	259-4/2011-PL	Sylvia da Silveira Mello Vargas Aloísio Teixeira	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ - MEC	27.000,00
024.889/2009-0	405-5/2011-PL	José Fernando Thome Juca Antonio Luiz Gonçalves Ferreira Junior Frederico Cavalcanti Montenegro	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - MCT	25.200,00
026.657/2009-3	522-7/2011-PL	Malvina Tania Tuttman	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO - MEC	3.000,00
029.249/2006-0	952-4/2011-2C	CLAUDIO MOREIRA MEDEIROS JULIO CESAR MELO DE FARIA Marcos de Oliveira Rodrigues R1RJ 2003 CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA. SERGIO DE OLIVEIRA RIBEIRO Wagner Nunes Pereira	HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA	211.101,19
		RN		
002.709/2007-0	1.399-6/2011-1C	M ALMEIDA XAVIER MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL I.M.COMERCIAL LTDA. João Maria de Góis	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	953.009,94
003.329/2008-4	831-9/2011-PL	Francisco Carlos Lago Picado CONSTRUTORA SERRA VERDE LTDA. Marcos Antônio de Oliveira Morais	Prefeitura Municipal de Ouro Branco - RN INCRA - SUPERINT. REGIONAL/RN - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA	145.925,55
003.838/2008-0	1.400-6/2011-1C	Enildo Alves	Prefeitura Municipal do Natal - RN PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	3.000,00
004.072/2008-3	1.753-6/2011-1C	TERRAMOTO CONSTRUÇÕES LTDA. Maria José Jácome da Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	126.655,80
005.034/2009-5	110-2/2011-PL	Valmir José da Costa Maria da Piedade da Silva Sebastião Paulino da Rocha Valdenício José da Costa	Prefeitura Municipal de Tibau do Sul - RN	8.131,20
009.050/2009-7	962-4/2011-1C	José Ferreira de Melo Neto Pedro Ferreira de Melo Filho	DIRETÓRIO REGIONAL DO PSDB/RN - JE	521.052,06
012.314/2005-6	1.774-6/2011-2C	Domicio Jose Gregorio Arruda Silva	COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - MT	10.000,00
015.070/2009-5	903-4/2011-1C	Ionas Carvalho de Araujo Filho	Prefeitura Municipal de Serra de São Bento - RN	211.458,91
020.916/2009-0	965-4/2011-1C	Silvio Romero de Lucena ANTONIO VALBAN DE LIMA	Prefeitura Municipal de Serra do Mel - RN	292.157,17
021.310/2010-6	1.605-7/2011-1C	Genildo de Freitas Melo SARAIVA CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA.	Prefeitura Municipal de Severiano Melo - RN	82.121,87
023.646/2007-0	328-1/2011-1C	Wilton Gomes Machado CONSTRUTORA AUGUSTO LTDA.	Prefeitura Municipal de Goianinha - RN PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	105.739,34
027.577/2006-1	521-7/2011-PL	SIGILOSO	Governo do Estado do Rio Grande do Norte	30.000,00
027.869/2010-5	1.608-7/2011-1C	SAME - CONSTRUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Francisco Gilson de Oliveira	Prefeitura Municipal de Baraúna - RN	291.240,03
028.812/2010-7	1.174-5/2011-1C	José Edilson Alves de Meneses	Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte - RN	375.545,70
029.228/2008-6	102-2/2011-PL	GG CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. Laércio José de Oliveira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (167 MUNICÍPIOS)	355.492,84
		RO		
002.418/2002-2	517-2/2011-2C	CONSILUX CONSULTORIA E CONSTRU-	Prefeitura Municipal de Jaru -	164.346,99

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		ÇÕES ELETRICAS LTDA. Ademario Serafim de Andrade	RO PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE RONDÔNIA (52 MUNICÍPIOS)	
008.786/2010-0	690-3/2011-1C	Mileni Cristina Benetti Mota Lindomar de Oliveira Saidler	Prefeitura Municipal de Rolim de Moura - RO	117.339,67
009.431/2001-8	561-2/2011-2C	Ene Glória da Silveira	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - MEC	241.836,56
015.431/2009-9	777-10/2011-PL	Maria Goretti de Oliveira Andrade	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 14ª REGIÃO/AC-RO - JT	3.871.471,53
016.831/2008-7	301-1/2011-2C	Regina Maria Malta da Silva Vilas Boas Josias Muniz de Almeida Silvano Oliveira Nascimento	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA	9.147,60
017.033/2001-5	1.403-6/2011-1C	Gilda Pereira da Silva Josias Alvas de Souza	DIRETORIA REGIONAL DA ECT EM RONDÔNIA - DR/RO	224.992,60
018.962/2008-8	510-2/2011-1C	Tânia Magalhães da Silva Timóteo AMBIENTAL COMÉRCIO TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA. Dilson Juarez Abreu	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/RO	520.391,22
021.629/2007-0	228-3/2011-PL	Breno Azevedo Lima Nelcina Maria do Azevedo Lima	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-RO,AC	10.897,94
		RR		
020.029/2009-0	964-4/2011-1C	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA Jorci Mendes de Almeida Francisco Flamarion Portela JANDER GENER CESAR GUERREIRO Amobio Venicio Lima Bessa	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	145.549,31
020.076/2009-4	342-1/2011-1C	JANDER GENER CESAR GUERREIRO Jorci Mendes de Almeida JOSE LUIZ MOTTA DE ROSSO MOTOKA VEÍCULOS E MOTORES LTDA. RICARDO NATTRODT DE MAGALHAES VILMARA ROQUE DE ALENCAR MARTINS	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	753.899,70
022.130/2008-7	1.313-6/2011-2C	Afonso Nivaldo de Souza	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE RORAIMA (15 MUNICÍPIOS) 7ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - TCU (EXTINTA)	2.000,00
023.529/2009-0	1.606-7/2011-1C	DIÂMETRO COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA. Noé Pereira de Carvalho Francisco Severo da Silva	Prefeitura Municipal de Caroebe - RR	257.903,47
025.503/2007-7	196-3/2011-PL	Neudo Ribeiro Campos	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	4.929.640,72
026.561/2009-4	1.607-7/2011-1C	Antonio Sousa Martins Filho	Prefeitura Municipal de Caroebe - RR	1.601.341,80
		RS		
008.729/2004-6	475-2/2011-1C	Joaquim Mendonça Filho Mário Ferreira Neto Antonio Limone Diva de Souza Dias Aires Ferreira Coimbra Maria do Perpétuo Socorro Mendes Meira Renato Nardoni	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	23.184,00
008.888/2008-5	560-7/2011-PL	Flavio Koch	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-RS/3A REGIÃO	20.000,00
010.348/2010-7	943-4/2011-1C	Conceição Deromar Castro Krusser	Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul - RS	1.232.180,64
010.660/2010-1	744-3/2011-2C	LUIZ ALCIDES CAPOANI	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA-RS	154.029,32
026.050/2008-2	958-4/2011-1C	Gasparita Clarete Mariu Lodeyro JORGE AFFONSO SILVEIRO SCHREINER Ladimir Kosciuk Marivaldo da Silva Sayonara Goretti Mariu Lodeyro	HOSPITAL CRISTO REDENTOR S.A. - MS	1.216.319,12
026.901/2008-7	408-5/2011-PL	SIGILOSO	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-RS	20.160,00
027.819/2006-4	1.559-7/2011-2C	Urbano Knorst Tania Regina Gomes de Oliveira Santos Ramos	Prefeitura Municipal de São Jerônimo - RS	222.198,94
		SE		

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
001.980/2009-9	746-3/2011-2C	Jose de Oliveira Guimaraes Emanuel Silveira Sobral ÂNGELA MARIA MENEZES DE SOUZA Bárbara Bezerra Tavares CARLOS EDUARDO SANTANA Elizano Santos de Assis Hortência Maria de Santana Linhares KÁTIA VIEIRA GOMES FERREIRA Louise Maria Holtz Santos de Oliveira MARIA DOS SANTOS Maril Francisca dos Santos Palmeira Mirian Christina dos Santos Carvalho MONDRIAN MONTE & REINOL ADVOGADOS ASSOCIADOS Zilda Maria da Silva GOMES E JÚLIO ADVOGADOS ASSOCIADOS Tânia Suell Silva dos Santos	Prefeitura Municipal de Ribeirópolis - SE	4.320,00
002.817/2008-6	310-4/2011-PL		CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-SE	1.420.292,32
003.817/2004-8	395-5/2011-PL	Ivone Costa Passos Edjane Silva Armando Batalha de Gois Dilene Miranda Job	Prefeitura Municipal de São Cristóvão - SE	766.682,15
008.566/2007-3	456-6/2011-PL	José Renato Vieira Brandão	Prefeitura Municipal de Propriá - SE	135.478,45
008.593/2009-7	1.907-9/2011-2C	JOSE VALMIR MONTEIRO AMANDA REGINA CARVALHO REIS	Prefeitura Municipal de Lagarto - SE	4.340,70
012.707/2004-5	952-4/2011-1C	José Ivan de Carvalho Paixão Jose Lealdo Lima Costa JOSÉ AMÉRICO MAGALHÃES PESSOA	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	25.920,00
013.934/2007-2	204-3/2011-PL	Antonio Fernando Pereira de Carvalho Carlos Eduardo Lezzaro Traversa Cleiton Freitas Feijo de Melo	SENAC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/SE - MTE	30.240,00
025.993/2010-0	662-9/2011-PL	Luciano Bispo de Lima Maria Vieira de Mendonça	Prefeitura Municipal de Itabaiana - SE	15.000,00
028.280/2008-1	323-1/2011-2C	Renes Ferreira de Barros	Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas - SE	8.131,20
SP				
001.445/2007-6	1.398-6/2011-1C	Antônio Henrique Blanco Ribeiro GETAR INCORPORAÇÃO LTDA. Henry Cristian de Oliveira José Carlos Ferreira Milton Ferreira Baruel Roberto Miscow Ferreira Silvino Luiz Carvalheiro da Silva Válter Strafacci Junior Wagner Aparecido da Silva	GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	3.908.925,90
005.494/2010-2	76-2/2011-PL	Gerson de Oliveira Célia Regina Corrêa Pacheco Odilon Corrêa Pacheco	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo	2.220.124,15
007.100/2010-8	1.600-7/2011-1C	Marco Antonio Seabra de Abreu Rocha QUALITY COMUNICAÇÃO LTDA.	FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEG. E MEDICINA DO TRABALHO - MTE	84.170,35
010.902/2010-4	279-1/2011-2C	Dorival Marzola	Prefeitura Municipal de Ocauçu - SP	1.880,34
016.898/2005-1	884-9/2011-PL	Ana Paula Naves Britto Atílio Mauro Suarti Carlos Ruiz da Silva Cid Bianchi Ebor Emanoel Viana Serafim Araujo Eliane Maria Fragoso Fábio Horvat Fábio Linaldo dos Santos Heraclides Moreira da Silva Jorge Ferreira Lima Lúcia de Fátima da Cunha Nery Lucia Rienzo Varella Maria Aparecida Bevilacqua Maria Mabel Palácio Miranda Regina Aparecida Rossetti Heck Regina Celi Nascimento Ricardo Silva Bruniatti Zenildo Gomes da Costa	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL-SP/3A REGIÃO	7.434.239,13
025.476/2009-4	1.549-7/2011-2C	Guilherme Cyrino Carvalho Paulo Sérgio Miguez Urbano José Trevisol Maria Isabel Alves Domingos Silveira Ariston de Oliveira Lucena Raimundo Pires Silva	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/SP -MDA ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	58.000,00
025.652/2007-7	1.150-5/2011-1C	Fernando Lima Barbosa Vianna Jose Carlos Mello Rego	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	25.200,00

Processo	Acórdão	Responsável	Unidade jurisdicionada	Valor atual (débito + multa)
		Célio Juliano da Silva Colmbra	S.A. - MT	
028.315/2010-3	1.589-7/2011-1C	Verônica Otília Vieira de Souza	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo	657.978,50
028.737/2010-5	537-7/2011-PL	Tércio Augusto Garcia Júnior Satoru Kishi	Prefeitura Municipal de São Vicente - SP	20.000,00
033.264/2008-9	213-3/2011-PL	Nelson Borges Moreira	Prefeitura Municipal de São José dos Campos - SP	3.024,00
033.275/2008-2	743-3/2011-2C	Eulália Apparecida Santos Ramos L. J. M. GRÁFICA E EDITORA LTDA. Luiz Evandro Cillo Tadei PRINT LASER GRÁFICA E FOTOLITO LTDA. Rosana Alves de Jesus Wilson Sandoli	CONSELHO REGIONAL DA ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL-SP	1.919.528,14
		TO		
000.233/2009-6	1.304-6/2011-2C	JOAO PEREIRA DA COSTA Iraci Pires de Souza MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TOCANTINS/TO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	73.505,65
007.041/2006-4	1.316-6/2011-2C	Jonas Macedo	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS) Prefeitura Municipal de Palmeirópolis - TO	288.940,94
007.254/2003-9	207-3/2011-PL	Mauro Medeiros de Moura	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM TOCANTINS - MAPA	5.040,00
008.711/2010-0	753-3/2011-2C	Ademir Pereira Luz	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	539.931,83
008.873/2009-0	543-7/2011-PL	Marcus Carlos Costa Santos João Carlos Farencena Luiz Alberto Osório de Castro José Edmar Brito Miranda	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	16.000,00
014.374/2004-5	339-1/2011-1C	Edson Fernandes da Costa	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	4.065,60
015.327/2009-0	1.148-5/2011-2C	Antenor Pinheiro Queiroz Antonio Nilson Moreira de Souza Joaquim Barbosa da Silva Jose Osvaldo Fontinelle Barbosa Filho	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	14.112,00
016.509/2010-2	1.149-5/2011-2C	Jose Mauricio Viana de Medeiros	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	69.439,08
017.995/2009-2	974-4/2011-2C	Gerson Limeira Borges	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	839.862,94
018.295/2010-0	551-2/2011-2C	Paschoal Baylon das Graças Pedreira	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	103.935,21
021.521/2010-7	1.312-6/2011-2C	Pedro Lopes da Silva	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	121.515,29
022.862/2009-7	959-4/2011-2C	Isamar Moraes Ribeiro E. P . CAETANO	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	82.929,76
024.516/2007-0	552-7/2011-PL	Jose Cardoso	INCRA - SUPERINT. REGIONAL/TO - MDA	5.000,00
028.552/2009-1	309-4/2011-PL	Anizio Costa Pedreira Jose Edmar Brito Miranda Luiz Alberto Osório de Castro CLAUDIO MANOEL BARRETO Elielma Oliveira Bezerra	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS	22.680,00
032.508/2008-1	511-2/2011-1C	Amanda da Rosa Lena Maria Ivonelde Matos Barreto UMUARAMA CONSTRUÇÕES COM. EMPREENDIMENTOS LTDA.	PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	154.563,62

Total de débitos/multas: **R$ 267.733.020,83**

Total de responsáveis condenados em débito ou multados: **805**

Anexo IV - "Sanções Não-Pecuniárias Aplicadas no Período"

Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão
AC	SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/AC - MTE	ÁBACO ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	003.861/2009-7	397-5/2011-PL
		CODIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA		
		F. CHAGAS MOURA ARAÚJO		
		MAV CONSTRUTORA LTDA ME		
		ZORTTON CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA		
AL	Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Alagoas	CONARQ CONSTRUCOES E ARQUITETURA LTDA	012.733/2005-3	90-2/2011-PL
		CONSTRUTORA ALYSCON LTDA.		
		J FERREIRA & CONSTRUCOES LTDA		
		T. G. CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA		
DF	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (VINCULADOR)	DICACIEL TELEMED COMERCIO REPRESENTAÇÕES, EQUIP MÉDICOS E INFORMÁTICA LTDA	024.273/2008-9	457-6/2011-PL
ES	Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - ES	CHF COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -ME	001.594/2007-6	686-9/2011-PL
		LUVAMED COMERCIAL LTDA. - ME		
		SHALON ADONAI COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME		
		W A SILVA & CIA LTDA - ME		
PB	Prefeitura Municipal de Araruna - PB	CONSTRUTORA COSTA LTDA	018.333/2008-3	92-2/2011-PL
		CSM CONSTRUTORA SANTA MARIA LTDA		
		MOURA RAMOS GRÁFICA E EDITORA LTDA.		
SE	SENAC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/SE - MTE	AFS-CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA	013.934/2007-2	204-3/2011-PL
		ENGECOP- ENGENHARIA, CONSULTORIA E PROJETOS LTDA		
		LAREDO CONSTRUCOES LTDA		
	Prefeitura Municipal de São Cristóvão - SE	AMORIM FILHOS LTDA.	003.817/2004-8	395-5/2011-PL
		FRANÇA-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.		
		JÚLIO PRADO VASCONCELOS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.		
		REPRESENTAÇÕES UNIVERSAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.		

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão
DF	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS	Antonio Carlos Alves Carvalho	011.921/2005-9	108-2/2011-PL
		Carlos Alberto Jacques de Castro		
		Jose Jairo Ferreira Cabral		
		JOSÉ ROBERTO BORGES DA ROCHA LEÃO		

Inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública				
UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado	Processo	Acórdão
		Sérgio Paulo Veiga Torres		
		Tito Cardoso de Oliveira Neto		
	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA/MDA	Edna Maria Teodoro	012.402/2007-7	203-3/2011-PL
	MINISTÉRIO DA FAZENDA (VINCULADOR)	Josiane Alves Kolc	015.567/2010-9	359-5/2011-PL
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	Roberto Pereira Alves	019.800/2007-6	41-1/2011-PL
	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - MF	Benedito Dias Lopes	009.883/2004-0	604-8/2011-PL
ES	Prefeitura Municipal de Marataízes - ES	Antônio Bitencourt	002.128/2008-1	607-8/2011-PL
PB	Prefeitura Municipal de Diamante - PB	Emani de Souza Diniz	013.590/2005-3	280-4/2011-PL
PB	SENAR - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/PB - MTE	Geraldo Clemente Galvão	010.327/2003-9	399-5/2011-PL
		José Ramalho Felipe		
		Loester Imperiano da Silva		
PR	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	Josiane Alves Kolc	015.567/2010-9	359-5/2011-PL
RS	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-RS/3A REGIÃO	Flavio Koch	008.888/2008-5	560-7/2011-PL
SE	SENAC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL/SE - MTE	Antonio Fernando Pereira de Carvalho	013.934/2007-2	204-3/2011-PL
		Carlos Eduardo Lazzaro Traversa		
		Cleiton Freitas Feijo de Melo		
	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-SE	Hortência Maria de Santana Linhares	002.817/2008-6	310-4/2011-PL
		Louise Maria Holtz Santos de Oliveira		
		Marli Francisca dos Santos Palmeira		
		Mirian Christina dos Santos Carvalho		
		Zilda Maria da Silva		
	Prefeitura Municipal de São Cristóvão - SE	Armando Batalha de Gois	003.817/2004-8	395-5/2011-PL
		Dilene Miranda Job		
		Edjane Silva		
		Ivone Costa Passos		
		Tânia Sueli Silva dos Santos		
SP	CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL-SP/3A REGIÃO	Atilio Mauro Suarti	016.898/2005-1	684-9/2011-PL
		Eber Emanoel Viana Serafim Araujo		
		Fábio Horvat		
		Heraclides Moreira da Silva		
		Maria Aparecida Bevilacqua		
		Zenildo Gomes da Costa		

Anexo V - "Fiscalizações Concluídas no Período"

Função governo	Número do processo	Unidade Fiscalizada	Objetivo da fiscalização
Acre			
TRANSPORTE	000.186/2010-4	DER/AC - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre	Sanear o TC 000.186/2010-4.
Alagoas			
EDUCAÇÃO	015.261/2009-7	UFAL/MEC FUNDEPES-UFAL - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENV. DE EXTENSÃO E PESQUISA - UFAL - MEC	Verificar eventuais danos ao erário relativos as irregularidades apontadas no relatório do controle interno.
Amazonas			
EDUCAÇÃO	002.146/2011-8	PRM/AM - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	Verificar a regularidade da execução de diversos programas de governo na área de educação.
EDUCAÇÃO	002.147/2011-4	PRM/AM - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	Verificar a regularidade da execução de diversos programas de governo na área de educação.
EDUCAÇÃO	002.148/2011-0	PRM/AM - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	Verificar a regularidade da execução de diversos programas de governo na área de educação.
EDUCAÇÃO	002.149/2011-7	PRM/AM - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO AMAZONAS (62 MUNICÍPIOS)	Verificar a regularidade da execução de diversos programas de governo na área de educação.
Amapá			
SAÚDE	004.958/2011-0	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho - AP	Avaliar a aplicação dos recursos do SUS repassados fundo a fundo ao município de Tartarugalzinho/AP nos exercícios de 2009 e 2010.
SAÚDE	022.706/2010-0	EG/AP - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	Obter documentos e informações necessárias à análise da regularidade da celebração e execução do Contrato 003/2007 - Sesa/AP.
Bahia			
TRANSPORTE	030.230/2010-1	CODEBA/MT - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DA BAHIA S.A. - MT	Examinar a administração financeira do Plano de Benefícios Portus 1, bem como a origem e conformidade legal dos compromissos assumidos pela CODEBA em relação ao Plano.
Ceará			
EDUCAÇÃO	000.861/2011-1	Prefeitura Municipal de Barbalha - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF e Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
EDUCAÇÃO	001.268/2011-2	Prefeitura Municipal de Jardim - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF e Bolsa Família e Transferências Voluntárias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	001.269/2011-9	Prefeitura Municipal de Granjeiro - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
EDUCAÇÃO	001.270/2011-7	Prefeitura Municipal de Farias Brito - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	003.188/2011-6	Prefeitura Municipal de Guaramiranga - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	003.189/2011-2	Prefeitura Municipal de Palmácia - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	003.260/2011-9	Prefeitura Municipal de Redenção - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.

EDUCAÇÃO	003.261/2011-5	Prefeitura Municipal de Itapiúna - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	004.764/2011-0	Prefeitura Municipal de Capistrano - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
EDUCAÇÃO	004.766/2011-3	Prefeitura Municipal de Pacoti - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
SAÚDE	000.861/2011-1	Prefeitura Municipal de Barbalha - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF e Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
SAÚDE	001.268/2011-2	Prefeitura Municipal de Jardim - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntarias, exercício de 2009.
SAÚDE	001.269/2011-9	Prefeitura Municipal de Granjeiro - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferências Voluntárias.
SAÚDE	001.270/2011-7	Prefeitura Municipal de Farias Brito - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	003.188/2011-6	Prefeitura Municipal de Guaramiranga - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	003.189/2011-2	Prefeitura Municipal de Palmácia - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	003.260/2011-9	Prefeitura Municipal de Redenção - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	003.261/2011-5	Prefeitura Municipal de Itapiúna - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	004.764/2011-0	Prefeitura Municipal de Capistrano - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
SAÚDE	004.766/2011-3	Prefeitura Municipal de Pacoti - CE	Verificar a aplicação de recursos federais repassados aos programas PNAE, PNATE, PSF, Bolsa Família e Transferência Voluntárias, exercício de 2009.
Distrito Federal			
ADMINISTRAÇÃO	000.089/2011-7	PE-MS ANVISA/MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Sanar as dúvidas que ainda permanecem quanto à Autorização Especial para Transporte de Medicamentos, referente à habilitação da primeira colocada Voetur Cargas e Encomendas Ltda. no Pregão Eletrônico 165/2010 do Ministério da Saúde.
ADMINISTRAÇÃO	000.775/2011-8	PE-Mtur - MINISTÉRIO DO TURISMO (VINCULADOR)	Instruir os autos do TC-000.775/2011-8.
ADMINISTRAÇÃO	002.764/2011-3	CD MPU PE-PR PJ-JE PJ-JF PJ-JM PJ-JT SF STF STJ TCU TJDFT - SENADO FEDERAL - SF	Avaliar o cumprimento dos limites de gasto com pessoal pelos órgãos autônomos identificados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como das demais disposições legais que regem a gestão fiscal no que concerne aos dados apresentados no âmbito dos relatórios de gestão fiscal.
ADMINISTRAÇÃO	003.407/2011-0	SE/MCT - SECRETARIA EXECUTIVA	Avaliar o cumprimento dos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 645/2009 - Plenário pela SE/MCT.
ADMINISTRAÇÃO	011.772/2010-7	PE-MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Avaliar a gestão e uso de TI nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
ADMINISTRAÇÃO	016.336/2010-0	PE-MF PE-MP PE-MT PE-MME - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (VINCULADOR)	Levantar informações gerais de caráter legal e operacional relacionadas ao processo de programação dos recursos e dispendios das empresas não dependentes, com destaque para o orçamento de investimento, observando-se, entre outros, aspectos ligados à sua abrangência, finalidade, organização, elaboração, aprovação, execução, acompanhamento e controle, revisão,avaliação de resultados, publicidade e transparência.
ADMINISTRAÇÃO	016.574/2010-9	SOF/MP STN/MF - SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL	Verificar o nível de regionalização da despesa nas esferas fiscal e de investimento nas leis orçamentárias e nos sistemas de dados de acompanhamento concernentes.
ADMINISTRAÇÃO	017.907/2009-0	PE-MDIC - MINISTÉRIO DO DESENV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (VINCULADOR)	Realizar acompanhamento sistematizado das contratações de bens e serviços de tecnologia da informação com recursos públicos federais.
ADMINISTRAÇÃO	022.107/2010-0	RFB/MF - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Avaliar a eficiência operacional da gestão dos processos tributários relacionados às contribuições de natureza previdenciária.
ADMINISTRAÇÃO	022.241/2010-8	SERPRO - REGIONAL BRASILIA/DF - MF	Avaliar a legalidade de uma amostra das contratações firmadas por entes da Administração Pública e o Serpro.
ADMINISTRAÇÃO	024.956/2010-4	PE-MP - MINISTÉRIO DO PLANEJA-	Avaliar os controles gerais de TI na Secretaria-Executiva do

		MENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (VINCULADOR)	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP.
ADMINISTRAÇÃO	025.696/2010-6	*EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO*	Verificar aderência do sistema aos requisitos do Termo de Referência.
ADMINISTRAÇÃO	027.591/2010-7	DNPM - DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - MME	Mapear áreas de risco de controle do DNPM para subsidiar futuras fiscalizações.
ADMINISTRAÇÃO	028.772/2010-5	SLTI/MP - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Monitorar as recomendações e determinações relacionadas com TI na SLTI/MP e outros.
ADMINISTRAÇÃO	029.074/2010-0	SE/MS - SECRETARIA EXECUTIVA	Avaliar o sistema informatizado que apoia as atividades do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), quanto à utilização de boas práticas de segurança da informação, aos controles existentes para evitar a ocorrência de erros ou fraudes, à consistência das informações e ao cumprimento da legislação aplicável.
ADMINISTRAÇÃO	029.120/2010-1	PE-MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (VINCULADOR)	Efetuar auditoria de conformidade decorrente de indícios de irregularidade no contrato nº 02.003.00/2009, celebrado pelo MCT e a empresa Módulo Security Solutions S.A.
ADMINISTRAÇÃO	029.211/2010-7	PE-MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (VINCULADOR)	Verificar o grau de cumprimento, por parte das unidades do *Ministério da Ciência e Tecnologia, das determinações e recomendações exaradas pelo TCU por meio do Acórdão 1562/2009-Plenário.*
ADMINISTRAÇÃO	032.287/2010-0	SPIE/MP - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS	Identificar como estão sendo implementadas as atividades de avaliação a cargo de cada órgão responsável por programa finalístico do executivo federal, com apoio das unidades de *monitoramento e avaliação - UMA (conforme Anexo III da Lei nº 11.653 de 07/04/2008 que dispõe sobre o Plano Plurianual de 2008/2011).*
AGRICULTURA	005.294/2011-8	PE-MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (VINCULADOR)	Elaborar Capítulo "Ação Setorial de Governo - Agricultura e Organização Agrária.
ASSISTÊNCIA SOCIAL	027.709/2010-8	SE/MDS - SECRETARIA EXECUTIVA	*Verificar a regularidade da execução de convênios, acordos ou outros ajustes por parte de Organizações Não-Governamentais para a consecução de programas sociais com recursos oriundos do Orçamento da União, em especial do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.*
ASSISTÊNCIA SOCIAL	033.434/2010-7	SAS/MS SENASP SNAS/MDS SENAD/GSIPR - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA	Avaliar as ações governamentais referentes à prevenção ao uso e tratamento dos usuários de drogas.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	003.407/2011-0	SE/MCT - SECRETARIA EXECUTIVA	Avaliar o cumprimento dos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 645/2009 - Plenário pela SE/MCT.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	029.211/2010-7	PE-MCT - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (VINCULADOR)	Verificar o grau de cumprimento, por parte das unidades do Ministério da Ciência e Tecnologia, das determinações e recomendações exaradas pelo TCU por meio do Acórdão 1562/2009-Plenário.
COMUNICAÇÕES	*027.555/2010-0*	ANEEL ANATEL ANAC/MD ANP/EC/RJ - Agência Nacional de Aviação Civil	Avaliar a atuação da Anac, Aneel, ANP e Anatel em relação à garantia da prestação do serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários.
COMUNICAÇÕES	031.349/2010-2	ECT/MC - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	Verificar a regularidade em contratos de manutenção celebrados pela Diretoria Regional da ECT na Bahia nos exercícios 2009/2010.
DEFESA NACIONAL	005.350/2011-5	PE-MD PE-MD/CA PE-MD/CE PE-MD/CM - MINISTÉRIO DA DEFESA (VINCULADOR)	Agrupar informações relativas ao desempenho da gestão da política da Defesa Nacional em subsídio a elaboração do Parecer das Contas de Governo do exercício de 2010.
DESPORTO E LAZER	015.990/2010-9	PE-ME - MINISTÉRIO DO ESPORTE (VINCULADOR)	Verificar a regularidade dos contratos supra-mencionados.
EDUCAÇÃO	002.294/2011-7	INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - MEC	Verificar impactos e providências em relação às falhas na realização do ENEM 2010.
EDUCAÇÃO	005.201/2011-0	CAPES/MEC PE-MEC INEP - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	Colaborar no processo de elaboração do Relatório e Parecer Prévio, no que concerne a áreas afetas à função Educação, no capítulo Ação Setorial do Governo.
EDUCAÇÃO	005.718/2011-2	PE-MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	Monitorar a FOC nos HU vinculados as IFES - ACÓRDÃO 2813/2009-P.
EDUCAÇÃO	032.882/2010-6	INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - MEC	Verificar impactos e providências em relação às falhas na realização do ENEM 2010.
ENCARGOS ESPECIAIS	010.173/2010-2	BACEN/MF - BANCO CENTRAL DO BRASIL	Avaliação dos resultadose da confiabilidade das demonstrações contábeis dos exercícios de 2008e 2009.
ENCARGOS ESPECIAIS	027.905/2010-1	BANCO DO BRASIL S.A. - MF	Realizar o acompanhamento dos atos praticados pelo Banco do Brasil *relativos às aquisições realizadas com base nas MPs 442* e 443/2008, e nas leis que vierem a ser convertidas, avaliando-os nos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

ENERGIA	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
ENERGIA	027.555/2010-0	ANEEL ANATEL ANP/EC/RJ - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC/ MD	Avaliar a atuação da Anac, Aneel, ANP e Anatel em relação à garantia da prestação do serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários.
ENERGIA	028.424/2010-7	CDE-ELETROBRAS - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - MME	Apurar possíveis irregularidades na gestão do fundo do setor elétrico intitulado Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para o subsídio da geração de energia por meio de carvão mineral nacional.
ESSENCIAL À JUSTIÇA	005.346/2011-8	MPU PL-CN - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	Levantamento de dados e informações junto aos órgãos do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União para subsidiar as Contas do Governo exercício 2010.
GESTÃO AMBIENTAL	000.910/2011-2	PE-MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	Fiscalizar as obras do Canal Adutor Vertente Litorânea no estado da Paraíba.
GESTÃO AMBIENTAL	002.574/2011-0	DNOCS PE-MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	Fiscalização da construção do Açude Poço de Varas no Estado do Rio Grande do Norte.
GESTÃO AMBIENTAL	002.575/2011-6	DNOCS PE-MI EOG/RN - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	Fiscalização da Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte.
GESTÃO AMBIENTAL	002.577/2011-9	EOG/RN PE-MICI - MINISTÉRIO DAS CIDADES (VINCULADOR)	Fiscalizar a execução de obras civis do Sistema Adutor Santa Cruz do Apodi / Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte.
GESTÃO AMBIENTAL	025.829/2010-6	IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - MMA	Avaliar a posteriori o processo de licenciamento ambiental em obras de infra estrutura a fim de identificar pontos que podem ser aperfeiçoados.
GESTÃO AMBIENTAL	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
GESTÃO AMBIENTAL	029.173/2010-8	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	Realizar 2º monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão 2067/2008 - TCU.
GESTÃO AMBIENTAL	029.539/2010-2	PE-MI - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)	Analisar o edital, e seus anexos, para contratação de empresa para Execução de obras civis, fornecimento, instalação, montagem, testes e comissionamento dos equipamentos mecânicos e elétricos dos Lotes 05, 08, 15, 16, 17 e 18 do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.
HABITAÇÃO	002.810/2011-5	CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES	Fiscalizar a implantação de loteamentos residenciais de especial interesse social em Manaus/AM.
HABITAÇÃO	002.811/2011-1	CEF/MF SE/MICI - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES	Fiscalizar a implantação de loteamentos residenciais de especial interesse social em Manaus/AM.
HABITAÇÃO	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
INDÚSTRIA	033.837/2010-4	PE-MDIC - MINISTÉRIO DO DESENV., INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (VINCULADOR)	Sanear os autos do TC-033.837/2010-4.
JUDICIÁRIA	003.096/2011-4	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO (DF-AC-AP-AM-BA-GO-MA-MT-MG-PA-PI-RO-RR-TO)	Realizar auditoria nas obras de construção da sede do TRF - 1a Região - DF.
JUDICIÁRIA	005.346/2011-8	MPU PL-CN - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	Levantamento de dados e informações junto aos órgãos do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União para subsidiar as Contas do Governo exercício 2010.
LEGISLATIVA	005.294/2011-8	PE-MDA PE-MAPA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (VINCULADOR)	Elaborar Capítulo "Ação Setorial de Governo – Agricultura e Organização Agrária.
LEGISLATIVA	005.346/2011-8	MPU PL-CN - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	Levantamento de dados e informações junto aos órgãos do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União para subsidiar as Contas do Governo exercício 2010.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	029.265/2010-0	INCRA/MDA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	Verificar a regularidade dos procedimentos licitatórios e os respectivos contratos de prestação de serviços de georreferenciamento, firmados pelo Incra, a partir de 2007.
PREVIDÊNCIA SOCIAL	015.529/2010-0	INSS/MPS PE-MD PE-MF PE-MP PE-MPS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - MPS	Examinar a consistência e legalidade das receitas e despesas que têm sido incluídas na apuração dos resultados dos três regimes de previdência pública da união (RGPS, RPPS e militares).
SANEAMENTO	002.604/2011-6	CEF/MF - SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI	Fiscalizar as obras de Macrodrenagem do Canal do Congo - Serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES.
SANEAMENTO	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
SANEAMENTO	029.173/2010-8	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	Realizar 2º monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão 2067/2008 - TCU.

SAÚDE	002.573/2011-3	HEMOBRAS - EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - *HEMOBRAS/MS*	Fiscalizar os atos relacionados às obras da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia da Hemobrás em Goiana/PE.
SAÚDE	005.359/2011-2	PE-MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Levantar informações sobre os principais resultados da atuação governamental no setor Saúde, bem como as iniciativas de controle externo relativas à função em análise.
SAÚDE	005.718/2011-2	PE-MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)	Monitorar a FOC nos HU vinculados as IFES - ACÓRDÃO 2813/2009-P.
SAÚDE	010.132/2009-7	PE-MS - MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)	Conhecer as ações de acompanhamento da estruturação da Secretaria Especial de Saúde Indígena pela Comissão Intersetorial de Saúde Indígena - Conselho Nacional de Saúde.
SAÚDE	017.238/2006-3	ANVISA/MS - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Atualizar informações e achados registrados no processo TC 017.238/2006-3, nos termos do Despacho do Ministro-Relator José Múcio Monteiro de 08/06/2010.
SAÚDE	029.173/2010-8	FUNASA - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - MS	Realizar 2º monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão 2067/2008 - TCU.
SAÚDE	033.434/2010-7	SAS/MS SENASP SNAS/MDS SENAD/GSIPR - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA	Avaliar as ações governamentais referentes à prevenção ao uso e tratamento dos usuários de drogas.
SEGURANÇA PÚBLICA	000.741/2011-6	SEDEC/MI - SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL	Acompanhar o nível de implementação das deliberações constantes do Acórdão 729/2010.
SEGURANÇA PÚBLICA	002.419/2011-4	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - MJ	Fiscalizar as obras da Etapa II do Complexo Sede e Academia do DPRF.
SEGURANÇA PÚBLICA	033.434/2010-7	SAS/MS SENASP SNAS/MDS SENAD/GSIPR - SECRETARIA NACIONAL DE SEG. PÚBLICA	Avaliar as ações governamentais referentes à prevenção ao uso e tratamento dos usuários de drogas.
TRABALHO	000.654/2011-6	PE-MTE - *MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR)*	Sanear os autos do TC-000.654/2011-6.
TRABALHO	003.558/2011-8	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD	Verificar a documentação relativa à licitação e contratação da empresa DMDL, a conservação da parte da obra já executada e dos ônibus, picape e cadeiras adquiridos para utilização no módulo operacional provisório, bem como as medidas adotadas para a tempestiva retomada da obra.
TRABALHO	005.313/2011-2	PE-MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR)	Verificar a celebração, execução, prestação de contas e fiscalização dos convênios decorrentes do programas de qualificação do MTE.
TRANSPORTE	*000.745/2011-1*	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Cumprir determinação Acórdão n. 3405/2010 - P (item 9.3).
TRANSPORTE	000.822/2011-6	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalização das obras de Duplicação de Rodovia Incluindo Melhoramentos para Adequação de Capacidade e Segurança - Remanescente do Lote 1.0 na Rodovia BR - 365/MG, Trecho: Entr. BR-122/135/251 (A) Montes Claros - Entr. BR-364 (B) Div. MG/GO.
TRANSPORTE	000.868/2011-6	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalização da execução de obras de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na BR-101/AL. Trecho e Subtrecho: Div. PE/AL - Div. AL/SE; Segmento: km 0,0 - km 248,4; Extensão: 248,4 km.
TRANSPORTE	001.202/2011-1	SEP SUAPE - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS	*Fiscalizar as obras de dragagem e derrocamento do canal de acesso externo ao Porto Organizado de Suape-PE.*
TRANSPORTE	001.306/2011-1	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade da construção da Variante Ferroviária de Camaçari/BA, ligando o Pólo Petroquímico ao Porto de Aratu. EF - 431/BA.
TRANSPORTE	002.002/2011-6	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD	Fiscalizar as obras no Aeroporto Tancredo Neves, Confins/MG.
TRANSPORTE	002.509/2011-3	VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S/A	Fiscalizar o fornecimento de Trilhos - Ferrovias EF-334 e EF-151.
TRANSPORTE	002.560/2011-9	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras de duplicação e *restauração com melhoramento na Rodovia* BR-101/BA - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324/BA.
TRANSPORTE	003.134/2011-3	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Levantar a situação das obras de arte especiais das rodovias federais, identificando pontos críticos nas ações adotadas pela autarquia com vistas à manutenção e conservação dessas estruturas.
TRANSPORTE	006.434/2011-8	DNIT/MT PE-MT - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (VINCULADOR)	Subsidiar a elaboração do relatório da Semag relativo às contas do governo 2010 quanto ao Capítulo 4 - Função Transporte.
TRANSPORTE	006.724/2011-6	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalizar o projeto básico da obra de recuperação, reforço e alargamento da ponte sobre o Rio Maranhão/GO.
TRANSPORTE	006.725/2011-2	*DEPARTAMENTO NACIONAL DE* INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalizar o projeto básico da obra de recuperação e reforço sobre o Rio Corumbá/GO.

TRANSPORTE	006.978/2011-8	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Fiscalizar o projeto básico da obra de recuperação e reforço da ponte sobre o Corrego Safra II/ES.
TRANSPORTE	010.474/2010-2	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Avaliar o sistema Siac, em especial se as bases de dados do sistema são integras confiáveis e representam as regras do negócio.
TRANSPORTE	021.257/2009-0	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - MT	Sanear lacunas relativas ao TC 021.257/2009-0.
TRANSPORTE	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
TRANSPORTE	026.020/2010-6	SEP PE-MT DNIT/MT Infraero/MD - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	Obter e avaliar informações relativas à execução dos programas de governo inseridos no PAC no setor de transportes, seguindo a Diretiva 4 das contas do governo para o exercício de 2010.
TRANSPORTE	027.555/2010-0	ANEEL ANATEL ANAC/MD ANP/EC/RJ - Agência Nacional de Aviação Civil	Avaliar a atuação da Anac, Aneel, ANP e Anatel em relação à garantia da prestação do serviço público adequado ao pleno atendimento dos usuários.
TRANSPORTE	030.105/2010-2	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - MT	Realizar auditoria no edital da obra de melhoria da capacidade da BR-116/RS incluindo duplicação.
URBANISMO	018.005/2010-1	CEF/MF SNTMU/MICI - SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA	Identificar fragilidades e riscos inerentes às políticas e ações do Governo Federal na área de mobilidade urbana, subsidiando, inclusive, as Contas do Governo de 2010.
URBANISMO	025.933/2010-8	CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Acompanhar o nível de implementação físico-financeira das ações de infraestrutura desenvolvidas no âmbito do PAC.
Goiás			
DESPORTO E LAZER	003.560/2011-2	Prefeitura Municipal de Goiânia - GO	Verificar a conformidade da Concorrência Pública 1/2010, que objetivou contratação de empresa para reforma do Parque Mutirama, com recursos repassados por meio de convênios pelo Ministério do Turismo.
JUDICIÁRIA	018.909/2010-8	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18º REGIÃO/GO - JT	Saneamento do processo de contas do exercício de 2009, em especial quanto à existência de passivos referentes a despesas de pessoal não quitados por insuficiência de recursos.
Maranhão			
ADMINISTRAÇÃO	021.491/2009-2	DPF - SUPERINT. REGIONAL/MA - MJ	Coletar evidências e esclarecer dúvidas acerca de atos de concessão de aposentadoria.
SEGURANÇA PÚBLICA	021.491/2009-2	DPF - SUPERINT. REGIONAL/MA - MJ	Coletar evidências e esclarecer dúvidas acerca de atos de concessão de aposentadoria.
TRANSPORTE	000.752/2011-8	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO MARANHÃO - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras da BR-135/MA.
Minas Gerais			
EDUCAÇÃO	000.848/2011-5	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - MEC	Fiscalizar a conformidade da contratação das obras de ampliação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, quanto aos aspectos legais, técnicos, de engenharia e orçamentários.
EDUCAÇÃO	015.203/2009-3	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - MEC	Apurar a ocorrência de pagamentos indevidos em decorrência de falhas na contratação de empresa prestadora de serviço de transporte de passageiros.
JUDICIÁRIA	020.846/2010-0	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO/MG - JT	Verificar a legalidade do passivo mencionado no Relatório de Gestão do exercício de 2009.
TRANSPORTE	003.296/2011-3	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE MINAS GERAIS - DNIT/MT	Verificar as informações prestadas pelos responsáveis no processo.
Mato Grosso do Sul			
EDUCAÇÃO	016.059/2009-2	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - MEC	Sanear o TC 016.059/2009-2.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	025.198/2009-5	SR-16/MS - INCRA - SUPERINT. REGIONAL/MS - MDA	Sanear o TC 025.198/2009-5.

SAÚDE	015.923/2010-0	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/MS	Sanear o TC 015.923/2010-0.
Mato Grosso			
ADMINISTRAÇÃO	032.096/2010-0	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	Saneamento do processo 032.096/2010-0.
EDUCAÇÃO	003.349/2011-0	UFMT HUJM/UFMT - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - MEC	Realizar auditoria nas obras de construção do Hospital Universitário Júlio Muller da Universidade Federal de Mato Grosso.
EDUCAÇÃO	032.096/2010-0	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	Saneamento do processo 032.096/2010-0.
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	015.394/2009-3	SR-13/MT - INCRA - SUPERINT. REGIONAL/MT - MDA	Verificar o descumprimento ao disposto no Ac. 2.633/2007-P pelo INCRA/SR(13) em seus procedimentos relativos ao assentamento na Fazenda Bordolândia.
SANEAMENTO	004.022/2011-4	PS-CEF/MICI - PROGRAMAS SOCIAIS (HABITAR-BRASIL, PASS, PRO-INFRA)	Avaliar a adequação das taxas de administração cobradas pela Caixa e pontos relacionados no item II da proposta de encaminhamento referentes à divergência de dados oriundos do Relatório de Gestão.
SANEAMENTO	024.102/2009-0	PS-CEF/MICI - PROGRAMAS SOCIAIS (HABITAR-BRASIL, PASS, PRO-INFRA)	Avaliar a adequação das taxas de administração cobradas pela Caixa e pontos relacionados no item II da proposta de encaminhamento referentes à divergência de dados oriundos do Relatório de Gestão.
Pará			
EDUCAÇÃO	008.427/2008-8	Prefeitura Municipal de Prainha - PA	Verificar a regularidade na aplicação dos recursos federais dos programas PNAE, PNAE - Creche e PEJA pelo município de Prainha/PA no exercício de 2005.
TRANSPORTE	002.345/2011-0	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ - DNIT/MT	Fiscalizar as obras do trecho rodoviário na BR-230/PA.
Paraíba			
ADMINISTRAÇÃO	003.855/2011-2	NÚCLEO ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE/PB	Verificar a ocorrência de acumulações irregulares de cargos públicos por parte dos servidores do NEMS/PB.
Pernambuco			
ENERGIA	015.815/2009-7	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - ELETROBRÁS - MME	Coletar elementos/informações para subsidiar a análise do processo TC 015.815/2009-7.
JUDICIÁRIA	005.455/2005-4	JF - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO (PE-AL-CE-PB-RN-SE)	Verificar o cumprimento da Decisão 80/2002 TCU - Plenário.
JUDICIÁRIA	027.900/2009-2	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - TRE/PE - JE	Coletar elementos/informações para subsidiar a análise do processo nº TC 027.900/2009-2.
SANEAMENTO	019.362/2010-2	EOG/PE PRM/PE - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	Acompanhar as ações tendentes a auxiliar a região atingida pelas enchentes ocorridas em junho de 2010.
SAÚDE	019.362/2010-2	EOG/PE PRM/PE - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	Acompanhar as ações tendentes a auxiliar a região atingida pelas enchentes ocorridas em junho de 2010.
TRANSPORTE	000.753/2011-4	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE PERNAMBUCO - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras da BR-101/PE - Contorno de Recife.
Piauí			
ADMINISTRAÇÃO	011.416/2010-6	PE-MI EOG/PI - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ	Subsidiar a instrução do processo TC-011.416/2010-6.

EDUCAÇÃO	029.554/2009-0	Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí - PI	Para fins de subsidiar a instrução do processo TC-029.554/2009-0.
Paraná			
EDUCAÇÃO	020.983/2010-7	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - MEC	Verificar a regularidade da aplicação dos recursos.
JUDICIÁRIA	020.041/2010-1	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO/PR - JT	Verificar a regularidade da execução de despesas referentes a obras e serviços de engenharia, prestação de serviços não contínuos e aquisição de bens de informática.
SANEAMENTO	028.783/2010-7	FUNASA - COORDENAÇÃO REGIONAL/PR - MS	Verificar a legalidade e legitimidade dos atos de gestão, em particular os relacionados com a área de licitação e contratos da unidade.
SEGURANÇA PÚBLICA	004.681/2011-8	ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	Verificar a regularidade da aplicação dos recursos do PRONASCI descentralizados para uma Associação Pública denominada CISMEL Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região.
TRANSPORTE	002.395/2011-8	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DO PARANÁ - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras de duplicação e adequação do Contorno Norte de Maringá/PR, na BR-376/PR.
Rio de Janeiro			
ADMINISTRAÇÃO	028.400/2010-0	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	Traçar um panorama acerca dos sistemas informatizados de gestão das empresas estatais, em especial os integrados (do tipo ERP Enterprise Resource Planning).
ADMINISTRAÇÃO	029.150/2010-8	SEBRAE - DEP. REGIONAL/RJ - MDIC	Verificar a regularidade de processos licitatórios e seus contratos decorrentes.
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	031.305/2010-5	ASSOCIAÇÃO REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - MCT	Aprofundar o conhecimento da execução das despesas relativas aos contratos de gestão celebrados com essas entidades.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	004.985/2011-7	RNP IMPA - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Acompanhar a aplicação, verificando aspectos de conformidade, dos recursos decorrentes de operação de crédito autorizada no âmbito do Programa Multissetorial NIB III - Linha de Crédito - Países Nórdicos, firmada com o Nordic Investment Bank.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	006.662/2011-0	BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Acompanhamento, no exercício de 2011, da operação de crédito relativa ao Projeto da Arena da Amazônia, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Amazonas, e que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol 2014.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	014.755/2010-6	PE-MMA BNDES/MDIC - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Verificar a implementação das condições pactuadas pelo Banco Mundial - BIRD e pela União no Primeiro Empréstimo Programático para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável.
COMÉRCIO E SERVIÇOS	019.445/2010-5	IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - MP	Saneamento das contas do exercício de 2009.
CULTURA	006.592/2011-2	ARQUIVO NACIONAL - PR	Verificar a legalidade dos procedimentos adotados no Pregão Eletrônico nº 44/2010.
DESPORTO E LAZER	006.662/2011-0	BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Acompanhamento, no exercício de 2011, da operação de crédito relativa ao Projeto da Arena da Amazônia, a ser celebrada entre o BNDES e o Estado do Amazonas, e que se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol 2014.
EDUCAÇÃO	033.422/2010-9	Prefeitura Municipal de Itaguaí - RJ	Verificar a aplicação de recursos federais transferidos ao município nos exercícios 2005 a 2010.
ENCARGOS ESPECIAIS	004.985/2011-7	BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Acompanhar a aplicação, verificando aspectos de conformidade, dos recursos decorrentes de operação de crédito autorizada no âmbito do Programa Multissetorial NIB III - Linha de Crédito - Países Nórdicos, firmada com o Nordic Investment Bank.
ENCARGOS ESPECIAIS	014.755/2010-6	PE-MMA BNDES/MDIC - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - MDIC	Verificar a implementação das condições pactuadas pelo Banco Mundial - BIRD e pela União no Primeiro Empréstimo Programático para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável.
ENERGIA	002.564/2011-4	FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - GRUPO ELETROBRAS - MME	ANÁLISE DE NOTÍCIAS VEICULADAS NA IMPRENSA ACERCA DA AQUISIÇÃO DE AÇÕES POR FURNAS COM VALOR MUITO SUPERIOR AO QUE JÁ LHE HAVIA SIDO OFERECIDO ANTERIORMENTE PELOS MESMOS PAPÉIS.
ENERGIA	003.241/2011-4	BR BRASPETRO Eletronuclear FIC PBIO PETROQUISA	Obter informações sobre andamento de obras, bem como fixar critérios de auditoria para uniformização de fiscalizações.

		PIFCO PNBV REFAP SFE TAG TBG TERMOMACE TRANSPETRO UTEJF - PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - MME	
ENERGIA	003.789/2011-0	TRANSPETRO - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - MME	Inspeção para sanear TC 003.789/2011-0, com vistas a dirimir dúvidas levantadas em denúncia de indícios de irregularidade na Transpetro.
ENERGIA	004.070/2011-9	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	obter informações sobre andamento de obras, bem como fixar critérios de auditoria para uniformização de fiscalizações.
ENERGIA	005.008/2011-5	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	Levantar informações sobre área de energia para subsidiar Relatório de Contas de Governo da Semag.
ENERGIA	005.324/2011-4	TRANSPETRO - PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - MME	Visita técnica ao Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara TABG, da Transpetro, com vistas a conhecer mais uma unidade operacional da clientela desta secretaria.
ENERGIA	007.314/2011-6	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - MME	Fiscalizar as obras do Complexo petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ.
GESTÃO AMBIENTAL	014.755/2010-6	PE-MMA BNDES/MDIC - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Verificar a implementação das condições pactuadas pelo Banco Mundial - BIRD e pela União no Primeiro Empréstimo Programático para Políticas de Desenvolvimento da Gestão Ambiental Sustentável.
INDÚSTRIA	032.242/2010-7	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDÚSTRIAL - MDIC	Sanear os autos do TC 032.242/2010-7.
JUDICIÁRIA	027.040/2009-9	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO/RJ - JT	Verificar as designações de servidores para o exercício temporário do cargo de oficial de justiça.
TRABALHO	033.646/2010-4	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO/RJ	Realização de inspeção na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro, para sanear os autos do TC 033.646/2010-4, no tocante ao Pregão Eletrônico 16/2010, para contratação de serviços de vigilância desarmada no Estado do Rio de Janeiro.
Rio Grande do Norte			
COMÉRCIO E SERVIÇOS	003.504/2011-5	Gov-RN PE-Mtur - Governo do Estado do Rio Grande do Norte	Fiscalizar as obras de esgotamento sanitário na cidade de Natal/RN.
Roraima			
TRANSPORTE	000.751/2011-1	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E ACRE - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras da BR-364/RO.
Roraima			
COMÉRCIO E SERVIÇOS	003.103/2011-0	Prefeitura Municipal de Mucajaí - RR	Avaliar a gestão dos recursos federais repassados no âmbito dos instrumentos de repasse 732088, 732103 e 709343, os quais tem por objeto o fomento a atividades culturais e turísticas (realização de festival da cultura, encenação da Paixão de Cristo, e construção do complexo cenográfico, respectivamente).
SAÚDE	003.104/2011-7	EOG/RR - ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA	Avaliar a gestão dos recursos federais repassados no âmbito do Convênio n.º 2611/2007, Siafi n.º 622000, tendo por objeto a construção do Hospital das Clínicas de Roraima.
Santa Catarina			
EDUCAÇÃO	004.114/2011-6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - MEC	Apurar procedimentos relativos ao desvio de função de servidora, que resultou em condenação judicial da UFSC.
ENERGIA	003.955/2011-7	FURNAS Eletrosul ELETRONORTE - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A. - ELETROBRAS - MME	Obter informações sobre andamento de obras, bem como fixar critérios de auditoria para uniformização de fiscalizações.

TRANSPORTE	000.823/2011-2	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SANTA CATARINA - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras da BR-280/SC.
TRANSPORTE	003.807/2011-8	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SANTA CATARINA - DNIT/MT	Fiscalizar as obras da construção da ponte sobre o Canal das Laranjeiras BR-101/SC.
TRANSPORTE	029.379/2010-5	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SANTA CATARINA - DNIT/MT	Esclarecer dúvidas e suprir omissões e lacunas de informações, para instrução do processo 029.379/2010-5.
TRANSPORTE	032.607/2010-5	Secretaria de Estado da Infra-Estrutura de Santa Catarina	VERIFICAR O CUMPRIMENTO DOS ACÓRDÃOS Nºs 171/2003, 958/2003, 388/2004, 1255/2007 E 2658/2010-TCU-PLENÁRIO.
Sergipe			
TRABALHO	031.987/2010-9	CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA-SE/8A REGIÃO	Verificar possível infração às normas legais e/ou cometimento de dano ao erário, conforme ocorrências narradas na Representação do Ministério Público Federal/SE.
São Paulo			
TRANSPORTE	001.263/2011-0	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT NO ESTADO DE SÃO PAULO - DNIT/MT	Avaliar a legalidade, conformidade e economicidade das obras do Contorno Ferroviário em Barretos-SP.
TRANSPORTE	003.532/2011-9	CODESP - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - MT	Verificar a necessidade de contratação de novos equipamentos, ante os altos custos previstos.
TRANSPORTE	005.976/2011-1	INFRAERO-SP - Empresa Brasileira de Infra estrutura Aeroportuária	Fiscalizar as obras de Construção do Aeroporto de Goiânia / GO.
Tocantins			
ADMINISTRAÇÃO	002.371/2011-1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - MEC	Averiguar a documentação completa do Pregão Eletrônico n.º 30/2010, para subsidiar a instrução de representação.
ADMINISTRAÇÃO	003.351/2011-4	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Colher subsídios para sanear os autos do TC 029.553/2009-3.
ADMINISTRAÇÃO	003.924/2011-4	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Verificar a boa e regular gestão de recursos públicos federais repassados ao município, a partir do exercício de 2008.
ADMINISTRAÇÃO	022.598/2010-3	FUNAI - Coordenação Regional de Palmas/TO	Obteção de elementos necessários e imprescindíveis ao saneamento dos autos do TC 022.598/2010-3.
EDUCAÇÃO	002.402/2011-4	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Verificar o andamento das obras da creche, para sanear os autos do TC 023.916/2010-9.
EDUCAÇÃO	023.916/2010-9	PRM/TO - PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE TOCANTINS (139 MUNICÍPIOS)	Verificar o andamento das obras da creche, para sanear os autos do TC 023.916/2010-9.

Anexo VI - "Obras Inseridas no Anexo VI da Lei 12.214/10 (LOA/2010)"

UF	Obra	Processo (s) e Relator (es)	Gravidade (*)	Objetos paralisados e motivo da paralisação	Pendências por parte do gestor
AL	Drenagem do Tabuleiro dos Martins - Maceió	006.250/2002-7 AUGUSTO SHERMAN / 006.783/2011-2 AUGUSTO SHERMAN	IG-P	Contrato 01/1997, cujo objeto é a execução de serviços de Engenharia necessários à Ampliação da Macrodrenagem da área denominada de Grande Tabuleiro em Maceió - AL, (Valor: R$ 48.164.381,06, data-base: 27/11/1997), consta do quadro de bloqueio da LOA 2010. O contrato 01/97 teve sua execução suspensa por causa de diversas irregularidades, entre as quais se destacam: (i) superfaturamento da ordem de R$ 18.737.204,06, sendo materialmente relevante em relação ao total do contrato (38,90%); (ii) Proposta da empresa vencedora em desacordo com o Projeto Básico, sendo tal proposta considerada a base para a execução do contrato; e (iii) subcontratação de cerca de 50% da obra sem previsão em edital ou contrato. O convênio 526644 foi suspenso em decorrência de irregularidades graves na sua execução. Os indícios de irregularidade em apuração constituem grave desvio aos princípios a que está submetida à licitação, em especial ao da economicidade (Art. 37, CF/88) e da vinculação ao instrumento convocatório (Art. 3°, Lei n° 8.666/1993).	O Acórdão 1093/2007-PL (itens 9.5.5 a 9.5.7)descreve detalhadamente as medidas corretivas que, se tomadas pelo gestor, recomendariam a continuidade da execução da obra. Em resumo, as medidas versam sobre a necessidade de realização de levantamentos pela Seinfra/AL, com posterior remessa para análise do Tribunal, de diversos itens de serviços e seus correspondentes quantitativos previstos, já efetivamente executados e que se pretende ainda executar. Além disso, a continuidade da obra está condicionada a ajustes no projeto executivo e adaptações no orçamento estimativo, bem como dar continuidade, com celeridade, ao processo de desapropriação das áreas onde está localizada a lagoa 1.
AM	Modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus/AM	006.065/2011-2 ANDRÉ LUÍS / 009.008/2009-3 ANDRÉ LUÍS / 016.691/2008-4 UBIRATAN AGUIAR	IG-C	Estão bloqueados na LOA 2011 o edital da Concorrência 018/2009-CGL/AM e o Contrato 003/2009-SRMM, dela decorrente, cujo objeto é a execução de serviços e obras de engenharia para revitalização do sistema viário do Distrito Industrial de Manaus/AM, com valor global de R$ 65.170.972,33 e com 2% de execução física. Em 2011, também retornou ao quadro bloqueio o Convênio 57/2007, embora já houvesse posição do TCU quanto ao saneamento da irregularidade respectiva. O Contrato 003/2009-SRMM, apresentou sobrepreço estimado de 15%, além de ter sido decorrente de licitação (Concorrência 018/2009-CGL) com projeto básico deficiente, na qual se observou restrição à competitividade e falhas relativas à publicidade. A despeito do bloqueio na LOA, em 2009 a Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM) ordenou a execução de serviços do Contrato 003/2009-SRMM, sem que houvesse autorização por parte da Suframa.	A Concorrência 018/2009-CGL e o Contrato 003/2009/SRMM foram anulados, conforme verificado em publicação do Diário Oficial do Estado do Amazonas de 23/4/2010. Em 14/3/2011, a Suframa informou que aprovou o novo projeto executivo da obra, escoimado dos indícios de sobrepreço verificados durante a fiscalização de 2010. Além disso, apresentou comprovação de que não foram usados até o momento recursos federais para pagamento dos serviços executados enquanto o Contrato 003/2009-SRMM estava bloqueado na LOA. Diante dessas informações, por meio do Acórdão 773/2011 (30/3/2011), o Plenário do TCU considerou saneados todos os indícios de irregularidade grave relativos à obra, ao mesmo tempo em que determinou à Suframa que apresente o acerto de contas do Contrato 003/2009-SRMM comprovando definitivamente a ausência de emprego de recursos federais.
PI	Av. Marginal Leste - Controle Enchentes Rio Poty - Teresina	019.812/2009-3 BENJAMIN ZYMLER / 021.023/2003-1 BENJAMIN ZYMLER	IG-P	O Contrato 01/99 (Construção da Av. Marginal Leste, margeando o Rio Poty, em Teresina /PI.), cujo valor é de R$ 36.692.429,75, está paralisado com 6% das obras concluídas. Foi executado somente cerca de 50% do trecho 1, o qual possui	De acordo com o AC-1727/10-P, a medida corretiva corresponderia à anulação da Concorrência 02/97 e do decorrente Contrato 01/99.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.

Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;

IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; OI: Indício de outras irregularidades; SR: Sem ressalvas

				3.706,93 m de extensão, sendo que a obra total teria uma extensão de 23.706,93 m. Também há indicativo de paralisação para o Edital 002/97, que precedeu o Contrato 01/99. O Contrato 01/99 foi paralisado em 05/07/2002, antes mesmo da medida cautelar adotada pelo TCU em 2005 (Acórdão 721/2005-TCU-Plenário). Nessa deliberação, foram citadas as seguintes irregularidades: sobrepreço e extrapolação do limite legal para realização de aditivo contratual, relativas ao Contrato 01/99; restrição à competitividade, ausência de critério de aceitabilidade de preços máximos e ausência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços conforme exigido pela Lei 8.666/93, relativas ao Edital 002/97. O indício de sobrepreço é da ordem de 105,74%, o que indica um potencial dano ao erário de R$ 13.083.972,00.	
RJ	(PAC) Implantação do Metrô - Linha 3 do Rio de Janeiro	005.981/2011-5 JOSÉ JORGE / 011.288/2010-8 JOSÉ JORGE	IG-P	Encontra-se parado o Convênio nº 01/2008 (Siafi 640150), cujo objeto abrange: a) Desenvolvimento de estudos e execução de parte dos Levantamentos Topográficos, Geológicos e Geotécnicos, para levantamento da faixa de domínio, com identificação da poligonal de referências básicas para o Projeto, RN's, marcos topográficos, identificação de áreas invadidas e delimitação de áreas de bota fora e jazidas do Pátio e Estação do Barreto e da Via Elevada do trecho Barreto/Alcântara, do Lote 2 da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro; b) Elaboração do Projeto Executivo da Via Elevada do trecho Barreto/Alcântara, do Lote 2 da Linha 3 do Projeto de Implantação da Linha 3 do Metrô do Rio de Janeiro, compreendendo detalhes construtivos, especificações técnicas, desenhos, listas de materiais e todos os documentos necessários à implantação das estações do trecho considerado; e c) Apoio à implantação da Via Elevada do trecho Barreto/Alcântara. Concedente: Ministério das Cidades Convenente: Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro. Valor do convênio 001/2008: R$ 62.500.000,00 Contrapartida Federal: R$ 50.000.000,00 (80%) Contrapartida Estadual: R$ 12.500.000,00 (20%) Convênio assinado em 30/12/2008, vigente até 30/12/2010. *O escopo do convênio corresponde a 4,57% do valor do contrato 02/2002.* O Contrato 02/2002, que possui como objeto a execução, pelo regime de empreitada por preço unitário, das Obras Civis do Lote 2 da Linha 3 do Sistema de Transporte Metroviário do	Conforme Acórdão 2005/2009-P, item 9.1.1, o gestor deve comprovar a devida alocação de recursos relativos à contrapartida do convenente no Plano Plurianual, bem como na Lei Orçamentária do Estado; Conforme determinação contida no Acórdão 2136/2010-P, item 9.1, o gestor deve se abster de repassar recursos à Obra de Implantação da Linha 3, Lote 2, do Metrô do Rio de Janeiro, até que o projeto do objeto do convênio contemple os elementos estabelecidos pelo inciso IX, art. 6º da Lei 8.666/1993, bem como o detalhamento estabelecido pelo art. 7º, §2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993. Conforme o Acórdão 486/2010-P, item 9.2.3, a Secretaria Nacional da Mobilidade Urbana (Semob/Ministério das Cidades) antes de enviar ao TCU documentos provenientes do convenente, do seu contratado e de outro interessado, deve analisá-los prévia e conclusivamente, emitindo parecer formal acerca das informações neles veiculadas. Em 1/4/2011 a SeMOB/MCIDADES encaminhou o ofício 2276/2011 encaminhando documentos com vistas à regularizar a situação da obra, em face dos indícios de deficiência do Projeto Básico. Documentação em análise pelo TCU no prazo legal.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.
Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.
IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;
IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; OI: Indício de outras irregularidades; SR: Sem ressalvas

				Estado do Rio de Janeiro, encontra-se impedido de receber recursos federais em decorrência do item 9.1 do Acórdão 2136/2010 - TCU - Plenário. Contratante: Governo do Estado do Rio de Janeiro Contratado: Consórcio Construtor Fluminense (Construtora Queiroz Galvão S/A e Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A) O contrato foi assinado em 04/04/2002 e possui vigência até 30/06/2011. O valor total do contrato é de R$ 714.972.486,31 (base junho/2001). Até a sexta medição (agosto/2009) havia sido liquidado 0,407% do valor contratado. Ressalta-se que o empreendimento possui dotação orçamentária para no exercício financeiro de 2010. O Convênio 001/2008 (Siafi 640150) está parado em decorrência: a) da insuficiência e da ausência de dotação orçamentária própria do convenente (Secretaria de Estado de Transportes do Estado do Rio de Janeiro - SETRANS); b) projeto básico deficiente ou desatualizado. Portanto o Ministério das Cidades está impedido de repassar recursos federais à Obra de Implantação da Linha 3, Lote 2, do Metrô do Rio de Janeiro, Contrato 02/2002.	
SP	Conclusão das Obras do Complexo Viário Baquirivu - Guarulhos/SP	011.101/2003-6 AUGUSTO NARDES	IG-P	O Contrato 039/99 (execução das obras civis de implantação do Sistema Viário Marginal Baquirivu), de R$ 101.673.707,03, com 89% de execução física, está bloqueado na LOA desde 2004. Identificou-se superfaturamento de R$ 6.992.352,01 (7% do valor total) no Contrato 039/99, além de alterações indevidas de projetos e especificações. Apesar de o Congresso Nacional suspender o repasse de recursos federais, as obras prosseguiram com recursos municipais e estaduais. Com 89% de execução física, o Sistema Viário Baquirivu está em pleno funcionamento. Restam a executar do contrato apenas dois viadutos e duas pontes no trecho do Terminal de Cargas.	Caso a Prefeitura de Guarulhos tenha interesse em continuar a execução do Contrato 039/99, ela deverá adotar as seguintes medidas, conforme Acórdão 2277/2009-TCU-Plenário, de 30/9/2009, que foi ratificado pelo Acórdão 1809/2010-TCU-Plenário, de 28/7/2010: descontar, nas próximas faturas, o débito de R$ 6.992.352,01; renegociar os preços contratados dos serviços a executar, caso estejam superiores aos do Sistema de Custos Rodoviários (Sicro). A Prefeitura de Guarulhos informou à equipe de fiscalização do TCU em 2009 que não há mais necessidade nem interesse em executar o restante da obra e que adotará providências para encerrar o Contrato 039/99, o que ainda não comprovou ao Tribunal. Em 2010, a Prefeitura de Guarulhos informou que todos os documentos pertinentes ao Contrato 039/99 e à licitação correspondente foram apreendidos por decisão judicial e que a equipe técnica existente à época do contrato foi substituída. Portanto, nenhuma providência foi informada pelo gestor. No processo que trata dessa obra no TCU, busca-se o ressarcimento ao erário do valor superfaturado. Alguns responsáveis apresentaram suas defesas, cuja análise foi concluída em 26/11/2009. Outros responsáveis pelo débito serão chamados a se pronunciarem.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.
Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.
IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;
IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; OI: Indício de outras irregularidades; SR: Sem ressalvas

TO	Construção da Barragem do Rio Arraias em Arraias/TO	005.960/2011-8 AUGUSTO SHERMAN / 008.875/2009-5 AUGUSTO SHERMAN	IG-P	Constam do quadro de bloqueio da LOA 2010: o Contrato 117/2004, cujo objeto é a construção da Barragem do Rio Arraias, Eixo 16, com fornecimento e montagem dos equipamentos hidromecânicos e elétricos (Valor: R$ 34.167.800,73 - após 1º Termo Aditivo), com 54% de execução. o Contrato 045/2005, cujo objeto é a elaboração de Projeto Executivo, Projetos Básicos Ambientais e Gerenciamento, Assessoria Técnica, Supervisão e Fiscalização das Obras da Barragem do Rio Arraias/TO (Valor: R$ 4.263.992,00) De acordo com o Acórdão 1913/2010-TCU-Plenário, o Convênio 113/2007, firmado entre o MI e a SRHMA/TO, (Siafi 610857), não pode ter recursos federais liberados até que ocorra o saneamento do contrato 117/2004. Foi identificado, preliminarmente, sobrepreço de 31,72% (R$ 9.336.953,16) no Contrato 117/2004. No Contrato 045/2005 foi apontado, inicialmente, sobrepreço em alguns itens, no valor de R$ 154.782,91 (o Ministro-Relator adotou medida cautelar até que a Secob se manifestasse acerca da necessidade de IG-P no contrato).	Acórdão 1917/2010 - Plenário do TCU, determinou, em 04/08/2010, à Secretaria dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado de Tocantins (SRHMA/TO) que: - promova a análise, caso ainda não concluída, e a aprovação do projeto executivo referente às obras de construção da Barragem do Rio Arraias, em Arraias/TO; e - informe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, as medidas adotadas em cumprimento ao item anterior, bem como as medidas adotadas no intuito de zelar pela integridade de parte da obra já executada; O Acórdão 3.159/2010-P, de 24/11/2010, rejeitou os embargos de declaração interpostos, mantendo em seus exatos termos o Acórdão 1.913/2010-P; também indeferiu, por falta de amparo legal, o pedido da empresa Egesa Engenharia S.A.para prorrogação do prazo para interposição de recursos; finalmente, concedeu o prazo de 30 dias solicitado pela Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Tocantins para o encaminhamento de novas informações acerca das medidas adotadas em razão do Acórdão 1.913/2010-Plenário. Por sua vez, o Acórdão 1913/2010-TCU-Plenário determinou à SRHMA/TO que: - com relação ao Contrato 117/2004, promovesse o desconto do superfaturamento detectado nos custos unitários, no BDI e nos reajustes indevidos referentes aos serviços executados até a 14ª. medição, além de sua repactuação; - no âmbito do contrato 045/2005, somente prossiga com a execução contratual após o saneamento das ocorrências atinentes ao contrato 117/2004, e adote como limite em eventuais acréscimos de quantitativos decorrentes de aditivos contratuais, no caso da retomada da execução contratual.

Dados atualizados até 7/10/2009. Não constam deste relatório obras que já foram excluídas do Anexo VI da LOA/2009 por meio de Decreto Legislativo.
Este relatório resume a situação das fiscalizações e é fornecido como referência para acompanhamento. A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.
IG-P: Indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação; IG-R: Indício de irregularidade grave com retenção parcial de valores;
IG-C: Indício de irregularidade grave com recomendação de continuidade; O' : ndício de outras irregularidades; SR: Sem ressalvas

Anexo VII - "Unidades da Secretaria do TCU"

Unidade	Sigla	Titular	Contato
Secretaria de Controle Interno	Secci	Eugênio Paccelli de Paula Corrêa	(61)3316-7779
Secretaria-Geral da Presidência	Segepres	Cristiano Rondon Prado de Albuquerque	(61)3316-5358
Ouvidoria	Ouvidoria	Eduardo Dualibe Murici	(61)3316-5292
Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais	Aceri	Cláudia Gonçalves Mancebo	(61)3316-7423
Secretaria de Comunicação	Secom	Karla Cristina de Oliveira Ferreira	(61)3316-7548
Assessoria de Relações Internacionais (interino)	Arint	Luciano dos Santos Danni	(61)3316-7256
Assessoria Parlamentar	Aspar	Paulo Nogueira de Medeiros	(61)3316-7878
Assessoria de Segurança da Informação e Governança de TI	Asig	Marisa Rodrigues Alho	(61)3316-7954
Consultoria Jurídica	Conjur	Edimilson Brenha de Oliveira	(61)3316-7269
Instituto Serzedello Corrêa	ISC	Adriano César Ferreira Amorim	(61)3316-5802
Secretaria de Tecnologia da Informação	Setec	Mauro Giacobbo	(61)3316-7276
Secretaria de Planejamento e Gestão	Seplan	Cláudio Sarian Altounian	(61)3316-7488
Secretaria das Sessões	Seses	Luiz Henrique Pochyly da Costa	(61)3316-7416
Secretaria-Geral de Administração	Segecam	Fernando Luiz Souza da Silva	(61)3316-7101
Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio	Sesap	Pedro Tadeu oliveira da Silva	(61)3316-7090
Secretaria de Gestão de Pessoas	Segep	Fernando Silveira Camargo	(61)3316-7117
Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio	Selic	Ary Fernando Beirão	(61)3316-7775
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Secof	José Eliomá Oliveira Albuquerque	(61)3316-7143
Secretaria-Geral de Controle Externo	Segecex	Guilherme Henrique de La Rocque Almeida	(61)3316-7322
Secretaria-Adjunta de Planejamento e Coordenação	Adplan	Marcelo Luiz Souza Silva	(61)3316-7311
Secretaria-Adjunta de Supervisão e Suporte	Adsup	Vanda Lídia Romano da Silveira	(61)3316-7315
1ª Secretaria de Controle Externo	1ª Secex	Aladir Figueiras de Paula	(61)3316-7300
2ª Secretaria de Controle Externo	2ª Secex	Arsênio José da Costa Dantas	(61)3316-7371
3ª Secretaria de Controle Externo	3ª Secex	Edison Franklin Almeida	(61)3316-7673
4ª Secretaria de Controle Externo	4ª Secex	Marcelo André Barboza da Rocha Chaves	(61)3316-7394
5ª Secretaria de Contro e Externo	5ª Secex	Frederico Julio Goepefert Júnior	(61)3316-7365
6ª Secretaria de Contro e Externo	6ª Secex	Sérgio Ricardo de Mendonça Salustiano	(61)3316-7646
8ª Secretaria de Contro e Externo	8ª Secex	Rafael Lopes Torres	(61)3316-5342
9ª Secretaria de Contro e Externo	9ª Secex	Carlos Eduardo de Queiroz Pereira	(21)3805-4200
Secretaria de Fiscalização de Pessoal	Sefip	Alessandro Gliberti Laranja	(61)3316-7655
1ª Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União	1ª Secob	André Luiz Mendes	(61)3316-7690
2ª Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União	2ª Secob	Jose Ulisses Rodrigues Vasconcelos	(61)3316-2416
3ª Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União	3ª Secob	Eduardo Nery Machado Filho	(61)3316-2417
4ª Secretaria de Fisc. de Obras e Patrimônio da União	4ª Secob	Juliana Pontes Monteiro de Carvalho	(61) 3316-5385
1ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação	1ª Sefid	Adalberto Santos de Vasconcelos	(61)3316-7649
2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação	2ª Sefid	Mauricio de Albuquerque Wanderley	(61)3316-7126
Secretaria de Fisc. e Avaliação de Programas de Governo	Seprog	Carlos Alberto de Sampaio Freitas	(61)3316-7902
Secretaria de Macroavaliação Governamental	Semag	Marcelo Barros Gomes	(61)3316-7126
Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação	Sefti	Cláudio Souza Castello Branco	(61)3316-5371
Secretaria de Recursos	Serur	Junnius Marques Arifa	(61)3316-7710
Secretaria de Controle Externo/AC	Secex-AC	José Ricardo Tavares Louzada	(68)3224-1052
Secretaria de Controle Externo/AL	Secex-AL	Ricardo Falu Pessoa	(82)3221-5686
Secretaria de Controle Externo/AP	Secex-AP	Aparecido Martins	(96)3223-7730
Secretaria de Controle Externo/AM	Secex-AM	Zanalde Fernandes da Silva	(92)3622-1576
Secretaria de Controle Externo/BA	Secex-BA	Antônio França da Costa	(71)334[illegible]-1966
Secretaria de Controle Externo/CE	Secex-CE	Shirley Gildene Brito Cavalcante	(85)4008-8388
Secretaria de Controle Externo/ES	Secex-ES	João Manoel da Silva Dionísio	(27)3324-3955
Secretaria de Controle Externo/GO	Secex-GO	Paulo Henrique Nogueira	(62)3255-9233
Secretaria de Controle Externo/MA	Secex-MA	Carlos Wellington Leite de Almeida	(98)3232-9970
Secretaria de Controle Externo/MT	Secex-MT	Carlos Augusto de Melo Ferraz	(65)3644-2772
Secretaria de Controle Externo/MS	Secex-MS	Edmur Balda	(67)3382-7552
Secretaria de Controle Externo/MG	Secex-MG	José Renato da Motta	(31)3374-4487
Secretaria de Controle Externo/PA	Secex-PA	Ronaldo Saldanha Honorato	(91)3226-7978
Secretaria de Controle Externo/PB	Secex-PB	Rainério Rodrigues Leite	(83)3208-2003
Secretaria de Controle Externo/PR	Secex-PR	Luiz Gustavo Gomes Andrioli	(41)3218-1350
Secretaria de Controle Externo/PE	Secex-PE	Fabiano de Oliveira Luna	(81)3424-8109
Secretaria de Controle Externo/PI	Secex-PI	Clemente Gomes de Sousa	(86)3218-2990
Secretaria de Controle Externo/RJ	Secex-RJ	Osvaldo Vicente Cardoso Perrout	(21)3805-4200
Secretaria de Controle Externo/RN	Secex-RN	Alexandre José Caminha Walraven	(84)3211-8753
Secretaria de Controle Externo/RS	Secex-RS	Cláudio Augusto Prates Thomas	(51)3227-0075
Secretaria de Controle Externo/RO	Secex-RO	Arildo da Silva Oliveira	(69)3223-1649
Secretaria de Controle Externo/RR	Secex-RR	Waldemir Paulino Pascholoto	(95)3623-9411
Secretaria de Controle Externo/SC	Secex-SC	Márcio Macedo Mussi	(48)3223-4690
Secretaria de Controle Externo/SP	Secex-SP	Fernanda Folchi França	(11)2[illegible]13-2805
Secretaria de Controle Externo/SE	Secex-SE	Adriano de Souza César	(79)3259-2767
Secretaria de Controle Externo/TO	Secex-TO	Wagner Martins de Morais	(63)3224-1064

Realização

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Secretário-Geral da Presidência
Cristiano Rondon Prado de Albuquerque

Secretário de Planejamento e Gestão
Cláudio Sarian Altounian

Diretor Técnico
Leonard Renne Guimarães Lapa

Responsáveis
Ana Magda de Azevedo Lira
Rui Barboza Marques de Araújo
Laura Garcia Dias

Permitida a reprodução da obra, desde que citada a fonte, exceto para fins comerciais.

Visitação ao TCU:
Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais
Fone: (61) 3316-7069 / e-mail: aceri@tcu.gov.br

Ouvidoria do TCU
Fone: 0800-6441500
http://www.tcu.gov.br/ouvidoria

Assessoria Parlamentar
Fone: (61) 3316-7622 / e-mail: aspar@tcu.gov.br



www.tcu.gov.br

Valores

Ética

Justiça

Efetividade

Independência

Profissionalismo

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei especifica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória,

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação

percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como li-mite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o sub-sídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente

Congresso Nacional
Secretaria de Taquigrafia

permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Or gânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

.....

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

.....

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

.....

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

Congresso Nacional

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

.....

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992.

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

.....

Art. 3° Ao Tribunal de Contas da União, no âmbito de sua competência e jurisdição, assiste o poder regulamentar, podendo, em conseqüência, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade

.....

Art. 32. De decisão proferida em processo de tomada ou prestação de contas cabem recursos de:

I - reconsideração;

II - embargos de declaração;

III - revisão.

Parágrafo único. Não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos na forma prevista no Regimento Interno.

.....

Art. 48. De decisão proferida em processos concernentes às matérias de que tratam as Seções III e IV deste capítulo caberá pedido de reexame, que terá efeito suspensivo.

.....

Art. 81. Competem ao procurador-geral junto ao Tribunal de Contas da União, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução, além de outras estabelecidas no Regimento Interno, as seguintes atribuições:

.....

II - comparecer às sessões do Tribunal e dizer de direito, verbalmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal, sendo obrigatória sua audiência nos processos de tomada ou prestação de contas e nos concernentes aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões;

.....

LEI Nº 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992

.....

Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares

.....

Art. 3° O Superior Tribunal Militar, com sede na Capital Federal e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de quinze ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército e três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

§ 1° Os Ministros civis são escolhidos pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menosde sessenta e cinco anos de idade, sendo:

a) três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional;

b) dois por escolha paritária, dentre Juízes-Auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.

§ 2° Os Ministros militares permanecem na ativa, em quadros especiais da Marinha, Exército e Aeronáutica.

.....

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

.....

LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997.

Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990,

.....

LEI Nº 9.755, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 31 DE AGOSTO DE 2001.

Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.

.....

Art. 31. Fica assegurada aos atuais militares, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento das parcelas constantes do art. 10 desta Medida Provisória, a manutenção dos benefícios previstos na Lei nº 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.

§ 1º Poderá ocorrer a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no caput, que deverá ser expressa até 31 de agosto de 2001.

§ 2º Os beneficiários diretos ou por futura reversão das pensionistas são também destinatários da manutenção dos benefícios previstos na Lei no 3.765, de 1960, até 29 de dezembro de 2000.

.....

LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.

.....

Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.886, DE 4 DE MAIO DE 2004.

Acresce os arts. 1º A 1º B à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, com o objetivo de regulamentar a partilha com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível – Cide, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004.

Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

.....

LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005.

Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.897, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

À página 20715, na 2ª coluna, republiquem-se, por erro gráfico, os Requerimentos nºs 634 e 635, de 2011.

REQUERIMENTO nº 634 , DE 2011

(PLV nº 13, de 2011)

REQUEIRO, nos termos do art. 312 II do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do art. 19, constante do PLV nº 13, de 2011.

Sala das Sessões,

Senador CYRO MIRANDA

REQUERIMENTO nº 635 , DE 2011

(PLV nº 13, de 2011)

REQUEIRO, nos termos do art. 312 II do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do art. 20, constante do PLV nº 13, de 2011.

Sala das Sessões,

Senador CYRO MIRANDA

À página 20790, na 2ª coluna, republiquem-se, por erro gráfico, os Requerimentos nºs 660 e 661, de 2011.

REQUERIMENTO nº 660 , DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro **Destaque para a Votação em Separado da Emenda nº 51** ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, proveniente da Medida Provisória nº 520, de 2011.

Sala das Sessões, em 1 de junho de 2011.

Senador

REQUERIMENTO Nº 661 , DE 2011

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro **Destaque para a Votação em Separado do Artigo 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2011.**

Sala das Sessões, em 01 de junho de 2011.

À página 20791, na 2ª coluna, republiquem-se, por erro gráfico, os Requerimentos nºs 673 e 674, de 2011.

REQUERIMENTO Nº 673 , DE 2011

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro **Destaque para a Votação em Separado do Artigo 17, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2011.**

Sala das Sessões, em 1º de junho de 2011.

REQUERIMENTO Nº 674 , DE 2011

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 312, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro **Destaque para a Votação em Separado da Emenda nº 2** ao Projeto de Lei de Conversão nº 14, proveniente da Medida Provisória nº 520, de 2011.

Sala das Sessões, em 1 de junho de 2011.

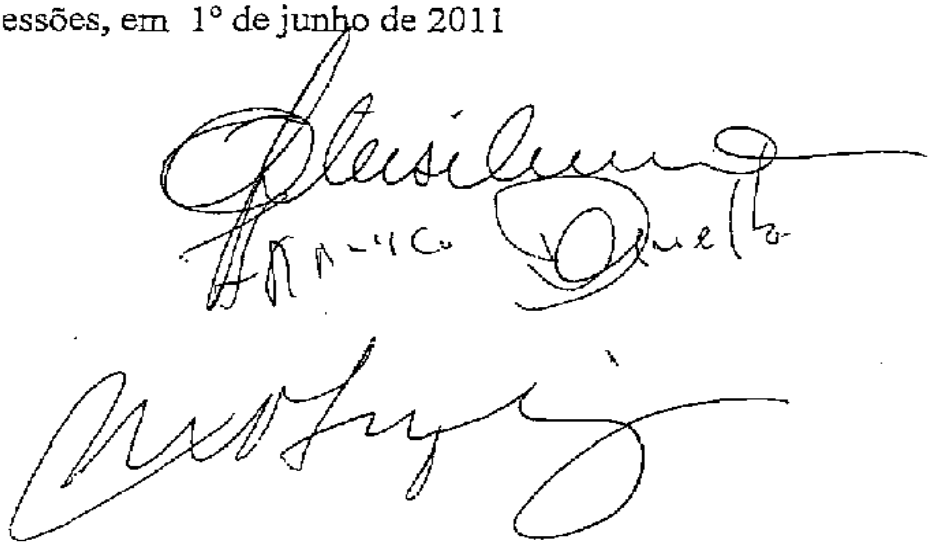
Senador

À página 20792, 1ª coluna, republique-se, por erro gráfico, o Requerimento nº 675, de 2011.

REQUERIMENTO Nº 675 , DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, a votação em globo de todos os destaques, oferecidos ao PLV/14/2011.

Sala das Sessões, em 1º de junho de 2011



ATA DA 91ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE JUNHO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 91,** de 7 de junho de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página nº 21542, republique-se, por omissão gráfica, o Parecer nº 389, de 2011, para fazer constar as listas de assinaturas e de votação nominal:

PARECER Nº 389, DE 2011

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 488/2007 (nº 354/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade de Sumé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba.

RELATOR: Senador **CÍCERO LUCENA**

RELATOR "AD HOC": Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 488, de 2007 (nº 354, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Cidade de Sumé Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 488, de 2007, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Cidade de Sumé Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011.

Senador Eduardo Braga, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 488/2007 NA REUNIÃO DE 1 JUN. 2011
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA: Senador GIM ARGELLO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM
WALTER PINHEIRO	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO - Licenciado	4. CRISTOVAM BUARQUE
PEDRO TAQUES	5. LÍDICE DA MATA
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA (PRESIDENTE)	1. GEOVANI BORGES
VALDIR RAUPP	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. IVO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA (RELATOR AD HOC)	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA (RELATOR)
JOSÉ AGRIPINO	1. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 488/2007 ,

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA – PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL – PT				
ANIBAL DINIZ – PT					PAULO PAIM – PT				
WALTER PINHEIRO – PT	X				MAGNO MALTA – PR				
JOÃO RIBEIRO – PR (Licenciado)					CRISTOVAM BUARQUE – PDT				
PEDRO TAQUES – PDT	X				LÍDICE DA MATA – PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
EDUARDO BRAGA – PMDB					GEOVANI BORGES – PMDB				
VALDIR RAUPP – PMDB					LUIZ HENRIQUE – PMDB				
VITAL DO RÊGO – PMDB					RICARDO FERRAÇO – PMDB				
LOBÃO FILHO – PMDB					RENAN CALHEIROS – PMDB				
CIRO NOGUEIRA – PP					IVO CASSOL – PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA – PMDB	X				BENEDITO DE LIRA – PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CYRO MIRANDA – PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA – PSDB				
FLEXA RIBEIRO – PSDB	X				CÍCERO LUCENA – PSDB				
JOSÉ AGRIPINO – DEM					MARIA DO CARMO ALVES – DEM	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PSOL**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RANDOLFE RODRIGUES					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 **SIM:** 9 **NÃO:** – **ABS:** – **AUTOR:** \ **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 1 JUN. 2011

SENADOR Senador Eduardo Braga
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SENADO FEDERAL

ATA DA 93ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE JUNHO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 92**, de 8 de junho de 2011)

RETIFICAÇÃO

Às páginas nºs 22368 a 22386, republiquem-se os Pareceres nºs 429 e 430, de 2011, por terem sido omitidos trechos às páginas 22384 e 22385:

PARECERES Nºs 429 E 430, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, que insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do FIES.

PARECER Nº 429, DE 2011
(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador **MARCONI PERILLO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2007, de iniciativa do Senador WILSON MATOS, tem por objetivo garantir que os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) possam ser utilizados para o financiamento dos encargos educacionais na rede de ensino superior.

Para tanto, o PLS nº 402 prevê o acréscimo do art. 2º-D à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que estabeleceu o FAT.

Com idêntico desiderato, o projeto ora examinado modifica o art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), arrolando, em seu art. 2º, os recursos do FAT como nova fonte de receita do Fies.

O PLS nº 402, de 2007, que foi também distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pretende que a norma a ser criada tenha sessenta dias de *vacatio legis*.

II – ANÁLISE

Na justificação do PLS nº 402, de 2007, o Senador Wilson Matos sublinhou que os mais importantes mecanismos pró-emprego do FAT são o oferecimento de seguro-desemprego ao trabalhador sem ocupação laboral e o incentivo à geração de emprego e renda na economia brasileira, pelo fomento a programas de desenvolvimento econômico.

O projeto parte da premissa de que a educação superior seria, também ela, uma via segura para a qualificação profissional, uma vez que os cursos superiores "permitem a capacitação do trabalhador em nível mais elevado, o que contribui para sua melhor inserção no mercado de trabalho".

Outro motivo apontado para a apresentação de proposta reside na dificuldade de acesso ao ensino superior gratuito por parte dos jovens. O aumento da demanda por vagas nas universidades, sobretudo as particulares – que, embora onerosas, atendem a muito mais estudantes que a rede pública de instituições de ensino superior –, nos leva à conclusão lógica de que o seu acesso deve ser facilitado a todo cidadão que deseje aperfeiçoar seus conhecimentos.

Em nossos dias, apenas 12% dos brasileiros entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior, patamar muito inferior aos 30% a serem atingidos em 2011, segundo previsão do Plano Nacional de Educação.

Parece-nos indubitável que o uso dos recursos do FAT para o financiamento dos encargos educacionais na rede superior irá auxiliar na formação dos trabalhadores, aumentando, inclusive, suas possibilidades de retorno à vida laboral.

No que diz respeito aos aspectos constitucionais e formais, a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

O benefício, todavia, deve também alcançar os cursos de capacitação profissional de nível médio, uma vez que o trabalhador desempregado que ainda não atingiu tal escolaridade apresenta dificuldades ainda maiores para se realocar no mercado de trabalho. Por esta razão, encaminhamos a emenda abaixo.

III – VOTO

Pelos motivos expostos, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CE – CE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 402, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-D:

"**Art. 2º-D.** A qualificação profissional a que se refere o art. 2º abrange cursos de educação superior e de educação profissional de nível médio, devendo ser dirigidos recursos do FAT às operações do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para que o trabalhador pague encargos educacionais no ensino superior privado".

Sala da Comissão, em 1º de julho de 2008.

em 01/07/08

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 402/07 NA REUNIÃO DE 01/07/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Mário A. (Sen. Cristovam Buarque)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
JDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GEOVANI BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO RELATOR	7- (VAGO)
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
ELEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

PARECER Nº 430, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **WELLINGTON DIAS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2007, de autoria do Senador WILSON MATOS, modifica as legislações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o objetivo de permitir ao primeiro financiar operações no âmbito do segundo. Estabelece, assim, que parte dos recursos do FAT seja utilizada no pagamento de encargos educacionais do trabalhador no ensino superior privado.

No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Desde 1988, por ocasião da promulgação de nossa Carta Magna, a arrecadação do PIS-PASEP tem se direcionado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, a programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao financiamento do abono salarial. Com o advento da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, essa arrecadação passou a ser direcionada ao FAT, que tem, assim, uma vinculação constitucional.

No caso do Programa do Seguro-Desemprego, este tem dois objetivos básicos: (a) prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (b) auxiliar o trabalhador na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação e qualificação profissional (art. 2º da Lei nº 7.998, de 1990).

No primeiro caso, a assistência financeira se dá por intermédio do pagamento do seguro-desemprego. No segundo, o auxílio é prestado mediante a execução de programas de colocação e recolocação do trabalhador no emprego e de qualificação e reciclagem profissional.

É, pois, evidente que a qualificação profissional do trabalhador deve-se dar no contexto específico do mercado de trabalho, visando evitar o desemprego e o consequente pagamento do benefício do seguro-desemprego.

O autor do PLS nº 402, de 2007, justifica sua proposição com o argumento de que o ensino superior é parte da qualificação profissional do trabalhador, já que contribui para sua inserção no mercado de trabalho.

Ocorre que proposição semelhante a aqui analisada foi rejeitada pelo Senado Federal sob arguição de inconstitucionalidade e de injuridicidade, dentre outras. Trata-se do PLS nº 52, de 2003, de autoria do Senador SÉRGIO ZAMBIASI, que estabelece a utilização dos recursos do FAT para financiamento de curso superior de graduação, por intermédio de

sindicato de trabalhadores. O parecer sobre a matéria coube ao Senador NEY SUASSUNA (Parecer nº 146, de 2008), que, dentre outras questões, analisou especificamente a impropriedade do entendimento de que o curso superior seja parte da qualificação profissional do trabalhador. Vejamos a análise por ele empreendida:

> Além dos óbices constitucionais acima expostos, há ainda, a nosso ver, óbice sistemático-jurídico para aprovação da presente proposta. O Fundo possui, desde sua origem, o eminente propósito de buscar a proteção ao trabalhador quando da ocasião de seu desemprego, tendo sido ele estabelecido, dentre outras finalidades, para que se viabilizasse a instituição de políticas de reinserção ao mercado de trabalho, o que, aliás, já vem disposto no atual diploma legal regulador da matéria (Lei nº 7.998/90).
>
> Assim, tanto as origens históricas da criação do Fundo quanto a sua legislação reguladora determinam que as ações financiadas pelas suas disponibilidades sejam voltadas para as suas finalidades básicas e não desviadas para objetivos diversos, ainda que de relevância para a sociedade.
>
> (...)
>
> **Com efeito, a medida tende muito mais à consecução de uma política educacional do que de uma política de amparo ao desemprego.**
>
> Mais do que isto, o princípio da eficiência, consagrado não só pela lógica das relações e pelo respeito à coisa pública, mas também pela Constituição Federal, demanda que as medidas administrativas sejam as mais eficientes para o alcance dos efeitos pretendidos. Significa dizer que, se há duas possibilidades para consecução de uma finalidade, uma mais eficaz, rápida e menos dispendiosa, como o oferecimento de cursos profissionalizantes por exemplo, e outra menos eficaz e mais dispendiosa, como o oferecimento de cursos superiores, a administração deve optar pela primeira e rejeitar a segunda. Ora, se é claro que em termos de amparo ao desemprego o oferecimento de cursos profissionalizantes é mais eficaz, rápido e barato, não se pode vislumbrar, no oferecimento de cursos superiores com os recursos do fundo, em interpretação fincada no princípio constitucional da eficiência, mais do que uma política voltada com muito mais ênfase ao escopo educacional do que à finalidade de amparo ao desemprego.
>
> Por este motivo, vislumbro também injuridicidade no presente projeto, que estabelece política não alinhada às finalidades do FAT, dispostas no artigo 2º, incisos I e II da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, não se podendo conceber a inclusão de um parágrafo dissonante do espírito da disposição principal.
>
> (...)
>
> Segundo, se vencida a questão anteriormente levantada, ou seja, o entendimento de que não se comete nenhum desvio constitucional, funcional e nem programático ao se custear despesas com ensino superior de graduação através do FAT, restariam ainda dois problemas no que respeita à disponibilidade de recursos.
>
> Um seria o aumento das despesas do FAT em patamares que poderiam comprometer a sua função constitucional de proteção ao trabalhador, como o pagamento do benefício Seguro-Desemprego, a Intermediação de Mão-de-Obra, a Qualificação Profissional e o financiamento de programas de geração de emprego e renda.

(...)

A qualificação profissional é apenas uma das ações financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR. O objetivo desse Plano é garantir oferta de educação profissional permanente, no âmbito da Política Pública de Trabalho e Renda, que contribua para: reduzir o desemprego e o subemprego da PEA; combater a pobreza e a desigualdade social; e elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

> Embora tenha como foco geral a população economicamente ativa (PEA), o Planfor opera, para fins da aplicação dos recursos do FAT, com duas definições de público-alvo: grupos vulneráveis e outros que sejam vitais para o desenvolvimento sustentado. No primeiro caso, o Planfor garante pelo menos 80% dos recursos e 90% das vagas para quatro categorias, a saber: pessoas desocupadas; pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural; empreendedores/as urbanos/rurais; e pessoas autônomas, cooperadas ou autogeridas.
>
> Mesmo que não seja esta a intenção, é evidente que o projeto em pauta causaria desvirtuamento aos objetivos anteriormente elencados para o Planfor, na medida em que os recursos superiores são de longa duração e têm custos elevados, não se caracterizando a situação emergencial e assistencial prevista na Lei nº 7.998, de 1990. Além disso, se aprovado, comprometeria os recursos do FAT, que patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada, como, por exemplo: o seguro-desemprego; a intermediação de mão de obra; o pagamento de abonos salariais; os investimentos produtivos; e o crédito popular e a informação sobre o mercado de trabalho.

Do exposto, ficam claras a inconstitucionalidade, injuridicidade e inconveniência de se utilizar os recursos do FAT para custeio de cursos no ensino superior privado.

Além disso, como se trata de matéria prejulgada em deliberação anterior, ocorrida no ano de 2008, pode-se avocar a prejudicialidade do projeto de lei ora analisado, com base no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

III – VOTO

Com base nas considerações apresentadas, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, em virtude de sua prejudicialidade.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2011

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator

Senador Wellington Dias

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de Lei do Senado nº 402 de 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01 / 06 /2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: Senador Wellington Dias

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT)	1- EDUARDO SUPLICY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT)	2- MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	3- JOÃO PEDRO (PT)
WELLINGTON DIAS (PDT)	4- ANA RITA (PT)
VICENTINHO ALVES (PR)	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT)	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	8- LÍDICE DA MATA (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
WALDEMIR MOKA (PMDB)	1- VITAL DO RÊGO (PMDB)
PAULO DAVIM (PV)	2- PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3- LOBÃO FILHO (PMDB)
CASILDO MALDANER (PMDB)	4- EDUARDO BRAGA (PMDB)
RICARDO FERRAÇO (PMDB)	5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)
ANA AMELIA (PP)	7- BENEDITO DE LIRA (PP)
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	2- CYRO MIRANDA (PSDB)
MARISA SERRANO (PSDB)	3- PAULO BAUER (PSDB)
JAYME CAMPOS (DEM) Presidente	4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- ARMANDO MONTEIRO
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2- GIM ARGELLO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007

TITULARES					SUPLENTES				
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOÃO PEDRO (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT) Relator	X				4- ANA RITA (PT)	X			
VICENTINHO ALVES (PR)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)					6- CLÉSIO ANDRADE (PR)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)	X				7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)					8- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- VITAL DO RÊGO (PMDB)				
PAULO DAVIM (PV)	X				2- PEDRO SIMON (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					3- LOBÃO FILHO (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				4- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
RICARDO FERRAÇO (PMDB)					5- ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					6- SÉRGIO PETECÃO (PMN)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				7- BENEDITO DE LIRA (PP)	X			
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X				2- CYRO MIRANDA (PSDB)				
MARISA SERRANO (PSDB)					3- PAULO BAUER (PSDB)	X			
JAYME CAMPOS (DEM) Ausente					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- ARMANDO MONTEIRO				
JOÃO VICENTE CLAUDINO	X				2- GIM ARGELLO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 1º / 06 /2011.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 131, § 2º - RISF)

Parecer pela declaração de prejudicialidade da matéria.

Senador JAYME CAMPOS
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Atualizada em 18/05/2011

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

.....

DO PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

~~I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa;~~

~~II – auxiliar os trabalhadores requerentes ao seguro-desemprego na busca de novo emprego, podendo para esse efeito, promover a sua reciclagem profissional~~

~~I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta.~~ (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30.06.94)

I - prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (Redação dada pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

~~II – auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações~~ integradas de orientação, recolocação e ~~qualificação profissional.~~ (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30/06/94)

II - auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 2º-A. Para efeito do disposto no inciso II do art. 2º, fica instituída a bolsa de qualificação profissional, a ser custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, à qual fará jus o trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo celebrado para este fim. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 2º-B. Em caráter excepcional e pelo prazo de seis meses, os trabalhadores que estejam em situação de desemprego involuntário pelo período compreendido entre doze e dezoito meses, ininterruptos, e que já tenham sido beneficiados com o recebimento do Seguro-Desemprego, farão jus a três parcelas do benefício, correspondente cada uma a R$ 100,00 (cem reais). (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 1º O período de doze a dezoito meses de que trata o *caput* será contado a partir do recebimento da primeira parcela do Seguro-Desemprego. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 2º O benefício poderá estar integrado a ações de qualificação profissional e articulado com ações de emprego a serem executadas nas localidades de domicílio do beneficiado. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

§ 3º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT o estabelecimento, mediante resolução, das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo, inclusive quanto à idade e domicílio do empregador ao qual o trabalhador estava vinculado, bem como os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)

Art. 2º-C O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo. (Artigo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

§ 1º O trabalhador resgatado nos termos do caput deste artigo será encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego - SINE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

§ 2º Caberá ao CODEFAT, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no caput deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.608, de 20.12.2002)

.....

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001.

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

.....

Ofício nº 54/2011-PRES/CAS

Brasília, 1º de junho de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, que *Insere o art. 2º-D na Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e acrescenta o inciso VIII ao art. 2º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para que parte dos recursos do FAT seja destinada às operações do FIES*, de autoria do Senador Wilson Matos.

Cordialmente,

Senador **JAYME CAMPOS**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2007, de autoria do Senador WILSON MATOS, modifica as legislações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o objetivo de permitir ao primeiro financiar operações no âmbito do segundo. Estabelece, assim, que parte dos recursos do FAT seja utilizada no pagamento de encargos educacionais do trabalhador no ensino superior privado.

No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Desde 1988, por ocasião da promulgação de nossa Carta Magna, a arrecadação do PIS-PASEP tem se direcionado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, a programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao financiamento do abono salarial. Com o advento da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, essa arrecadação passou a ser direcionada ao FAT, que tem, assim, uma vinculação constitucional.

No caso do Programa do Seguro-Desemprego, este tem dois objetivos básicos: (a) prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (b) auxiliar o trabalhador na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação e qualificação profissional (art. 2º da Lei nº 7.998, de 1990).

No primeiro caso, a assistência financeira se dá por intermédio do pagamento do seguro-desemprego. No segundo, o auxílio é prestado mediante a execução de programas de colocação e recolocação do trabalhador no emprego e de qualificação e reciclagem profissional.

É, pois, evidente que a qualificação profissional do trabalhador deve se dar no contexto específico do mercado de trabalho, visando evitar o desemprego e o conseqüente pagamento do benefício do seguro-desemprego.

O autor do PLS nº 402, de 2007, justifica sua proposição com o argumento de que o ensino superior é parte da qualificação profissional do trabalhador, já que contribui para sua inserção no mercado de trabalho.

Ocorre que proposição semelhante a aqui analisada foi recentemente rejeitada pelo Senado Federal sob argüição de inconstitucionalidade e de injuridicidade, dentre outras. Trata-se do PLS nº 52, de 2003, de autoria do Senador SÉRGIO ZAMBIASI, que estabelece a utilização dos recursos do FAT para financiamento de curso superior de graduação, por intermédio de sindicato de trabalhadores. O parecer sobre a matéria coube ao Senador NEY SUASSUNA (Parecer nº 146, de 2008), que, dentre outras questões, analisou especificamente a impropriedade do entendimento de que o curso superior seja parte da qualificação profissional do trabalhador. Vejamos a análise por ele empreendida:

> Além dos óbices constitucionais acima expostos, há ainda, a nosso ver, óbice sistemático-jurídico para aprovação da presente proposta. O Fundo possui, desde sua origem, o eminente propósito de buscar a proteção ao trabalhador quando da ocasião de seu desemprego, tendo sido ele estabelecido, dentre outras finalidades, para que se viabilizasse a instituição de políticas de reinserção ao mercado de trabalho, o que, aliás, já vem disposto no atual diploma legal regulador da matéria (Lei nº 7.998/90).
>
> > Assim, tanto as origens históricas da criação do Fundo quanto a sua legislação reguladora determinam que as ações financiadas pelas suas disponibilidades sejam voltadas para as suas finalidades básicas e não desviadas para objetivos diversos, ainda que de relevância para a sociedade.
> >
> > (...)
> >
> > Com efeito, a medida tende muito mais à consecução de uma política educacional do que de uma política de amparo ao desemprego.
> >
> > Mais do que isto, o princípio da eficiência, consagrado não só pela lógica das relações e pelo respeito à coisa pública, mas também pela Constituição Federal, demanda que as medidas administrativas sejam as mais eficientes para o alcance dos efeitos pretendidos. Significa dizer que, se há duas possibilidades para consecução de uma finalidade, uma mais eficaz, rápida e menos dispendiosa, como o oferecimento de cursos profissionalizantes por exemplo, e outra menos eficaz e mais dispendiosa, como o oferecimento de cursos superiores, a administração deve optar pela primeira e rejeitar a segunda. Ora, se é claro que em termos de amparo ao desemprego o oferecimento de cursos profissionalizantes é mais eficaz, rápido e barato, não se pode vislumbrar, no oferecimento de cursos superiores com os recursos do fundo, em interpretação fincada no princípio constitucional da eficiência, mais do que uma política voltada com muito mais ênfase ao escopo educacional do que à finalidade de amparo ao desemprego.
> >
> > Por este motivo, vislumbro também injuridicidade no presente projeto, que estabelece política não alinhada às finalidades do FAT, dispostas no artigo 2º, incisos I e II da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, não se podendo conceber a inclusão de um parágrafo dissonante do espírito da disposição principal.
> >
> > (...)
> >
> > Segundo, se vencida a questão anteriormente levantada, ou seja, o entendimento de que não se comete nenhum desvio constitucional, funcional e nem programático ao se custear despesas com ensino superior de graduação através do FAT, restariam ainda dois problemas no que respeita à disponibilidade de recursos.

> Um seria o aumento das despesas do FAT em patamares que poderiam comprometer a sua função constitucional de proteção ao trabalhador, como o pagamento do benefício Seguro-Desemprego, a Intermediação de Mão-de-Obra, a Qualificação Profissional e o financiamento de programas de geração de emprego e renda.
>
> (...)
>
> A qualificação profissional é apenas uma das ações financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR. O objetivo desse Plano é garantir oferta de educação profissional permanente, no âmbito da Política Pública de Trabalho e Renda, que contribua para: reduzir o desemprego e o subemprego da PEA; combater a pobreza e a desigualdade social; e elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.
>
> Embora tenha como foco geral a população economicamente ativa (PEA), o Planfor opera, para fins da aplicação dos recursos do FAT, com duas definições de público-alvo: grupos vulneráveis e outros que sejam vitais para o desenvolvimento sustentado. No *primeiro* caso, o *Planfor garante pelo menos* 80% dos recursos e 90% das vagas para quatro categorias, a saber: pessoas desocupadas; pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural; empreendedores/as urbanos/rurais; e pessoas autônomas, cooperadas ou autogeridas.
>
> Mesmo que não seja esta a intenção, é evidente que o projeto em pauta causaria desvirtuamento aos objetivos anteriormente elencados para o Planfor, na medida em que os recursos superiores são de longa duração e têm custos elevados, não se caracterizando a situação emergencial e assistencial prevista na Lei nº 7.998, de 1990. Além disso, se aprovado, comprometeria os recursos do FAT, que patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada, como, por exemplo: o seguro-desemprego; a intermediação de mão de obra; o pagamento de abonos salariais; os investimentos produtivos; e o *crédito popular e a informação sobre o mercado de trabalho.*

Do exposto, ficam claras a inconstitucionalidade, injuridicidade e inconveniência de se utilizar os recursos do FAT para custeio de cursos no ensino superior privado.

Além disso, como se trata de matéria prejulgada em deliberação anterior, ocorrida neste ano de 2008, pode-se avocar a prejudicialidade do projeto de lei ora analisado, com base no art. 67 da Constituição Federal e no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

III – VOTO

Com base nas considerações apresentadas, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (*PLS*) nº 402, de 2007, de autoria do Senador WILSON MATOS, modifica as legislações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o objetivo de permitir ao primeiro financiar operações no âmbito do segundo. Estabelece, assim, que parte dos recursos do FAT seja utilizada no pagamento de encargos educacionais do trabalhador no ensino superior privado.

No prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Desde 1988, por ocasião da promulgação de nossa Carta Magna, a arrecadação do PIS-PASEP tem se direcionado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, a programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao financiamento do abono salarial. Com o advento da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, essa arrecadação passou a ser direcionada ao FAT, que tem, assim, uma vinculação constitucional.

No caso do Programa do Seguro-Desemprego, este tem dois objetivos básicos: (a) prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (b) auxiliar o trabalhador na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação e qualificação profissional (art. 2º da Lei nº 7.998, de 1990).

No primeiro caso, a assistência financeira se dá por intermédio do pagamento do seguro-desemprego. No segundo, o auxílio é prestado mediante a execução de programas de colocação e recolocação do trabalhador no emprego e de qualificação e reciclagem profissional.

É, pois, evidente que a qualificação profissional do trabalhador deve se dar no contexto específico do mercado de trabalho, visando evitar o desemprego e o conseqüente pagamento do benefício do seguro-desemprego.

O autor do PLS nº 402, de 2007, justifica sua proposição com o argumento de que o ensino superior é parte da qualificação profissional do trabalhador, já que contribui para sua inserção no mercado de trabalho.

Ocorre que proposição semelhante a aqui analisada foi recentemente rejeitada pelo Senado Federal sob arguição de inconstitucionalidade e de injuridicidade, dentre outras. Trata-se do PLS nº 52, de 2003, de autoria do Senador SÉRGIO ZAMBIASI, que estabelece a utilização dos recursos do FAT para financiamento de curso superior de graduação, por intermédio de sindicato de trabalhadores. O parecer sobre a matéria coube ao Senador NEY SUASSUNA (Parecer nº 146, de 2008), que, dentre outras questões, analisou especificamente a impropriedade do entendimento de que o curso superior seja parte da qualificação profissional do trabalhador. Vejamos a análise por ele empreendida:

Além dos óbices constitucionais acima expostos, há ainda, a nosso ver, óbice sistemático-jurídico para aprovação da presente proposta. O Fundo possui, desde sua origem, o eminente propósito de buscar a proteção ao trabalhador quando da ocasião de seu desemprego, tendo sido ele estabelecido, dentre outras finalidades, para que se viabilizasse a instituição de políticas de reinserção ao mercado de trabalho, o que, aliás, já vem disposto no atual diploma legal regulador da matéria (Lei nº 7.998/90).

Assim, tanto as origens históricas da criação do Fundo quanto a sua legislação reguladora determinam que as ações financiadas pelas suas disponibilidades sejam voltadas para as suas finalidades básicas e não desviadas para objetivos diversos, ainda que de relevância para a sociedade.

(...)

Com efeito, a medida tende muito mais à consecução de uma política educacional do que de uma política de amparo ao desemprego.

Mais do que isto, o princípio da eficiência, consagrado não só pela lógica das relações e pelo respeito à coisa pública, mas também pela Constituição Federal, demanda que as medidas administrativas sejam as mais eficientes para o alcance dos efeitos pretendidos. Significa dizer que, se há duas possibilidades para consecução de uma finalidade, uma mais eficaz, rápida e menos dispendiosa, como o oferecimento de cursos profissionalizantes por exemplo, e outra menos eficaz e mais dispendiosa, como o oferecimento de cursos superiores, a administração deve optar pela primeira e rejeitar a segunda. Ora, se é claro que em termos de amparo ao desemprego o oferecimento de cursos profissionalizantes é mais eficaz, rápido e barato, não se pode vislumbrar, no oferecimento de cursos superiores com os recursos do fundo, em interpretação fincada no princípio constitucional da eficiência, mais do que uma política voltada com muito mais ênfase ao escopo educacional do que à finalidade de amparo ao desemprego.

Por este motivo, vislumbro também injuridicidade no presente projeto, que estabelece política não alinhada às finalidades do FAT, dispostas no artigo 2º, incisos I e II da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, não se podendo conceber a inclusão de um parágrafo dissonante do espírito da disposição principal.

(...)

Segundo, se vencida a questão anteriormente levantada, ou seja, o entendimento de que não se comete nenhum desvio constitucional, funcional e nem programático ao se custear despesas com ensino superior de graduação através do FAT, restariam ainda dois problemas no que respeita à disponibilidade de recursos.

Um seria o aumento das despesas do FAT em patamares que poderiam comprometer a sua função constitucional de proteção ao trabalhador, como o pagamento do benefício Seguro-Desemprego, a Intermediação de Mão-de-Obra, a Qualificação Profissional e o financiamento de programas de geração de emprego e renda.

(...)

A qualificação profissional é apenas uma das ações financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR. O objetivo desse Plano é garantir oferta de educação profissional permanente, no âmbito da Política Pública de Trabalho e Renda, que contribua para: reduzir o desemprego e o subemprego da PEA; combater a pobreza e a desigualdade social; e elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Embora tenha como foco geral a população economicamente ativa (PEA), o Planfor opera, para fins da aplicação dos recursos do FAT, com duas definições de público-alvo: grupos vulneráveis e outros que sejam vitais para o desenvolvimento sustentado. No primeiro caso, o Planfor garante pelo menos 80% dos recursos e 90% das vagas para quatro categorias, a saber: pessoas desocupadas; pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural; empreendedores/as urbanos/rurais; e pessoas autônomas, cooperadas ou autogeridas.

Mesmo que não seja esta a intenção, é evidente que o projeto em pauta causaria desvirtuamento aos objetivos anteriormente elencados para o Planfor, na medida em que os recursos superiores são de longa duração e têm custos elevados, não se caracterizando a situação emergencial e assistencial prevista na Lei nº 7.998, de 1990. Além disso, se aprovado, comprometeria os recursos do FAT, que patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada, como, por exemplo: o seguro-desemprego; a intermediação de mão de obra; o pagamento de abonos salariais; os investimentos produtivos; e o crédito popular e a informação sobre o mercado de trabalho.

Do exposto, ficam claras a inconstitucionalidade, injuridicidade e inconveniência de se utilizar os recursos do FAT para custeio de cursos no ensino superior privado.

Além disso, como se trata de matéria prejulgada em deliberação anterior, ocorrida no ano de 2008, pode-se avocar a prejudicialidade do projeto de lei ora analisado, com base no art. 67 da Constituição Federal e no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

III – VOTO

Com base nas considerações apresentadas, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador JOSÉ BEZERRA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2007, de autoria do Senador WILSON MATOS, modifica as legislações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), com o objetivo de permitir ao primeiro financiar operações no âmbito do segundo. Estabelece, assim, que parte dos recursos do FAT seja utilizada no pagamento de encargos educacionais do trabalhador no ensino superior privado.

No prazo regulamentar não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Desde 1988, por ocasião da promulgação de nossa Carta Magna, a arrecadação do PIS-PASEP tem se direcionado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, a programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao financiamento do abono salarial. Com o advento da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, essa arrecadação passou a ser direcionada ao FAT, que tem, assim, uma vinculação constitucional.

No caso do Programa do Seguro-Desemprego, este tem dois objetivos básicos: (a) prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (b) auxiliar o trabalhador na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação e qualificação profissional (art. 2º da Lei nº 7.998, de 1990).

No primeiro caso, a assistência financeira se dá por intermédio do pagamento do seguro-desemprego. No segundo, o auxílio é prestado mediante a execução de programas de colocação e recolocação do trabalhador no emprego e de qualificação e reciclagem profissional.

É, pois, evidente que a qualificação profissional do trabalhador deve-se dar no contexto específico do mercado de trabalho, visando evitar o desemprego e o consequente pagamento do benefício do seguro-desemprego.

O autor do PLS nº 402, de 2007, justifica sua proposição com o argumento de que o ensino superior é parte da qualificação profissional do trabalhador, já que contribui para sua inserção no mercado de trabalho.

Ocorre que proposição semelhante a aqui analisada foi rejeitada pelo Senado Federal sob arguição de inconstitucionalidade e de injuridicidade, dentre outras. Trata-se do PLS nº 52, de 2003, de autoria do Senador SÉRGIO ZAMBIASI, que estabelece a utilização dos recursos do FAT para financiamento de curso superior de graduação, por intermédio de sindicato de trabalhadores. O parecer sobre a matéria coube ao Senador NEY SUASSUNA (Parecer nº 146, de 2008), que, dentre outras questões, analisou especificamente a impropriedade do entendimento de que o curso superior seja parte da qualificação profissional do trabalhador. Vejamos a análise por ele empreendida:

> Além dos óbices constitucionais acima expostos, há ainda, a nosso ver, óbice sistemático-jurídico para aprovação da presente proposta. O Fundo possui, desde sua origem, o eminente propósito de buscar a proteção ao trabalhador quando da ocasião de seu desemprego, tendo sido ele estabelecido, dentre outras finalidades, para que se viabilizasse a instituição de políticas de reinserção ao mercado de trabalho, o que, aliás, já vem disposto no atual diploma legal regulador da matéria (Lei nº 7.998/90).
>
> Assim, tanto as origens históricas da criação do Fundo quanto a sua legislação reguladora determinam que as ações financiadas pelas suas disponibilidades sejam voltadas para as suas finalidades básicas e não desviadas para objetivos diversos, ainda que de relevância para a sociedade.
>
> (...)
>
> Com efeito, a medida tende muito mais à consecução de uma política educacional do que de uma política de amparo ao desemprego.
>
> Mais do que isto, o princípio da eficiência, consagrado não só pela lógica das relações e pelo respeito à coisa pública, mas também pela Constituição Federal, demanda que as medidas administrativas sejam as mais eficientes para o alcance dos efeitos pretendidos. Significa dizer que, se há duas possibilidades para consecução de uma finalidade, uma mais eficaz, rápida e menos dispendiosa, como o oferecimento de cursos profissionalizantes por exemplo, e outra menos eficaz e mais dispendiosa, como o oferecimento de cursos superiores, a administração deve optar pela primeira e rejeitar a segunda. Ora, se é claro que em termos de amparo ao desemprego o oferecimento de cursos profissionalizantes é mais eficaz, rápido e barato, não se pode vislumbrar, no oferecimento de cursos superiores com os recursos do fundo, em interpretação focada no princípio constitucional da eficiência, mais do que uma política voltada com muito mais ênfase ao escopo educacional do que à finalidade de amparo no desemprego.
>
> Por este motivo, vislumbro também injuridicidade no presente projeto, que estabelece política não alinhada às finalidades do FAT, dispostas no artigo 2º, incisos I e II da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, não se podendo conceber a inclusão de um parágrafo dissonante do espírito da disposição principal.
>
> (...)
>
> Segundo, se vencida a questão anteriormente levantada, ou seja, o entendimento de que não se comete nenhum desvio constitucional, funcional e nem programático ao se custear despesas com ensino superior de graduação através do FAT, restariam ainda dois problemas no que respeita à disponibilidade de recursos.
>
> Um seria o aumento das despesas do FAT em patamares que poderiam comprometer a sua função constitucional de proteção ao trabalhador, como o pagamento do benefício Seguro-Desemprego, a Intermediação de Mão-de-Obra, a Qualificação Profissional e o financiamento de programas de geração de emprego e renda.
>
> (...)

A qualificação profissional é apenas uma das ações financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR. O objetivo desse Plano é garantir oferta de educação profissional permanente, no âmbito da Política Pública de Trabalho e Renda, que contribua para: reduzir o desemprego e o subemprego da PEA; combater a pobreza e a desigualdade social; e elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo.

Embora tenha como foco geral a população economicamente ativa (PEA), o Planfor opera, para fins da aplicação dos recursos do FAT, com duas definições de público-alvo: grupos vulneráveis e outros que sejam vitais para o desenvolvimento sustentado. No primeiro caso, o Planfor garante pelo menos 80% dos recursos e 90% das vagas para quatro categorias, a saber: pessoas desocupadas; pessoas em risco de desocupação permanente ou conjuntural; empreendedores/as urbanos/rurais; e pessoas autônomas, cooperadas ou autogeridas.

Mesmo que não seja esta a intenção, é evidente que o projeto em pauta causaria desvirtuamento aos objetivos anteriormente elencados para o Planfor, na medida em que os recursos superiores são de longa duração e têm custos elevados, não se caracterizando a situação emergencial e assistencial prevista na Lei nº 7.998, de 1990. Além disso, se aprovado, comprometeria os recursos do FAT, que patrocina diversos tipos de ações destinadas a gerar trabalho e renda, melhorar as condições de acesso ou permanência no mercado de trabalho e proteger a pessoa desempregada, como, por exemplo: o seguro-desemprego; a intermediação de mão de obra; o pagamento de abonos salariais; os investimentos produtivos; e o crédito popular e a informação sobre o mercado de trabalho.

Do exposto, ficam claras a inconstitucionalidade, injuridicidade e inconveniência de se utilizar os recursos do FAT para custeio de cursos no ensino superior privado.

Além disso, como se trata de matéria prejulgada em deliberação anterior, ocorrida no ano de 2008, pode-se avocar a prejudicialidade do projeto de lei ora analisado, com base no art. 334, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

III – VOTO

Com base nas considerações apresentadas, o voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2007, em virtude de sua prejudicialidade.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

ATA DA 99ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE JUNHO DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 97,** de 15 de junho de 2011)

RETIFICAÇÕES

Às páginas 23366 e 23367,republicam-se, por omissão gráfica, os seguintes expedientes de Ministros de Estado:

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT - SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senado Federal recebeu os seguintes expedientes de Ministros de Estado:

– **Ofício nº 274, de 25 de maio de 2011**, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em resposta ao Requerimento nº 91, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Aviso nº 133, de 31 de maio de 2011**, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento nº 43, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 301, de 1º de junho de 2011**, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em resposta ao Requerimento nº 20, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 272, de 2 de junho de 2011**, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao Requerimento nº 37, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 271, de 2 de junho de 2011**, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em resposta ao Requerimento nº 229, de 2011, de informações, do Senador Randolfe Rodrigues;

– **Aviso nº 1.226, de 1º de junho de 2011**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 931, de 2010, de informações, do Senador Mário Couto;

– **Aviso nº 94, de 3 de junho de 2011**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, que solicita dilatação do prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 204, de 2011, de informações, do Senador Ricardo Ferraço;

– **Aviso nº 95, de 3 de junho de 2011**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, que solicita dilatação do prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 223, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin;

– **Aviso nº 148, de 2 de junho de 2011**, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 39, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 133, de 3 de junho de 2011**, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em resposta ao Requerimento nº 19, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Aviso nº 60, de 3 de junho de 2011**, do Presidente do Banco Central do Brasil, em resposta ao Requerimento nº 29, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Aviso nº 58, de 3 de junho de 2011**, do Presidente do Banco Central do Brasil, em resposta ao Requerimento nº 279, de 2011, de informações, do Senador Itamar Franco;

– **Aviso nº 59, de 3 de junho de 2011**, do Presidente do Banco Central do Brasil, em resposta ao Requerimento nº 348, de 2011, de informações, do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– **Ofício nº 192, de 1º de junho de 2011**, da Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura, em resposta ao Requerimento nº 930, de 2010, de informações, do Senador Mário Couto;

– **Ofício nº 134, de 3 de junho de 2011**, da Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao Requerimento nº 15, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 807, de 3 de junho de 2011**, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos, em resposta ao Requerimento nº 24, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Aviso nº 94, de 3 de junho de 2011**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, que solicita dilatação do prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 896, de 2009, do Senador Alvaro Dias;

– **Aviso nº 93, de 3 de junho de 2011**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, que solicita dilatação do prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 898, de 2009, do Senador Alvaro Dias;

– **Aviso nº 89, de 3 de junho de 2011**, do Ministro de Estado de Minas e Energia, que solicita dilatação nº 261, de 2011, de informações, do Senador Itamar Franco;

– **Ofício nº 318, de 6 de junho de 2011**, do Advogado-Geral da União, em resposta ao Requerimento nº 30, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 63, de 23 de maio de 2011**, da Ministra de Estado da Cultura, em resposta ao Requerimento nº 9, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 4.176, de 31 de maio de 2011**, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento nº 28, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias; e

– **Aviso nº 445, de 7 de junho de 2011**, do Ministro de Estado da Saúde, que solicita dilatação do prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 223, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias.

– **Ofício nº 1.127, de 1º de junho de 2011**, da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em resposta ao Requerimento nº 23, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 363, de 6 de junho de 2011**, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, em resposta ao Requerimento nº 14, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Aviso nº 1.235, de 6 de junho de 2011**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 304, de 2011, de informações, do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– **Aviso nº 1.236, de 6 de junho de 2011**, do Ministro de Estado da Justiça, em resposta ao Requerimento nº 38, de 2011, de informações, do Senador Alvaro Dias;

– **Ofício nº 59, de 7 de junho de 2011**, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em resposta ao Requerimento prazo para encaminhamento das informações em resposta ao Requerimento nº 34, de 2011, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes; as referentes ao Requerimento nº 14, de 2011, tendo em vista o grande volume da documentação, encontram-se à disposição na Secretaria-Geral da Mesa.

Os Requerimentos 896 e 898, de 2009, 204 e 223, de 2011, ficarão na Secretaria-Geral da Mesa aguardando as informações solicitadas. Os demais requerimentos vão ao arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS

APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 538**, ADOTADA EM 1º DE JULHO DE 2011, E PUBLICADA NO MESMO DIA, MÊS E ANO, QUE "AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO FIRMADOS COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "G" DO INCISO VI DO ART. 2º DA LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ANTÔNIO CARLOS M. NETO (DEM)	001, 004, 005, 006, 007.
Deputado CARLOS EDUARDO CADOCA (PSC)	010.
Deputada CARMEN ZANOTTO (PPS)	012.
Deputado JORGINHO MELLO (PSDB)	011.
Deputado MARCOS MONTES (DEM)	008.
Deputado PEDRO UCZAI e OUTROS (PT*)	009.
Deputado RUBENS BUENO (PPS)	002.
Deputado VANDERLEI MACRIS (PSDB)	003.

SACM
(* PMDB, PPS, PP, PSDB, DEM)

TOTAL DE EMENDAS: 012

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV - 538

00001

Data	proposição
05/07/2011	Medida Provisória nº 538/2011

autor	Nº do prontuário
DEPUTADO Antonio [illegible]	

1. ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. X modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera o art. 1º da Medida Provisória 538 de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Ministério da Defesa autorizado a prorrogar, em carater de excepcional e respeitado o prazo limite de **31 de dezembro de 2011,** os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia-CENSIPAM, vigentes em 1º de junho de 2011, firmados com fundamento no art. 2º, inciso VI, alínea "g", da Lei nº8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação do art. 4º, parágrafo único, inciso IV, daquela Lei."

JUSTIFICATIVA

Pretende a emenda, reduzir o prazo de prorrogação dos contratos cotemplados pela Medida Provisória de 31 de dezembro de 2012 para 31 de dezembro de 2011.

De se ressaltar a necessidade da realização de concurso público para preenchimento dos cargos a serem prorrogados, visto que os profissionais foram contratos entre junho de 2006 e maio de 2007.

Conforme sugerido na emenda, o Governo, terá tempo hábil para organização e realização de concurso, sem que seja afetado e ou paralizado o serviço público e assim atender com lisura e transparência os interesses públicos.

Ademais a prorrogação de contratos tem se justificado para atender interesses particulares e políticos, visando o favorecimento real e pessoal, em detrimento aos princípios da Administração Pública. Atualmente, vários encândalos envolvendo contratação e celebração de contratos por parte do Governo tem sido pauta diária nos meios de comunicação.

Vale dizer que não cabe a MP disciplinar sobre a matéria, uma vez que não preenche os requisitos de relevancia e urgente, entretando essa prática vem sido adotada de forma reiterada pelo Governo, banalizando o instituto.

PARLAMENTAR

[illegible]

MPV - 538

CONGRESSO NACIONAL

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
06/07/2011	Medida Provisória nº 538 de 2011

Autor	nº do prontuário
Dep. Rubens Bueno	

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICATIVA

Suprima-se o Art. 2º da Medida Provisória 538.

JUSTIFICATIVA

A contratação temporária, sem concurso público deve somente ser utilizada em caso extremo, de alta relevância para a administração pública. A renovação de contratos dessa natureza é a exceção e somente deve ser admitida como última opção. Dado que a referida medida provisória não traz de forma clara, em seu corpo, o quantitativo de cargos a serem preenchidos dentro da excepcionalidade assim como sua destinação, somos pela exclusão do artigo que trata do assunto.

Deputado Rubens Bueno
(PPS/PR)

CONGRESSO NACIONAL

MPV - 538

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

proposição
Medida Provisória n.º 538, de 1º de Julho de 2011

autor
Vanderlei Macris - PSDB

n.º do prontuário
521

1 X Supressiva 2. ( ) substitutiva 3. ( ) modificativa 4. ( ) aditiva 5. ( ) Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 2º da Medida Provisória nº 538, de 2011.

Justificação

O Art. 2º da Medida Provisória nº 538, de 1º de julho de 2011 autoriza a prorrogação, até 30 de junho de 2012, dos contratos para a contratação, sem concurso público, de pessoal técnico e administrativo pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC. A EBC foi constituída como empresa pública vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, nos termos da Medida Provisória nº 398, de outubro de 2007, convertida na Lei nº 11.652, de 2008. Sucessora da Radiobrás, foi autorizada a contratar pessoal por meio de contrato temporário por prazo máximo, inicialmente improrrogável, de 36 meses. O prazo original, estendido até 31 de julho de 2011 (Medida Provisória nº493, de 2010, convertida na Lei nº 12.337, de novembro de 2010), estaria sendo mais uma vez prorrogado por um ano. As justificativas apresentadas na Exposição de Motivos não são motivo suficiente para a aprovação da proposta. Uma gestão competente não pode aceitar as desculpas para a não realização de concurso em tempo hábil, ainda mais quando admite que constituiu Comissão encarregada da organização do concurso público em maio de 2009 e, decorridos 2 anos, sequer tenha publicado o seu edital. Por entendermos que não se deve estimular uma gestão não competente, com medidas que relegam a transparência e a impessoalidade na contratação de pessoal ao permitir a postergação da realização de concurso público, apresentamos a Emenda que suprime o art. 2º da MP 538, de 2011.

PARLAMENTAR

MPV - 538

00004

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
05/07/2011	Medida Provisória nº 538/2011

autor	Nº do prontuário
DEPUTADO Antônio Carlos Magalhães Neto DEM-BA	

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se art. 2º, da Medida Provisória 538, de 2011, que altera o art. 4º da Lei nº 12.337 de 2010.

JUSTIFICATIVA

Versa o referido artigo, sobre a prorrogação de contrato em carater excepcional, por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

De se ressaltar que o instrumento utilizado para disciplinar sobre a matéria, não guarda pertinencia uma vez que cabe as Medidas Provisórias, tratar de matérias urgentes, o que não se vislumbra na MP em tela.

Ademais, a EBC instituída no ano de 2008, ou seja, está em atividade a mais de 3 anos, reune condições para contratação de pessoal por meio de concurso público, entretanto não o fez, optando pela contratação de temporários em desacordo com princípios da Administração Pública.

Ocorre ainda, que em data recente, junho de 2011, a EBC lançou três editais para preenchimento imediato de 537 vagas, o que corrobora com entendimento da emenda, que visa privilegiar a contratação por meio de concurso público.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

MPV - 538

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
05/07/2011	**Medida Provisória nº 538/2011**

autor	Nº do prontuário
DEPUTADO Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM-BA	

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativo 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se a Lei 11.652 de 2008, com intutito de revoga-lá.

JUSTIFICATIVA

Pretende a emenda, revogar a Lei 11.652 de 2008, uma vez que a criação EBC, não guarda pertinencia com o propósito para que foi instituída.

A empresa tem sido alvo frequentes escândalos, em recente matéria jornalística o TCU apurou uma série de irregularidades no certame licitatório que escolheu a Tecnet Comércio e Serviços Ltda, para cuidar do sistema de arquivos digitais da Empresa Brasil de Comunicação.

Foi comprovado, inclusive, possível rombo de mais de R$ 6 milhões com indícios de uso de documentos falsos e favorecimento real.

Outra matéria do Estadão, de 24 de setembro de 2010, já denunciava a "intimidade" entre a Tecnet e a EBC, quando publicou matéria mostrando a relação muito próxima entre o filho do então Ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, com a TV Brasil, órgão de comunicação do Poder Executivo.

Com a presença do pai num cargo estratégico na área de comunicação do Governo federal, o jornalista Cláudio Martins – representante comercial da Tecnet – tanto proferiu palestras que ajudaram na criação da EBC, quanto firmou contrato vultoso para prestar serviços à estatal.

Todas essas notícias não teriam tamanha gravidade se não viessem acompanhadas de denúncias comprovadas de direcionamento de licitação, favorecimentos, fraudes.

Nessa premissa, não é difícil verificar que a Empresa Pública, EBC, está sendo um instrumento utilizado para escorreita aplicação de recursos públicos.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

MPV - 538

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
05/07/2011	Medida Provisória nº 538/2011

autor	Nº do prontuário
DEPUTADO Antonio Carlos Magalhães Neto - DEM-BA	

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se § 2º do art. 8º da Lei 11.652 de 2008, que dipõe sobre dispensa de licitação.

JUSTIFICATIVA

Versa o referido artigo, sobre dispensa de licitação nos casos de contratação com órgãos e entidades da administração pública, bem como na celebração de ajustes com vista s a formação da Rede nacional de Comunicação Pública.

Ora, recentemente a EBC, foi alvo de vários encândalos referente à fraude em licitações, inclusive sofreu auditoria do TCU, que apontou indícios de uso de documentos falsos e favorecimento real.

De se presumir que mesmo com o mecanismo da licitação, os dirigentes da EBC, acabaram beneficiando seus pares, inclusive a empresa vencedora do certame alvo da investigação pelo TCU, é do filho do ex- Ministro das Comunicações, Franklin Martins, desse modo, com a previsão no texto da Lei que instituiu a EBC, de dispensa de licitação, abre uma brecha prejudicial, além de ferir os princípios básicos da Administração Pública.

PARLAMENTAR

CONGRESSO NACIONAL

MPV - 538

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
05/07/2011	Medida Provisória nº 538/2011

autor	Nº do prontuário
DEPUTADO Antonio [illegible] PCdoB-BA	

1. X Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera o art. 2º da Medida Provisória 538 de 2011, com vistas a reduzir o prazo de prorrogação de contratos do art. 4º da Lei 12.337 de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Fica a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC autorizada a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de **31 de dezembro de 2011**, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, vigentes em 31 de julho de 2011, firmados com fundamento nos §§ 3º, 4º, 5º e 6º do art. 22 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008." (NR)

JUSTIFICATIVA

Pretende a emenda, reduzir o prazo de prorrogação dos contratos cotemplados pela Medida Provisória de 30 de junho de 2012 para 31 de dezembro de 2011.

A Empresa Brasileira de Comunicação, instituída no ano de 2008, ou seja, está em atividade a mais de 3 anos, reune condições para contratação de pessoal por meio de concurso público, entretanto não o fez, optando pela contratação de temporários em desacordo com princípios da Administração Pública.

De se observar que a EBC em sua Lei de criação nº 11.652 de 2008, art.22 §6º previa que a contratação de temporário seria de 36(trinta e seis) meses improrrogáveis, presumindo que a partir dessa data as contratações seriam efetivas.

Ademais, em data recente a EBC lançou edital do concurso para preenchimento imediato de 537 vagas, o que vem de encontro com o sugerido na emenda, que a prorrogação seja até 31 de dezembro de 2011, tempo suficiente, para realização do concurso, pautando pela lisura e transparência nas contratações.

PARLAMENTAR

[signature]

CÂMARA DOS DEPUTADOS
MARCOS MONTES

MPV - 538

00008

EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 538, DE 2011.

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 538, DE 1º DE JULHO DE 2011
(Do Sr MARCOS MONTES)

Emenda modificativa à Medida Provisória 538 de 2011 que autoriza a prorrogação de contrato por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "g" do inciso VI do art. 2º da Lei 8.745, de dezembro de 1993, e da outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Art. 2º da Medida Provisória 538 de 1º de julho de 2011 a seguinte redação:

"Art. 4º Fica a Empresa Brasileira de Comunicação S.A. – EBC autorizada a prorrogar, em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de dezembro de 2011, os contratos por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público, vigentes em 31 de julho de 2011, firmados com fundamentos nos §§ 3º,4º, 5º e 6º do art. 22 da Lei nº11.652, de 07 de abril de 2008."

Justificação

Estão em curso os editais de nº 01, 02 e 03 - EBC, 05 de julho de 2011 que vigora sobre concurso público de vagas e de formação de cadastro de reserva em cargos de nível médio e superior. A prorrogação por mais doze meses são inviabilizados pelos editais nos termos da Lei 8.745 de 09 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Conclui-se que a MP 538/11 não encontra fundamento legal para sua vigência nos termos do Art. 2º da Lei 8.745/93 que estabelece os casos possíveis para contratação temporária, como assistência a situações de calamidade pública; assistência a emergências em saúde pública; realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; admissão de professor substituto e professor visitante; admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro, entre outros casos.

Cabe ainda ressaltar que a MP 538/11 prorroga pela segunda vez esses contratos, portanto a Empresa Brasileira de Comunicação S.A. – EBC teve prazo de doze meses para realizar concurso público, mas não o fez. Isso caracteriza evidente aparelhamento da máquina pública para fins político partidário. Por isso, os contratos podem ser prorrogados por mais seis meses sem comprometer o interesse público na certeza de que nesse curto prazo os concursados serão convocados.

Brasília – DF, 07 de julho de 2011.

MARCOS MONTES
Deputado Federal – DEM-MG

MPV - 538

00009

EMENDA Nº - C

(À MP 538, DE 2011)

Inclua-se a Medida Provisória nº 538, de 2011, o seguinte artigo:

"Art. ... As fundações de ensino criadas por lei estadual ou municipal e existentes em 5 de outubro de 1988, de que trata o artigo 242 da Constituição Federal, consideram-se mantidas pelo respectivo ente instituidor para os fins do art. 157 I e 158 I da Constituição Federal, independente do percentual de recursos provenientes dos entes federados mantenedores.

Parágrafo Único – Ficam dispensados a constituição de créditos da fazenda nacional, a inscrição com dívida ativa da União, o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados os lançamentos, as inscrições e respectivas execuções, relativamente ao imposto de renda retido na fonte de que trata o caput deste artigo, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data de publicação desta lei".

JUSTIFICAÇÃO

As fundações educacionais criadas pelos Estados e municípios e existentes na data da promulgação da Constituição Federal que não são total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos, na forma do artigo 242 da CF, tiveram autorização para que o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, pertencessem aos respectivos entes instituidores.

Referidas fundações consideram-se mantidas pelos Estados e municípios para fins do pertencimento do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, na forma do artigo 157 I e 158 I da Constituição Federal.

Por se tratar de disciplina de repartição de receita que está no âmbito do direito financeiro, não há vedação para disciplinar tal matéria em sede de Medida Provisória ou Lei Ordinária.

O principio legal proposto nada inova, nem modifica aquilo que esta prescrito nos incisos I dos artigos 157 e 158 da Constituição Federal, nem versa sobre imunidades nem sobre conflito de competência tributária, pois não se discute o poder de legislar sobre o Imposto de Renda.

Sala das Comissões,

Deputado Pedro Uczai PT/SC

Deputado Edinho Bez PMDB/SC

Deputada Carmen Zanotto PPS/SC

Deputado Celso Maldaner PMDB/SC

Deputado Décio Lima PT/SC

Deputado Esperidião Amin PP/SC

Deputado Gean Loureiro PMDB/SC

Deputado Jorginho Boeira PT/SC

Deputado Jorginho Mello PSDB/SC

Deputada Luci Choinacki PT/SC

Deputado Mauro Mariani PMDB/SC

Deputado Onofre Santo Agostini DEM/SC

Deputado Ronaldo Benedet PMDB/SC

Deputado Valdir Colatto PMDB/SC

Deputado Zonta PP/SC

MPV - 538

00010

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição
06 / 07 / 11	Medida Provisória nº 538 / 2011

Autor	Nº Prontuário
Deputado Carlos Eduardo Cadoca - PSC	

1 ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutivo Global

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	Alínea
	1º			

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no projeto, onde couber, artigo com a seguinte redação:

"Art. ___.O art. 181 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 181. .....

I - .....

II – pelo menos cinquenta e um por cento do capital com direito a voto, pertencente a brasileiros, prevalecendo essa limitação nos eventuais aumentos de capital social;

III - .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º A transferência a estrangeiros das ações com direito a voto, que estejam incluídas na margem de quarenta e nove por cento do capital a que se refere o inciso II deste artigo, depende de aprovação da autoridade de aviação civil.

§ 4º Desde que a soma final de ações em poder estrangeiros não ultrapasse o limite de quarenta e nove por cento do capital, poderão as pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas , adquirir ações do aumento de capital.

....." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda propõe o aumento da participação de estrangeiros no capital das empresas brasileiras de transporte aéreo público regular de passageiros, carga e mala postal dos atuais 20% (vinte por cento) para 49% (quarenta e nove por cento).

O atual percentual de 20% remonta a um modelo institucional ultrapassado, de caráter nacional-desenvolvimentista, protecionista e vetusto, concebido no pós-guerra, e que já está superado não apenas no Brasil, mas em praticamente todos os países desenvolvidos, em que prevalece a concorrência de mercado.

No mundo contemporâneo a soberania das nações não é assegurada pela restrição a investimentos estrangeiros – pensamento predominante há algumas décadas. Mas sim, por meio de instituições que permitam ao poder público regular e fiscalizar setores da economia considerados estratégicos.

Investimentos estrangeiros, portanto, devem ser estimulados. Contribuem não só para a geração de novos empregos, a modernização tecnológica, a expansão de capacidade de atendimento da demanda, mas sobretudo para o aumento da concorrência. Concorrência esta que beneficia diretamente os usuários do serviço público, como ocorre, por exemplo, nos setores de telecomunicações e bancos, sem que isto tenha causado qualquer prejuízo para o País ou para os agentes econômicos ou usuários dos correspondentes serviços.

Em suma, a participação de capitais estrangeiros nas nossas empresas aéreas favorecerá a expansão, com qualidade, da oferta dos serviços.

Câmara dos Deputados, 05 de julho de 2011.

ASSINATURA

MPV - 538

00011

EMENDA Nº - Cm

(À MP 538, DE 2011)

Inclua-se a Medida Provisória nº 538, de 2011, o seguinte artigo:

"Art. ... As fundações de ensino criadas por lei estadual ou municipal e existentes em 5 de outubro de 1988, de que trata o artigo 242 da Constituição Federal, consideram-se mantidas pelo respectivo ente instituidor para os fins do art. 157 I e 158 I da Constituição Federal, independente do percentual de recursos provenientes dos entes federados mantenedores.

Parágrafo Único – Ficam dispensados a constituição de créditos da fazenda nacional, a inscrição com divida ativa da União, o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados os lançamentos, as inscrições e respectivas execuções, relativamente ao imposto de renda retido na fonte de que trata o caput deste artigo, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data de publicação desta lei".

JUSTIFICACÃO

As fundações educacionais criadas pelos Estados e municípios e existentes na data da promulgação da Constituição Federal que não são total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos, na forma do artigo 242 da CF, tiveram autorização para que o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, pertencessem aos respectivos entes instituidores.

Referidas fundações consideram-se mantidas pelos Estados e municipios para fins do pertencimento do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, na forma do artigo 157 I e 158 I da Constituição Federal.

Por se tratar de disciplina de repartição de receita que está no âmbito do direito financeiro, não há vedação para disciplinar tal matéria em sede de Medida Provisória ou Lei Ordinária.

O principio legal proposto nada inova, nem modifica aquilo que esta prescrito nos incisos I dos artigos 157 e 158 da Constituição Federal, nem versa sobre imunidades nem sobre conflito de competência tributária, pois não se discute o poder de legislar sobre o Imposto de Renda.

Sala das Comissões,

Deputado Jorginho Mello PSDB/SC

MPV - 538

EMENDA Nº - CM

(À MP 538, DE 2011)

00012

Inclua-se a Medida Provisória nº 538, de 2011, o seguinte artigo:

"Art. ... As fundações de ensino criadas por lei estadual ou municipal e existentes em 5 de outubro de 1988, de que trata o artigo 242 da Constituição Federal, consideram-se mantidas pelo respectivo ente instituidor para os fins do art. 157 I e 158 I da Constituição Federal, independente do percentual de recursos provenientes dos entes federados mantenedores.

Parágrafo Único – Ficam dispensados a constituição de créditos da fazenda nacional, a inscrição com divida ativa da União, o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados os lançamentos, as inscrições e respectivas execuções, relativamente ao imposto de renda retido na fonte de que trata o caput deste artigo, cujos fatos geradores tenham ocorrido até a data de publicação desta lei".

JUSTIFICAÇÃO

As fundações educacionais criadas pelos Estados e municípios e existentes na data da promulgação da Constituição Federal que não são total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos, na forma do artigo 242 da CF, tiveram autorização para que o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidentes na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título, pertencessem aos respectivos entes instituidores.

Referidas fundações consideram-se mantidas pelos Estados e municípios para fins do pertencimento do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, na forma do artigo 157 I e 158 I da Constituição Federal.

Por se tratar de disciplina de repartição de receita que está no âmbito do direito financeiro, não há vedação para disciplinar tal matéria em sede de Medida Provisória ou Lei Ordinária.

O principio legal proposto nada inova, nem modifica aquilo que esta prescrito nos incisos I dos artigos 157 e 158 da Constituição Federal, nem versa sobre imunidades nem sobre conflito de competência tributária, pois não se discute o poder de legislar sobre o Imposto de Renda.

Sala das Comissões,

Deputada Carmen Zanotto PPS/SC

ATO DO PRESIDENTE Nº 142, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, o senhor **JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO E COSTA**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, AP07, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 5 de julho de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Ato publicado no DOU nº 129, Seção 2, de 07/07/2011.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4760 de 07/07/2011

ATO DO PRESIDENTE Nº 143, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, a senhora **MILA PINTO TAVARES**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, AP06, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 5 de julho de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Ato publicado no DOU nº 129, Seção 2, de 07/07/2011.
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4760 de 07/07/2011

ATO DO PRESIDENTE Nº 144, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE dispensar, a pedido, o servidor **BRUNO DANTAS NASCIMENTO**, matrícula nº 56069, ocupante do cargo efetivo de Consultor Legislativo, da Função Comissionada de Consultor-Geral Legislativo, Símbolo FC-04, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 6 de julho de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4759 de 06/07/2011

ATO DO PRESIDENTE Nº 145, de 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **PAULO FERNANDO MOHN E SOUZA**, matrícula 56112, para exercer a Função Comissionada de Consultor-Geral Legislativo, Símbolo FC-04, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de julho de 2011. Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Observações:
- Publicação extraída do Boletim original nº: 4759 de 06/07/2011

DESPACHO

Trata-se de requerimento administrativo formulado pelo Senhor CARLOS AUGUSTO COELHO FURTADO, com o objetivo de ser reintegrado ao Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

O Parecer proferido pela Advocacia do Senado conclui que nada há a ser feito por esta Presidência e que não cabe ao Senado Federal a investigação dos fatos alegados pelo Autor na Petição Inicial e sobre eles decidir, nos termos da legislação aplicável.

Isto posto, decido pelo arquivamento dos autos.

Publique-se esta decisão.

Brasília, DF, em 07 de julho de 2011.

Senador **JOSÉ SARNEY**

Presidente do Senado Federal

PARECER Nº 430/2011-ADVOSF
Processo nº 020575/11-4

Requerimento administrativo. Demissão sem justa causa. Suposta perseguição política. Ditadura militar. Pedido de reintegração ao quadro de pessoal da FUNAI, com a percepção de atrasados. Declaração de anistiado político. Requerimento perante o Ministro da Justiça. Comissão de Anistia. Incidência da Lei nº 10.559/2002. Judicialização do conflito.

Senhor Advogado–Geral,

Cuida-se de requerimento administrativo formulado por CARLOS AUGUSTO COELHO FURTADO ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, o Senador José Sarney, a fim de que seja reintegrado no quadro de pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, com a percepção de todos os atrasados, pois, segundo alega, fora vítima de perseguição política dentro da instituição no período da ditadura militar, o que resultou na sua demissão sem justa causa e sem direito ao contraditório e ampla defesa. Junta documentos referentes a mandado de segurança impetrado contra a União, cujo objeto é o mesmo ora veiculado neste requerimento.

Protocolado perante a Secretaria-Geral da Mesa, os autos foram encaminhados à Advocacia do Senado para manifestação.

É o relato.

Trata-se de requerimento administrativo no qual o Senhor Carlos Augusto Coelho Furtado pugna por sua reintegração ao quadro de pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do qual teria sido demitido sem justa causa por motivações exclusivamente políticas no período da ditadura militar. Pede, igualmente, o pagamento de todos os valores que deixou de perceber desde então, acrescentando que se encontra em situação de miserabilidade.

Compulsando os documentos acostados aos autos, verifica-se que o requerente foi contratado pela FUNAI em 29/01/1986, no regime celetista, para o emprego de Piloto de Aeronave I D1, conforme Portaria nº 174/1986. Após processo administrativo no qual foram apuradas faltas funcionais (incontinência de conduta ou mau comportamento e desídia no desempenho das funções), foi demitido em 17/12/1986, com fundamento no art. 482, alíneas "b" e "c", da CLT, conforme Portaria nº 1882/1986.

Passados vinte e três anos, e irresignado com sua demissão supostamente abusiva, o requerente impetrou mandado de segurança com pedido liminar, a fim de que fossem suspensos os efeitos do ato coator (a Portaria nº 1882/1986), com a sua imediata reintegração à fundação. Conclusos os autos do processo judicial, o Juiz Federal Substituto da 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal reconheceu a decadência do direito de impetrar mandado de segurança, indeferiu a petição inicial e julgou extinto o processo sem resolução do mérito, com

base nos arts. 267, inc. I, e 295, inc. IV, ambos do CPC, e art. 18 da Lei nº 1.533/1951, ressalvando ao impetrante o recurso às vias ordinárias.

Inconformado, o impetrante interpôs recurso de apelação. Com parecer da Procuradoria da República pelo improvimento do apelo, os autos aguardam julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Pelo até agora exposto, verifica-se que dois são os fundamentos suscitados pelo requerente para a suposta ilegalidade da sua demissão da FUNAI. O primeiro deles é concernente à violação do devido processo legal no procedimento administrativo que antecedeu o ato de demissão por justa causa. O segundo diz respeito à motivação exclusivamente política do ato, já que era militante de esquerda e líder estudantil nos anos de 1979. Esses fundamentos não estão necessariamente vinculados e serão analisados separadamente.

A alegada violação ao devido processo legal no procedimento administrativo que culminou com a demissão do requerente por justa causa poderia, em tese, ensejar a nulidade do ato. Considerando o tempo decorrido desde a prática do ato impugnado, aproximadamente vinte e cinco anos, já estaria preclusa a esfera administrativa, restando ao requerente tão-somente a via judicial para o seu questionamento, como deixou assentado o Juízo Federal, e ainda assim com fortes probabilidades de que o princípio da segurança jurídica prevaleça sobre a eventual constatação de nulidade. O foro competente, pois, é a Justiça Federal, fugindo completamente à competência do Senado Federal qualquer ato que revise a extinção do vínculo trabalhista firmado com a autarquia.

Não obstante, e apenas a título de complementação, a documentação acostada pelo próprio interessado demonstra que, em algum momento, ele prestou esclarecimentos sobre as faltas funcionais que lhe foram imputadas, conforme documentos de fls. 30 a 34. Uma análise conclusiva somente seria possível na esfera judicial, e não perante o Senado Federal, e mediante a análise de toda a documentação pertinente ao processo administrativo, como já asseverado.

O segundo fundamento, consubstanciado na motivação exclusivamente política do ato de demissão, deve ser objeto de análise perante a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, nos termos da Lei nº 10.559/2002. Por meio desta lei, assim como das leis de anistia anteriormente editadas, o Brasil procurou dar efetividade a um dos pilares da Justiça de Transição, consubstanciado na reparação dos danos causados às vítimas de ações estatais ilegítimas durante o período de ditadura militar. Em seu bojo, regulamentou o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que concedeu anistia a todos os que, entre 18/09/1946 e 05/10/1988, data de promulgação da Constituição, foram atingidos por atos de exceção ou atos institucionais ou complementares, em decorrência de motivação exclusivamente política.

O regime do anistiado político compreende, entre outros, os direitos de declaração da condição de anistiado político, de reparação econômica, de contagem do tempo de serviço e de reintegração ao serviço público (art. 1º da Lei nº 10.559/2002). Há, inclusive, expressa previsão de que os servidores ou empregados públicos afastados em processos administrativos instaurados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à ampla defesa e impedidos de

conhecer os motivos da decisão, serão reintegrados aos seus cargos (art. 1°, parágrafo único, da Lei n° 10.559/2002).

Entretanto, a competência decisória para reconhecer a condição de anistiado político e assegurar os demais direitos decorrentes dessa situação é do Ministro da Justiça (art. 10 da Lei n° 10.559/2002). Para instruir os requerimentos administrativos, realizar diligências, ouvir testemunhas, requisitar documentos, emitir pareceres técnicos, etc., auxiliando o Ministro, foi constituída a Comissão de Anistia.

Desse modo, e por força de lei nacional aprovada pelo Parlamento, nada há a ser decidido administrativamente pelo Presidente do Senado Federal. Caberia ao requerente, se assim entendesse, postular perante o Ministro da Justiça e, no decorrer do processo, comprovar que sua demissão em 1986 deu-se por motivo exclusivamente político (militância de esquerda exercida em 1979) e não por falta funcional. Inclusive, ao declarado anistiado que se encontre em litígio judicial visando a obter os benefícios ou indenizações decorrentes do disposto no art. 8° do ADCT, caso do requerente, é facultada a celebração de transação, a ser judicialmente homologada.

Posto que nenhum documento juntado a este processo pelo requerente torne verossímil a alegação de que a sua demissão na FUNAI, em 1986, tenha decorrido de suposta militância política de esquerda nos anos de 1979, o Senado Federal não é o órgão competente para investigar tais fatos e sobre eles decidir, nos termos da legislação aplicável. Desse modo, e ainda que se compreenda a atitude do requerente, especialmente porque enfrenta dificuldades financeiras, cumpre a esta Câmara Alta tão-somente orientá-lo acerca das instâncias

competentes, já apontadas, a fim de que adote as providências cabíveis. Após, os autos devem ser arquivados.

É o parecer.

Brasília, 28 de junho de 2011

GABRIELLE TATITH PEREIRA
Advogada do Senado Federal

De acordo. Ao Advogado-Geral Adjunto.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Coordenador

Aprovo. Junte-se e encaminhe-se à Secretaria-Geral da Mesa.

Brasília, 28 de junho de 2011.

HÉLIO RODRIGUES FIGUEIREDO JÚNIOR
Advogado-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
- vago*
Bloco-PSDB - Aécio Neves**

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos
*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (5)
RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) (2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) (2)	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) (1)	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (3)	

Notas:
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 547, de 2011, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, lido em 17.5.2011)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (9)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (9)
RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (9)

Leitura: 17/05/2011
Instalação: 28/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (6)
Lídice da Mata (PSB-BA) (6)	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) (6)	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) (1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (5)	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) (5)
Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	2. Geovani Borges (PMDB-AP) (5)
Sérgio Petecão (PMN-AC) (5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) (4)	1. VAGO (7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) (3)	1. Gim Argello (DF) (3)

Notas:
1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (OF. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
5. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 6133033514
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador José Pimentel (PT) (1)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).
2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (5)
RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (5)

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) (4)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)	2. Senador Blairo Maggi (PR) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT) (4)	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) (4)
Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) (4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) (3)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (3)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (3)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) (3)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) (3)	3. Senador Benedito de Lira (PP) (7)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (3)	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) (1)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) (1)
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor (2)	1. Senador Armando Monteiro (2)

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (2)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (4)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de 12 meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Braga, aprovado em 25.05.2011)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (5)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (5)

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)
Senador Pedro Taques (PDT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Eduardo Braga (PMDB) (1)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (2)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Jayme Campos (DEM) (4)

Notas:
1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Telefone(s): 6133033511
Fax: 6133031176
E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, aprovado em 31.05.2011)

Número de membros: 3

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Senador Pedro Taques (PDT) (1,2)

Notas:
1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (1)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:
1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. VAGO (11)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) (10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) (7)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) (9)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) (4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) (6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (3)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) (5)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) (4)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2)	1. Armando Monteiro (PTB) (1,3)

Notas:
1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) (7)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO (8)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino (1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) (3)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) (1)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:
1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amelia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (10)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (10)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (10,11)
Jorge Viana (PT) (8)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) (20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) (3,5,17,21)
Pedro Simon (PMDB) (2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) (4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,17)
Renan Calheiros (PMDB) (21)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (23)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Demóstenes Torres (DEM) (19)	4. José Agripino (DEM) (18)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (6)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (7)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB.

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (2)

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (3,15)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) (12)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) (10)
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) (7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) (11)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (6)	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO (16)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) (8)	5. Demóstenes Torres (DEM) (9)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:
*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC) (9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) (8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
Randolfe Rodrigues (5)	1. Lindbergh Farias (PT) (5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB.
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO (1)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) (1)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (1)
RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO (2)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (14)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) (11)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (8,10)
Eduardo Amorim (PSC) (1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO (13)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (5,9)	1. VAGO (6)
VAGO (7)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (2)	1.
Gim Argello (12)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (4)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:
1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (1)

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:
1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) (1)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:
1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	3. Lindbergh Farias (PT) (4)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:
1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.
**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) (5)	4. João Pedro (PT) (3)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. Cyro Miranda (PSDB) (1)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:
1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) (3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) (2,5)	3. Mário Couto (PSDB) (5)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) (3)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (2)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (6)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO (7)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) (5)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:
1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (4)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. VAGO (3,10)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) (7)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) (1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (6)
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) (4)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) (3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO (6)	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*******. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (2)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 27/06/2011

Notas:
1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (8)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (5)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (6)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (2)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (4)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (14)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (5)
PT
Jorge Viana (AC) (8)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (10)
PTB
Armando Monteiro (PE) (11)
DEM
José Agripino (RN) (9)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ivo Cassol (RO) (7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (2)
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (15)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (3)
PV
Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 19/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Ofs. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (14)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) (15)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (6)
PT
Ana Rita (ES) (8)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (11)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (9)
PR
Blairo Maggi (MT) (12)
PP
Ana Amélia (RS) (7)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) (13)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (4)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (5)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (2)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 25/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (14)

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
Clésio Andrade (MG) (12)
PP
Ciro Nogueira (PI) (5)
PDT
Cristovam Buarque (DF) (15)
PSB
Lídice da Mata (BA) (13)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS
PMN

Sérgio Petecão (AC) (6)
PV
Paulo Davim (RN) (2)

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a varga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE	**PRESIDENTE**
Marco Maia (PT/RS)	José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE	**1ª VICE-PRESIDENTE**
Rose de Freitas (PMDB/ES)	Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE	**2º VICE-PRESIDENTE**
Eduardo da Fonte (PP/PE)	Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO	**1º SECRETÁRIO**
Eduardo Gomes (PSDB/TO)	Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO	**2º SECRETÁRIO**
Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO	**3º SECRETÁRIO**
Inocêncio Oliveira (PR/PE)	João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO	**4º SECRETÁRIO**
Júlio Delgado (PSB/MG)	Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
Paulo Teixeira (PT/SP)	Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DA MINORIA**
Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**
João Paulo Cunha (PT/SP)	Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**
Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 1/2011-CN)

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo **(PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)**	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar da Maioria **(PMDB / PP / PSC / PMN / PV)**	
Pedro Simon (PMDB/RS) [4]	1. Luiz Henrique (PMDB/SC) [4]
Roberto Requião (PMDB/PR) [4]	2. Casildo Maldaner (PMDB/SC) [4]
Wilson Santiago (PMDB/PB) [4]	3. Waldemir Moka (PMDB/MS) [4]
Ana Amélia (PP/RS) [4]	4. Valdir Raupp (PMDB/RO) [4]
Bloco Parlamentar da Minoria **(PSDB / DEM)**	
Paulo Bauer (PSDB/SC) [1]	1.
	2. José Agripino (DEM/RN) [2]
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) [3]	1. Fernando Collor (PTB/AL) [3]

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

(Atualizada em 22-06-2011)

Notas:
1- Designado pelo Ofício nº 136, de 21-6-2011, da Liderança do PSDB, no Senado Federal.
2- Designado pelo Ofício nº 47, de 21-6-2011, da Liderança do DEM, no Senado Federal.
3- Designados pelo Ofício nº 89, de 21-6-2011, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
4- Designados pelo Ofício nº 204, de 22-6-2011, da Liderança do PMDB, no Senado Federal.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) [1]
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) [2]	**LÍDER DA MAIORIA** Renan Calheiros (PMDB/AL) [3]
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Fernando Collor (PTB/AL)

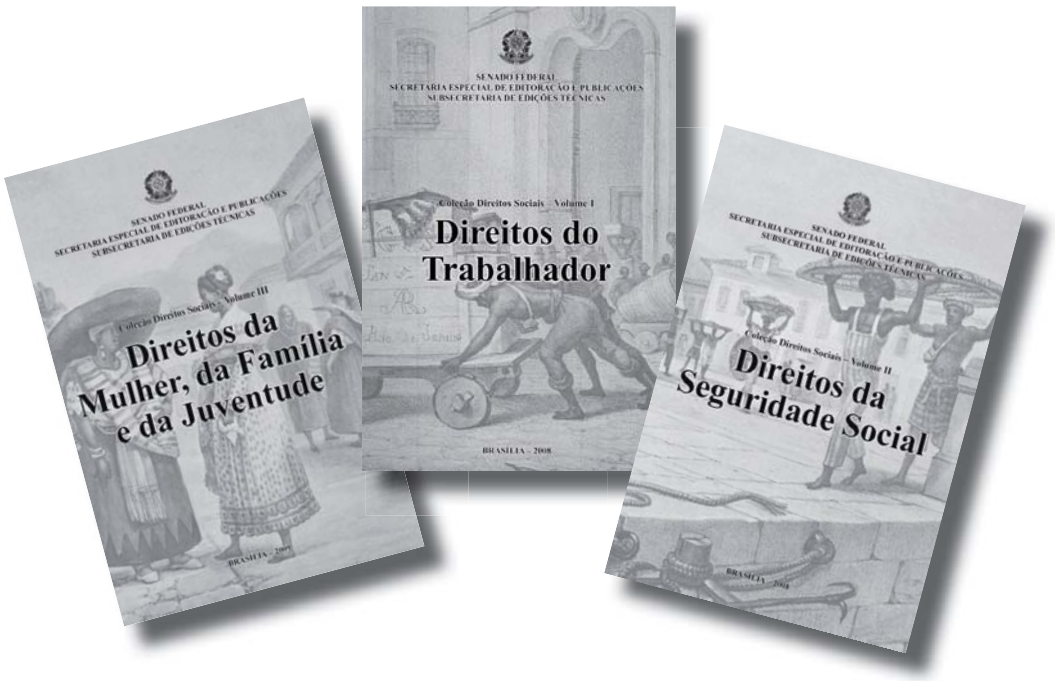
(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:
1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 390 páginas
OS: 2011/13488